

Este livro – primeira tradução de uma obra de Charles Tilly em língua portuguesa – combina vários elementos da pesquisa anterior do autor sobre os Estados, a ação coletiva, a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo. E é considerada até agora sua análise mais sofisticada e abrangente das origens dos Estados modernos, fornecendo material profícuo para uma reflexão sensata sobre os perigos, benefícios, potencial e limites dos Estados nacionais nesta época de mudanças maciças no sistema internacional de Estados.

COERÇÃO CAPITAL E ESTADOS
EUROPEUS



8 5 3 1 4 0 3 5 2 9

**COERÇÃO, CAPITAL E
ESTADOS EUROPEUS**

CHARLES TILLY

edusp



COERÇÃO, CAPITAL E ESTADOS EUROPEUS

•



Reitor Flávio Fava de Moraes
Vice-reitora Myriam Krasilchik



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente Sergio Miceli Pessoa de Barros
Diretor Editorial Plínio Martins Filho
Editor-assistente Heitor Ferraz

Comissão Editorial Sergio Miceli Pessoa de Barros (Presidente)
Davi Arrigucci Jr.
José Augusto Penteadó Aranha
Oswaldo Paulo Forattini
Tupã Gomes Corrêa

COERÇÃO, CAPITAL E ESTADOS EUROPEUS
990-1992

CHARLES TILLY



Tradução
Geraldo Gerson de Souza

940
T579
COE

edusp

Título do original em inglês:

Coercion, Capital and European States: AD 990-1992,
Blackwell Publishers, 1993.

Copyright © Charles Tilly 1990, 1992

BN002047519

CD/ME - CIENCIAS HUMANAS

LIVRARIA DO CHAIN EDITORA

R\$ 34.40 R\$ 34.40

Termo No. 501/05 Registro:373,568

13/05/2005

UFPR - Sistema de Bibliotecas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tilly, Charles

Coerção, Capital e Estados Europeus / Charles Tilly; (tradução
Geraldo Gerson de Souza). – São Paulo: Editora da Universidade de São
Paulo, 1996. – (Clássicos; 7).

Título original: *Coercion, Capital and European States*.

Bibliografia.

ISBN: 85-314-0352-9

1. Capitalismo – Europa – História 2. Europa – Condições econô-
micas 3. Europa – Política e governo I. Título. II. Série.

96-2140

CDD-940

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa : Civilização 940

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374

6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária

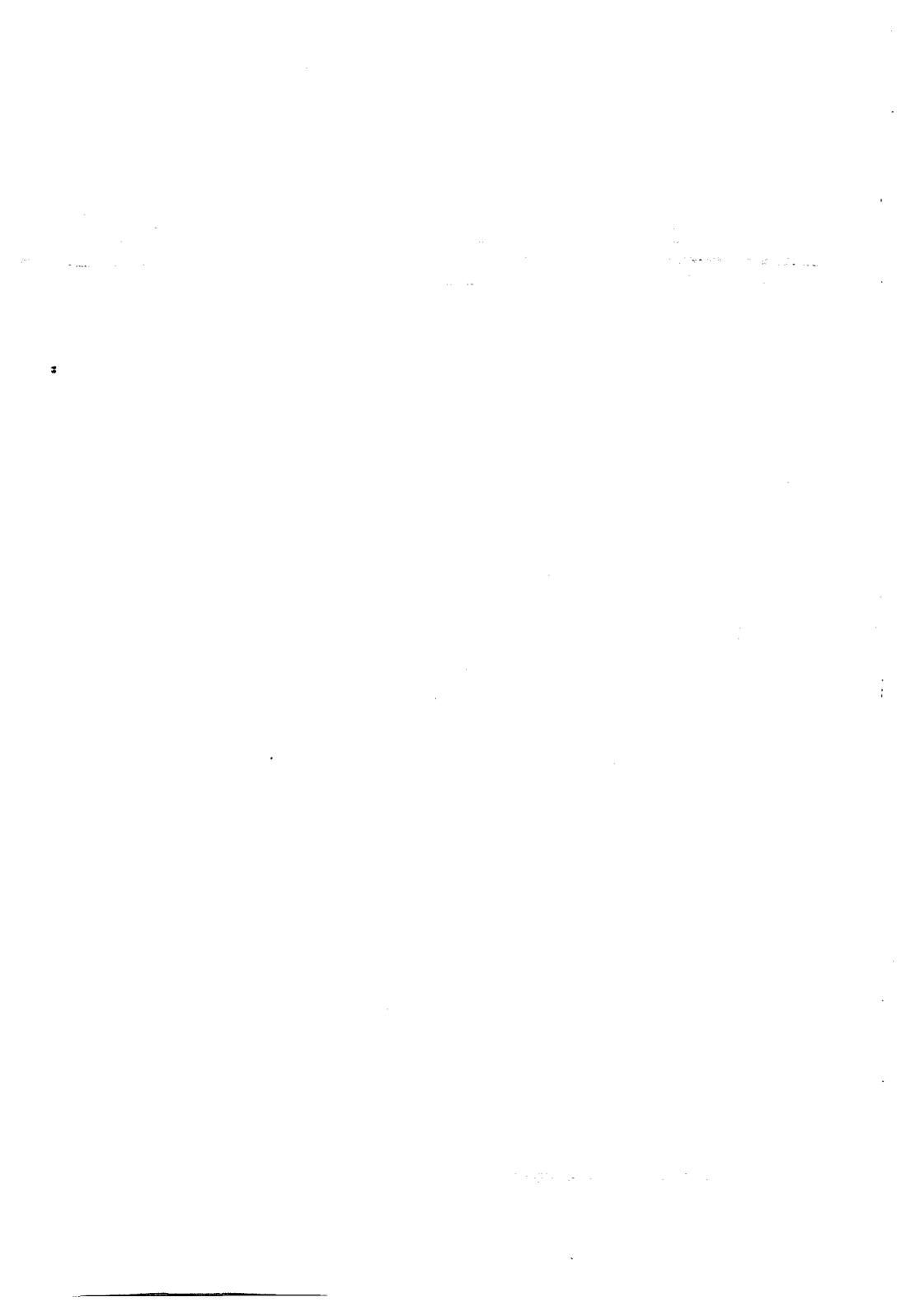
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil Fax (011) 211-6988

Tel. (011) 813-8837 r. 216

Printed in Brazil 1996

Foi feito o depósito legal

À memória de Stein Rokkan
Entusiasta intelectual, empresário, criador e amigo



SUMÁRIO

Apresentação: Charles Tilly, a Sociologia Histórica e a Formação do Estado Nacional – Karl Monsma	73
Prefácio à edição brasileira	37
Prefácio	41
1. As Cidades e os Estados na História do Mundo	45
Os estados na história	45
As respostas disponíveis	50
As lógicas do capital e da coerção	63
A guerra induz a formação e transformação do Estado	68
As tendências e as interações de longo alcance	78
Perspectivas	84
2. As Cidades e os Estados Europeus	89
A Europa inexistente	89
Os estados e a coerção	97
As cidades e o capital	99
A interação entre cidade e estado	104
As fisiologias dos estados	107
<i>Liaisons dangereuses</i>	113
Formas alternativas de estado	117

3. Como a Guerra Fez os Estados, e Vice-versa	123
Uma bifurcação de violência	123
Como os estados controlaram a coerção	125
As guerras	127
As transições	133
A apreensão, a fabricação ou a compra de coerção	143
Pagando as dívidas	147
O braço longo e forte do império	152
4. Os Estados e Seus Cidadãos	157
De vespas a locomotivas	157
Negociação, direitos e ação coletiva	161
A instituição do governo direto	166
A Revolução Francesa: do governo indireto ao direto	171
Expansão do estado, governo direto e nacionalismo	180
Encargos não-planejados	183
Governo militar = governo civil	188
5. Linhagens do Estado Nacional	195
A China e a Europa	195
Reexame dos estados e cidades	199
Trajetórias coercivas	207
Trajetórias capitalistas	215
Trajetórias de coerção capitalizada	224
6. O Sistema Europeu de Estado	237
A vinculação dos estados europeus	237
Os finais das guerras	242
Os membros do sistema	247
A criação de um mundo ligado por estados	260
Como as guerras começaram	263
Seis perguntas relevantes	267
7. Os Soldados e os Estados em 1992	273
A impropriedade do desenvolvimento político	273
O impacto e a herança da Segunda Guerra Mundial	279
A ascensão dos militares	286
O militar de hoje na perspectiva histórica	289

SUMÁRIO

A estruturação militar	293
Os soldados no poder	296
Como os militares alcançam o poder?	303
Posfácio	310
Referências Bibliográficas	317
Índice Remissivo	347



APRESENTAÇÃO

CHARLES TILLY, A SOCIOLOGIA HISTÓRICA E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

É surpreendente que nenhum dos livros de Charles Tilly tenha sido traduzido anteriormente para o português. No entanto, Tilly é uma figura proeminente, reconhecida internacionalmente, no campo da pesquisa sobre a formação do Estado, a ação coletiva, a **urbanização e os métodos históricos**. Conquanto nenhuma de suas obras individuais tenha alcançado o renome geral de um livro como *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1966), de Barrington Moore Jr. – o que poderia explicar a ausência de traduções para o português –, o impacto cumulativo de sua carreira longa e altamente produtiva pode ser comparado ao de um erudito como Moore.

O presente estudo pretende revelar alguns dos tópicos principais da obra de Tilly e discutir o lugar que este livro **ocupa nos debates sobre os Estados e a formação do Estado**.

Charles Tilly recebeu, em 1958, um Ph. D. de Sociologia na Universidade de Harvard. Ensinou sociologia na Universidade de Delaware, na Universidade de Harvard e na Universidade de Toronto, antes de se transferir para a Universidade de Michigan, em 1969, onde foi por quinze anos professor de sociologia e história. Durante a sua permanência em Michigan, dirigiu o Centro de Pesquisa em Organização Social da universidade e seu Centro de Estudos Europeus Ocidentais. A partir de 1984, passou a lecionar na Nova Escola para Pesquisa Social de New York, onde tem hoje o título de Professor Universitário Honorário. Na Nova Escola, dirige igualmente o Centro de Estudos de Mudança Social e co-dirige o Programa MacArthur sobre Mudança Global e Liberalismo.

Além de seus cargos institucionais e de sua obra acadêmica, Tilly influenciou decisivamente a sociologia, a história e a ciência política nas três últimas décadas, através da participação em organizações de pesquisa e publicações. Nos Estados Unidos, tem atuado em comitês e comissões do Conselho de Pesquisa da Ciência Social, do Conselho Nacional de Pesquisas, da Fundação Nacional de Ciências e da Dotação Nacional para as Humanidades. Atua também em conselhos consultivos de organizações de pesquisa na França, na Holanda e na Rússia. Ajudou a editar grande número de publicações acadêmicas, entre as quais se incluem *French Historical Studies*, *American Journal of Sociology*, *American Sociological Review*, *American Historical Review*, *Social Science History*, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, *Comparative Studies in Society and History*, *Theory and Society* e *International Review of Social History* (Amsterdã). Desde 1972, tem ajudado também a publicar diversos estudos pioneiros nas ciências sociais que desenvolvem uma perspectiva histórica, como editor geral da série "Studies in Social Discontinuity", que compreende atualmente mais de 60 títulos, publicados inicialmente por Academic Press e, mais tarde, por Blackwell Publishers. Através de todas essas atuações, Tilly tem prestado inestimável serviço a outros estudiosos, abrindo espaço para perspectivas históricas nas editoras, nos orçamentos de pesquisa e nas mentes da elite acadêmica. Isso adquiriu importância particular nos Estados Unidos, onde grande parte das ciências sociais, em especial das fontes de recursos financeiros para pesquisa, tem sido tendenciosamente favorável aos estudos dos problemas sociais contemporâneos.

No entanto, foi por intermédio de seus muitos livros e artigos que Tilly influenciou sobretudo as ciências sociais e a história. Reformou entendimentos da ação coletiva, dos Estados e das cidades, e ofereceu, ao mesmo tempo, argumentos e exemplos convincentes sobre a importância da pesquisa histórica e comparada nas ciências sociais.

A SOCIOLOGIA HISTÓRICA NOS ESTADOS UNIDOS

Já no começo da década de 60, quando a sociologia norte-americana estava atolada no funcionalismo estrutural, Tilly produzia uma obra sociológica enraizada firmemente no tempo e no espaço. Seu primeiro livro, *The Vendée* (1964), que estuda a rebelião contra-revolucionária de 1793 no Oeste da França, é considerado um clássico da sociologia histórica. Sua investigação detalhada tanto da variação na organização social e no sistema político locais quanto de suas vinculações com

a participação na rebelião fornece também um método modelar aos estudos sobre rebelião e revolução.

Nas décadas de 70 e 80, Tilly, juntamente com Barrington Moore e Theda Skocpol, desempenhou papel decisivo no renascimento da sociologia histórica e comparada nos Estados Unidos. Aos latino-americanos pode parecer estranho que se discuta a sociologia histórica como se ela constituísse um campo de estudo separado, porquanto a sociologia latino-americana nunca se tornou tão a-histórica como nos Estados Unidos. Nos anos 50 e começo dos 60, a sociologia norte-americana foi dominada pelas grandes teorias a-históricas de Parsons e seus seguidores. A partir do final da década de 60 até os anos 70, essa predominância deslocou-se para os estudos empíricos orientados pelo paradigma da pesquisa de levantamento, segundo o qual, na opinião dos estudiosos, era possível estudar os **princípios universais das relações sociais mediante o exame** das inter-relações de variáveis em amostras aleatórias de pessoas que viviam contemporaneamente nos Estados Unidos. A nova sociologia histórica e comparada representou igualmente uma reação às formulações abstratas e muitas vezes funcionalistas do marxismo teórico, que era então a principal alternativa crítica ao funcionalismo parsoniano e à pesquisa de levantamento. Os sociólogos históricos afirmaram muitas vezes que estavam resgatando a tradição dos sociólogos clássicos, especialmente de Marx e **Weber, os quais se haviam concentrado no entendimento** das grandes transformações sociais que moldaram as suas épocas. Os sociólogos históricos gostavam de apontar que Parsons fizera uma leitura errada de Weber, quando exagerou a importância do consenso de valores e ignorou o papel do poder e do conflito na obra desse autor. Os influenciados por Marx afirmavam que eram mais fiéis ao espírito do marxismo do que aqueles que gastavam seu tempo analisando os escritos de Marx.

Tilly apresenta muitas de suas idéias sobre a conexão entre a sociologia e a história em *As Sociology Meets History* (1981) e *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* (1985). No primeiro estudo, aponta as duas razões principais que levaram os sociólogos a voltar-se para a história. Primeiramente, o excelente trabalho dos historiadores sociais e econômicos chamou a atenção de muitos sociólogos, os quais reconheceram a sua relevância para as questões que estavam estudando. Muitos historiadores já haviam adotado as teorias e métodos das ciências sociais, e a obra de historiadores como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Albert Soboul e Eugene Genovese inspirou os sociólogos a empenhar-se em projetos próprios de pesquisa histórica. Em segundo lugar, muitos sociólogos observaram que a teoria da modernização não explicava o que estava ocorrendo no Terceiro Mundo, e que o desenvolvimentismo associado aos estudos da modernização não

estava produzindo as conseqüências desejadas. Os países pobres do mundo não caminhavam necessariamente, como fora previsto, para o capitalismo industrial, a democracia multipartidária e o individualismo racional. As alternativas mais conspícuas à teoria da modernização tinham uma base histórica. Para explicar a situação do Terceiro Mundo, enfatizavam os processos historicamente específicos do colonialismo e imperialismo europeus; o fato de o desenvolvimento capitalista ter ocorrido anteriormente na Europa havia alterado a natureza e as possibilidades do desenvolvimento capitalista em outras regiões.

Na opinião de Tilly, a sociologia histórica não deveria constituir um subcampo distinto e toda a sociologia deveria basear-se na história. Os sociólogos históricos não apenas trabalham com dados do passado para testar ou elaborar teorias gerais; atentam também para o modo como o tempo e o lugar fazem diferenças nos processos em estudo. Isso muitas vezes significa relacionar fenômenos sociológicos específicos com processos concretos de mudança social em grande escala. Tilly vem enfatizando, sistematicamente, as conseqüências transformadoras do desenvolvimento do capitalismo e do surgimento do Estado nacional, dois processos inter-relacionados que dominaram os últimos séculos. Outras épocas tiveram outros “processos condicionantes”, como, por exemplo, a construção dos impérios. Também as seqüências são importantes para a sociologia histórica: a ordem em que ocorrem os eventos afeta os seus resultados, e eventos anteriores eliminam ou abrem as possibilidades para eventos posteriores. Além disso, os sociólogos históricos, em vez de tratarem a história como um conjunto de fatos conhecidos, têm consciência das incertezas do registro histórico. Muitas tentativas de derivar da história generalizações sociológicas fracassaram apenas porque os pesquisadores não compreenderam a história corretamente. Os bons sociólogos históricos atentam para a forma como foi produzido o registro existente, e muitos deles trabalham com fontes históricas primárias.

Na sociologia norte-americana, as abordagens históricas passíveis de uso no estudo de qualquer tópico de sociologia tornaram-se um subcampo mais por razões institucionais que intelectuais. Nas décadas de 60 e 70, os sociólogos históricos eram os estranhos no ninho, lutando para obter reconhecimento e influência dentro das instituições sociológicas dominantes, que eram totalmente a-históricas. Na sociologia norte-americana, é muito comum que áreas novas de estudo sejam estabelecidas mediante a constituição de um subcampo; e para os sociólogos históricos era muito mais fácil formar um subcampo que transformar toda a sociologia. O sucesso no estabelecimento de um subcampo novo compreende várias conquistas institucionais: a constituição de um grupo de trabalho na Associação Sociológica Americana que assegure tempo para a especialidade nos encontros

anuais dessa organização; a introdução de novas matérias da especialidade que possam gerar novas vagas nas universidades para seus propositores; a criação de novas publicações que divulguem o trabalho daqueles que pertencem ao subcampo, e a inclusão de alguns membros do subcampo nos conselhos editoriais das principais publicações disciplinares (*American Sociological Review* e *American Journal of Sociology*). Os sociólogos históricos conseguiram tudo isso na década de 80. Influenciaram também outros subcampos dentro da disciplina, embora essa influência tenha sido bastante desigual. De modo geral, as análises históricas ganharam importância tanto maior quanto mais macro era o objeto de estudo num subcampo. A tendência dos sociólogos históricos a simpatizar com a esquerda levou-os também a se concentrar em áreas particulares, como, por exemplo, a ação coletiva e as revoluções. Transformaram completamente a pesquisa sobre os Estados, as revoluções e o desenvolvimento econômico. Influenciaram intensamente os estudos da ação coletiva e dos movimentos sociais, embora alguns setores deste subcampo tenham continuado a-históricos. Áreas como a criminologia, a sociologia da família e a sociologia das organizações tornaram-se parcialmente históricas. A maior parte da demografia e quase toda a psicologia social permaneceram intocadas. As conversas entre os sociólogos históricos e os psicólogos sociais ainda podem acarretar a má interpretação e confusão características dos encontros entre culturas.

Os sociólogos históricos revelaram particular eficiência em criticar a aplicação do paradigma da pesquisa de levantamento ao estudo de fenômenos macroestruturais. Era comum os cientistas políticos e outros interessados em fenômenos como desenvolvimento econômico, democratização ou rebeliões examinarem as inter-relações das variáveis em amostras de Estados-nações num único momento no tempo. Tilly e outros ressaltaram que, para derivar de tais amostras inferências sobre mudança social e política, os pesquisadores tiveram de admitir duas hipóteses insustentáveis: primeiro, a de que os Estados-nações eram unidades de análise independentes; segundo, a de que os países pobres de hoje se assemelham aos países desenvolvidos num momento anterior. Normalmente pode-se aprender mais estudando os verdadeiros processos de mudança e comparando as seqüências de eventos históricos, mesmo que isso signifique estudar apenas um número muito pequeno de casos. Comumente o volume de conhecimento contextual e histórico necessário para estabelecer comparações proveitosas entre países limita o número de casos que um pesquisador pode incluir. Segundo Tilly,

ao analisar só alguns casos, o estudioso de uma estrutura ou processo não tem outra opção a não ser a de dar atenção às circunstâncias históricas e às características particulares dos casos

em estudo e assim trabalhar mais laboriosamente para satisfazer as condições comumente aceitas de uma comparação eficiente. Ao incluir muitos casos, as defesas críticas e a familiaridade com o contexto diminuem. Para as ciências sociais pouca coisa de valor a longo prazo emergiu das centenas de estudos que foram conduzidos durante as últimas décadas e que produziram análises estatísticas abrangendo a maioria dos Estados nacionais do mundo.

Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons, p. 77.

A maioria dos sociólogos históricos, influenciados muitas vezes pelos métodos de similaridade e diferença de John Stuart Mill, preferem cuidadosas comparações lógicas (para discussões úteis dessas questões metodológicas ver Skocpol 1984 e Ragin 1987).

Tilly também critica o uso injustificado do Estado-nação como a unidade de análise em estudos comparativos, repudiando o conceito de uma "sociedade" demarcada que, segundo se assume muitas vezes, cada Estado nacional compreenderia. Em vez disso, ele sugere a existência de múltiplas relações e redes sociais, cujas fronteiras muitas vezes são bastante vagas e raramente coincidentes. Isso o diferencia de muitos sociólogos históricos e comparativos que tendem a assumir a existência de sociedades demarcadas e muitas vezes focalizam apenas os fenômenos no plano do Estado-nação. De modo geral, a sociologia histórica ainda apresenta uma tendência macroestrutural, que limita a sua influência nos subcampos da sociologia que abordam os fenômenos ao nível dos indivíduos. Contudo, Tilly dá grande atenção aos eventos locais e às suas relações com os fenômenos macroestruturais. Isso é particularmente evidente em seus estudos da ação coletiva e da contestação.

AÇÃO COLETIVA, CONTESTAÇÃO E REVOLUÇÃO

Tilly escreveu diversos livros e artigos sobre o conflito social na França e na Grã-Bretanha, concentrando-se no que ele denomina "contestação popular", pela qual os indivíduos comuns agem juntos para fazer reivindicações aos detentores do poder, ou reafirmar direitos contra outros grupos. Tilly enfatizou, sistematicamente, a importância da organização para a ação coletiva, afirmando, contra as idéias de Durkheim, que o protesto, o motim e a rebelião não são obra das massas desarraigadas e não integradas. As formas de organização vão desde as redes locais de amizade até as confederações trabalhistas ou os partidos políticos, mas o povo faz reivindicações coletivas e envereda para a violência coletiva

através de redes e organizações sociais. São as conexões entre as pessoas que possibilitam a ação comum.

Tilly desenvolveu também novos métodos importantes para o estudo da ação coletiva, através da compilação sistemática de dados quantitativos de arquivos e jornais. Assim, ele liderou o uso sistemático de dados quantitativos para o estudo da mudança nas greves, nos protestos, nas rebeliões e nas outras formas de ação coletiva através do tempo. Tilly descreve esses processos de quantificação sistemática em duas de suas obras: *As Sociology Meets History* e *From Mobilization to Revolution* (1978). Em *Strikes in France* (1974), Tilly e Edward Shorter analisaram quase um século e meio de greves francesas. Em *The Rebellious Century* (1975), Tilly, sua mulher Louise Tilly e seu irmão Richard estudaram os dados sobre conflito e rebelião entre 1830 e 1930 na França, na Itália e na Alemanha. Essas longas séries de dados quantitativos revelaram-se valiosas para testar hipóteses alternativas sobre as causas da mudança da ação coletiva no tempo. Tilly e seus co-autores enfatizaram, sistematicamente, as conseqüências do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização e da formação dos Estados nacionais, bem como o crescimento das associações e organizações formais que constituem os canais da ação coletiva.

A partir do começo da década de 80, Tilly dirigiu dois grandes projetos de pesquisa sobre a ação coletiva na Grã-Bretanha. Para esses dois projetos, um pequeno exército de assistentes coletou e codificou informações de jornais da época sobre reuniões e eventos de contestação. Um dos projetos examina o conflito social e a contestação em toda a Grã-Bretanha entre 1750 e 1840. O outro estuda a contestação na cidade de Londres entre 1758 e 1834, e focaliza especialmente a geografia local dos eventos de ação coletiva, relacionando as suas características a uma informação detalhada sobre os bairros londrinos que ele e seus assistentes compilaram. Brevemente, Tilly publicará um livro baseado nos dados britânicos, sob o título de *Popular Contention in Great Britain*.

Nos anos mais recentes, Tilly vem-se concentrando sobretudo na descrição e explicação das mudanças no que ele denomina “repertórios de ação coletiva”. Segundo Tilly, as pessoas aprendem como fazer reivindicações aos poderosos. A gama das formas possíveis de ação coletiva que elas sabem como usar num dado tempo e lugar – o que ele denomina seu “repertório de ação coletiva” – é limitada. Um repertório é uma espécie de caixa de ferramentas cultural de que as pessoas se servem para fazer reivindicações coletivas. Através de interações contestadoras com os detentores do poder dentro de contextos históricos em mutação, formas e estratégias populares novas emergem e se estabelecem como parte do repertório. Tilly mostra que, atualmente, as formas mais comuns de mobilização popular, protesto e pressão,

entre elas demonstrações, greves e movimentos sociais, são inovações relativamente recentes. Em sua maioria, apareceram na Europa no decurso do século XIX. As formas anteriores de contestação popular normalmente eram locais e de modo geral foram organizadas através de redes preexistentes ou ocorreram em reuniões públicas autorizadas oficialmente que acabaram desaguando em protesto. Os grupos descontentes muitas vezes recorreram às elites locais em busca de ajuda para solucionar as suas queixas ou para transmiti-las às autoridades superiores; a ação freqüentemente foi dirigida contra indivíduos locais específicos. No século XIX, a ação coletiva tornou-se mais nacional e menos local, mais planificada e menos espontânea, menos enraizada na organização da vida quotidiana e no mais das vezes organizada por associações com fins especiais. A ação coletiva passou a depender menos do patrocínio das elites locais e mais dos esforços dos organizadores, ativistas e políticos. Na maioria das vezes, as reivindicações passaram a ser feitas às elites nacionais, especialmente aos representantes do Estado nacional.

Tilly vincula as mudanças nos repertórios de ação coletiva aos processos a longo prazo e em grande escala de mudança social, em especial o desenvolvimento do capitalismo e dos Estados nacionais. Esses processos alteraram de modo fundamental o contexto da contestação popular e, portanto, o conteúdo dos repertórios de ação coletiva. A centralização do Estado e a concentração do capital provocaram uma oposição mais centralizada, à medida que as decisões mais importantes que afetam a vida das pessoas mudaram do plano local para o nacional. A repressão e a fiscalização do Estado tornaram-se mais eficientes. Ao mesmo tempo, na maioria dos casos, a gama das ações legalmente toleradas tornou-se mais extensa. Por exemplo, a emergência de eleições e partidos políticos de modo geral suscitou a legalização da ação política por parte das várias associações formais. Essas mudanças tenderam a canalizar a contestação popular para formas relativamente legais e relativamente não-violentas. Os indivíduos aprenderam novos repertórios de ação coletiva por experiência, conforme as ações anteriores foram afetando as subseqüentes. Tenderam a abandonar as formas antigas que não atingiam os novos alvos de suas reivindicações, ou eram facilmente reprimidas. A maioria das inovações no repertório não eram totalmente novas, sendo imitações de ações que pareciam funcionar com outros grupos, ou eram aplicações em novas arenas ou alvos de formas de ação já conhecidas. As pessoas tenderam, então, a reproduzir as inovações na forma em que foram relativamente bem-sucedidas e menos arriscadas.

Até agora a melhor exposição de Tilly dessa perspectiva encontra-se em *The Contentious French* (1986), obra que recebeu o Prêmio C. Wright Mills da Sociedade para o Estudo de Problemas Sociais e o Prêmio da Associação

APRESENTAÇÃO

Sociológica Americana para Publicação Acadêmica Distinguida. Abarcando cerca de 400 anos de conflito social em cinco regiões da França, Tilly delinea nesse livro os processos pelos quais a contestação popular se tornou mais nacional, mais dirigida contra as autoridades políticas, e passou a envolver organizações mais permanentes e mais amplas. Entre o século XVII e meados do século XIX, a contestação popular na França consistia, em grande parte, de reações à emergência do Estado nacional e ao desenvolvimento do capitalismo. O século XVII assistiu sobretudo à luta contra os pedidos de recursos por parte do Estado, especialmente impostos e recrutadas, enquanto no século XVIII as ações visaram mais à proletarianização e à usurpação dos recursos comunitários por parte dos mercados e dos direitos de propriedade privada. Tilly assevera que a Revolução Francesa de 1789 causou uma eflorescência temporária de formas novas de contestação que afirmavam a soberania popular, mas o Estado fortalecido que emergiu da revolução logo restringiu as oportunidades dessas formas de ação. As mudanças mais decisivas nas formas de contestação popular surgiram em torno da Revolução de 1848 e de seus resultados. Nas novas demonstrações, greves, campanhas eleitorais e rebeliões organizadas por sindicatos trabalhistas, partidos políticos e organizações dos movimentos sociais, as pessoas geralmente aceitavam a existência do Estado nacional e do capitalismo, mas exigiam novos direitos e benefícios dentro deles.

Grande parte da transformação da ação coletiva na França ocorreu em reação ao desenvolvimento do Estado nacional, que deslocou os níveis de poder político mais relevantes para os interesses dos cidadãos comuns, impôs-lhes crescentes exigências, especialmente por mais impostos e recrutadas, e desenvolveu novos meios de repressão, como as forças de polícia e os órgãos de informação, ao mesmo tempo em que garantia alguns direitos de participação política. O desenvolvimento do capitalismo industrial também deslocou o foco da ação coletiva dos postos de trabalho locais para as greves e os protestos nacionais, e de conflitos ilegais para ações toleradas.

Para alguém que está muito interessado nos Estados e na ação coletiva, o estudo das revoluções sociais é uma extensão lógica. Em 1973, Tilly publicou artigo importante em que criticou a conhecida teoria de Samuel Huntington sobre revoluções; segundo essa teoria, a probabilidade de ocorrência das revoluções era maior quando a modernização política estava mais lenta que a modernização econômica e social. Segundo Huntington, a modernização acarretou a mobilização política de grupos novos. Se a nova mobilização acontecesse depressa demais, ameaçava submergir o sistema político vigente. Se o sistema político não fosse suficientemente flexível para permitir a participação dos grupos recém-mobilizados, era provável que esses tentassem a ação política fora das instituições estabelecidas.

Em outras palavras, havia maior probabilidade de enveredarem para o protesto e a rebelião. Na opinião de Tilly, a “modernização” é um termo demasiadamente vago, e é mais apropriado examinar as conseqüências dos processos específicos de mudança, como a industrialização ou a urbanização. Diversos estudos empíricos que resenhou mostraram pouca conexão entre esses tipos de mudanças e a violência coletiva. Se houvesse alguma, tendia a ser negativa, com a mudança social rápida inibindo a violência coletiva. Contudo, ele afirmou que Huntington estava certo quando ressaltou que os processos políticos e o sistema político vigente eram centrais à explicação da revolução.

Tilly apresentou uma teoria da revolução centralizada no Estado e nos processos políticos, que desenvolveria mais em *From Mobilization to Revolution*. Segundo Tilly, as revoluções são causadas pelas lutas em torno do poder político. Para lutar pelo poder, qualquer grupo deve organizar-se e mobilizar-se; apenas o descontentamento e as queixas não são suficientes para que ocorra uma ação política. Para ele, a organização é uma combinação de identidade comum entre os membros de um grupo e as redes sociais que os ligam uns aos outros. A mobilização é o processo pelo qual o grupo (ou seus líderes) obtém recursos dos seus membros, como, por exemplo, força de trabalho e dinheiro, que são destinados à causa do grupo. Grupos organizados e mobilizados competem com outros grupos pela capacidade de influenciar o Estado e dele obter benefícios. Os grupos que se acham normalmente excluídos da influência sobre o Estado tentam conseguir admissão no *polity*, o conjunto de grupos (inclusive os grupos definidos por sua posição dentro do Estado) que são capazes de exercer rotineiramente influência política.

Na opinião de Tilly, uma situação revolucionária implica soberania múltipla, na qual grupos ou coligações separados reivindicam direitos exclusivos ao poder do Estado e obtêm a lealdade de uma parte significativa da população. Isso começa muitas vezes com a fragmentação do governo vigente e a formação de coligações entre os grupos excluídos e alguns outros que fizeram parte do *polity*. Contudo, a soberania múltipla só pode emergir se o Estado estabelecido for incapaz de reprimir os desafiantes. A coligação desafiadora forma, então, um governo alternativo ou apodera-se de parte do Estado vigente. A situação revolucionária termina quando chega ao fim a soberania múltipla e de novo uma única coligação detém o poder político. Se o sistema político que predominava antes foi substituído e agora o poder se encontra nas mãos de uma coligação alternativa, produziu-se um resultado revolucionário. Continuando a sua obra histórica sobre a ação coletiva e as revoluções, Tilly publicou recentemente um livro sobre as revoluções européias (*European Revolutions*, 1993).

OS ESTADOS NA HISTÓRIA

Há muito tempo Tilly está interessado nos Estados. Depois de uma ausência prolongada, o Estado voltou, na década de 70, a ser importante objeto de estudo das ciências sociais. Durante algum tempo, grande parte da discussão dos Estados consistiu em debates abstratos do marxismo teórico, geralmente não-fundamentados no conhecimento histórico e às vezes contrários à pesquisa empírica. (A obra *Lineages of the Absolutist State* (1974), de Perry Anderson, constituiu uma importante exceção, embasada solidamente na história da Europa.) As principais questões desse debate foram: se e até que ponto os capitalistas controlam diretamente o poder do Estado nos países capitalistas desenvolvidos e, se não o controlam, por que o sistema político tende a favorecê-los. Outra questão foi conhecer as possíveis contradições e tendências de crise no “Estado capitalista” (para visões gerais dessa discussão, ver Block 1987 e Giddens 1981). Enquanto alguns estudiosos, como Nicos Poulantzas e Claus Offe, estavam ocupados em teorizar sobre os Estados, Charles Tilly e outros como ele estudavam o seu desenvolvimento histórico. Um dos marcos do estudo histórico dos Estados foi a publicação, em 1975, de *The Formation of National States in Western Europe*, uma grande coletânea de ensaios editada por Tilly, que contribuiu também com extensos artigos de introdução e conclusão. Os vários estudos desse volume, ao focalizarem diretamente as próprias organizações do Estado, evitaram reduzir os Estados a instrumentos das classes sociais, a arenas do conflito de classe, ou a mecanismos funcionalmente necessários de orientação para o capitalismo. O resultado combinado é uma descrição de Estados que são tão verdadeiros quanto os reis, exércitos, impostos e escolas, e que afetam de inúmeras maneiras as economias, as classes sociais e outros Estados. O livro, e particularmente os trabalhos de Tilly, também chamam a atenção para a enorme importância que a guerra e os preparativos para a guerra tiveram na formação do Estado moderno. A guerra obrigou os Estados europeus a organizar exércitos e marinhas, a extrair de suas populações recursos e homens e a instituir organizações para esses propósitos. Por seu turno, o aumento do poder militar permitiu que os governantes controlassem as suas populações de forma mais estrita.

No final dos anos 70, a conhecida obra de Theda Skocpol, *States and Social Revolutions* (1979), constituiu outro estudo balizador; nela os Estados são examinados atentamente como organizações genuínas que controlam os recursos e exercem uma influência independente sobre outros aspectos da vida social. Na avaliação de Skocpol, o colapso do poder repressivo do Estado, na maioria das vezes em consequência de guerras ou de outro tipo de pressão por parte dos Estados

estrangeiros em combinação com conflitos entre os Estados e as classes dominantes, foi o evento decisivo que produziu as revoluções sociais. Na década de 80, Skocpol, seus alunos e outros influenciados por ela estudaram as conseqüências, para diversos outros fenômenos, da variação nos Estados e nas suas estruturas. Um dos esforços mais importantes para promover as ciências sociais “centradas no Estado” foi o livro que Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol editaram sob o título de *Bringing the States Back In* (1985). A maioria dos estudos desse livro ressaltam a influência dos Estados sobre fenômenos como o desenvolvimento econômico, a política social e o conflito social, mas o estudo de Tilly para esse volume, um artigo com o título provocativo de “A Prática da Guerra e a Criação do Estado como Crime Organizado”, focaliza os próprios Estados.

Tilly estabelece uma analogia entre os Estados e os esquemas de chantagem em que criminosos organizados ameaçam com violência e depois cobram um pagamento em troca de “proteção” contra essa ameaça. Segundo Tilly, um Estado institui esse sistema quando a repressão do Estado representa o maior perigo para o bem-estar de sua população, ou quando ele próprio inventa ou provoca inimigos, domésticos ou estrangeiros, contra os quais fornece “proteção”. Isso constitui uma caracterização particularmente hábil da formação inicial do Estado na Europa. Muitas vezes a distinção entre guerreiros, bandidos e governantes não era muito clara. Depois que um guerreiro e seus seguidores, mediante a subjugação dos oponentes, monopolizavam a violência dentro de um território particular, poderiam extorquir tributos para sustentar novas guerras e tentar ampliar o território sob o seu domínio.

Os governantes que monopolizavam os principais meios de violência num território podiam vender proteção. Quando uma organização criminosa obtém o poder, as empresas ou grupos que cooperam com ela e compram proteção obtêm muitas vezes importantes vantagens sobre seus competidores, e podem até estabelecer monopólios dentro do território da organização criminosa. Aconteceu o mesmo com relação aos Estados. Os comerciantes em particular ganharam freqüentemente com a proteção que os governantes eram capazes de fornecer, mesmo que tivessem de pagar por ela. Na opinião de Tilly, do ponto de vista dos governantes, muitas vezes era conveniente uma proteção seletiva para aquelas classes que tinham condições de ajudar no fornecimento dos recursos necessários para a guerra. Mas essas alianças também tenderam a limitar a ação dos dirigentes: esses passaram a depender das classes, sobretudo capitalistas, que forneciam recursos para a guerra, o que deu a essas classes a condição de obterem instituições representativas que lhes permitiram influenciar a política do Estado. A natureza das alianças formadas entre os governantes e as classes dominantes

APRESENTAÇÃO

e o caráter da resistência doméstica à extração dos recursos por parte do Estado influenciaram intensamente a variação na natureza e estrutura dos Estados que emergiram. Este ensaio representou um esboço preliminar do argumento que Tilly desenvolveria mais tarde em *A Coerção, o Capital e os Estados Europeus, 990 d.C.-1990*.

A COERÇÃO, O CAPITAL E OS ESTADOS EUROPEUS

Este livro combina vários elementos da pesquisa anterior de Tilly sobre os Estados, a ação coletiva, a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo, e constitui até agora a sua análise mais sofisticada e abrangente das origens dos Estados modernos. Alguns princípios básicos orientam a análise. Segundo Tilly, os governantes tentaram defender e ampliar seu domínio sobre populações e territórios. A ameaça suscitada por outros Estados fez com que quase todos os governantes europeus se envolvessem na guerra internacional. As pessoas comuns se recusaram a ceder os recursos e os homens necessários para a guerra. Os modos de produção e as estruturas de classe associadas a eles tiveram influência sobre aquilo que os governantes precisaram fazer para extrair os recursos, sobretudo a natureza das negociações que, durante o processo, tiveram de manter com as classes superiores. Os Estados se desenvolveram como consequência não-planejada dos esforços que os dirigentes envidaram para extrair os recursos e homens necessários para a prática da guerra. Os governantes que tentaram fazer coisas similares em contextos diferentes construíram tipos diferentes de Estados. Esse esquema fornece a Tilly as condições para explicar as interações dos governantes com Estados estrangeiros, com as classes superiores e com os cidadãos comuns durante um milhar de anos, oferecendo elegantes explicações sobre a variação nos primeiros Estados europeus, a posterior convergência deles em Estados nacionais e o crescente controle civil sobre eles.

Em lugar de uma abordagem retrospectiva da formação do Estado, que começaria com um dos Estados contemporâneos e indagaria como ele se desenvolveu, Tilly adota uma visão prospectiva, que se inicia por volta do ano 1000 e examina daí em diante. Com essa abordagem prospectiva, Tilly tem condições de observar alguns fatos e processos decisivos que as análises retrospectivas provavelmente deixariam passar. A maioria dos outros estudos de formação do Estado ignoram os muitos Estados que desapareceram, mas Tilly mostra que os Estados europeus iniciais eram mais variados e muito mais numerosos que os de hoje. Antes do século XVII, o Estado nacional que domina o mundo atual não existia;

os territórios e povos europeus eram governados por cidades-Estados, federações e impérios. O Estado nacional difere dessas outras formas, porque governa um território contíguo e as cidades contidas dentro dele, e governa-os por intermédio de uma organização que é diferenciada no plano interno e separada de outros aspectos da organização social, como, por exemplo, a estrutura de classes. Essa forma de Estado só emergiu no século XVII, e chegou a dominar amplamente a Europa e por fim o globo, porque teve mais êxito nas guerras do que os outros tipos. O Estado nacional não é absolutamente a única forma possível de organização política. As outras formas de Estado, sobretudo a cidade-Estado, tiveram bastante sucesso durante um longo tempo e poderiam ter continuado a existir não fosse a pressão militar dos Estados nacionais. Para sobreviver, outros Estados europeus foram coagidos a se tornar Estados nacionais.

Em alguns séculos após o ano 1000, a Europa diferiu do resto do mundo porque possuía a combinação de uma densa rede de cidades comerciais e múltiplos Estados independentes. A natureza da formação do Estado inicial em regiões diferentes da Europa variou com a importância relativa das cidades, o que influenciou os meios que os governantes foram obrigados a adotar para ter acesso aos recursos e homens necessários para a guerra. Nas regiões dominadas por comerciantes envolvidos no comércio de longa distância, como Veneza, Gênova ou Holanda, que Tilly denomina regiões de concentração de capital, os governantes podiam obter os recursos mediante a tributação do comércio e empréstimos de dinheiro. Obtiveram também acesso mais direto ao recrutamento rural porque a comercialização caracteristicamente enfraqueceu o domínio do proprietário de terra. Contudo, para obter acesso ao capital, os governantes tiveram de negociar com os comerciantes e assegurar-lhes privilégios consideráveis. Isso significou muitas vezes reconhecer os órgãos representativos urbanos e torná-los parte do Estado. Assim, as cidades-Estados tenderam a dispor de burocracias administrativas reduzidas e pouca autonomia em relação às oligarquias comerciais. Contudo, esses Estados de grande concentração de capital foram por muito tempo os vencedores das guerras, porque tiveram facilidade de tributar os fluxos de comércio e conseguiram mobilizar-se rapidamente para a guerra naval.

Nas regiões em que não havia cidades importantes envolvidas no comércio de longa distância, os governantes tiveram de recorrer à coerção para extrair de suas populações recursos e homens. A extração coerciva geralmente era menos eficiente do que a tributação do comércio ou o pedido de empréstimos; desse modo, foram precisos mais funcionários, e usualmente foi necessária a cooperação dos senhores rurais que também controlavam a coerção. Onde havia poucos senhores rurais, como na Suécia, os governantes conseguiram extrair os recursos da guerra



APRESENTAÇÃO

diretamente da população sem negociar com eles. O caso polonês ilustra o extremo oposto: aqui os senhores de terras continuaram tão poderosos em relação aos reis que o Estado central permaneceu fraco e acabou sendo conquistado por outros Estados. No caso intermediário, soberanos como os czares russos construíram grandes burocracias através de negociação e conflito com os senhores rurais. Esses Estados muitas vezes foram envolvendo os próprios senhores de terras como funcionários do Estado, ou oficiais militares.

Os territórios que dispuseram tanto de poderosos senhores rurais quanto de ricas cidades comerciais acabaram produzindo os Estados nacionais. Esse tipo de Estado desenvolveu-se primeiramente na Inglaterra e na França, porque a crescente comercialização dessas regiões deu aos soberanos que já controlavam grandes territórios novas condições de acesso ao capital. Os governantes dessas áreas conseguiram maior autonomia usando uns contra os outros os senhores rurais e os capitalistas. Serviram-se do capital para instituir forças militares suficientemente fortes para subjugar os aristocratas armados; usaram os exércitos recrutados junto às suas grandes populações rurais para obter o controle das cidades. Durante o processo, construíram exércitos permanentes e burocracias administrativas que nem os proprietários rurais nem as oligarquias mercantis conseguiram controlar. A partir do século XVII, os Estados que dispunham de grandes acumulações de capital e de grandes populações tenderam a substituir as outras formas de Estado, porque tiveram condições de criar e manter grandes exércitos permanentes. Esses acabaram por derrotar os exércitos e marinhas mercenárias que nos séculos anteriores haviam dominado a guerra européia. Por volta do século XIX, os Estados nacionais dominavam a maior parte da Europa. Os Estados que não desapareceram para dar lugar a unidades maiores transformaram-se em Estados nacionais. Por volta da metade do século XX, essa forma havia-se disseminado pelo mundo inteiro.

A exposição de Tilly sobre a formação do Estado não constitui apenas uma história de reis, generais, aristocratas e capitalistas. Milhões de indivíduos comuns desempenharam também a sua parte. Lutaram nas guerras e produziram os recursos necessários para manter os exércitos e marinhas, mas de modo geral não o fizeram com muita boa vontade. Recusaram-se vigorosamente a ceder dinheiro, provisões e jovens para a guerra, muitas vezes voltando-se para a rebelião e outras formas de violência coletiva que Tilly descreveu com maior detalhe em outros trabalhos. Para assegurar um acesso regular aos meios de guerra, os governantes foram obrigados a negociar acordos com os civis. Nas fases anteriores, haviam negociado principalmente com as classes dominantes, mas, quando a guerra passou a depender dos grandes exércitos estáveis recrutados junto às populações nacionais, os governantes foram obrigados a negociar também com as pessoas comuns. Para



diminuir a resistência ao recrutamento e aumentar o entusiasmo dos soldados na luta, os dirigentes acharam conveniente assegurar privilégios aos veteranos e às famílias dos mortos e feridos. Para facilitar a tributação regular, os dirigentes foram obrigados muitas vezes a garantir direitos individuais e instituições representativas. Aqueles que ganharam representação muitas vezes esforçaram-se por “ampliar” as instituições do Estado numa tentativa de usá-las para suas próprias finalidades. Aqueles que não obtiveram representação fizeram agitações no sentido de serem incluídos no sistema político. Com o passar do tempo, afirma Tilly, os direitos de cidadania e a representação dos cidadãos no governo tenderam a crescer, principalmente porque aumentaram a escala e o custo da guerra. Para ganhar as guerras, os governantes dos Estados nacionais tiveram de mobilizar as populações e seus recursos numa escala que os governos anteriores nunca haviam atingido. À medida que aumentaram as exigências da guerra, cresceu a necessidade de cooperação por parte das populações nacionais. Para conseguir essa mobilização, enfrentaram-se negociações difíceis, muitas vezes violentas, e concessões verdadeiras aos civis.

Tilly afirma também que a guerra, ironicamente, acabou aumentando o poder dos setores civis do governo. Isso se deveu em parte a uma tendência dos civis a usar os direitos de cidadania e representação para exigir que o Estado atuasse em seu favor. Deveu-se também às ações administrativas no sentido de levantar grandes volumes de renda e de manter grandes exércitos estáveis, o que acabou por inchar os setores civis da estrutura de Estado. De modo geral, a extração de renda e as guerras aconteceram em lugares diferentes, fazendo com que os órgãos tributários e fiscais se separassem dos militares e esses, quando necessitavam de recursos, passassem a depender dos órgãos civis. Os Estados também tenderam a envolver-se na produção de armas e de outros suprimentos militares, e intervieram na distribuição de alimentos para assegurar o aprovisionamento de crescentes exércitos e cidades-capitais, fatos todos que aumentaram o tamanho e a importância dos órgãos civis dentro do Estado e fizeram com que os militares dependessem cada vez mais deles.

A HISTÓRIA EUROPÉIA E OS ESTADOS DO TERCEIRO MUNDO

Em seu capítulo final, Tilly tira de sua análise histórica da Europa implicações para os Estados contemporâneos, sobretudo para os do Terceiro Mundo. Os estudiosos da formação do Estado latino-americano podem sentir-se incomodados com as generalizações que congregam os Estados que de uma forma ou de outra

existiram por quase dois séculos e aqueles que emergiram da Segunda Guerra Mundial. Este livro abrange poucos elementos da história dos Estados latino-americanos, um ponto que Tilly reconhece. Poder-se-ia argumentar também que, numa abordagem prospectiva, em vez de agrupar os Estados latino-americanos com os Estados da África e da Ásia, seria preferível fazê-lo com os Estados norte-americanos de língua inglesa. Nas Américas, as potências européias estabeleceram seu domínio territorial muito mais cedo que na África e na Ásia, onde durante muito tempo concentraram a maior parte de seus esforços na monopolização das redes de comércio. A maior parcela do Hemisfério Ocidental também foi governada pelos Estados independentes desde o início do século XIX (um pouco mais cedo no caso dos Estados Unidos e do Haiti, mais tarde no do Canadá). A maioria dos Estados do continente tornaram-se repúblicas logo em seguida à sua independência. Algumas diferenças importantes também se evidenciaram durante o século XIX. Os Estados Unidos desenvolveram um controle civil duradouro sobre as organizações militares, o que não aconteceu com os Estados latino-americanos. Com exceção da região meridional, os Estados Unidos cedo estenderam os direitos de representação política a quase toda a sua população masculina adulta. Em algumas das primeiras repúblicas hispano-americanas, os cidadãos comuns obtiveram amplos direitos políticos, mas logo voltaram a perdê-los. Os antigos vice-reinados espanhóis tenderam a fragmentar-se e sofreram múltiplas guerras civis de pequena monta. Os Estados Unidos permaneceram intatos, com exceção de uma guerra civil maciça e sangrenta. O Estado brasileiro sofreu várias rebeliões regionais, mas as reprimiu todas. Vários Estados do continente adquiriram controle de novos territórios através da colonização e de campanhas de genocídio contra os índios, mas os Estados Unidos também conquistaram um imenso trecho de território do México.

A explanação de Tilly sobre os Estados europeus sugere o exame de alguns fatores que poderiam ter sido importantes na formação dos Estados americanos. Primeiramente, os Estados foram criados pelos governantes (e por outras elites políticas, como os funcionários burocráticos e oficiais militares) no processo de interação com outros Estados e de extração de recursos do povo no território sobre o qual reclamavam soberania. Na Europa moderna do início, os governantes não tentaram conscientemente criar Estados. Em vez disso, os Estados emergiram pouco a pouco como resultado de ações que os governantes adotaram ou para defender-se de outros governantes ou para extrair recursos de seus territórios. Em compensação, nos períodos posteriores, as elites políticas dos “novos” Estados contaram com modelos de Estados nacionais bem-sucedidos e tiveram acesso a ideologias sobre a maneira de administrá-los. Tentaram conscientemente criar Estados nacionais. Não que os resultados se assemelhassem necessariamente aos planos, mas o fato de os

governantes estarem tentando criar Estados em vez de apenas reagir a necessidades prementes criou uma diferença quanto àquilo que os dirigentes fizeram e ao modo como o justificaram para aqueles que forneceram os meios para a criação do Estado. Depois de constituído o sistema europeu de Estados, o ambiente internacional que moldava os Estados americanos emergentes também era diferente do que havia sido na época inicial em que os Estados europeus se estavam formando. Simplesmente para obter reconhecimento diplomático dentro do sistema internacional estabelecido, os dirigentes dos Estados emergentes tiveram de adotar formas organizacionais identificáveis a Estados nacionais. Isso se aplicou a todos os novos Estados das Américas; assim, não pode explicar a sua divergência no século XIX, mas podemos indagar que diferença causou o fato de os governantes de Estados diferentes adotarem modelos diversos do Estado nacional. Por exemplo, a monarquia do Brasil provavelmente tornou-o mais aceitável pelos Estados europeus pós-napoleônicos do que o republicanismo de seus vizinhos de fala espanhola.

A análise de Tilly sugere também que a natureza da atividade econômica e das classes dominantes no território governado por Estados americanos teve uma influência importante sobre a estrutura de Estado, porque influenciou o volume de recursos que os governantes puderam extrair e o que tiveram de fazer para obtê-los. Na América Latina do século XIX, as classes superiores agrárias, orientadas para a exportação, e os comerciantes estrangeiros residentes produziram tipos particulares de fluxos de recurso, e oportunidades particulares de tributação e obstáculos a essa taxação. Por exemplo, era relativamente fácil tributar no porto os enclaves de exportação, mas isso deu aos Estados possibilidades de arrecadar recursos sem grandes aparelhos fiscais ou instrumentos de monitoração da atividade econômica doméstica. O estudo comparativo das políticas fiscais do século XIX e da cobrança de impostos pode, assim, ajudar-nos a entender as trajetórias diversas dos Estados americanos.

É importante examinar também a variação na incidência e intensidade da guerra. Embora fossem comuns na América Latina do século XIX, as guerras usualmente representaram lutas civis de pequena escala ou conflitos internacionais que, pelos padrões europeus, não passavam de simples escaramuças. (Uma notável exceção foi a maciça mobilização para a Guerra do Paraguai.) Com bastante frequência os soldados viviam apenas de alimentos e provisões pilhadas ou requisitadas nos territórios que atravessavam. Nenhuma dessas guerras se aproximou da escala e da intensidade da Guerra Civil norte-americana. No século XIX, os Estados Unidos também lutaram mais guerras internacionais do que a maioria dos Estados latino-americanos. Na América Latina, no século XX, a guerra internacional foi relativamente rara, ao passo que os Estados Unidos se tornaram cada vez

APRESENTAÇÃO

mais belicosos. Por conseguinte, muito mais do que os Estados latino-americanos, o Estado nacional nos Estados Unidos foi obrigado a negociar com os civis no sentido de obter os recursos e os homens necessários para a guerra. Assim, a América Latina não contou com uma das forças (a guerra) mais importantes que, na Europa, levaram à expansão dos direitos dos cidadãos junto ao Estado. Isso acarreta a seguinte sugestão desconcertante: a de que os latino-americanos sofreram repetidamente os horrores da repressão do Estado em parte porque foram poupados dos horrores da guerra internacional de grande escala. No entanto, seria insensato inferir que a guerra internacional é necessária para controlar os militares da América Latina e de outras partes do Terceiro Mundo apenas e tão-somente porque a guerra produziu esse resultado na Europa, assim como é insensato admitir que o resto do mundo repetirá necessariamente outros aspectos da experiência européia.

A comparação que Tilly estabelece entre os Estados latino-americanos contemporâneos e outros do Terceiro Mundo é bem embasada. Se os Estados latino-americanos divergiram dos anglo-americanos no século XIX e início do século XX, haviam convergido com os Estados asiáticos e africanos em importantes aspectos em meados do século XX. A formação de Estados nacionais independentes não provocou o controle civil das organizações militares em grande parcela do Terceiro Mundo. As tendências militares a intervir na política ou a tomar o poder aumentaram na segunda metade do século XX. Mesmo naqueles Estados, como o do Brasil, da Argentina e do Chile, em que foram restabelecidos regimes civis razoavelmente fortes, os oficiais militares ainda usam ameaças e às vezes rebeliões para proteger os seus interesses e limitar as ações dos políticos civis.

Tilly tem criticado bastante aqueles que acham que o Terceiro Mundo apenas está localizado num ponto anterior do mesmo caminho tomado pela Europa; assim, não surpreende que ele ressalte as diferenças entre a experiência européia e a do Terceiro Mundo, enfatizando fortemente as conseqüências, para o último, do colonialismo e das várias formas de dominação e influência pós-colonial. Tilly observa que as potências coloniais deixaram, nos novos Estados formados depois da Segunda Grande Guerra, as organizações militares mais bem estruturadas do que outros ramos do governo, fato que aumentou o poder militar com relação aos políticos civis. Esse ponto não se aplica à América Latina, mas a maioria das outras observações de Tilly acerca do Terceiro Mundo são aplicáveis à região.

Para entender as relações entre civis e militares no Terceiro Mundo contemporâneo, dever-se-ia examinar a extensão com que os militares dependem das populações domésticas e dos setores civis do governo quando precisam de recursos. Na mesma proporção em que podem deixar de negociar os recursos com as populações civis, os Estados e os militares podem evitar o estabelecimento de

direitos civis reais e duradouros. Na mesma medida em que podem adquirir armas e dinheiro sem depender de organizações fiscais eficientes ou de uma indústria bélica doméstica administrada por civis, os militares podem evitar ser controlados pelos políticos civis. Tilly sugere que a ajuda militar e outras formas de ajuda direta por parte dos Estados Unidos e da União Soviética durante a Guerra Fria foram fatores importantes para o aumento da independência e da capacidade organizacional dos militares do Terceiro Mundo em relação às forças civis. Os governos estrangeiros que fornecem armas ou dinheiro adquirem influência sobre as organizações militares do Terceiro Mundo, mas habitualmente se preocupam mais com as alianças internacionais de um Estado do que em saber se ele é controlado por generais ou civis, e podem até preferir os primeiros. Tilly sugere também que a renda do Estado derivada da exportação de algumas mercadorias primárias tende a afastar os Estados dos vínculos com importantes grupos civis e classes e torna-os mais vulneráveis aos golpes militares. A maior probabilidade de os Estados se isolarem existe quando dependem da exportação de mercadorias relativamente valiosas produzidas sob o controle de estrangeiros, ou de um segmento estreito da classe superior doméstica, ou do próprio Estado, situações características muitas vezes das exportações de minérios. Quando os regimes militares estão no poder, essas fontes de renda "independentes" podem dar-lhes condição de evitar a negociação com os grupos civis.

A análise histórica de Tilly lança algumas dúvidas sobre uma das explicações, dada, muitas vezes, para a tendência dos militares do Terceiro Mundo de intervir na política, ou seja, a sua falta de profissionalismo. Treinamento avançado, hierarquias de carreira meritocráticas, valores profissionais e isolamento da política civil poderiam aumentar a coerência e a capacidade organizacional dos órgãos militares em relação aos civis, dando-lhes condições de atuar decisivamente no sentido de defender os seus interesses corporativos ou as idéias dos generais sobre o que seria o interesse nacional. Em outras palavras, o aumento do profissionalismo militar pode mudar a natureza das intervenções políticas dos militares, tornando-os menos receptivos às demandas dos grupos da classe superior, mas o profissionalismo também pode aumentar a capacidade de intervenção dos militares.

A obra de Tilly sugere que aqueles que pretendem reduzir o perigo da intervenção dos militares na política deveriam concentrar-se em fazer com que os estabelecimentos militares, no que diz respeito aos recursos, dependessem das economias domésticas e dos setores civis do governo. A medida mais óbvia nesse sentido seria acabar com a ajuda militar direta por parte dos Estados poderosos, como, por exemplo, os Estados Unidos. Tilly insinua que o término das rivalidades da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética provavelmente limite o

APRESENTAÇÃO

fluxo de ajuda militar, obrigando os generais a estabelecer maiores negociações com os civis para obter os recursos que desejam. Contudo, a “Guerra às Drogas” está permitindo que algumas forças armadas latino-americanas obtenham novos recursos dos Estados Unidos. Outras medidas possíveis rumo ao controle civil são menos óbvias. As indústrias bélicas domésticas de propriedade de particulares talvez aumentem a dependência militar dos civis, mas essas mesmas indústrias de propriedade do Estado geridas por oficiais militares provavelmente aumentem a autonomia militar. A diversificação de exportações poderia suscitar a negociação com uma camada maior de grupos civis no que diz respeito à renda derivada da tributação das exportações. O aumento de outras formas de tributação ou da arrecadação de outros impostos já existentes poderia ter o mesmo efeito. É intrigante pensar que uma política de combate à sonegação de impostos, sobretudo a sonegação por parte dos ricos, poderia ajudar a limitar o poder militar e assim fortalecer a democracia: é provável que as classes dominantes não tolerem orçamentos militares inchados, corpos de oficiais desproporcionais, ou rebeliões militares e tentativas de golpe, se tiverem de ajudar a pagar por isso.

Este livro fornece muito material para uma reflexão sensata sobre os perigos, benefícios, potencial e limites dos Estados nacionais nessa época de mudanças maciças no sistema internacional de Estados e no próprio caráter de muitos Estados. Um pensamento claro como o deste livro sobre as origens e o desenvolvimento dos Estados nacionais é essencial, se quisermos saber se essa forma política está em declínio e o que poderia substituí-la.

KARL MONSMA
março de 1995

TRABALHOS DE OUTROS AUTORES CITADOS NO TEXTO

- ANDERSON, Perry. 1974. *Lineages of the Absolutist State*. London, New Left Books.
- BLOCK, Fred. 1987. *Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism*. Philadelphia, Temple University Press.
- EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (eds.). 1985. *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GIDDENS, Anthony. 1981. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Berkeley, University of California Press. Vol. 1: *Power, Property and the State*.
- MOORE, Barrington, Jr. 1966. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston, Beacon Press.

CHARLES TILLY

- RAGIN, Charles C. 1987. *The Comparative Method: Moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley, University of California Press.
- SKOCPOL, Theda. 1979. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SKOCPOL, Theda. 1984. "Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology". In: SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 356-391.

PUBLICAÇÕES DE CHARLES TILLY

Livros

1964. *The Vendée*. Cambridge, Mass., Harvard University Press. (Publicado também em francês.)
1974. *An Urban World*. Boston, Little, Brown.
- 1974 (com Edward Shorter). *Strikes in France, 1830-1968*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press. (Publicado também em espanhol.)
- 1975 (com Louise A. Tilly & Richard Tilly). *The Rebellious Century, 1830-1930*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
1978. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass., Addison-Wesley.
1981. *As Sociology Meets History*. New York, Academic Press.
1985. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York, Russell Sage Foundation. (Publicado também em espanhol.)
1986. *The Contentious French: Four Centuries of Popular Struggle*. Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard University Press. (Publicado também em francês e em italiano.)
1990. *Coercion, Capital, and European States, A.D. 990-1990*. Oxford, Blackwell. Edição revisada em brochura, 1992. (Publicada também em italiano, em francês e em espanhol.)
1993. *European Revolutions, 1492-1992*. Oxford, Blackwell. (Publicado também em italiano, em alemão e em francês.)
- No prelo. *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Coletâneas Editadas

- 1971 (com David Landes). *History as Social Science*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall.
1975. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press. (Publicada em italiano uma edição condensada.)
1978. *Historical Studies of Changing Fertility*. Princeton, Princeton University Press.
- 1981 (com Louise A. Tilly). *Class Conflict and Collective Action*. Beverly Hills, Sage.
- 1989 (com Leopold Haimson). *Strikes, Wars, and Revolutions in an International Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1994 (com Wim Blockmans). *Cities and the Rise of States in Europe, A.D. 1000-1800*. Boulder, Westview Press.

APRESENTAÇÃO

ARTIGOS SELECIONADOS

- 1971 (com Edward Shorter). "The Shape of Strikes in France, 1830-1960". *Comparative Studies in Society and History*, 13: 60-86.
- 1972 (com David Snyder). "Hardship and Collective Violence in France". *American Sociological Review*, 37: 520-532.
1973. "Does Modernization Breed Revolution?" *Comparative Politics*, 5: 425-447.
- 1973 (com A. Q. Lodhi). "Urbanization, Criminality and Collective Violence in Nineteenth-Century France". *American Journal of Sociology*, 79: 296-318.
- 1974 (com Lynn Lees). "Le Peuple de juin 1848". *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 29: 1061-1091.
1975. "Revolutions and Collective Violence". In: GREENSTEIN, Fred I. & POLSBY, Nelson (eds.). *Handbook of Political Science*. Reading, Mass., Addison-Wesley, vol. III.
1979. "Repertoires of Contention in America and Britain". In: ZALD, Mayer N. & MCCARTHY, John D. (eds.). *The Dynamics of Social Movements*. Cambridge, Mass., Winthrop.
1980. "Historical Sociology". In: McNALL, Scott G. & HOWE, Gary N. (eds.). *Current Perspectives in Social Theory*. Greenwich, Conn., JAI Press, vol. 1.
1982. "Vecchio e Nuovo nella Storia Sociale." *Passato e Presente*, 1: 31-54.
1982. "Proletarianization and Rural Collective Action in East Anglia and elsewhere, 1500-1900". *Peasant Studies*, 10: 5-34.
1983. "Flows of Capital and Forms of Industry in Europe, 1500-1900". *Theory and Society*, 12: 123-143.
1983. "Speaking Your Mind without Elections, Surveys, or Social Movements". *Public Opinion Quarterly*, 47: 461-478.
1984. "The Old New Social History and the New Old Social History". *Review*, 7: 363-406.
1984. "Social Movements and National Politics". In: BRIGHT, Charles & HARDING, Susan (eds.). *Statemaking and Social Movements: Essays in History and Theory*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
1984. "Demographic Origins of the European Proletariat". In: LEVINE, David (ed.). *Proletarianization and Family Life*. Orlando, Fl., Academic Press.
1985. "War Making and State Making as Organized Crime". In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
1987. "Family History, Social History, and Social Change". *Journal of Family History*, 12: 319-330.
1988. "Social Movements, Old and New". In: KRIESBERG, Louis; MISZTAL, Bronislaw & MUCHA, Janusz (eds.). *Research in Social Movements, Conflicts and Change*. Greenwich, Conn., JAI Press, vol. 10.
- 1988 (com Mark Granovetter). "Inequality and Labor Processes". In: SMELSER, Neil J. (ed.). *Handbook of Sociology*. Newbury Park, Cal., Sage.
1989. "State and Counterrevolution in France". *Social Research*, 56: 71-97.
1989. "The Geography of European Statemaking and Capitalism since 1500". In: GENOVESE, Eugene & HOCHBERG, Leonard (eds.). *Geographic Perspectives in History*. Oxford, Blackwell.
1989. "Collective Violence in European Perspective". In: GURR, Ted Robert (ed.). *Violence in America*. Newbury Park, Cal. Sage, vol. 2: *Protest, Rebellion, Reform*.
1989. "Cities and States in Europe". *Theory and Society*, 18: 563-584.
1991. "Changing Forms of Revolution". In: RICE, E. E. (ed.). *Revolution and Counter-Revolution*. Oxford, Blackwell.

CHARLES TILLY

- 1992 (com Louise A. Tilly & Richard Tilly). "European Economic and Social History in the 1990s". *Journal of European Economic History*, 20: 645-672.
1992. "Conflitto sociale". *Enciclopedia delle Scienze Sociali*, II: 259-270.
1993. "Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834". *Social Science History*, 17: 253-280.
1993. "Cambio Social y Revolución en Europa: 1492-1992". *Historia Social*, 15: 71-100.
1994. "Stratification and Inequality". In: STEARNS, Peter N. (ed.). *Encyclopedia of Social History*. New York, Garland.
1994. "States and Nationalism in Europe, 1492-1992". *Theory and Society*, 23: 131-146.
- 1994 (com Chris Tilly). "Capitalist Work and Labor Markets". In: SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard (eds.). *Handbook of Economic Sociology*. New York & Princeton, Russell Sage Foundation & Princeton University Press.
- No prelo. "Of Oilfields, Lakes, and Democracy". In: CHAPMAN, Herrick & ANDREWS, Reid (eds.). *The Social Construction of Democracy*. New York, New York University Press.
- No prelo. "Contention and the Urban Poor in Eighteenth – and Nineteenth – Century Latin America". In: ARROM, Silvia & ORTOLL, Servando (eds.). *Riots in the Cities: Popular Politics and the Urban Poor in Latin America, 1765-1910*. Minncapolis, Scholarly Resources.

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

A diversidade da política nacional dentro da atual zona de língua portuguesa suscita um problema significativo para a história mundial: De que modo a exportação de estruturas européias de Estado produziram Estados tão diferentes em regiões de colonização *européia*? *Dado um século ou mais de domínio português*, por que a política de Moçambique, de Angola, do Brasil e de outras antigas colônias diferem tanto uma da outra, sem falar da pátria-mãe, do próprio Portugal? A aplicação do problema é muito genérica: ainda persistem no mundo inteiro os resíduos formais da administração européia, disfarçados de códigos legais, constituições e títulos oficiais, **embora nenhum dos Estados não-europeus** estabelecidos sob influência européia se assemelhe muito a seus congêneres europeus. Estruturas de classe, carreiras políticas, formas de corrupção, atribuições militares, patrocínio político, divisões partidárias e muitos outros elementos distanciam-se dos modelos europeus. Além disso, quanto menor é a substituição das populações indígenas pelos imigrantes da Europa, maiores são as características distintivas dos Estados sucessores; os sistemas políticos da Índia, de Myanmar e do Iraque (todos até certo ponto antigas possessões britânicas) assemelham-se muito menos aos da Inglaterra que aos dos Estados colonizados, como Nova Zelândia, Austrália ou Canadá.

Pelo menos a partir de John Stuart Mill, foram aventadas hipóteses racistas para explicar tais diferenças, hipóteses segundo as quais povos não-esclarecidos – isto é, não-europeus – produzem necessariamente governos não-esclarecidos. O próprio Mill achava que a educação cívica poderia superar as barreiras opostas à

cultura, mas outros europeus conjecturaram muitas vezes que genes inferiores opuseram, em grande parte do mundo não-europeu, obstáculos intransponíveis à civilização; ainda hoje europeus racistas depreciam o impacto da imigração não-européia sobre o seu legado político. Contudo, tais hipóteses dão de frente com três fatos: 1. até meio milênio atrás, a Europa continuava sendo uma periferia relativamente distante para uma teia complexa de cidades, Estados e economias cujo eixo principal se estendia da África do Norte ao Pacífico através do Oriente Médio, da Índia e da China; 2. antes da conquista européia, a América do Sul e a América Central produziram os prodígios dos incas, dos astecas e de outras civilizações, e 3. dentro de uma geração, imigrantes vindos de todas as partes assimilam facilmente as culturas políticas dos Estados europeus a que se dirigem. Características raciais inatas não poderiam produzir com tanta rapidez diferenças tão grandes em termos de dominação, criatividade e desempenho político.

Da tradição racista o máximo que podemos reter é o reconhecimento de que os sistemas políticos europeus somente trouxeram algo parecido com suas formas originais quando vieram acompanhados de grande porção de europeus que haviam crescido dentro dessas tradições. O inverso é até mais verdadeiro: onde os europeus impuseram seu domínio sobre culturas claramente diferentes, as lutas e a acomodação produziram Estados muito diferentes, e regimes políticos distintos para acompanhá-los. Visivelmente, Estados viáveis assumem formas distintas, dependendo das histórias prévias de seus ambientes.

Evidentemente, dentro das zonas de dominação lingüística espanhola, inglesa ou francesa surge um problema semelhante; em cada caso, os impérios estabelecem laços e tradições culturais comuns, mas deixaram atrás de si Estados drasticamente diversos em sua organização política. O caso de Portugal e de suas antigas colônias sobressai principalmente pelas relações distintivas entre o centro imperial e as periferias – o pequeno tamanho da metrópole e a sua pobreza relativa, o contraste entre sua vasta rede comercial e suas modestas forças militares, a intervenção de um imenso comércio de escravos que (em termos de envolvimento direto) afetou Lisboa muito pouco e menos ainda o restante de Portugal continental, a importância econômica e política fundamental do Brasil, que por vários séculos foi o fulcro de todo o sistema português, embora nunca tenha recebido migração maciça de Portugal continental. A zona portuguesa desafia-nos a seguir a interação da coerção e do capital na formação de tipos totalmente diversos de Estado.

Este livro não tem qualquer pretensão de explicar a formação do Estado fora da Europa. Mesmo dentro da Europa ele identifica apenas algumas das conexões necessárias. Trabalhando na escala de um continente e de um milênio, delinea a maneira como as relações variáveis entre capital concentrado e meios concentrados

de coerção produziram dentro da Europa tipos claramente diferentes de Estado, mas acabou causando uma consolidação do poder do Estado, uma redução da quantidade dos Estados separados, e uma convergência de formas organizacionais de Estado. Afirma que, através do continente, por oito séculos ou mais, a guerra compeliu transformações e expansões de Estados, mas que, a partir do século XVIII, o tamanho e o poder desses Estados construídos pela guerra gerou, paradoxalmente, tanto um controle da atividade militar por parte dos civis quanto o envolvimento do Estado numa extensa série de atividades não-militares. É evidente que nem os orçamentos militares nem as forças militares de modo algum diminuíram, mas essas atividades não-militares – educação, saúde, serviços sociais, transporte, infraestrutura urbana, policiamento, política econômica – se tornaram por sua vez os principais objetos de luta entre partidos, classes e interesses civis, e os militares ocuparam as margens das lutas nacionais pelo poder. Por volta do século XX, a Ibéria, onde até recentemente facções militares continuavam a intervir regularmente na política, havia-se tornado uma exceção na Europa, rivalizada apenas pelos Bálcãs.

Que conclusões podemos tirar para o resto do mundo? Certamente, *não é* a de que os modelos europeus estão-se reproduzindo em toda a parte, *não é* a de que Estados equivalentes a Veneza, Rússia e Inglaterra voltarão a aparecer em todo o planeta, *não é* a de que a guerra entre Estados sempre compeliará a formação de Estado, *não é*, finalmente, a de que todos os Estados acabarão por burocratizar-se em sistemas de controle central civil; os testemunhos examinados no último capítulo do livro levantam uma dúvida, a de saber se algum desses fatos se produziu numa escala mundial durante o último meio século. O genocídio e o politicídio – matança deliberada de categorias inteiras de pessoas devido a suas filiações raciais, étnicas ou políticas – aumentaram em escala mundial. As ações dos Estados estão produzindo índices de refugiados nunca alcançados anteriormente. Os regimes militares podem ter deixado de multiplicar-se nos anos recentes, mas certamente não desapareceram. Temos grande volume de mudança política recente a explicar, que não se ajusta precisamente a nenhuma categoria de formação do Estado europeu.

Por conseguinte, podemos racionalmente tirar da experiência européia não conclusões, mas questões sobre aspectos dos Estados contemporâneos que necessitam de explicação: Em que condições ocorre o governo militar? O que leva os governantes de Estados que de outro modo seriam ineficientes a perseguir categorias inteiras de suas populações? Por que se tornaram tão comuns as guerras civis? Quando os Estados se democratizam? Se os Estados não-europeus crescem ricos, o que mais lhes poderá acontecer? Como hipótese de trabalho, podemos também supor que as relações entre capital concentrado e coerção concentrada

CHARLES TILLY

continuarão a compelir os tipos de Estados que emergirão em todo o mundo em décadas futuras, tal como fizeram ao longo da história europeia. O programa de trabalhos para os analistas políticos não-europeus não é aplicar mecanicamente os modelos europeus, mas examinar os tipos de causas e efeitos que produziram coisas diferentes quando foram aplicados nos ambientes distintivos da Ásia, da Oceania, da África e das Américas.

CHARLES TILLY

New York, outubro de 1994

PREFÁCIO

Neurose de criação, é como a chamo: a arte de dirigir as compulsões e os medos para resultados produtivos. Este livro ilustra a sua aplicação no escrever. No caso em questão, a minha compulsão a descobrir ou inventar uma simetria simples em eventos complexos aliou-se a *uma vontade de fugir de uma responsabilidade* enfadonha mediante a adoção de outra tarefa que não fosse tão assustadora. Qualquer leitor deste livro identificará os sinais da minha compulsão a ordenar e simplificar. No entanto, o segundo impulso necessita de uma pequena explicação. Já me aconteceu muitas vezes de enfronhar-me num trabalho difícil para evitar outra tarefa que no momento estava-me *parecendo dolorosa ou difícil*. *Desta vez*, depois de iniciar um trabalho em colaboração com Wim Blockmans, com o intuito de coligir uma série de artigos sobre as ações recíprocas das cidades e Estados na Europa, comecei um livro extremamente ambicioso, uma obra que comparasse a articulação entre cidades e Estados específicos em diversas partes da Europa a partir do ano 1000 d.C.

O meu propósito era que o livro respondesse convenientemente ao grande desafio de Perry Anderson: “Hoje, quando ‘a história de baixo’ se converteu em lema tanto dos círculos marxistas quanto dos não-marxistas, e produziu avanços importantes em nossa compreensão do passado, é necessário lembrar, não obstante, um dos axiomas básicos do materialismo histórico: o de que a luta secular entre as classes é resolvida, essencialmente, não no plano econômico ou cultural da sociedade, mas na esfera *política*. Em outras palavras, a construção e a destruição dos Estados é que selam as mudanças fundamentais nas relações de produção,

enquanto as classes subsistirem” (Anderson 1974: 11). Espero que o livro revele três das preocupações da minha carreira: a história e a dinâmica da ação coletiva, o processo de urbanização, e a formação dos Estados nacionais.

Para escrever um livro como este, do jeito que eu o entendia, seria necessário um domínio das fontes e línguas estrangeiras, sem falar da compilação de grandes catálogos e séries estatísticas que só apresentariam um item por vez. Comecei a escrever, mas logo me vi à cata de material novo em lugares obscuros, e a testar a minha capacidade de aprender novos idiomas e rememorar os antigos. A Universidade Cornell ofereceu-me a oportunidade de experimentar algumas das idéias básicas do livro, na qualidade de seu *Messenger Lectures* para 1987; embora a discussão em Ithaca tenha provado o quanto essas idéias se achavam inacabadas, convenceu-me também da importância do tema e de quanto era digno do grande esforço que iria demandar.

Enquanto eu trabalhava nesse livro em fevereiro e março de 1988, proferi uma série de palestras no Instituto de Estudos Políticos de Paris. (Sou grato a Alain Lancelot e a Pierre Birnbaum por me terem oferecido essa oportunidade, e a Clements Heller pelo apoio da Casa das Ciências do Homem durante a minha permanência em Paris.) O meu plano era trabalhar nos arquivos parisienses no intervalo das conferências. Mas logo no início da série vi-me novamente discorrendo sobre as cidades e os Estados europeus. Quando refleti sobre a profunda discussão que essa apresentação havia provocado, subitamente compreendi que outro livro estava à minha frente: uma obra mais esquemática, sintética, concisa e exequível do que aquela que eu começara. Escrever esse livro iria permitir-me uma saída honrosa, mesmo que temporária, do grande projeto que me estava atemorizando. Em vez de ir aos arquivos, sentei-me diante do computador e comecei a digitar o novo volume com entusiasmo. Versões revisadas das conferências que proferi na Cornell e no Institute foram ajustadas ao projeto, de forma que, ao retornar a New York, no final de março, tinha rascunhos trechos importantes do livro.

Negligenciando outros projetos que a Fundação Russell Sage, bondosamente, havia patrocinado com uma licença de um ano, corri para meu computador e continuei a escrever. (Durante esse tempo, Pauline Rothstein e seus assistentes na Russell Sage prestaram uma ajuda indispensável e inteligente com as fontes bibliotecárias, Camille Yezzi tornou mais fáceis as rotinas do dia-a-dia, Eric Wanner e Peter de Janosi ofereceram um apoio genial, enquanto Robert Merton e Viviana Zelizer estimularam os meus esforços para lidar com grandes estruturas, amplos processos e imensas comparações.) Mais ou menos em julho de 1988 circulava um rascunho completo, embora pouco uniforme. Esse e outros rascunhos subsequentes passaram sob os títulos de *Estados, Coerção e Capital*; *Prata, Espada e Cetro*, e o

menos meloso porém mais preciso, *A Coerção, o Capital e os Estados Europeus*. (A presente versão do livro incorpora e adapta material que apareceu anteriormente em “The Geography of European Statemaking and Capitalism since 1500”, publicado em *Geographic Perspectives in History* de Eugene Genovese e Leonard Hochberg (eds.) (Oxford, Basil Blackwell, 1989); “Warmakers and Citizens in the Contemporary World” (CSSC [Center for Studies of Social Change, New School for Social Research] *Working Paper*, 41, 1987); “How War Made States and Vice Versa” (CSSC *Working Paper*, 42, 1987); “States, Coercion, and Capital” (CSSC *Working Paper*, 75, 1988); e “State and Counterrevolution in France”, *Social Research*, 56 (1989), 71-98.)

Durante os meses subseqüentes, muitos amigos e colegas leram ou ouviram vários segmentos do livro; a minha compulsão a falar dele e a revisá-lo incessantemente manteve-os muito ocupados. Janet Abu-Lughod, Wim Blockmans, Bruce Carothers, Samuel Clark, Brian Downing, Carmenza Gallo, Thorvald Gran, Marjolein't Hart, Peter Katzenstein, Andrew Kirby, John Lynn, Perry Mars, Maarten Prak, Sidney Tarrow, Wayne te Brake, e Bin Wong deram-me um presente inestimável: fizeram críticas aos primeiros rascunhos de todo o manuscrito com muita inteligência, e Richard Bensef, Robert Jervis, Jo Husbands, e David Laitin acrescentaram sagazes comentários sobre itens específicos. Devo a Adele Rotman calorosos agradecimentos pelas sugestões sobre a maneira de expor as minhas idéias. Nikki Aduba editou o manuscrito com abalizado cuidado e inteligência. Louise Tilly estava ocupada em terminar os seus próprios livros quando comecei este, mas tolerou com generosidade a minha obsessão e ofereceu-me conselhos estratégicos.

Os ouvintes nas universidades de Bergen, California-Irvine, Chicago, Genebra, Leiden, e Ontário Ocidental, na Universidade da Cidade de New York, Universidade de Columbia, Universidade de Harvard, e na Academia de Ciências da Estônia propuseram-me questões oportunas sobre algumas partes da análise. O pró-seminário da Nova Escola sobre formação do Estado e ação coletiva ajudou-me repetidas vezes na formulação dos argumentos do livro. Sou profundamente grato a Harrison White e seus co-conspiradores no Centro de Ciências Sociais da Universidade de Columbia (especialmente Lisa Anderson, David Cannadine, Martin Gargiulo, Denise Jackson, Gerald Marwell, Salvatore Pitruzzello, Kate Roberts, Hector Schamis, Kamal Shehadi, Jack Snyder, Claire Ullman, e Ronan Van Rossem) pelo agradável seminário que organizaram para esmiuçar os capítulos rascunhados deste livro. Nenhum desses críticos prestimosos viu uma cópia completa da presente versão do livro; portanto, nenhum é co-responsável pelos meus erros.

Erros, com certeza os há. Numa obra que se estende por um milênio, deixei sem dúvida de examinar idéias importantes, passei por cima de eventos decisivos,

CHARLES TILLY

ignorei contradições relevantes, analisei de modo errado fatos significativos e expliquei com incorreção algumas mudanças. Minha esperança é que, antes de o rejeitarem sem mais nem menos, os leitores me participem alguns erros ou omissões, e reflitam sobre a extensão com que meus erros afetam a argumentação global do livro. Em meu otimismo, espero que este livro dê continuidade à obra iniciada por Stein Rokkan, já falecido, que construa sobre alicerces firmes e corrija os erros de um trabalho que Stein e eu fizemos em colaboração, *The Formation of National States in Western Europe*, que ilustre o programa de investigação em bases históricas dos amplos processos de mudança que defendi em trabalhos anteriores como *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* e *As Sociology Meets History*, e contribua para o esforço de elaboração de teorias de contingência histórica ilustradas por escritos recentes de Anthony Giddens, Allan Pred, Arthur Stinchcombe, e Harrison White. Se assim acontecer, a compulsão e a fobia terão mais uma vez dado uma contribuição construtiva ao conhecimento. Naturalmente, agora tenho de enfrentar um problema: ainda me aguarda o grande livro.

CHARLES TILLY

AS CIDADES E OS ESTADOS NA HISTÓRIA DO MUNDO

OS ESTADOS NA HISTÓRIA

Cerca de 3800 anos atrás, o governante de uma pequena cidade-estado da Mesopotâmia conquistou *todas as outras cidades-estado da região* e transformou-as em vassallos de Marduc, o deus da sua cidade. Hamurábi, o soberano da Babilônia, tornou-se o rei supremo da Mesopotâmia. Com a conquista, obteve o direito e a obrigação de estabelecer leis para todos os povos. Na introdução dessas famosas leis, Hamurábi pedia sabedoria aos grandes deuses Anu e Enlil:

então Anu e Enlil me pediram que desse bem-estar ao povo,
a mim, Hamurábi, o príncipe obediente, temente a deus, que fizesse a justiça
reinar sobre a terra, que destruísse os maus e os iníquos, que o forte não prejudicasse
o fraco
e que me erguesse qual o sol sobre o povo de cabeça preta,
iluminando a terra.

(Frankfort 1946: 193.)

Apoiado num chamamento divino, Hamurábi podia presunçosamente chamar de “maus” e “iníquos” aqueles que se opunham a seu domínio. Vilipendiando as vítimas, aniquilando os aliados e arrasando as cidades inimigas, ele afirmava que tinha a ampará-lo a justiça divina. Hamurábi estava construindo o poder de sua cidade e fundando um estado; seus deuses e a visão particular de justiça dessas divindades iriam prevalecer.

Os estados foram por mais de cinco mil anos as organizações mais extensas e mais poderosas do mundo. Definamos os estados como aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias e muitas outras formas de governo, mas exclui como tais as tribos, as linhagens, as firmas e as igrejas. Tal definição, infelizmente, é controversa; enquanto muitos estudiosos da política aplicam o termo a esse modo de organização, alguns estendem-no a qualquer estrutura de poder que existe numa população ampla e contígua, e outros restringem-no às organizações soberanas relativamente poderosas, centralizadas e diferenciadas – àquilo mais ou menos que denominarei estado nacional. Além disso, acabarei comprometendo a definição, se, com base no fato de outros estados inequívocos os considerarem estados-irmãos, incluir entidades como Mônaco e San Marino de hoje, apesar de estes carecerem de territórios “extensos”.

Fiquemos por enquanto com a definição organizacional. Com base nesse modelo, os restos arqueológicos assinalam a primeira existência de estados mais ou menos em 6000 a.C., e os registros escritos ou pictóricos atestam a sua presença dois milênios antes. Durante a maior parte dos oito milênios passados, os estados ocuparam uma parte muito pequena do espaço habitado da terra. Mas, com o transcurso dos milênios, a sua predominância cresceu.

As cidades originaram-se na mesma época. Em algum momento entre 8000 e 7600 a.C., o povoado que mais tarde receberia o nome de Jericó possuía um templo e casas de pedra; nos mil anos seguintes, adquiriu uma espessa muralha e construções diferenciadas. Mais ou menos nessa época, podia-se com razão chamar Jericó de cidade; e outras povoações do Oriente Médio começavam a adquirir também os sinais de urbanização. Na Anatólia, entre os restos de Çatal Hüyük aparecem casas suntuosas, santuários e obras de arte que datam de um período muito anterior a 6000 a.C. Cidades plenamente desenvolvidas e estados identificáveis emergiram, então, mais ou menos no mesmo instante da história do mundo, um momento de grande expansão da capacidade humana de criar e destruir. Na verdade, durante alguns milênios, os estados em questão foram em sua essência cidades-estado, constituídas muitas vezes por uma capital governada por sacerdotes e cercada por um adjacente que pagava tributos. No entanto, mais ou menos em 2500 a.C., algumas cidades da Mesopotâmia, entre elas Ur e Lagasch, estabeleceram impérios governados por guerreiros e mantidos pela força e pelos tributos; a unificação do sul da Mesopotâmia por Hamurábi aconteceu sete séculos depois que os primeiros impérios se haviam formado na

região. Desse momento em diante, a coexistência de estados extensos e cidades numerosas marcou as grandes civilizações, desde a Mesopotâmia, o Egito e a China até a Europa.

Nos oito ou dez milênios depois que surgiu o primeiro casal, as cidades e os estados oscilaram entre o amor e o ódio. Conquistadores armados muitas vezes arrasaram cidades e chacinaram os seus habitantes apenas para erguer novas capitais em seu lugar. O povo da cidade resguardou a sua independência e reclamou da interferência do rei nas questões urbanas, mas solicitou a proteção de seu rei contra os bandidos, os piratas e os grupos rivais de mercadores. A longo prazo e a certa distância, as cidades e os estados revelaram-se indispensáveis um ao outro.

Durante a maior parte da história, os estados *nacionais* – aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas – surgiram muito raramente. A maioria deles eram *não-nacionais*: impérios, cidades-estado, ou algo semelhante. Para nosso pesar, o termo “estado nacional” não significa necessariamente *estado-nação*, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica. Embora alguns estados, como a Suécia e a Irlanda, se aproximem hoje desse ideal, pouquíssimos estados nacionais da Europa se qualificaram algum dia como estados-nação. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – estados essencialmente nacionais – por certo nunca passaram nesse teste. A União Soviética, com nacionalidades militantes na Estônia, na Armênia e em outros lugares, viveu a diferenciação dolorosamente até a sua desagregação final. A China, com quase três mil anos de experiência de estados nacionais sucessivos (mas, dadas as suas múltiplas línguas e nacionalidades, nenhum ano de estado-nação), constitui uma exceção extraordinária. Somente nos últimos séculos é que os estados nacionais enxamearam o mapa do mundo com seus territórios separados um do outro, inclusive as colônias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governantes reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais.

Enquanto ocorria esse fracionamento final do mundo em amplos estados, duas *contracorrentes importantes começaram a fluir*. Em primeiro lugar, os portavozes de muitas populações que não formam estados distintos passaram a reivindicar a sua independência como estado. Não só os habitantes de antigas colônias, mas também as minorias dentro dos velhos estados ocidentais estabelecidos, passaram a exigir com uma freqüência espantosa os seus próprios estados. No mesmo momento em que estou escrevendo, grupos de armênios, bascos, eritreus, canacas, curdos, palestineses, sikhs, tâmeis, tibetanos, saarianos

do oeste e muitos outros povos desprovidos de estado reivindicam o direito a estados separados; milhares morreram ao exigir esse direito. Dentro de uma União Soviética, que por muito tempo parecia um monólito inquebrável, lituanos, estonianos, azerbaijanos, ucranianos, armênios, judeus e inúmeras outras “nacionalidades” fizeram pressões vitoriosas em favor de graus variáveis de distinção – e mesmo de independência.

No passado recente, bretões, flamengos, franco-canadenses, montenegrinos, escoceses e galeses também tentaram conquistar um governo separado, fora ou dentro dos estados que os controlam atualmente. Ademais, algumas minorias que lutam por seus próprios estados têm recebido regularmente adesões solidárias de terceiros, quando não de estados que hoje em dia governam os próprios territórios que reivindicam. Se todos os povos em nome de quem se fizeram exigências de um estado separado obtivessem seus próprios territórios, o mundo passaria dos 160 e tantos estados reconhecidos atualmente para milhares de entidades similares a estados, a maioria delas diminutas e economicamente inviáveis.

A segunda contracorrente também fluiu com força: surgiram para desafiar a soberania desses estados antagonistas poderosos: blocos de estados, como, por exemplo, a OTAN, a Comunidade Econômica Européia (CEE) ou a Associação Européia de Livre Comércio (AELC), redes mundiais de negociantes de mercadorias caras e ilegais, como drogas e armas, e organizações financeiras, como as gigantescas companhias internacionais de petróleo. Em 1992, os membros da CEE eliminaram as barreiras econômicas numa extensão tal que reduzirá consideravelmente a capacidade desses estados de adotarem políticas independentes em termos de moeda, de preços e de emprego. Esses sinais indicam que os estados da forma como os conhecemos não durarão para sempre, e podem em breve instante perder a sua incrível hegemonia.

Numa de suas “leis” sardônicas de comportamento organizacional, C. Northcote Parkinson revelou que “um arranjo planejado só alcança a sua perfeição naquelas instituições que estão à beira do colapso” (Parkinson 1957: 60). Entre esses casos, incluem-se a Basílica de São Pedro e o Palácio do Vaticano (terminados nos séculos XVI e XVII, depois que os papas perderam a maior parte de seu poder temporal), o Palácio pacificador da Liga das Nações (terminado em 1937, no mesmo instante das primeiras escaramuças da Segunda Guerra Mundial), e o planejamento da Nova Delhi colonial, onde “cada fase da retirada [britânica] era contrabalançada pela consecução de outro triunfo no plano cívico” (Parkinson 1957: 68). Talvez se aplique aqui um princípio análogo. É possível que os estados sigam a velha rotina pela qual uma instituição entra em colapso no mesmo momento em que atinge a sua completude. Não obstante, nesse meio tempo, os estados continuam tão

dominantes que se chamaria de visionário insensato alguém que sonhasse com um mundo sem estados.

Os estados formam *sistemas* à proporção que interagem entre si, e na medida em que a sua interação afeta significativamente o destino de cada parceiro. Os estados sempre se desenvolvem a partir da luta pelo controle de território e população, portanto aparecem invariavelmente em aglomerados e costumam formar sistemas. O sistema de estados que predomina atualmente em quase toda a terra tomou forma na Europa após 990 d.C.; depois, cinco séculos mais tarde, começou a estender seu controle a regiões distantes fora do continente. Acabaram absorvendo, eclipsando, ou eliminando todos os seus concorrentes, inclusive os sistemas de estados centralizados que então existiam na China, na Índia, na Pérsia e na Turquia. Contudo, na passagem do Milênio, a Europa como tal não era uma entidade coesa; era formada pelo território situado ao norte do Mediterrâneo e ocupado outrora pelo Império Romano, além de uma extensa fronteira a noroeste que Roma nunca conquistou, mas que foi invadida frequentemente pelos missionários das igrejas cristãs que um império desintegrador havia deixado para trás como *souvenirs*. Na mesma época, os impérios muçulmanos controlavam uma parte expressiva do sul da Europa.

O continente que conhecemos atualmente teve algumas bases potenciais de unidade. Uma rede pouco uniforme de cidades comerciantes conectou grande parte do território e criou vínculos com os sistemas mais prósperos de produção e comércio que se estendiam do Mediterrâneo à Ásia Oriental. A massa da população era constituída mais de camponeses que de caçadores, pastores, ou comerciantes urbanos. Mesmo nas áreas de concentração urbana, como, por exemplo, as da Itália do Norte, os proprietários rurais dominavam a maioria da população, e a agricultura constituía a atividade econômica predominante. A religião, a língua e os resquícios da ocupação romana, provavelmente, tornaram a população européia mais homogênea em termos de cultura do que qualquer outra região do mundo comparável, salvo a China. Além disso, dentro da área que Roma havia conquistado, entre os estilhaços de soberania remanesciam vestígios da lei e da organização política romanas.

Essas características acabaram por produzir um impacto significativo sobre a história da Europa. Tomemos o ano de 990 d.C. como ponto arbitrário de referência. No palco do mundo, a Europa de mil anos atrás não era um ator bem-definido, unitário e independente. Por isso, qualquer tentativa de explicar a transformação ulterior do continente em termos de seu *ethos* ou estrutura social distintiva corre grande risco de ser um raciocínio em sentido inverso. E, o que é mais importante, países individuais como a Alemanha, a Rússia e a Espanha não existiam como entidades coerentes; tomaram forma nos séculos seguintes, em conseqüência de

processos cujas etapas este livro procura delinear. Argumentos que começam com as características distintivas e duradouras da “Alemanha” ou da “Rússia” não representam corretamente a história agitada e contingente dos estados europeus.

Com efeito, parecem tão naturais a emergência dos estados nacionais, a expansão dos exércitos nacionais e a longa hegemonia da Europa que os estudiosos raramente indagam por que as suas alternativas plausíveis não prevaleceram no continente europeu: tanto quanto os sistemas de impérios regionais com frouxas articulações que prosperaram na Ásia, na África e na América pouco depois de 990 a.C. Uma parte da resposta reside, sem dúvida, na dialética das cidades e estados que se desenvolveram em poucas centenas de anos após 990. Isso porque a existência de uma rede urbana densa e desigual, simultânea a uma divisão em inúmeros estados bem-definidos e mais ou menos independentes, acabou por separar a Europa do resto do mundo. Por trás das mudanças geográficas das cidades e estados atuava a dinâmica do capital (cujo campo preferido eram as cidades) e da coerção (que se cristalizava sobretudo nos estados). Os estudos sobre as interações das cidades e estados logo se transformaram em pesquisas sobre o capital e a coerção.

Uma série espantosa de combinações entre a coerção e o capital emergiu num período ou outro da história da Europa. Em vários períodos dos últimos mil anos, impérios, cidades-estado, federações de cidades, redes de proprietários rurais, igrejas, ordens religiosas, ligas de piratas, bandos guerreiros e muitas outras formas de autoridade predominaram em algumas partes da Europa. A maioria delas se qualificavam como estados de um tipo ou de outro: eram organizações que controlavam os principais meios concentrados de coerção dentro de territórios delimitados e exerciam prioridade, em alguns aspectos, sobre todas as outras organizações que atuavam dentro desses territórios. No entanto, só tardia e lentamente é que o estado nacional se converteu na forma predominante. Daí a dupla pergunta crítica: *O que explica a grande variação, no tempo e no espaço, dos tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional?* Por que as direções de mudança eram tão semelhantes e as trajetórias, tão diferentes? Este livro objetiva esclarecer esse problema, quando não resolvê-lo totalmente.

AS RESPOSTAS DISPONÍVEIS

As respostas estabelecidas para a grande questão deixam insatisfeito qualquer estudioso sério da história europeia. As alternativas ora disponíveis diferem

sobretudo com relação às suas posições sobre duas questões. Primeiro, em que medida, e até que ponto, a formação do estado resultou da forma particular de mudança econômica? O leque segue em linha reta do determinismo econômico para as afirmações da total autonomia da política. Segundo, com que vigor os fatores externos a um estado particular influenciaram a sua trajetória de transformação? As respostas variam desde as explicações fortemente internalistas àquelas que atribuem demasiada importância ao sistema internacional. Sem qualquer coincidência, as teorias da guerra e das relações internacionais variam exatamente da mesma maneira: da economicamente determinista à politicamente determinista, e da interna à internacionalista.

Embora pouquíssimos pensadores se coloquem nos extremos – por exemplo, derivar o estado e suas mudanças totalmente da economia –, as diferenças entre as abordagens disponíveis continuam impressionantemente grandes. A figura 1.1 esquematiza as respostas disponíveis às duas questões.

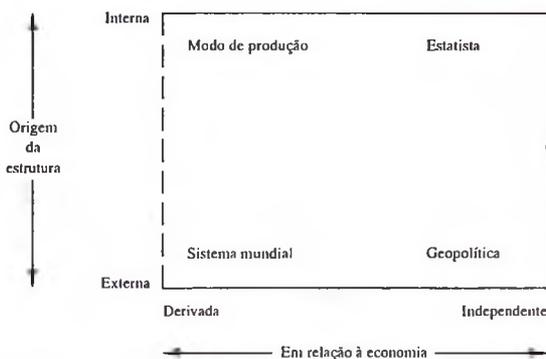


Figura 1.1 Concepções alternativas de formação do estado.

As Análises Estatistas

Assim, um modelo estatista da guerra, das relações internacionais e da formação do estado trata a mudança política como se a sua ocorrência fosse parcialmente independente da mudança econômica, e apresenta-a como uma consequência principalmente de eventos acontecidos em estados particulares. Muitos analistas das relações internacionais adotaram frequentemente uma

perspectiva estatista, pressupondo que os estados individuais se guiam pelos seus interesses definidos, que o sistema internacional é anárquico e que as interações entre os estados se reduzem essencialmente ao ataque e defesa de atores com interesses próprios. Hoje em dia, as teorias mais populares do tipo clássico usam os rótulos “realista estrutural” ou “escolha racional”; levam em conta os efeitos de um sistema internacional hegemônico, bipolar, ou multipolar, mas baseiam as suas análises do comportamento dos estados nos interesses e orientações de estados individuais (e.g., Bueno de Mesquita 1988, Gilpin 1988, Waltz 1988; para explicação e crítica, ver Holsti 1985, Jervis 1988a).

Entre os historiadores, os sociólogos e os estudiosos de política comparada, as explicações estatistas das transformações dos estados são de longe as mais populares. Herdam a tradição, ora desacreditada, do desenvolvimento político, que procura indícios das condições que produzem estados fortes, eficientes e estáveis e admite que não existe outro conjunto de condições fora desse. Tomam caracteristicamente o estado individual como seu ponto de referência. Quando não se limitam a histórias particulares de estados isolados, muitas vezes postulam uma trajetória única e central de formação do estado europeu e um conjunto de desvios de trajetória explicados por ineficiência, fraqueza, má sorte, posição geopolítica, ou pela sincronização do crescimento econômico e seus acompanhamentos; temos, assim, uns poucos exemplos de sucesso, como a França ou a Grã-Bretanha, e um grande número de fracassos, parciais ou totais, como a Romênia ou Portugal. Bertrand Badie e Pierre Birnbaum, por exemplo, consideram a França o estado europeu mais bem realizado: “A Prússia, a Espanha e a Itália seguiram várias trajetórias conexas, mas o processo de diferenciação e institucionalização nunca foi tão longe [quanto na França]”. Quanto à Grã-Bretanha, consideram-na “o modelo da subestatização” (Badie & Birnbaum 1979: 191, 217).

Samuel Huntington é um pouco mais generoso; considerando conjuntamente a Europa e os Estados Unidos, distingue três modelos de modernização das instituições governamentais: uma racionalização da autoridade e da diferenciação das estruturas dentro de um corpo soberano unificado sob a coroa, como no Continente; uma centralização de poder numa assembleia representativa, como na Grã-Bretanha; e uma fragmentação de soberania, como na América (Huntington 1968: 94-8). No entanto, Huntington logo abandona a distinção entre a Grã-Bretanha e o Continente em favor de uma ampla comparação entre a Europa e a América. Numa análise ou na outra, Huntington privilegia o efeito da guerra sobre as mudanças na estrutura do estado, mas assevera que a guerra apresenta efeitos mais ou menos semelhantes em toda a Europa. Sua análise enfatiza as causas internas e atribui pouco peso aos determinantes econômicos.

Uma segunda variante da análise estatista está mais próxima do centro do diagrama. Esta situa os estados num ambiente internacional, mas ainda os trata como se agissem de modo mais ou menos individual; a sua resposta às questões sobre as diversas trajetórias de formação do estado começa com uma variação sociocultural entre as diversas partes da Europa – protestante ou católica, eslava ou germânica, feudal ou livre, agrícola ou pastoril – e deriva as diferenças dos esforços dos governantes para realizar os mesmos objetivos em meios altamente diversos. Assim, na Europa do Sudeste, os teóricos afirmaram repetidas vezes terem descoberto uma tradição aldeã autóctone – eslava, magiar ou romana – que distingue o destino dos estados da região dos da Rússia a leste ou dos estados capitalistas a oeste (Berend 1988, Hitchins 1988, Roksandic 1988).

Num livro lúcido e muito lido, Paul Kennedy propõe uma variante sofisticada do argumento estatista, com consideráveis implicações econômicas. A sua obra, *Rise and Fall of the Great Powers*, se parece mais do que no título com o livro de Mancur Olson, *Rise and Decline of Nations* (que ele não cita); ambos afirmam que o próprio processo de expansão econômica e política cria compromissos que acabam por torná-lo mais lento. No entanto, Olson se concentra no período contemporâneo, pensa em construir um modelo geral e privilegia as coligações – cartéis, sindicatos e outras – que se formam dentro de um estado para aproveitar-se dos benefícios do crescimento. Kennedy, diferentemente, atenta sobretudo para a posição internacional de um estado e delimita um amplo caminho histórico.

A pouca uniformidade no crescimento econômico, segundo Kennedy, faz com que os estados líderes do mundo adquiram e percam vantagens em relação aos outros estados, vantagens que habitualmente procuram assegurar com o apoio do poder militar. Todavia, aqueles estados que triunfam nessas lutas julgam que são obrigados a aplicar porções crescentes de seus recursos em exércitos e marinhas. “Se, no entanto, uma parte grande demais dos recursos do estado for desviada da criação de riquezas e aplicada, em vez disso, em propósitos militares, é provável que isso provoque a longo prazo um enfraquecimento do poder nacional” (Kennedy 1987: XVI). Nesse meio tempo, outros estados acumulam riqueza, reinvestem na criação de novas riquezas e tiram proveito da obrigação menor que têm de remunerar uma força militar. Embora a afirmação inicial de Kennedy torne apenas possível o declínio e a queda, todos os casos que ele analisa – os primórdios da China Imperial, o Império Mongol, o Império Otomano, os Habsburgos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – comprovam que isso parece inevitável. Prosseguindo em sua argumentação, Kennedy fornece uma valiosa cronologia do sistema de estado da Europa a partir de 1519: uma sede de domínio por parte dos Habsburgos (1519-1659), uma grande luta pelo poder sem qualquer primazia (1660-1815), um

período incerto de hegemonia britânica (1815-1885), outro período de equilíbrio nervoso (1885-1918), a ascensão dos Estados Unidos a uma supremacia temporária (1918-1943), um sistema bipolar EUA-URSS (1943-1980) e outro período de luta inconstante (1980-?). Embora a análise de Kennedy forneça apenas indícios vagos sobre as origens dos diferentes tipos de organização do estado, sua ênfase sobre a interação da guerra, do poder econômico e da posição internacional sugere fatores que nenhuma abordagem do assunto pode dar-se ao luxo de negligenciar.

A obra de William McNeill, *Pursuit of Power*, salienta de maneira até mais dramática a posição central das formas e escalas variadas de guerra na transformação do sistema europeu de estado. O *tour de force* de McNeill apresenta uma visão global das guerras – e especialmente seu desenvolvimento tecnológico – em todo o mundo desde o ano 1000 d.C. Ele delinea, com grande clareza, o impacto da pólvora, da artilharia de sítio, das fortificações contra o cerco e de outras grandes inovações técnicas não somente sobre a guerra em si, mas também sobre as finanças do estado, a introdução da disciplina-tempo na vida civil e muitas outras coisas. A meu ver, McNeill subestima tanto a importância de certas inovações organizacionais como a modificação concomitante do serviço militar, quanto a influência das mudanças na guerra naval, mas dá uma idéia após outra da importância de um dado tipo de guerra para a vida social e a estrutura do estado. No entanto, não tenta uma análise sistemática das relações entre a organização militar e os diferentes tipos de formação do estado.

Com McNeill alcançamos a fronteira entre a análise estatista e a abordagem geopolítica da formação do estado; a centralidade absoluta da guerra em sua explicação faz da posição dentro do sistema internacional um determinante decisivo da história organizacional de qualquer estado particular. A maioria das abordagens estatistas do assunto adequam-se de maneira muito mais cômoda ao uso convencional do termo, que explica a transformação do estado francês, otomano, ou sueco como uma conseqüência de eventos e processos dentro de seu próprio perímetro.

Essas explanações estatistas da formação do estado – sejam monográficas ou sintéticas – fornecem uma grande parte da matéria-prima com que fabriquei a tese deste livro. Não obstante, em si mesmas não dão uma resposta efetiva ao tema principal da obra: Por que os estados europeus seguiram trajetórias tão diversas mas acabaram convergindo no estado nacional. Dissolvem-se em particularismos e teleologias, explicando por que a forma “moderna” de um determinado estado emergiu sobre a base do caráter especial de uma população e economia nacionais. Além disso, negligenciam as centenas de estados que floresceram antigamente e depois desapareceram – Morávia, Boêmia, Borgonha, Aragão, Milão, Sabóia e

muitos outros. Quanto às explicações sistemáticas, devemos procurá-las fora do âmbito da literatura estatista.

As Análises Geopolíticas

Se a maioria dos estudiosos da formação do estado adotaram uma perspectiva estatista, que considera a transformação de qualquer estado particular como o resultado sobretudo de eventos não-econômicos dentro de seu próprio território, cada uma das outras três perspectivas contou com defensores prestigiosos. Para os *analistas geopolíticos*, o sistema internacional é o grande elemento formador do estado em seu próprio território. Os argumentos geopolíticos afirmam comumente que as relações entre estados têm uma lógica e influência próprias e que, por conseguinte, a formação do estado segue rigorosamente o sistema de relações vigente entre eles. Num esforço característico, James Rosenau distingue quatro “padrões de adaptação nacional” à política internacional: aquiescente, intransigente, fomentador e preservador. O estado intransigente, por exemplo, “pode tentar fazer com que o seu ambiente se coadune às suas estruturas vigentes”, enquanto o estado fomentador “pode procurar moldar as exigências de suas estruturas vigentes ao seu ambiente atual” (Rosenau 1970: 4). Cada um desses padrões, no entender de Rosenau, têm conseqüências distintas para o caráter do executivo, para a natureza do sistema partidário, para o papel do legislativo, do militar e outras coisas mais (Rosenau 1970: 6-8). Do mesmo modo, aquilo que William Thompson denomina perspectiva da “sociedade global” com relação à guerra e às relações internacionais atribui uma autonomia expressiva à política e considera que os estados individuais reagem fortemente à estrutura das relações entre todos os estados; portanto, enquadra-se claramente no quadrante geopolítico. Não surpreende, pois, que para nós os *modelos geopolíticos de formação do estado, da guerra e das relações internacionais* se articulem estreitamente entre si (Thompson 1988: 22-7; ver também Waltz 1979). Esse conjunto de trabalhos, segundo a minha leitura, corrige preciosamente o internalismo das análises estatistas, mas oferece uma orientação indistinta para a busca de mecanismos que vinculem formas particulares de estado a posições específicas dentro do sistema internacional.

As Análises Segundo o Modo de Produção

As análises do estado pelo modo de produção seguem de forma característica a lógica do feudalismo, do capitalismo, ou de alguma outra organização de

produção, depois derivam o estado e suas mudanças quase que totalmente dessa lógica, na medida em que ela opera dentro do território do estado (Brenner 1976, Corrigan 1980). “O estado, no nosso entender”, declaram Gordon Clark e Michael Dear numa afirmação característica, “origina-se tanto dos imperativos econômicos quanto dos ditames políticos da produção capitalista de mercadorias. O estado, em última análise, está envolvido na geração e distribuição da mais-valia à medida que procura manter o seu próprio poder e riqueza” (Clark & Dean 1984: 4). Segue-se que as interpretações da estrutura do estado decorrem em grande parte dos interesses dos capitalistas que atuam dentro das jurisdições do mesmo estado. Do mesmo modo, os analistas marxistas e *marxizantes* da guerra e das relações internacionais geralmente desenvolvem alguma versão das teorias do imperialismo, uma extensão do interesse econômico nacional à esfera internacional, o que os coloca próximo do quadrante modo-de-produção do diagrama.

Numa das abordagens marxistas mais abrangentes e persuasivas, Perry Anderson propõe esta fórmula:

A configuração ocidental típica no começo da era moderna era um absolutismo aristocrático erguido sobre os alicerces sociais de um campesinato não-servil e de cidades em ascendência; a configuração oriental típica era um absolutismo aristocrático erigido sobre os alicerces de um campesinato servil e de cidades subjugadas. Em compensação, o absolutismo sueco era construído sobre uma base única, porque ... aliava camponeses livres e cidades ineficientes; em outras palavras, um conjunto de duas variáveis “contraditórias” que por acaso contrariavam a divisão básica do continente.

(Anderson 1974: 179-180.)

Do mesmo modo, Anderson fundamenta a *ausência* de um absolutismo bem desenvolvido na Itália na relação das aristocracias aldeãs com os territórios dependentes em volta nos quais atuavam como governantes e como proprietários rurais predadores. Complica o quadro quando insiste em dizer que “foi a pressão internacional do absolutismo ocidental, o aparelho político de uma aristocracia feudal mais poderosa, à frente de sociedades mais adiantadas, que obrigou a nobreza oriental a adotar uma máquina estatal igualmente centralizada, a sobreviver” (Anderson 1974: 198). Desse modo, de um lado e de outro do Elba, o estado absolutista plenamente desenvolvido refletia o uso do poder do estado para fortalecer as posições dos grandes senhores feudais, mas as ameaças militares colidiam com essas posições de modo diferente no Leste e no Oeste. Anderson se concentra nos estados mais fortes, mais centralizados e volta a sua atenção para os séculos XVI e XVII, mas a sua abordagem geral merece uma atenção cuidadosa numa esfera européia e milenar. Nesse meio tempo, ela se aproxima bastante de uma explicação abrangente da formação do

estado europeu. Na verdade, embora o conjunto da literatura do modo-de-produção apresente muitas explicações sobre as lutas pelo controle dos estados, oferece no entanto uma indicação muito fraca sobre os motivos pelos quais variam a forma e a atividade entre os estados que têm modos semelhantes de produção.

As Análises pelo Sistema Mundial

As análises que explicam a formação do estado com base no sistema mundial interpretam as diversas trajetórias de formação do estado de acordo com uma caracterização da economia do globo. Alguns teóricos neomarxistas, como Immanuel Wallerstein e André Gunder Frank, estendem a clássica divisão marxista de capital e trabalho a uma escala mundial, empurrando assim as suas análises para o quadrante “sistema mundial” – ainda derivando da estrutura econômica as relações entre os estados, mas reputando que as estruturas de alguns estados individuais são o resultado de suas posições dentro da economia mundial (ver Taylor 1981). O grande levantamento da história mundial desde 1500, feito por Wallerstein (Wallerstein 1974-88), segue geralmente uma espiral com respeito à formação do estado: o modo de produção numa determinada região cria uma certa estrutura de classe, que emana num certo tipo de estado; o caráter desse estado e as relações dos produtores e comerciantes da região com o restante da economia mundial determina a posição da região – central, periférica ou semiperiférica – na economia do mundo, que por sua vez afeta consideravelmente a organização do estado. Nessa análise bem-encaminhada, o estado representa sobretudo um instrumento da classe dirigente nacional, um instrumento que serve ao interesse dessa classe na economia mundial. No entanto, as análises pelo sistema mundial não produziram até agora uma teoria bem articulada que vincule as verdadeiras estruturas organizacionais dos estados às suas posições dentro do sistema mundial. Assim, a interpretação da hegemonia holandesa no século XVII por Wallerstein (volume II, capítulo 2) não fornece qualquer explicação da estrutura do estado holandês – particularmente, da prosperidade de um estado nacional diminuto numa época em que seus vizinhos criavam quadros extensos de pessoal civil e exércitos permanentes.

Nenhuma das quatro linhas de interpretação, muito menos a sua combinação, propicia um conjunto satisfatório de respostas às nossas questões prementes sobre a formação do estado europeu. A maioria das explicações urdidadas falham porque ignoram o fato de que muitos tipos diferentes de estados foram possíveis em estágios diferentes da história da Europa, porque explicam a variação que ocorre de um

estado para outro pelas características individuais dos estados em vez de fazê-lo pelas relações entre eles, e porque admitem implicitamente um esforço deliberado para construir os tipos de estados extensos e centralizados que dominaram a vida europeia durante os séculos XIX e XX. A análise geopolítica e a abordagem pelo sistema mundial oferecem uma orientação mais vigorosa, mas até o momento carecem de explicações convincentes dos verdadeiros mecanismos que vinculam a posição dentro do mundo à organização e prática de estados particulares. Sobretudo, não conseguem apreender o impacto da guerra e dos preparativos da guerra sobre todo o processo de formação do estado; nesse aspecto, as análises estatísticas fazem muito melhor.

Em nossa obra publicada em 1975, *The Formation of National States in Western Europe*, meus colegas e eu esperávamos corrigir essas falhas da literatura corrente. Numa série de estudos históricos que ressaltam o lado extrativo e repressivo da formação do estado, examinamos acanhadamente a guerra, o poder de polícia, a tributação, o controle do abastecimento de alimentos e processos conexos, e nos mantivemos distantes dos modelos de desenvolvimento político que então predominavam. Vista em retrospecto, a nossa crítica foi mais uma demonstração dos defeitos dos modelos unilineares de desenvolvimento político orientados para a solução de problemas do que uma interpretação alternativa da formação do estado europeu. Com efeito, substituímos implicitamente a história antiga por uma história nova e unilinear – uma que vai da guerra à extração e repressão e à formação do estado. Continuamos, de modo mais ou menos irrefletido, a supor que os estados europeus seguiram uma trajetória principal, aquela que a Grã-Bretanha, a França e Brandenburgo-Prússia tomaram, e que as experiências dos outros estados representaram apenas versões atenuadas ou fracassadas dos mesmos processos. Isso estava errado. O presente livro tenta reparar os erros do anterior.

Felizmente, dispomos de modelos importantes para o empreendimento. Três grandes especialistas – Barrington Moore, Jr., Stein Rokkan e Lewis Mumford – fugiram de alguns dos empecilhos teóricos da literatura-padrão, mesmo que no final tenham deixado de realizar exposições abrangentes da variação na formação do estado europeu. Em *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Barrington Moore tentou explicar (como está implícito no título de sua obra) por que no século XX alguns estados mantinham sistemas representativos mais ou menos exequíveis enquanto outros esboçavam uma forma ou outra de governo autoritário. Embora as suas explanações dos países individuais fossem todas amplas e matizadas, quando pretendeu explicar as diferenças entre destinos nacionais Moore usou como pontos de referência as formas de governo que existiam na década de 1940 e atribuiu as “origens” às coligações de classe que predominavam no momento em que a

agricultura do país iniciou ampla comercialização. Segundo Moore, na mesma medida em que os grandes proprietários rurais exploradores sobreviveram à transição para a agricultura intensiva destinada ao mercado, o governo autoritário perseverou na era contemporânea. Na mesma medida em que a burguesia predominou, existiu alguma forma de democracia.

A penetrante análise de Moore deixou irresolutos alguns problemas importantes. Limitou-se a explicar as condições de governo num momento histórico isolado e deixou de explicar as diferentes formas de governo que os mesmos povos experimentaram antes e depois do momento crítico. Ignorou deliberadamente os estados menores, os estados dependentes e aqueles que não sobreviveram. Disse pouca coisa sobre os verdadeiros mecanismos que transformaram uma forma determinada de poder classista num modo específico de governo. Mas levantou os problemas deste livro com grande vigor. Apontou soluções que levam em conta seriamente as mudanças e variações nas coligações de classe que dominam os estados de diferentes regiões da Europa.

Bem cedo em sua carreira acadêmica, Stein Rokkan tornou-se obcecado pela variabilidade dos sistemas políticos europeus, e pela tendência de estados adjacentes desenvolverem arranjos políticos semelhantes. No final, chegou a representar a variação entre os estados europeus em mapas esquemáticos que incluíam uma dimensão norte-sul que refletia a influência variável da Igreja Católica Romana e da Igreja Ortodoxa, uma separação leste-oeste de periferias voltadas para o mar, nações-império marítimas, uma faixa de cidades-estado, nações-império voltadas para a terra e estados-tampão com a mesma orientação, além de variações mais sutis dentro dessas duas dimensões.

Rokkan faleceu antes de ter produzido uma versão satisfatória de seu mapa conceitual. Na forma como o deixou, o seu esquema chamou atenção para a variação geográfica demarcada nas formas dos estados europeus, privilegiou o caráter distintivo da formação dos estados na faixa urbanizada central da Europa, e aludiu à importância das mudanças a longo prazo nas relações entre os governantes, as potências vizinhas, as classes dominantes e as instituições religiosas. Mas deixou uma idéia enevoada dos verdadeiros processos sociais que vinculam essas mudanças a caminhos alternativos de formação do estado. É difícil perceber de que modo Rokkan poderia ter avançado mais sem pôr de lado os seus mapas e concentrar-se na análise dos mecanismos da formação do estado.

A contribuição de Lewis Mumford é menos óbvia. Implicitamente, formulou uma teoria do urbanismo denominada do limiar-e-equilíbrio. Para Mumford, duas grandes forças impulsionam o crescimento das cidades: a concentração do poder político e a expansão dos meios de produção. Abaixo de um limiar que combina

níveis mínimos de poder e de produção, só existem aldeias e bandos. Acima desse limiar, o caráter das cidades depende dos níveis de poder e de produção, relativos e absolutos: níveis modestos e equilibrados de poder e de produção propiciaram à *polis* clássica e à cidade medieval a sua coerência; um aumento excessivo do poder político produziu a cidade barroca; a hipertrofia da produção criou as Coketowns (cidades industriais do carvão) do século XIX, e imensas concentrações em ambas as direções deram origem às cidades esmagadoras de hoje. A figura 1.2 representa a tese em forma de diagrama.

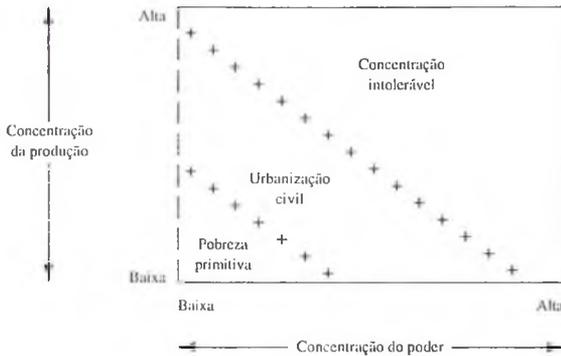


Figura 1.2 O modelo implícito de urbanização de Lewis Mumford.

Mumford chamou a atenção para efeitos semelhantes em escala nacional. “É pouco duvidoso”, escreveu ele em 1970, “que, pelo menos nos países mais desenvolvidos em matéria de indústria, o Complexo Megatécnico esteja atualmente à altura do seu poder e autoridade, ou se esteja aproximando rapidamente desse ponto. Em termos físicos mensuráveis objetivamente – unidades de energia, produção de bens, entrada de ‘defeituosos’, possibilidades de coerção maciça e de destruição em massa – o sistema chegou perto de preencher as suas dimensões e possibilidades teóricas; e se não for julgado por uma medida mais humana, é um sucesso avassalador” (Mumford 1970: 346). As prescrições de Mumford decorreram diretamente dessa análise; reduzam a escala da produção e do poder político, afirmava, e resultará uma cidade mais humana.

Já que Mumford nunca explicou totalmente o argumento analítico, também não imaginou as suas implicações na formação dos estados. Na maior parte do tempo, encarou as formas de governo como excrescências da tecnologia predomi-

nante, sobretudo da tecnologia bélica. Mas a lógica de sua análise sugere claramente caminhos alternativos de formação do estado que dependem da combinação predominante de produção e poder.

Este livro, portanto, retoma o problema onde Barrington Moore, Stein Rokkan e Lewis Mumford o deixaram: no momento de reconhecer variações decisivas nas trajetórias de mudança que os estados seguiram em partes diferentes da Europa durante épocas sucessivas, com a certeza de que as coligações de classe que predominam numa região num determinado momento limitaram fortemente as possibilidades de ação que estavam abertas a todo governante ou pretensão governante, e com a hipótese específica de que as regiões de dominação urbana precoce, com seus capitalistas ativos, produziram tipos de estado muito diferentes das regiões em que os grandes proprietários rurais e suas propriedades dominavam a paisagem. Chega além de Moore, Rokkan e Mumford mais enfaticamente de duas maneiras: em primeiro lugar, colocando a organização da coerção e da preparação da guerra firmemente no meio da análise, afirmando em seus momentos mais temerários que a estrutura do estado emergia sobretudo sob a forma de produto secundário dos esforços dos governantes para adquirir os meios de guerra; e, em segundo lugar, insistindo em que as relações entre os estados, especialmente através da guerra e da preparação da guerra, afetaram intensamente todo o processo de formação do estado. Assim, neste livro, derivo histórias alternativas de formação do estado das combinações continuamente variáveis de concentração do capital, concentração da coerção, preparação da guerra e posição dentro do sistema internacional.

O argumento central deste livro não tanto sintetiza quanto repercute as análises de Moore, Rokkan e Mumford. Mesmo em sua forma mais simples, o argumento é necessariamente complexo; afirma que na experiência européia:

Os homens que controlavam os meios concentrados de coerção (exército, marinha, força de polícia, armas e seus equivalentes) tentavam comumente usá-los para aumentar a faixa da população e dos recursos sobre os quais podiam exercer poder. Quando não se defrontaram com alguém que tivesse um domínio comparável da coerção, fizeram conquistas; quando encontraram antagonistas, entraram em guerra.

Alguns conquistadores tentaram exercer um controle estável sobre as populações de extensos territórios, e obter um acesso rotineiro a parte dos bens e serviços produzidos no território; tornaram-se governantes.

Toda forma de governo enfrentou limites expressivos à sua esfera de eficiência dentro de um tipo específico de ambiente. Quaisquer esforços para superar essa esfera produziram derrotas ou fragmentação do controle, resultando daí que a maioria dos governantes decidiram usar uma combinação de conquista, proteção contra antagonistas poderosos e coexistência com vizinhos cooperativos.

Os governantes mais poderosos, em alguma região particular, estabeleceram os termos da guerra para todos; os governantes menores tiveram de escolher entre acomodar-se às exigências dos vizinhos poderosos e fazer esforços excepcionais nos preparativos para a guerra.

A guerra e a preparação da guerra fizeram com que os governantes tentassem extrair os meios de guerra de outros que detinham os recursos essenciais – homens, armas, provisões, ou dinheiro para comprá-los – e que relutavam em ceder-lhes sem uma forte pressão ou compensação.

Dentro dos limites estabelecidos pelas exigências e remunerações dos outros estados, a extração e a luta pelos meios de guerra criaram as estruturas organizacionais centrais dos estados.

A organização das principais classes sociais dentro do território de um estado, e suas relações com este, afetaram consideravelmente as estratégias que os governantes adotaram para extrair recursos, a resistência que enfrentaram, a luta que resultou, as espécies de organização duradoura que a extração e a luta criaram, e portanto a eficiência na extração de recursos.

A organização das principais classes sociais, e suas relações com o estado variaram consideravelmente das regiões européias que aplicaram intensa coerção (áreas de poucas cidades e predominância agrícola, onde a coerção direta desempenhou um papel importante na produção) para as regiões de grande inversão de capital (áreas de muitas cidades e preeminência comercial, onde predominaram os mercados, a troca e a produção orientada para o mercado). As reivindicações que as classes principais fizeram ao estado, e sua influência sobre este, variaram correspondentemente.

O sucesso relativo das diferentes estratégias de extração, e as estratégias que os governantes realmente adotaram, variaram consideravelmente das regiões de intensa aplicação de coerção para as de grande inversão de capital.

Em conseqüência, as formas organizacionais dos estados seguiram, claramente, trajetórias diferentes nessas partes diferentes da Europa.

Que tipo de estado predominou em determinada era e em determinada parte da Europa variou enormemente. Somente bem depois de entrado o milênio é que os estados nacionais exerceram uma clara superioridade sobre as cidades-estado, os impérios e outras formas comuns de estado na Europa.

Não obstante, a escala crescente da guerra e o entrelaçamento do sistema europeu de estado através da interação comercial, militar e diplomática acabaram propiciando vantagem na guerra àqueles estados que tinham condições de manter exércitos permanentes; os estados que tinham acesso a uma combinação de amplas populações rurais e capitalistas e economias relativamente comercializadas triunfaram. Estabeleceram os termos da guerra, e sua forma de estado passou a predominar na Europa. Os estados europeus acabaram convergindo nesta forma: o estado nacional.

Algumas dessas generalizações (por exemplo, a tendência a usar a guerra para construir a estrutura de estado) persistiram em grande parte da história do mundo. Outras (por exemplo, o grande contraste entre as regiões que empregam intensa coerção e as que aplicam grandes capitais) distinguem a Europa de muitas outras regiões do mundo. Estamos à procura de uma história que oscile entre o algo

particular e o extremamente geral. Em ambos os aspectos, tentarei apresentar bastantes testemunhos históricos concretos para tornar compreensíveis ou críveis os princípios, mas nem tantos que os enterrem no detalhe.

Se explicarmos as várias trajetórias seguidas pelos estados europeus, entenderemos melhor os estados não-europeus de hoje. Não que os estados da África e da América Latina estejam repetindo agora a experiência européia. Ao contrário: **o fato de os estados europeus se terem formado de uma maneira determinada e em seguida terem imposto o seu poder ao resto do mundo garante que a experiência não-européia será diferente. Mas, se especificarmos as características duradouras do sistema que os europeus foram os primeiros a construir e identificarmos os princípios da variação dentro da experiência européia, teremos melhores condições de precisar o que é distintivo com relação aos estados contemporâneos, sob que coerções historicamente impostas eles estão operando e que relações entre características de estados se manterão plausivelmente em nosso próprio tempo.** Com esse objetivo exatamente em mente, o capítulo final do livro abandona as análises da experiência européia para **fixar-se num exame do poder militar no Terceiro Mundo atual.**

O que aconteceu na história? Nos primeiros e poucos séculos de sua existência, os estados europeus se multiplicaram no espaço que lhes deixaram as grandes potências muçulmanas que circundaram o Mediterrâneo e os conquistadores nômades que, vindos da estepe eurasiática, assombraram o Ocidente. Quando conquistaram territórios, os muçulmanos, os mongóis e outros invasores instituíram caracteristicamente governantes militares e sistemas de tributação que produziram receitas importantes; no entanto, não intervieram decisivamente nos arranjos sociais locais. Dentro de seu próprio espaço, os europeus cultivaram seus campos, manufaturaram, negociaram e, especialmente, lutaram entre si. Quase inadvertidamente, criaram desse modo estados nacionais. Este livro conta como e por quê.

AS LÓGICAS DO CAPITAL E DA COERÇÃO

A história diz respeito ao capital e à coerção. Narra os recursos que os aplicadores de coerção, que desempenharam um papel importante na criação dos estados nacionais, extraíram, para os seus propósitos, dos manipuladores de capital, cujas atividades geraram as cidades. Evidentemente, os dois interagiram; a figura 1.3 representa a condição geral. Embora os estados reflitam intensamente a organização da coerção, na verdade mostram também os efeitos do capital; como o

restante deste livro irá demonstrar, combinações diferentes de capital e coerção produziram tipos muito distintos de estado. Além disso, as cidades reagem sobretudo às mudanças no capital, mas a organização da coerção afeta também o seu caráter; a cidade barroca de Lewis Mumford vivia do capital como os seus primos, mas revelou um sinal mais claro do poder dos príncipes – nos palácios, nos jardins suntuosos e nos quartéis – do que eles. Além disso, com o passar do tempo, o lugar do capital na forma dos estados cresceu ainda mais, enquanto a influência da coerção (sob a forma de policiamento e intervenção do estado) também se expandiu.



Figura 1.3 Como o capital e a coerção geram cidades e estados.

Capital – Cidades – Exploração

Entretanto, antes de ingressar nesses temas complexos, será oportuno investigar separadamente as relações entre as cidades e o capital e entre os estados e a coerção. Pensemos no *capital* com generosidade, englobando alguns recursos móveis tangíveis e os direitos legítimos sobre esses recursos. Os capitalistas são, portanto, aqueles que se especializam na acumulação, compra e venda de capital. Ocupam o reino da *exploração*, onde as próprias relações de produção e troca produzem excedentes, e os capitalistas os capturam. Os capitalistas muitas vezes existiram na ausência do capitalismo, o sistema em que trabalhadores assalariados produzem bens com matéria-prima de propriedade dos capitalistas. Na verdade, na maior parte da história, os capitalistas atuaram principalmente como comerciantes, empreendedores e financistas, mais do que como organizadores diretos da produção. O próprio sistema do capitalismo chegou tarde na história do capital. Desenvolveu-se na Europa depois de 1500, quando os capitalistas se apossaram do controle da produção. Atingiu o ápice – ou, dependendo da sua perspectiva, o nadir – depois de 1750, quando a manufatura concentradora de capital tornou-se a base da prosperidade em muitos países. Durante milênios antes disso, os capitalistas haviam prosperado sem grandes intervenções na produção.

Os processos que acumulam e concentram capital também produzem cidades. Nas análises deste livro, as cidades figuram proeminentemente tanto como locais preferidos dos capitalistas quanto como forças organizacionais por si sós. Na medida em que a sobrevivência das famílias depende da presença do capital através do emprego, do investimento, da redistribuição ou de qualquer outro vínculo forte, a distribuição da população acompanha a do capital. (Entretanto, às vezes o capital segue o trabalho barato; a relação é recíproca.) O comércio, o armazenamento, o negócio bancário e a produção que depende estreitamente de qualquer um deles, todos se beneficiam da proximidade entre si. Dentro dos limites estabelecidos pela produtividade da agricultura, essa proximidade favorece a formação de populações densas e diferenciadas, que apresentam extensas ligações externas: as cidades. Quando o capital se acumula e se concentra dentro de um território, o crescimento urbano tende a acontecer dentro do mesmo território – com maior intensidade no ponto de maior concentração, e de modo acessório em outros locais (ver fig. 1.4). Contudo, a forma do crescimento urbano depende do equilíbrio entre a concentração e a acumulação. Onde a acumulação de capital ocorre de modo bastante geral, mas a concentração permanece relativamente baixa, desenvolvem-se muitos centros menores. Onde emerge uma concentração isolada de capital, a população urbana se concentra em torno desse centro.

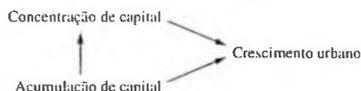


Figura 1.4 Como o capital gera crescimento urbano.

Por conseguinte, falando propriamente, as cidades representam as economias regionais; em torno de toda cidade ou aglomeração urbana aparece uma zona de agricultura e de comércio (e às vezes também de manufatura) com estreitas interações com ela. Onde a acumulação e a concentração ocorrem ligadas uma à outra, tende a constituir-se uma hierarquia que se estende dos pequenos aos grandes centros (ver fig. 1.5). Essas tendências sempre operaram dentro de limites importantes. Os habitantes da cidade normalmente dependem dos outros para obter a maior parte do (ou todo o) seu alimento e combustível; o transporte e a preservação desses elementos indispensáveis para as grandes cidades consomem grande parcela de energia. Até épocas bastante recentes, a maioria das áreas agrícolas do mundo, entre elas as da Europa, eram demasiado improdutivas para permitir que mais de

um décimo da população vizinha pudesse viver longe da terra. Além disso, as cidades que não conseguiam atingir as áreas agrícolas de modo conveniente por transporte aquático a baixo custo enfrentavam custos de alimento proibitivamente altos. Berlim e Madri são ótimos exemplos: não cresceram, salvo quando os seus governantes foram obrigados a alimentá-las.

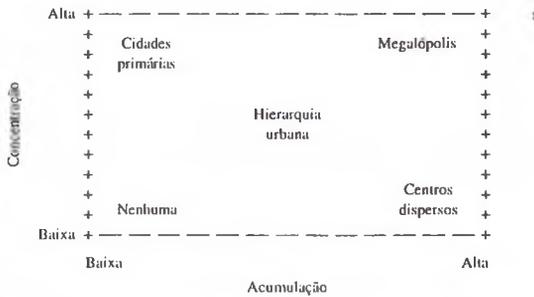


Figura 1.5 Formas alternativas de crescimento urbano em função da acumulação e concentração de capital.

A saúde é outro fator importante. Durante quase todo o último milênio, apesar do recrutamento desigual de vigorosos migrantes na idade de trabalho, as cidades apresentaram taxas de mortalidade significativamente mais altas do que o interior. Somente depois de 1850, com as melhorias no saneamento urbano e na nutrição, a balança pendeu em favor dos habitantes das cidades. O resultado foi que as cidades só cresceram rapidamente quando a agricultura e os transportes se tornaram relativamente eficientes ou quando pressões poderosas afastaram da terra os indivíduos.

No entanto, o simples crescimento das cidades produziu uma espiral de mudanças em todos esses pontos. Na proximidade das cidades ativas, as pessoas cultivavam com maior intensidade e destinavam ao mercado uma parcela maior de sua safra; na Europa do século XVI, por exemplo, a agricultura altamente produtiva concentrou-se nas duas regiões mais urbanizadas, o Norte da Itália e Flandres. Do mesmo modo, o crescimento urbano estimulou a criação e melhoria dos transportes aquáticos e terrestres; o grandioso sistema de canais e correntes navegáveis dos Países-Baixos diminuiu o custo, e aumentou a velocidade, das comunicações entre seu enxame de cidades, servindo assim de causa e efeito da urbanização (de Vries 1978). Além disso, as pressões que afastaram da terra as pessoas muitas vezes

decorreram em parte da urbanização, como quando os grandes latifundiários urbanos expulsaram os pequenos proprietários do interior, ou a demanda urbana favoreceu a capitalização da agricultura interiorana. A acumulação e a concentração de capital favoreceram o crescimento urbano, transformando ao mesmo tempo as regiões circunvizinhas em novos aglomerados de cidades.

Coerção – Estados – Dominação

E o que dizer da coerção? A coerção compreende toda aplicação combinada – ameaçada ou real – de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano. (Essa definição desajeitada exclui o dano não-intencional, indireto e secreto.) Onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação. Os meios de coerção estão centralizados nas forças armadas, mas se estendem às oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças. A Europa criou dois importantes grupos superpostos de especialistas em coerção: os soldados e os grandes proprietários rurais; onde eles apareceram e foram confirmados pelos estados com títulos e privilégios, cristalizaram-se em nobrezas, que por sua vez abasteceram durante muitos séculos os principais governantes europeus. Os meios coercivos, a exemplo do capital, tanto podem acumular-se quanto concentrar-se: alguns grupos (como as ordens monásticas) dispõem de poucos meios de coerção, mas esses poucos se concentraram num número muito pequeno de mãos; outros (como os fronteiriços armados) dispõem de muitos meios de coerção, amplamente dispersos. Os meios coercivos e o capital surgem onde os mesmos objetos (p.ex., casas de correção) estão a serviço da exploração e da dominação. Contudo, em sua maioria, permanecem suficientemente distintos para nos permitir analisá-los isoladamente.

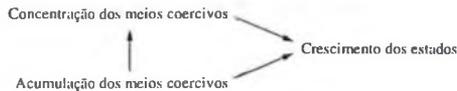


Figura 1.6 Como a coerção gera o crescimento dos estados.

Quando a acumulação e a concentração dos meios coercivos se desenvolvem juntos, produzem estados; produzem organizações distintas que controlam os

principais meios concentrados de coerção dentro de territórios bem definidos, e em alguns aspectos exercem prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro desses territórios (ver fig. 1.6). Os esforços para submeter os vizinhos e combater os antagonistas mais distantes criam estruturas de estado sob a forma não só de exércitos mas também de quadros de pessoal civil que detêm os meios de manutenção dos exércitos e organizam o controle quotidiano do governante sobre o restante da população.

A GUERRA INDUZ A FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

A aplicação dos meios de coerção na guerra e no controle doméstico sujeita os guerreiros a dois dilemas. Em primeiro lugar, quando conseguem subjugar os seus antagonistas fora ou dentro do território que reclamam, os aplicadores de coerção julgam-se obrigados a administrar as terras, os bens e as pessoas que conquistaram; envolvem-se na extração de recursos, na distribuição de bens, serviços e renda e no julgamento das disputas. Mas a administração os desvia da guerra e cria interesses que às vezes são contrários à guerra. Pode-se perceber esse dilema na conquista da Espanha muçulmana pelos guerreiros cristãos, que se arrastou por cinco séculos. Começando pela tomada de Coimbra em 1064, a prática padronizada do cerco aconteceu nos seguintes termos:

Os habitantes de uma cidade sitiada que se rendessem prontamente podiam conservar as suas liberdades totais depois da conquista. Se os muçulmanos se rendessem após algum tempo de sítio, poderiam deixar o local apenas com os bens que pudessem carregar. Se esperassem que a cidade caísse pela força, enfrentavam a morte ou a escravidão.

(Powers 1988: 18.)

Qualquer uma das três reações colocava um problema para os conquistadores. A primeira impunha a obrigação – pelo menos temporária – de estabelecer um sistema de governo paralelo. A segunda exigia uma redistribuição da propriedade, bem como o povoamento e a administração de uma cidade despovoada. A terceira deixava escravos nas mãos dos vencedores e lançava até com maior agudeza o desafio de restabelecer a produção e a população. De uma forma ou de outra, a conquista implicava a administração. Numa escala mais ampla, esses problemas atormentaram toda a reconquista da Ibéria. De formas diferentes, marcaram a história da conquista por toda a Europa.

O segundo dilema corre parêlo ao primeiro. A preparação da guerra, sobretudo em ampla escala, envolve os governantes inelutavelmente na extração.

Constrói uma infra-estrutura de tributação, abastecimento e administração que requer uma manutenção própria e muitas vezes cresce mais depressa que os exércitos e marinhas para cujo serviço foi instituída; aqueles que administram a infra-estrutura adquirem poder e interesses próprios; seus interesses e poder limitam consideravelmente o caráter e a intensidade da guerra que qualquer estado particular pode empreender. Os estados mongóis e tártaros da Europa resolveram os dilemas com a invasão e a pilhagem, sem construir uma administração muito duradoura, mas a sua estratégia colocou limites inerentes ao seu poder e acabou tornando-os vulneráveis a exércitos maciços bem financiados. Em contraste, estados altamente comerciais, como Gênova, resolveram os dilemas através de empréstimos ou da contratação da estrutura necessária para extrair os meios de guerra. Entre os dois extremos, os estados europeus encontraram várias outras maneiras de conciliar as exigências da guerra, da extração e de outras atividades importantes.

Na verdade, os estados europeus diferiram consideravelmente no que diz respeito às suas atividades e organizações relevantes. Três tipos diferentes de estado proliferaram em diversas partes da Europa durante os principais segmentos do período a partir de 990: impérios extorquidores de tributos; sistemas de soberania fragmentada como as cidades-estado e as federações urbanas; e estados nacionais. Os primeiros construíram um amplo aparelho militar e extrativo, mas entregaram a maior parte da administração local aos detentores de poder regionais que acabaram por conservar grande autonomia. Nos sistemas de soberania fragmentada, coalizões temporárias e instituições consultivas desempenharam papéis significativos na guerra e na extração, mas emergiu em escala nacional um aparelho de estado pouco duradouro. Os estados nacionais uniram, numa estrutura central relativamente coordenada, importantes organizações militares, extrativas, administrativas e às vezes até distributivas e produtivas. A longa sobrevivência e coexistência dos três tipos de estado nega qualquer idéia de que a formação do estado europeu constitui um processo isolado e unilinear, ou de que o estado nacional – que na verdade acabou prevalecendo – é uma forma de governo inerentemente superior.

Durante séculos, os impérios extorquidores de tributos dominaram a história mundial dos estados. Os impérios emergiram muitas vezes sob condições de acumulação relativamente baixa dos meios coercivos com alta concentração dos meios disponíveis. Quando alguém que não o imperador acumulava meios importantes de coerção, ou quando o imperador perdia a capacidade de aplicar uma coerção maciça, os impérios muitas vezes se desintegravam. Apesar de sua aparência de sólida durabilidade, o Império Chinês sofreu incessantes rebeliões, invasões e movimentos em favor da autonomia, e por muito tempo gastou parte importante de seu orçamento em tributos aos mongóis e a outros predadores nômades. Os impérios da Europa

também não gozaram de grande estabilidade. A invasão da Península Ibérica, em 1808, por Napoleão, por exemplo, estilhaçou grande parte do império ultramarino espanhol. Dentro de poucos meses, na maior parte da América Latina espanhola organizaram-se movimentos de independência, e nos dez anos seguintes quase toda a região se fragmentou em estados independentes.

As federações, as cidades-estado e outros arranjos de soberania fragmentada diferiram dos impérios em quase todos os aspectos. Eram sujeitos a acumulações relativamente altas, e concentrações relativamente baixas, de coerção; a disseminação das milícias urbanas na Europa Ocidental, no século XIV, tipifica essa combinação. Nesses estados, uma coligação relativamente pequena de súditos nominais poderia equiparar-se às forças do governo, ao mesmo tempo que indivíduos, grupos e populações inteiras tinham abundantes oportunidades de revoltar-se contra jurisdições concorrentes.

A Prússia e a Pomerânia, no século XIV, proporcionam um contraste surpreendente: na Prússia, então dominada pelos Cavaleiros Teutônicos, nenhum grande príncipe enfrentou o Grão-Mestre dos Cavaleiros, e as cidades exerceram um poder muito pequeno. Mas os grandes proprietários rurais instalados pelos Cavaleiros tinham amplo arbítrio dentro de seus próprios e extensos domínios enquanto as rendas fluíssem para os Cavaleiros. Na vizinha Pomerânia, um ducado estabelecido simultaneamente pelas conquistas e alianças alemãs de menor escala, muitos cavaleiros armados rivais do duque se insurgiram, e os menos poderosos partiram para o banditismo aberto, à medida que as cidades dominavam os Estados* do ducado e em tempo de guerra forneciam extensas forças militares.

Durante a guerra de 1326-28 entre os duques da Pomerânia e de Mecklemburgo, as cidades pomerânicas de modo geral marcharam ao lado de seu duque, ao passo que os nobres se aliaram a Mecklemburgo. Quando a casa da Pomerânia venceu a guerra, aqueles Estados sobre os quais as cidades tinham muita influência “foram aquinhoados com privilégios bastante extensos: a tutela sobre duques menores, a decisão acerca da construção de novos castelos ducais ou de sua demolição, o direito de escolher um novo senhor se alguma vez o duque quebrasse as suas promessas ou defraudasse os seus súditos” (Carsten 1954: 90). A capacidade das cidades de dar ou retirar o seu apoio deu-lhes um grande poder de negociação.

Na posição intermediária entre os impérios extorquidores de tributos e as cidades-estado ficam os estados nacionais – constituídos em torno da guerra, da

* O termo “estado” (em inglês, *state*), por aparecer com frequência demasiada, foi grafado sempre em minúscula, escrevendo-se em maiúsculas apenas quando se refere à classe política (em inglês, *Estates*), que já tem a tradução tradicional de “estado”, por exemplo, Estados Gerais, os três Estados etc. (N. do T.)

formação do estado e da extração, tanto quanto os outros estados, mas compelidos, pela negociação em torno da cessão de recursos coercivos pela população, a investir pesadamente na proteção, na aplicação da justiça e às vezes até na produção e distribuição. A história posterior da Prússia ilustra o processo pelo qual se constituíram os estados nacionais. Já vimos que, no século XIV, os Cavaleiros Teutônicos estabeleceram na região um império centralizado. No século XV, os Cavaleiros, enfraquecidos pela peste, emigração de camponeses e derrota militar, começaram a desintegrar-se, e os magnatas regionais a quem haviam dominado anteriormente se converteram por direito próprio em autoridades políticas prussianas. Usaram o seu poder para impor restrições cada vez maiores aos camponeses que permaneceram em suas propriedades; com o trabalho forçado, os grandes proprietários rurais cada vez mais poderosos passaram a cultivar os seus campos e a exportar grãos para a Europa Ocidental.

Na mesma época, os soberanos do Brandenburgo e da Pomerânia, enfraquecidos anteriormente pelas alianças de seus duques com prósperos burgueses, começaram a vencer as suas lutas incessantes com as cidades, ao passo que a posição dessas cidades no comércio internacional declinava e a capacidade da Liga Hanseática de interceder em seu favor se enfraquecia. Os governantes foram obrigados, então, a negociar com os Estados (*Estates*) dominados pelos nobres, que adquiriram o poder fundamental de conceder – ou negar – rendas reais para a guerra e o engrandecimento da dinastia. Durante os poucos séculos seguintes, os margraves Hohenzollern de Brandenburgo abriram o seu caminho à força para a preeminência do que mais tarde se tornou Brandenburgo-Prússia, absorvendo durante o processo grande parte da antiga Pomerânia; contraíram alianças diplomáticas e por casamento que acabaram por expandir os seus domínios para as áreas adjacentes e para as áreas do baixo Reno detentoras de grande capital; e negociaram acordos com a sua nobreza que concederam privilégios e poderes aos senhores dentro de suas próprias regiões, mas deram ao monarca acesso a rendas regulares.

Das batalhas, negociações, tratados e heranças emergiu um estado nacional no qual os grandes proprietários rurais da Prússia, do Brandenburgo e da Pomerânia detiveram grande poder em seus próprios domínios, um poder que a coroa nunca pôde tirar-lhes. Durante o século XVIII, alguns monarcas, como Frederico, o Grande, travaram as últimas peças da estrutura, mediante a incorporação indistinta dos camponeses e dos senhores ao exército, uns sob o comando dos outros. O exército da Prússia parodiou a zona rural, onde os nobres eram os oficiais, os camponeses os sargentos, e os servos os soldados rasos. Camponeses e servos pagaram o preço: muitos camponeses foram arrastados para a servidão, e “na guerra e na paz as obrigações militares da antiga Prússia enfraqueceram a posição social,

os direitos legais e a posse de propriedade dos servos frente à herdade dos nobres” (Busch 1962: 68). Nesse aspecto, a Prússia seguiu uma trajetória diferente da tomada pela Grã-Bretanha (onde os camponeses se transformaram em assalariados rurais) e da França (onde os camponeses sobreviveram com uma propriedade razoável até o século XIX). Mas a Prússia, a Grã-Bretanha e a França, todas tremeram com as lutas entre o monarca e as principais classes pelos meios de guerra, e experimentaram a conseqüente criação de uma estrutura de estado duradoura.

Na qualidade de aliados e antagonistas militares, a Prússia, a Grã-Bretanha e a França também moldaram os destinos uns dos outros. Em essência, os estados nacionais sempre aparecem em concorrência um com o outro, e adquirem as suas identidades por contraste com estados rivais; pertencem a *sistemas* de estados. As grandes diferenças entre os principais tipos de estrutura do estado estão esquematizadas na figura 1.7. Exemplos bem desenvolvidos dos quatro tipos de estado existiram em diferentes partes da Europa muito depois de 990 d.C. Impérios plenamente organizados prosperaram no século XVII, e somente no final do século XIX é que as últimas zonas importantes de soberania fragmentada se consolidaram em estados nacionais.

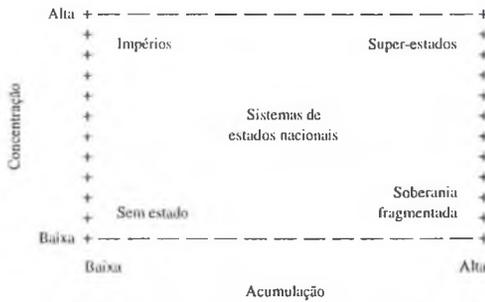


Figura 1.7 Condições alternativas de crescimento do estado em função da acumulação e da concentração de coerção.

Governantes dos três tipos enfrentaram alguns problemas comuns, mas o fizeram de modo diferente. Forçosamente, distribuíram os meios de coerção de forma desigual por todos os territórios que tentaram controlar. Na maioria das vezes, concentraram a força no centro e nas fronteiras, tentando manter a sua autoridade entre um e outro por meio de grupos coercivos secundários, leais aplicadores de coerção locais, patrulhas volantes, e pela disseminação de órgãos de inteligência.

O Império Otomano, por exemplo, criou dois sistemas superpostos, um formado pelos *kazas* e outras unidades de administração civil, governados pelos *cádís*, e o outro composto de *sancaks* e outros distritos da cavalaria feudal, dirigidos por um comandante militar; na época da conquista, o sistema militar tendia a absorver o civil, à custa de perdas na receita (Pitcher 1972: 124).

Contudo, quanto maior o estado e mais ampla a discrepância entre a distribuição da coerção e a do capital, mais fortes eram os estímulos a opor-se ao controle central, e a formar alianças entre diferentes inimigos do estado, quer dentro quer fora de seu território. No *sancak* de Belgrado, parte da Sérvia Otomana no século XIX, os notáveis (*avan*) a serviço do império

concluíram logicamente que poderiam enriquecer mais facilmente se criassem o seu próprio sistema de redistribuição do que servindo simplesmente de intendentes da redistribuição. Apossaram-se de uma parcela da produção do campesinato, cobraram pedágios ilegais pela passagem de gado e retiveram uma parte dos impostos coletados nos postos alfandegários dos entrepostos do Sava e do Danúbio, sobretudo Belgrado, pelos quais transitavam as exportações de algodão de Serres e de Salônica destinadas a Viena e à Alemanha. Em particular, defenderam o seu direito ao *deveto*, ostensivamente um tributo ilegal que correspondia a um nono da colheita de um camponês depois da cobrança, do *deseto* ou um décimo pelo timariota (em troca do serviço de cavalaria para o estado). Com essa ação e outros atos de violência contra a pessoa ou a propriedade, as dívidas em espécie extorquidas de muitos camponeses sérvios de repente dobraram, e algumas vezes até triplicaram.

(Stoianovitch 1989: 262-63.)

No século XIX, essa espécie de delegação de poder ocorreu amplamente no Império Otomano em desintegração. Mas, numa ou noutra versão, agentes do governo indireto em todas as partes da Europa enfrentaram a tentação de imitar os seus primos sérvios. Dados os custos das comunicações e as vantagens regionais que os agentes da coroa poderiam obter se fugissem das exigências do centro ou usassem recursos nacionais delegados para fins individuais ou locais, todos os governantes enfrentaram repetidos desafios à sua hegemonia.

Os governantes dos impérios geralmente tentaram cooptar detentores locais ou regionais de poder sem transformar completamente as suas bases de poder, e criar um corpo distintivo de servidores reais – muitas vezes camaradas de arma atuais ou antigos – cujo destino estava subordinado ao da coroa. Os sultões mamelucos, para citar um caso extremo, mantiveram toda uma casta de estrangeiros escravizados que se tornaram guerreiros e administradores; contudo, salvo nos feudos que sustentavam diretamente os funcionários, os mamelucos mantiveram os magnatas locais em seus postos dentro de seus domínios. Com tal sistema, foram

os escravos que de 1260 a 1517 realmente governaram o Egito e as áreas adjacentes do Oriente Médio (Garcin 1988). Os governantes dos estados nacionais usualmente se empenharam de forma mais intensa para criar uma hierarquia administrativa completa e eliminar as bases autônomas de poder. Os Eleitores e reis de Brandenburgo-Prússia, por exemplo, cederam grande poder aos Junkers proprietários rurais, mas amarraram-nos estreitamente à coroa por intermédio de cargos, isenção de taxas e serviço militar.

Aqueles que governaram, ou pretenderam governar, as cidades-estado, federações e outros estados de soberania fragmentada muitas vezes conseguiram exercer um controle severo sobre uma cidade isolada e seu interior imediato. Entretanto, para além dessa escala, não tiveram outra opção senão negociar com as autoridades dos centros concorrentes. O controle local habitualmente estava subordinado não só às forças de coerção da cidade, mas também ao fato de extensas propriedades rurais se acharem nas mãos da classe dirigente urbana. Quando, no século XIV, Florença deu início à sua agressiva expansão para além do nível municipal, seus tiranos substituíram, na medida do possível, os governantes das cidades conquistadas por seus próprios homens, mas escolheram os substitutos entre os patrícios locais.

Todos esses arranjos deixaram um poder e arbítrio consideráveis nas mãos dos potentados locais, enquanto detivessem os inimigos do monarca e mantivessem as receitas em fluxo constante para o capital nacional. Com efeito, numa escala nacional, até a época da Revolução Francesa, nenhum estado europeu (com exceção, talvez, da Suécia) fez uma tentativa séria de instituir um governo direto de cima para baixo. Antes dessa época, todos os estados, salvo os menores, contaram com alguma versão de governo indireto, e assim correram sérios riscos de deslealdade, dissimulação, corrupção e rebelião. Todavia, o governo indireto tornou possível governar sem instituir, financiar e alimentar um extenso aparelho administrativo.

A transição para o governo direto deu aos governantes livre acesso aos cidadãos e aos recursos que eles controlavam, através de tributações da família, conscrição em massa, censos, sistemas de polícia e muitas outras invasões da vida social em pequena escala. Mas isso foi feito à custa de uma resistência multiplicada, de extensa negociação e da criação de direitos e compensações para os cidadãos. Tanto a penetração quanto a negociação criaram novas estruturas de estado, inchando os orçamentos do governo, o quadro de pessoal e os diagramas organizacionais. Tomou forma o estado onívoro dos nossos dias.

É cômodo demais estudar a formação dos estados como se fosse uma espécie de engenharia, onde os reis e seus ministros seriam os engenheiros projetistas. Quatro fatos comprometem a imagem do atrevido projeto.

1. Raramente os príncipes europeus tiveram em mente um modelo preciso do tipo de estado que estavam produzindo, e mesmo mais raramente ainda agiram com eficácia para produzir esse modelo de estado. Quando arrebatou a Sicília ao domínio árabe, entre 1060 e 1075, por exemplo, o normando Roger de Hauteville improvisou um governo que adotou segmentos da administração muçulmana existente, aliciou soldados muçulmanos para o seu próprio exército e manteve as igrejas muçulmana, judaica e cristã grega, mas incorporou grandes áreas de terra ao seu próprio domínio e dividiu outras áreas entre os seus seguidores. A Calábria, que pertencia à Sicília, **continuou grega na cultura e no estilo político**, sendo os cargos e rituais bizantinos introduzidos em massa no governo normando. Mas as instituições árabes também tiveram o seu lugar: o primeiro-ministro de Roger usava o extravagante título de Emir dos Emires e Arconte dos Arcontes. O estado que daí resultou era certamente diferente e novo, mas não emanou de um plano coerente. Roger de Hauteville e seus seguidores criaram um mosaico de adaptações e improvisações (Mack Smith 1968a: 15-25).

2. Nenhum deles projetou os principais componentes dos estados nacionais – tesouros, tribunais, administrações centrais etc. Habitualmente foram constituídos **mais ou menos como produtos secundários involuntários** dos esforços para cumprir as tarefas mais imediatas, especialmente a criação e manutenção das forças armadas. Quando a coroa francesa, aumentando grandemente a sua participação nas guerras europeias da década de 1630, expandiu o seu crédito a ponto de entrar em bancarrota, as autoridades locais e os funcionários públicos a quem os ministros do rei comumente confiavam a cobrança de impostos deixaram de cooperar. Nesse momento, o primeiro-ministro Richelieu, desesperado, enviou seus próprios agentes a fim de coagir as autoridades locais ou mesmo contorná-las (Collins 1988). Esses emissários eram os intendentés reais, que na época de Colbert e de Luís XIV se converteram nos esteios da autoridade do estado nas regiões francesas. Somente numa retrospectiva imperfeita é que podemos imaginar esses intendentés como instrumentos deliberadamente designados do Absolutismo.

3. **Outros estados – e eventualmente todo o sistema** de estados – influenciaram intensamente a trajetória de mudança seguida por algum estado particular. De 1066 a 1815, as grandes guerras com os monarcas franceses embasaram o estado inglês, a intervenção francesa dificultou as tentativas da Inglaterra de submeter a Escócia e a Irlanda, e a concorrência francesa estimulou a adoção, pela Inglaterra, das inovações fiscais **holandesas**. Do século XVI em diante, diretamente até a Segunda Guerra Mundial, os acordos de paz que puseram fim às principais guerras regularmente realinharam as fronteiras e os governos dos estados europeus; a divisão da Alemanha, a incorporação da Estônia, da Letônia e da Lituânia à União Soviética

e o desmonte da maioria dos impérios ultramarinos da Europa, tudo isso se originou mais ou menos diretamente dos acordos da Segunda Guerra Mundial. Em nenhum desses casos podemos pensar racionalmente num estado autogerido que agisse por conta própria.

4. A luta e a negociação com classes diferentes da população moldou de forma significativa os estados que emergiram na Europa. Por exemplo, as rebeliões populares usualmente foram derrotadas, mas cada uma que contou com alguma importância deixou marcas no estado, sob a forma de políticas repressivas, realinhamentos das classes em favor do estado ou contra ele e acordos implícitos que especificaram os direitos das partes afetadas. Durante a feroz revolta dos trabalhadores florentinos (os Ciompi) em 1378, duas das três novas guildas dos trabalhadores da lã que se constituíram durante a rebelião abandonaram o governo e, assim, destruíram uma frente que havia conseguido um poder efetivo na cidade; no acordo que pôs fim à revolta, a guilda ainda insurreta (e mais proletária) perdeu o direito à existência, mas as duas colaboradoras uniram-se às guildas que haviam protestado e tomaram parte nas deliberações juntamente com o governo municipal oficial (Schevill 1963: 279; Cohn 1980: 129-54).

Numa escala menor, tanto a oposição quanto a cooperação dos cavaleiros, financistas, funcionários municipais, proprietários rurais, camponeses, artesãos e outros atores criaram e recriaram a estrutura do estado ao longo do tempo. Assim, a estrutura de classe da população que estava sob a jurisdição de um estado particular influenciou de modo significativo a organização desse estado; e as variações na estrutura de classe de uma parte da Europa para a outra produziram diferenças geográficas sistemáticas na natureza dos estados. Não só as classes dirigentes, mas também todas as classes cujos recursos e atividades tiveram algum efeito sobre a preparação da guerra, deixaram a sua marca nos estados europeus.

Dois fatos irmanados, por exemplo, afetaram intensamente a trajetória de formação do estado sueco: em primeiro lugar, a presença avassaladora de um camponato que mantinha grande quantidade de terras até em meio ao século XVIII; em segundo lugar, a relativa incapacidade dos proprietários rurais ou de formar grandes herdades ou de impor o trabalho camponês forçado em suas terras. Essa excepcional estrutura de classe rural obstou a estratégia real de conceder aos nobres alguns privilégios fiscais e judiciais e auxílio na submissão dos camponeses à sua vontade em troca da colaboração na extração do camponato de receitas e serviço militar – mesmo que essa estratégia tenha sido usada em áreas próximas como a Prússia e a Rússia. Ajuda também a explicar a sobrevivência de um Estado camponês separado que detinha realmente algum poder sobre a ação do governo, e

o fato de a Suécia, em seu período de expansão imperial, ter mudado rapidamente da contratação de mercenários no mercado europeu para a criação de milícias próprias cujos membros recebiam terra, ou a renda da terra, em troca de serviços. Na Suécia, como em outros estados, a estrutura de classe ambiente reprimiu as tentativas dos governantes de criar uma força armada, e portanto deixou o seu impacto sobre a própria organização do estado.

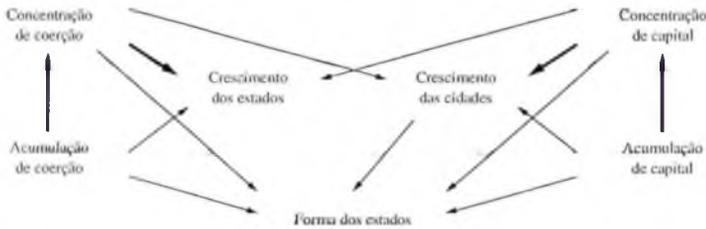


Figura 1.8 Relações entre a coerção, o capital, os estados e as cidades.

Uma exposição mais geral e esquemática das relações essenciais é apresentada na figura 1.8. O diagrama assume essa forma pelas razões que descrevemos acima: a guerra e a preparação da guerra induziram os governantes a extrair os meios de guerra daqueles que mantinham os recursos essenciais – homens, armas, provisões, ou dinheiro para adquiri-los – e se mostravam relutantes em entregá-los sem uma forte pressão ou compensação. A organização das principais classes sociais dentro do território de um estado, e suas relações com o estado, influenciaram consideravelmente as estratégias que os governantes empregaram para extrair recursos, a resistência que enfrentaram, as lutas que daí resultaram, os tipos de organização duradoura que essa extorsão e luta criaram e, portanto, a eficiência na extração dos recursos. Dentro dos limites impostos pelas exigências e compensações dos outros estados, a extração e a luta pelos meios de guerra criaram as estruturas organizacionais centrais dos estados. A organização das principais classes sociais, e suas relações com o estado, variaram consideravelmente das regiões européias de intensa coerção (áreas de poucas cidades e predominância agrícola, onde a coerção direta desempenhou um papel importante na produção) para as regiões de grande aplicação de capital (áreas de muitas cidades e predominância comercial, onde prevaleciam os mercados, a troca, e a produção dirigida para o mercado). As exigências que as classes principais fizeram ao estado, e a influência dessas classes

sobre o estado, variaram de forma equivalente. Por conseguinte, o sucesso relativo das diferentes estratégias de extração, e as estratégias que os governantes aplicaram realmente, variaram consideravelmente das regiões de intensa coerção para as de grande aplicação de capital. Em conseqüência, as formas organizacionais dos estados seguiram claramente trajetórias diferentes nessas diferentes partes da Europa. Tais circunstâncias negaram qualquer idéia de que os monarcas europeus simplesmente adotaram um modelo visível de formação do estado e se empenharam da melhor forma possível para segui-lo.

AS TENDÊNCIAS E AS INTERAÇÕES DE LONGO ALCANCE

Mais uma ilusão também deve desaparecer. Até agora apresentei as relações como se o capital e a coerção sempre caminhassem rumo a uma maior acumulação e concentração. Durante os mil anos que nos interessam aqui, foram essas as principais tendências. No entanto, dentro da experiência européia, muitos estados experimentaram deflação em ambos os pontos; a Polônia sofreu muitas inversões em termos de capital e de coerção, os impérios sucessivos da Borgonha e dos Habsburgos entraram em colapso, e as guerras religiosas do século XVI esvaziaram seriamente os estoques europeus de capital e de meios coercivos. A história da formação do estado europeu caminha geralmente para cima, rumo a uma maior acumulação e concentração, mas movimenta-se através de muitos picos pontudos e vales profundos.

A acumulação é talvez a causa da maior diferença a longo prazo para a história da economia européia. Mas a concentração, a desconcentração e a reconcentração da coerção delimitaram os principais capítulos da história da formação dos estados; a concentração acabou por depender em grande medida da disponibilidade de capital concentrado. O motivo exato por que e o modo preciso como isso aconteceu serão os temas dos capítulos seguintes deste livro e irão levar-nos a complicadas questões de política fiscal. No entanto, o elo central é simples: com o passar do tempo, muito mais do que as outras atividades, a guerra e a preparação da guerra produziram os principais componentes dos estados europeus. Os estados que perderam guerras comumente se contraíram, e muitas vezes deixaram de existir. Independentemente do seu tamanho, os estados que detinham os maiores meios de coerção acabaram ganhando as guerras; a eficiência (produção total) tem primazia sobre a eficácia (a razão entre a produção e os insumos).

Através da ação recíproca entre a concorrência, a mudança tecnológica e a escala absoluta dos estados mais beligerantes, a guerra e a criação dos meios

coercivos tornaram-se mais caros com o correr do tempo. Quando isso aconteceu, um número cada vez menor de governantes foi capaz de criar meios militares com seus próprios recursos rotineiros; voltaram-se então mais e mais para empréstimos a curto prazo e tributação a longo prazo. Ambas as atividades foram realizadas com mais facilidade onde já existiam concentrações de capital. Mas, em todo lugar, produziram mudanças na organização governamental.

Como as mudanças na **forma** da guerra e na organização do estado se relacionam entre si? À guisa de primeira aproximação, podemos dividir os anos posteriores a 990 d.C. em **quatro segmentos**, com limites temporais variáveis de uma parte para outra da Europa:

1. *patrimonialismo*: uma época (até o século XV em grande porção da Europa) em que as tribos, os conscritos feudais, as milícias urbanas e forças costumeiras semelhantes desempenharam o papel principal na guerra, e os monarcas de modo geral traíram o capital de que necessitavam, sob a forma de tributos ou rendas, das terras e das populações que se achavam sob o seu controle imediato;

2. *corretagem*: uma era (mais ou menos de 1400 a 1700 em partes importantes da Europa) em que a atividade militar foi realizada predominantemente pelas forças mercenárias recrutadas por contratantes, e os governantes estavam sujeitos, em ampla medida, aos capitalistas formalmente independentes na consecução de empréstimos, na administração dos empreendimentos produtores de renda e no estabelecimento e arrecadação dos impostos;

3. *nacionalização*: um período (sobretudo de 1700 a 1850 mais ou menos, em grande parte da Europa) em que os estados criaram exércitos e frotas avultados e recrutados cada vez mais entre as próprias populações nacionais, ao mesmo tempo em que os soberanos agregaram as forças armadas diretamente à estrutura administrativa do estado e analogamente se encarregaram da operação direta do aparelho fiscal, diminuindo drasticamente a participação de contratantes independentes;

4. *especialização*: um tempo (mais ou menos da metade do século XIX até o passado recente) em que a força militar se desenvolveu, tornando-se um poderoso ramo especializado do governo nacional, aumentou a separação organizacional entre a atividade fiscal e a militar, cresceu a divisão do trabalho entre o exército e as forças policiais, as instituições representativas passaram a ter uma influência significativa sobre os gastos militares, e os estados adotaram uma gama altamente expandida de atividades de distribuição, regulamentação, compensação e justiça.

É claro que as relações entre o capital e a coerção mudaram consideravelmente de um período para o seguinte.

A transformação dos estados pela guerra, por sua vez, alterou os riscos do conflito armado. Durante o período do patrimonialismo, os conquistadores procuraram muito mais arrecadar tributos do que buscar o controle estável da população e dos recursos dentro dos territórios que invadiram; impérios inteiros se desenvolveram sobre o princípio da extração de rendas e doações dos governantes de múltiplas regiões sem penetrar significativamente em seus sistemas de governo. Na caminhada rumo à corretagem e depois à nacionalização, um território firmemente administrado tornou-se um bem digno de disputa, uma vez que somente um território como esse poderia proporcionar as rendas para a manutenção das forças armadas. Mas, na era da especialização, os estados acumularam tantos pretendentes aos seus serviços e com tanta rapidez que a guerra se tornou, até mais do que antes, uma forma de satisfazer os interesses econômicos da coligação dirigente mediante o acesso aos recursos de outros estados. A partir da Segunda Guerra Mundial, com a extensão do sistema europeu de estado ao mundo inteiro e com a rigidificação das fronteiras nacionais que se seguiu, isso significou muito mais exercer influência sobre outros estados sem realmente incorporar o seu território ao do estado mais poderoso.

Foram essas as tendências principais. No entanto, mais de uma combinação de capital e coerção apareceram em cada estágio de crescimento dos estados europeus. Poderíamos distinguir três trajetórias de formação do estado: uma em que a coerção era aplicada intensamente, uma em que houve grande necessidade de capital e uma em que a coerção era capitalizada. Essas trajetórias não constituem “estratégias” alternativas, assim como não são condições contrastantes de vida. Os governantes que perseguiram metas semelhantes – sobretudo uma preparação bem-sucedida da guerra – em ambientes muito diferentes reagiram a esses ambientes com o estabelecimento de relações distintas com as principais classes sociais dentro deles. A transformação das relações entre o governante e o governado produziu formas novas e contrastantes de governo, cada uma delas mais ou menos adaptada a seu ambiente social.

No modo de *intensa coerção*, os governantes extraem os meios de guerra de suas próprias populações e de outras que conquistaram, construindo no processo estruturas maciças de extração. O Brandenburgo e a Rússia – sobretudo em suas fases de impérios extorquidores de tributos – ilustram esse modo. No seu próprio extremo, contudo, os proprietários rurais armados detinham tanto poder que nenhum deles seria capaz de estabelecer um controle duradouro sobre o restante; por vários séculos, as nobrezas polonesas e húngaras realmente elegeram seus próprios reis e os depuseram quando esses se empenharam demais em obter o poder supremo.

No modo de *grande inversão de capital*, os governantes dependeram de pactos com os capitalistas – cujos interesses eles serviam com precaução – para arrendar ou comprar força militar, e assim fizeram guerra sem construir vastas estruturas de estado estáveis. As cidades-estado, as cidades-império, as federações urbanas e outras formas de soberania fragmentada adotam comumente essa trajetória de mudança. Gênova, Dubrovnik, a República Holandesa e, por algum tempo, a Catalunha ilustram esse modo. Como exemplifica a história da República Holandesa, no extremo esse modo produziu federações de cidades-estado amplamente autônomas e constante negociação entre elas em torno da política do estado.

No modo intermediário de *coerção capitalizada*, os governantes fizeram um pouco de cada coisa, mas despenderam muito mais esforço, do que os seus vizinhos detentores de capital abundante, na incorporação dos capitalistas e das fontes de capital diretamente às estruturas de seus estados. Os detentores de capital e de coerção interagiam em termos de relativa igualdade. A França e a Inglaterra acabaram seguindo o modo de coerção capitalizada, que produziu estados nacionais plenamente desenvolvidos mais cedo do que os outros modos examinados.

Impulsionadas pelas pressões da *competição internacional* (sobretudo pela guerra e preparação da guerra), as três trajetórias no final convergiram nas concentrações de capital e de coerção totalmente desproporcionais àquelas que predominavam em 990 d.C. Do século XVII em diante, a forma de coerção capitalizada revelou-se mais eficiente na guerra e, portanto, forneceu um modelo convincente para aqueles estados que se originaram de outras combinações de coerção e capital. Além disso, do século XIX até um passado recente, todos os estados europeus envolveram-se muito mais intensamente do que antes na construção de infra-estrutura social, no provimento de serviços, na regulamentação da atividade econômica, no controle dos movimentos populacionais e na capacitação do bem-estar dos cidadãos; todas essas atividades começaram sob a forma de produtos secundários dos esforços governamentais para adquirir rendas e submissão de suas populações, mas assumiram vidas e explicações próprias. Os estados socialistas contemporâneos diferem dos estados capitalistas, em média, por exercerem um controle mais direto e mais consciente sobre a produção e a distribuição. Contudo, quando comparados com o espectro de estados que existiram na Europa nesses últimos mil anos, pertencem reconhecivelmente ao mesmo tipo dos seus vizinhos capitalistas. São também estados nacionais.

Antes de sua recente convergência, as trajetórias de intensa aplicação de coerção, de grande inversão de capital e de coerção capitalizada conduziram a tipos muito diferentes de estados. Mesmo depois da convergência, os estados manteve-

ram algumas características – por exemplo, a natureza de suas instituições representativas – que refletem claramente as suas experiências históricas anteriores. Os três tipos de estado eram bastante viáveis sob certas condições predominantes na Europa em diversos momentos antes da época atual. Na verdade, quando da abdicação de Carlos V em 1555, a maior parte da Europa se achava sob a hegemonia imperial, muito mais do que sob o controle de estados nacionais em qualquer sentido mais forte do termo.

Nesse momento, o Império Otomano de Solimão, o Magnífico (além de dominar a Anatólia e grande parte do Oriente Médio), ocupava a maioria dos Bálcãs e mantinha sob vassalagem outros estados desde o Volga até o Adriático. Carlos V, sendo Imperador do Sacro Império Romano, Imperador da Espanha e Elder dos Habsburgos, reclamou então o governo da Espanha, dos Países-Baixos, de Milão, Nápoles, Sicília, Sardenha, Áustria, Boêmia, Borgonha, Franco-Condado e (de forma mais contestável) do enxame de estados no território que hoje denominamos Alemanha. Mais a leste, a Polônia, a Lituânia, Moscóvia e os Cosacos do Don também se organizaram em estilo imperial. Em 1555, o Norte da Itália, a Suíça e partes expressivas do Sacro Império Romano continuavam sendo áreas de soberania intensamente fragmentada, ao passo que somente a França e a Inglaterra se assemelhavam aos nossos modelos convencionais de estados nacionais. Mais ou menos nessa época, as cidades-estado e outras organizações de menor escala perdiam terreno em relação a outras formas de estado. Não obstante, a República Holandesa logo iria provar que as federações de cidades e territórios contíguos ainda podiam manter-se como potências mundiais. Além disso, os impérios estavam avançando. Ninguém naquele momento garantia a vitória final do estado nacional.

A lição é clara. Usar a força do século XX como o principal critério de formação efetiva do estado (a exemplo do que fazem muitos analistas) significa sucumbir às tentações da teleologia, interpretar mal as relações entre as cidades, os estados, o capital e a coerção no passado da Europa. É possível evitar essas ciladas se seguirmos as escolhas dos formadores de estado, e as conseqüências dessas escolhas, desde uma data anterior – no caso estabelecida arbitrariamente em 990 d.C. – até os nossos dias.

A estratégia de olhar para a frente permitir-nos-á obter algumas respostas hipotéticas à pergunta crítica deste livro: *O que explica a grande variação, no tempo e no espaço, entre os tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional?* Embora a questão seja terrivelmente ampla, ela se traduz em problemas mais estreitos, mais manuseáveis como:

1. *O que explica o padrão mais ou menos concêntrico de formação de estado no conjunto da Europa, com estados grandes mas fracamente controlados como o Império Otomano e Moscóvia que se formaram cedo em torno da periferia, estados menores porém governados com maior firmeza, como a França e o Brandenburgo agrupados numa zona mais ou menos intermediária, e uma faixa central de cidades-estado, principados, federações e outras variedades de soberania intencionalmente fragmentada que somente depois de 1790 se consolidaram em estados maiores?*

2. *Por que, apesar de óbvios interesses em contrário, os governantes muitas vezes aceitaram o estabelecimento de instituições representativas das classes principais dentro das populações que foram submetidas à jurisdição do estado?*

3. *Por que os estados europeus variaram tanto no que diz respeito à incorporação das oligarquias e instituições urbanas à estrutura de estado nacional, como o estado da República Holandesa que é praticamente indistinguível de seu aglomerado de governos municipais, o estado polonês que é quase olvidado das instituições urbanas, e uma dezena de outras variantes entre esses dois extremos?*

4. *Por que o poder político e comercial se deslocou gradualmente das cidades-estado e cidades-império do Mediterrâneo para os estados extensos e as cidades relativamente subordinadas do Atlântico?*

5. *Por que as cidades-estado, as cidades-império, as federações e as organizações religiosas perderam a sua importância como tipos predominantes de estado na Europa?*

6. *Por que a guerra derivou da conquista por tributo e da luta entre extorquidores de tributo armados para batalhas sustentadas entre extensos exércitos e marinhas?*

As questões continuam amplas, mas não tão amplas quanto a necessidade de uma explicação geral das trajetórias alternativas tomadas pelos estados europeus. O desafio, então, passa a ser analisar esse imenso problema e seus subsidiários mais manuseáveis através de um exame detido das várias trajetórias que os estados realmente seguiram em diferentes partes da Europa depois de 990 d.C. Isso significará identificar os principais processos que transformam os estados, e separá-los em suas variantes de intensa aplicação de coerção, de grande inversão de capital e de coerção capitalizada.

Um livro que trate dessas questões deve percorrer uma vereda estreita entre o acaso e a teleologia. De um lado, a parede incolor do acaso, na qual cada história afigura-se *sui generis*, um rei ou batalha após outro. Do outro, a fenda da teleologia, na qual o resultado da formação do estado parece explicar toda a caminhada.

Tentarei evitar a parede incolor e a fenda com a afirmação de que as trajetórias de formação do estado foram múltiplas mas não infinitas, de que em alguma junção histórica particular vários futuros claramente diferentes foram possíveis, de que os estados, os governantes e os cidadãos influenciaram-se entre si profundamente, de que problemas e processos sistemáticos ligaram as histórias de todos os estados europeus, daí a relação entre eles. Se forem bem-sucedidos, os capítulos seguintes contarão uma estória de diversidade na unidade, de unidade na diversidade, de escolha e conseqüências.

PERSPECTIVAS

Deixem-me confessar logo: a minha leitura do passado europeu não é convencional, não está provada e está cheia de lacunas. Em sua maioria, os estudiosos dos estados europeus têm evitado, prudentemente, produzir sínteses na escala de mil anos. Aqueles que deram o salto, de modo geral, ou têm procurado explicar o que era diferente acerca do conjunto do Ocidente, ou têm proposto uma única trajetória-padrão de formação de estado, ou ambas as coisas. Usualmente têm procedido de maneira retrospectiva, preferindo buscar as origens dos estados que hoje conhecemos como a Alemanha ou a Espanha e ignorar os estados que desapareceram ao longo do caminho a tentar mapear a gama inteira de formação do estado.

Quando afirmo a existência de múltiplas trajetórias em função da relativa facilidade com que o capital e a coerção se concentraram, quando atesto uma forte interdependência entre a forma de um estado e seu acesso anterior ao capital e quando procuro seguir mais uma análise prospectiva que retrospectiva das transformações na estrutura do estado, é que estou abandonando os caminhos firmes do academismo estabelecido em favor de uma aventura no repensar do passado. Além disso, ao discutir mil anos em pouco mais de duzentas páginas, não posso esperar mais do que identificar algumas relações importantes e ilustrar como elas atuaram.

Uma versão bastante expandida da tese do livro daria um peso muito maior à dinâmica da economia européia do que fazem as páginas seguintes. Antes de tudo, falarei muito pouco sobre oscilações de preços, produtividade, comércio e crescimento populacional, negligenciando entre outras coisas a provável importância do aumento de preços nos séculos XIII, XVI e XVIII, e o poder relativo dos comerciantes, camponeses, proprietários rurais, funcionários e outras classes sociais (Abel 1966, Frank 1978, Kriedte 1983, Wallerstein 1974-88).

Em segundo lugar, tratarei apenas de modo superficial da organização variável da produção e da estrutura de classe daí resultante. E isso não porque eu considere

isso negligenciável. Ao contrário: as relações entre os grandes proprietários de terras e os cultivadores fizeram uma enorme diferença para as conseqüências da formação do estado, da proteção e da extração, como demonstram imediatamente os contrastes entre a Hungria, Florença e a Inglaterra. O estado prussiano do século XVII, por exemplo, ostentou as marcas da história inicial da Prússia: nos séculos XIII e XIV, uma ordem oriunda das cruzadas, os Cavaleiros Teutônicos, estenderam o controle militar sobre essa região firmemente estabelecida, submeteram os eslavos que a haviam ocupado anteriormente, induziram os cavaleiros alemães a virem para a região e aí organizarem grandes estados e estimularam o cultivo mediante o recrutamento, por esses cavaleiros, de camponeses para limpar e cultivar a terra que seria sua em troca de tributos e serviços. Tais arranjos ao nível da família, da aldeia ou da região afetaram claramente a exequibilidade de tipos diversos de tributação, conscrição e fiscalização. Mas a minha tarefa já está bastante complicada. A fim de me concentrar nos mecanismos de formação do estado, tomarei repetidas vezes como inalteradas ou como dadas as relações entre os senhores de terra, os camponeses, os proletários agrícolas e outros atores rurais importantes.

Além disso, ao tentar aproximar-me das relações cruciais, não farei nenhum esforço para rememorar teorias alternativas de formação do estado, passadas ou presentes. Tampouco tentarei estabelecer as origens das idéias básicas do livro. Demos como certa a existência das análises de Karl Marx, Max Weber, Joseph Schumpeter, Stein Rokkan, Barrington Moore, Gabriel Ardant e outros que obviamente têm relação com o tema do livro; os *cognoscenti* com certeza notarão a sua influência em cada página, e os críticos sem dúvida desperdiçarão muitas de suas palavras tentando classificar o livro numa ou noutra escola. Lidar com essas análises, com as teorias que as embasam e com o fenômeno histórico da formação do estado ao mesmo tempo embotaria a análise e duplicaria a sua extensão sem avançá-la muito. Em vez disso, o livro focalizará os processos genuínos de formação do estado.

No interesse de uma apresentação compacta, lançarei mão, uma página após outra, tanto da metonímia quanto da reificação. A metonímia, no sentido de que falarei repetidas vezes de “governantes”, “reis” e “soberanos” como se representassem todo um aparelho de tomada de decisão do estado, reduzindo assim a uma questão simples um conjunto complexo e contingente de relações sociais. A metonímia, no sentido de que as cidades realmente representam redes regionais de produção e comércio nas quais os grandes povoadamentos são pontos focais. A reificação, no sentido de que vez por outra imputarei um interesse unitário, um fundamento lógico, uma capacidade e uma ação a um estado, a uma classe dirigente, ou às pessoas sujeitas ao seu controle conjunto. Sem um modelo simplificador que empregue a metonímia e a reificação, não temos qualquer

esperança de identificar as principais conexões no processo complexo de formação do estado europeu.

Na maior parte do tempo o modelo implícito conterà esses elementos: um *governante* que resume a tomada conjunta de decisão dos funcionários mais poderosos de um estado; uma *classe dirigente* aliada ao governante e que controla os principais meios de produção dentro do território sob a jurisdição do estado; outros *clientes* que gozam de benefícios especiais devido à sua associação com o estado; *opositores, inimigos e rivais* do estado, de seu governante, da classe dirigente e de seus clientes, tanto dentro quanto fora da própria área do estado; o restante da *população* que está sob a jurisdição do estado; um *aparelho coercivo* que inclui exércitos, marinhas e outros meios organizados e concentrados de força sob o controle do estado; e o *aparelho civil* do estado, que consiste essencialmente de organizações fiscais, administrativas e judiciais distintas que operam sob o seu controle.

A maior parte dos argumentos subseqüentes trazem consigo a descrição e explicação dos diferentes meios que, a partir de 990 d.C., os governantes, as classes dirigentes, os clientes, os opositores, a população em geral, as organizações coercivas e as administrações civis articularam na história européia. Ocasionalmente, destrincham uma ou outra dessas categorias reificadas – mais notavelmente especificando quando, por que e com que efeitos os capitalistas (eles mesmos, seguramente, uma classe reificada de pessoas) se encaixam numa ou noutra dessas categorias. Mas, usualmente, os argumentos procedem como se cada categoria fosse real, unitária e não-problemática. Pagamos esse preço por operar na escala de um continente e de mil anos.

Uma apologia final. Numa escala como essa, devo lidar com fatos históricos como uma pedra que ricocheteia na água; rodopiando de um ponto elevado a um ponto elevado sem pousar mais do que um átimo por vez. Não sei toda a história que alguém precisaria saber para escrever este livro integralmente, e suprir toda a documentação para a história que penso não sãber sobrecarregaria o texto de forma incomensurável. Acerca do recente crescimento da atividade do estado, por exemplo, algum autor responsável gostaria de citar Reinhard Bendix, Walter Korpi, Theda Skocpol, Goran Therborn e muitos outros. Não faço nada desse tipo, reservando de modo geral as citações para os textos diretos e a informação esotérica ou controvertida. Naturalmente, os especialistas terão de esmiuçar a minha versão das histórias européias, e ponderar se seus erros invalidam os argumentos.

Dado o seu caráter amplo, sintético e especulativo, os argumentos deste livro não se prestam imediatamente a comprovação ou refutação. Não obstante, podemos julgá-los errados até a medida em que:

1. os governantes que têm relações muito diferentes com o capital e a coerção adotaram não obstante estratégias semelhantes, com efeitos semelhantes, quando tentaram construir a força armada e o poder do estado;

2. os principais momentos no crescimento e transformação de estados particulares, e do conjunto do sistema de estado europeu, *não* corresponderam à guerra e à preparação da guerra;

3. os esforços para congregar os meios de força armada *não* produziram características duradouras das estruturas de estado;

4. os governantes deliberadamente decidiram construir os estados de acordo com projetos preconcebidos, e foram bem-sucedidos em seguir esses projetos;

5. algumas ou todas as generalidades empíricas que sustentei – sobretudo (a) a geografia da formação do estado, (b) a incorporação diferencial de oligarquias e instituições urbanas à estrutura de estado nacional, (c) o desenvolvimento de instituições representativas apesar dos interesses contrários dos governantes, (d) a mudança do poder político e comercial do Mediterrâneo para o Atlântico, (e) o declínio das cidades-estado, das cidades-império, das federações e das organizações religiosas e (f) a mudança da guerra para batalhas contínuas entre exércitos e marinhas avultadas –, *na realidade, não resistem a uma investigação histórica*;

6. interpretações alternativas fornecem explicações mais econômicas e/ou mais convincentes daquelas generalidades empíricas que resistem a uma investigação.

Se alguma dessas condições se revelar verdadeira, o meu argumento enfrentará um sério desafio. Se todas elas se mostrarem verdadeiras, ele está claramente errado.

Importantes questões teóricas estão em jogo. Seria de esperar que um discípulo de Joseph Strayer, por exemplo, sustentasse que as atividades de pacificação doméstica dos monarcas começaram muito mais cedo e desempenharam um papel muito mais importante na aceitação do estado pelo povo do que está implícito em minha exposição e, portanto, confirmasse a maioria das condições da lista acima contra a análise do livro. Seria de esperar que um discípulo de Douglass North sustentasse que a instituição e proteção dos direitos de propriedade pelo estado se acham na base das mudanças que atribuí à preparação da guerra. Seria de esperar que um discípulo de Immanuel Wallerstein insistisse em que as atividades dos estados estimularam os interesses dos capitalistas a uma extensão maior do que admiti, e um discípulo de Perry Anderson replicasse (pelo menos para o período médio de minha análise) que o argumento subestima em grande medida a importância das nobrezas européias na criação de extensos estados “absolutistas”.

Assim, os modos como os meus argumentos estão certos ou errados têm relação com discordâncias amplamente discutidas acerca da formação do estado europeu.

A lista de checagem fornece um meio de classificar as possíveis críticas ao livro em legítimas, semilegítimas e ilegítimas. Seria totalmente legítimo, e bastante esclarecedor, estabelecer que uma das condições listadas acima ou uma condição semelhante que está implícita nos argumentos do livro, na verdade, é aplicável a algum bloco substancial de experiência europeia. Seria semilegítimo mostrar que o argumento não explica certas características importantes e duradouras de estados específicos. (O critério seria apenas semilegítimo porque mostraria que o argumento estava incompleto – com que concordo prontamente de antemão – mas não que estava errado.)

Seria ilegítimo queixar-se de que o argumento negligencia algumas variáveis que por acaso o crítico considera importantes: ambiente físico, ideologia, tecnologia militar, ou outras. A crítica da variável omitida só se torna legítima quando o crítico mostra que a negligência da variável suscita uma leitura errada das relações entre as variáveis que aparecem no argumento. A questão não é fornecer uma exposição “completa” (qualquer que possa ser ela), mas obter corretamente as principais conexões.

Na busca desse objetivo, o capítulo seguinte se concentra na geografia variável das cidades e estados na Europa durante os mil anos da pesquisa. O capítulo 3 dedica-se aos mecanismos pelos quais os governantes adquiriram os meios de executar as suas atividades essenciais – sobretudo a criação da força armada – e o envolvimento desses mecanismos na estrutura do estado. O capítulo 4 examina as relações entre os estados e os cidadãos, acompanhando a trajetória de formação através da negociação de estados maciços e multifuncionais. O capítulo 5 trata das trajetórias alternativas de formação do estado, delineando os efeitos das relações variáveis com o capital e a coerção. O capítulo 6 estuda os estados europeus como se fossem um conjunto de parceiros interagentes, um sistema cuja operação compele as ações de seus membros. O capítulo 7 traz à baila a história até o presente, refletindo sobre as relações contemporâneas entre o capital e a coerção num esforço para compreender por que os militares tomaram o poder em tantos estados depois da Segunda Guerra Mundial, e na esperança de discernir de que modo a experiência europeia nos ajuda a entender os estados agitados de nosso tempo.

AS CIDADES E OS ESTADOS EUROPEUS

A EUROPA INEXISTENTE

Mil anos atrás, a Europa não existia. Uma década antes da passagem do Milênio, os quase trinta milhões de pessoas que viviam na *extremidade* oeste da massa de terra chamada Eurásia não tinham qualquer razão peremptória para achar que constituíam um conjunto isolado de pessoas, ligadas pela história e pelo destino comum. Tampouco o fizeram. É verdade que a desagregação do Império Romano havia deixado uma parte significativa do que hoje conhecemos por Europa ligada por estradas, comércio, *religião e memória coletiva*. Mas o mundo romano negligenciou uma grande parcela da região situada a leste do Reno e ao norte do mar Negro. Também o Império não era, no final, exclusivamente europeu; havia-se estendido em torno do Mediterrâneo até a Ásia e a África.

Do ponto de vista do comércio e do contato cultural, a “Europa” do milênio fragmentou-se em três ou quatro aglomerados ligados bastante frouxamente: uma faixa oriental correspondente mais ou menos à Rússia europeia de hoje e que mantinha fortes vínculos com Bizâncio e com as principais rotas de comércio que atravessavam a Ásia; um Mediterrâneo compartilhado por muçulmanos, cristãos e judeus e com vinculações muito mais fortes com as grandes metrópoles do Oriente Médio e da Ásia; um sistema pós-romano de cidades, aldeias, estradas e rios, mais denso numa curva que se estendia da Itália central a Flandres, mas que se irradiava pela Alemanha e pela França; talvez um aglomerado setentrional distinto que compreendia a Escandinávia e as Ilhas Britânicas. (Na verdade, muitos desses

rótulos pecam por anacronismo; mas a nós, que precisamos adotar um conjunto enfadonho de convenções geográficas, não nos resta outra alternativa senão usar designações como “Alemanha” e “Ilhas Britânicas” sem que se precise advertir alto e bom som que não implicam vinculação política ou cultural.)

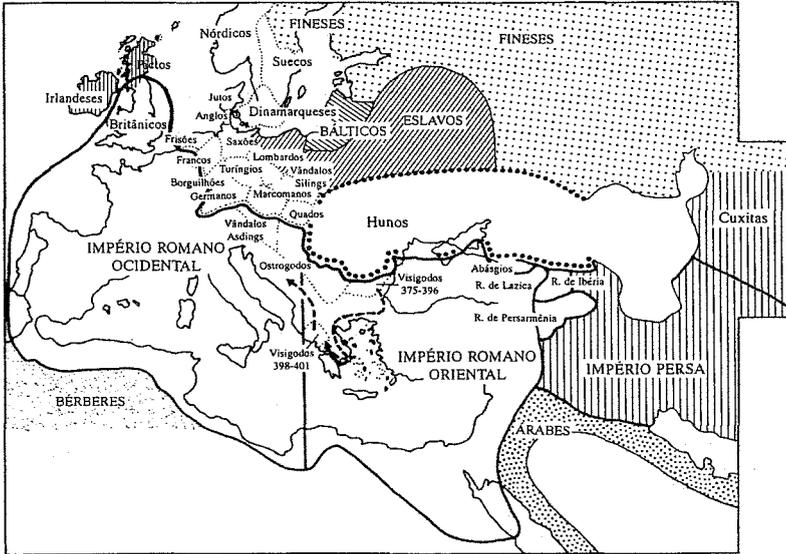


Figura 2.1 A Europa em 406 d.C. (adaptado de Colin McEvedy, *The Penguin Atlas of Medieval History*, Penguin Books, 1961. Copyright © 1961 Colin McEvedy).

No ano de 990, os domínios muçulmanos controlavam uma parcela importante do antigo espaço do Império Romano: todas as costas meridionais do Mediterrâneo e a maior parte da Península Ibérica, sem contar as inúmeras ilhas mediterrânicas e uns poucos pontos ao longo de sua costa setentrional. Um Império Bizantino com ligações bastante frouxas estendia-se do leste da Itália à extremidade oriental do mar Negro, enquanto ao norte um estado russo um pouco mais definido se alongava até o Báltico. Um reino dinamarquês exercia seu poder do oeste do Báltico até as Ilhas Britânicas, enquanto os principados instáveis da Polônia, Boêmia e Hungria controlavam o território ao sul do Báltico. A oeste desses situava-se o Império Saxão, que reclamava a herança de Carlos Magno, enquanto ainda mais longe na mesma direção Hugo Capeto governava o reino da França.

No entanto, nenhum desses nomes de lugar meio familiares poderia disfarçar a enorme fragmentação de soberania que então predominava em todo o território que mais tarde se tornaria a Europa. Os imperadores, reis, príncipes, duques, califas, sultões e outros potentados de 990 d.C. reinaram como conquistadores, extorquidores de tributos e arrendatários de impostos, e não como chefes de estado que controlavam duradoura e densamente a vida dentro de seus domínios. Além do mais, dentro de suas jurisdições, antagonistas e pretensos subordinados usaram comumente a força armada em seus próprios interesses e dispensaram pouca atenção aos interesses de seus soberanos nominais. E os exércitos particulares proliferaram em grande parte do continente. Em nenhum lugar da Europa existia algo que se assemelhasse a uma nação centralizada.

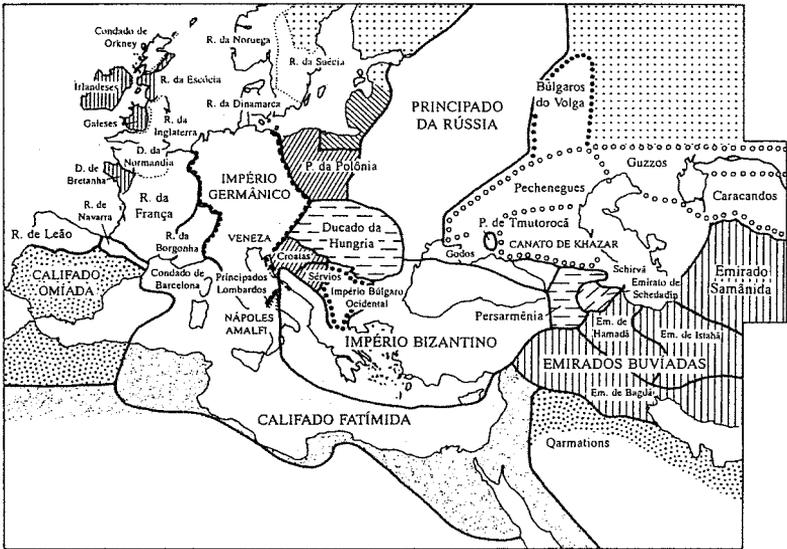


Figura 2.2 A Europa em 998 (adaptado de Colin McEvedy, *The Penguin Atlas of Medieval History*, Penguin Books, 1961. Copyright © 1961 Colin McEvedy).

Dentro do anel formado por esses estados alastrados e efêmeros, a soberania fragmentou-se mais ainda, ao mesmo tempo que centenas de principados, bispados, cidades-estado e outras autoridades exerciam um controle superposto sobre as pequenas áreas interioranas em volta de suas capitais. Na passagem do milênio, o papa, o imperador bizantino e o sacro imperador romano reclamavam a maior parte

da península italiana, mas, na verdade, quase toda cidade importante e seu interior adjacente operava como se fosse um agente político livre. (Em 1200 d.C., somente a península italiana compreendia duzentas ou trezentas cidades-estado distintas [Waley 1969: 11].) Salvo pela relativa urbanização das terras muçulmanas, a correlação entre o tamanho dos estados e a densidade das cidades era negativa: onde as cidades pulularam, a soberania se esmigalhou.

Adiante começará a ser estabelecida uma cronologia grosseira sobre as mudanças nas cidades e estados no decurso dos últimos mil anos. Entrementes, no entanto, façamos um comparação arbitrária a intervalos de 500 anos, apenas para termos uma idéia do quanto a coisa mudou. Por volta de 1490, o mapa e a realidade haviam-se alterado enormemente. Os cristãos armados estavam expulsando os soberanos muçulmanos de Granada, seu último território importante na metade ocidental do continente. Um Império Otomano islâmico havia desalojado os bizantinos cristãos da região situada entre o Adriático e a Pérsia. Os otomanos estavam triturando o poder veneziano no Mediterrâneo oriental e avançando para os Bálcãs. (Aliando-se com a ameaçada Granada, também efetuavam as suas primeiras incursões ao Mediterrâneo ocidental.) Além disso, depois de muitos



Figura 2.3 A Europa em 1478 d.C. (adaptado de Colin McEvedy, *The Penguin Atlas of Medieval History*, Penguin Books, 1961. Copyright © 1961 Colin McEvedy).

séculos em que as guerras européias haviam permanecido regionais, e apenas uma cruzada ocasional envolvera militarmente os estados transalpinos no Mediterrâneo, os reis da França e da Espanha começaram a lutar pela hegemonia na Itália.

Em 1490, em torno da periferia européia situavam-se os governantes que dominavam extensos territórios: não só o Império Otomano, como também a Hungria, a Polônia, a Lituânia, Moscóvia, as terras da Ordem Teutônica, a União Escandinava, a Inglaterra, a França, Portugal, Nápoles. Essas potências viviam em grande medida de rendas e tributos e governavam por intermédio de magnatas regionais que desfrutavam de grande autonomia dentro de seus próprios terrenos; os magnatas freqüentemente opunham-se ao poder real ou mesmo o rejeitavam. Não obstante, em 1490 todos os grandes reis e duques estavam consolidando e ampliando os seus domínios.

Nesse momento, dentro do círculo quebrado dos estados maiores a Europa continuava sendo uma terra de soberania bastante fragmentada. É verdade que um Império Habsburgo difuso começava a estender-se através do continente, enquanto Veneza dominava um arco importante do Adriático. No entanto, a zona que vai do norte da Itália até Flandres e, a leste, às fronteiras indefinidas da Hungria e da Polônia se fragmentou em centenas de áreas formalmente independentes: principados, ducados, bispados, cidades-estado e outras entidades políticas que de modo geral somente podiam usar a força no interior imediato em volta de suas capitais; o sul da Alemanha sozinho abrangia 69 cidades livres, além de seus múltiplos bispados, ducados e principados (Brady 1985: 10). Rumina J. R. Hale,

Apesar da fronteira que um cartógrafo podia traçar em torno da área que a opinião pública do meado do século XV admitia integrar o Sacro Império Romano, isto é, a zona essencialmente germânica entre a França e a Hungria, e a Dinamarca e o norte da Itália, ele não consegue colorir a multidão de cidades, de enclaves principescos e territórios eclesiásticos militantes que se consideram real ou potencialmente independentes, sem que passe ao leitor uma impressão de que está sofrendo de um mal da retina.

(Hale 1985: 14.)

Oitenta milhões de pessoas na Europa se distribuem em cerca de 200 estados, pre-tenso estados, estadozinhos e organizações similares a estados.

Por volta de 1990, outros cinco séculos mais tarde, os europeus haviam estendido enormemente a obra de consolidação. Seiscentos milhões de pessoas viviam então dentro do **perímetro do continente**. Nenhum estado muçulmano persistia na Europa, embora um poderoso mundo islâmico prosperasse contenciosamente ao sul e ao sudeste e impressionantes vestígios da cultura muçulmana perdurassem na Espanha, nos Bálcãs e na Turquia. Um gigantesco estado russo havia-se constituído

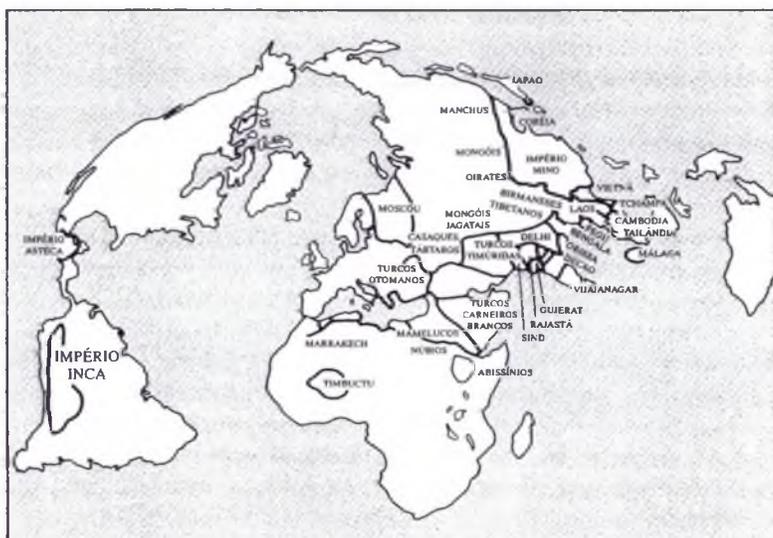


Figura 2.4 O Mundo em 1490 d.C. (adaptado de Colin McEvedy, *The Penguin Atlas of Modern History to 1815*, Penguin Books, 1972. Copyright © 1972 Colin McEvedy).

a leste e se estendia até o Ártico e o Pacífico, enquanto uma extensa Turquia atravessava a fronteira asiática até o sudeste. Grande parte do continente se havia transformado em estados que ocupavam pelo menos 100 mil quilômetros quadrados, sem contar as colônias e as possessões: as duas Alemanhas, Bulgária, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Noruega, Polônia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Tchecoslováquia, Turquia e a URSS ainda não fraccionada. Os micro-estados, como Luxemburgo e Andorra, embora maiores do que muitas das entidades políticas que existiram em 1490, haviam-se transformado em meras curiosidades. Se se contasse pelo número de governantes, a Europa inteira dividia-se em apenas 25 a 28 estados.

Levou muito tempo para que o mapa da Europa fosse dominado pelos estados nacionais: organizações relativamente centralizadas, diferenciadas e autônomas que reclamavam prioridade no uso da força dentro de territórios amplos, contíguos e claramente circunscritos. Em 990, nada a respeito desse mundo de feudos, senhores locais, invasores militares, aldeias fortificadas, cidades comerciantes, cidades-estado e mosteiros podia prever uma consolidação em estados nacionais. Em 1490, o futuro continuava à frente; apesar do uso freqüente da palavra “reino”, os impérios de um ou de outro tipo reclamavam a maior parcela da paisagem europeia e, em



Figura 2.5 A Europa em 1990 d.C.

algumas regiões do continente, as federações continuavam viáveis. Algum tempo depois de 1490, os europeus eliminaram essas oportunidades alternativas e partiram decididamente para a criação de um sistema constituído quase que totalmente de estados nacionais com uma autonomia relativa.

Por outro lado, os estados diminuíram em quantidade e aumentaram em área. Para traçar o mapa das mudanças, temos de aplicar o termo “estado” com generosidade, incluindo qualquer organização que comandava meios substanciais de coerção e reclamava uma prioridade permanente sobre todos os outros aplicadores de coerção dentro pelo menos de um território claramente circunscrito. Em 990, alguns estados muçulmanos relativamente extensos dominavam grande parte do oeste do Mediterrâneo, inclusive o sul da Espanha e a costa norte da África. Entre outros estados de bom tamanho, podemos incluir o reino da França, o império saxão, o reino da Dinamarca, a Rússia de Kiev, a Polônia, a Hungria, a Boêmia e o Império Bizantino. No conjunto, os governantes dessas entidades políticas cobravam tributos dos territórios que se achavam nominalmente sob o seu domínio. No

entanto, fora de suas próprias regiões, administravam com dificuldade os seus pretensos domínios e tinham a sua autoridade continuamente contestada por potentados rivais, inclusive por seus próprios agentes e vassalos putativos.

Consideremos a Hungria, um estado que se desenvolveu a partir da área conquistada pelos magiares, um dos muitos povos nômades armados que, vindos da estepe eurasiática, invadiram a Europa. No decurso do século X, a maioria dos magiares migraram do Volga e dominaram os eslavos, que eram em menor número, lavradores e habitantes das florestas da Bacia dos Cárpatos, região que hoje denominamos Hungria (Pamlenyi 1975: 21-5). Quando se mudaram para o oeste dos Cárpatos, a escassez da pastagem natural fez com que alguns nômades predadores se retirassem, ou tivessem reduzida a sua população, ou se extinguissem (Lindner 1981). Depois de um século de pilhagem, os húngaros, agora cristianizados, voltaram-se cada vez mais para a agricultura num território quase desprovido de cidades.

Sua base agrícola não impediu que a nobreza húngara fizesse guerra com seus vizinhos, lutasse pela sucessão real ou participasse do jogo europeu de casamentos e alianças. Além do mais, o seu controle da força armada proporcionou-lhes o poder de jogar escravos e homens livres indistintamente numa servidão comum. As cidades cresceram no momento em que a agricultura feudal prosperou, as minas passaram a exportar metais para o restante da Europa e as rotas de comércio da região se ligaram às da Europa Central e Ocidental. O capital alemão acabou por dominar o comércio e a indústria húngaros. No entanto, as cidades da Hungria continuaram estritamente subordinadas a seus senhores nobres até que, no século XV, a coroa começou a controlá-los.

No final do século XV, o rei Janos Hunyadi e seu filho, o rei Mateus Corvino, construíram uma máquina de guerra relativamente centralizada e eficiente, combatendo tanto os turcos belicosos a sudeste quanto os famintos Habsburgos a oeste. Todavia, com a morte de Mateus, a nobreza contra-atacou e privou o seu sucessor Ladislau dos meios de sustentar o seu próprio exército. Em 1514, o esforço para organizar uma nova cruzada contra os turcos provocou uma imensa revolta camponesa, cuja repressão reduziu definitivamente o campesinato à servidão e aboliu os seus direitos de mudar de senhor. Na luta entre os magnatas que se seguiu aos acordos de paz que puseram fim à guerra camponesa, o advogado Istvan Verböczi acolheu a opinião dos nobres em relação aos costumes húngaros, inclusive as leis de compensação contra os camponeses e os provimentos pelos quais

os nobres gozavam de imunidade contra a prisão sem um prévio julgamento legal, estavam sujeitos somente a um rei legitimamente coroado, não pagavam qualquer espécie de tributos e só podiam ser recrutados para prestar serviço militar em caso de defesa do reino. Finalmen-

te, era garantido o direito de rebelião contra qualquer rei que infringisse de algum modo os direitos da nobreza.

(McNeill 1975 [1964]: 17.)

O tratado de Verböczi tornou-se o texto autorizado da lei húngara e “a bíblia da nobreza” (Pamlenyi 1975: 117). Por volta de 1526, a Hungria não tinha um, mas dois reis eleitos e os dois lutavam entre si. Não admira muito que, no meio século seguinte, os turcos tenham conseguido tomar a metade do território húngaro! Nessa época, evidentemente, os grandes estados não eram necessariamente os estados fortes.

OS ESTADOS E A COERÇÃO

Por volta de 1490, os muçulmanos estavam-se retirando de Granada, o seu último posto avançado na Ibéria, mas ao mesmo tempo construíam um extenso império em torno do Mediterrâneo oriental e faziam incursões até os Bálcãs. Começaram a surgir nos flancos da Europa estados dotados de grandes exércitos e de algum controle judicial e fiscal sobre territórios de bom tamanho, e as cidades-estado principiaram a armar-se para a guerra terrestre como nunca havia acontecido antes. O mapa europeu de 1490 atribui grandes áreas à Inglaterra, à Suécia, à Polónia, à Rússia e ao Império Otomano, mas também assinala dezenas de ducados, principados, arcebispados, cidades-estado e outros estados-miniatura.

A quantidade de estados distinguíveis depende de decisões discutíveis relacionadas com a própria natureza dos estados da época. São elas: se os 13 cantões suíços (como em 1513) e as 84 cidades livres do Império Otomano (como em 1521) devem ser contados como entidades separadas; se as possessões tecnicamente autónomas de Aragão e Castela, como a Catalunha e Granada, merecem reconhecimento; se a colcha de retalhos dos Países-Baixos constituía um único estado (ou apenas parte de um estado) sob a hegemonia dos Habsburgos; se os estados tributários sob o controle otomano pertenciam individualmente ao sistema europeu de estado da época. Nenhum conjunto plausível de definições fornece menos de 80 unidades distintas, ou mais de 500. Podemos tomar, arbitrariamente, 200 como um número médio. As cerca de 200 entidades políticas europeias da época que detinham uma autonomia formal controlavam uma média de 24,5 mil quilómetros quadrados, mais ou menos o tamanho dos atuais El Salvador, Lessoto e Catar.

A população europeia de aproximadamente 62 milhões de habitantes em 1490 distribuía-se numa média de 310 mil pessoas por estado. Evidentemente, as médias

obscurecem as enormes variações: o grande número de estados menores da Europa e suas populações caberiam facilmente no vasto território da Rússia. Não obstante, a Europa principiava a consolidar-se em estados territorialmente distintos e organizados em torno de instituições militares permanentes, e a superioridade militar começava a propiciar aos estados melhores chances de sobrevivência.

Para falar a verdade, apenas começava. Em 1490, os exércitos eram constituídos, em sua grande maioria, de mercenários contratados para uma campanha, de clientes dos grandes senhores e de milícias de cidadãos. Na França e na Borgonha, os exércitos permanentes haviam substituído as milícias urbanas, mas em outros reinos não muito. As rendas de tributos e as taxas pessoais ainda tinham grande peso nas receitas dos reis. Dentro dos estados maiores, as comunidades, as guildas, as igrejas e os magnatas regionais detinham grande parcela de imunidade e autonomia. A administração se concentrava sobretudo nas questões militares, judiciais e fiscais. Na zona central da Europa continuavam a proliferar as jurisdições diminutas. Como as cidades-estado, ligas de cidades, impérios dinásticos, principados vinculados apenas nominalmente a monarquias ou impérios maiores, e entidades eclesiásticas como a Ordem Teutônica, todos coexistissem (embora litigiosamente) no continente, ainda não era evidente que os estados nacionais, da forma como os conhecemos hoje, iriam tornar-se as organizações predominantes da Europa. Não antes do século XIX, com as conquistas de Napoleão e as subseqüentes unificações da Alemanha e da Itália, quase toda a Europa se teria consolidado em estados separados entre si, dotados de forças armadas permanentes e profissionais e que exerciam um controle considerável sobre as pessoas em áreas de 100 mil quilômetros quadrados ou mais.

Nos quatro séculos seguintes, muitos tratados de paz e algumas federações deliberadas reduziram drasticamente o número de estados europeus. No século XIX, o número tendeu a estabilizar-se. No começo do ano de 1848, por exemplo, a Europa abrigava de 20 a 100 estados, dependendo de como se contam os 35 membros da Confederação Germânica, os 17 estados papais, os 22 segmentos tecnicamente autônomos da Suíça e umas poucas unidades dependentes mas formalmente distintas, como Luxemburgo e Noruega: no Almanaque de Gotha, o catálogo de nobres e estadistas, a lista alfabética da época começava com os diminutos Anhalt-Bernburg, Anhalt-Dessau e Anhalt-Kothan antes de incluir os mais extensos Áustria, Baden e Bavária.

As principais consolidações aconteceram quando da formação do Império Germânico e do reino da Itália. Mais ou menos no início de 1890, a lista de estados havia diminuído para cerca de 30, nove dos quais eram membros do Império Germânico. No final de 1918, a contagem estava em torno de 25 estados separados. Embora as fronteiras tivessem mudado significativamente com os tratados que puseram

fim à Primeira e à Segunda Guerra Mundial, o número e o tamanho dos estados europeus não mudou muito no curso do século XX. Se, de acordo com Small & Singer, contarmos apenas aqueles estados grandes bastante para estabelecer uma diferença militar independente, detectamos realmente uma leve inversão da tendência a longo prazo: 21 contedores no final das Guerras Napoleônicas, 26 em 1848, 29 (incluindo agora Malta, Chipre e a Islândia) em 1980 (Small & Singer 1982: 47-50).

Em contraste com os 24 500 quilômetros quadrados de 1490, os 30 estados de 1890 controlavam uma média de 160 mil quilômetros quadrados, o que o igualava às atuais Nicarágua, Síria e Tunísia. Em vez dos 310 mil habitantes de 1490, o estado médio de 1890 contava cerca de 7,7 milhões. Se os imaginarmos numa circunferência, os estados originam-se num raio médio de 90 até 230 quilômetros. Num raio de 90 quilômetros, o controle direto do interior pelos governantes de uma única cidade muitas vezes era viável; a 230 quilômetros, ninguém governava sem um aparelho especializado de vigilância e supervisão. Além disso, embora os micro-estados como Andorra (453 km²), Liechtenstein (157), San Marino (62) e mesmo Mônaco (1,8) tenham sobrevivido à grande consolidação, as desigualdades de tamanho diminuíram radicalmente com o tempo.

Falando de modo geral, a última parcela da Europa a consolidar-se em estados nacionais extensos foi a faixa de cidades-estado que ia da Itália do Norte, em torno dos Alpes, e abaixo do Reno até os Países-Baixos. As criações sucessivas da Alemanha e da Itália colocaram sob controle nacional essas pequenas municipalidades prósperas mas briguentas, e suas regiões interioranas. É como se os europeus descobrissem que, sob as condições predominantes a partir de 1790 ou mais, um estado viável necessitava de um raio de pelo menos 160 quilômetros, e não poderia dominar com facilidade além de um raio de 400 quilômetros.

AS CIDADES E O CAPITAL

Para perceber com mais clareza o padrão geográfico, deveríamos estabelecer uma distinção entre sistemas de cidades e sistemas de estados. Os sistemas de cidades da Europa representavam as relações indefinidas entre as concentrações de capital; os seus sistemas de estados, as relações variáveis entre as concentrações de coerção. As cidades européias formavam uma hierarquia frouxa de precedência comercial e industrial dentro da qual, em qualquer instante, uns poucos aglomerados de cidades (agrupadas comumente em torno de um centro hegemônico único) dominavam claramente o resto. (Na verdade, a hierarquia européia constituía apenas uma parte de uma rede urbana mais vasta que ia até a Ásia no começo do período e que,

com o passar do tempo, se estendeu à África e à América.) Na simplificação valiosa de Fernand Braudel, Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam, Londres e New York foram as capitais sucessivas do sistema europeu de cidades do século XIV ao XX.

No que diz respeito à predominância, a questão crucial não foi tanto o tamanho quanto a centralidade na rede europeia de comércio, produção e acumulação de capital. No entanto, as concentrações de capital e de população urbana se equivaliam tão estreitamente que o *aglomerado* de cidades predominante sempre era também um dos maiores. Usando um critério classe-tamanho e algum traçado um tanto arbitrário de fronteiras, J. C. Russell delinea regiões medievais centradas em torno de Florença, Palermo, Veneza, Milão, Augsburg, Dijon, Colônia, Praga, Magdeburgo, Lübeck, Ghent, Londres, Dublin, Paris, Toulouse, Montpellier, Barcelona, Córdoba, Toledo e Lisboa. As cidades eram mais densas e as regiões correspondentemente menores na faixa que vai de Florença a Ghent, especialmente em sua extremidade italiana; medidas pelo total da população das dez maiores cidades, as regiões de Veneza (357 mil), Milão (337 mil) e Florença (296 mil) lideram o conjunto (Russell 1972:235). Em 1490, um cálculo mais preciso do “potencial urbano”, feito por Jan de Vries, escolhe as regiões centradas mais ou menos em torno de Antuérpia, Milão e Nápoles como os picos do sistema urbano europeu, embora em 1790 predominasse claramente a zona circunvizinha de Londres (incluindo as áreas que atravessavam o Canal da Mancha) (de Vries 1984: 160-4).

O sistema de cidades e o sistema de estados se espalharam de forma muito desigual, e de maneiras contrastantes, através do mapa europeu. No ano de 990, as cidades eram pequenas e se estendiam por quase toda a região situada ao norte dos Alpes. No entanto, eram mais densas e suas relações mais intensas numa faixa que se estendia ao norte, de Bolonha e Pisa através dos Alpes até Ghent, Bruges e Londres. As zonas secundárias de concentração urbana apareciam ao sul da Espanha e ao sul da Itália. As terras mediterrânicas abrigavam um número muito maior de cidades do que aquelas que costeavam o Atlântico ou o Báltico. As duas maiores cidades da Europa eram, na época, Constantinopla e Córdoba, não só os principais centros de comércio mas também sedes respectivamente do Império Bizantino e do Califado Omíada; cada uma contava com uma população que se avizinhava do meio milhão (Chandler e Fox 1974: 11). No curso do milênio seguinte, a faixa central continuou sendo a zona europeia de maior intensidade urbana, mas essa faixa ampliou-se, e seu centro de gravidade deslocou-se para o norte, rumo aos grandes portos do Atlântico. De 1300 em diante, a faixa de cidades ligadas ao norte dos Alpes cresceu de forma desproporcional.

A presença ou ausência de aglomerações urbanas causou uma profunda diferença na vida social regional e suscitou significativamente as possibilidades de

formação do estado. Sob as condições de produção e transporte predominantes na Europa antes do século XIX, as cidades maiores estimularam a agricultura comercial em áreas tributárias que se estenderam por muitos quilômetros dentro da zona rural. Este tipo de agricultura, por sua vez, favoreceu de modo geral a prosperidade dos comerciantes, dos grandes cultivadores e dos pequenos proprietários rurais e ao mesmo tempo reduziu a capacidade dos grandes senhores de terra de dominar as pessoas em suas *adjacências rurais*. (Todavia, ocorreu uma exceção significativa naqueles locais em que a classe dirigente da cidade também detinha extensões de terra no interior, fato freqüente nas cidades-estado italianas; aí o campesinato sofreu o peso total do domínio senhorial.)

Além do mais, as cidades influenciaram profundamente a demografia das regiões circunvizinhas. Até recentemente, a maioria das cidades européias experimentaram um declínio natural: suas taxas de mortalidade superaram as de natalidade. Conseqüentemente, mesmo as cidades em estagnação atraíram volumes consideráveis de migrantes das cidades e aldeias próximas, enquanto as cidades em crescimento geravam grandes correntes migratórias. Essas correntes eram muito maiores do que o déficit urbano de nascimentos mais a taxa urbana de crescimento, uma vez que todos os sistemas de migração envolviam uma grande parcela de movimentação para a frente e para trás; mascates, comerciantes, empregados e artesãos flutuavam com freqüência entre a cidade e a zona rural de um ano para o outro ou de uma estação para a outra. O fluxo líquido do campo para a cidade incluía usualmente mais mulheres do que homens, resultando que as proporções de sexo (machos por 100 mulheres) eram caracteristicamente altas no campo e baixas na cidade. Assim, a cidade foi marcada pelas próprias oportunidades de casamento de aldeões em suas circunvizinhanças.

O impacto comercial e demográfico das cidades causou uma diferença significativa na formação do estado. Deixemos de lado momentaneamente a importância que as classes dirigentes urbanas e os capitalistas baseados na cidade detiveram enquanto partidários ou opositores dos esforços de expansão do poder do estado; mais tarde voltaremos a dar-lhe maior atenção. A existência de um comércio intenso entre a cidade e o campo ofereceu uma oportunidade aos governantes de arrecadar receitas através de taxas alfandegárias e de impostos sobre consumo, enquanto a economia relativamente comercializada facilitou aos monarcas o controle dos grandes proprietários de terra à medida que estendiam o poder real às cidades e aldeias.

Além disso, as relações entre a cidade e o campo afetaram o suprimento potencial de soldados: seriam eles os servos e meeiros dos magnatas rurais, os mercenários de regiões de alta mobilidade e baixa nupcialidade, as milícias urbanas,

ou os trabalhadores sem terra expulsos por grupos de pressão? As oportunidades de tributação, o poder dos proprietários rurais e o suprimento de tropas afetaram profundamente o modo de formação dos estados. Através do abastecimento de alimentos, da migração, do comércio, das comunicações e das oportunidades de emprego, as grandes aglomerações urbanas imprimiram a sua marca na vida social de regiões circunvizinhas e influenciaram assim as estratégias dos dirigentes que tentavam estender o poder do estado a essas regiões. Períodos de crescimento urbano apenas acentuaram esses efeitos.

Com algum risco, e negligenciando em grande escala a variação regional, podemos dividir o crescimento urbano da Europa a partir de 1000 em cinco fases: um período de considerável expansão até mais ou menos 1350; uma época de depressão seguida de flutuação não-tendenciosa entre 1350 e 1500; uma aceleração no século XVI; uma redução no século XVII e, finalmente, uma enorme aceleração depois de 1750 (Hohenberg & Lees 1985: 7-9). A devastadora disseminação da peste no século XIV marca a transição da primeira para a segunda fase; a navegação ibérica para a América, o início da terceira fase; o crescimento da indústria algodoeira depois de 1600, o começo da quarta; a implosão do capital, das manufaturas, dos serviços e do comércio nas cidades, a mudança da quarta para a quinta fase.

Do século XVI ao XVIII, muitas regiões européias, entre elas as zonas interiores de Milão, Lyon e Manchester, experimentaram a proto-industrialização: a multiplicação de pequenas unidades manufatureiras, inclusive domésticas, e de pequenos comerciantes que as ligavam aos mercados distantes. Durante essa grande expansão industrial, o capital procurou o trabalho e não o inverso; o trabalho rural proletariizou-se, no sentido de que mudou decisivamente para o serviço assalariado usando os meios de produção de propriedade dos capitalistas, mas permaneceu nas unidades domésticas e nas pequenas oficinas. Nesse momento, o capital acumulou-se grandemente, mas não se concentrou na mesma proporção. No decurso dos séculos XIX e XX aconteceu um movimento inverso: o capital implodiu, a manufatura e os trabalhadores mudaram-se para as cidades e extensas áreas do campo se desindustrializaram. Os manufatureiros procuraram localizar-se cada vez mais naqueles lugares em que era possível minimizar os custos de matéria-prima e de mercado para os seus produtos, admitindo corretamente que os trabalhadores viriam até eles às custas de algum outro. A última lufada de concentração acelerou enormemente a urbanização européia e produziu o continente enxameado de cidades que conhecemos hoje.

As cidades cresceram juntamente com a população européia, e o número de lugares urbanos, portanto, multiplicou-se mesmo quando a porção urbana da população se manteve constante; com base nos testemunhos atuais, apenas não sabemos se a população européia se tornou realmente mais urbana antes de 1350.

De qualquer modo, a proporção que vivia nas cidades não aumentou significativamente antes do século XIX. Segundo as melhores estimativas de que dispomos, a porção de lugares com 10 mil habitantes ou mais girava em torno de 5% em 990, 6% em 1490, 10% em 1790 e 30% em 1890, em comparação com os quase 60% de hoje (Bairoch 1985: 182, 282; de Vries 1984: 29-48).

A escala da urbanização refletiu a história do capital europeu. Durante séculos, a maior parte do capital líquido da Europa esteve nas mãos de pequenos comerciantes que trabalhavam dispersos por todo o continente, ou comerciando bens produzidos em outro local ou orientando a manufatura de produtores formalmente independentes em aldeias, distritos e pequenas cidades. Os grandes capitalistas, como os de Gênova, Augsburg e Antuérpia, desempenharam um papel importante na ligação de toda a Europa entre si e com o resto do mundo, mas detinham uma pequena parcela de todo o capital *em movimento*.

Antes de 1490, a dispersão dos testemunhos torna difícil oferecer alguns informes quantitativos mais detalhados. No entanto, as estimativas de Paul Bairoch e a recente compilação de evidências relativas à urbanização europeia a partir de 1500, feita por Jan de Vries, possibilitaram alguns cálculos simples mas surpreendentes. A Tabela 2.1 mostra a taxa comum prolongada de crescimento urbano antes de 1490, a aceleração no século XVI e a excepcional urbanização depois de 1790. Por volta de 1880, a barreira dos 10 mil habitantes havia perdido o seu sentido (daí os números especulativos da tabela), e um total de 390 cidades tinham 100 mil habitantes ou mais. Com efeito, as estatísticas de 1880 colocam 34,6% da população em cidades de no mínimo 100 mil habitantes. A grande aceleração do crescimento urbano ocorreu depois de 1790, com a concentração de capital no século XIX, o aumento escalar dos empregos e a criação do transporte de massa. No entanto, na maior parte do período posterior a 1490, as zonas interioranas exclusivas de que dispunham a maioria das cidades estavam diminuindo de tamanho.

Tabela 2.1 Urbanização de 990 a 1880 na Europa a oeste da Rússia.

	990	1490	1590	1690	1790	1890	1880
cidades de 10 mil habitantes ou mais	111	154	220	224	364	1709	5000?
população nas cidades de 10 mil ou mais (milhões)	2,6	3,4	5,9	7,5	12,2	66,9	250?
taxa anual (%) de crescimento a partir da data anterior	—	0,1	0,6	0,2	0,5	1,7	1,5?
% de população em cidades de mais de 10 mil habitantes	4,9	5,6	7,6	9,2	10,0	29,0	55?
km ² por cidade (mil)	44,3	31,9	22,0	22,0	13,5	2,8	1,0?

Fonte: De Vries 1984: 29-48; Bairoch 1985: 182.

A INTERAÇÃO ENTRE CIDADE E ESTADO

As tendências divergentes das cidades e estados mudaram algumas relações críticas. Em 990 d.C., com milhares de unidades tipo estado, é possível que houvesse na Europa uma única cidade de 10 mil habitantes para cada vinte ou trinta “estados”. Em 1490, essa cidade existia para cada um ou dois estados. Em 1890, o estado médio mítico tinha cerca de 60 cidades de 10 mil habitantes ou mais. Somente essa mudança já provocou alterações fundamentais nas relações entre governantes e governados: alterou as técnicas de controle, alterou as estratégias fiscais, alterou as demandas de serviços e alterou a política.

As cidades moldaram os destinos dos estados, sobretudo por servirem como pontos de recebimento e distribuição de capital. Por meio do capital, as classes dirigentes urbanas estenderam a sua influência a todo o interior urbano e através de redes extensas de comércio. Mas as cidades variaram no que se refere à quantidade de capital que suas oligarquias controlavam; Amsterdã, no século XVII, fez a outrora gloriosa Bruges parecer insignificante. Além disso, o fato de as cidades serem os locais de acumulação de capital propicia às suas autoridades políticas o acesso ao capital, ao crédito e ao controle sobre o interior que, se for dominado e cooptado, pode servir também aos objetivos dos monarcas. Adam Smith expôs o fato central de forma convincente:

Uma região que abunda em comerciantes e manufatureiros ... necessariamente abunda também em um conjunto de pessoas que sempre dispõem do poder de adiantar, se escolherem fazê-lo, uma soma muito grande de dinheiro ao governo.

(Smith 1910 [1778]: II, 392.)

Se escolherem fazê-lo: por trás desse qualificativo se escondem séculos de disputa entre os capitalistas e os reis. Não obstante, Adam Smith estava totalmente correto em enfatizar as vantagens financeiras dos estados que operavam em regiões de capital abundante.

Os estados, por sua vez, atuam sobretudo como receptáculos e aplicadores dos meios de coerção, especialmente a força armada. Hoje em dia, o desenvolvimento de estados que investem no bem-estar público, de estados regulamentadores, de estados que empregam grande parte de seu esforço em intervir nas questões econômicas, suavizou e obscureceu a centralidade da coerção. Contudo, durante esse milênio de história européia que estamos examinando, os gastos militares usualmente consumiram a maior parte dos orçamentos do estado, e as forças armadas constituíram caracteristicamente o maior setor do governo, tomado isoladamente.

As diferenças entre a geografia da formação do estado europeu e a da construção de cidades colocaram um problema pungente para qualquer pretensão governante. Abeerando-nos em Paul Hohenberg e Lynn Lees, podemos estabelecer uma distinção grosseira entre cidades: *praças centrais* e pontos de *redes urbanas*; todas as cidades pertencem a um ou ao outro sistema, mas a importância relativa dos dois conjuntos de relações varia drasticamente de uma cidade para outra (Hohenberg & Lees 1985: capítulo 2). O sistema hierárquico de praça central é o intermediário do fluxo de produtos comuns como alimento e vestuário entre as povoações de uma região contígua; as matérias-primas e os produtos brutos tendem a deslocar a hierarquia das praças centrais para povoações maiores que servem a mercados mais extensos, enquanto que os produtos acabados e especializados – sobretudo os produzidos fora do sistema regional – tendem a mudar-se dos lugares maiores para os menores. Durante grande parte da história que estamos examinando, alguns produtores primários, comerciantes locais, vendedores ambulantes e feiras públicas periódicas vendem uma parte importante dos produtos a seus consumidores.

Por outro lado, as redes urbanas ligam os centros de alto nível de sistemas regionais separados, às vezes afastados entre si por milhares de quilômetros. Embora muito antes de 1500 a madeira de lei, o trigo, o sal e o vinho tenham viajado grandes distâncias na Europa, as redes urbanas por muito tempo se especializaram na troca de produtos leves e caros como especiarias e sedas. Os comerciantes e financistas, por disporem de grande quantidade de capital, se tornaram figuras importantes nas redes urbanas da Europa. Durante séculos, aquilo que Philip Curtin denomina diásporas comerciais teve um papel decisivo; alguns grupos mercantis geograficamente dispersos, como os judeus, os armênios, ou os genoveses, que tinham a mesma língua, religião, parentesco e (às vezes) origem geográfica reduziram as incertezas do comércio internacional mediante a concessão entre si de crédito, informação de mercado e tratamento preferencial (Curtin 1984). Mesmo naqueles lugares onde as diásporas comerciais não criaram os vínculos decisivos entre os centros distantes, comerciantes dispersos costumavam manter relações com seus colegas por meio de viagens, correspondência pessoal, nomeação de representantes locais e contato com conhecidos mútuos.

Pode ocorrer que um governante aplicador de coerção, com uma certa soma de esforços, capture todo o território de uma ou mais hierarquias de praça central, e até remaneje uma hierarquia de forma a que corresponda mais ou menos aos limites de seu estado; por volta do século XVI, foi estabelecida uma correspondência aproximada entre a Inglaterra e o sistema de praça central de Londres, entre a França e o sistema de praça central de Paris. No entanto, é raro e difícil um estado encaixar-

se nos contornos de uma rede urbana de longa distância. As federações, a exemplo das Ligas Hanseáticas, e os impérios marítimos, como Veneza e Portugal, quase o conseguiram durante algum tempo, mas sempre foram coagidos a competir ou negociar com governantes territoriais que reivindicavam um ou outro de seus postos de comércio; a consolidação de um império otomano por cima das rotas comerciais mais lucrativas de Veneza condenaram o império mercantil espetacular que os venezianos haviam criado nos séculos XII e XIII. Por outro lado, os estados territoriais cujos negociantes se dedicaram ao comércio de longa distância sempre tiveram de enfrentar poderosos atores econômicos de cujas relações externas eles nunca conseguiram um controle total e que, toda vez que as exigências do governante se tornavam insuportáveis, encontraram relativa facilidade de fugir com seu capital para outro lugar de comércio. A duradoura discrepância entre a geografia da coerção e a do capital garantiu que as relações sociais organizadas em torno delas evoluíssem de maneira distinta.

No conjunto da Europa, as alterações no controle estatal do capital e da coerção, entre 990 d.C. e o período atual, seguiram duas curvas paralelas. A princípio, durante a época do *patrimonialismo*, os monarcas europeus geralmente extraíram o capital de que necessitavam, sob a forma de tributos ou rendas, das terras e população que se achavam sob o seu controle imediato – muitas vezes com limites contratuais rígidos sobre as quantidades que podiam extorquir. No tempo da *corretagem* (sobretudo entre 1400 e 1700 ou mais), passaram a depender fortemente de capitalistas formalmente independentes para os empréstimos, a administração das empresas produtoras de rendas e a cobrança de impostos. Todavia, por volta do século XVIII, teve início o período da *nacionalização*; muitos soberanos incorporaram o aparelho fiscal diretamente à estrutura do estado e reduziram de forma drástica a participação de contratados independentes. O último século mais ou menos, a era da *especialização*, introduziu uma separação mais aguda entre a organização militar e a fiscal e um crescente envolvimento dos estados na fiscalização do capital fixado.

Do lado da coerção, ocorreu uma evolução semelhante. Durante o período do patrimonialismo, os monarcas recrutaram a força armada entre aqueles clientes, vassalos e milícias que lhes deviam serviço pessoal – mas no caso também com limites contratuais significativos. Na época da corretagem (de novo sobretudo entre 1400 e 1700) recorreram em crescente medida às forças mercenárias que lhes eram fornecidas pelos contratantes, os quais mantinham considerável liberdade de ação. Em seguida, durante a nacionalização, os soberanos incorporaram o exército e a marinha diretamente à estrutura administrativa do estado, recorrendo apenas eventualmente a mercenários estrangeiros e alugando ou recrutando a maior parte

de suas tropas entre os seus próprios cidadãos. A partir da metade do século XIX, numa fase de especialização, os estados europeus consolidaram o sistema de soldados cidadãos financiados por vastas burocracias civis, e separaram as forças de polícia especializadas no uso da coerção fora da guerra.

Por volta do século XIX, a maioria dos estados europeus haviam internalizado tanto a força armada quanto os mecanismos fiscais; reduziram, assim, as funções governamentais dos arrematantes de impostos, dos contratantes militares e de outros agentes independentes. Seus governantes, então, continuaram a negociar com os capitalistas e outras classes do crédito, as rendas, a mão-de-obra e os meios de guerra. A negociação, por seu turno, criou novas exigências ao estado: pensões, pagamentos aos pobres, educação pública, planejamento urbano e muito mais. No processo, os estados, em vez de ampliar as máquinas de guerra, passaram a criar organizações de múltiplas finalidades. Seus esforços para controlar a coerção e o capital prosseguiram, mas juntamente com uma ampla variedade de atividades de regulamentação, compensação, distribuição e proteção.

Antes do século XIX, os estados diferiam acentuadamente no tocante à sincronização e intensidade relativas dos dois principais processos de mudança. Durante um século ou mais, o estado neerlandês alugou grandes exércitos e frotas de navios, adotou precocemente a administração estatal das finanças, mas continuou devendo aos capitalistas de Amsterdam e de outras cidades mercantis. Na verdade, em alguns momentos o estado neerlandês se decompôs em suas principais municipalidades. Por outro lado, em Castela, as forças terrestres – muitas vezes alugadas fora da Espanha – predominaram; lá a monarquia conquistou o crédito dos mercadores ao convertê-los em arrendatários de impostos e passou a depender das rendas coloniais para reembolsá-los. Portugal, Polônia, as cidades-estado italianas e os estados do Sacro Império Romano adotaram outras combinações das duas curvas e, desse modo, criaram estruturas de estado claramente diferentes.

AS FISILOGIAS DOS ESTADOS

Por que os estados europeus seguiram caminhos tão diferentes, embora quase todos eles tenham caminhado rumo a uma maior concentração de capital e coerção? Duas razões ocultas explicam a maior parte dessa complexidade. A primeira é a competição permanente e agressiva por comércio e território entre os vários estados de tamanho igual, os quais fizeram da guerra uma força propulsora da história européia. A segunda reside naquilo que Gabriel Ardant denominou a “fisiologia” dos estados: os processos pelos quais adquirem e distribuem os meios de realizar as

suas principais atividades. No que se refere à maior parte da história que nos interessa aqui, os meios importantes eram sobretudo de coerção, os recursos para a guerra. Os meios de coerção tinham uma função na guerra (atacando os rivais externos), na formação do estado (atacando os inimigos internos) e na proteção (atacando os inimigos dos clientes do estado). Os meios coercivos também faziam parte do exercício de extração (tirando da população submetida os meios de atividade do estado) e de justiça (resolvendo as disputas entre os membros dessa população). Somente quando surgiram a produção e a distribuição é que os meios de coerção deixaram de ser os principais suportes da atividade do estado – e mesmo nesse momento o grau de coerção variou de estado para estado. Nas regiões em que os estados instituíram seus próprios monopólios sobre a produção de sal, armas e artigos de fumo, por exemplo, eles o fizeram caracteristicamente com a força das armas; comumente o contrabando se torna contrabando quando os governantes decidem monopolizar a distribuição da mercadoria em questão.

Os meios de coerção combinam armas com homens que saibam usá-las. (Quero dizer mesmo *homens*; na experiência ocidental, as mulheres tiveram uma importância surpreendentemente pequena na construção e uso da organização coerciva, fato que certamente ajuda a explicar a sua posição subordinada dentro dos estados.) Os agentes dos estados têm mais disponibilidade para concentrar a coerção e para impedir que outros o façam, na medida em que (a) a produção de armas implica um conhecimento esotérico, materiais raros e capital abundante, (b) poucos grupos dispõem de capacidade independente de mobilizar grandes quantidades de homens e (c) poucas pessoas conhecem o segredo de combinar armas com homens. Com o decurso do tempo, os governantes dos estados europeus aproveitaram-se de todas essas condições para instaurar monopólios das maiores concentrações de meios de coerção dentro de seus territórios: exércitos, forças de polícia, armas, prisões e tribunais.

Os estados usaram a concentração da coerção de muitas maneiras diferentes. Nos primeiros séculos após 990 d.C., os reis raramente dispunham de maior contingente de força armada sob seu controle do que os principais soberanos que vieram depois. A logística da alimentação e manutenção de homens armados tornou proibitivamente cara a instituição de exércitos permanentes. Normalmente, um exército real era constituído da pequena força permanente do rei e das tropas que deixavam temporariamente a vida civil a chamado dos partidários do rei. A presença deste reforçava os vínculos pessoais entre os guerreiros: “A regra geral era que o rei comandasse pessoalmente toda campanha importante. A idade não importava; Oto III tinha 11 anos quando chefiou seu exército contra os saxões (991) e Henrique IV tinha 13 quando foi à guerra contra os húngaros em 1063”

(Contamine 1984: 39). Os exércitos reais em marcha viviam, em ampla medida, da requisição (que teoricamente era indenizada pelo tesouro real) e da pilhagem (que não o era); na verdade, a distinção entre esses dois eventos permaneceu ambígua durante séculos.

As cidades, habitualmente, organizavam milícias de cidadãos que guardavam os muros, patrulhavam as estradas, intervinham em conflitos públicos e eventualmente travavam algumas batalhas contra os inimigos da cidade ou do reino. As milícias municipais espanholas foram uma exceção; tiveram uma importância decisiva na conquista da Ibéria muçulmana pelos reis cristãos, fato que se reflete nos grandes poderes que as municipalidades dominadas pelos nobres adquiriram depois da Reconquista e na cristalização da diferença entre *caballero* (cavaleiro) e *peón* (soldado a pé) numa divisão social duradoura e geral (Powers 1988). Em outras regiões, os reis geralmente tentaram limitar a força armada independente de que dispunham os cidadãos, pela mesma boa razão de que os cidadãos provavelmente usariam essa força em seu próprio interesse, inclusive para opor-se às exigências do rei.

Essas várias forças militares enfrentaram muitos grupos de homens armados que não agiam sob o controle direto do rei: entre outras, os vassallos de senhores particulares que comumente não eram recrutados para o serviço real, os bandidos (muitas vezes soldados desmobilizados que continuavam a sua pilhagem sem a aprovação real) e os piratas (que freqüentemente agiam sob proteção real ou cívica). As acumulações dos meios de coerção eram modestas mas muito disseminadas; a concentração era pequena. Mesmo assim, os governantes estavam empenhando-se mais em concentrar a coerção do que haviam feito quaisquer outros.

Os estados acabaram por operar múltiplas forças armadas, todas elas burocratizadas e mais ou menos integradas à administração nacional. Mesmo a Espanha, conhecida pela repetida atribuição de poderes de estado a seus agentes e *grandes*, empenhou-se seguidamente para separar suas forças armadas de seu ambiente civil. Filipe II, por exemplo, colocou intencionalmente sob o controle direto do governo as forças armadas cujos comandos, durante o reinado de Carlos V, seu pai, haviam sido quase que posses privadas dos grandes. Por volta de 1580,

toda a instituição militar foi devolvida à Coroa e era administrada pelos ministros reais; as galeras da Espanha, de Nápoles e da Sicília, depois de um breve e mal-sucedido retorno à contratação em 1574-76, retornaram à *administración*, o aprovisionamento das frotas mediterrânicas e das guarnições da África do Norte era controlado pelo comissariado real de Sevilha, as indústrias de armas e os fabricantes de salitre estavam sob a estrita supervisão real, e a manufatura de pólvora era um monopólio do rei.

(Thompson 1976: 6-7.)

Durante o meio século seguinte, as exigências de financiamento e administração levaram a Espanha de volta à contratação extensiva e ao controle local; não obstante, as forças armadas passaram a agir daí por diante como ramos distintos e diferenciados do estado nacional. Com efeito, no século XIX, o exército espanhol adquiriu tal distinção e autonomia que interveio repetidas vezes na política nacional como força isolada (Ballbé 1983).

Na Espanha e em outros países, cedo emergiu uma divisão acentuada entre o exército e a marinha, divisão que subsistiu por muito tempo. Em escala nacional, só muito tarde – na maioria dos países, no século XIX – é que se generalizou a separação entre o exército (geralmente especializado em combater outras forças armadas) e as forças de polícia (comumente especializadas no controle de indivíduos ou pequenos grupos desarmados ou providos de armas leves). Mais ou menos nessa época, as acumulações de força coerciva eram amplas, concentradas e, portanto, muito desiguais. Por volta do século XIX, os estados haviam conseguido armar-se de forma impressionante e quase desarmar as suas populações civis.

A figura 2.6 esquematiza a relação entre as cidades e os estados em função da interação do capital e da coerção. Acima da diagonal, a coerção superou o capital; abaixo dela, o capital sobrepujou a coerção. A distinção aplica-se às cidades individuais; portos europeus como Amsterdã e Barcelona tipicamente nadaram em capital embora dispusessem de aparelhos de coerção relativamente tênues; por outro lado, sedes de monarquias, como Berlim e Madrid, apresentaram maior volume de coerção do que de capital.

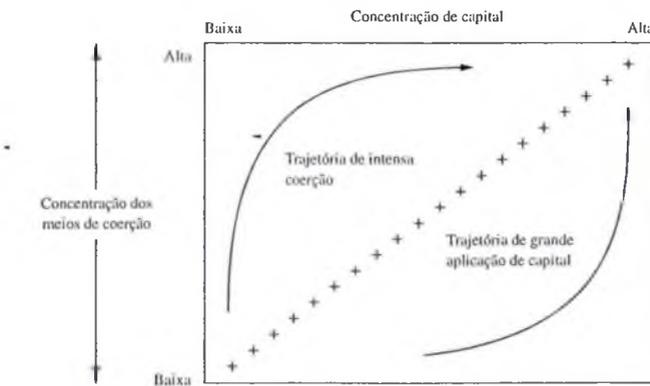


Figura 2.6 Caminhos alternativos de mudança em caso de concentrações de capital e de poder coercivo na Europa, 1000-1800.

A distinção aplica-se também aos ambientes dos estados. A direção geral da mudança européia na passagem do milênio sem dúvida elevou a diagonal, rumo a concentrações cada vez maiores tanto de capital quanto de coerção. No entanto, estados diferentes seguiram caminhos diferentes na mesma direção geral. O Brandemburgo-Prússia desenvolveu-se num ambiente rico de coerção, pobre de capital, e revelou as marcas de seu ambiente inicial mesmo quando estendeu o seu domínio às cidades capitalistas da Renânia. A Dinamarca teve usualmente maiores concentrações de capital à disposição do que o resto da Escandinávia e investiu menos esforços na construção do poder militar.

Os Cavaleiros Teutônicos (a ordem do Hospital de Santa Maria em Jerusalém) adotou um caminho irregular: de cruzados pirateadores na Terra Santa (portanto, envolvidos intensamente no mundo pirático do comércio oceânico) no final do século XII a governadores de uma grande porção da Transilvânia durante o século XIII, depois a conquistadores e colonizadores da Prússia pagã, onde de aproximadamente 1300 até o século XVI governaram no estilo dos grandes senhores de terra. Os Cavaleiros, em mais ou menos trinta anos, cruzaram a linha entre a formação do estado com grande inversão de capital e a formação com intensa coerção. Os Cavaleiros de Malta (também conhecidos sucessivamente por Cavaleiros Hospitalários de São João de Jerusalém e Cavaleiros de Rodes) também zigzaguearam, mas terminaram numa localização muito diferente:

... uma ordem religiosa nascida na Terra Santa mais ou menos em 1100, mas que se transformou quase que imediatamente numa ordem militar em defesa dos estados latinos do Oriente, e em seguida converteu-se numa carreira marítima quando se retirou de Chipre (1291) e depois de Rodes (1309) e finalmente foi forçada, em 1530, a devotar-se integralmente à sua instalação em Malta sob a forma de estado soberano sob a suscrania do Rei da Sicília.

(Fontenay 1988a: 362.)

Devotando-se à pirataria legalizada a partir de sua base em Malta, os Cavaleiros seguiram um caminho que investia mais capital do que os seus antigos vizinhos da Terra Santa. Podemos dizer, assim, que o diagrama é um mapa das múltiplas trajetórias que estados europeus diferentes seguiram em suas diversas interações com as cidades existentes em seus territórios.

O diagrama coerção-capital incorpora o argumento que delineei no capítulo I: os governantes mais poderosos em alguma região particular estabeleceram os termos da guerra para todos; os governantes menos importantes tiveram de optar entre aceitar as exigências dos vizinhos poderosos ou tentar esforços excepcionais no sentido de se prepararem para a guerra. A guerra e os preparativos da guerra levaram os governantes a extrair os meios de guerra daqueles

que mantinham os recursos essenciais – homens, armas, provisões ou dinheiro para comprá-los – e que relutavam em cedê-los sem forte pressão ou compensação. Dentro dos limites estabelecidos pelas exigências e compensações dos outros estados, a extração e a luta pelos meios de guerra criaram as estruturas organizacionais centrais dos estados. A organização das principais classes sociais dentro do território de um estado, e as suas relações com este, afetaram significativamente as estratégias que os governantes empregaram para extrair recursos, a resistência que enfrentaram, a luta daí resultante, os tipos de organização duradoura que a extração e a luta introduziram e, portanto, a eficiência da extração de recursos.

A organização das principais classes sociais, e suas relações com o estado, variaram consideravelmente das regiões européias que aplicaram intensa coerção (áreas de poucas cidades e predominância agrícola, onde a coerção direta era decisiva na produção) para aquelas onde houve grande aplicação de capital (áreas de muitas cidades e predominância comercial, onde prevaleciam os mercados, a troca e a produção para o comércio). As reivindicações que essas classes principais fizeram ao estado, e sua influência sobre ele, variaram correspondentemente. O sucesso relativo das diferentes estratégias extrativas, e as estratégias que os governantes aplicaram de fato, variaram portanto de modo significativo das regiões que usaram intensa coerção para aquelas de grande inversão de capital.

Conseqüentemente, as formas organizacionais dos estados seguiram trajetórias claramente diferentes nessas partes distintas da Europa. O tipo de estado que prevaleceu numa época e parte determinadas da Europa variou grandemente. Somente no curso do milênio é que os estados nacionais exerceram uma superioridade evidente sobre as cidades-estado, os impérios e outras formas comuns na Europa. Não obstante, a escala crescente da guerra e o entrelaçamento do sistema europeu de estado através de relações comerciais, militares e diplomáticas acabaram por conferir, na guerra, uma vantagem àqueles estados que podiam dispor de grandes exércitos permanentes; os estados que tinham acesso a uma combinação de grandes populações rurais, capitalistas e economias relativamente comercializadas venceram as guerras. Estabeleceram os termos da guerra, e a sua forma de estado passou a predominar em toda a Europa. No final, os estados europeus convergiram nesta forma: o estado nacional.

Dentro de cada trajetória indicada no diagrama capital-coerção, os primeiros passos determinaram os últimos. Embora as classes dirigentes urbanas tenham desempenhado funções importantes na consolidação inicial de um estado dado (como aconteceu na Holanda), muito depois o estado imprimiu a sua marca na forma das instituições burguesas. Embora um estado se tenha originado da conquista de

populações amplamente rurais (como nos sucessivos impérios russos), continuou a oferecer pouca perspectiva àquelas cidades que medraram em seu meio; nessas regiões, grandes nobrezas se desenvolveram quando os monarcas garantiram privilégios fiscais e substanciais poderes locais aos proprietários de terras armados, em troca de seu serviço militar permanente.

LIAISONS DANGEREUSES

Durante a maior parte do último milênio, as cidades e estados europeus estabeleceram uma série de *liaisons dangereuses**, questões de amor-ódio em que cada um se tornou ao mesmo tempo indispensável e intolerável ao outro. As cidades e seus capitalistas buscaram junto àqueles especialistas em coerção que percorriam os estados a indispensável proteção para sua atividade comercial e industrial, mas certamente temeram a interferência na sua aquisição de riqueza e o desvio dos recursos para a guerra, para os preparativos da guerra ou para o pagamento de guerras passadas. Os estados e os militares passaram a depender dos capitalistas baseados na cidade para assegurar os meios financeiros de recrutar e manter a força armada, embora se preocupassem particularmente com a resistência ao poder do estado engendrada pelas cidades, por seus interesses comerciais e por suas classes trabalhadoras. Na troca de proteção por acesso ao capital, as cidades e os estados encontraram as bases para incômodas negociações, mas até o século XIX tais negociações continuaram frágeis.

É difícil imaginar hoje em dia as conspirações que Messina, a cidade mais mercantil da Sicília, tentou no século XVII. A Sicília tornou-se de tal forma um símbolo do atraso que esquecemos facilmente os muitos séculos de glória siciliana quando foi sede de reinados brilhantes, celeiro do Mediterrâneo e objeto de competição entre as grandes potências. A Sicília – antes muçulmana e depois normanda – caiu sob o domínio de Aragão em 1282, e no século XVI, com a formação de uma monarquia espanhola unificada, se converteu numa propriedade da Espanha. Os oligarcas-mercadores de Messina se exasperaram com o domínio espanhol, que, em favor de interesses dinásticos, reprimiu o seu acesso aos mercados estrangeiros e sobretudo o seu controle sobre a exportação da seda siciliana. Em 1674, a Espanha (frouxamente aliada à Holanda) estava em guerra com a França (naquele momento com frouxas alianças com a Inglaterra). Os líderes de Messina fecharam os seus portões às tropas espanholas, pediram ajuda à França, à Inglaterra

* Em francês no texto, "ligações perigosas". (N. do T.)

e ao Império Otomano, exigiram uma Sicília independente e governada a partir de Messina por um rei estrangeiro, reivindicaram uma isenção de taxas para seu porto e aceitaram com alegria um governador francês da Sicília com seus soldados.

No entanto, três anos depois, os habitantes de Messina se cansaram da ocupação francesa quando os franceses perderam o seu entusiasmo em manter um estabelecimento militar em meio a uma população traiçoeira. Quando os franceses se retiraram e as famílias importantes fugiram, os mercadores remanescentes formaram uma guarda civil e aplaudiram a volta do governo espanhol (Mack Smith 1968a: 225-30). Na Sicília, como em outros lugares, os pactos estado-cidade se romperam facilmente quando acontecimentos externos alteraram a posição militar dos estados ou a posição comercial das cidades, e quando um lado ou o outro quis avançar demais em sua vantagem. Os governantes e os capitalistas constantemente renegociaram as suas posições relativas.

Contudo, nem todo par estado-cidade manteve o mesmo relacionamento. Longe disso: o padrão variou de forma acentuada de uma parte a outra da Europa e mudou vividamente no curso dos séculos. Veneza criou o seu próprio império comercial e somente mais tarde é que empreendeu a conquista do território continental; os senhores poloneses tolheram o crescimento de suas cidades, enquanto que Paris, apesar de todas as suas rebeliões, serviu muito bem a monarquia francesa.

Retornando ao diagrama capital-coerção, podemos esquematizar os históricos de uma série de áreas européias diferentes como na figura 2.7. Assim, de acordo com o diagrama, o estado polonês viveu num ambiente rico de coerção e pobre de capital e realmente experimentou um declínio nas concentrações de ambos tão logo os nobres ilustres se apossaram de suas porções de coerção e de capital. Os estados escandinavos geralmente começaram em meio a substanciais concentrações de coerção e no final mudaram para níveis mais elevados de controle do capital concentrado. Os pequenos estados alemães, as cidades-estado italianas e a República Holandesa, em compensação, empreenderam as suas trajetórias na presença de importantes concentrações de capital mas força armada fraca e intermitente e somente aos poucos mudaram para instituições militares permanentes e concentradas.

As posições das cidades dentro das hierarquias de mercado (mercados internacionais, regionais, exclusivamente locais etc.) estavam relacionadas mais ou menos com o seu tamanho, o seu impacto demográfico sobre o seu interior, a extensão da acumulação de capital e a sua capacidade de instituir e controlar uma ampla esfera de influência. Esses fatos, por sua vez, afetaram consideravelmente a relativa atratividade das diversas cidades em termos de fontes de capital para a

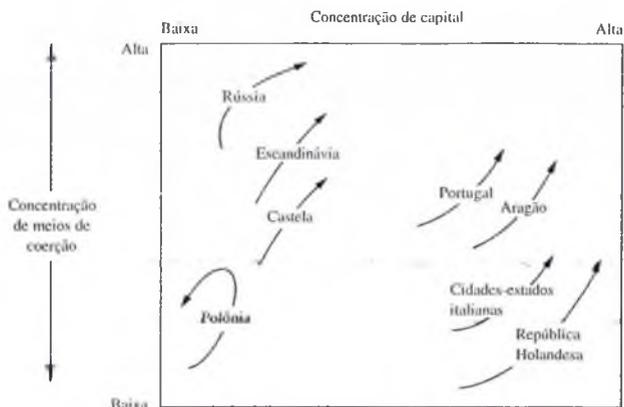


Figura 2.7 Trajetórias hipotéticas de diversos estados.

construção de exércitos e a formação do estado, a autonomia de suas classes dirigentes com referência aos criadores pretensos e reais do estado e a força de suas instituições representativas. Quanto mais alta a sua posição de mercado, em média, tanto maior era a probabilidade de que, dentro de suas relações com dirigentes nacionais, a oligarquia de uma cidade atuasse como pessoas iguais e indispensáveis, dotadas de amplos direitos de representação.

Em consequência, as cidades comerciais importantes e as cidades-estado opuseram uma resistência mais eficiente à penetração dos estados nacionais do que as localizadas em regiões extremamente agrárias. Na maioria das vezes, os estados nacionais só adquiriram um controle genuíno sobre as cidades comerciais importantes quando estas começaram a perder as suas posições de predominância nos mercados internacionais. Mesmo então, importantes cidades comerciais tentaram fundamentar no aparelho estatal as estruturas de poder municipais com mais intensidade do que fizeram os centros de mercado local e regional, e a presença de grande quantidade dessas cidades geralmente provocou um atraso na formação dos estados nacionais. Por outro lado, na ausência de capital fácil, os governantes construíram aparelhos maciços para extorquir recursos de uma população relutante.

Com exceções importantes, a Reforma protestante concentrou-se na faixa da Europa em que se localizavam as cidades-estado e, a princípio, ofereceu uma base adicional de resistência à autoridade dos estados centralizadores. Entre as exceções incluem-se a católica Itália do Norte, onde a Igreja Romana nunca perdeu a sua grande influência, bem como as protestantes Boêmia e Hungria, áreas profun-

damente rurais que já estavam produzindo variantes populistas tanto do Cristianismo quanto da Reforma. Em muitos lugares, notavelmente na Inglaterra e nos países nórdicos, os governantes promoveram e cooptaram as suas próprias versões da Reforma, que estabeleceram extenso controle estatal sobre o aparelho religioso e estreita colaboração entre o clero e os funcionários leigos da administração local. Em outros lugares (como nos Países-Baixos), o Protestantismo forneceu uma base doutrinária atraente de resistência à autoridade imperial, sobretudo uma autoridade ancorada por pretensos privilégios reais sancionados por Deus. Diante da disseminação do protestantismo popular, o governante tinha três opções: adotá-lo, cooptá-lo ou combatê-lo.

Dentro do Sacro Império Romano, a divisão entre principados oficialmente protestantes e católicos e a ameaça de que um governante – na busca de qualquer dos dois propósitos dinásticos, consolo religioso ou uma base de resistência ao imperador – mudasse de fé tornaram-se fontes constantes de disputa durante o século XVI. O Tratado de Vestfália, que pôs fim, em 1648, à Guerra dos Trinta Anos, deu destaque a uma disposição segundo a qual qualquer governante que mudasse de fé seria afastado de seu direito à coroa. A partir daí, as diferenças religiosas continuaram importantes na política doméstica da Europa, mas declinaram rapidamente enquanto perigo de guerra.

No conjunto, igrejas estatais fortes (seja protestante, católica ou ortodoxa) foram instituídas naqueles países em que o próprio estado, no processo de aumentar o volume das forças armadas, criou grandes burocracias civis e militares. As populações das áreas que contavam com uma grande concentração de capital opuseram-se geralmente com tanto sucesso à imposição de formas de culto prescritas pelo estado que bloquearam o desenvolvimento inicial dos estados nacionais.

Londres e a Inglaterra constituem o desafio óbvio à oposição teórica entre a atividade capitalista e o poder do estado. Na Inglaterra, um extenso estado se formou relativamente cedo apesar da presença de uma temível cidade comercial e manteve uma igreja estatal hegemônica até o século XIX. Observem-se, contudo, as diversas características cruciais da experiência inglesa. A monarquia adquiriu amplos poderes antes de Londres transformar-se num centro internacional importante; nesse particular, a Inglaterra assemelhou-se muito mais à Escandinávia do que aos Países-Baixos. Parentesco, comércio e finanças, contudo, forneceram aos comerciantes de Londres vínculos estreitos com a alta e a pequena nobreza do país; a City de Londres ganhou representação direta no Parlamento e, através da *Livery**, obteve uma voz

* Em inglês, *libré*. Qualquer das companhias de Londres que se desenvolveram a partir das guildas comerciais mais antigas, que se caracterizavam por um uniforme distintivo. (N. do T.)

semi-autônoma nas questões reais. Nesses aspectos, a Inglaterra se assemelhou mais aos Países-Baixos que à Escandinávia. Do século XVII em diante, finalmente, o estado que emergiu assistiu à crescente limitação do poder real pelos representantes conjuntos dos proprietários de terra e da burguesia, o Parlamento. Assim, a Inglaterra tentou percorrer uma certa distância nas duas principais trajetórias de formação do estado.

FORMAS ALTERNATIVAS DE ESTADO

As experiências de outras regiões indicam que o fato de a negociação centralizar-se em torno dos meios de guerra afetou de maneira significativa as formas de representação que surgiram. Em Portugal, que dependia amplamente do comércio ultramarino para obtenção de rendas para a coroa, percebemos poucas instituições representativas de qualquer tipo, salvo a forte presença do governo municipal de Lisboa na qualidade de interlocutor. Em Aragão, no século XVI, observamos que Barcelona mostrava uma relação semelhante com a coroa; o poderoso *Consell de Cent* podia passar por cima do vice-rei e falar diretamente com o rei em Madrid, não obstante nunca tenha tido o poder de dominar todo o Aragão, muito menos toda a Espanha. Em Castela, vemos que o poder estava investido nas Cortes, um instrumento dos grandes proprietários rurais e das oligarquias de dezoito cidades. Em conjunto, as instituições urbanas, ao que parece, tornaram-se parte da estrutura do estado mais rapidamente naqueles estados em que os capitalistas predominaram.

Os estados em que as instituições capitalistas e burguesas tinham funções de comando revelaram grandes vantagens quando precisaram de rápida mobilização de capital para guerras dispendiosas. No entanto, continuaram vulneráveis a retrações de capital e a pedidos de proteção comercial. A República Holandesa ilustra de forma clara os custos e benefícios da dominação capitalista. De um lado, os holandeses levantaram facilmente seus recursos para a guerra – a curto prazo por meio de empréstimos tomados de seus cidadãos mais ricos, a longo prazo por meio de taxas alfandegárias e impostos sobre vendas de todo e qualquer produto, de marfim a bebidas alcoólicas ('t Hart 1986, 1989a, 1989b; Schama 1975); e fizeram-no sem criar uma estrutura de estado permanente. Grandes frotas holandesas, entre elas os navios particulares das Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, converteram-se rapidamente numa temível armada. No entanto, somente quando as principais províncias (sobretudo a Holanda) concordaram em pagar é que a república pôde empreender uma guerra, ou qualquer outro esforço mais ingente; mas freqüentemente elas não concordavam. A vantagem militar de tais estados

variou com o tipo predominante de guerra: foi historicamente forte na guerra naval, menos na de artilharia e cavalaria, e bastante atrasado em táticas que usavam um exército numeroso.

As forças militares permanentes reduziram (mas não eliminaram) as insurreições por ocasião das exigências de recursos militares e, desse modo, aumentaram a vantagem dos estados que dispunham de crédito a longo prazo e de bases amplas de tributação. Estados como a Prússia, a França e a Grã-Bretanha – considerados muitas vezes modelos de formação eficiente de estado – combinaram a cooptação dos proprietários de terras e dos comerciantes, criaram exército (e marinha) permanente na época das táticas de formação militar cerrada, da Guerra dos Trinta Anos às Guerras Napoleônicas, e, conseqüentemente, criaram vastas burocracias centrais. Contrastes entre esses exemplos de compêndios escolares, no entanto, ocuparam apenas uma faixa estreita no espectro total da formação do estado europeu.

Quando se mobilizaram para as guerras da Revolução Francesa e as Napoleônicas, a maioria dos estados europeus se expandiram e centralizaram. No final da guerra, todos eles se contraíram um pouco – nem que seja apenas por causa da desmobilização dos milhões de homens em armas por volta de 1815 – mas seus orçamentos, seu pessoal e os níveis de sua atividade continuaram muito mais elevados do que em 1790. A guerra na Europa e fora dela continuou a fornecer os maiores incentivos para aumentos nos gastos do estado. Não obstante, no século XIX, ocorreram diversas mudanças decisivas na formação de estado. A grande implosão do capital e do trabalho nas cidades e vilas criou para os governantes ameaças e oportunidades que não haviam enfrentado anteriormente: ameaças de ação coletiva decorrente da concentração da classe trabalhadora, oportunidades de extração e controle como nunca haviam tido antes. O campo de atividade do estado ampliou-se imensamente em toda a Europa; melhorar a navegação, construir estradas e ferrovias, policiar, criar escolas, instituir serviços de correio, estabelecer regras para as relações entre o capital e o trabalho, tudo isso passou a ser atividade regular dos estados, e ensejos de agregar especialistas do serviço estatal. Serviços civis profissionais se formaram e se multiplicaram.

Ao mesmo tempo, quando os governantes negociaram com as suas populações impostos maciços, serviço militar e cooperação em programas estatais, a maioria dos estados deu dois passos à frente de profunda importância: o avanço para o governo direto que reduziu o papel dos patronos locais e regionais e colocou representantes do estado nacional em cada comunidade, e a expansão da consulta popular sob a forma de eleições, plebiscitos e legislaturas. Juntos, eles favoreceram o nacionalismo tanto no sentido da identificação popular com os objetivos do estado (para a maioria) quanto (para as minorias) no sentido da resistência às exigências

de uniformidade e integração, resistência oposta por grupos lingüísticos e culturais. O estado onipresente, as lutas em torno de seus governantes e suas políticas, a formação de sérios concorrentes orçamentários às forças armadas e muitas outras características dos estados que hoje tomamos como certas emergiram no século XIX, época em que ocorreu a absorção geral da população pelo estado. Os estados europeus, em virtude das suas relações diferentes entre o estado e a economia, começaram a convergir num modelo de burocracia, intervenção e controle.

A análise embutida no diagrama capital-coerção revela-nos múltiplas trajetórias de formação do estado e uma convergência final em estados com altas concentrações de capital e de coerção. A análise ajuda a reformular e responder a pergunta inicial: *O que explica a grande variação, no tempo e no espaço, entre os tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional?* Há três respostas: a relativa disponibilidade de capital concentrado e meios concentrados de coerção em regiões e períodos diferentes afetaram consideravelmente as conseqüências organizacionais da prática da guerra; até recentemente, só sobreviveram aqueles estados que, na guerra com outros estados, se mantiveram firmes; e finalmente, com o tempo o caráter multiforme da guerra proporcionou uma vantagem militar aos estados que conseguiram recrutar forças militares amplas e duradouras junto às suas próprias populações, os quais se converteram em estados cada vez mais nacionais.

O raciocínio capital-coerção também sugere algumas soluções possíveis para os problemas históricos que derivam dessa questão geral. *O que explica o padrão mais ou menos concêntrico de formação de estado no conjunto da Europa?* Reflete a desigualdade na distribuição espacial do capital e, portanto, realça os estados relativamente grandes mas pobres de capital que circundaram o continente a partir do enxame de entidades com características de estado, pequenas e ricas de capital, que proliferaram perto de seu centro. O contraste distingue os estados exteriores, como a Suécia e a Rússia, que atravessaram seus anos de formação com concentrações relativamente amplas de coerção e concentrações relativamente pequenas de capital, dos estados interiores, como Gênova e Holanda, nos quais a recíproca era verdadeira, e ainda estados intermediários, como a Inglaterra e a França, nos quais as concentrações de capital e de coerção se desenvolveram lado a lado.

Por que, apesar de óbvios interesses em contrário, os governantes muitas vezes aceitaram o estabelecimento, dentro de suas jurisdições, de instituições representativas das classes principais? Com efeito, os governantes tentaram evitar a instalação de instituições representativas de grupos estranhos à sua própria classe, e às vezes o conseguiram durante períodos consideráveis. Com o decurso do tempo,

porém, essas instituições passaram a ser o preço e a consequência da negociação com diferentes membros da população pelos recursos para gerir a atividade do estado, especialmente os meios de guerra. Os reis da Inglaterra não *queriam* que um Parlamento se constituísse e assumisse um poder cada vez maior; fizeram essa concessão aos barões, e depois ao clero, à pequena nobreza e aos burgueses, na tentativa de persuadi-los a aumentar os recursos para a guerra.

Por que os estados europeus variaram tanto no que diz respeito à incorporação das oligarquias e instituições urbanas? Os estados que foram obrigados a lutar desde o começo contra as oligarquias e instituições humanas geralmente incorporaram essas oligarquias e instituições à estrutura nacional de poder. As instituições representativas usualmente apareceram pela primeira vez na Europa quando os governos locais, regionais ou nacionais negociaram com os grupos de súditos que tinham poder bastante para inibir a atuação do governo mas não para assumi-la (Blockmans 1978). Onde os governos em questão eram estados mais ou menos autônomos e os grupos de súditos eram oligarquias urbanas, os conselhos municipais e instituições similares comumente se tornaram elementos integrantes da estrutura de estado. Onde predominou uma cidade isolada, emergiu uma forma muito efetiva de estado: a cidade-estado ou cidade-império. Desapareceram, porém, tão logo os exércitos em massa recrutados entre a própria população se tornaram decisivos para o sucesso da guerra.

Por que o poder político e comercial deslocou-se das cidades-estado e cidades-império do Mediterrâneo para os estados extensos e as cidades relativamente subordinadas do Atlântico? Isso ocorreu não só porque o comércio do Atlântico e do Báltico eclipsou o mediterrânico mas também porque o controle de força armada maciça e permanente tornou-se cada vez mais decisivo para o sucesso do estado tanto na política quanto na economia. Quando, no final do século XVI, a Espanha, a Inglaterra e a Holanda começaram a mandar grandes navios armados ao Mediterrâneo para comércio e pirataria (os dois não são tão distintos), as cidades-estado como Ragusa, Gênova e Veneza acharam que a sua confiança anterior na velocidade, nas ligações e na sagacidade já não era suficiente para evitar maciças perdas comerciais. Os proprietários de grandes naus apropriadas para as longas viagens marítimas ganharam tanto em termos comerciais quanto militares (ver Guillerm 1985, Modelski & Thompson 1988).

Por que as cidades-estado, as cidades-império, as federações e as organizações religiosas perderam a sua importância como tipos predominantes de estado na Europa? Duas coisas aconteceram. Em primeiro lugar, a comercialização e a acumulação de capital nos estados maiores reduziram a vantagem de que gozavam os pequenos estados mercantis, que anteriormente haviam conseguido contrair

empréstimos vultosos, tributar com eficiência e contar com seu próprio poder ultramarino para manter à distância os grandes estados limitados territorialmente. Em segundo lugar, a guerra acabou tomando um rumo que fez da sua soberania fragmentada e de pequena escala uma clara desvantagem, e foi vencida pelos estados maiores. As repúblicas de Milão e de Florença esboroaram-se sob o peso das requisições militares dos séculos XV e XVI. Na verdade, um organizador profissional de **exércitos mercenários**, Francesco Sforza, tornou-se duque de Milão em 1450 antes que os seus descendentes perdessem o ducado para a França (1499) e depois para a Espanha (1535).

Em Florença, uma república renovada persistiu até 1530, mas então as forças combinadas do papa e do imperador Carlos V ocuparam o seu *contado*, forçaram uma rendição da cidade (apesar das fortificações recomendadas por uma comissão chefiada por Niccolò Macchiavelli e construídas sob a direção de Michelangelo Buonarrotti) e instalaram os Medicis como duques. Com as exceções parciais de Veneza e Gênova, que se mantiveram de algum modo como potências marítimas, essa época de grandes exércitos, artilharia pesada e extensas fortificações levou todas as cidades italianas à extinção, subordinação ou sobrevivência perigosa nos interstícios das grandes potências.

Por que a guerra derivou da conquista por tributo e da luta entre extorquidores de tributos armados para as batalhas sustentadas entre extensos exércitos e marinhas? Em essência, por dois motivos: com as inovações organizacionais e técnicas da guerra nos séculos XV e XVI, os estados que tinham acesso a grande quantidade de homens e a grande volume de capital adquiriram uma vantagem manifesta, e repeliram os cobradores de tributos ou obrigaram-nos a adotar outros padrões de extração que geraram uma estrutura de estado mais duradoura. Nos séculos XV e XVI, o estado russo fez essa transição quando Ivan III e Ivan IV usaram concessões de terras para amarrar os burocratas e soldados ao serviço do estado por longo tempo. No decurso do século XVIII, a capacidade dos estados populosos, como a Grã-Bretanha e a França, de recrutar entre seus próprios cidadãos exércitos maciços lhes proporcionou os meios de subjugar os pequenos estados.

Mesmo que essa análise esteja correta, ela cria os seus próprios paradoxos: por que, por exemplo, o fragmentado Sacro Império Romano perdurou por tanto tempo em meio a monarquias belicosas e em consolidação? Por que não foi engolido pelos estados grandes e poderosos? Outrossim, que lógica teria previsto que a comercial Novgorod, uma cidade mercantil cujos patrícios controlavam todo o seu grande interior, daria origem à Moscou principesca? Certamente, a posição geopolítica e as retrações com respeito às principais potências desempenharam um papel mais importante do que insinua a minha formulação simples. Isso se evidencia

de forma mais patente nos últimos capítulos. Não obstante, a linha de raciocínio resumida no diagrama capital-coerção convida-nos a repensar a formação do estado europeu em termos da interação entre cidades e estados, e desse modo apreende algumas normalidades amplas na formação do estado. Supera claramente a explanação da formação do estado inglês, francês ou prussiano enquanto processo essencial e todas as outras tentativas atenuadas ou mal-sucedidas de seguir a mesma trajetória.

Contudo, no decurso dos séculos anteriores ao XIX, os estados haviam divergido bastante quando criaram forças militares em situações em que as relações entre o capital e a coerção eram muito diferentes. Trajetórias alternativas de formação do estado, por sua vez, conduziram a formas diferentes de resistência e rebelião, a estruturas de estado diferentes e a sistemas fiscais diversos. Se assim for, debates padronizados sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e o surgimento de estados nacionais se concentraram demais nas experiências da França, da Inglaterra e de alguns outros estados extensos, ao passo que negligenciaram um determinante importante do caráter real dos estados. Na Polônia, os grandes proprietários de terras subjugarão tanto os capitalistas quanto os reis, mas praticamente não existiram na Holanda. O “feudalismo” de Florença e de seu *contado* diferiram tanto do “feudalismo” da Hungria que dificilmente se pode denominar os dois com o mesmo termo.

Mais do que qualquer outra coisa, a importância relativa das cidades, dos financistas e do capital numa zona de formação do estado afetou consideravelmente os tipos de estado que se formaram nessa região. A mobilização para a guerra teve efeitos bastante diferentes de acordo com a presença ou ausência de capital vultoso e de capitalistas. Uma olhadela mais atenta à verdadeira atuação dos estados europeus – o tema do capítulo seguinte – esclarecerá como a disponibilidade e a forma do capital tornaram tão diferentes a preparação para a guerra, e como a guerra, por sua vez, moldou a estrutura organizacional duradoura dos estados.

Os capítulos 3 e 4 deixarão de lado a variação geográfica dentro da Europa para examinar decididamente as principais mudanças na guerra, a estrutura política e a luta doméstica. Em compensação, os capítulos 5 e 6 (sobre as trajetórias alternativas de formação do estado e a evolução do sistema internacional dos estados) atentarão firmemente para a variação entre os diferentes tipos de estado, antes que o capítulo 7 confronte a experiência histórica da Europa com o caráter da formação do estado no mundo contemporâneo.

COMO A GUERRA FEZ OS ESTADOS, E VICE-VERSA

UMA BIFURCAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A despeito da atual acalmia de quarenta anos na guerra aberta entre as grandes potências do mundo, o século XX já se firmou como o mais belicoso da história humana. Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras – civis e internacionais – que mataram pelo menos mil pessoas por ano; até o ano 2000, esses números implacáveis atingirão o montante de aproximadamente 275 guerras e 115 milhões de mortos em luta. As mortes civis poderiam facilmente equiparar-se a esse total. O sangrento século XIX contou apenas 205 guerras e 8 milhões de mortos; o belicoso século XVIII, meras 68 guerras com 4 milhões de mortos (Sivard 1986: 26; ver também Urlanis 1960). Esses números traduzidos em taxas de mortalidade por mil habitantes dão cerca de 5 para o século XVIII, 6 para o século XIX e 46 – oito ou nove vezes mais – para o século XX. De 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos a cada quatorze meses (Beer 1974: 12-15; Small & Singer 1982: 59-60; Cusack & Eberwein 1982). A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais freqüentes e mais mortíferas.

O fato de os ocidentais comumente pensarem de modo diferente resulta talvez de ser cada vez mais rara uma guerra entre as grandes potências: a França, a Inglaterra, a Áustria, a Espanha e o Império Otomano em 1500; a França, o Reino Unido, a União Soviética, a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos e a China no

passado recente; outros grupos no período intermediário. A partir do século XVI, declinaram, em média, a freqüência, a duração e o número de estados envolvidos em guerras entre grandes potências. Em amarga compensação, porém, tornaram-se muito mais severas – sobretudo se contarmos o número de mortos por mês ou por ano (Levy 1983: 116-49). Entre as potências menores, as guerras aconteceram em quantidade cada vez maior, mas foram razoavelmente pequenas; entre as grandes potências, foram em quantidade cada vez menor, mas cada vez mais mortíferas.

Pode-se encarar com otimismo ou com pessimismo o contraste entre a experiência de luta da grande potência e a de outros estados. Com otimismo, podemos imaginar que as grandes potências acabam encontrando meios menos onerosos de acertar as suas diferenças do que as guerras incessantes, e que o mesmo poderá acontecer com outros estados. Com pessimismo, podemos concluir que as grandes potências exportaram a guerra para o resto do mundo e evitaram que as suas energias destruíssem uns aos outros em explosões concentradas. Seja qual for a predisposição, percebemos um mundo cada vez mais beligerante em que os estados mais poderosos gozam de uma ausência parcial da guerra em seus próprios territórios e, por conseguinte, tornam-se talvez menos sensíveis aos horrores dos conflitos.

O problema, no entanto, não é o fato de as pessoas se terem tornado mais agressivas. À medida que o mundo se tornou mais belicoso, a violência entre as pessoas que se acham fora da esfera do estado declinou de maneira geral (Chesnais 1981, Gurr 1981, Hair 1971, Stone 1983). Pelo menos isso parece ser uma verdade no que diz respeito aos países ocidentais, até agora os únicos para os quais dispomos de uma longa série de testemunhos. Embora os relatos de homicídios, raptos, estupros e violência coletiva em nossos jornais diários possam sugerir coisa diferente, as chances de morrer por morte violenta nas mãos de um outro cidadão diminuíram enormemente.

As taxas de homicídio na Inglaterra no século XIII, por exemplo, eram cerca de dez vezes as de hoje, e talvez duas vezes as dos séculos XVI e XVII. As taxas de assassinato declinaram com particular rapidez do século XVII para o século XIX. (Como os Estados Unidos têm de longe a maior taxa nacional de homicídio do mundo ocidental, pode ser mais difícil para os americanos do que para os outros avaliar como a violência interpessoal se tornou mais rara em outras regiões; na maioria dos países ocidentais, o suicídio é dez ou doze vezes tão comum quanto o homicídio, embora a taxa de homicídio da população americana se aproxime de sua taxa de suicídio.) Se não fossem a guerra, a repressão do estado, o automóvel e o suicídio, as chances de morte violenta de qualquer tipo seriam incomparavelmente mais escassas na maioria dos países ocidentais do que eram dois ou três séculos atrás.

Pensadores como Michel Foucault e Marvin Becker talvez tenham razão quando atribuem esse fato em parte a grandes mudanças de mentalidade. Todavia, uma contribuição significativa resulta com certeza da tendência cada vez maior dos estados a controlar, reprimir e monopolizar os meios efetivos de violência. No mundo, em sua maior parte, a atividade dos estados criou um notável contraste entre a violência da esfera estatal e a relativa não-violência da vida civil fora do estado.

COMO OS ESTADOS CONTROLARAM A COERÇÃO

Os estados europeus é que comandaram a construção desse contraste. E o fizeram instituindo temíveis meios de coerção e privaram ao mesmo tempo as populações civis do acesso a esses meios. Na maioria dos casos, contaram intensamente com o capital e com os capitalistas enquanto reorganizavam a coerção. No entanto, estados diferentes fizeram-no de formas notavelmente diferentes.

Não subestimem a dificuldade ou a importância da mudança. No decurso da maior parte da história européia, era fato usual homens comuns (novamente, a forma masculina da palavra é importante) disporem de armas letais; além do mais, dentro de qualquer estado particular, era habitual os detentores de poder local ou regional controlarem os meios concentrados de força que, quando combinados, podiam igualar-se aos do estado ou mesmo sobrepujá-los. Durante muito tempo, em muitas partes da Europa, os nobres gozaram do direito legal de fazer uma guerra particular; no século XII, os *Usatges*, ou Costumes, da Catalunha registraram de forma específica esse direito (Torres i Sans 1988: 13). Durante todo o século XVII os bandidos (que muitas vezes consistiam de segmentos desmobilizados de exércitos públicos ou particulares) se espalharam por grande parte da Europa. Na Sicília, os *mafiosi*, empresários da violência controlados e protegidos, aterrorizaram as populações rurais até os nossos dias (Blok 1974, Romano 1963). As pessoas alheias ao estado muitas vezes se aproveitaram muito bem do uso particular dos meios violentos.

No entanto, a partir do século XVII, os governantes tentaram mudar o equilíbrio de maneira decisiva tanto em detrimento dos cidadãos individuais quanto dos detentores de poder rivais dentro de seus próprios estados. Declararam criminoso, impopular e inexecutável para a maioria de seus cidadãos o uso de armas, baniram os exércitos particulares e tornaram normal agentes armados do estado enfrentarem civis desarmados. Hoje em dia, os Estados Unidos, por aceitarem a posse de armas de fogo pelos cidadãos, diferem de todos os outros países do Ocidente e pagam o preço em índices de mortalidade por tiro centenas de vezes superiores aos países europeus; no tocante à proliferação de armas nas mãos dos particulares, os Estados

Unidos se assemelham muito mais ao Líbano e ao Afeganistão do que à Grã-Bretanha ou aos Países-Baixos.

O desarmamento da população civil aconteceu em muitas e pequenas etapas: apreensão geral das armas ao término das rebeliões, proibições dos duelos, controles da produção de armas, introdução da licença para o porte de armas por particulares, restrições a demonstrações públicas de força armada. Na Inglaterra, os Tudors suprimiram os exércitos particulares, limitaram o poder principesco dos grandes senhores ao longo da fronteira escocesa, contiveram a violência aristocrática e eliminaram os castelos-fortaleza que antes simbolizavam o poder e autonomia dos grandes magnatas ingleses (Stone 1965: 199-272). Luís XIII, o monarca que, no século XVII, com a ajuda de Richelieu e de Mazarino, reconstruiu as forças armadas do estado francês, provavelmente demoliu mais fortalezas do que construiu. Mas construiu nas fronteiras e demoliu no interior. Para submeter os magnatas e cidades que se opunham a essa norma, demoliu regularmente as suas fortificações, limitou os seus direitos ao uso de armas e, desse modo, reduziu as probabilidades de qualquer rebelião futura mais séria.

Ao mesmo tempo, a expansão dada pelo estado às suas próprias forças armadas superou os armamentos de que dispunha qualquer de seus antagonistas domésticos. A distinção entre política “interna” e “externa”, que antes não era muito clara, tornou-se relevante e decisiva. Acentuou-se a conexão entre a guerra e a estrutura de estado. Finalmente, a definição de estado dada por Max Weber, historicamente contestável, começou a fazer sentido com relação aos estados europeus: “o estado é uma comunidade humana que reivindica (com sucesso) o *monopólio do uso legítimo de força física* dentro de um determinado território” (Gerth & Mills 1946: 78).

A forma exata como ocorreu o desarmamento civil estava na dependência de seu ambiente social: nas regiões urbanas, a instalação de um policiamento rotineiro e a negociação de acordos entre as autoridades municipais e nacionais foram importantes no caso, ao passo que, nas regiões dominadas pelos grandes proprietários de terra, a dissolução dos exércitos particulares, a eliminação dos castelos cercados de muros e fossos e a proibição das vendetas se alternaram entre cooptação e guerra civil. Juntamente com a estruturação das forças armadas do estado, o desarmamento dos civis aumentou enormemente a proporção de meios coercivos nas mãos do estado com relação àqueles de que dispunham os antagonistas domésticos ou opositores daqueles que no momento detinham o poder. Conseqüentemente, tornou-se quase impossível a uma facção dissidente tomar o poder num estado ocidental sem a colaboração ativa de alguns segmentos das próprias forças armadas (Chorley 1943, Russell 1974).

A criação de forças armadas por um governante gerou uma estrutura de estado duradoura. E isso aconteceu não só porque o exército se tornou uma organização expressiva dentro do estado mas também porque a sua criação e manutenção induziram a instalação de organizações complementares: tesouros, serviços de abastecimento, mecanismos de recrutamento, órgãos de coleta de impostos e muitas outras. O principal organismo de arrecadação de impostos da monarquia prussiana recebeu o nome de Comissariado Geral da Guerra. No final do século XVII, os sucessivos governos republicano e monárquico da Inglaterra, preocupados em rebater o poder naval holandês e francês, transformaram os estaleiros reais na maior indústria concentrada do país. Tais organizações construtoras de impérios, como a Companhia holandesa das Índias Orientais, converteram-se em elementos de enorme influência em seus governos nacionais (Duffy 1980). De 990 d.C. em diante, as principais mobilizações para a guerra propiciaram os melhores ensejos para os estados se expandirem, se consolidarem e criarem novas formas de organização política.

AS GUERRAS

Por que aconteceram as guerras? O fato central e trágico é simples: a coerção *funciona*; aqueles que aplicam força substancial sobre seus camaradas obtêm condescendência, e dessa condescendência tiram múltiplas vantagens, como dinheiro, bens, deferência, acesso a prazeres negados aos indivíduos menos poderosos. Os europeus seguiram uma lógica padronizada de provocação da guerra: todo aquele que controlava meios substanciais de coerção tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros da coerção, e mais uma zona-tampão fortificada, talvez conseguida aleatoriamente, para proteger a área segura. A polícia ou o seu equivalente exercia a força na área segura, enquanto o exército patrulhava a zona-tampão e se aventurava fora dela; os príncipes mais agressivos, como Luís XIV, reduziram a zona-tampão a uma fronteira estreita mas fortemente armada, ao passo que seus vizinhos mais fracos ou mais pacíficos tinham zonas-tampão e cursos d'água maiores. Quando essa operação era assegurada por algum tempo, a zona-tampão se transformava em área segura, que encorajava o aplicador de coerção a adquirir uma nova zona-tampão em volta da antiga. Quando as potências adjacentes estavam perseguindo a mesma lógica, o resultado era a guerra.

No entanto, algumas condições prévias da guerra variaram. A marca particular de cada estado na guerra dependia de três fatores estreitamente relacionados: a natureza de seus principais antagonistas, os interesses externos de suas classes dominantes e a lógica da atividade de proteção que os governantes adotavam em

nome de seus próprios interesses e dos das classes dominantes. Naquelas regiões em que os antagonistas eram marinheiros mercadores, a pirataria e o corso simplesmente persistiram, independentemente do estado formal de guerra e paz, ao passo que, naquelas em que as potências agrárias dominadas pelos senhores de terra viviam ombro a ombro, as disputas pelo controle da terra e do trabalho – principalmente nos momentos das brigas de sucessão – precipitaram com muito mais frequência o apelo às armas. Quando as pequenas potências marítimas dispunham de grandes impérios ultramarinos, a proteção dos interesses levou-os a patrulhar as linhas costeiras e, desse modo, a travar inevitáveis batalhas contra aqueles que cobiçavam o mesmo negócio. Com a mudança básica, no decurso dos mil anos que estamos estudando, da composição de rivalidades, da natureza das classes dominantes e das solicitações de proteção, mudaram também as causas características da guerra.

A coerção é sempre relativa; quem quer que controle meios concentrados de coerção corre o risco de perder vantagens quando um vizinho cria os seus próprios meios. Na Europa anterior a 1400, o controle da maioria dos estados por grupos de parentesco compôs a competição. Onde os governantes formavam um grupo de parentesco, a tendência de grupos mais prósperos de parentesco se expandirem e buscarem locais para seus herdeiros em números crescentes incitou-os à conquista e, por conseguinte, aguçou as suas rivalidades. Além disso, o casamento entre famílias governantes multiplicou as pretensões de dinastias poderosas aos tronos vagos. Na soberania fragmentada da Europa, os antagonistas – parentes ou não – sempre estavam à mão, mas do mesmo modo quase sempre uma coligação estava pronta a impedir a expansão indefinida de qualquer centro particular.

Além disso, por muito tempo, estados maiores, como a Borgonha e a Inglaterra, abrigaram antagonistas *internos* do soberano vigente, grupos armados que tinham alguma pretensão ao governo e que, às vezes, serviam de aliados implícitos ou explícitos dos inimigos externos. Na China, quando se formou o vasto aparelho imperial, um império em desenvolvimento tinha uma série de inimigos, mas nenhum antagonista real dentro ou fora de seus territórios. Os mongóis fizeram constantes ameaças ao longo da fronteira setentrional da China e de vez em quando realizaram incursões devastadoras dentro do império, mas só o tomaram realmente uma única vez. Em geral, os mongóis eram melhores na extorsão de tributos do que teriam sido na operação dos próprios aparelhos do estado. As dinastias chinesas entraram em colapso quando a esfera administrativa do império fugiu ao seu controle, quando os senhores da guerra se organizaram nos interstícios do império e quando os invasores nômades (principalmente os manchus) assolaram o território imperial e tomaram as rédeas do poder. A China se tornou o local de grandes

rebeliões e guerras civis, mas não de guerra entre múltiplos estados. Nesse particular, a Europa manteve o recorde.

Com o transcorrer do tempo, as guerras européias tornaram-se mais letais e menos freqüentes. Apoiando-se na obra pioneira de Pitirim Sorokin, Jack Levy compilou um catálogo das maiores guerras de que participaram as grandes potências – na Europa ou em outras regiões – de 1495 até 1975 (ver tabela 3.1). O seu catálogo, que requer um mínimo de mil mortos em combate por ano, é muito menor que a listagem que Evan Luard tentou elaborar e que compreendia todas as guerras de vulto num período comparável, mas Levy estabelece critérios mais claros de inclusão e fornece maiores detalhes sobre as guerras que relaciona (ver Levy 1983, Luard 1987). No decurso dos séculos, o número de guerras entre as grandes potências, a sua duração média e a proporção dos anos de duração dessas guerras caíram de forma relevante (Levy 1983: 88-91, 139). A lista de todas as guerras elaborada por William Eckhardt – guerras entre as grandes potências e outras, internacionais e civis, combinadas – atribui 50 ao século XVIII, 208 ao século XIX e 283 ao século XX até 1987 (Eckhardt 1988: 7; Sivard 1988: 28-31).

Tabela 3.1 Guerras que envolveram grandes potências

Século	Número de guerras	Duração média das guerras (anos)	Proporção dos anos sob guerra (%)
XVI	34	1,6	95
XVII	29	1,7	94
XVIII	17	1,0	78
XIX	20	0,4	40
XX*	15	0,4	53

* até 1975.

Fonte: Levy 1983, Luard 1987.

Além disso, a intensidade da guerra mudou consideravelmente. A figura 3.1 revela algumas das alterações por meio de um artifício tirado da análise de greves: um sólido cujo volume representa o número total anual de mortos em combate nas grandes potências, e cujas três dimensões revelam os componentes do total de mortos em combate. Os três componentes são: o número de mortos em combate por estado que se envolveu nas guerras entre as grandes potências durante o ano médio; o número de estados que participaram dessas guerras durante o ano médio; e o número médio de guerras por ano-estado de participação. Assim

*mortos em combate por ano =
mortos em combate por estado x anos-estado por guerra x guerras por ano*

que é o que mostra o sólido.

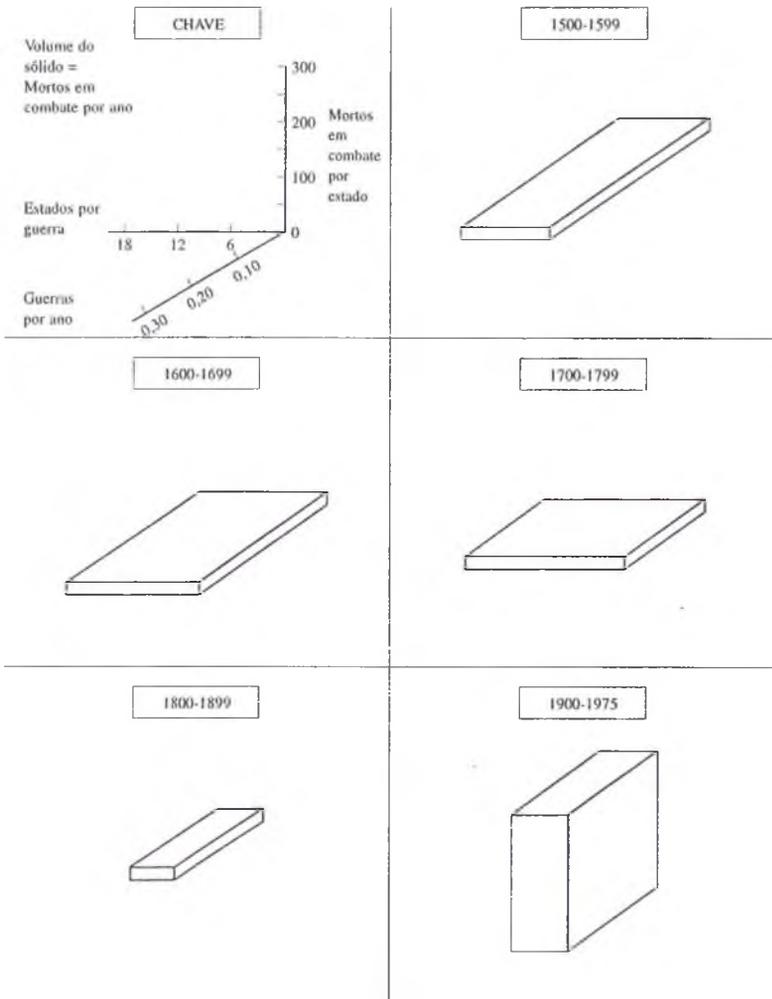


Figura 3.1 Magnitudes das guerras entre grandes potências por século, 1500-1975.

Movendo-nos de século para século, vemos que o número de mortos em combate por estado aumenta de menos de três mil por ano durante o século XVI para mais de 223 mil durante o século XX. O número médio de estados envolvidos nas guerras entre grandes potências subiu de 9,4 no século XVI para 17,6 no século XVIII, caindo a apenas 6,5 no século XX. (O aumento e diminuição revela o desenvolvimento da guerra geral entre todas as grandes potências ou entre a sua maioria, contrabalançado nos séculos XIX e XX pela tendência dos estados ocidentais a começar conflitos locais fora do Ocidente ou a intervir neles.) Finalmente, o número de guerras num determinado ano por estado participante caiu do século XVI para o XVIII, depois se estabilizou: 0,34, 0,29, 0,17, 0,20 e 0,20. Isso quer dizer que, no século XVI, os estados que sempre participaram das guerras de grandes potências estiveram em conflito durante cerca de um ano a cada três (0,34); no decurso do século XX, um ano a cada cinco (0,20).

Em conseqüência dessas mudanças, o volume absoluto de mortos por ano nas grandes potências ascendeu de 9 400 durante o século XVI para 290 mil no curso do século XX. Se incluirmos as mortes de civis e soldados das potências menores, esse aumento com certeza seria muito maior. Com a aviação, os tanques, os mísseis e as bombas nucleares, a taxa de mortalidade nas guerras do século XX supera de longe as dos séculos anteriores.

Os números são apenas aproximados, mas determinam o intenso envolvimento na guerra, século após século, dos estados europeus (que, do século XVII ao século XIX, formaram quase o total das grandes potências do mundo). Também sugerem que os preparativos para a guerra, o seu pagamento e a reparação de seus danos preocuparam os governantes durante os cinco séculos em exame. Além do mais, nos cinco séculos antes de 1500, os estados europeus concentraram-se quase que exclusivamente em fazer guerra. Durante todo o milênio, a guerra foi a atividade dominante dos estados europeus.

Os orçamentos dos estados, os impostos e as dívidas refletem essa realidade. Antes de 1400, na era do patrimonialismo, nenhum estado tinha um orçamento nacional no sentido estrito da palavra. Nos estados mais comercializados da Europa existiam impostos, mas em toda a parte os governantes tiravam dos tributos, rendas, direitos e feudos a maior parcela de suas receitas. Os soberanos individuais tomavam dinheiro emprestado, mas habitualmente em seus próprios nomes e ao arrepio dos parentes colaterais. Durante o século XVI, quando a guerra multiplicou os gastos do estado na maior parte do continente, os estados europeus começaram a normalizar e ampliar os seus orçamentos, os impostos e também as dívidas. As receitas futuras dos estados passaram a servir de garantia para as dívidas a longo prazo.

A dívida pública da França assumiu sérias proporções quando, na década de 1520, Francisco I começou a fazer empréstimos junto aos homens de negócio de Paris em garantia das receitas futuras da cidade (Hamilton 1950: 246). Gastou o dinheiro em suas grandes campanhas contra o imperador Habsburgo Carlos V. Embora a dívida nacional francesa oscilasse em função dos esforços de guerra e das políticas fiscais, de modo geral ela aumentou assustadoramente – a ponto de os empréstimos tomados para custear as guerras do século XVIII terem submergido o estado, arruinado o seu crédito e conduzido diretamente à fatídica convocação dos Estados Gerais em 1789. Os orçamentos e os impostos aumentaram paralelamente: os impostos franceses subiram do equivalente a mais ou menos 50 horas do salário de um trabalhador comum *per capita* por ano em 1600 para quase 700 horas *per capita* em 1963 (Tilly 1986: 62).

A Grã-Bretanha sobreviveu sem grandes dívidas nacionais até o reinado de Guilherme III e Maria II. A Guerra da Liga de Augsburgo (1688-97) elevou a dívida britânica a longo prazo para 22 milhões de libras. Por volta de 1783, depois da Guerra dos Sete Anos e da Guerra da Independência Americana, havia decuplicado para 238 milhões de libras. Em 1939, quando a Grã-Bretanha se rearmou, a dívida pública alcançou o total de 8,3 bilhões de libras (Hamilton 1950: 254-57). A partir do final do século XVII, os orçamentos, as dívidas e os impostos cresceram ao ritmo da guerra. Todos os estados europeus envolvidos em guerras passaram pela mesma experiência.

Se a guerra impulsionou os estados, nem por isso exauriu a sua atividade. Ao contrário: impelidos pelos preparativos para a guerra, os governantes deram início de bom ou mau grado a atividades e organizações que acabaram por adquirir vida própria: tribunais, tesouros, sistemas de tributação, administrações regionais, assembleias públicas, e muitos outros. Escrevendo sobre o século XVI, J. H. Elliott observa:

Se a guerra foi um tema dominante na história da Espanha nos reinados de Carlos V e Filipe II, a burocratização foi outro. [...] A substituição de um rei guerreiro Carlos V por um sedentário Filipe II, que gastava o dia de trabalho em sua escrivaninha rodeado de pilhas de documentos, simbolizou adequadamente a transformação do Império Espanhol quando passou da época do *conquistador* para o tempo do Servidor Público.

(Elliott 1963: 160.)

Os serviços de aparelhar os exércitos e marinhas não foram os únicos que resultaram na expansão da estrutura de governo. Nenhum monarca podia fazer guerra sem assegurar a aquiescência da quase totalidade de seus súditos, e da ativa cooperação pelo menos de uns poucos decisivos. Repetidas vezes, os governantes enviaram tropas para fazer cumprir a arrecadação de tributos, de impostos, os recruta-

mentos de homens e as requisições de materiais. Mas permitiram igualmente que as localidades se livrassem da onerosa injunção de tropas mediante o pagamento no tempo devido de suas obrigações. Nesse particular, os governantes se assemelhavam a vendedores de proteção: em troca de um valor, ofereciam proteção contra os danos que eles próprios de outro modo infligiriam, ou pelo menos permitiriam que fossem infligidos.

Na esfera do estado, só muito lentamente se desenvolveu, e nunca se completou, a divisão organizacional entre as forças armadas orientadas para atacar os inimigos externos (exércitos) e as orientadas para controlar a população nacional (polícia). Os problemas de policiamento diferem sistematicamente entre as áreas rurais (onde, entre outras coisas, grandes porções de terra tendem a situar-se em espaço privado, vedado às autoridades públicas) e as áreas urbanas (onde grande parte da terra é espaço público, acessível a todos); um estilo militar de policiamento disponível sob chamado é adequado para a maior parte das áreas rurais, ao passo que nas áreas urbanas é possível um patrulhamento e vigilância sistemática (Stinchcombe 1963). Em consequência dessas e de outras diferenças, as cidades, muito antes da zona rural, desenvolveram de modo geral forças de polícia distintas; e naqueles estados relativamente urbanos a separação entre as forças de polícia e as outras organizações militares ocorreu muito mais cedo.

Em meio ao século XVII, a maioria dos grandes estados europeus, para o governo doméstico, dependiam de magnatas regionais armados e parcialmente autônomos, e enfrentaram repetidas ameaças de guerra civil quando os magnatas pegaram em armas contra os soberanos. Nos séculos críticos de 1400 a 1700, os governantes gastaram grande parte do seu esforço em desarmar, isolar ou cooptar os pretendentes rivais ao poder do estado. As municipalidades e jurisdições rurais criaram bem antes as suas próprias forças policiais, de pequena monta, mas somente no século XIX é que os estados europeus instituíram forças policiais uniformizadas, assalariadas e burocráticas, especializadas no controle das populações civis. Desse modo, não mais concentraram os seus exércitos na conquista externa e na guerra internacional.

AS TRANSIÇÕES

A guerra teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação da guerra criou as estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede. Os anos em torno de 1500 foram decisivos. Mais ou menos no meado do século XIV os europeus haviam começado a usar regularmente a pólvora na guerra. Durante os 150 anos seguintes, a invenção e difusão de armas de fogo deu vantagem militar àqueles

monarcas que tinham condições de fundir canhões e de construir os novos tipos de fortalezas que os canhões não conseguiam destruir. A guerra passou das batalhas travadas em campo aberto para os cercos das cidades importantes. Mais ou menos em 1500, os custos subiram novamente, quando a artilharia móvel de sítio, e a infantaria que a acompanhava, passaram a ser usadas de forma difusa; o desenvolvimento dos mosquetes portáteis no começo do século XVI aumentou ainda mais a importância da infantaria treinada e disciplinada. Na mesma época, os navios a vela com grandes canhões passaram a predominar na guerra naval. Os maiores estados ao norte dos Alpes, principalmente a França e o Império Habsburgo, tinham condições de absorver os custos, e tiraram vantagem disso.

É verdade que, por mais dois séculos, alguns estados que se concentraram em construir suas marinhas continuaram a prosperar; segundo alguns padrões, a República Holandesa, com forças terrestres muito pequenas, tornou-se o estado líder da Europa durante o século XVII. Do mesmo modo, Portugal e Veneza mantiveram a sua condição durante todo o século XVII. A Inglaterra insular floresceu como potência marítima antes de construir o seu exército durante o século XVIII (Modelski & Thompson 1988: 151-244). Esses estados extorquiram riquezas de suas colônias, lucraram com o intenso comércio internacional e tiraram vantagem das bases domésticas que a marinha podia defender com facilidade. No entanto, aqueles estados que recrutaram e mantiveram imensos exércitos com os próprios recursos nacionais – a França, a Grã-Bretanha e a Prússia são os modelos preponderantes – acabaram por prevalecer sobre todos os outros.

Numa escala europeia, portanto, o final do século XV assinalou uma transição importante: quando os grandes estados militares começaram a sentir o incentivo da expansão capitalista, as vantagens dos pequenos estados mercantis principiaram a desaparecer. Nisso a geopolítica teve o seu papel: o término da Guerra dos Cem Anos liberou uma França relativamente unificada para buscar outros espaços a conquistar. Os múltiplos estados da Ibéria, que estavam concluindo a expulsão dos muçulmanos da Península, sentiram a pressão francesa; com efeito, em 1463, Luís XI anexou os condados catalães de Roussillon e Cerdagne. O casamento de Fernando e Isabel (1474), que reuniu as coroas de Castela e Aragão, foi uma reação à ameaça francesa e, por sua vez, uma ameaça à França. A rivalidade posterior entre a França e a Espanha começou a reverberar por toda a política europeia.

A Itália foi a primeira a sentir o impacto dessa mudança. É claro que os estados papais, as repúblicas e as pequenas monarquias da Itália há muito se vinham envolvendo na política fora da península. Em suas atitudes políticas a maior importância foi dada a alianças de delicado equilíbrio, a apelos a mediadores externos e a casamentos oportunos. Do século XIV ao século XV, os papas haviam

devotado grande parte de sua energia a fiscalizar, controlar e até manipular as eleições dos sacros imperadores romanos baseados na Alemanha. Esses, por sua vez, caracteristicamente reclamaram suserania sobre grande porção da Itália. Em resumo, a política italiana há muito estava ligada à dos outros estados.

A guerra e a rivalidade internacional também não eram novidades na Península. Durante o século XIII, Aragão, o Sacro Império Romano, a França e o papado, todos haviam disputado a predominância sobre a Itália. Foi nessa região que ocorreram muitas das principais batalhas do século. Além disso, mais ou menos na década de 1490, as principais potências da Itália – Veneza, Milão, Florença, Nápoles e os estados papais – durante décadas vinham guerreando entre si intermitentemente. Contudo, as suas guerras haviam sido feitas de um modo suave e confinado. Nessa época, o duque-usurpador Ludovico Sforza de Milão solicitou a Carlos VIII da França que apoiasse as pretensões de sua família ao reinado de Nápoles.

Carlos VIII cercou Nápoles, e com ele não foi um mas dois flagelos que invadiram a Itália. Antes de 1494, a sífilis provavelmente não existia na Europa; é possível que tenha sido introduzida na Espanha pelos homens que retornaram da primeira viagem de Colombo à América. O certo é que os mercenários espanhóis que participaram do cerco de Nápoles (1494-95) sofreram uma epidemia que com quase certeza era sífilis, a qual se espalhou daí por todo o continente. Os franceses costumavam chamá-la de “doença napolitana”, ao passo que os napolitanos preferiam denominá-la “doença francesa” (Baker & Armelagos 1988). Qualquer que seja a origem exata dessa primeira epidemia, os italianos logo sentiram que os franceses e os mercenários haviam retornado à península com uma vingança. Se os franceses vieram, logo se seguiriam os espanhóis.

Os anos 1490, portanto, foram diferentes do passado. Foram diferentes por trazerem para a cidade-estado Itália não só embaixadores, príncipes e forças imperiais, como também, através dos Alpes, grandes exércitos dos estados nacionais em expansão. Além disso, os setentrionais chegaram com canhões móveis de sítio e táticas a acompanhá-los, que multiplicaram a escala e destrutividade da guerra. A invasão francesa de 1494 transformou a península no campo de batalha da Europa, pôs fim ao ciclo das guerras de pequena monta entre cidades-estado autônomas e chocou os pensadores italianos.

Esse choque originou-se do fato de as forças bárbaras mais uma vez terem assolado a pátria da civilização. É como diz J. R. Hale:

Essa mudança no caráter da guerra depois de 1494 foi enfatizada por Machiavelli, com o intuito de provar uma tese sobre os méritos relativos de milicianos a *condottieri*, como o foi igualmente por Guicciardini cuja intenção era revolver a faca na ferida da auto-estima da

Itália, mas certamente houve uma mudança, e foi saudada com horror difuso. Contudo, esse horror não era causado pela guerra em grande escala como tal, já que ela se opunha às guerras anteriores de pequena escala, nem mesmo pelo fato de essas guerras durarem demais; tampouco era provocado de alguma forma pela mudança no caráter da guerra – que se tornara mais sangrenta, mais total, mais cara. Foi motivado pela evidência, fornecida por essas guerras, de um colapso da moral, de um fracasso do caráter italiano em enfrentar esse desafio.

(Hale 1983: 360.)

Um trecho significativo do escrito de Machiavelli sobre as questões militares nasceu do seu esforço para meditar sobre o que estava ocorrendo ao sistema italiano de estado e o que se podia fazer a respeito.

O que *estava* ocorrendo ao sistema italiano de estado? Os estados nacionais que se formaram ao norte dos Alpes, quando competiram pela hegemonia na Itália, integraram-na energeticamente a um sistema mais vasto que compreendia grande parte da Europa. Logo depois, o Império Otomano se expandiu e ocupou parte do território europeu e pressionou a Itália a partir do sudeste; o reinado de Solimão, o Magnífico (1520-66), levou os turcos ao apogeu de seu poder na Europa. O avanço otomano, por sua vez, deu início a uma luta de quatro séculos com a Rússia, que pela primeira vez uniu com os otomanos e contra os russos os tártaros da Criméia, estrategicamente localizados.

Na Itália, a mudança da guerra apresentou conseqüências devastadoras. Mais ou menos na década de 1520, os Habsburgos e os Valois lutaram as suas guerras dinásticas no território italiano. Em 1527, os mercenários do imperador Habsburgo saquearam Roma. A partir de 1540, Milão e a Lombardia caíram sob o domínio espanhol, a França ocupou grande porção da Sabóia e do Piemonte, Florença se havia tornado um ducado governado pelos Medicis e submetido nominalmente ao império, e Nápoles era um apanágio da coroa espanhola. Das maiores potências italianas, somente as mais marítimas, Veneza e Gênova, haviam conservado as suas instituições oligárquicas. No entanto, mesmo elas perderam a preeminência no Mediterrâneo.

Quando os estados do Norte generalizaram as suas guerras e arrastaram a Itália para as suas lutas, a guerra terrestre tornou-se mais importante e a capacidade de pôr em campo grandes exércitos passou a ser decisiva para o sucesso de um estado. A França contava 18 mil homens em armas em 1494, 32 mil em 1525 e 40 mil em 1552. As forças espanholas se expandiram muito mais depressa: de 20 mil soldados em 1492 para 100 mil em 1532. Por volta de 1552, o imperador Carlos V tinha cerca de 148 mil homens em armas, um número sem precedentes desde os tempos romanos (Parker 1988: 45). No apogeu da Espanha, mais ou menos em 1630, 300 mil homens serviam sob a sua bandeira. A proporção entre as tropas e o total da

população cresceu de maneira significativa. Os números da tabela 3.2 requerem alguns esclarecimentos. As datas são aproximadas; "Inglaterra e Gales" significam a Inglaterra e Gales até o final de 1600, a Grã-Bretanha em 1700 e o Reino Unido depois disso; as fronteiras de todos esses estados sofreram contínuas alterações durante o período; e o freqüente emprego de mercenários estrangeiros significa que, entre 1500 e 1700, os números mostrados aqui foram, em diversos casos, muito superiores à proporção da população nacional em armas. Além disso, o poder de fogo oficial e real dos exércitos muitas vezes diferiu consideravelmente, sobretudo antes de 1800. Finalmente, por motivos que este capítulo pretende examinar, os números de soldados oscilaram drasticamente de ano para ano, de acordo com as finanças públicas e com o estado da guerra; perto de 1700, na França, por exemplo, o exército em tempo de paz contava cerca de 140 mil homens, mas Luís XIV elevou esse número para 400 mil no meio de suas grandes campanhas (Lynn 1989). Não obstante, os números elucidam eloqüentemente a questão principal. Durante os séculos XVI e XVII, sobretudo, os exércitos se expandiram. Converteram-se num grande negócio.

Tabela 3.2 Homens em armas na Europa, 1500-1980.

País	Homens em armas (mil)					% de soldados/população nacional				
	1500	1600	1700	1850	1980	1500	1600	1700	1850	1980
Espanha	20	200	50	154	342	0,3	2,5	0,7	1,0	0,9
França	18	80	400	439	495	0,1	0,4	2,1	1,2	0,9
Inglaterra/Gales	25	30	292	201	329	1,0	0,7	5,4	1,1	0,6
Países-Baixos		20	100	30	115		1,3	5,3	1,0	0,8
Suécia		15	100	63	66		1,5	7,1	1,8	0,8
Rússia		35	170	850	3663		0,3	1,2	1,5	1,4

Fonte: Compilada de Ballbé 1983, Brewer 1989, Corvisier 1976, Flora 1983, Jones 1988, Lynn 1989, Mitchell 1975, Parker 1976, Parker, 1988, Reinhard, Armengaud & Dupâquier 1968, Sivard 1983, de Vries 1984, Wrigley & Schofield 1981.

Os orçamentos do estado, os impostos e a dívida cresceram paralelamente. As receitas de impostos de Castela aumentaram de menos de 900 mil *reales* em 1474 para 26 milhões em 1504 (Elliott 1963: 80). Ao mesmo tempo, Fernando e Isabel fizeram empréstimos em Granada e na Itália para pagar suas guerras. Quando o domínio espanhol sobre a Itália se aprofundou, a tributação italiana passou a ser uma fonte primária de renda da coroa; os Países-Baixos também forneceram uma parcela importante da receita de Castela. As Cortes de Catalunha, Aragão e Valência, ao contrário, conseguiram resistir aos pedidos reais de aumento de suas contribui-

ções para as guerras do estado. Mais ou menos no meado do século XVI, as províncias holandesas e italianas da Espanha deixaram de concordar com aumentos substanciais; Carlos V e Filipe II, necessitando de ajuda financeira, voltaram seus olhos cada vez mais para Castela (onde seus antecessores haviam mostrado mais eficiência na sujeição da nobreza, do clero e das cidades à vontade real) e para a América (Elliott 1963: 192-3). Também tomaram empréstimos sob a garantia de antecipações de renda de Castela e da América, resultando daí que, por volta de 1543, 65% das rendas regulares da coroa se destinavam ao pagamento das anuidades (Elliott 1963: 198; para maiores detalhes, ver Fernandez Albaladejo 1989). Por conseguinte, não deve causar surpresa que a coroa tenha ido à bancarrota quando não reconheceu as suas dívidas em 1557.

Na mesma época, os suíços – ainda um povo conquistador nesse tempo – desenvolveram novas táticas militares, que empregavam uma infantaria altamente disciplinada e que logo provaram a sua superioridade. Os suíços já haviam demonstrado seu valor militar quando, na década de 1470, derrotaram repetidas vezes Carlos, o Calvo, da Borgonha. Em pouco tempo quase toda potência necessitava dos soldados suíços, e a Suíça começou a substituir a condução de suas próprias guerras pelo treinamento e exportação de mercenários (Fueter 1919: 10). No processo, até os cantões suíços entraram no negócio de fornecimento de soldados em troca de pagamento (Corvisier 1976: 147). A exemplo dos outros exportadores de mercenários, a Suíça contava um número extenso de montanhese pobres, nômades, semiproletarizados, que casavam tarde, portanto excelentes candidatos ao serviço militar longe da terra natal (Braun 1960). Os mercenários, fossem suíços e outros, substituíram os exércitos de clientes e as milícias de cidadãos.

Numa escala pequena, durante séculos os mercenários tiveram a sua importância nas guerras européias. Desde o tempo das cruzadas, soldados flibusteiros do norte dos Alpes vendiam os seus serviços aos príncipes, genuínos ou aspirantes, por todo o Mediterrâneo. Quando não encontravam quem os empregasse, extorquiam e pilhavam por conta própria (Contamine 1984: 158). Durante o século XIV, as cidades-estado italianas começaram empregando pequenos corpos de tropas alugadas. Quando se acelerou a sua anexação forçada do território adjacente, na década de 1320, por exemplo, Florença passou a depender regularmente da cavalaria mercenária. Nos anos 1380, a Florença democrática empregou – ou subornou – o grande mercenário inglês sir John Hawkwood, que vinha pilhando a Toscana desde que o término de uma guerra entre Milão e o papado deixara a sua companhia desempregada. Hawkwood havia servido anteriormente à Inglaterra, a Sabóia, a Milão, a Pisa e ao papado. Para a infelicidade

dos florentinos, Hawkwood apoiou a oligarquia em sua ascensão vitoriosa de 1382; foi-lhe “concedido o raro benefício da cidadania florentina juntamente com uma pensão vitalícia e isenção de impostos; e, quando morreu em 1394, o governo agradecido não só o homenageou com um esplêndido funeral às expensas públicas, como também celebrou os seus serviços mandando pintá-lo na parede da fachada interna da catedral, montado em seu cavalo com toda a sua panóplia de guerra” (Schevill 1963: 337). Os turistas atuais ainda olham com curiosidade o mural secular.

Em Veneza, a grande potência marítima, a nobreza residente durante muito tempo forneceu seus próprios comandantes militares de terra e mar; além disso, recrutou os seus soldados e marinheiros em grande parte entre a própria população veneziana. No entanto, mais ou menos no final do século XIV, Veneza, a exemplo de seus vizinhos italianos, passou a alugar capitães mercenários, *condottieri*, que recrutavam as suas próprias tropas e lutavam as guerras da cidade-estado em troca de um bom preço. O contrato que um soberano particular ajustava com os homens que faziam a sua guerra se denominava *condotta*; assim, *condottiere* significa, essencialmente, contratante. O vocábulo alemão *Unternehmer* exprime o mesmo caráter comercial. Os *condottieri* eram os petroleiros da sua época, mudando de lealdade de um negócio para o outro e às vezes acumulando grande riqueza; quando o empresário mercenário Bartolomeo Colleoni morreu em 1475, a sua fortuna era “comparável à riqueza do maior banqueiro da época, Cosimo de’Medici” (Lane 1973a: 233). Mais ou menos em 1625, Wallenstein, duque de Friedland, conquistou seu próprio domínio de mais de cinco mil quilômetros quadrados, que lhe serviu de base para um sistema de fornecimento de tropas que ele criou – com lucro – em nome do sacro imperador romano. Em vez de permitir que as suas tropas saqueassem indiscriminadamente, organizou um sistema de proteção, que as cidades eram obrigadas a pagar com receio de que os soldados fossem deixados à vontade (Maland 1980: 103). No tempo de Wallenstein, a guerra se transformou num negócio bem lubrificado.

A guerra não apenas suscitou o recrutamento e pagamento das tropas. Os estados que faziam guerras também tiveram de sustentá-las. Durante o século XVII, um exército típico de 60 mil homens, com seus 40 mil cavalos, consumia mais de 450 toneladas de alimento por dia – parte transportada junto com o exército, parte armazenada em depósitos, a maior parcela conseguida onde quer que o exército estivesse acantonado, mas tudo isso requeria gastos maciços e organização (Van Creveld 1977: 24). Aos preços e salários da época, 450 toneladas de grãos custam o equivalente aos salários diários de cerca de 90 mil trabalhadores comuns (cálculo feito a partir de Fourastié 1966: 423). Além do alimento, os exércitos pre-

cisavam de armas, cavalos, roupa e abrigo; quanto maiores os exércitos, menor a possibilidade de cada soberano abastecer o seu. De Wallenstein a Louvois, os grandes organizadores de guerra do século XVII envolveram-se muito mais no aprovisionamento que na batalha. Isso fez com que seu grande negócio até crescesse.

Do século XV ao século XVII – o período crítico para a formação do estado europeu – os exércitos criados em grande parte da Europa eram constituídos muito mais de mercenários recrutados por grandes senhores e por empresários militares. Da mesma forma, as marinhas nacionais (principalmente os corsários que saqueavam a frota inimiga com a autorização de um estado protetor) comumente congregavam marinheiros alugados por todo o continente (Fontenay 1988b). É verdade que a extensão, e o período, em que os estados dependeram de mercenários variaram. Os governantes dos estados maiores e mais poderosos lutaram para limitar essa dependência: a França, a Espanha, a Inglaterra, a Suécia e as Províncias Unidas conservaram os seus próprios generais e alugaram os regimentos e companhias, mas os estados menores comumente alugavam o exército inteiro, do general aos soldados. Os Habsburgos alemães até a Guerra dos Trinta Anos usaram os recrutamentos locais, durante a guerra contrataram o grande mas exigente *condottiere* Wallenstein e, depois, na última metade do século XVII inclinaram-se a criar um exército permanente.

Como as batalhas são ganhas mais pelo tamanho dos exércitos na relação entre um e outro estado do que pelo esforço *per capita* que está por trás deles, pode-se perceber por que estados menores relativamente prósperos muitas vezes alugaram os seus exércitos no mercado internacional. Também as armadas misturaram forças públicas e privadas. É o que observa M. S. Anderson:

Até a década de 1660, uma proporção considerável da frota de galeras francesas era equipada por empresários privados (muitas vezes Cavaleiros de Malta) que eram os proprietários das galeras que comandavam e serviam ao rei sob contrato por um período fixo em troca de uma soma especificada. Na Espanha, em 1616, a marinha estava em má situação e dos setenta navios da frota cinco eram de propriedade privada, alugados apenas para o verão (a estação de campanhas marítimas e terrestres), enquanto que no ano seguinte outros seis ou sete tiveram de ser alugados para fornecer uma escolta às frotas de prata da América ao porto. Na Inglaterra, dos vinte e cinco navios que formaram a expedição de Drake às Índias Ocidentais em 1585, apenas dois foram equipados pela rainha; e, embora viajasse na qualidade de almirante da rainha e recebesse instruções oficiais, somente cerca de um terço dos custos da expedição foi pago pelo governo.

(Anderson 1988: 27;
ver também Fontenay 1988a, 1988b.)

Os corsários, que gozaram de muito sucesso na guerra marítima do século XVII, são originários das forças não-governamentais licenciadas.

Os exércitos alugados e as marinhas arrendadas viviam essencialmente dos pagamentos feitos e autorizados pelos agentes das coroas a que serviam. Afinal, etimologicamente, “soldado” significa “aquele que luta por pagamento”. O *Söldner* e o *Unternehmer* complementavam-se um ao outro. A peculiaridade do sistema tornou-se manifesta muito cedo, quando, em 1515, “dois exércitos suíços, um a serviço do rei francês e o outro de um barão italiano, se viram em lados opostos numa batalha em Marignano na Itália do Norte e aniquilaram um ao outro quase que completamente” (Fischer 1985: 186). O evento convenceu os suíços a evitar guerras próprias, mas não os impediu de alugar mercenários para as guerras de outros povos.

Durante vários séculos, os estados europeus encontraram um meio adequado de construir as suas forças armadas, através de um sistema em que sacavam a prestação contra receitas antecipadas da tributação. O caso extremo de especialização do estado na produção de mercenários foi sem dúvida Hesse-Cassel, um pequeno estado do século XVIII que mantinha em armas 7% de sua população total – 12 mil em guarnições domésticas que participavam da economia local e mais 12 mil num exército bem-treinado que o landgrave arrendava por dinheiro (Ingrao 1987: 132). Quando a Grã-Bretanha precisou de soldados extras para as suas guerras contra os revoltosos americanos, recorreu ao Hesse. Por isso, na história do folclore americano, “hessiano” significa grosseiro, impatriótico – em suma, mercenário. Com base nos negócios militares, Frederico II (1760-85) instituiu um despotismo esclarecido, complementado com a assistência aos pobres e um hospital maternidade; contudo, a maioria dos programas entrou em colapso quando a guerra americana terminou e os estados europeus voltaram a recrutar os seus próprios exércitos nacionais (Ingrao 1987: 196-201). Chegava ao fim a época dos mercenários.

Durante muito tempo os estados maiores da Europa haviam-se esforçado para conter os mercenários dentro de exércitos comandados por seus próprios generais e controlados pelos seus próprios civis. Além disso, com o século do Iluminismo, os custos e riscos políticos das forças mercenárias em ampla escala levaram os governantes desses estados a recrutar cada vez mais os seus próprios cidadãos e a substituir onde fosse possível os mercenários estrangeiros. Nos primeiros estágios da expansão militar com exércitos alugados, os governantes acharam dispendioso e politicamente arriscado o recrutamento de soldados entre a sua própria população; continuava grande o perigo de uma resistência doméstica e de rebelião. As guerras da Revolução Francesa e do Império determinaram o final dessa tendência, e chegou ao fim a predominância dos exércitos mercenários. Como refletiu Carl von Clausewitz após a derrota de Napoleão:

Enquanto, segundo a maneira usual de ver as coisas, todas as esperanças, em 1793, foram colocadas numa força militar muito limitada, emergiu uma força que até então ninguém podia imaginar. De repente, a guerra voltou a ser um problema do povo, e de um povo que chegava aos trinta milhões, cada um dos quais se considerava um cidadão do Estado. [...] Mediante essa participação do povo na Guerra em vez de um Gabinete e um Exército, toda uma Nação com seu peso natural entrou na balança. Doravante, os meios disponíveis – os esforços que podiam ser envidados – já não tinham quaisquer limites definidos; a energia com que a própria Guerra podia ser conduzida já não tinha qualquer contrapeso e conseqüentemente o perigo para o adversário havia crescido ao extremo.

(Clausewitz 1968 [1832]: 384-85.)

Com uma nação em armas, o poder de extração do estado cresceu enormemente, como também aumentaram as reivindicações dos cidadãos ao seu estado. Embora um chamado para defender a mãe-pátria tenha estimulado um apoio extraordinário aos esforços de guerra, a dependência da conscrição em massa, da tributação confiscatória e da conversão da produção para as finalidades da guerra tornou todo estado vulnerável à resistência popular e responsável pelas reivindicações populares, como nunca ocorrera antes. A partir desse momento, o caráter da guerra mudou e a relação entre a prática da guerra e a política civil alterou-se fundamentalmente.

Dada a orientação geral para a monetização e a mercadização, o desaparecimento das forças armadas mercenárias chega como uma surpresa. Por que então os estados parariam de alugar seus soldados e marinheiros e passariam a substituí-los por exércitos permanentes com base no recrutamento? Vários fatores convergiram para essa solução. A instituição de imensas forças armadas cuja obrigação para com a coroa era apenas contratual aumentou os perigos de pressão, de rebelião e mesmo de disputa pelo poder político; os próprios cidadãos de um estado, comandados por membros de suas classes dirigentes, muitas vezes lutam melhor, mais confiantemente e mais barato. O poder sobre a população doméstica que os governantes adquiriram mediante a instituição de exércitos mercenários e a infra-estrutura para suportá-los acabou por alterar o equilíbrio; quando os mercenários se tornaram caros e perigosos por eles mesmos, as possibilidades de resistência efetiva por parte da população nacional declinaram. Quando as guerras se tornaram mais caras, o custo absoluto da guerra na escala determinada pelos seus grandes antagonistas ultrapassou os recursos financeiros de todos os estados, salvo os mais comercializados. No decorrer do século XVIII, a grande expansão da indústria rural abriu oportunidades econômicas alternativas para os povos de regiões importantes, como a montanha Suíça, que vinha exportando soldados e criados domésticos para o restante da Europa, e desse modo pressionando a oferta de mercenários. A

Revolução Francesa e Napoleão deram o *coup de grâce** no sistema mercenário quando criaram exércitos imensos e efetivos, recrutados principalmente no próprio território francês em expansão. Contudo, mais ou menos nessa época, mesmo os exércitos permanentes recrutados entre a população tinham de ser pagos e sustentados. A partir do século XV, os estados europeus inclinaram-se decididamente para a criação de forças pagas, mantidas pelos empréstimos e impostos.

Na verdade, o sistema mercenário revelava uma grande fraqueza: quando o pagamento demorava a chegar ou mesmo não vinha, os mercenários habitualmente se amotinavam, abandonavam a região, tornavam-se bandidos, ou as três coisas ao mesmo tempo; o povo do local pagava o preço (ver Gutmann 1980: 31-71). Nas guerras dos séculos XVI e XVII, o saque complementava a renda militar, mas estava muito longe de garantir a manutenção dos soldados. Com grande diversidade de um estado para outro, o aluguel de força armada junto a empresários mais ou menos independentes atingiu seu apogeu no século XVII e começou a diminuir no século XVIII. Não obstante, por três ou quatro séculos, os mercenários determinaram o padrão europeu de desempenho militar. A maioria dos empresários que serviam aos exércitos compravam alimento, armas, uniformes, abrigos e meios de transporte ou diretamente ou mediante concessões a oficiais subordinados. Para isso, precisavam de dinheiro, e de muito dinheiro. Em 1502, Robert de Balsac, veterano das campanhas italianas, concluiu um tratado sobre a arte da guerra com uma advertência a todo e qualquer príncipe: “o mais importante de tudo, o sucesso na guerra depende de se ter bastante dinheiro para fornecer tudo do que a empresa necessita” (Hale 1967: 276).

A APREENSÃO, A FABRICAÇÃO OU A COMPRA DE COERÇÃO

Mais ou menos em 1502, a maioria dos príncipes europeus já conheciam de cor a lição de Balsac. Grosseiramente falando, os governantes dispunham de três meios principais de adquirir os meios concentrados de coerção: poderiam apreendê-los, fabricá-los ou comprá-los. Antes do século XX, poucos estados europeus fabricaram uma parcela importante de seus próprios meios coercivos; raramente possuíram o capital necessário ou a técnica para tanto. Aquelas manufaturas caras e perigosas como a pólvora e o canhão foram as principais exceções. Depois de 990 d.C., os estados europeus passaram a evitar a apreensão direta e tenderam a adquiri-la.

* Em francês no original, “golpe de misericórdia”. (N. do T.)

Diversas mudanças importantes os impeliram na mesma direção. Em primeiro lugar, quando a guerra se tornou mais complexa e mais necessitada de capital, um número cada vez menor de pessoas da população civil passou a dispor dos meios de guerra; toda família nobre do século XIII possuía espadas, mas nenhuma do século XX possui um porta-aviões. Em segundo lugar, os governantes desarmaram deliberadamente as suas populações civis à medida que armavam as suas tropas, acentuando desse modo a distinção entre os que controlavam os meios de guerra e aqueles que normalmente pagavam a guerra a pedido do monarca. Em terceiro lugar, os estados se envolveram cada vez mais na produção dos meios de guerra, o que colocou a questão sob outra forma: uma escolha entre apreender e comprar os meios de produção em vez dos próprios produtos. Em quarto lugar, a oposição da massa da população submetida à captura direta de homens, alimento, armas, transporte e outros meios de guerra foi muito mais vigorosa e eficiente do que a resistência a pagar os seus custos. Embora várias formas de recrutamento tenham persistido até os nossos dias, os estados europeus geralmente tenderam a um sistema de arrecadação de impostos em dinheiro, pagamento dos meios coercivos com o dinheiro assim arrecadado e emprego de alguns meios coercivos para melhorar a arrecadação de impostos.

Tal sistema só funcionou bem sob duas condições muito necessárias: uma economia relativamente monetizada e a pronta disponibilidade de crédito. Numa economia onde apenas uma pequena parcela de bens e serviços é comprada e vendida, prevalece uma série de condições: os coletores de impostos são incapazes de observar ou avaliar os recursos com alguma precisão, muitas pessoas têm pretensões sobre algum recurso particular e a perda desse recurso é de difícil reparação por parte do perdedor. Em consequência, qualquer tributação imposta é ineficiente, claramente injusta e bastante passível de suscitar resistência. Quando a disponibilidade de crédito é pequena, mesmo numa economia monetizada, os gastos correntes dependem de dinheiro em caixa, e as ondas de despesa só podem ocorrer depois de cuidadoso armazenamento. Em tais circunstâncias, qualquer governante que não pode apreender os meios de guerra diretamente da sua população ou adquiri-los em outra parte sem qualquer pagamento se vê bastante pressionado a construir a força armada de seu estado. Após 1500, quando os meios de guerra vitoriosos se tornaram cada vez mais caros, os governantes da maioria dos estados europeus gastaram grande parte de seu tempo na obtenção de dinheiro.

De onde provém o dinheiro? A curto prazo, tipicamente de empréstimos junto a capitalistas e de coletas junto às populações locais que se sentem bastante incomodadas com as tropas em sua vizinhança. A longo prazo, de uma ou outra forma de tributação. Norbert Elias observa uma estreita relação entre a tributação e a força militar:

A sociedade daquilo que chamamos era moderna se caracteriza, principalmente no Ocidente, por um certo nível de monopolização. Ao indivíduo é negado o livre uso de armas militares, que é reservado a uma autoridade central de qualquer tipo; do mesmo modo a tributação da propriedade e da renda de indivíduos se concentra nas mãos de uma autoridade social central. Os meios financeiros que fluem desse modo para essa autoridade central mantêm o seu monopólio da força militar, enquanto essa por seu turno mantém o monopólio da tributação. Nenhuma das duas tem algum tipo de precedência sobre a outra; são os dois lados do mesmo monopólio. Se uma desaparece, a outra segue-a automaticamente, mesmo que o domínio do monopólio possa às vezes ser abalado mais fortemente de um lado do que do outro.

(Elias 1982: II, 104.)

Contudo, o dueto de Elias constitui na verdade duas vozes de um trio. O membro que está faltando, o crédito, liga o monopólio militar ao monopólio da tributação.

Historicamente, poucos estados grandes conseguiram pagar os custos militares com as receitas normais. Ao contrário, remediaram a necessidade com uma ou outra forma de empréstimo: fazendo os credores esperarem, vendendo cargos, forçando empréstimos de clientes, tomando emprestado a banqueiros em troca de direitos sobre receitas futuras do governo. Se um governo e seus agentes têm condições de tomar empréstimos, podem descombinar o ritmo de seus gastos com o das receitas, e aqueles são feitos antes da entrada destas. Esse tipo de gasto antes da receita torna mais fácil atender às grandes despesas da guerra, uma vez que os gastos com homens, armas e outros requisitos da guerra ocorrem costumeiramente em ondas, de tempos em tempos, ao passo que as rendas do estado potenciais e reais costumam oscilar muito menos de ano para ano. Além disso, um estado que faz empréstimos rápidos pode mobilizar-se mais depressa que seus inimigos, e desse modo aumenta as chances de ganhar uma guerra.

É evidente que a disponibilidade de crédito depende de ter o estado pago as suas dívidas anteriores, mas depende muito mais da presença de capitalistas. Estes servem aos estados, quando têm vontade de fazê-lo, como emprestadores, mobilizadores de empréstimos e administradores ou mesmo cobradores de rendas para pagar os empréstimos. Algumas vezes os capitalistas europeus reuniram todas essas atividades na figura bastante odiada do arrendatário de impostos, que adiantava dinheiro ao estado em troca de impostos que ele mesmo cobrava com a autoridade e a força militar do estado e dos quais separava um belo quinhão para si como pagamento de seu crédito, do risco e do trabalho. Todavia, muitas vezes os capitalistas eram os principais organizadores e depositários da dívida pública. A sua atividade favorecia igualmente a monetização da economia de um estado; algumas das relações mais importantes estão resumidas na figura 3.2. Não são as únicas relações que influenciam as variáveis do esquema. O acesso direto por parte de uma coroa a

recursos de venda fácil, por exemplo, tornam-na mais atraente para os credores, e ocasionalmente fornece uma alternativa ao empréstimo. Enquanto o ouro e a prata fluíam das Américas, os reis espanhóis encontraram emprestadores de boa vontade em Augsburg, Amsterdam e em outros locais. Na época da mobilização em massa e dos imensos exércitos de cidadãos que tiveram início com a Revolução Francesa, o simples tamanho da população de um estado passou a representar crescentemente uma facilidade para a prática da guerra. Mesmo então, as relações entre a atividade capitalista, a monetização, a disponibilidade de crédito e a facilidade na guerra eram fonte de importante diferença entre os estados da Europa; proporcionaram aos estados que tinham pronto acesso aos capitalistas vantagens extraordinárias em mover-se rapidamente para uma base de operações.

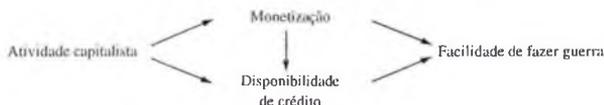


Figura 3.2 Como a presença de capital facilita a prática da guerra.

Por conseguinte, a presença ou ausência relativa de cidades mercantis dentro do território de um estado afetava fortemente a sua facilidade de mobilização para a guerra. Onde havia abundância de cidades não só os empréstimos e impostos fluíam mais rapidamente para os cofres dos estados – graças à maior atenção que o governo dava aos interesses dos “burgueses” dentro e fora do território – mas também as milícias urbanas e frotas comerciais se adaptavam mais prontamente à defesa e à predação militar. Onde as cidades eram fracas e raras, os governantes ou operavam sem grandes empréstimos ou recorriam a banqueiros estrangeiros que cobravam altos preços por seus serviços, atraíam a cooperação dos magnatas que controlavam as forças armadas e, além disso, exigiam privilégios em troca, e instituíam pesados aparelhos fiscais no processo de tributar uma população resistente e sem dinheiro.

No decurso do século XVIII, quando se expandiu a escala da guerra e se generalizou o emprego de mercenários, a capacidade de fazer empréstimos tornou-se cada vez mais decisiva para o êxito militar. Os comerciantes da Alemanha Meridional, como os Fuggers de Augsburg, juntaram-se a seus colegas italianos nas atividades de empréstimos aos reis; por exemplo, os Fuggers da Antuérpia financiaram as guerras espanholas contra a garantia de entregas futuras da prata

americana. Os empréstimos a longa distância tornavam os monarcas devedores de estrangeiros a quem não era fácil controlar, mas dava-lhes condições de não reconhecer as dívidas, o que produzia efeitos menos catastróficos sobre as economias locais. No final, as desvantagens superaram as vantagens, e os monarcas preferiram recorrer a empréstimos domésticos. Evidentemente, os que podiam tomar empréstimos no país eram sobretudo aqueles cujos estados compreendiam importantes zonas de empresa capitalista. Mais ou menos na época de Henrique IV (1598-1610), a França deixou de depender de outros centros de capital (especialmente Lyon, um conduto do capital italiano) para voltar-se para o domínio financeiro de Paris, abandonou os financistas estrangeiros para cair nas mãos dos emprestadores franceses, desistiu da negociação em troca do pagamento forçado de impostos (Cornette 1988: 622-4). Embora a insolvência tenha ameaçado a coroa repetidas vezes durante os dois séculos seguintes, essa consolidação do poder fiscal propiciou à França uma enorme vantagem nas guerras futuras.

PAGANDO AS DÍVIDAS

Fossem os empréstimos pesados ou não, todos os governantes enfrentaram o problema de ter de pagar as suas guerras sem destruir a capacidade de suas fontes para pagamentos futuros. E adotaram estratégias fiscais muito diferentes. As receitas governamentais em geral (“impostos”, no sentido amplo do termo) se compõem de cinco categorias amplas: tributos, rendas, impostos sobre a circulação, taxas sobre os estoques e impostos sobre a renda. Os *tributos* compreendem os pagamentos arbitrários cobrados de indivíduos, grupos ou localidades; os *impostos individuais* que são iguais para toda a população ou para as suas principais categorias constituem um tipo especial de tributo. As *rendas* consistem de pagamentos diretos por terras, bens e serviços fornecidos contingentemente pelo estado aos usuários particulares. (Alguns estados – a Rússia, a Suécia e o Império Otomano, por exemplo – deram uma característica especial às rendas ao concederem a alguns oficiais militares e funcionários civis as rendas das terras da coroa que eles mantinham enquanto continuassem prestando serviço ao rei.)

Tanto as rendas quanto os tributos podem ser facilmente cobrados em espécie. As taxas sobre a circulação e sobre os estoques não o podem. As *taxas sobre a circulação* abrangem os impostos sobre o consumo, as taxas alfandegárias, as taxas de pedágio e de transporte, os impostos sobre transação e outras taxas sobre transferências e movimentações; os especialistas muitas vezes as denominam impostos indiretos, porque refletem de forma bastante indireta a capacidade de

pagamento do contribuinte. As *taxas sobre os estoques* se dividem sobretudo em impostos sobre a terra e sobre a propriedade; os especialistas chamam-nas muitas vezes *impostos diretos*. Os *impostos sobre a renda* (na realidade, um caso especial de *taxas sobre circulação*) recaem sobre os rendimentos normais, sobretudo salários e outras receitas monetárias.

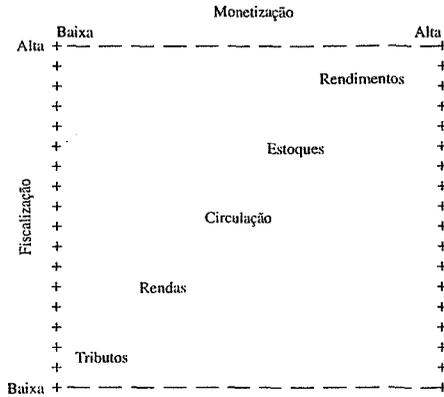


Figura 3.3 Formas alternativas de tributação.

Os cinco tipos de impostos formam uma espécie de *continuum* com respeito à sua dependência da monetização da economia ambiente. Diferem também em termos do total de fiscalização permanente que o arrecadador deve exercer (ver figura 3.3). De modo geral, os impostos que exigem pouca fiscalização dependem do emprego ostensivo de força mais freqüentemente do que aqueles que exigem fiscalização permanente, e portanto suscitam o desenvolvimento de quadros especializados de pessoal para estimativa e cobrança. Os governos que dispõem de força bastante podem arrecadar tributos e rendas em economias relativamente desmonetizadas, embora mesmo aqui a capacidade do povo de pagar em moeda depende da sua possibilidade de vender produtos e serviços a vista. Mesmo as *taxas alfandegárias* estão na dependência da existência de fronteiras bem-definidas e bem-defendidas; o *contrabando* – a evasão de impostos alfandegários internos ou externos – passou a ser crime quando os estados europeus tentaram definir e defender as suas fronteiras. Na verdade, na época do *patrimonialismo e da corretagem*, os estados contavam com pedágios cobrados em estradas estratégicas,

portos ou canais em vez dos impostos alfandegários arrecadados ao longo de uma fronteira controlada (Maravall 1972: I, 129-33).

Os impostos sobre circulação dependem grandemente da monetização, porque a monetização aumenta essas circulações, torna mais fáceis as estimativas dos fluxos pelos assessores e aumenta a capacidade daqueles que são obrigados a pagar em moeda. Os impostos sobre os estoques, contra-intuitivamente, também dependem fortemente da monetização, pois, na ausência de um mercado ativo da terra e da propriedade em questão, os assessores não dispõem dos meios de equalizar a taxa com o valor; quando essa equalização é deficiente, o imposto é ineficaz (ver Ardant 1965). Assim, a monetização afeta fortemente a eficácia com que um estado pode financiar o seu esforço de guerra mediante a tributação, em vez de extorquir diretamente da população esses meios de guerra. O imposto sobre a renda é um caso extremo, que se converte numa fonte duradoura e efetiva de receita governamental naquelas economias onde praticamente todo o mundo está envolvido na economia monetária e a maioria dos trabalhadores recebem salários.

No entanto, os estados altamente comercializados tiram algumas vantagens importantes dessas relações. Dado um nível adequado de monetização, as taxas próximas da extremidade superior do *continuum* são relativamente eficientes. Dependem da medida e visibilidade que uma economia comercial aplica à propriedade, aos produtos e serviços. Os participantes dos mercados já exercem uma parcela significativa da fiscalização necessária mediante o registro de preços e transferências. Além disso, os cidadãos particularmente socializados costumam atribuir valor moral ao pagamento de impostos; fiscalizam a si mesmos e uns aos outros, condenando os sonegadores de impostos. Por conseguinte, os impostos sobre a circulação, sobre os estoques e especialmente sobre a renda têm um alto retorno em relação a um determinado volume de esforço na arrecadação e se adaptam com maior facilidade do que outros tributos e taxas às alterações na política do estado. Um estado que tenta arrecadar a mesma quantidade do mesmo imposto numa economia menos comercializada enfrenta maior resistência, cobra com menos eficiência e, portanto, institui durante o processo um aparelho maior de controle. Se dois estados de tamanho igual mas com graus diversos de comercialização vão à guerra e tentam extrair somas comparáveis de dinheiro de seus cidadãos por meio das mesmas espécies de impostos, o estado menos comercializado cria uma estrutura mais avultada quando faz a guerra e paga os seus custos. O estado mais comercializado, no geral, faz a mesma coisa com uma organização administrativa menos volumosa.

O abastecimento direto dos exércitos, a imposição de impostos e a gestão do crédito real, tudo isso funciona de maneira mais fácil nas economias comercia-

lizadas e detentoras de capital abundante. Todavia, onde quer que ocorreram, multiplicaram os servidores civis do estado. Um esforço de guerra mais intenso geralmente produziu uma expansão contínua do aparelho central do estado – o número de seus servidores em tempo integral, o alcance de suas instituições, o tamanho de seu orçamento, a extensão de sua dívida. Quando a Holanda e a Espanha, em 1609, estabeleceram uma trégua na guerra esgotante pelas pretensões holandesas à independência, muitos observadores de ambos os lados esperaram um alívio na extraordinária tributação que os havia esmagado na década anterior. O que se viu foi que o serviço da dívida, a construção de fortificações e outras atividades do estado absorveram facilmente as receitas liberadas pela desmobilização militar. Os impostos não diminuíram significativamente em nenhum dos dois países (Israel 1982: 43-4).

Alguns historiadores referem-se a um “efeito catraca” pelo qual um orçamento inflado em tempo de guerra nunca retorna ao nível anterior ao conflito (Peacock & Wiseman 1961; Rasler & Thompson 1983, 1985a). O efeito catraca não ocorre universalmente, mas aparece com bastante frequência, sobretudo naqueles estados que não sofreram grandes perdas na guerra em questão. Ocorre por três motivos: porque o aumento do poder do estado em tempo de guerra oferece aos funcionários uma nova capacidade de extrair recursos, de empreender novas atividades e de defender-se contra a redução de custos; porque as guerras ou suscitam ou revelam novos problemas que exigem a atenção do estado; e porque a acumulação de dívida em tempo de guerra impõe novos encargos ao estado.

As dívidas nacionais se originam em grande parte de empréstimos para e durante as guerras. A possibilidade de tomar empréstimos para satisfazer os gastos militares afetou fortemente a capacidade do estado de realizar campanhas militares eficientes. As solicitações da República Holandesa, no século XVII, aos financistas de Amsterdam e de outras cidades comerciais importantes permitiram que um pequeno estado levantasse rapidamente enormes somas para seus exércitos e marinhas e se tornasse por algum tempo a potência dominante da Europa. As inovações decisivas haviam ocorrido entre 1515 e 1565, quando os Estados Gerais dos Países-Baixos dos Habsburgos (cujas províncias setentrionais, após se revoltarem em 1568, tornar-se-iam no final a República Holandesa) determinaram a cobrança de anuidades garantidas pelo estado e asseguradas por novos impostos específicos e que rendiam juros atraentes (Tracy 1985). Conseqüentemente, “numa emergência, a República Holandesa poderia levantar em dois dias um empréstimo de um milhão de florins a juros de apenas 3%” (Parker 1976: 212-13). Os títulos de crédito do estado tornaram-se um investimento favorito dos investidores holandeses, cujos agentes taxaram toda a economia em seu próprio benefício. Na verdade, a

palavra “capitalista” em seu uso moderno parece ter derivado do termo que designava aqueles cidadãos holandeses que pagavam a taxa mais alta *per capita* de imposto, apregoando desse modo a sua riqueza e sua capacidade de crédito.

Os banqueiros holandeses eram tão abundantes, competentes e independentes que, após 1580, enquanto prosseguia a guerra dos Países-Baixos setentrionais contra os seus antigos senhores espanhóis, os banqueiros conseguiram ganhar dinheiro embarcando para a Antuérpia a prata desviada da frota espanhola, que desse modo pagava as despesas espanholas da guerra (Parker 1972: 154-5). Quando, em 1608, a Espanha propôs reconhecer a independência da Holanda se esta se retirasse das Índias Orientais e Ocidentais, o negociador holandês Oldenbarnevelt “retrucou que muitas personagens proeminentes da República estavam envolvidas demais na Companhia das Índias Orientais para que ela fosse dissolvida” (Israel 1982: 9). Todavia, no conjunto, a profusão de comerciantes atuava em benefício do próprio estado holandês. Uma economia intensamente comercial permitiu que, no século XVII, o estado holandês seguisse um caminho que os vizinhos prussianos acharam obscurido e que os ingleses, recém-agraciados com um rei holandês, tomaram na década de 1690. Ao adotar as técnicas fiscais holandesas, os ingleses conseguiram reduzir a dependência em que se achavam anteriormente em relação aos banqueiros holandeses e, no final, sobrepujaram os holandeses na guerra.

No século XVII, os holandeses ocuparam uma posição extrema no eixo da comercialização. Outros estados ricos de capital, como as potências comerciais italianas de Gênova e Veneza, adotaram técnicas semelhantes de criação da força militar mediante crédito público e tributação sobre a circulação de mercadorias. Nas regiões que aplicavam intensa coerção, os recursos que poderiam ser usados para a guerra continuavam embutidos na agricultura, e nas mãos dos magnatas que detinham uma força autônoma considerável; nesse caso, a extração de recursos militares assumiu obviamente formas muito diferentes: diversas combinações de expropriação, cooptação, clientelismo, conscrição e forte tributação. Entre os dois extremos, em áreas de coerção capitalizada, o equilíbrio maior entre o capital e a coerção permitiu que os governantes jogassem um contra o outro, usando força alugada para impedir que os detentores de exércitos privados e de exércitos nacionais persuadissem os possuidores de capital privado; com o tempo, enquanto crescia o volume absoluto das requisições militares, a combinação deu aos governantes dos estados de coerção capitalizada a vantagem decisiva na guerra; em consequência, o seu tipo de estado – o estado nacional – predominou sobre as cidades-estado, os impérios, as federações urbanas e outras formas de estado que algumas vezes haviam prosperado na Europa.

O BRAÇO LONGO E FORTE DO IMPÉRIO

Por volta do final do século XVII, uma parte significativa da guerra européia – inclusive a guerra entre as vizinhas Holanda e Inglaterra – se realizava no mar, longe do continente. Na formação de tipos distintos de estados europeus a luta pelo império marítimo complementou a guerra terrestre européia. Antes de criar os estados nacionais, os europeus tiveram muita experiência com os impérios. Os nórdicos construíram impérios efêmeros bem antes da passagem do milênio. Uma série de impérios – mongol, russo, otomano, sueco, borguinhão e habsburgo – dominaram por muito tempo partes consideráveis da Europa. As grandes cidades mercantis, como Gênova e Veneza, conquistaram ou compraram os seus próprios impérios dispersos. Napoleão construiu um vasto império, embora de vida curta. Os Impérios Otomano, Austro-Húngaro, Russo e Germânico existiram até a Primeira Guerra Mundial. Para falar a verdade, com o correr dos séculos, os impérios europeus passaram a assemelhar-se cada vez mais a estados nacionais. Não obstante, em sua heterogeneidade e seus resquícios de governo indireto através dos vice-reis ou equivalentes, enfrentaram problemas distintos de controle sobre as suas populações.

A partir do século XV, as potências européias começaram a criar impérios fora do continente. Em 1249, os cristãos portugueses haviam eliminado o reinado mourisco de sua porção da Península. Por mais um século e meio, os portugueses restringiram as suas atenções marítimas ao comércio da Europa e da África, mas, em 1415, a captura de Ceuta na costa marroquina deu início a uma expansão que durou duzentos anos. Mais ou menos na época da morte de D. Henrique (chamado o Navegador), em 1460, as suas forças haviam estendido o seu domínio, político e comercial, a toda a costa ocidental da África, bem como se haviam apossado de Madeira e dos Açores no Atlântico. Com a ajuda de *condottieri* e empresários genoveses, começaram quase de imediato a viabilizar comercialmente novas colônias. Antes do final do século, Vasco da Gama havia navegado em torno da África até Calecute, estendendo assim a influência portuguesa ao Índico e ao Pacífico.

Os portugueses tentaram deliberadamente quebrar o controle muçulmano-veneziano do acesso europeu às especiarias e mercadorias de luxo da África, e estabelecer a sua própria hegemonia nas rotas oceânicas até a Ásia. Com grande vigor, com riscos excepcionais e extrema impiedade, quase o conseguiram. No século XVI, as caravelas e galeões portugueses dominaram grande porção do oceano Índico e transportaram quase a metade de todas as especiarias que chegaram de navio à Europa e ao Império Otomano (Boxer 1969: 59). No decurso do mesmo século, colonos portugueses começaram a migrar para o Brasil; passaram a exportar o açúcar produzido com o trabalho dos ameríndios recrutados à força e depois,

crescentemente, pelos escravos importados de Angola, Congo e Senegâmbia. Uma porção importante das rendas da coroa portuguesa, na época, proveio de taxas alfandegárias sobre as mercadorias trazidas das colônias.

No entanto, Portugal enfrentou alguns empecilhos fortes. A sua oferta doméstica de homens, madeira e outros recursos para a aventura imperial continuou perigosamente pequena, de tal modo que, no século XVI, os navios “portugueses” muitas vezes não tinham outro português nativo a não ser os seus comandantes. De 1580 a 1640, Portugal esteve anexado à coroa espanhola e herdou, assim, a guerra que a Espanha travava com os temíveis holandeses. Sublevando-se contra a Espanha, em 1640, o pequeno reino guerreou, até 1689, simultaneamente contra os holandeses e contra os espanhóis. As guerras com os rivais marítimos prejudicaram os comerciantes portugueses no alto mar. O fato de Portugal ter permanecido poderoso por tanto tempo atesta uma extraordinária tenacidade e engenhosidade.

Enquanto o imenso império estava ligado a uma base doméstica frágil, os conquistadores portugueses estabeleceram formas características de domínio ultramarino e transformaram o seu próprio estado. No ultramar, Portugal converteu as suas principais colônias em postos avançados militares, que contavam entre suas atividades principais a de gerar receitas para a coroa. Diferentemente dos holandeses, dos ingleses e dos venezianos, os governantes portugueses não concederam aos mercadores a autorização de organizarem um governo colonial. Diferentemente da Espanha, não toleraram a criação de grandes domínios autônomos em seus territórios ultramarinos. Mas não conseguiram impedir que os administradores coloniais, os padres e os soldados comerciassem por sua própria conta, aceitassem subornos pelo uso ilegal de seus poderes oficiais. Assim, as rendas coloniais tornaram Lisboa e seu rei relativamente independentes dos detentores do poder em outros locais de Portugal, mas sujeitos a funcionários muitas vezes corruptos. Tal monarquia só podia prosperar enquanto o ouro e as mercadorias fluíssem livremente das colônias.

Comparados aos vizinhos portugueses, os espanhóis foram os últimos a investir na conquista ultramarina. Em 1492, Granada, o último baluarte dos muçulmanos na Península Ibérica, foi submetida a Castela. Por volta dessa época, os espanhóis do sul já estavam começando a povoar as ilhas Canárias. No mesmo ano, a rainha Isabel autorizou o *condottiere* genovês Cristóvão Colombo a viajar para o oeste, via Canárias, à procura da Índia e do Catai. Dentro de quinze anos, a Espanha já possuía colônias em desenvolvimento no Caribe. Um século depois da queda de Granada, os espanhóis governavam – embora de forma tênue – quase toda a América Central e a América do Sul com exceção do Brasil, e haviam conseguido conquistar também as Filipinas.

Mais ou menos nessa época, entraram em cena os marinheiros holandeses e ingleses. As Companhias das Índias Ocidentais e Orientais dirigidas por civis das duas nações, sem mencionar seus flibusteiros, navegavam agressivamente nas águas portuguesas e espanholas do Atlântico Sul, no Índico e no Pacífico. Durante a guerra de independência que travaram por oitenta anos com a Espanha, ironicamente, os comerciantes holandeses obtiveram maiores lucros no comércio com o inimigo; trouxeram mercadorias da Europa Setentrional para a Ibéria e usaram os antigos vínculos comerciais para penetrar nas redes de comércio dos impérios espanhol e português. Com isso, iniciaram a construção de um império holandês mundial. No Atlântico, os mercadores ingleses caíram sobre o comércio português e se especializaram em ludibriar os oficiais das alfândegas reais. Começaram como parasitas, mas logo se tornaram os principais organismos em seus territórios.

Na verdade, durante toda a história do imperialismo europeu, uma fase nova sempre começou com a competição entre um dominador estabelecido numa região ou rota de comércio do mundo e um recém-chegado que tentava ou desafiar o hegemônico ou contorná-lo, ou ambas as coisas. Os primeiros alvos do ataque europeu foram habitualmente os muçulmanos, mas, por volta do século XV, os europeus lutaram entre si pelo acesso ao Oriente. No século XVI, os aventureiros portugueses quase conseguiram cercar por todos os lados os venezianos que controlavam a extremidade ocidental da ligação por terra entre a Europa e a Ásia Oriental e Meridional, para se verem desafiados no mar um século depois pela Espanha, Holanda e Inglaterra. Os ingleses e os holandeses nunca expulsaram totalmente do seu domínio os mercadores e vice-reis portugueses, mas puseram fim à supremacia de que Portugal havia desfrutado até 1600. (Durante a guerra holandesa de 1647-48, por exemplo, a ação do inimigo apressou 220 barcos da frota portuguesa que viajava ao Brasil [Boxer 1969: 221].) As companhias holandesas das Índias Ocidentais e Orientais governaram grandes impérios próprios, adquirindo uma vantagem sobre os seus competidores “em virtude de seu maior controle do mercado e da internalização dos custos de proteção” (Steenngaard 1974: 11). No século XVII, os holandeses se transformaram na maior potência naval e comercial do mundo.

Foi nesse momento que os ingleses substituíram os holandeses. À medida que a força naval holandesa decrescia, os navios britânicos passaram a predominar na maior parte dos mares do mundo. Por volta do século XVIII, corsários, navios de guerra e navios mercantes franceses se aventuraram igualmente pelas Américas, Ásia e Pacífico – causaram pouco impacto na África antes do século XIX – e atravancaram ainda mais as rotas marítimas. A descoberta, no século XVIII, de ouro e diamantes no Brasil revivesceu a economia colonial portuguesa, mas não

conseguiu restaurar o tipo de hegemonia que Portugal detinha no século XVII. A França e a Inglaterra entraram tardiamente na conquista territorial fora de seus próprios perímetros imediatos, mas após 1700 recuperaram rapidamente o atraso. Mais ou menos no final do século XVIII, a Espanha, Portugal, as Províncias Unidas, a França e a Grã-Bretanha, todos detinham grandes impérios ultramarinos e redes mundiais de comércio; a Inglaterra superou todos os outros. A conquista imperial acelerou-se no século XIX. “Entre 1876 e 1915”, observa Eric Hobsbawm, “mais ou menos um quarto da superfície terrestre do globo estava distribuído ou redistribuído sob a forma de colônias entre meia dúzia de estados” (Hobsbawm 1987: 59). Durante a Primeira Guerra Mundial, à Espanha, a Portugal e ao que era então o reino dos Países-Baixos não restavam mais que fragmentos de seus antigos impérios, enquanto a estrutura do domínio francês e sobretudo inglês espalhava-se pelo mundo inteiro.

Todos esses impérios combinaram territórios conquistados com “feitorias”, núcleos de comércio identificados nas fímbrias de terras governadas por dirigentes nativos. Com algumas exceções, como a portuguesa Macau, nenhuma potência européia fez conquistas no Japão ou na China. Mas os portugueses, os espanhóis e, depois, os holandeses mantiveram enclaves comerciais no primeiro país; durante os anos fechados do xogunato Tokugawa (1640-1854), o posto avançado holandês de Deshima era, na prática, o único ponto de contato entre o Japão e a Europa (Boxer 1965: 237). No entanto, com o tempo, o modelo europeu passou a ser a conquista e colonização parcial. A partir de 1652, por exemplo, até os holandeses – que na verdade colonizaram uma parcela muito pequena das terras em que adquiriram hegemonia comercial – passaram a conquistar, administrar e povoar em torno do cabo da Boa Esperança; o termo *Afrikaner* começou a ser aplicado aos europeus transplantados no início do século XVIII (Boxer 1965: 266). Principalmente no século XIX, os estados europeus tentaram retalhar a maior parte do mundo não-europeu em territórios coloniais separados entre si.

O império ultramarino não construiu uma estrutura de estado na mesma medida que o fez a guerra terrestre na metrópole. Não obstante, a vinculação entre estado e império se fez em ambas as direções: o caráter do estado europeu comandou a sua forma de expansão fora da Europa, e a natureza do império afetou de forma considerável a atuação da metrópole. Os estados que fizeram grande aplicação de capital, como Veneza e a República Holandesa, se expandiram principalmente através da busca impiedosa de monopólios comerciais, mas investiu pouco esforço na conquista militar e na colonização. Os estados que aplicaram intensa coerção, como os nórdicos e o espanhol, devotaram uma parte maior de sua energia ao povoamento, à escravização da força de trabalho nativa (ou importada) e à exação de tributos.

Os estados intermediários, como a Grã-Bretanha e a França, entraram no jogo imperial relativamente tarde e se notabilizaram pela combinação da estratégia capitalista e da coerciva.

A estratégia capitalista acrescentou um peso relativamente pequeno ao estado central, sobretudo quando foi aplicada através de organizações essencialmente privadas, como a Companhia Holandesa das Índias Orientais. Contudo, esses megálitos comerciais se transformaram em forças políticas a serem disputadas com seus próprios meios; assim, a privatização levou o estado a negociar com a sua população, ou pelo menos com a classe comercial dominante. A estratégia de conquista e povoamento, que exigiu inevitavelmente exércitos e marinhas permanentes, acrescentou ao estado central a burocracia, sem falar da cadeia mundial de funcionalismo que ela suscitou. Onde produziu riquezas – sobretudo na forma do ouro e prata em barras (*bullion*), como na Espanha – a conquista criou uma alternativa à tributação doméstica e, desse modo, protegeu os governantes de algumas das negociações que definiram os direitos dos cidadãos e estabeleceram limites às prerrogativas do estado em outros locais.

Tanto na frente doméstica quanto na ultramarina, a extensão com que o aparelho estatal emergiu da interação entre a criação de uma máquina militar e o desenvolvimento de mercados dependeu de diversos fatores: o tamanho da máquina em relação à população que a sustentava, a anterior comercialização da economia e o ponto até onde o estado contou com a mobilização em tempo de guerra dos detentores do poder que forneceram a sua própria força militar e conservaram a capacidade de convertê-la aos usos pacíficos depois da guerra. Poderíamos imaginar a existência de um *continuum* desde a Rússia imperial, em que um aparelho estatal incômodo se desenvolveu para extorquir homens e recursos militares de uma economia muito grande e pouco comercializada, até a República Holandesa, que dependeu fortemente de suas marinhas, instituiu as suas forças militares sobre concessões temporárias de suas províncias dominadas pela cidade, extraiu facilmente receitas de taxas alfandegárias e impostos sobre o consumo e nunca criou uma burocracia central de vulto. No meio poderíamos colocar aqueles casos, como a França e a Prússia, em que os reis tinham acesso a importantes regiões de capitalismo agrícola e comercial, mas eram obrigados a negociar com poderosos proprietários de terras para manutenção de sua atividade militar. No final das contas, as requisições de homens, dinheiro e provisões cresceram tanto que os governantes negociaram também com a massa da população. O capítulo seguinte focaliza essa negociação e suas variações de um tipo de estado para outro.

OS ESTADOS E SEUS CIDADÃOS

DE VESPAS A LOCOMOTIVAS

Nos últimos mil anos, os estados europeus experimentaram uma evolução peculiar: passaram de vespas a locomotivas. Por muito tempo se concentraram na guerra, deixando a maioria das atividades para outras organizações, somente enquanto essas organizações produzissem tributos em intervalos apropriados. Os estados extorquidores de tributos continuaram belicosos, mas leves em peso quando comparados aos seus sucessores mais avultados; ferroaram, mas não esgotaram. Com o passar do tempo, os estados – mesmo as variedades de grande inversão de capital – assumiram as atividades, os poderes e os compromissos que foram obrigados a manter. Os dois trilhos em que essas locomotivas corriam eram o da sustentação por parte da população e o da manutenção por intermédio de um quadro de pessoal civil. Fora dos trilhos, as máquinas de guerra não funcionavam.

O **mínimo de atividades essenciais** de um estado são três:

criação do estado: atacando e controlando os competidores e desafiantes dentro do território reclamado pelo estado;

prática da guerra: atacando os antagonistas fora do território já reclamado pelo estado;

proteção: atacando e controlando os antagonistas dos principais aliados dos governantes, quer dentro quer fora do território reclamado do estado.

Contudo, não dura muito um estado que negligencia uma quarta atividade crucial:

extração: sacando de sua própria população os meios de criação do estado, de prática da guerra e de proteção.

Os estados extorquidores de tributos permaneceram restritos no mínimo a esse conjunto indispensável de quatro atividades, intervindo nas vidas de seus súditos nominais especialmente para impor o poder da classe dirigente e para extrair rendas. Contudo, além de uma determinada escala, todos os estados acabam aventurando-se em três outros terrenos perigosos:

aplicação de justiça: solução peremptória de disputas entre os membros da população;

distribuição: intervenção na divisão dos bens entre os membros da população;

produção: controle da criação e transformação de bens e serviços pelos membros da população.

As principais vinculações entre essas atividades funcionam mais ou menos como está mostrado na figura 4.1. A prática da guerra e a criação do estado reforçam-se entre si, na verdade permanecem praticamente indistinguíveis até que os estados comecem a constituir fronteiras seguras e reconhecidas em torno de extensos territórios adjacentes. Ambas as atividades induziram a extração de recursos da população local. O jogo de alianças e a tentativa de extrair recursos de atores relativamente poderosos ou móveis favoreceram o envolvimento do estado na proteção, controlando os competidores e inimigos de clientes escolhidos. Quando a extração e a proteção se expandiram, criaram a necessidade do acerto de disputas dentro da população submetida, incluindo a regulamentação legal tanto da extração quanto da proteção.



Figura 4.1 Relações entre as principais atividades do estado

Com o tempo, o peso e o impacto das atividades do estado situadas na parte inferior do diagrama – aplicação de justiça, produção e distribuição – cresceram

mais depressa do que as da parte superior: prática da guerra, criação do estado, extração e proteção. O volume absoluto que a maioria dos estados europeus investiram na prática da guerra (atacando os antagonistas fora do território reclamado pelo estado) ou da criação do estado (atacando ou contendo competidores e desafiantes dentro do território) continuaram a aumentar de forma irregular até o século XX; mas a aplicação de justiça, a produção e a distribuição passaram de triviais a tremendas. Mesmo aqueles estados não-socialistas que mantiveram uma propriedade privada extensa, por exemplo, acabaram investindo grandes somas na produção e/ou regulamentação de energia, transporte, comunicação, alimento e armas. Quanto mais meios de guerra os governantes e outras empresas coercivas extraíram das suas economias locais, mais as classes principais dentro dessas economias lograram exigir a intervenção do estado fora do domínio da coerção e da guerra. Não obstante, no período de mil anos que estamos considerando aqui, as atividades coercivas predominaram claramente.

A prática da guerra freqüentemente envolveu os estados europeus na produção de armas; e a extração, na produção de bens (p. ex., sal, estopins e fumo) cujos monopólios alimentavam os cofres do estado. Mais tarde, todos os estados intervieram de forma mais geral na produção, à medida que se tornaram efetivas as exigências por parte de trabalhadores e intelectuais no sentido de conter os excessos capitalistas; os estados socialistas representam simplesmente o extremo de uma tendência geral. A extração, a proteção e a aplicação da justiça se entreteceram, finalmente, para compelir os estados ao controle da distribuição – primeiramente como um meio de garantir as rendas do estado provenientes da circulação de bens, depois como uma resposta aos pedidos populares de correção das desigualdades e déficits locais. Novamente, os estados socialistas representam apenas a versão extrema de uma expansão bastante geral da atividade do estado fora da esfera militar.

No curso da extração de recursos e da pacificação da população, todo estado europeu acabou criando uma nova estrutura administrativa tanto no plano local e regional quanto numa escala nacional. O Tratado de Cateau-Cambrésis (1559), por exemplo, criou o reino de Sabóia-Piemonte e colocou Emmanuel-Philibert em seu trono. Logo a busca de recursos financeiros levou o rei a inovar: primeiro uma lucrativa venda compulsória de sal, segundo um censo para determinar quem podia ser tributado, depois um imposto baseado na área produtiva de cada comunidade. O imposto obrigou as comunidades adjacentes a determinar com precisão as suas fronteiras, o que os conduziu à preparação de cadastros e à criação de funcionários para administrá-los (Rimbaud & Vincienne 1964: 11). Em toda a parte, os esforços extrativos não só desviaram recursos valiosos de seus usos costumeiros mas também criaram novas formas de organização política.

As atividades do estado, portanto, tinham profundas implicações para os interesses da população em geral, para a ação coletiva e para os direitos dos cidadãos. No momento de executar todas essas atividades – prática da guerra, criação do estado, proteção, extração, aplicação da justiça, distribuição e produção –, os governantes e agentes do estado acabaram colidindo com os interesses definidos das pessoas que viviam dentro de sua área de controle; e esse impacto muitas vezes foi negativo, porque os estados repetidas vezes se apossaram, para uso próprio, de terras, capital, bens e serviços que antes haviam servido a outras finalidades. A maior parte dos recursos que os reis e ministros usaram para construir a força armada proveio, em última análise, do trabalho e da acumulação de pessoas comuns e constituiu um desvio de meios valiosos dos objetivos aos quais as pessoas comuns atribuíam uma prioridade muito maior. Mesmo que às vezes os capitalistas tenham investido voluntariamente nas finanças do estado e na proteção que o poder do estado deu ao seu negócio, e mesmo que os magnatas regionais tenham algumas vezes se aliado aos reis com o intuito de controlar os seus próprios inimigos, a maioria das pessoas que haviam investido nos recursos de que os monarcas tentaram apoderar-se opuseram-se tenazmente às exigências reais.

O trabalho, os bens, o dinheiro e outros recursos que os estados exigiam estavam, afinal de contas, embutidos em redes de obrigação e eram destinados a objetivos que as famílias e comunidades priorizavam. Entre as perspectivas a curto prazo do cidadão comum, aquilo que em alegre retrospecto denominamos “formação do estado” compreendia a instigação de arrendatários de impostos impiedosos contra os camponeses e artesãos pobres; a venda forçada, para pagar impostos, de animais que poderiam servir para dotes; a prisão de líderes locais como reféns do pagamento, por parte da comunidade local, dos impostos devidos; o enforcamento de outros que ousavam protestar; a incitação de soldados brutais contra uma população civil desafortunada; o recrutamento de jovens que representavam a principal esperança de conforto na velhice de seus pais; a compra compulsória de sal impuro; a elevação dos já arrogantes proprietários locais a funcionários do estado; e a imposição de unidade religiosa em nome da *ordem pública e da moralidade*. Não é de admirar que os europeus sem poderes tenham tantas vezes aceito a lenda do “bom czar” que fora enganado, ou mesmo mantido *prisioneiro*, por maus conselheiros.

O caráter e o peso da atividade de estado variaram sistematicamente em função da economia que predominava dentro das fronteiras de um estado. Nas *regiões de aplicação intensa de coerção*, era comum os governantes extraírem recursos para a guerra e para outras atividades em espécie, através de requisição direta e de recrutamento. Nas economias pouco comercializadas as taxas alfandegárias e o

imposto sobre o consumo geravam retornos pequenos, mas a instituição de impostos sobre o indivíduo e sobre a terra criou pesadas máquinas fiscais e colocou extenso poder nas mãos dos proprietários rurais, dos chefes de aldeia e de outros que exerciam controle imediato sobre os recursos essenciais. Nas regiões *de grande inversão de capital*, a presença dos capitalistas, o intercâmbio comercial e organizações municipais avultadas estabeleciam sérios limites ao exercício direto, por parte do estado, de controle dos indivíduos e das famílias, mas facilitavam a aplicação de taxas relativamente eficientes e indolores sobre o comércio que se tornaram outras fontes de rendas do estado. Além disso, a pronta disponibilidade de crédito fez com que os governantes, em lugar de extrair os recursos em ondas rápidas e calamitosas, distribuissem os custos da atividade militar por períodos maiores. O resultado foi que nessas regiões os estados geralmente tiveram de criar aparelhos centrais diminutos e segmentados. Nas regiões *de coerção capitalizada*, prevaleceu uma situação intermediária: os governantes, embora de forma desconfiada, contaram com a aquiescência tanto dos proprietários de terras quanto dos mercadores, extraíram rendas da terra e do comércio e criaram, assim, estruturas duais de estado em que os nobres enfrentavam os financistas, mas no final acabavam colaborando com eles.

NEGOCIAÇÃO, DIREITOS E AÇÃO COLETIVA

A intervenção do estado na vida quotidiana suscitou a ação coletiva popular, freqüentemente sob a forma de resistência ao estado mas algumas vezes assumindo o caráter de novas reivindicações. Quando as autoridades do estado tentaram obter da sua população recursos e aquiescência, elas, os outros detentores de poder e grupos de cidadãos comuns negociaram (embora essa negociação pendesse para um lado) novos acordos sobre as condições em que o estado *podia* extrair ou controlar, e os tipos de exigências que os detentores do poder ou o povo comum podiam fazer ao estado. A negociação e as reivindicações foram mudando fundamentalmente do patrimonialismo para a corretagem, depois para a nacionalização e finalmente para a especialização; no patrimonialismo, por exemplo, muitas vezes a negociação aconteceu em decorrência de rebeliões regionais comandadas pelos magnatas e que favoreciam suas próprias pretensões a um estado independente, enquanto que, na corretagem, quando os antigos patrões se concertaram com o estado, as rebeliões comandadas pelos magnatas desembocaram em insurreições populares contra a tributação ou o recrutamento.

O impacto do estado sobre os interesses, a ação coletiva, a negociação e o estabelecimento de direitos assumiu formas e seqüências bastante variadas em

função da relevância relativa da coerção e do capital como base de formação do estado. Nas regiões que empregaram intensa coerção, como a Polônia e a Rússia, o controle sobre a terra e o trabalho ligado à terra foi durante muito tempo o objeto central da luta, ao passo que, nas regiões de grande aplicação de capital, como os Países-Baixos, o capital e as mercadorias vendáveis ocuparam uma posição mais relevante com respeito à negociação, o que criou uma estrutura de estado e reivindicações dos cidadãos aos estados. Além disso, nas zonas de grande inversão de capital, os estados atuaram mais cedo e com maior eficácia para estabelecer os direitos burgueses de propriedade – reduzir as múltiplas reclamações sobre a mesma propriedade, reforçar os contratos e fortalecer a capacidade do dono principal de determinar o uso da propriedade. Não obstante, em toda a parte, a criação do poder militar pelo estado envolveu os seus agentes na negociação com detentores do poder e com grupos de cidadãos comuns. A estrutura de classe da população, portanto, ajudou a determinar a organização do estado: seu aparelho repressivo, sua administração fiscal, seus serviços, suas formas de representação.

A tradução da estrutura de classe em organização do estado ocorreu através de lutas. As rebeliões de impostos que sacudiram grande parte da Europa Ocidental durante o século XVII originaram-se das pretensões concorrentes de reis, de detentores regionais de poder, de comunidades locais e famílias individuais, à terra, ao trabalho, às mercadorias, ao gado, às ferramentas, ao crédito e à riqueza familiar que não podiam servir imediatamente a todas as finalidades. Quando congregou as reivindicações dos grandes senhores e as das comunidades locais, como aconteceu muitas vezes na França no início do século XVII, a oposição à tributação ameaçou a própria viabilidade da coroa. No entanto, mesmo numa escala menor, a ação coletiva e individual do dia-a-dia contra os crescentes esforços de extração do estado causou sérios desafios ao próprio soberano.

Na medida em que a população do estado era segmentada e heterogênea, a probabilidade de uma rebelião em grande escala diminuiu, mas aumentou a dificuldade de impor medidas administrativas uniformes. Numa população homogênea e ligada, uma inovação administrativa criada e testada numa região tinha uma chance razoável de funcionar em outra, e os funcionários podiam facilmente transferir o seu conhecimento de uma localidade para a outra. No período de mudança do tributo para o imposto, do governo indireto para o direto, da subordinação para a assimilação, os estados geralmente se esforçaram por homogeneizar as suas populações e eliminar a sua segmentação mediante a imposição de línguas, religiões, moedas e sistemas legais comuns, bem como por intermédio da construção de sistemas ligados de comércio, transporte e comunicações. No entanto, quando ameaçaram as próprias identidades nas quais as populações subordinadas baseavam as

suas relações sociais diárias, esses esforços de padronização provocaram uma resistência em massa.

Habitualmente, a resistência às exigências do estado ocorreram às ocultas, numa escala local, empregando as “armas dos fracos” que James Scott descreveu: a sabotagem, a protelação, o disfarce, a evasão (Scott 1985). Transformou-se em rebelião de massa principalmente quando (1) as exigências e ações do estado ofenderam os padrões de justiça dos cidadãos ou agrediram suas identidades coletivas primárias, (2) as pessoas atingidas pelas ações ofensivas do estado já estavam amarradas por vínculos sociais duradouros; (3) os cidadãos comuns tinham aliados poderosos dentro ou fora do estado, e (4) as ações e interações recentes do estado revelaram que ele era vulnerável ao ataque. Sob essas circunstâncias, não só era provável que ocorresse a rebelião popular, mas também que tivesse alguma probabilidade de êxito.

O decênio de 1640 conjugou todas essas condições numa série de estados europeus, resultando uma das décadas mais rebeldes da história européia. O sórdido emaranhamento de lutas que hoje conhecemos pelo nome de Guerra dos Trinta Anos pôs à prova as capacidades da maioria dos estados europeus, revelando a sua vulnerabilidade no mesmo momento em que eles exigiam sacrifícios inauditos de seus súditos. A Inglaterra sofreu uma guerra civil, a França ingressou no turbilhão da Fronda, a Escócia quase se libertou da Inglaterra, a Catalunha e Portugal romperam os laços (a primeira temporariamente, o último definitivamente) com a coroa heterogênea da Espanha, enquanto em Nápoles o pescador Masaniello liderou uma grande revolta popular.

Na Catalunha, por exemplo, as exigências reais de aumento dos impostos de guerra colocou o rei (ou, antes, o seu ministro Olivares) num implacável conflito com as Cortes. Em 1640, a coroa enviou nove mil soldados à província com o intuito de fazer cumprir as suas exigências de pagamento, de reduzir a possibilidade de uma resistência organizada e de aplicar uma espécie de chantagem (pois os catalães eram obrigados a tolerar os soldados e sofrer as suas depredações enquanto não fossem pagas as suas obrigações). O aquartelamento de soldados sem o consentimento da província violou os direitos estabelecidos da Catalunha. Levantou-se uma vasta rebelião popular. Quando ela começou a se disseminar, a *Disputació* – falando em termos gerais, a comissão executiva das Cortes – colocou-se à frente da revolta e chegou mesmo a pedir a Luís XIII da França que assumisse a soberania na Catalunha. Em 1652, aproveitando-se da desatenção da França por causa da Fronda, um exército espanhol finalmente reconquistou Barcelona e, portanto, a Catalunha. Nesse momento, “Filipe IV concedeu uma anistia e prometeu respeitar as liberdades tradicionais da Catalunha” (Zagorin 1982: II, 37).

O que fizeram os governantes quando se defrontaram com uma resistência, dispersa ou maciça? Negociaram. Ora, alguém pode fazer objeções ao uso da palavra “negociação” para designar o envio de tropas com o objetivo de esmagar uma rebelião contra impostos ou prender um contribuinte relutante. No entanto, o uso freqüente de punição exemplar – o enforcamento de alguns cabeças da rebelião em lugar de todos os rebeldes, a prisão do contribuinte local mais rico em vez de todos os delinqüentes – indica que as autoridades estavam negociando com a massa da população. Em todo caso, a negociação assumiu muitas outras formas mais aceitáveis: litígios com os parlamentos, compra de funcionários da cidade com isenções de impostos, ratificação dos privilégios de guilda em troca de empréstimos ou emolumentos, regulamentação da tributação e da arrecadação de impostos contra a garantia de pagamento mais espontâneo etc. Toda essa negociação criou ou confirmou reivindicações individuais ou coletivas ao estado, direitos individuais ou coletivos frente ao estado e obrigações do estado para com os seus cidadãos. Criou também direitos – exigências exequíveis reconhecidas – dos estados em relação aos seus cidadãos. O núcleo do que hoje denominamos “cidadania”, na verdade, consiste de múltiplas negociações elaboradas pelos governantes e estabelecidas no curso de suas lutas pelos meios de ação do estado, principalmente a guerra.

Obviamente, a negociação era assimétrica: no princípio, canhão contra versos; o firme desarmamento da população em geral pelo estado compôs a assimetria. Entretanto, mesmo a violenta repressão das rebeliões contra a tributação e o recrutamento envolveu comumente uma série de acordos com aqueles que cooperaram na pacificação e afirmação pública dos meios pacíficos pelos quais os cidadãos comuns *podiam* legitimamente tentar corrigir os erros e injustiças do estado. Esses meios compreendiam habitualmente o abaixo-assinado, a ação judicial e a representação através das assembléias locais. Quando se organizaram, os trabalhadores e burgueses (ou, com menor freqüência, os camponeses) tiraram proveito dos meios permitidos para pressionar no sentido de obter ampliação de direitos e representação direta. Durante a época da especialização, os estados anteciparam-se ou reagiram às crescentes exigências dos burgueses e trabalhadores, incumbindo a seus agentes programas como seguro social, pensões dos veteranos, educação pública e moradia; todos esses programas cresceram escritórios, burocratas e linhas orçamentárias aos estados que a cada dia se tornavam mais civis.

Através da luta, da negociação e da interação sustentada com os detentores dos recursos essenciais, os estados acabaram refletindo as estruturas de classe de suas populações subordinadas. As maiores conseqüências afetaram as classes dominantes, de sorte tal que os estados dominados por grandes proprietários rurais desenvolveram estruturas muito diferentes daqueles controlados pelos capitalistas

(Moore 1966). Mas a necessidade absoluta de negociar com os camponeses, ou artesãos, ou trabalhadores sem terra marcou também a organização fiscal do estado, os controles sobre o comércio, as forças policiais, e muitas outras coisas. Os acordos negociados especificamente que puseram fim à resistência sustentada ou facilitaram a aquiescência popular criaram uma parcela significativa dessas instituições de estado.

Novamente devemos imaginar um *continuum* de experiências. Num extremo ficam aquelas negociações estabelecidas com organizações poderosas que existiam antes da grande expansão do poder do estado e sobreviveram à expansão, principalmente os corpos dirigentes das municipalidades capitalistas como Amsterdam. Essas negociações geralmente incorporaram os corpos dirigentes ao estado e os transformaram em instituições representativas. Numa escala mais ampla, os governantes das regiões que possuíam cidades prósperas muitas vezes tiveram de tratar com conselhos representativos dos detentores urbanos de poder. Assim, os primeiros príncipes da Catalunha aceitaram que delegados de Barcelona e de outras cidades da Catalunha participassem de seus conselhos ao lado dos nobres e do clero, estabelecendo, desse modo, o antecedente das *Corts* tricamerais catalãs (Vilar 1962: I, 439).

No outro extremo ficavam as negociações com grandes blocos da população, tais como os proprietários de terra, sobretudo sob a forma de legislação das regras de tributação, de recrutamento e de outras atividades extrativas. Assim, quando tentou pagar parte dos custos da guerra contra a França com o primeiro imposto sobre a renda geral já aparecido na Inglaterra (1799), o primeiro-ministro da Inglaterra William Pitt instaurou negociações implícitas indistintamente com proprietários de terra, capitalistas e assalariados: elaborou uma lei que permitia a remissão do antigo imposto injusto sobre a terra (Watson 1960: 375-76). Quando a paz com a França foi firmada (de maneira frustrada) em 1802 e (de forma definitiva) em 1815, o Parlamento logo tomou medidas para rejeitar o imposto; embora o primeiro-ministro Liverpool tenha tentado, em 1816, manter o imposto sobre a renda para ajudar a pagar a enorme dívida acumulada de guerra, o Parlamento claramente considerou a negociação uma vinculação do imposto à emergência da guerra (Levi 1988: 140-43).

Entre os dois extremos vamos encontrar negociações estabelecidas com grupos definidos de detentores de poder, tais como os funcionários da igreja, que, quando eram derrotados e esbulhados de suas posses, comumente adquiriam direitos, garantidos pelo estado, a estipêndios e proteção, e que, quando eram eficientes em sua resistência à extração, forçaram muitas vezes a criação ou o reconhecimento de corpos representativos, tais como as assembleias eclesíásticas. Na Inglaterra, Henrique VIII despojou a igreja de seu país de suas terras e de seus

vínculos com Roma, mas com isso assumiu a obrigação de fornecer estipêndios vitalícios a todos os padres que adotassem a sua versão da Reforma.

No conjunto, os funcionários dos estados que se desenvolveram em meio à rede de cidades mercantis que se estendia da Itália do Norte a Flandres e ao Báltico se encontraram perto do primeiro extremo, negociando com as oligarquias municipais que tinham a sua esfera de ação, sobreviveram e se tornaram os principais componentes do estado; as cidades-império como Veneza são um exemplo do caso extremo. Os agentes dos estados-em-formação que se constituíram dentro da faixa de cidade-estado muitas vezes tiveram de negociar com os grandes proprietários de terras e sua clientela, e criaram durante o processo novas instituições representativas. Naqueles estados maiores, os nobres muitas vezes obtiveram confirmações de seus privilégios e monopólios das patentes militares mais altas em troca de sua colaboração com as tentativas reais de instituir exércitos nacionais. No entanto, ao longo do *continuum*, a negociação em torno das exigências extrativas do estado produziu direitos, privilégios e instituições de proteção que não existiam anteriormente.

A INSTITUIÇÃO DO GOVERNO DIRETO

Uma mudança difusa do governo indireto para o direto ocorreu com a nacionalização do poder militar. Isso ofereceu ao cidadão comum uma oportunidade sedutora mas cara. Depois de 1750, nas épocas da nacionalização e da especialização, os estados começaram a mudar agressivamente de um sistema quase universal de governo indireto para um novo sistema de governo direto: uma intervenção sem intermediários nas vidas das comunidades locais, famílias e empresas produtivas. Quando deixaram de alugar mercenários e passaram a recrutar guerreiros entre a sua própria população nacional, e quando aumentaram a tributação a fim de manter as grandes forças militares da guerra no século XVIII, os governantes negociaram o acesso às comunidades, famílias e empresas, removendo no processo os intermediários autônomos.

Durante todo o milênio que estamos analisando, as cidades-estado, os bispados autônomos, os principados diminutos e outros micro-estados governaram de maneira relativamente direta. Os agentes, que eram os responsáveis imediatos junto à coroa e serviam ao bel-prazer dos monarcas, cobravam impostos, administravam tribunais, zelavam pela propriedade da coroa e mantinham contato diário com as comunidades locais que estavam sob a jurisdição da coroa. Contudo, os estados maiores optaram invariavelmente por alguma forma de governo indireto, cooptando

os detentores de poder locais e ratificando-lhes os privilégios sem incorporá-los diretamente ao aparelho do estado.

Antes do século XVII, todo grande estado europeu governava seus súditos por meio de poderosos intermediários que desfrutavam de expressiva autonomia, obstruíam as exigências do estado que não se coadunavam com seus próprios interesses e tiravam seus próprios lucros do exercício delegado do poder do estado. Esses intermediários muitas vezes eram membros privilegiados de populações subordinadas e fizeram carreira mediante a garantia aos governantes de tributo e aquiescência dessas populações. Na Europa do Sudeste especialmente, a presença de múltiplas populações mescladas por séculos de conquista e de comércio mediterrânico congregou-se às formas características do governo muçulmano através de subordinados semi-autônomos e produziu uma extensa zona de governo indireto cujos vestígios remanesçam até hoje na heterogeneidade cultural da região e em suas lutas permanentes em prol dos direitos das minorias. Entre os intermediários mais importantes figuravam o clero, os senhores de terras, as oligarquias urbanas e os guerreiros profissionais independentes, em proporções que variavam ao longo do *continuum* das regiões que fizeram grande inversão de capital às regiões que aplicaram intensa coerção. A centralidade desses vários intermediários identificou sistemas alternativos de governo indireto.

Qualquer sistema de governo indireto impôs sérios limites ao volume de recursos que os governantes podiam extrair da economia ambiente. Além desse limite, os intermediários demonstraram interesse em impedir a extração, ou mesmo em unir-se à resistência dos cidadãos comuns contra as exigências do estado. No entanto, nas mesmas circunstâncias, os governantes revelaram interesse em minar os poderes autônomos dos intermediários e ao mesmo tempo coligar-se com os principais segmentos da população. À medida que a guerra exigiu maiores recursos, entre eles sobretudo mão-de-obra, e que a ameaça de conquista pelos estados maiores passou a se tornar cada vez mais séria, os governantes, em número cada vez maior, deixaram de lado, suprimiram ou cooptaram os antigos intermediários e procuraram diretamente as comunidades e famílias a fim de extorquir os meios de guerra. Portanto, os exércitos nacionais permanentes, os estados nacionais e o governo direto originaram-se um do outro.

Antes dessa época, o grau de autonomia de que desfrutavam os detentores de poder variou consideravelmente de um estado para o outro; após a sua fase inicial de conquista e administração militar, o Império Otomano instalou duas formas sucessivas de governo nos Bálcãs, a segunda até mais indireta que a primeira. Até o século XVII, os sultões extraíram tributos de seus estados vassallos, mas, dentro de seus próprios domínios, dividiram partes substanciais de suas terras em *timares*,

concessões asseguradas aos guerreiros enquanto continuassem servindo nas forças armadas. Os *timarlis* (detentores da concessão) extraíram da terra os seus próprios recursos, cobraram impostos para o sultão, dirigiram a administração civil e controlaram os servos cristãos, mas não tiveram o direito de alienar a terra ou de transmiti-la aos filhos. Todavia, as guerras dos séculos XVI e XVII mataram muitos *timarlis*, e a exigência de cobrar impostos em volume cada vez maior a fim de atender à prática cada vez mais cara da guerra tornou as concessões menos atraentes aos guerreiros. Os sultões voltaram as suas vistas para os arrendatários de impostos, que usaram as vantagens obtidas para converter em sua propriedade as terras que tributavam. Diante desse fato, outros grupos pediram e receberam o direito de adquirir e possuir terras que pagassem impostos; os *chiftliks*, terras privadas, substituíram os *timares* (Roider 1987: 133-34).

Desse modo, os otomanos inadvertidamente instalaram um sistema clássico de governo indireto. Esse sistema, mais tarde, voltou-se contra os súditos e os governantes, em virtude do poder que colocou nas mãos de guerreiros semi-independentes. Na Paz de Sistova entre o império otomano e o austríaco (1791), por exemplo,

os janízaros e as unidades militares irregulares [na Sérvia] se viram desempregados. Assim, atacaram e saquearam a população. Bandos desses homens capturaram aldeias e suas terras e converteram a propriedade em herdades próprias. Outros se juntaram a *avans* rebeldes ou organizações de bandidos e pilharam indistintamente os muçulmanos pacíficos e os cristãos.

(Jelavich & Jelavich 1977: 27.)

A autonomia e rapina dos janízaros acabou por obstruir de forma tão séria o governo otomano que, em 1826, os soldados do sultão, a seu comando, juntaram-se às multidões de Constantinopla para assassinar os remanescentes desse corpo de tropa. Os grandes riscos do governo indireto eram não só o saque feito pelos intermediários, que suscitava a oposição a esses por parte da população em geral, mas também a resistência da parte dos intermediários, que estimulava a recalci-trância de regiões inteiras ao papel nacional.

No entanto, no mais das vezes, os dirigentes locais governaram de forma relativamente estável e compraram uma espécie de proteção para a população local mediante o pagamento tempestivo de tributo ao estado otomano. Nesse ínterim, na Prússia os Junkers foram ao mesmo tempo donos de suas grandes herdades, juizes, comandantes militares e porta-vozes da coroa, enquanto que na Inglaterra a pequena nobreza, a grande nobreza e o clero dividiram o trabalho de administração civil fora da capital. Em circunstâncias favoráveis, os intermediários dotados assim de poderes atenuaram os efeitos da expansão do estado sobre a organização social e a ri-

queza de seus súditos. A natureza de sua intermediação diferiu consideravelmente entre dois tipos de regiões: as que dispunham de uma nobreza nativa e as dominadas pelos alienígenas. Onde a nobreza compartilhava com o campesinato a religião, a língua e a tradição (como na Áustria e na Boêmia), houve alguma possibilidade de uma solidariedade regional contra as exigências da coroa. Onde os nobres eram estrangeiros (como na porção européia do Império Otomano em grande parte de sua história), os chefes de aldeia e os anciãos tribais freqüentemente serviram de ligação entre os cidadãos locais e as autoridades nacionais. Em tais regiões, o colapso do império manteve os camponeses, mercadores e profissionais em contato direto com o estado (Berend & Ránki 1977: 29-36).

Fossem nativos ou alienígenas, os intermediários habitualmente agiram como tiranos em suas zonas próprias de controle. Quando o sistema *chiftlyk* substituiu os *timars* no território otomano, até o recurso de apelar a tribunais e funcionários muçulmanos desapareceu, os proprietários de terra absenteístas muitas vezes fizeram pressões muito mais severas sobre seus camponeses do que seus antecessores militares (Roider 1987: 134). Quando o poder central declinou – como ocorreu de modo geral no decurso do século XIX – os proprietários de terras adquiriram um controle crescente sobre as questões locais. Na Bósnia e na Sérvia, no século XIX, os senhores de terra muçulmanos acabaram por transformar os seus arrendatários cristãos em servos (Donia 1981: 4-5). Em tais circunstâncias, o banditismo cresceu desmedidamente nos Bálcãs. Em conseqüência da exploração pelos intermediários, uma aliança com o rei distante ou com seus agentes pareceu muitas vezes uma alternativa atraente à iminente exploração; os aldeãos apelaram, então, aos agentes reais, apresentaram suas demandas contra os senhores de terra nos tribunais reais e saudaram com alegria a redução dos privilégios urbanos. A curto prazo, muitas vezes ganharam com essas escolhas. Mas, a longo prazo, a destruição das barreiras intermediárias tornou-os mais vulneráveis à próxima etapa de exigências do estado geradas pela guerra.

O estabelecimento de exércitos permanentes recrutados entre a população nacional propiciou um forte incentivo ao governo direto. Embora, durante todo o século XVIII, continuassem a existir em alguns exércitos os soldados alugados, os governantes de regiões de coerção capitalizada – sobretudo a França, a Prússia e a Inglaterra – passaram a evitar, durante o século XVII, o engajamento indiscriminado de exércitos mercenários. Os mercenários apresentavam muitas desvantagens: não eram confiáveis quando mal pagos, recorriam ao saque e à pilhagem quando não eram vigiados de perto, causavam distúrbios disseminados na hora da desmobilização e custavam muito caro. O esforço de manutenção de exércitos em massa em época de paz, como aconteceu com Frederico Guilherme da Prússia no século XVII,

sobrepujou a capacidade da maioria dos estados de tributar as rendas essenciais, sobretudo diante da concorrência dos detentores de poder regionais. Tais circunstâncias encorajaram os governantes a instituir administrações militares domésticas permanentes e em seguida a recrutar, cooptar e influenciar. Essas etapas deixaram de lado os intermediários e abriram caminho à passagem do governo indireto ao direto.

O recrutamento doméstico de grandes exércitos permanentes reduziu grandemente os custos. Enquanto os mercenários desmobilizados tinham poucas reivindicações legítimas a fazer a alguns estados, os veteranos de uma força nacional tinham muitas, sobretudo na ocorrência de qualquer tipo de incapacidade física a serviço da nação. As famílias dos guerreiros mortos ou feridos, indistintamente, adquiriram alguns benefícios, como, por exemplo, a preferência na venda de fumo e fósforos administrada pelo estado. O acantonamento de tropas dentro da região envolvia funcionários militares e seus congêneres civis na provisão de alimento, de moradia e na manutenção da ordem pública. A saúde e a educação de todos os homens jovens, que poderiam afetar a sua eficiência militar, acabaram tornando-se obrigações governamentais. Assim, a reorganização militar introduziu uma cunha, representada pela expansão da atividade do estado, no que havia sido anteriormente esferas locais e privadas.

Numa das tentativas mais conscientes de construir um poder de estado, os governantes, durante o processo de instalação do governo direto, procuraram muitas vezes homogeneizar as suas populações. Do ponto de vista do governante, uma população lingüística, religiosa e ideologicamente homogênea apresentava o risco de estabelecer uma frente comum contra as exigências reais; mas a homogeneização encarecia a política de dividir para reinar. Todavia, a homogeneidade apresentava muitas vantagens compensatórias: dentro de uma população homogênea, era mais plausível que os cidadãos comuns se identificassem com seus governantes, a comunicação podia fazer-se com mais eficácia e uma inovação administrativa que funcionava num segmento provavelmente funcionaria também em outros. Além disso, era maior a probabilidade de que aquelas pessoas que tinham consciência de pertencerem a uma origem comum se unissem contra as ameaças externas. A Espanha, a França e outros grandes estados praticaram periodicamente a homogeneização, oferecendo às minorias religiosas – sobretudo muçulmanos e judeus – a opção entre conversão e emigração; em 1492, logo depois de completada a conquista de Granada, por exemplo, Fernando e Isabel ofereceram aos judeus espanhóis essa escolha; Portugal seguiu-lhe o exemplo em 1497. Diante desse fato, os judeus exilados da Ibéria, os *sefaradim*, estabeleceram uma diáspora comercial em todas as regiões da Europa, usando as suas conexões vigentes para criar um po-

deroso sistema de crédito e comunicação a longa distância que lhes permitiram instituir, em vários momentos dos séculos subsequentes, quase-monopólios de pedras preciosas, açúcar, especiarias e fumo (von Greyerz 1989).

A Reforma Protestante propiciou aos governantes dos estados menores uma esplêndida oportunidade de definir a distinção e homogeneidade da sua nação no tocante aos grandes impérios, sem falar da chance de cooptar o clero e seu aparelho administrativo no serviço dos objetivos reais. A Suécia deu o primeiro exemplo, colocando grandes setores da administração pública nas mãos dos pastores luteranos. (Os historiadores suecos ainda hoje tiram proveito da longa série de registros paroquianos, repletos de informação sobre educação e mudanças de residências, que a partir do século XVII esses pastores prepararam fielmente.) Além de qualquer influência possível sobre as crenças acerca da legitimidade do estado, um clero participante e uma fé comum ligados ao soberano se transformaram num poderoso instrumento de governo.

A REVOLUÇÃO FRANCESA: DO GOVERNO INDIRETO AO DIRETO

Durante o século XVIII, os estados europeus começaram a forçar a escolha entre lealdades locais e nacionais. Embora as “reformas” do Iluminismo tenham tido muitas vezes o efeito de fortalecer o governo direto, o movimento mais sensacional nessa direção foi, sem dúvida, a obra da Revolução e do Império Franceses. As ações francesas de 1789 a 1815 favoreceram a transição geral da Europa do governo indireto para o direto de duas maneiras: oferecendo um modelo de governo centralizado que outros estados imitaram, e impondo variantes desse modelo onde quer que a França fez conquistas. Mesmo que muitas das inovações da época no governo francês tenham derivado de improvisações desesperadas em resposta a ameaças de rebelião e de bancarrota, as suas formas testadas na luta persistiram muito além da Revolução e do Império.

O que aconteceu ao sistema francês de governo durante os anos revolucionários? Antes de 1789, o estado francês, a exemplo de quase todos os outros estados, governava de forma indireta no plano local, confiando principalmente na intermediação dos padres e dos nobres. A partir do final da guerra americana, os esforços do governo para arrecadar dinheiro que pudesse satisfazer as suas dívidas de guerra cristalizaram uma coalizão antigovernamental que inicialmente abrangeu os Parlamentos e outros detentores de poder, mas que mudou para uma composição mais popular à medida que se acentuou o confronto entre o regime e seus opositores (Conninell 1987, Doyle 1986, Egret 1962, Frêche 1974, Stone 1981). A evidente

vulnerabilidade do estado em 1788-89 incentivou qualquer grupo que tinha uma reivindicação ou *queixa* sufocada contra o estado, contra os seus agentes ou os seus aliados a articular as suas exigências ou a coligar-se aos outros no pedido de mudança. As revoltas rurais da primavera e verão de 1789 – o Grande Medo, as apreensões de grãos, as rebeliões contra impostos, os ataques aos senhores de terra etc. – ocorreram de forma desigual em regiões com grandes centros, agricultura comercializada e muitas estradas (Markoff 1985). A sua geografia refletiu um acerto de dívidas heterogêneo mas dirigido amplamente pelos burgueses.

Na mesma época, aqueles que, no Antigo Regime, tinham a sua sobrevivência social subordinada mais diretamente ao estado – os nobres, os detentores de cargos e o clero superior são os exemplos óbvios – de modo geral se compuseram com o rei (Dawson 1972: 334-46). Desse modo, começou a constituir-se uma situação revolucionária: dois blocos distintos que reclamavam poder e recebiam apoio de uma parte significativa da população. Com defecções expressivas dos militares em relação à coroa e com a formação de milícias devotadas à causa popular, a oposição adquiriu força própria. O bloco popular, vinculado aos membros da burguesia e muitas vezes comandado por eles, começou a adquirir algum controle sobre determinadas partes do aparelho do estado.

Os advogados, funcionários e outros burgueses que, em 1789-1790, se aposaram do aparelho do estado rapidamente desalojaram os antigos intermediários: os proprietários de terras, os funcionários senhoriais, os detentores venais de cargo, o clero e, algumas vezes, também as oligarquias municipais. “Não foi uma classe rural de *gentis-homens* do estilo inglês”, declara Lynn Hunt, “que obteve proeminência política no plano nacional ou no regional, mas milhares de profissionais da cidade que se aproveitaram da oportunidade para desenvolver carreiras políticas” (Hunt 1984: 155; ver também Hunt 1978, Vovelle 1987). No plano local, a chamada Revolução Municipal transferiu bastante poder aos inimigos dos antigos governantes; coligações patriotas baseadas em milícias, clubes e comitês revolucionários e ligadas aos ativistas parisienses substituíram as antigas municipalidades. Mesmo onde os antigos detentores do poder conseguiram sobreviver ao tumulto inicial da Revolução, as relações entre cada localidade e a capital nacional alteraram-se de forma abrupta. As “repúblicas” aldeãs dos Alpes, por exemplo, viram esboroar-se as suas antigas liberdades – inclusive a anuência pretensamente voluntária aos impostos – à medida que os estranhos os sujeitavam à nova máquina administrativa (Rosenberg 1988: 72-89). Nessa época, os revolucionários parisienses se viram diante do problema de governar sem intermediários; fizeram experiências com os comitês e milícias que haviam surgido na mobilização de 1789, mas perceberam que era difícil controlá-los a partir do centro. Mais ou menos na

mesma época, reformaram o mapa da França, transformando-o num sistema cheio de departamentos, distritos, cantões e comunas, ao mesmo tempo em que enviavam *représentants en mission* para promover a reorganização revolucionária. Instalaram o governo direto.

Além disso, dada a distribuição espacial desigual das cidades, dos comerciantes e do capital, a imposição de uma rede geográfica uniforme alterou as relações entre o poder político e o econômico das cidades, pondo as insignificantes Mende e Niort no mesmo nível administrativo que as poderosas Lyon e Bordeaux (Lepetit 1988: 200-37; Margadant 1988a, 1988b; Ozouf-Marignier 1986; Schulz 1982). Em consequência, o equilíbrio de forças nas capitais regionais alterou-se consideravelmente: nos grandes centros comerciais, onde negociantes, advogados e profissionais já se agrupavam, os funcionários de departamento (que muitas vezes provieram, de qualquer modo, dos mesmos meios) não tiveram outra opção a não ser negociar com os locais. Onde a Assembléia Nacional dividiu em departamentos regiões rurais pouco comercializadas, os administradores da Revolução eclipsaram outros residentes das novas capitais e, possivelmente, até ameaçaram usar a força quando eram recalcitrantes. Mas, nessas regiões, não contaram com os aliados burgueses que ajudaram os seus confrades a fazer a obra da Revolução em outros locais e tiveram de enfrentar os antigos intermediários que ainda comandavam um número expressivo de seguidores.

Nos grandes centros mercantis como Marseille e Lyon, a situação política era muito diferente. No conjunto, o movimento federalista, com seus protestos contra o centralismo jacobino e suas exigências de autonomia regional, enraizou-se nas cidades cujas posições comerciais superavam grandemente a sua situação administrativa. Quando se ocuparam desses obstáculos alternativos ao governo direto, os revolucionários parisienses improvisaram três sistemas de governo paralelos e às vezes conflitantes: os comitês e milícias; uma hierarquia, definida geograficamente, de funcionários e representantes eleitos; e comissários móveis do governo central. Para coligir informação e obter apoio, os três contaram extensamente com a rede pessoal existente de advogados, profissionais e comerciantes.

Quando o sistema começou a funcionar, os líderes revolucionários procuraram rotinizar o seu controle e conter a ação independente de entusiastas locais, que muitas vezes ainda ofereciam resistência. Usando tanto a cooptação quanto a repressão, aos poucos introduziram à força os comitês e milícias. A mobilização para a guerra pressionou enormemente o sistema, suscitou novas resistências e aumentou os incentivos dos líderes nacionais a instituir um sistema mais severo de controle. A partir de 1792, a administração central (que até então ainda se assemelhava grandemente à do Antigo Regime) sofreu a sua própria revolução: o quadro

de pessoal expandiu enormemente, e emergiu uma verdadeira burocracia hierárquica. No processo, os revolucionários instalaram um dos primeiros sistemas de governo direto que se formou num grande estado.

Essa alteração causou mudanças nos sistemas de tributação, justiça, obras públicas e outros mais. Consideremos o policiamento. Fora da região parisiense, o estado francês do Antigo Regime quase não contou com uma polícia especializada própria; enviava a *Maréchaussée** para perseguir os sonegadores de impostos, vagabundos e outros violadores da vontade real e vez por outra autorizava o exército a reprimir os súditos rebeldes, mas fiava-se também nas autoridades locais e regionais quando pretendia empregar a força armada contra os civis. Os revolucionários mudaram as coisas. Com respeito aos cidadãos comuns, mudaram do policiamento repressivo para o ostensivo e a coleta de informações: em vez de apenas aguardar a ocorrência de uma rebelião ou violação coletiva da lei, e depois retaliar com severidade mas seletivamente, começaram a colocar agentes em determinados lugares com a missão de antecipar e impedir a ameaça de ação coletiva popular. Durante os anos iniciais da Revolução, as forças de polícia do Antigo Regime se dissolveram de forma geral quando os comitês populares, os guardas nacionais e os tribunais revolucionários assumiram as suas atividades quotidianas. Todavia, com o Diretório, o estado concentrou a fiscalização e apreensão numa organização isolada e centralizada. Fouché de Nantes tornou-se ministro da polícia no ano VII/1799 e, daí por diante, passou a existir um ministério cujos poderes se estenderam a toda a França e aos territórios conquistados. Na época de Fouché, a França havia-se transformado num dos países mais policiados do mundo.

A guerra acelerou a passagem do governo indireto para o direto. Quase todo estado que faz guerra acha que não pode pagar esse esforço com as suas reservas acumuladas e com as rendas correntes. Quase todos os estados que fazem guerra contraem grandes empréstimos, elevam os impostos e extraem os meios de combate – inclusive homens – dos cidadãos relutantes que têm outros usos para os seus recursos. A França pré-revolucionária seguiu fielmente essas regras, a ponto de acumular dívidas que acabaram forçando a convocação dos Estados Gerais. Tampouco a Revolução rejeitou as regras: quando a França declarou guerra à Áustria em 1792, a solicitação por parte do estado de rendas e força humana provocou uma resistência tão violenta quanto a que havia insurgido no tempo do Antigo Regime. Na tentativa de vencer essa resistência, os revolucionários instituíram mais um conjunto de controles centralizados.

* *Maréchaussée*, corpo de cavaleiros encarregado outrora de velar pela segurança pública, substituído em 1790 pelos gendarmes. (N. do T.)

Os franceses usaram o seu novo sistema como um modelo para a reconstrução de outros estados. À medida que os exércitos revolucionário e imperial iam conquistando, tentavam construir em outros locais da Europa réplicas desse sistema de governo direto. O governo de Napoleão consolidou o sistema e converteu-o num instrumento confiável de governo. O sistema sobreviveu à Revolução e ao Império na França e, em alguma medida, em toda a parte; toda a Europa mudou maciçamente para o governo direto centralizado com pelo menos um mínimo de representação para os governados.

A resistência e a ação contra-revolucionária derivaram diretamente do processo pelo qual o novo estado estabeleceu o governo direto. Lembremo-nos de quantas mudanças os revolucionários introduziram num período de tempo muito pequeno. Eliminaram todas as jurisdições territoriais anteriores, consolidaram muitas paróquias antigas em comunas maiores, aboliram o dízimo e os direitos feudais, extinguíram as corporações e seus privilégios, construíram de alto a baixo um sistema administrativo e eleitoral, impuseram taxas expandidas e padronizadas através desse sistema, apropriaram-se das propriedades dos nobres emigrantes e da igreja, dissolveram as ordens monásticas, submeteram o clero ao estado e impuseram-lhe um juramento de defender a nova igreja do estado, recrutaram os jovens numa proporção inédita e demitiram os nobres e os padres do exercício automático de comando local. Tudo isso ocorreu entre 1789 e 1793.

Os regimes subseqüentes acrescentaram outras mudanças mais efêmeras, tais como o calendário revolucionário e o culto do Ente Supremo, mas a revisão geral do estado pela Revolução inicial continuou até o século XIX e converteu-se em modelo para muitos outros estados europeus. As maiores alterações se referiram ao sufocamento das milícias e comitês revolucionários locais, à restauração e compensação de algumas propriedades confiscadas e à Concordata de Napoleão com a Igreja Católica. No conjunto, essas mudanças constituíram uma substituição rápida e dramática de um sistema de governo intermediado por notáveis locais e regionais por um governo direto, uniforme e centralizado. O que é mais importante, a hierarquia do novo estado era formada em ampla medida por advogados, médicos, notários, mercadores e outros burgueses.

A exemplo das alterações pré-revolucionárias, essas mudanças fundamentais lesaram muitos interesses vigentes e abriram oportunidades a grupos que anteriormente tinham tido pouco acesso ao poder sancionado pelo estado – sobretudo a burguesia da aldeia e da pequena cidade. Em consequência, precipitaram tanto a resistência quanto as lutas pelo poder. Artois (o departamento de Pas-de-Calais) experimentou uma versão moderada da transição (Jessene 1987). Antes da Revolução, os nobres e eclesiásticos do Artois detinham quase a metade de toda a terra contra

um terço de propriedade dos camponeses. De 60 a 80% de todas as fazendas tinham menos de cinco hectares (o que significa que uma grande maioria desses proprietários de fazendas trabalhavam parte do tempo para outros) e um quarto dos chefes de família trabalhavam sobretudo como assalariados agrícolas. Taxas, dízimos, rendas e direitos feudais atingiam cerca de 30% da renda da terra arrendada no Artois, e um quinto da terra rural foi a leilão quando a Revolução se apropriou das propriedades da igreja e dos nobres. Em suma, o capitalismo agrícola estava bem adiantado por volta de 1770. *

Nessa região, os grandes arrendatários (*fermiers*) dominavam a política local, mas apenas dentro de limites estabelecidos pelos seus senhores nobres e eclesiásticos. A Revolução, ao extinguir os privilégios desses patrões, ameaçou o poder dos arrendatários. Contudo, eles sobreviveram ao desafio enquanto classe, quando não enquanto conjunto particular de indivíduos: muitos detentores de cargos perderam os seus postos durante as lutas do começo da Revolução, sobretudo quando a comunidade já estava em pendência com o seu senhor. Não obstante, foram substituídos de forma desigual pela mesma classe de arrendatários abastados. A luta dos assalariados e pequenos proprietários contra os *coqs de village** que Georges Lefebvre descobriu no Norte adjacente foi menos intensa, ou menos eficiente, no Pas-de-Calais. Embora os grandes fazendeiros, vistos com suspeita pelas autoridades nacionais, tivessem perdido, durante o Terror e novamente na época do Diretório, parte de seu domínio sobre os cargos públicos, no entanto recobriram-no mais tarde e continuaram a governar os seus poleiros até o meado do século XIX. Mais ou menos nessa época, os nobres e eclesiásticos haviam perdido grande parte de sua capacidade de conter os detentores de poder locais, mas os manufactureiros, os comerciantes e outros capitalistas haviam tomado os seus lugares. A remoção dos antigos intermediários abriu caminho para uma nova aliança entre os grandes fazendeiros e a burguesia.

Sob a liderança de Paris, a transição para o governo direto se deu *de maneira* relativamente suave no Artois. Em outros lugares, a mudança foi seguida de uma luta intensa. A carreira de Claude Javogues, agente da Revolução em seu departamento nativo do Loire, demonstra essa luta e o processo político que a suscitou (Lucas 1973). Javogues era um enorme estivador, violento e beberrão, cujos parentes próximos eram advogados, tabeliães e comerciantes em Forez, um região não muito distante a oeste de Lyon. A família estava em ascendência no século XVIII, e em 1789 Claude era um *avocat* em Montbrison, com trinta anos e muitas ligações. Em julho de 1793, a Convenção enviou esse touro burguês raivoso ao Loire e

* Em francês no texto, "galos de aldeia". Pessoa importante num lugar determinado. (N. do T.)

chamou-o de volta em fevereiro de 1794. Durante esses seis meses, Javogues contou intensamente com suas ligações existentes, concentrou-se na repressão aos inimigos da Revolução, agiu em grande parte com base na teoria de que os padres, os nobres e os ricos senhores de terra eram os inimigos, negligenciou e estropiou questões administrativas como a organização do abastecimento de alimentos e deixou atrás de si uma reputação de arbitrariedade e crueldade.

Não obstante, Javogues e seus colaboradores reorganizaram, de fato, a vida local. Ao seguirmos a sua ação no Loire, encontramos clubes, comitês de vigilância, forças armadas revolucionárias, comissários, tribunais e *représentants en mission*. Percebemos uma tentativa quase incrível de estender a ação administrativa direta do governo central à vida quotidiana do indivíduo. Reconhecemos a importância da mobilização popular contra os inimigos da Revolução – verdadeiros ou imaginários –, que se transformou numa força que substituiu os antigos intermediários. Portanto, conseguimos ter uma idéia do conflito entre dois objetivos do Terror: extirpação dos opositores da Revolução e forja dos instrumentos de trabalho da Revolução. Descobrimos mais uma vez a grande importância do controle dos alimentos, que se converteu num desafio administrativo, num ponto de contenção política e num incentivo à ação popular.

Ao contrário da antiga imagem de um povo uniforme que acolhe com prazer a chegada de uma reforma há muito aguardada, as histórias locais da Revolução deixam claro que os revolucionários da França estabeleceram o seu poder através de luta, e muitas vezes contra uma obstinada resistência popular. É verdade que a maior parte dessa resistência assumiu a forma muitas vezes da evasão, da trapaça e da sabotagem e não da rebelião aberta. Entretanto, onde as linhas de falha eram profundas, a resistência consolidou-se em contra-revolução: a formação de eficientes autoridades em substituição àquelas designadas pela Revolução. A contra-revolução aconteceu não onde todos se opunham à Revolução, mas onde diferenças irreconciliáveis separavam blocos bem-definidos de partidários e oponentes.

O Sul e o Oeste da França, mediante processos semelhantes, produziram as maiores zonas de contra-revolução sustentada (Lebrun & Dupuy 1987, Nicolas 1985, Lewis & Lucas 1983). A geografia das execuções durante o Terror fornece um quadro racional da atividade contra-revolucionária. Entre os departamentos que apresentam mais de 200 execuções contam-se: Loire Inférieure (3 548), Seine (2 639), Maine-et-Loire (1 886), Rhône (1 880), Vendée (1 616), Ille-et-Vilaine (509), Mayenne (495), Vaucluse (442), Bouches-du-Rhône (409), Pas-de-Calais (392), Var (309), Gironde (299) e Sarthe (225). Esses departamentos são responsáveis por 89% de todas as execuções durante o Terror (Greer 1935: 147). Com exceção do Seine e do Pas-de-Calais, concentraram-se no Sul, no Sudeste e,

sobretudo, no Oeste. No Sul e no Sudeste, Languedoc, Provence, Gascony e Lyonnais abrigaram insurreições militares contra a Revolução, insurreições cuja geografia correspondia estreitamente a apoio ao Federalismo (Forrest 1975; Hood 1971, 1979, Lewis 1978; Lyons 1980; Scott 1973). Os movimentos federalistas começaram na primavera de 1793, quando a expansão jacobina da guerra estrangeira – inclusive a declaração de guerra à Espanha – provocou a resistência à tributação e à conscrição, o que, por seu turno, conduziu a um maior rigor na vigilância e disciplina revolucionárias. O movimento autonomista alcançou o auge nas cidades comerciais que haviam desfrutado de extensas liberdades no Antigo Regime, sobretudo Marseille, Bordeaux, Lyon e Caen. Nestas cidades e em seus interiores, a França mergulhou numa guerra civil sangrenta.

No Oeste, as incursões de guerrilha contra as fortalezas e o pessoal republicanos perturbaram a Bretanha, o Maine e a Normandia de 1791 a 1799, enquanto uma aberta rebelião armada rebentava ao sul do Loire, em partes da Bretagne, de Anjou e de Poitou, começando no outono de 1792 e prosseguindo da mesma maneira intermitente até que Napoleão pacificou a região em 1799 (Bois 1981, Le Goff & Sutherland 1984, Martin 1987). A contra-revolução do Oeste alcançou seu ponto mais alto na primavera de 1793, quando o chamado de tropas pela República precipitou a resistência armada em grande parte do Oeste. Essa fase assistiu aos massacres de “patriotas” e “aristocratas” (como foram chamados então os partidários e opositores da Revolução), à invasão e ocupação temporária de cidades importantes como Angers e a batalhas regulares entre os exércitos dos Azuis e dos Brancos (como eram conhecidos os elementos armados dos dois partidos).

A contra-revolução do Oeste nasceu diretamente dos esforços dos funcionários revolucionários para instalar um tipo particular de governo direto na região: um governo que praticamente eliminou os nobres e os padres de suas posições de intermediários parcialmente autônomos, que levou as exigências por parte do estado de impostos, força humana e deferência à esfera das comunidades de indivíduos, bairros e famílias, que deu ao burguês da região o poder político que nunca havia tido antes. Ao procurar estender o governo do estado a toda localidade e desalojar todos os inimigos desse governo, os revolucionários franceses deram início a um processo que não cessou por vinte e cinco anos. Sob alguns aspectos, não cessou até hoje.

Nesses aspectos, graças a toda a sua ferocidade contra-revolucionária, o Oeste ajustou-se à experiência geral da França. Na França inteira, os burgueses – não os donos de grandes estabelecimentos industriais, em sua maioria, mas comerciantes, advogados, tabeliães e outros que viviam da posse e manipulação de capital – ganharam força durante o século XVIII. Por toda a França, a mobilização de 1789

conduziu à ação política números desiguais de burgueses. Quando os revolucionários de Paris e seus aliados das províncias despojaram os nobres e os padres de suas posições cruciais de agentes do governo indireto, as redes existentes de burgueses passaram a ser as conexões alternativas entre o estado e milhares de comunidades por toda a região. Por algum tempo, essas conexões assentaram-se numa vasta mobilização popular através de clubes, milícias e comitês. Contudo, aos poucos os líderes revolucionários contiveram ou mesmo suprimiram os seus parceiros turbulentos. Com tentativas e erros, e lutas, a burguesia dirigente montou um sistema de governo que se estendeu diretamente às comunidades locais e passou sobretudo por administradores que eram úteis para o escrutínio e controle orçamentário de seus superiores.

Esse processo de expansão do estado se defrontou com três enormes obstáculos. Primeiro, muitas pessoas viram nele oportunidades de promover os seus próprios interesses e acertar velhas dívidas da crise de 1789. Nesse momento, ou tentaram capitalizar a oportunidade ou viram suas esperanças bloqueadas por competição com outros atores. Segundo, o imenso esforço da guerra contra a maioria das outras potências européias ampliou a capacidade do estado pelo menos de maneira tão grave quanto o fizeram as guerras dos reis do Antigo Regime. Terceiro, em algumas regiões as bases políticas dos burgueses recém-investidos eram frágeis demais para que pudessem apoiar o trabalho de atração, contenção, inspiração, cominação, extração e mobilização desses agentes revolucionários colocados em toda a parte; na França ocorreu grande resistência às solicitações de impostos, de conscritos e de submissão à legislação moralizadora, mas, naqueles locais em que as rivalidades preexistentes formaram um bloco bem-definido de oposição à **burguesia revolucionária, ocorreu freqüentemente a guerra civil. Nesses aspectos, a transição revolucionária do governo indireto para o direto incorporou uma revolução burguesa e engendrou uma série de contra-revoluções antiburguesas.**

Fora da França, finalmente, a imposição de hierarquias administrativas de estilo francês a quase todos os locais conquistados pelo exército revolucionário e imperial conduziu a mais uma etapa da experiência, instalando o governo direto (mediado, é verdade, por vice-reis e comandantes militares) na metade da Europa. Muitos estados alemães, quando se mobilizaram contra os franceses, empreenderam também extensos programas de centralização, nacionalização e penetração (Walker 1971: 185-216). Se no final os exércitos de Napoleão foram derrotados e os estados fantoches da França entraram em colapso, a reorganização administrativa produziu um grande impacto sobre pretensos estados como a Bélgica e a Itália. Havia começado a época do governo direto.

EXPANSÃO DO ESTADO, GOVERNO DIRETO E NACIONALISMO

A expansão mais dramática da atividade não-militar do estado teve início na época da especialização militar, depois de mais ou menos 1850. Nesse período, que se estende até o passado recente, a organização militar, que era um segmento dominante e parcialmente autônomo da estrutura do estado, adotou uma posição mais subordinada, transformando-se no maior dos diversos departamentos diferenciados controlados por uma administração predominantemente civil. (Evidentemente, essa subordinação era maior na paz que na guerra, era maior na Holanda que na Espanha.) A nacionalização das forças militares no século anterior já havia impellido a maior parte dos estados europeus a negociar com as suas populações o fornecimento de conscritos, de meios de guerra e de impostos; os imensos exércitos de cidadãos, como os das Guerras Napoleônicas, suscitaram uma invasão sem precedentes das relações sociais diárias por parte do estado predatório.

No processo de instalação do governo direto, os estados europeus passaram do que podemos chamar repressão reativa para a proativa, sobretudo com relação aos inimigos em potencial fora da elite nacional. Até o século XVIII, os agentes dos estados europeus gastaram pouco tempo tentando antecipar as reivindicações populares ao estado, os movimentos rebeldes, a ação coletiva perigosa ou a disseminação de novas organizações; os seus espíões, quando os tinham, concentravam-se nos ricos e poderosos. Quando ocorria uma rebelião ou “sedição”, os governadores convocavam a força armada o mais depressa que podiam e puniam de maneira tão visível e ameaçadora quanto era possível imaginar. Reagiam, mas não através de um monitoramento permanente dos subversivos em potencial. Com a instituição do governo direto ocorreu a criação de sistemas de fiscalização e relatórios que tornaram os administradores locais e regionais responsáveis pela previsão e prevenção de movimentos que pudessem ameaçar o poder do estado ou o bem-estar de seus principais clientes. As forças de polícia nacionais penetraram as comunidades locais (ver Thibon 1987). A polícia criminal e política generalizou o emprego de dossiês, postos de escuta, relatórios rotineiros e levantamentos periódicos de quaisquer pessoas, organizações ou eventos que pudessem perturbar a “ordem pública”. O amplo desarmamento da população civil culminou no refreamento severo dos militantes e descontentes.

De forma análoga, os estados europeus começaram a monitorar o conflito industrial e as condições de trabalho, a instalar e regulamentar sistemas nacionais de educação, a organizar a ajuda aos pobres e incapacitados, a construir e manter linhas de comunicação, a impor tarifas em benefício das indústrias domésticas e dos milhares de outras atividades que no momento os europeus consideravam

atributos do poder do estado. A esfera de ação do estado ampliou-se além de seu núcleo militar, e seus cidadãos passaram a exigir dele uma gama muito maior de proteção, aplicação de justiça, produção e distribuição. Quando estenderam seus domínios muito além da mera aprovação de impostos, as legislaturas nacionais converteram-se nos alvos das reivindicações por parte de grupos bem organizados cujos interesses o estado afetou ou poderia afetar. O governo direto e a política nacional de massa se desenvolveram juntos e se fortaleceram entre si fortemente.

À medida que o governo direto se expandia por toda a Europa, o bem-estar, a cultura e as rotinas diárias dos europeus comuns passaram a depender como nunca do estado em que por acaso residiam. Internamente, os estados forcejaram por impor línguas nacionais, sistemas educacionais nacionais, serviço militar nacional e muitas outras coisas. Externamente, passaram a controlar os movimentos através das fronteiras, a usar as tarifas e taxas alfandegárias como instrumentos de política econômica e a tratar os estrangeiros como espécies distintas de pessoas merecedoras de direitos limitados e de estrita vigilância. Quando os estados investiram tanto na guerra e nos serviços públicos quanto na infra-estrutura econômica, suas economias passaram a apresentar características distintivas, que mais uma vez diferenciavam as experiências de vida em estados adjacentes.

Nesse aspecto, a vida homogeneizou-se dentro dos estados e heterogeneizou-se entre os estados. Os símbolos nacionais se cristalizaram, as línguas nacionais se padronizaram, os mercados nacionais de trabalho se organizaram. A própria guerra tornou-se uma experiência homogeneizadora, à medida que os soldados e marinheiros representavam toda a nação e a população civil sofria privações comuns e assumia responsabilidades comuns. Entre outras consequências, as características demográficas passaram a assemelhar-se dentro do mesmo estado e a diferir cada vez mais entre os estados (Watkins 1989).

Os últimos estágios de formação do estado europeu produziram ambos os fenômenos díspares que agrupamos sob o rótulo de “nacionalismo”. O vocábulo diz respeito à mobilização de populações que não têm estado próprio em torno de uma pretensão a independência política; falamos assim de nacionalismo palestinese, armênio, galês ou franco-canadense. Infelizmente, também se refere à mobilização da população de um estado já existente em torno de uma forte identificação com esse estado; assim, na Guerra das Malvinas/Falkland de 1982, falamos do conflito entre o nacionalismo argentino e o nacionalismo inglês. Nacionalismo no primeiro sentido aparece em toda a história européia, quando e onde quer que governantes de uma determinada religião ou língua conquistaram povos de outra religião ou língua. O nacionalismo no sentido de um compromisso acentuado com a estratégia internacional de estado raramente apareceu antes do século XIX, e nessa

época surgiu especialmente no calor da guerra. Tanto a homogeneização da população quanto a imposição do governo direto encorajaram essa segunda variedade de nacionalismo.

Ambos os nacionalismos se multiplicaram durante o século XIX, de modo que talvez fosse melhor inventar um termo diferente para designar os seus equivalentes anteriores a 1800. Quando as regiões de soberania fragmentada, como a Alemanha e a Itália, se consolidaram em estados nacionais de vulto e todo o mapa da Europa se cristalizou em 25 ou 30 territórios separados entre si, os dois nacionalismos incitaram-se um ao outro. Os grandes movimentos de conquista caracteristicamente deram origem a ambos os nacionalismos, quando os cidadãos de estados já existentes viram a sua independência ameaçada e membros de populações sem estado mas ligadas sentiram as possibilidades de extinção ou de nova autonomia. Quando Napoleão e os franceses se estenderam por toda a Europa, o nacionalismo de estado nacional cresceu do lado francês e do lado dos estados que a França ameaçava; mais ou menos na época em que Napoleão foi derrotado, contudo, as suas administrações imperiais haviam criado as bases de novos nacionalismos de ambos os tipos — evidentemente, russo, prussiano e inglês, mas também polonês, alemão e italiano — em grande parte da Europa.

Durante o século XX, os dois tipos de nacionalismo se haviam entrelaçado estreitamente, com um nacionalismo provocando o outro: a tentativa dos governantes de aliciar os seus súditos para a causa nacional gera resistência da parte das minorias inassimiladas, e a reivindicação de autonomia política por parte das minorias não-representadas favorece o compromisso com o estado já existente por parte daqueles que se beneficiam bastante de sua existência. Após a Segunda Guerra Mundial, quando os poderes descolonizadores começaram a mapear o resto do mundo em estados circunscritos, reconhecidos e separados entre si, o vínculo entre os dois nacionalismos se estreitou mais ainda, porque o atendimento à pretensão de um povo relativamente distinto a seu próprio estado implicava a rejeição de pelo menos uma reivindicação de outro povo a esse estado; enquanto a porta se fecha, mais pessoas tentam escapar por ela. Ao mesmo tempo, através de um pacto internacional implícito, as fronteiras dos estados existentes se tornaram menos sujeitas a alteração por guerra ou diplomacia. Mais e mais a única maneira de os nacionalismos de minoria alcançarem os seus objetivos é através da subdivisão dos estados existentes. Em anos recentes, tais estados heterogêneos, como o Líbano e a União Soviética, sentiram pungentemente a pressão em favor da subdivisão. Sob essa pressão, a União Soviética explodiu.

ENCARGOS NÃO-PLANEJADOS

A luta pelos meios de guerra produziu estruturas de estado que ninguém havia planejado criar, nem mesmo particularmente desejado. Como nenhum governante ou coligação dirigente tinha poder absoluto e como as classes estranhas à coligação dirigente sempre detinham controle diário sobre uma parcela expressiva dos recursos que os governantes extraíam para a guerra, nenhum estado conseguiu fugir à criação de alguns encargos organizacionais que os governantes teriam preferido evitar. Um segundo processo paralelo também gerou para o estado encargos não-planejados: enquanto criavam organizações ou para fazer guerra ou para extrair os recursos de guerra da sua população – não apenas exércitos e marinhas mas também escritórios de impostos, serviços alfandegários, tesouros, administrações regionais e forças armadas para desenvolver o seu trabalho entre a população civil – os governantes descobriram que as próprias organizações desenvolveram interesses, direitos, emolumentos, necessidades e demandas que exigiam atenção por parte deles próprios. Falando de Brandenburgo-Prússia, Hans Rosenberg diz que a burocracia

adquiriu um *esprit de corps* e desenvolveu uma força formidável suficiente para remodelar o sistema do governo à sua própria imagem. Restringiu a autoridade autocrática do monarca. Deixou de ser responsável perante o interesse dinástico. Conseguiu o controle da administração central e da ação política pública.

(Rosenberg 1958: vii-viii.)

Da mesma maneira, as burocracias desenvolveram por toda a Europa os seus próprios interesses e bases de poder.

A reação aos novos interesses deu origem a mais organização: lugares adequados para veteranos militares, ordens de nobreza para funcionários do estado, escolas de treinamento, tribunais e advogados que julgam privilégios oficiais, fornecedores de alimento, de moradia e de outras necessidades para os agentes do estado. A partir do século XVI, muitos estados empreenderam a própria produção daqueles materiais decisivos para a prática da guerra ou para a arrecadação de receita; numa época ou noutra, muitos estados fabricaram armas, pólvora, sal, produtos de fumo e fósforos para uma ou outra finalidade.

Um terceiro processo também agregou novos encargos ao estado. As classes que estavam fora do governo acharam que podiam transformar aquelas instituições que na origem tinham uma esfera pequena de atividades em soluções de problemas que lhes interessavam seriamente, mesmo quando esses problemas tinham pouco interesse para os funcionários do estado. No intuito de estabelecer as coligações

necessárias para o bom funcionamento de seu trabalho, os funcionários tiveram de aceitar a ampliação das instituições. Os tribunais originalmente concordaram em fazer *cumprir o mandado real segundo o qual as armas e os impostos deviam ser os veículos para o acerto de disputas privadas*, que os regimentos do exército deviam converter-se em locais adequados para abrigar os filhos incompetentes da nobreza, que os cartórios de registro criados para receber taxas em troca de certidão de documentos deviam ser os locais de negociação das questões de herança.

A história da intervenção do estado no abastecimento de alimentos ilustra de que modo três processos criaram encargos inesperados para o estado. De vez que o abastecimento urbano de alimentos continuou sendo um negócio arriscado durante séculos, os funcionários municipais é que tiveram a principal responsabilidade de fiscalizar os mercados, de procurar ofertas extras em tempos de escassez e garantir que os pobres conseguissem o suficiente para mantê-los vivos. As autoridades de Palermo, por exemplo, enfrentaram um problema particularmente sério porque os nobres nativos desdenharam o comércio, que permaneceu em grande medida nas mãos dos comerciantes estrangeiros. Durante as ameaças de fome do século XVII,

os cidadãos de Palermo tinham de portar cartões de identidade a fim de excluir os estrangeiros das filas de pão. Aqueles que tinham processos judiciais em Palermo recebiam permissão especial para entrar na cidade, mas somente se trouxessem o seu próprio alimento; todos os demais estavam sujeitos a serem excluídos mediante uma rígida vigilância e fiscalização no portão da cidade. A fabricação de massas doces algumas vezes era proibida sem exceção, ou só era vendido pão velho para diminuir o consumo. Uma polícia especial devia descobrir os estoques de trigo escondidos no campo, e para esse ofício eram preferidos os espanhóis, pois os sicilianos tinham amigos demais a favorecer e inimigos a prejudicar.

(Mack Smith 1968a: 221.)

Embora se aplicassem aos cidadãos, essas regulamentações impunham às autoridades onerosos encargos com relação ao seu cumprimento. Quando não cumpriam as suas obrigações, os funcionários municipais enfrentavam a possibilidade de rebeliões com base em coligações de seus próprios inimigos com os pobres urbanos. No conjunto, as rebeliões não ocorreram onde as pessoas sentiam mais fome, mas onde o povo via que os funcionários deixavam de aplicar os controles-padrão, toleravam os aproveitadores ou, *o que era pior, autorizavam o envio a outras praças do precioso grão local.*

As cidades da maior parte da Europa adotaram regras elaboradas que proibiam as compras de grão por atacado fora do mercado público, a recusa a vender no mercado o grão armazenado no local, e fixaram um preço para o pão que estava totalmente fora do preço corrente do comércio de grãos. Os estados que constituíram

exércitos extensos, quadros administrativos e cidades capital, por isso mesmo, multiplicaram o número de pessoas que não produziam seu próprio alimento, e aumentaram a demanda de grãos fora dos mercados regionais comuns. Assim, os funcionários regionais e nacionais do estado gastaram grande parte de seu tempo em assegurar e regulamentar o abastecimento de alimentos.

Sendo devedores dos proprietários de terras que não aceitavam com bons olhos a interferência do estado em suas operações, os estados europeus concentraram os seus controles, não na produção, mas na distribuição. Alguns estados como a Prússia e a Rússia, **que cederam** poderes enormes aos proprietários rurais e ratificaram a dominação dos camponeses por parte desses senhores de terras em troca do fornecimento pelos nobres de serviço militar e administrativo, com isso afetaram profundamente o caráter da agricultura, mas apenas de forma indireta. A redistribuição das terras da igreja por parte do estado, como na França, na Itália e na Espanha, prejudicou consideravelmente a agricultura, mas não levou os estados a supervisionar a produção como tal. Somente no século XX, quando alguns regimes socialistas assumiram a **produção agrícola** e a maioria dos regimes capitalistas intervieram na produção através da manipulação do crédito, dos preços e dos mercados, os estados se **envolveram intensamente** nessa meta de abastecimento de alimentos. Com exceção dos racionamentos em tempo de guerra e das proibições ocasionais motivadas por programas fiscais ou políticos, os estados também se mantiveram afastados do consumo. No entanto, no plano da distribuição, todos os estados europeus acabaram envolvendo-se seriamente com a alimentação.

Seguindo decididamente etapas diferentes em partes diferentes da Europa, os séculos XVI a XIX assistiram à expansão interdependente dos mercados internacionais, à ascensão do atacadista de alimentos e ao aumento do número de assalariados que dependiam do mercado de gêneros alimentícios. Desse modo, os administradores dos estados mantiveram em equilíbrio as demandas dos fazendeiros, dos comerciantes de alimentos, dos funcionários municipais, de seus próprios dependentes e dos pobres urbanos – todos os quais causaram o infortúnio do estado quando este **prejudicou** os seus **interesses particulares**. O estado e os funcionários municipais desenvolveram a teoria e a prática da polícia, nas quais a detenção e a prisão de criminosos tinham uma importância menor. Antes da proliferação, no século XIX, de forças de polícia profissionais como as conhecemos hoje, o termo Polícia referia-se à administração pública, sobretudo no plano local; a regularização do **abastecimento de alimentos** era o seu componente mais importante. O grande tratado de Nicolas de la Mare, *Traité de la Police*, publicado pela primeira vez em 1705, **engloba** essa concepção dos poderes de polícia do estado ampla mas centralizada no alimento.

Na verdade, os tratamentos do abastecimento de alimento por parte do estado variaram com a natureza do estado e de suas classes dominantes. Quando construiu um exército permanente que era muito maior em relação à sua população básica, a Prússia também criou armazéns e sistemas de abastecimento para o exército, bem como incentivos para que os grãos fluíssem para as províncias onde o exército estava concentrado; esse sistema, como quase tudo o mais no estado prussiano, dependia da cooperação dos proprietários de terra e da sujeição do campesinato. Apesar da legislação nacional intermitente sobre o assunto, a Inglaterra geralmente deixou o controle prático do abastecimento nas mãos de seus magistrados locais e somente interveio ativamente no embarque de grãos para fora ou para dentro do país inteiro; a revogação das Leis do Milho em 1846 marcou o final do longo período em que o estado restringiu a importação de grãos quando os preços não eram muito altos, portanto o período em que o estado protegeu os proprietários de terra cultivadores de grãos e seus meeiros contra a concorrência estrangeira. Na Espanha, o esforço administrativo para alimentar Madrid toda cercada de terras diminuiu a oferta de alimentos em grande parte de Castela e provavelmente retardou o desenvolvimento de mercados de grande escala em toda a Península Ibérica (Ringrose 1983).

A crescente ação do estado suscitou uma grande expansão por parte do aparelho político nacional devotado à regularização da circulação de alimentos, mesmo quando o objetivo confessado dessa política era “libertar” o comércio de grãos. Essa política, adotada crescentemente nos séculos XVIII e XIX, consistia essencialmente em fazer valer o direito dos grandes comerciantes de embarcar alimentos para aqueles locais onde poderiam alcançar preços melhores. As municipalidades, pressionadas pela legislação do estado, acabaram eliminando os antigos controles. A longo prazo, a produtividade agrícola cresceu e a distribuição melhorou o suficiente para reduzir a vulnerabilidade das cidades, dos exércitos e dos pobres à escassez de alimentos. Mas, ao longo do processo, os estados criaram quadros de pessoal especializados em alimentos, no intuito de vigiar e intervir para garantir o fluxo de suprimento para aqueles cuja ação o estado apreciava ou temia. Indiretamente, a busca do poder militar levou à intervenção nos meios de subsistência. Do mesmo modo, tentativas de adquirir homens, uniformes, armas, alojamentos e, acima de tudo, dinheiro para sustentar a atividade militar impeliu os funcionários do estado a criar estruturas administrativas que eram obrigados a fiscalizar e conservar.

As formas de representação de massa que os governantes europeus negociaram com seus súditos-agora-cidadãos, durante o século XIX, envolveram os estados em arenas totalmente novas de atividade, sobretudo com referência à

produção e à distribuição. Típicos programas políticos burgueses – eleições, parlamentos, amplo acesso aos cargos, direitos civis – tornaram-se realidade. Quando os cidadãos adquiriram direitos legítimos sobre o estado escudados por eleições parlamentares e legislação parlamentar, os mais bem organizados entre eles exigiram que o estado agisse no campo do emprego, do comércio exterior, da educação e finalmente de muitas outras coisas. Nas relações capital-trabalho os estados intervieram através da definição das greves e sindicatos trabalhistas admissíveis, do controle de ambos e da negociação ou imposição de acordos nos conflitos. No conjunto, os estados que se industrializaram tarde dedicaram uma parte maior de seu aparelho governamental – bancos, tribunais e administrações públicas – à promoção da indústria do que aqueles que saíram à frente (Berend & Ránki 1982: 59-72).

A Tabela 4.1 mostra o quanto mudaram os gastos militares. Durante todos esses anos, o quadro de pessoal do estado norueguês também se expandiu: em 1875, o governo central empregava cerca de doze mil civis, mais ou menos 2% da força de trabalho; em 1920, 54 mil (5%); em 1970, 157 mil (10% [Flora 1983: I, 228; ver também Gran 1988b: 185]). Na Noruega e outros países da Europa, a administração central, a justiça, a intervenção econômica e, sobretudo, os serviços sociais, todos aumentaram em consequência de negociação política em torno da proteção, por parte do estado, de seus clientes e cidadãos.

Tabela 4.1 Gastos do estado em relação ao PNB na Noruega, 1875-1975 (%).

Ano	Total do governo	militar	Administração, justiça	Economia, ambiente	Serviços sociais
1875	3,2	1,1	1,0	0,4	0,3
1900	5,7	1,6	1,2	1,0	1,2
1925	6,5	0,9	0,7	0,8	1,8
1950	16,8	3,3	1,4	3,9	7,4
1975	24,2	3,2	2,3	6,8	9,5

Fonte: Flora 1983: I, 418-19.

O aumento dos serviços sociais aconteceu em toda a Europa. A Tabela 4.2 cita como exemplos a Áustria, a França, o Reino Unido, a Holanda e a Alemanha, simplesmente porque Peter Flora reuniu sobre eles dados comparáveis. Nos estados que adotaram economias planejadas pelo poder central, como a União Soviética, a proporção da renda nacional devotada aos serviços sociais foi certamente muito maior. Em todos os lugares, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o estado passou a intervir na saúde, na educação, na vida e nas finanças da família.

Tabela 4.2 Gastos do estado em serviços sociais em relação ao PNB, 1900-1975 (%).

Ano*	Áustria	França	Reino Unido	Holanda	Dinamarca	"Alemanha"
1900			0,7		1,0	
1920	2,0	2,8	4,1	3,2	2,7	7,5
1940	2,3	5,1	5,3	4,4	4,8	11,1
1960	7,3	8,9	9,6	8,7	7,6	14,9
1975	10,8	9,2	15,0	17,2	24,6	20,8

* Dados aproximados.

Fonte: Flora 1983: I, 348-49.

Como sugerem os próprios números disponíveis, todas essas intervenções geraram tantos monitoramentos e relatórios que o período que vai de cerca de 1870 até 1914 tornou-se a idade de ouro da estatística, patrocinada pelo estado, sobre greves, emprego, produção econômica e muito mais. Assim, os administradores do estado tornaram-se responsáveis pela economia nacional e pela condição dos trabalhadores num grau inimaginável um século atrás. Conquanto a extensão e a sincronização dessas mudanças tenham variado violentamente de uma Rússia resistente para uma Grã-Bretanha volátil, quase todos os estados no século XIX caminharam na mesma direção.

GOVERNO MILITAR = GOVERNO CIVIL

Os processos de transformação do estado que estamos estudando produziram um resultado surpreendente: o controle civil do governo. O resultado é surpreendente porque a expansão do poder militar impulsionou os processos de formação do estado. Esquemáticamente, a transformação ocorreu nos quatro estágios do patrimonialismo, corretagem, nacionalização e especialização com que agora estamos familiarizados: primeiro, um período em que os principais detentores do poder eram militares da ativa, os quais recrutavam e comandavam os seus próprios exércitos e marinhas; segundo, o apogeu dos empresários militares e dos soldados mercenários que se alugavam aos detentores civis do poder; terceiro, a incorporação da estrutura militar ao estado com a criação de exércitos permanentes; e, finalmente, a mudança para o recrutamento em massa, as reservas organizadas e os exércitos de voluntários bem pagos recrutados essencialmente entre os próprios cidadãos do estado, o que por seu turno gerou sistemas de benefícios para veteranos, fiscalização pelo legislativo e direitos dos soldados virtuais e antigos à representação política.

Percebemos a transição do patrimonialismo para a corretagem na ascensão dos *condottieri* italianos. A mudança da corretagem para a nacionalização começa com a Guerra de Trinta Anos, que causou o apogeu e autodestruição de grandes empresários militares como Wallenstein e Tilly – que, segundo eu sei, não tem qualquer parentesco comigo. Um sinal dessa mudança aparece, em 1713-14, na eliminação dos coronéis prussianos do negócio das roupas, do qual haviam tirado belos lucros (Redlich 1965: II, 107). A *levée en masse** da França em 1793 e depois dessa data assinala a mudança da nacionalização para a especialização. Depois de 1850, generalizou-se em outros lugares da Europa. Mais ou menos no final do processo, as burocracias e legislaturas civis contiveram os militares, as obrigações legais de serviço militar estenderam-se com relativa igualdade a todas as classes sociais, a ideologia do profissionalismo militar restringiu a participação de generais e almirantes na política civil, e declinou enormemente a possibilidade de um governo militar direto ou de um golpe de estado.

Depois de 1850, durante a era da especialização, o controle civil do governo acelerou. Em termos absolutos, a atividade militar continuou a crescer em gastos e em importância, mas três tendências refrearam a sua importância relativa. Primeiro, limitado pelas exigências concorrentes da economia civil, o pessoal militar em tempo de paz estabilizou-se em proporção ao total da população, ao passo que outros setores do governo continuaram a expandir-se. Segundo, os gastos em atividades não-militares aumentou *mais depressa do que os gastos militares*. Terceiro, a produção civil acabou crescendo rapidamente o suficiente para superar a expansão militar, resultando um declínio nos gastos militares em proporção à renda nacional. A atenção do governo voltou-se cada vez mais para as atividades e gastos não-militares.

Nos mesmos estados cujos gastos sociais examinamos anteriormente, o pessoal militar flutuou em relação à população masculina de 20-44 anos de idade (ver tabela 4.3). Com variações importantes devidas a mortes na guerra e a mobilizações de guerra, nos estados da Europa Ocidental, em 1970, a proporção de soldados geralmente girava em torno de 5% da população masculina com idade de 20-44. Em 1984, a porcentagem do *total* da população no serviço militar variou como segue (Sivard 1988: 43-44):

menos de 0,5%: Islândia (0,0), Luxemburgo (0,2), Irlanda (0,4), Malta (0,3), Suíça (0,3);

* Em francês no texto, "recrutamento maciço": o chamamento de todos os homens válidos para a defesa do país. (N. do T.)

Tabela 4.3 Pessoal militar em relação à população masculina de 20-44 anos de idade, 1850-1970*.

Ano*	Áustria	França	Reino Unido	Holanda	Dinamarca	"Alemanha"
1850	14,5	6,5	4,3	5,4	10,3	4,7
1875	8,4	7,4	4,5	6,4	6,4	5,9
1900	6,9	8,8	6,6	3,6	2,8	6,3
1925	2,5	6,7	4,3	1,2	2,3	1,0
1950	?	8,4	7,6	12,7	2,3	?
1970	4,2	5,8	4,2	5,3	5,3	4,5

* As fronteiras e identidades desses estados variam consideravelmente de acordo com os azares da guerra.
 Fonte: Flora 1983: I, 251-53.

0,5 a 0,9%: Dinamarca (0,6), Alemanha Ocidental (0,8), Itália (0,9), Holanda (0,7), Noruega (0,9), Espanha (0,9), Reino Unido (0,6), Polônia (0,9), Romênia (0,8), Áustria (0,7), Suécia (0,8);

1,0 a 1,4%: Bélgica (1,1), França (1,0), Portugal (1,0), Tchecoslováquia (1,3), Alemanha Oriental (1,0), Hungria (1,0), URSS (1,4), Albânia (1,4), Finlândia (1,1), Iugoslávia (1,0);

1,5% ou mais: Grécia (2,0), Turquia (1,6), Bulgária (1,6).

Alguns estados essencialmente desmilitarizados têm agora menos de 0,5% de sua população em armas, e alguns militarizados registram acima de 1,4%, mas a maioria dos estados europeus estão situados no meio. Todos esses números – mesmo os das beligerantes Grécia e Turquia – estão muito abaixo dos 8% de sua população que a Suécia tinha em armas em seu apogeu até 1710. Além disso, com altas proporções de suas populações fisicamente capazes já em atividade e baixas proporções na agricultura, os estados europeus enfrentam agora severas limitações ao número de soldados adicionais que podem mobilizar em tempo de guerra sem necessidade de grandes reorientações em suas economias.

Nesse meio tempo, as atividades não-militares se estavam expandindo tão depressa que, apesar do grande crescimento dos orçamentos da maioria dos estados, a parcela destinada aos gastos militares diminuiu. Tomando os mesmos países de antes, vamos encontrar tendências decrescentes na parcela do orçamento destinada aos gastos militares mostrada na tabela 4.4. Em todo estado, a tendência a longo prazo conduziu a uma proporção decrescente dos gastos na atividade militar.

Na verdade, eventualmente a renda nacional aumentou mais depressa do que os gastos militares. Em 1984, a proporção do Produto Nacional Bruto destinada aos gastos militares variou mais ou menos de acordo com o número de homens em armas (Sivard 1988: 43-44):

Tabela 4.4 Porcentagem do orçamento do estado destinada aos gastos militares, 1850-1975.

Ano*	Áustria	França	Reino Unido	Holanda	Dinamarca	"Alemanha"
1850		27,4				
1875		23,2			37,8	34,0
1900		37,7	74,2	26,4	28,9	22,9
1925	7,7	27,8	19,1	15,1	14,2	4,0
1950		20,7	24,0	18,3	15,6	13,5
1975	4,9	17,9	14,7	11,3	7,4	6,4

* Os dados são muito aproximados.

Fonte: Flora 1983: I, 355-449.

menos de 2%: Islândia (0,0), Luxemburgo (0,8), Romênia (1,4), Áustria (1,2), Finlândia (1,5), Irlanda (1,8), Malta (0,9);

de 2 a 3,9%: Bélgica (3,1), Dinamarca (2,4), Alemanha Ocidental (3,3), Itália (2,7), Holanda (3,2), Noruega (2,9), Portugal (3,5), Espanha (2,4), Hungria (2,2), Polónia (2,5), Suécia (3,1), Suíça (2,2), Iugoslávia (3,7);

de 4 a 5,9%: França (4,1), Turquia (4,5), Reino Unido (5,4), Bulgária (4,0), Tchecoslováquia (4,0), Alemanha Oriental (4,9), Albânia (4,4);

6% ou mais: Grécia (7,2), URSS (11,5).

A igualdade de forças entre os Estados Unidos e a URSS ajudou a criar essa distribuição dos gastos. Em 1984, os Estados Unidos gastavam em atividade militar 6,4% de seu enorme PNB para equiparar-se aos 11,5% que a União Soviética sacava de sua economia consideravelmente menor. Não obstante, na Europa a tendência geral era de decréscimo: **proporções menores da população em armas**, parcelas menores dos orçamentos do estado destinadas aos militares, porcentagens menores da renda nacional gastas com soldados e armas. Essas mudanças foram uma consequência da contenção organizacional dos militares e no final acabaram por fortalecê-la. Em cada passo dado do patrimonialismo à corretagem, da corretagem à nacionalização e da nacionalização à especialização, então, foram criadas novas e significativas barreiras para limitar o poder autônomo dos militares.

Alguns desvios da seqüência idealizada confirmam a sua lógica. A Espanha e Portugal fugiram do controle civil do governo mediante a drenagem de receitas coloniais para uma parcela maior dos gastos militares, continuando a recrutar os oficiais entre a aristocracia espanhola e os soldados entre as classes mais pobres e mantendo os oficiais militares como representantes da coroa nas províncias e colônias (Ballbé 1983: 25-36; Sales 1974, 1986). Todos esses fatores minimizaram o tipo de negociação em torno dos meios de guerra com a população que em outros

locais estabeleceu direitos e restrições. A Espanha e Portugal também podem ter caído na "armadilha territorial": a conquista de tão grande número de possessões, com relação aos seus meios de extração, que os custos administrativos acabaram por absorver os lucros do domínio imperial (Thompson & Zuk 1986). Assim, sob alguns aspectos, a Espanha e Portugal anteciparam a situação de muitos estados contemporâneos do Terceiro Mundo em que os militares detêm o poder.

Por trás da diferenciação entre a organização civil e a militar, e da subordinação do militar ao civil, existe um problema geográfico fundamental. Na maioria das circunstâncias, a distribuição espacial da atividade do estado que favorece os objetivos militares difere enormemente da distribuição espacial que promove a produção de rendas. Enquanto um estado estiver operando num território contíguo através de conquista e tributação, a discrepância não deve ser grande; os soldados podem então servir de fiscais, administradores e cobradores de impostos. Contudo, além desse ponto, quatro interesses impelem em direções diferentes: a colocação das forças militares entre os locais prováveis de sua atividade e as suas principais fontes de suprimento; a distribuição dos funcionários do estado especializados na vigilância e controle da população civil de uma maneira que se coadune com a integridade espacial e corresponda à distribuição populacional; a divisão equitativa das atividades de arrecadação de receitas segundo a geografia do comércio, da riqueza e da renda; e, finalmente, uma distribuição das atividades resultantes de negociação em torno das receitas que se harmonize com as estruturas espaciais dos parceiros das negociações.

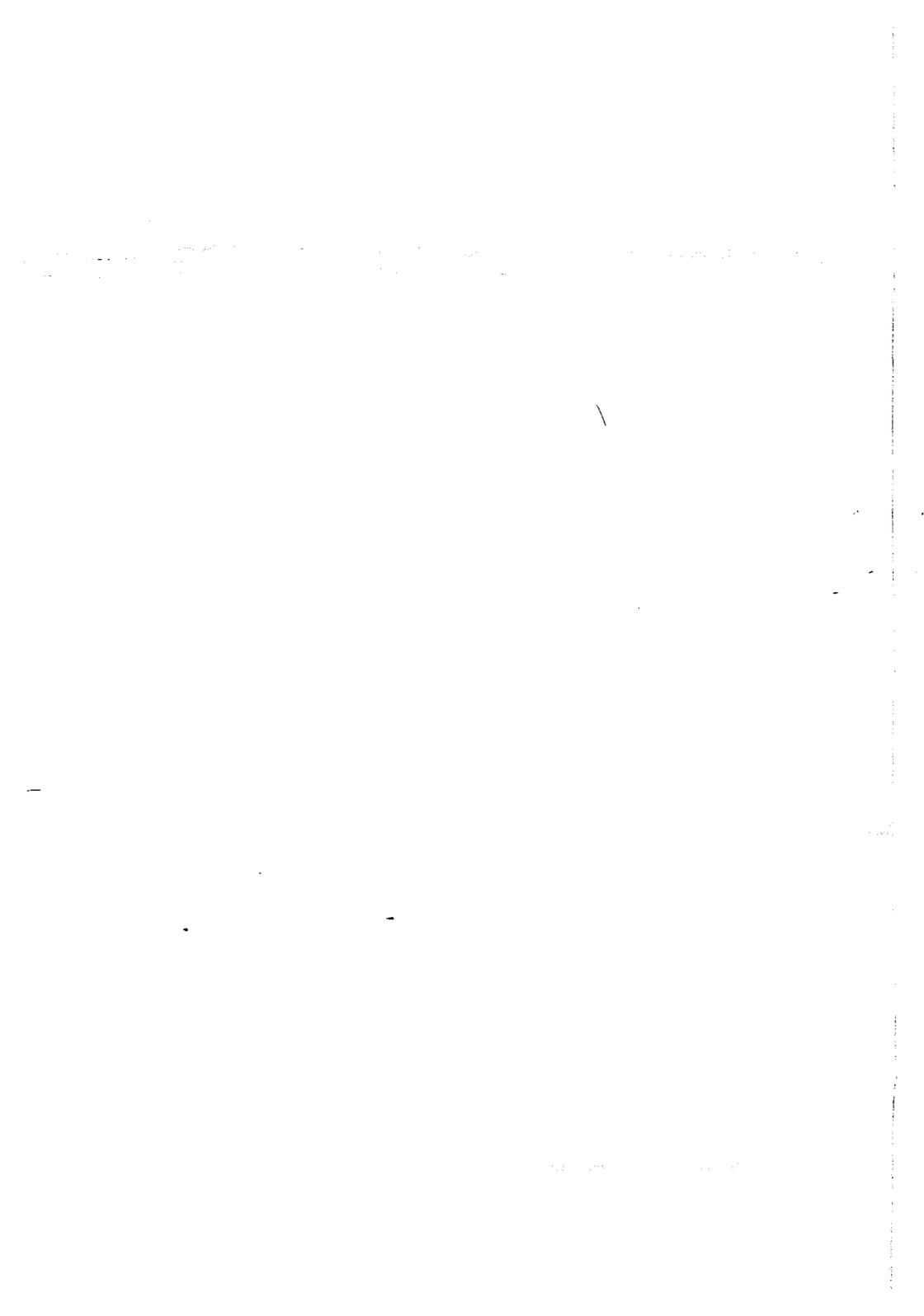
Obviamente, a geografia resultante da atividade do estado varia de acordo com a sua relação com todas essas quatro forças; as marinhas se concentram em águas profundas dentro dos limites marítimos de um estado, enquanto os serviços de correio se distribuem em estreita correspondência com o conjunto da população e os departamentos de administração central mantêm-se ligados entre si. Quanto maior for a instituição militar, quanto maior for a sua orientação para a guerra fora do próprio território do estado e mais extenso for o aparelho de extração e o controle desenvolvido para sustentá-lo, maior será a discrepância entre as suas geografias e maior será a distância entre a geografia militar ideal e uma que dê às forças armadas um controle diário substancial sobre a população civil.

A discrepância geográfica estimula a criação de organizações separadas para cada atividade, inclusive a divisão da força armada em exércitos e polícia. A distribuição das forças policiais chega a aproximar-se da geografia da população civil, ao passo que a distribuição das tropas isola-as dos civis e coloca-as onde exige a estratégia internacional. Na verdade, o modelo francês divide as forças de terra em três partes: os soldados agrupados em guarnições localizadas segundo a

conveniência administrativa e tática; os gendarmes (que permanecem sob controle militar e podem ser mobilizados em tempo de guerra) se espalham ao longo das linhas de comunicação e de setores pouco povoados do território; e a polícia estacionada nas maiores aglomerações do país. Assim, os soldados patrulham as fronteiras, protegem os locais de poder nacional, intervêm no ultramar, mas raramente tomam parte no controle do crime ou de conflitos civis.

Com exceção das auto-estradas, os gendarmes se ocupam sobretudo daqueles setores do território que são ocupados, em sua maior parte, pela propriedade privada e, por isso, gastam a maior parte do tempo em patrulhar as linhas de comunicação e atender a chamados dos civis. A polícia urbana, ao contrário, ronda os territórios dominados pelo espaço público e os locais de propriedade valiosa no âmbito desse espaço público; correspondentemente, gastam a maior parte do seu trabalho na vigilância e prisão sem a necessidade de chamado dos civis. Em última análise, alguma divisão geográfica desse tipo separa o militar do político e torna-o dependente, em termos de sobrevivência, dos civis cujas preocupações compreendem saúde fiscal, eficiência administrativa, ordem pública e a observância das negociações políticas bem como (talvez até em lugar de) eficiência militar. Essa lógica complexa afetou fortemente a diferenciação espacial dos estados europeus.

Na verdade, a discrepância era mais do que geográfica. Como vimos, as pessoas que administram a metade civil do estado têm poucas opções a não ser a de estabelecer as relações de trabalho com os capitalistas e negociar com o restante da população a cessão de recursos para expandir as atividades do estado. Na busca de receitas e de aquiescência, os funcionários criaram organizações que se distinguiram bastante da instituição militar, e para a maioria das finalidades se tornaram mais e mais independentes dela. Na Europa como um todo, esses processos não impediram o constante crescimento dos gastos militares ou mesmo que as guerras se tornassem mais destrutivas, mas refrearam o poder militar doméstico numa extensão que teria espantado um observador europeu de 990 d.C. a 1490.



LINHAGENS DO ESTADO NACIONAL

A CHINA E A EUROPA

Para G. William Skinner, a geografia social do período final da China imperial constitui a interseção de dois conjuntos de hierarquias de praça central (Skinner 1977: 275-352; ver também Wakemann 1985, Whitney 1970). O primeiro, construído totalmente de baixo para cima, emergiu da troca; suas unidades superpostas eram constituídas de áreas de mercado cada vez maiores, centradas em torno de cidades de tamanho crescente. O segundo, imposto principalmente de cima para baixo, resultou do controle imperial; *suas unidades nidificadas compreendiam uma* hierarquia de jurisdições administrativas. Abaixo do nível do *hsien*, ou município, toda cidade ocupava um lugar na hierarquia comercial e na administrativa. Abaixo desse nível, até o poderoso Império Chinês governou de forma indireta por intermédio de sua pequena nobreza. No sistema formado de cima para baixo, vamos encontrar a lógica espacial da coerção. No sistema construído de baixo para cima, a lógica espacial do capital. Já vimos duas hierarquias semelhantes em ação repetidas vezes no encontro desigual entre os estados e as cidades européias.

Em algumas regiões da China, o domínio imperial era relativamente fraco e a atividade comercial, relativamente forte; nesses locais, as cidades geralmente ocupavam posições mais altas na ordem dos mercados que na ordem imperial. Em outras partes (sobretudo na periferia do império, onde as regiões eram, caracteristicamente, valiosas para o centro mais por causa da segurança do que devido à renda), o domínio imperial elevou a cidade a uma posição mais alta do que o fez a

atividade comercial. Skinner delinea alguns correlativos críticos da posição relativa de uma cidade nas duas hierarquias; por exemplo, os administradores imperiais determinaram que aquelas cidades que ocupavam posições relativamente altas na hierarquia de mercado deviam atuar mais no comércio com redes “parapolíticas” de mercadores e outros notáveis prósperos do que fizeram as suas congêneres em áreas menos favorecidas, enquanto que as regiões que compreendiam essas principais cidades mercantis financiavam um número superior à sua cota de candidatos aos exames imperiais que conduziam às carreiras burocráticas. Muitas outras consequências decorreram dessa interação dos dois sistemas: o imposto de cima para baixo e o de baixo para cima.

De que modo a China foi diferente da Europa? Num opúsculo publicado em 1637, o jesuíta *Giuldo Aldeni* contou que seus amigos chineses lhe faziam muitas perguntas sobre a Europa: “Se existem tantos reis, como é que evitaram as guerras?” Ele relata que respondeu, engenhosa e dissimuladamente: “Os reis da Europa estão todos ligados por casamento, e por conseguinte vivem em bons termos entre si. Se houver uma guerra, o papa intervém; manda enviados para admoestar os beligerantes a que parem de lutar” (Bünger 1987: 320). Isso em meio à terrível Guerra dos Trinta Anos, que acabou levando a maioria dos estados europeus ao derramamento de sangue. A diferença é crucial: embora a China tenha vivido outrora um período de Estados Guerreiros muito parecido com a anarquia internacional da Europa, e mesmo que insurreições e invasões das fronteiras repetidas vezes tenham ameaçado o domínio imperial, na maior parte do tempo um centro único controlou grande porção do espaço chinês, uma zona inimaginavelmente grande segundo os padrões europeus. O Império foi por muito tempo a condição normal da China; quando um império declinava, outro tomava o seu lugar. Além disso, durante o século XVIII, enquanto na Europa começava a predominar um governo direto a partir de um centro único, os imperadores King impunham aos seus domínios um governo direto de alcance até mais longo; em 1726, o imperador Iong-cheng chegou a substituir os chefes de minorias étnicas no sudoeste da China por administradores de seu próprio regime (Bai 1988: 197). Na Europa, durante todo o último milênio predominou a fragmentação em múltiplos estados concorrentes.

Embora os czares russos tenham comandado, eventualmente, uma enorme expansão da Ásia, a Europa mesma nunca abrigou um império da escala da China em seus primórdios. Não obstante, depois da fragmentação dos domínios de Roma, muitos governantes tentaram construir impérios na Europa, ou estendê-los à Europa. Uma sucessão de impérios muçulmanos chegou até a Espanha e os Bálcãs, mas não foi mais adiante. Uma sucessão de impérios, bizantino, búlgaro, sérvio e otomano, algumas vezes esparramaram-se por sobre os Bálcãs e o Oriente Médio, enquanto

os mongóis e outros invasores asiáticos deixaram um legado imperial na Rússia. Nas terras centrais da Europa, Carlos Magno reuniu um império físsiparo, os normandos fizeram diversas tentativas de construir impérios e tanto um Sacro Império Romano (*de jure*) quanto um Império Habsburgo (*de facto*) fizeram sentir sua presença. No entanto, todos esses esforços imperiais estiveram longe de abranger o continente inteiro. Depois de Roma, nenhum grande setor da Europa experimentou o governo de outro império numa escala romana, muito menos chinesa.

Contudo, a Europa experimentou de sua própria maneira mais segmentada a interação dos dois processos que Skinner detecta na China: a construção de baixo para cima de hierarquias regionais baseadas no comércio e na manufatura, a imposição de cima para baixo de domínio político. As redes urbanas da Europa representavam a hierarquia do capital; compreendiam os níveis mais altos de conexões comerciais que se estendiam às cidades e aldeias, ligadas pelos *colporteurs* (etimologicamente, os que carregavam suas mercadorias nos ombros), pelos ambulantes (etimologicamente, os que andavam de lugar em lugar com as suas mercadorias) e por outros comerciantes mais prestigiosos cujo negócio era a acumulação de capital através do comércio local e regional. Quando um rei inglês ou um duque borguinhão penetrou no campo em busca de impostos e soldados, encontrou vínculos comerciais muito firmes em cuja criação ele teve uma participação muito pequena e que nunca conseguiu controlar em sua totalidade. Na verdade, as hierarquias europeias constituídas de baixo para cima permaneceram por muito tempo mais completas, ligadas e extensas do que as suas estruturas de controle político formadas de cima para baixo. Foi essa a principal razão do fracasso das muitas tentativas pós-romanas de construir impérios que abrangessem o continente.

A comparação das lutas por alimentos na Europa e na China, feita por R. Bin Wong, sugere alguns paralelos skinnerianos importantes entre as experiências dos dois continentes (Wong 1983; Wong & Perdue 1983). Apesar de diferenças significativas na estrutura, parece ser especialmente plausível que as pessoas em ambas as regiões se tenham apoderado à força de alimentos em tempo de escassez e/ou de preços altos onde e quando aumentou o fosso entre a quantidade de alimentos no mercado e o grau de controle governamental sobre a sua oferta. Os pobres que dependiam dos mercados locais para seu sustento tomaram o lugar das autoridades que já não podiam ou não queriam fazer cumprir as exigências da localidade em relação ao alimento armazenado, comercializado ou embarcado dentro de seu perímetro. Nos séculos XVIII e XIX, a China experimentou um declínio no domínio imperial quando os mercados se mantiveram constantes ou mesmo se expandiram, e a população local impediu embarques, intimidou comerciantes ou apoderou-se do grão armazenado para fazer valer os seus direitos a provisões.

De seu lado, a Europa assistiu, nos séculos XVIII e XIX, à expansão muito mais rápida da comercialização dos alimentos do que da força local dos governos: a sua população local apoderou-se de grãos para fazer valer direitos que seus funcionários não mais respeitavam (Bohstedt 1983, Charlesworth 1983, Tilly 1971). Ninguém elaborou uma geografia suficientemente ampla das apreensões de grãos na Europa para determinar se elas seguiram um padrão propriamente skinneriano. Contudo, dada a tendência assinalada de que as apreensões de grãos ocorreram em volta das principais cidades e portos, tal padrão é bastante plausível. Na China, o banditismo, a rebelião e outras formas de conflito coletivo também revelam diferenças regionais acentuadas que atestam pelo menos uma correspondência grosseira com a distribuição conjunta da atividade imperial e mercantil. A partir desse fato, poderíamos com razão procurar desigualdades geográficas semelhantes dentro da Europa. A ação coletiva popular poderia muito bem ostentar uma lógica skinneriana.

Os padrões de covariação política que Skinner descreve também têm congêneres europeus: as capitais administrativas em regiões de comércio reduzido nas quais um vice-rei exercia o poder através de um controle militar direto mas podia produzir pouca renda para o rei, os funcionários reais de categoria inferior envolvidos por senhores de terra e comerciantes prósperos com quem não tinham outra opção senão negociar. Consideremos o contraste entre a Prússia oriental, onde o aparelho administrativo do estado esmagou os comerciantes em benefício dos grandes senhores de terra, e a Prússia ocidental, onde um aparelho semelhante quase se dissolveu na atividade comercial da região. Gabriel Ardant indicou, trinta anos atrás, que a “adequação” entre o sistema fiscal e a economia regional determina o custo e eficácia das tentativas de tributação (Ardant 1965). Numa área com pequena atividade mercantil, é provável que um imposto sobre a terra com base num valor estimado e cobrado em moeda custe muito para arrecadar, atinja a população de maneira muito desigual, deixe de coletar uma boa parte da renda potencial e suscite uma resistência disseminada. Em compensação, numa área altamente comercializada, um imposto *per capita* brando gera menos receita a custos maiores que um imposto comparável destinado a adequar os locais de capital às rotas de comércio.

Por outro lado (o que Ardant não observou), com altos níveis de atividade comercial, os comerciantes muitas vezes detêm um considerável poder político e, portanto, acham-se em condição de impedir a criação de um estado que se apossará de seus haveres e limitará as suas transações. Na Europa, como já vimos, a extensão da atividade comercial afetou fortemente a viabilidade das diversas táticas usadas para construir o poder do estado. Fora de Gdansk, que prosperou com a revivescência do comércio báltico, os comerciantes poloneses foram incapazes de romper

o domínio dos grandes senhores de terra. (Ironicamente, o poder dos proprietários de terra poloneses também refreou o rei eleito da Polônia e, assim, converteu-o num suserano atraente para as cidades prussianas que tentavam fugir da tutela mais dominadora dos Cavaleiros Teutônicos.) No entanto, os comerciantes de Amsterdã, Dubrovnik, Veneza e Gênova, pontos altos na hierarquia comercial, podiam ditar os termos sob os quais qualquer estado podia operar em seus territórios. Assim, o modelo chinês de Skinner lança alguma luz sobre a geografia da formação de estado na Europa.

De fato, os capítulos anteriores traçaram um modelo da Europa que um skinneriano podia facilmente identificar. Tem três elementos:

1. um conjunto de relações sociais caracterizadas pela troca e pela acumulação de capital no qual a concentração produz cidades e a desigualdade é fruto da exploração;
2. outro conjunto de relações sociais caracterizadas pela coerção no qual a concentração produz estados e a desigualdade é consequência da dominação;
3. um conjunto de atividades realizadas pelos estados que envolvem os seus agentes na aquisição de recursos de outros.

As redes definidas pelos dois conjuntos de relações sociais se articulam de modo desigual: em algumas posições, densas concentrações de coerção encontram concentrações igualmente densas de capital, em outras intensa coerção encontra capital escasso e assim por diante. Atividades de estado semelhantes executadas em locais diferentes, portanto, funcionam de forma diferente e apresentam consequências organizacionais diferentes. Isso resume, de maneira muito abstrata, a principal mensagem deste livro até o momento.

REEXAME DOS ESTADOS E CIDADES

Lembre-mos da definição de estado: uma organização distinta que controla os principais meios concentrados de coerção dentro de um território bem definido, e em alguns aspectos exerce prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro do mesmo território. (Um estado *nacional*, portanto, estende o território em questão a múltiplas regiões adjacentes e mantém uma estrutura própria relativamente centralizada, diferenciada e autônoma.) Homens armados formam os estados por intermédio da acumulação e concentração de seus meios de coerção dentro de um determinado território, da criação de uma organização que seja distinta pelo menos em parte daquelas que comandam a produção e reprodução no território,

da apropriação, cooptação ou liquidação de outras concentrações de coerção dentro do mesmo território, da definição de fronteiras e do exercício do poder dentro dessas fronteiras. Criaram estados nacionais quando estenderam os mesmos processos a novos territórios adjacentes e elaboraram ao longo do processo uma organização centralizada, diferenciada e autônoma.

A formação e a transformação da organização do estado resultam em grande parte dos esforços de conquista, e da manutenção do domínio sobre as pessoas e a propriedade no território. Embora os formadores de estados sempre tenham em mente modelos de conquista e de domínio, e no mais das vezes sigam-nos conscientemente, é raro planejarem a construção passo-a-passo do estado criado por essas atividades. Não obstante, a sua atividade cria inevitavelmente hierarquias de controle coercivo constituídas de cima para baixo.

Ao formarem e transformarem estados, os governantes e seus agentes consomem grandes quantidades de recursos, sobretudo recursos apropriados ao uso militar: homens, armas, transporte, alimentos. A maior parte desses recursos já está inserida em outras organizações e relações sociais: famílias, propriedades, igrejas, aldeias, obrigações feudais, ligações entre vizinhos. O problema do governante é extrair dessas organizações e relações sociais os recursos essenciais, assegurando-se ao mesmo tempo de que alguém renovará e cederá recursos semelhantes no futuro. Dois fatores moldam o processo pelo qual os estados adquirem recursos, e afetam fortemente a organização que resulta do processo: o caráter da hierarquia do capital constituída de baixo para cima, e o lugar dentro dessa hierarquia de uma situação qualquer da qual os agentes do estado tentam extrair recursos.

A gama de cidades que um pretense formador de estado enfrentou na Europa foi muito grande. Recorrendo a mais um diagrama bidimensional (figura 5.1), podemos dispor as cidades de acordo com a extensão com que as suas atividades se articulam com as de suas zonas interioranas (de um vínculo superficial para um profundo) e segundo a sua posição dentro do mercado (de um mercado puramente local ou regional para um centro internacional de comércio, processamento e acumulação de capital). Assim, no século XIII, Florença, cujos comerciantes e arrendatários exerciam extenso controle sobre a terra, a produção e o comércio em seu *contado*, se qualificava muito mais como metrópole do que Gênova, uma conexão internacional que apresentava vínculos mais fracos com o seu próprio interior. No século XV, Madrid, mais fechada dentro de si mesma e de seu distrito de Castela, parecia muito mais um mercado regional do que Lisboa, cujo domínio se estendia tanto dentro quanto fora de Portugal.

Essas distinções são importantes porque afetam consideravelmente os aspectos da formação dos diferentes tipos de estado. Quanto mais alta for a posição

LINHAGENS DO ESTADO NACIONAL

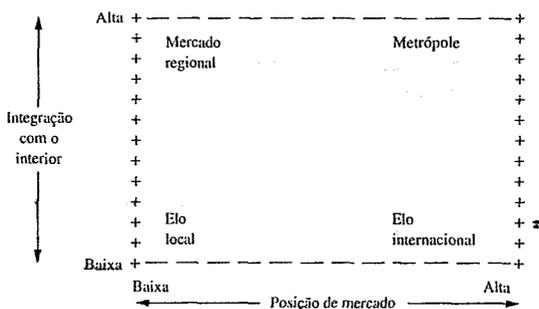


Figura 5.1 Tipos de cidades.

de uma cidade dentro do mercado, maior será a probabilidade de que alguém ao criar uma concentração de força seja forçado a negociar com os capitalistas estabelecidos nela, ou mesmo que seja um deles. Quanto maior for a sua articulação com o seu interior, menor será a probabilidade de que um grupo isolado de *proprietários de terra possa servir de contrapeso ou de inimigo da cidade em algum* processo de formação de estado. Nos primeiros anos de formação do estado europeu, uma cidade que dominasse o seu próprio interior e ocupasse uma posição no mercado internacional tinha uma grande probabilidade de constituir o seu próprio estado independente, fosse uma cidade-estado como Milão ou uma cidade-império como Veneza.

Sob as condições predominantes na Europa antes de mais ou menos 1800, nas regiões onde proliferavam cidades, o comércio internacional era intenso. Algumas das cidades ocupavam posições centrais nos mercados internacionais e o capital se acumulava e concentrava. Em tais circunstâncias, ninguém criava ou mudava um estado a não ser em estreita colaboração com os capitalistas locais. Flandres, a Renânia e o vale do Pó ilustram vividamente o princípio. As condições eram diferentes onde as cidades eram esparsas; nesses locais, o comércio internacional desempenhava um papel pequeno na vida econômica, poucas cidades (se é que algumas) ocupavam posições elevadas no mercado internacional e as taxas de acumulação ou de concentração do capital não eram tão rápidas. Nessas regiões, comumente os estados se formavam sem a colaboração ou a oposição efetiva dos capitalistas locais. Nelas reinava a coerção. A Polônia e a Hungria são os melhores exemplos. No meio, a presença de pelo menos um centro importante de acumulação de capital numa região que de outro modo seria dominada pelos proprietários de terras tornou possível uma trajetória intermediária para o estado, uma trajetória na

qual os detentores de capital e de coerção entraram em luta, mas acabaram por negociar um *modus vivendi*. Aragão e a Inglaterra fornecem exemplos desse caso.

Essas diferenças, na Europa, seguiram um padrão geográfico bem-definido. Embora as regiões costeiras contassem com um número maior de cidades, os portos fora do Mediterrâneo geralmente tinham as suas zonas interioranas pouco desenvolvidas, e eram mantidos por regiões mais amplas controladas pelos proprietários de terras. A extensa faixa urbana que se estendia mais ou menos do noroeste da península italiana até o sul da Inglaterra dominava o mapa de soberania fragmentada, a zona de força capitalista na formação do estado; quando o comércio no Atlântico Norte, no mar do Norte e no Báltico adquiriu importância, essa faixa funcionou como uma espécie de percolador, bombeando para essa região mercadoria, capital e população urbana do Mediterrâneo e dos vários Orientes a que ela estava vinculada. Grandes e poderosos estados nacionais se formaram principalmente nas franjas dessa faixa urbana, onde as cidades e seu capital eram acessíveis mas não avassaladores. Nas regiões mais distantes, os estados ocuparam territórios até maiores, mas até uma época razoavelmente tardia exerceram apenas um domínio episódico sobre as pessoas e as atividades dentro de seu perímetro.

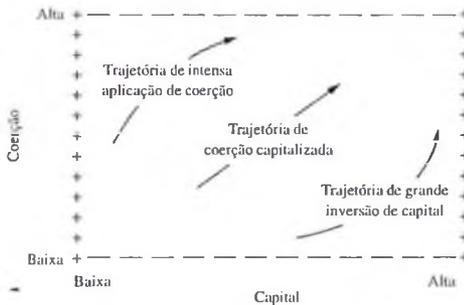


Figura 5.2 Concentração relativa de capital e coerção enquanto determinantes das trajetórias de crescimento dos estados.

Essas circunstâncias contrastantes determinaram trajetórias de mudança diferentes nos estados. Para tornar mais exequível a discussão, vamos esquematizar de novo (ver figura 5.2), reduzindo as muitas trajetórias a apenas três. O diagrama afirma que, no momento em que os homens começaram a concentrar coerção em diversas partes da Europa, a presença ou ausência relativa de capital concentrado

predisse (e até certo ponto causou) trajetórias de mudança da estrutura do estado diferentes; embora todas as regiões da Europa tenham acabado por convergir no grande estado nacional, a verdade é que os estados divergiram durante um longo período; por vários séculos, o estado coercivo, o capitalista e o de coerção capitalizada progrediram separadamente no tocante à estrutura e à ação. Apesar de toda a sua crueza, o diagrama permite estabelecer algumas distinções úteis. Nos países nórdicos, por exemplo, poderíamos esquematizar as trajetórias alternativas esboçadas na figura 5.3. Na verdade, para levar a sério o esquema, teríamos de reconhecer que, em várias épocas, a Finlândia, a Suécia, a Noruega e a Dinamarca pertenceram todas a impérios e federações dominadas por outros, que as fronteiras dos estados e possessões designados por esses nomes oscilaram consideravelmente em consequência de conquista e negociação, que, antes do meado do século XVII, a Dinamarca produziu uma coligação clássica entre poderosos nobres senhores de terra e um rei possuidor de terras e que, durante todo o tempo desde 900 d.C., em algumas décadas apenas a Finlândia desfrutou de uma existência independente das potências vizinhas. Com essas qualificações, o diagrama fornece uma oportunidade de descrever a forma como a Dinamarca iniciou o milênio como potência conquistadora pouco comercializada, depois capitalizou-se com o comércio crescente entre a Europa Ocidental e o Báltico até tornar-se muito mais próspera do que seus vizinhos, enquanto que a Finlândia continuou sendo por muito mais tempo um estado comercial atrasado, governado pela força.

Os países nórdicos criaram a sua própria variante de formação coerciva do estado. Antes do século XVII, compreendiam uma das regiões da Europa intensamente rurais. Muitas cidades foram fundadas mais sob a forma de postos avançados fortificados do poder real do que como centros comerciais significativos. Apesar

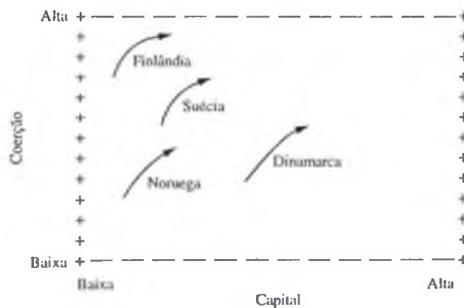


Figura 5.3 Trajetórias de formação de estado na Escandinávia.

da importância inicial de Bergen, Copenhague e outros centros comerciais como postos avançados de comércio, em 1500 nenhuma cidade da região tinha dez mil habitantes (de Vries 1984: 270). Comerciantes alemães dominaram por muito tempo o comércio escandinavo, a ponto de os conselhos da cidade e a geografia urbana se fragmentarem indistintamente em setor local e setor alemão diferentes.

O comércio escandinavo tornou-se um quase-monopólio da Hansa. As cidades hanseáticas expulsaram resolutamente os banqueiros italianos e recusaram-se a criar bancos e instituições de crédito próprios. Em vez disso, contaram com um comércio equilibrado bilateralmente, muitas vezes em espécie (Kindleberger 1984: 44). Somente com o fortalecimento do comércio báltico durante o século XVI é que começaram a aparecer na Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca concentrações significativas de capital e de população urbana. Mesmo então, os comerciantes holandeses que sucederam aos alemães administravam grande parte do comércio, do capital e da navegação. No entanto, os guerreiros da região deixaram a sua marca em muitas partes da Europa.

Nos séculos em torno de 900 d.C., os vikings e seus primos fizeram grandes conquistas fora da região Norte e freqüentemente fundaram estados dominados por guerreiros-proprietários de terras. Entretanto, em geral foram incapazes de seguir o mesmo sistema em suas pátrias. Nelas, a proeminência da silvicultura e da pesca, a rarefação do povoamento, o desproteção das fronteiras e a raridade de invasões externas se compuseram para garantir a sobrevivência dos pequenos proprietários e fixar limites à possibilidade de os guerreiros se transformarem em grandes senhores de terras. Em busca de um serviço militar seguro, os reis suecos fizeram concessões que na verdade só fizeram multiplicar os pequenos proprietários de terras. Até o século XVII, recrutavam a maioria de suas tropas por meio de variantes do mesmo sistema: os nobres (e mais tarde os camponeses ricos) habilitavam-se à isenção de impostos se servissem como cavaleiros em troca de um serviço real mal-pago, enquanto que as pessoas comuns dividiam a responsabilidade de fornecer infantas e terras para eles e suas famílias. Com exceção dos mercenários acantonados em zonas de guerra e nas províncias de fronteiras, esses arranjos se mantiveram sem grandes desembolsos de dinheiro por parte da coroa.

A Suécia e a Dinamarca mantiveram forças militares importantes por vários séculos. Sob o reinado de Gustavo Vasa (1521-60) e seus sucessores, a Suécia construiu um formidável poder militar à custa de submeter grandes setores da economia às exigências do estado. A União Escandinava, constituída pela Dinamarca, Suécia e Noruega (1397-1523), foi formada em grande parte para afirmar o poder real contra a dominação comercial dos mercadores alemães e da Liga Hanseática. Entre outras medidas, Vasa esbulhou o clero de sua propriedade e criou uma igreja pro-

testante subordinada ao estado. Gustavo Vasa, a exemplo de seus contemporâneos russos, também desenvolveu a idéia de “que toda a terra pertencia à coroa e os não-nobres que tinham a sua posse temporária só podiam esperar conservá-la enquanto cumprissem suas obrigações fiscais para com o governo” (Shennan 1974: 63). A busca de dinheiro pelo estado para pagamento da guerra numa economia em grande parte de subsistência causou a expansão da mineração e da manufatura, a criação do aparelho fiscal, o início de uma dívida nacional de grande vulto, o desrespeito às antigas assembleias representativas e o crescente envolvimento do clero (agora protestante e nacional) na manutenção de registros para a coroa (Lindegren 1985, Nilsson 1988).

A Dinamarca, mais comercial, até a Guerra dos Trinta Anos financiou os seus conflitos com as rendas das terras da coroa. Na verdade, até 1660 nenhum cidadão comum podia possuir terra na Dinamarca. A guerra entre a Suécia e a Dinamarca na década de 1640 combinou-se com a depressão econômica para precipitar uma luta pelas rendas entre a aristocracia dinamarquesa e o rei eleito. Com um golpe de estado, a coroa estabeleceu uma monarquia hereditária e limitou grandemente o poder dos nobres. Mas isso significou reduzir a cooperação da nobreza. Em consequência, a Dinamarca mudou resolutamente para a tributação, criando inclusive os pedágios lucrativos do Sund. “Enquanto que, em 1608, 67% das receitas do estado dinamarquês consistiam de renda das terras da coroa, meio século mais tarde tais receitas somavam apenas 10%” (Rystad 1983: 15). Na verdade, entre 1660 e 1675, para liquidar as suas dívidas de guerra, a monarquia vendeu a maior parte de suas terras (Ladewig Petersen 1983: 47). Assim, as despesas bélicas no século XVII causaram as principais mudanças de governo tanto na Dinamarca quanto na Suécia.

A Suécia (como a Dinamarca) alugou grandes contingentes de mercenários durante a Guerra dos Trinta Anos, mas voltou a recrutar força nacional tão logo as necessidades de tropa aumentaram no final do século XVII. Carlos XI (1672-97) engendrou o seu golpe de estado com base na retomada aos magnatas das terras da coroa que seus antecessores haviam vendido para financiar as suas guerras, e na distribuição posterior de grande parte dessas terras aos soldados extraordinários que assim tinham de prestar serviço militar em troca dos meios de subsistência. Por volta de 1708, a Suécia e a Finlândia (mais tarde uma província sueca) contavam com um efetivo de 111 mil soldados numa população total de cerca de dois milhões de pessoas (Roberts 1979: 45). A monarquia sueca tinha constante necessidade de recursos financeiros, mas conseguiu pagar as suas guerras sem ir à bancarrota mediante a exportação de cobre e ferro, a construção de sua própria indústria de armas sobre a rica base de minérios existente, e a extorsão de enormes pagamentos dos territórios que conquistou. Esse sistema de tributação funcionou muito bem

enquanto perdurou a conquista, mas entrou em colapso com o advento da paz e do governo estável.

Com o assassinato de Carlos XII (1718), a Suécia abandonou o seu ímpeto rumo ao poder imperial. Contudo, mais ou menos nessa época, a criação de uma grande força militar numa população pequena, numa economia relativamente pouco monetizada e numa burguesia exígua produziu um aparelho estatal bem grande no qual grande parte das atividades da coroa era exercida pelos burocratas civis e pelo clero. A Noruega (que até 1905 viveu sob o domínio dinamarquês, e depois sueco) e a Finlândia (que até 1809 foi uma província sueca e, depois, até 1917 um grão-ducado russo) experimentaram evoluções semelhantes apesar de suas posições de dependência e de maior periferalidade com relação aos mercados europeus. A Dinamarca, ao comandar o tráfego do Sund com os pedágios volumosos que ele gerava, ao destinar à marinha uma porção de seu esforço militar maior do que seus vizinhos, e ao construir uma agricultura para o mercado no comércio com os alemães ao sul, criou uma burguesia mais vasta e um aparelho estatal menor.

Mesmo que a sua quantidade tenha aumentado grandemente com a consolidação das propriedades depois de 1750 (Winberg 1978), os trabalhadores suecos sem terra nunca estiveram sob o domínio dos grandes proprietários rurais. Ao contrário, a burocracia do estado estendeu o seu domínio diretamente aos camponeses e trabalhadores do campo, que mantiveram um considerável poder de negociação; na verdade, na Suécia os camponeses preservaram a sua representação por meio de um Estado (*Estate*) separado dos do clero, da nobreza e da burguesia. Os estados que daí resultaram se organizaram em torno da coerção e ofereceram pouco espaço ao capital, mas não tiveram os grandes senhores territoriais com que contaram os seus vizinhos ao sul.

Portanto, em comparação com o resto da Europa, todas as regiões nórdicas se aglomeraram ao longo da trajetória de intensa coerção que conduzia ao estado. No outro extremo, as cidades-estado e as cidades-impérios comerciais da Itália seguiram um trajetória nitidamente diferente, contando com altas concentrações de capital, mas concentrando a coerção de forma menos decidida e mais temporária que seus parentes do norte da Europa. O ponto principal é: as trajetórias de mudança nos estados europeus diferiram vividamente e produziram tipos contrastantes de estado. Aqueles que seguiram a trajetória de coerção capitalizada acabaram predominando na Europa, e outros estados convergiram para as suas características. No entanto, antes dessa consolidação tardia do sistema europeu de estado, muitos outros tipos se formaram e funcionaram com bastante eficiência.

Deixem-me recordar os pontos decisivos. Interagindo entre si e envolvidos conjuntamente em guerras internacionais, os governantes de diferentes partes da

Europa propenderam para atividades semelhantes: tentaram criar e usar a capacidade de guerra em seu próprio benefício. Mas cada um o fez nas condições altamente variáveis estabelecidas pela combinação entre capital e coerção que prevalecia em seu próprio território. Combinações alternativas significaram configurações de classe diferentes, aliados e inimigos potenciais diferentes, resíduos organizacionais da atividade do estado diferentes, formas diferentes de oposição à atividade do estado, estratégias diferentes para a extração dos recursos e, portanto, níveis diferentes de eficiência nessa extração. Já que cada interação produziu novos resíduos organizacionais e novas relações sociais, a trajetória tomada por um estado até um certo momento limitou as estratégias abertas aos seus governantes além desse ponto. Por esse motivo, mesmo os estados que ocupavam posições idênticas com respeito à coerção e ao capital em momentos diferentes se comportaram de modo um pouco diverso. Não obstante, as grandes distinções separavam as três trajetórias de formação do estado: a que aplicava coerção intensa, a que investia muito capital e aquela onde a coerção era capitalizada.

TRAJETÓRIAS COERCIVAS

Examinemos a trajetória que passava por intensa aplicação de coerção. Na parte européia da URSS atual, as rotas de comércio eram fracas e careciam de capital. Em 990 d.C., o principal centro de comércio e de manufatura era Kiev, que constituía o ramal setentrional da grande faixa comercial que ligava Bizâncio à Índia, à China e ao resto do mundo civilizado; Kiev ficava também na rota de comércio norte-sul **menos importante que ligava o Báltico a Bizâncio. No ano de 988, diz a tradição, o príncipe Vladimir de Kiev havia cimentado a conexão bizantina quando aceitou ser batizado em seu ramo do Cristianismo. Os príncipes de Kiev, descendentes daqueles vikings que haviam rumado para o sul em busca de conquistas, exerciam uma soberania fraca sobre os governantes de outras cidades-estados russas e ducados regionais. Na esfera local, grande parte da terra continuava sob o domínio das comunas camponesas; como no restante da Europa Oriental, os proprietários rurais conseguiram extorquir renda dos camponeses sob a forma de direitos, laudêmios, taxas de uso e trabalho em tempo parcial em suas herdades, mas foi com dificuldade que intervieram na administração das famílias e comunidades de seus próprios pedaços de terra. A rarefação do povoamento facilitou mais ou menos aos cultivadores a fuga de patrões opressivos e a procura de refúgio nas terras de outros senhores. Os grandes senhores de terras também sofreram repetidas incursões e conquistas por parte dos povos nômades da estepe. No entanto, numa**

escala maior, os senhores de terra armados relativamente independentes dominaram a maior parte do território.

A oeste, em 990 d.C., crescia um estado polonês com a conquista de territórios pertencentes nominalmente ao Sacro Império Romano. Ele se expandia também para o leste; em 1069, seu grão-duque comandou seus exércitos até Kiev e colocou um de seus parentes no trono da Rússia. A noroeste, os estados vikings faziam periódicas tentativas de estender as suas fronteiras às terras reclamadas pela Rússia e pela Polônia. Um belicoso estado búlgaro esticava os músculos a sudoeste da Rússia. Na mesma região, os reis da Boêmia e da Hungria (este recém-coroadado) definiam igualmente as suas próprias zonas de dominação. Em torno da orla ocidental da Europa – notavelmente nas Ilhas Britânicas, na Península Ibérica e na Itália – os invasores armados que partiam continuamente da Escandinávia e do Oriente Médio comumente se apossavam de terras e criavam estados baseados na agricultura; embora esparsamente, estabeleciam-se na terra. Em compensação, quase todo o terço oriental da Europa se consolidou em estados extorquidores de tributo que reclamavam prioridade em grandes territórios mas os governavam com laços bastante frouxos, se é que os governavam.

No Leste, os conquistadores nômades ao mesmo tempo ameaçavam a hegemonia de qualquer estado de vulto e mantinham um forte investimento na existência contínua de estados agrários que pudessem explorar. Quando aumentaram bastante a sua população e adquiriram força suficiente para fixar-se como parasitas a estados existentes, alguns deles o fizeram gradativamente e formaram os seus próprios estados exploratórios. De todas essas formas, criaram o padrão leste-europeu de formação do estado para os mil anos posteriores a 500 d.C. Um após outro, rugiram fora da estepe: búlgaros, magiars, petchenegues, mongóis, turcos e muitos outros povos menores.

As invasões a partir do Sudoeste prosseguiram muito depois da passagem do milênio, alcançando o seu apogeu na década de 1230, quando os mongóis saquearam Kiev e estabeleceram hegemonia em seus territórios. Nesse momento, os mongóis estavam prestes a governar a maior parte da Eurásia, da Rússia à China. É verdade que, na maior parte de seu território, esse “governo” consistia de pouco mais que a exigência de submissão formal, a exação de tributos, a derrota dos pretendentes rivais e a prática de incursões militares ocasionais sobre súditos pouco cooperativos. Não obstante, por dois séculos, os príncipes russos pagaram tributo e homenagem à Horda de Ouro, que estabeleceram a sua capital no baixo Volga. Na realidade, os cãs da Horda habitualmente obrigavam os filhos dos príncipes russos governantes a residir na capital mongol, servindo assim de reféns às condutas de seus pais (Dewey 1988: 254).

Do século XV em diante, a freqüência e intensidade dos ataques vindos do Sudeste parece terem declinado à medida que o império mongol central entrou em colapso e os cavaleiros armados da estepe voltaram a sua atenção para os estados vulneráveis e mais ricos ao longo de seu flanco meridional. Quando os tártaros saquearam Moscou em 1571, involuntariamente marcaram o final das principais incursões à Rússia. Durante o século XVII, os mongóis zunghares realmente colaboraram com os russos na conquista da Sibéria. É bastante provável que a combinação de doença devastadora (sobretudo peste) na estepe eurasiática com a abertura européia das estradas marítimas que ofereciam alternativas viáveis à antiga estrada de caravanas da China e Índia à Europa diminuiu a ameaça da estepe aos criadores dos estados russos (McNeill 1976: 195-96).

Mais ou menos em 1400, a Europa do Vístula aos Urais se consolidava em grandes estados, que compreendiam a Lituânia, a república de Novgorod e o reino da Horda de Ouro. A noroeste, a Prússia dos Cavaleiros Teutônicos e uma Dinamarca que abrangia temporariamente a Suécia e a Noruega dominavam o Báltico. Durante a primeira metade do século XVI, os extensos grãos-ducados de Lituânia e Moscou dividiam a região situada acima da faixa de reinados muçulmanos que se estendiam desde o leste ao longo do litoral norte do mar Negro até a Hungria, Grécia e o Adriático. (Em 1569, a Lituânia uniu-se-ia à Polônia, a oeste, interpondo um imenso estado, embora fracamente governado, entre a Rússia e o resto da Europa.) O estabelecimento, no século XVI, de uma rota do mar Ártico desde a Inglaterra e a Holanda até Arkhangelsk fortificou as conexões européias do crescente estado russo.

As conquistas de Pedro, o Grande (1689-1725), e de Catarina, a Grande (1762-96), estenderam as fronteiras da Rússia definitivamente ao mar Negro e provisoriamente à Estônia, Letônia e Carélia. Esses dois soberanos intensificaram o envolvimento da Rússia na cultura e política da Europa Ocidental. O término das Guerras Napoleônicas deixou a Rússia européia dentro mais ou menos de suas fronteiras atuais, limitando-se com a Prússia, a Polônia, a Hungria e o Império Otomano. O estado otomano, ele mesmo um resultado da conquista a partir do leste, compreendia os Bálcãs e estendia-se ao oeste até tocar a faixa delgada de território austríaco que circundava o Adriático. Entre os séculos XVI e XVIII, toda a fronteira oriental da Europa se consolidou em estados que reclamaram o domínio de grandes extensões de terra. Ao mesmo tempo, o estado e a economia russas mudaram as suas orientações do sudeste para o noroeste. Comparados aos estados extorquidores de tributos dos séculos XIII e XIV, esses estados exerceram domínio significativo sobre as suas fronteiras e poder substancial sobre as populações em seu interior.

A Polónia continuou sendo, durante séculos, a exceção que provava a regra, o país em que o governante nominal nunca pôde dominar os grandes proprietários

de terras e raramente conseguiu mantê-los coesos num esforço militar sustentado e coordenado. Durante a década de 1760, quando o estado polonês ainda ocupava um território maior que o da França, o exército nacional contava apenas 16 mil homens, enquanto os nobres poloneses tinham uns 30 mil homens em armas. Isso ao mesmo tempo em que as limítrofes Rússia, Áustria e Prússia possuíam exércitos de 200 a 500 mil homens (Ratajczyk 1987: 167). À medida que se formaram exércitos em massa, o fracasso em igualar-se aos seus grandes vizinhos, ou em pelo menos aliar-se a um deles, convidou à conquista. No final do século XVIII, a Rússia, a Áustria e a Prússia engoliram setores adjacentes da Polônia, acabando por não deixar ninguém atrás de si.

A Polônia caiu presa sucessiva da Prússia, da Áustria e da Rússia no século XIX, mas, afora isso, as fronteiras européias da Rússia continuaram relativamente estáveis até a Primeira Guerra Mundial, cujo acordo final estabeleceu uma série de pequenas repúblicas, além de uma extensa Polônia, a oeste da recém-formada União Soviética. A Segunda Guerra Mundial trouxe algumas dessas repúblicas de volta ao território estadual da URSS e colocou as restantes em sua órbita. Discutir a formação do estado “russo” é, assim, seguir uma série titânica de mudanças na hegemonia e no território.

Antes do século XX, nenhum desses territórios continha uma grande concentração de cidades, e poucos se estendiam às regiões de comércio intenso do continente. Na verdade, depois de 1300, com a contração do antigo cinturão comercial que ia da China aos Bálcãs (e, portanto, de sua expansão para o norte até o Báltico) e com o bloqueio pelos mongóis predatórios do acesso ao Mediterrâneo e ao mar Negro, a rede outrora próspera de cidades que abrangia Kiev, Smolensk, Moscou e Novgorod se adelgaçou. A revivescência do comércio, no século XVI, multiplicou as cidades, mas não criou nada que se assemelhasse à densidade urbana da Europa Ocidental e mediterrânica. O estado russo tomou forma num ambiente pobre de capital.

No entanto, o ambiente era rico de coerção. Durante cinco séculos após 990 d.C., os vários estados que se desenvolveram nessa parte da Europa operaram através da conquista, alimentaram-se de tributos e governaram (a palavra é exagerada) por intermédio de magnatas regionais dotados das suas próprias bases de poder. Sob a hegemonia mongol, os príncipes amplamente independentes do Norte dividiram a sua soberania com os senhores de terras que fundiram o domínio econômico e político dos camponeses em suas jurisdições. Durante o século XVI, quando os estados mongóis entraram em colapso, as conquistas russas ao sul e a leste criaram um sistema de concessões de terra e de trabalho aos guerreiros, de trabalho forçado por parte dos camponeses, de restrições aos direitos destes de se

mudarem e de tributações para a guerra; começavam a aparecer os traços duradouros da servidão russa.

Até esse momento, os imperadores russos tentaram governar um extenso território com força insuficiente. Governaram de maneira muito direta, por intermédio de uma igreja e uma nobreza que detinham tremendos poderes e mantinham a capacidade de controlar as exigências reais. Os czares moscovitas Ivan III (o Grande, 1462-1505) e Ivan IV (o Terrível, 1533-84) começaram a estabelecer um governo mais direto mediante o solapamento do poder dos senhores de terra independentes; em seu lugar, criaram um exército e uma burocracia ligados à coroa através de concessões imperiais de terra aos seus principais oficiais e funcionários. Relata Jerome Blum,

Ivan [o Grande] e seus sucessores concentraram-se em instituir as forças militares de que necessitavam para conquistar seus príncipes irmãos, para esvaziar as ambições oligárquicas de seus próprios boiardos, para rechaçar as invasões estrangeiras e expandir o seu reino. Necessitavam de um exército *que fosse tão dependente quanto possível deles, e com cuja lealdade, portanto, podiam contar sempre. Mas careciam do dinheiro para comprar os homens e a lealdade de que precisavam. Assim, decidiram usar a terra.*

(Blum 1964: 170-1.)

Era essa a estratégia perfeita de aplicação da coerção. Como a maior parte da terra essencial pertencia a senhores armados, semi-independentes, a reorganização dos czares precipitou batalhas sangrentas contra a nobreza. Os czares venceram. No processo, os senhores de terra que desfrutavam do favor imperial obtiveram uma vantagem surpreendente sobre os seus vizinhos rebeldes: puderam contar com a força armada do governo para *fixar em suas terras um campesinato que de outro modo seria totalmente desvinculado*. Assim, a lógica da prática da guerra e formação do estado numa região de pouco capital levou os governantes a comprar os detentores de cargos com a terra expropriada. No final, os governantes da Rússia acabaram por estabelecer o princípio segundo o qual somente os servidores do estado podiam possuir terras; embora tenham sido abundantes as exceções e violações, o princípio forneceu mais um incentivo à multiplicação de cargos e à colaboração entre os funcionários e os proprietários rurais na exploração dos camponeses.

A noroeste a colocação de pequenas fazendas nas mãos dos detentores de cargo que visavam apenas lucro aumentou a pressão sobre os camponeses. Combinada com a abertura de novos territórios ao sul e a leste, essa pressão provocou um despovoamento das antigas áreas de agricultura sedentária, fato que fez crescer o incentivo para fixar os camponeses na região através de manipulação

local e decreto imperial; o chamado Código de Reunião de 1649 codificou um sistema de servidão que vinha sendo desenvolvido há dois séculos. Além disso, o trabalho escravo, sobretudo em áreas de povoamento mais recente, continuou a expandir-se no decurso dos séculos XVI e XVII. Durante o século XVIII, quando tentaram extrair renda tanto dos escravos quanto dos servos, os czares eliminaram praticamente a distinção legal entre eles. Depois de uma tentativa fracassada de tributar os camponeses individuais, Pedro, o Grande, atribuiu aos proprietários de terra a responsabilidade pelo imposto por alma, um ato que fortalecia a interdependência entre a coroa e os senhores de terra, sem falar do poder, endossado pelo estado, que os proprietários rurais detinham sobre os seus servos desafortunados. Um decreto de Pedro, em 1700, afirmava que todo escravo ou servo libertado devia apresentar-se imediatamente ao serviço militar e, se fosse recusado para o serviço, devia sujeitar-se a outro senhor. Pedro criou igualmente uma nobreza distintiva, graduada explicitamente de acordo com o serviço prestado ao czar. Num grau inimaginável na Europa Ocidental, a Rússia adquiriu uma hierarquia social definida, suportada e dominada pelo estado.

Constituída de cima para baixo, a estrutura emergente de relações sociais estava subordinada à coerção. Quando o estado russo começou a empenhar-se seriamente na guerra com seus vizinhos ocidentais fortemente armados, o esforço para extrair rendas essenciais de uma economia pouco comercializada multiplicou a estrutura de estado. Ao mesmo tempo, a conquista das terras situadas entre Moscóvia e o Império Otomano expandiu o aparelho militar, exportou a forma russa de servidão e propriedade da terra e construiu a burocracia imperial de maneira plena e maciça. Pedro, o Grande, deu início ao grande esforço para eliminar os separatismos, submeter todos os setores do império – e suas rendas – aos regulamentos moscovitas e à administração central:

A campanha de Pedro para eliminar o separatismo ucraniano era acompanhada de uma política de extração do máximo de recursos econômicos e humanos do hetmanato. Foram introduzidos pela primeira vez regulamentos sobre as rotas de comércio, os monopólios do estado, as tarifas sobre produtos estrangeiros e impostos de exploração e importação. [...] Pedro deu início também a um recrutamento maciço de cossacos, não para fazer guerra mas para executar as obras públicas imperiais: construção de canais, fortificações e, sobretudo, o projeto predileto de Pedro, a nova capital de São Petersburgo.

(Kohut 1988: 71; ver também Raeff 1983.)

Catarina, a Grande, completou a incorporação da Ucrânia quando aboliu inteiramente o hetmanato semi-independente. A mesma burocracia estendeu-se então a todas as partes do império. O desafio da guerra com a França napoleônica,

que transformou a estrutura estatal em grande parte da Europa, fortaleceu o estado russo, aumentou o seu orçamento, a tributação e o quadro de pessoal, expandiu o seu contingente militar e confinou localmente um estado profundamente coercivo.

De modo muito semelhante, o estado russo, o polonês, o húngaro, o sérvio e o brandenbúrguês se formaram com base em fortes alianças entre príncipe belicosos e senhores de terras armados, em grandes concessões de poder governamental aos nobres e à pequena nobreza, na exploração conjunta do campesinato, e restringiu o campo de ação do capital do comércio. Repetidas vezes, os líderes das forças conquistadoras que careciam de capital ofereceram a seus adeptos terras e o produto da pilhagem, com o único intuito de enfrentar o problema de conter os grandes senhores de terra guerreiros que eles acabavam criando com essa política. Os mongóis constituíam exceções porque raramente se estabeleceram para administrar as suas próprias terras e habitualmente continuaram a viver do tributo extorquido pela perpétua ameaça de uma invasão assoladora.

Embora o peso relativo da coroa e da nobreza (e, portanto, a extensão com que a guerra criou uma estrutura de estado duradoura) tenha variado consideravelmente de um estado para o outro, todos esses estados se distinguiram dos seus vizinhos europeus pela intensa subordinação à coerção bruta. Quando, no século XVI, grandes volumes de grãos da Europa Oriental começaram a fluir para o Oeste, a estrutura existente de domínio deu aos grandes senhores de terras condições de lucrar diretamente com esses embarques; usaram então o poder do estado para conter os mercadores e coagir os produtores camponeses, construindo no processo uma nova servidão. Nesse equilíbrio de poder, mesmo a extensa comercialização não edificou cidades, não criou uma classe capitalista independente, ou um estado mais semelhante aos da Europa urbana.

A experiência da Sicília curiosamente se equipara à das potências da Europa Oriental. Durante séculos, a Sicília foi um celeiro, uma fonte rica de grãos para todo o Mediterrâneo. Não obstante, os governantes árabes e normandos instituíram na ilha um sistema de aliança com os senhores de terras que estavam na ativa militar, o qual deixou às cidades e aos capitalistas um campo de ação muito pequeno. O rei Frederico II, que subiu ao poder em 1208, subordinou as cidades ao seu magnífico estado. Relata Dennis Mack Smith:

A submissão das cidades por Frederico ajudou a assegurar que nunca pudesse haver uma classe de comerciantes ou funcionários civis suficientemente independentes e vigorosos para compensar a aristocracia proprietária de terra; e essa falta de desafio à aristocracia seria depois um fator fundamental para o declínio político, cultural e econômico da Sicília. Onde quer que fraquejou o governo forte, foram os nobres e não as cidades locais que preenche-

ram o vácuo de poder. Foram, portanto, as cidades estrangeiras – Pisa, Gênova, Veneza, Amalfi, Lucca – que dominaram o comércio siciliano.

(Mack Smith 1968a: 56.)

Esse domínio externo sobre o comércio persistiu por seis séculos, com uma consequência: uma Sicília de agricultura rica continuou pobre de capital e sujeita a uma dominação coerciva.

Começamos a perceber um padrão de uniformidade e variação entre trajetórias de formação do estado que empregam intensa coerção. Todas as regiões da Europa de intensa coerção principiaram com alguma combinação de duas condições: (1) um esforço maior para expulsar uma potência extorquidora de tributos, (2) poucas cidades e pequena concentração de capital. A expulsão dos extorquidores de tributos teve uma importância relativamente pequena nos países nórdicos, a extensão das cidades e do capital foi maior na Península Ibérica e na Sicília do que na Europa Oriental e Setentrional. Mas, em toda a parte, a combinação estimulou uma estratégia de conquista em que os senhores territoriais simultaneamente se aliavam contra os inimigos comuns e lutavam entre si por prioridade dentro de seu próprio território, com o resultado de que o senhor dirigente cedia domínio sobre a terra e o trabalho a seus camaradas em troca de assistência militar. No conjunto, essa estratégia deixou pouco espaço para uma burguesia autônoma, portanto para a acumulação e concentração de capital fora do estado.

Começaram aí as diferenças. Em algumas regiões (Polônia e Hungria são os exemplos óbvios) os nobres guerreiros detinham grande poder, inclusive a capacidade de instalar e depor reis. Em outros (a Suécia e a Rússia são os casos em questão) um poder isolado esforçou-se por estabelecer prioridade mediante a construção de uma burocracia estatal que proporcionou aos nobres e ao clero grandes privilégios em relação à população comum, mas lhes consignou o serviço do estado. Em outros ainda (vêm à mente Sicília e Castela), uma nobreza cujos membros mais ricos e mais poderosos viviam na capital dos rendimentos tirados de fazendas distantes e das rendas do estado coexistiu com funcionários do estado que controlavam as províncias e contavam com os padres e os nobres locais para fazer cumprir a vontade real. A grande divisão, portanto, separou a primeira variante das outras duas – aqueles estados em que os proprietários de terras armados e rivais mantiveram por muito tempo sua superioridade foram separados daqueles em que um deles logo estabeleceu supremacia sobre todos os outros. Em todas elas, os estados cresceram carentes de capital, trocaram privilégios assegurados pelo estado por força armada nacional e confiaram intensamente na coerção para obter aquiescência às exigências reais.

TRAJETÓRIAS CAPITALISTAS

Que contraste com os estados de Flandres ou com o norte da Itália! Consideremos o Adriático superior, a região costeira que vai de Ravena a Trieste. Durante séculos, Veneza dominou a região não só econômica mas também politicamente. Mas, ao sul, as potências rivais lutavam pelo domínio da região costeira. Ravena, por exemplo, depois de ter sido residência dos imperadores romano e gótico, atravessou o milênio sob a forma de república, caiu sob a dominação veneziana durante os séculos XIV e XV, e a partir de então até o Risorgimento fez parte dos domínios do papa. A oeste, uma região de múltiplas cidades-estado sucumbiu, no século XIV, às conquistas de Veneza, dando à cidade-império uma fronteira comum com a Lombardia, que primeiramente era um estado independente e depois uma possessão, sucessivamente, da Espanha, da Áustria e da Itália unificada. Ao norte, o Sacro Império Romano e seus estados sucessores sempre se agigantaram e, às vezes, defenderam a costa. A leste, um império após outro surgiu e avançou rumo ao Adriático. No ano de 990, o Império Bizantino exercia um domínio nominal sobre a Dalmácia e a região veneziana, enquanto um império “romano” irreal, estabelecido na Europa Central, reclamava soberania sobre as áreas adjacentes da Itália.

Para simplificar uma estória muito complicada, concentremo-nos em Veneza e observemos apenas as interações da cidade com todas essas potências concorrentes. Examinaremos: a interação entre concentrações substanciais e crescentes de capital e concentrações fracas e fragmentadas de coerção; a profunda influência dos capitalistas sobre qualquer tentativa de criar um poder coercivo autônomo; a emergência de um *estado marítimo insinuante, eficiente, rapaz e voltado para a proteção*; o enclausuramento eventual desse estado por potências maiores baseadas na terra; em suma, a quintessência da formação de estado ligada a grande inversão de capital.

A invasão lombarda da Itália (568 d.C.) havia transformado uma dispersão de barqueiros e produtores de sal num conjunto de povoações de refugiados com fortes vínculos com a Itália continental. Veneza continuou fazendo parte nominal do Império Bizantino, enquanto que os lombardos e depois os francos se apoderaram de grande porção do território próximo. Até 990 d.C., quando o Império Bizantino atingiu seu auge, Veneza serviu principalmente de estação de transferência de produtos despachados para a Itália do Norte por mercadores dentro do sistema bizantino; a cidade enviou seus próprios comerciantes a Pádua e a outros mercados do interior, trocando sal, peixe e bens preciosos do leste por grãos e outras necessidades. Todavia, quando se voltaram para o mar, os comerciantes venezianos

acrescentaram às suas mercadorias escravos e tábuas. Também estenderam a influência comercial e política da cidade a grande parte do Adriático.

No Mediterrâneo dessa época, os limites à construção de navios e à navegação significavam que os navios ficavam presos às costas, seguiam um número bem pequeno de rotas determinadas por ventos, correntes e recifes, aportavam freqüentemente para tomar água e outras provisões, escapavam dos corsários com dificuldade quando os encontravam e, quando viajavam a grandes distâncias, somente conseguiam transportar produtos valiosos (Pryor 1988). Nenhum estado conseguiu transformar-se numa grande potência marítima sem obter extensos privilégios em muitos portos fora de seu território natal. Os estados que conseguiram controlar muitos portos obtiveram deles um triplo retorno: acesso às longas rotas de comércio, negócios nesses portos e o seu uso como bases de corsários para pilhar o comércio de outras potências. Durante algum tempo, Veneza satisfaz tais condições e se converteu na maior potência marítima do Mediterrâneo. Contribuiu fortemente para que os estados cristãos libertassem do domínio muçulmano importantes linhas costeiras, o que teve início no século X e não refluíu até os avanços turcos do século XIV. Somente a consolidação do poder otomano nos séculos XV e XVI comprometeu seriamente a dominação ocidental das costas do Mediterrâneo (Pryor 1988: 172-78).

Durante o século XI, a frota de Veneza começou a fazer o seu comércio no Mediterrâneo e a combater os rivais pelo controle do Adriático – dálmatas, húngaros, sarracenos e normandos. As forças venezianas anexaram a Dalmácia em 990, mas por volta de 1100 perderam-na para o estado húngaro que se expandia; por cinco séculos depois, dominaram a atividade comercial da Dalmácia, mas sofreram altos e baixos em seu domínio político em função da expansão e contração dos estados territoriais a leste. Por terem colaborado com o Imperador Bizantino em guerras contra os seus inimigos, foram aquinhoados com excepcionais privilégios no império, inclusive um bairro próprio em Constantinopla (1082). A exemplo dos mercadores hanseáticos na Escandinávia e na Alemanha do Norte, os comerciantes venezianos chegaram a controlar um grande setor do comércio de longa cabotagem de Bizâncio. Durante o século XII, expandiram o seu campo de ação a todo o Mediterrâneo oriental, mesclando proveitosamente comércio, pirataria, conquista e participação nas cruzadas. Como a própria prática da cruzada envolvia comércio, pirataria e conquista, as atividades complementavam-se entre si. Por volta de 1102, Veneza possuía o seu próprio bairro comercial em Sídon; em 1123 havia estabelecido também uma base em Tiro.

Em 1203 e 1204, Veneza obteve o retorno de sua estratégia combinada, quando um doge astuto desviou uma cruzada para Constantinopla e desferiu um

golpe de morte no Império Bizantino. Os cavalos de bronze de San Marco, capturados em Constantinopla, ainda representam monumentos a esse *tour de force*. Veneza terminou controlando grandes porções (legalmente, três oitavos) do império no final. Então, a cidade assegurou feudos nas ilhas gregas aos membros de suas grandes famílias, sob a condição de que mantivessem abertas as rotas de comércio.

Durante todo esse período de conquista, os interesses comerciais de Veneza reinaram supremos. As famílias dirigentes da cidade eram formadas de comerciantes e banqueiros, o conselho governante da cidade representava as principais famílias, o doge era escolhido no mesmo patriciado, as forças militares eram recrutadas na própria população e as políticas diplomáticas e militares favoreciam o estabelecimento de monopólios comerciais, proteção para seus comerciantes e canalização do comércio através de Veneza mais do que a criação de um território imperial. Tão logo consolidaram a sua posição superior, as autoridades venezianas relutaram em tolerar a pirataria e em conceder autorização a corsários, uma vez que ambos poderiam ameaçar o seu investimento num comércio pacífico.

A dominação marítima da cidade, por sua vez, abriu novas oportunidades de lucro no transporte seguro de produtos e pessoas. Os donos de navios de Veneza ficaram ricos com o transporte de **cruzados**, e **depois** peregrinos, para a Terra Santa. Os custos de fretes no transporte dos cruzados para Constantinopla, em 1203, “alcançaram cerca de duas vezes a renda anual do rei da Inglaterra” (Scammell 1981: 108). Além disso, em troca de todo esse serviço prestado aos cruzados e peregrinos, os governantes venezianos não hesitaram em negociar com os inimigos da Cristandade. Depois que Trípoli (1289) e Acre (1291) caíram sob o domínio dos turcos otomanos, por exemplo, Veneza imediatamente negociou um tratado com estes para manter seus direitos *comerciais antigos*.

Dentro do Adriático, as cidades rivais foram incapazes de enfrentar Veneza sem a ajuda de potências territoriais. Trieste e Ragusa, por exemplo, também foram cidades comerciais que gozaram de certa independência, mas não conseguiram conter Veneza sem ajuda externa. Veneza conquistou Trieste em 1203 e manteve o porto em incômoda servidão por mais de um século. Durante a rebelião fracassada de Trieste em 1368, o duque Leopoldo da Áustria, um velho inimigo de Veneza que cobiçava uma abertura para o Adriático, enviou uma força de socorro. Em 1382, Trieste conseguiu colocar-se sob a suserania de Leopoldo; então Trieste permaneceu austríaca (na verdade, continuou sendo o principal porto da Áustria) até o século XX.

Ragusa/Dubrovnik seguiu uma estratégia bastante semelhante. Ragusa viveu até 1358 sob a suserania nominal de Veneza, porém manteve relativa independência antes dessa época por cultivar boas relações com os reinos vizinhos da Sérvia e da

Bósnia, em cujo comércio os seus homens de negócio desempenharam um papel predominante. O estado húngaro em expansão expulsou Veneza da Dalmácia na década de 1350 e concedeu a Ragusa uma posição quase independente na periferia de seu império. Quando os turcos otomanos conquistaram os Bálcãs na década de 1460, os patrícios-mercadores de Ragusa tentaram negociar arranjos similares com os novos governantes muçulmanos. Protegidos da conquista italiana por seus sucessivos protetores e com a garantia de grande autonomia dentro do império eslavo e otomano devido à sua posição política, Ragusa funcionou como uma cidade-estado essencialmente independente até a invasão napoleônica de 1808.

Embora as cidades italianas que tinham suas linhas de abastecimento dominadas por Veneza e as cidades dálmatas sobre as quais Veneza exercia domínio direto tenham lutado continuamente para conter a hegemonia veneziana, Veneza competiu pelo poder marítimo mais diretamente com Gênova, uma cidade-estado semelhante que dominou os oceanos. No final do século XIII, Gênova se expandiu até o Mediterrâneo ocidental e ultrapassou Gibraltar ao longo da costa atlântica do mesmo modo que Veneza penetrou no Mediterrâneo oriental e no mar Negro; mas Gênova estendeu-se com mais eficiência para o leste do que Veneza para o oeste; as duas potências entraram em conflito principalmente nos pontos de encontro de suas zonas marítimas. O domínio genovês do mar Negro no final do século XIII bloqueou o acesso veneziano ao comércio lucrativo que lhe permitia passar de Trebizonda a China através do território defendido pelos mongóis. Contudo, quando as forças venezianas bloquearam e capturaram a frota genovesa na laguna Chioggia (1380), Veneza manteve prioridade no leste.

Depois da passagem do milênio, quando o comércio de Veneza no Adriático e no Mediterrâneo oriental se desenvolveu ainda mais, a cidade chegou a ter uma das maiores populações da Europa: 80 mil ou mais em 1200, 120 mil mais ou menos em 1300. Embora a Morte Negra (introduzida na Itália pelas galeras genovesas em retorno de Caffa) tenha matado cerca da metade da população da cidade em 1347, 1348 e 1349, o número de habitantes oscilou em torno dos 120 mil nos séculos seguintes, na realidade até os dias de hoje. A partir do século XIII, a manufatura e o comércio substituíram a atividade marítima que até então predominara na cidade. Mas Veneza continuou sendo um elo decisivo no comércio marítimo e uma grande potência na política marítima. Seu império se estendeu, por exemplo, a Chipre até 1573 e a Creta até 1669. As forças da cidade lutaram para manter o acesso às oportunidades comerciais e lutaram para afastar os rivais como Gênova. Mais do que qualquer outra coisa, seus governantes ficaram famosos graças à capacidade de travar batalhas pequenas e vitoriosas no mar a custo relativamente baixo para os comerciantes, banqueiros e manufatureiros da cidade.

A natureza do comércio veneziano facilitou a criação de um estado excepcionalmente flexível e predatório. Ao contrário dos holandeses, que adquiriram as suas riquezas no transporte de produtos a granel como grãos, sal e vinho, os venezianos se concentraram em artigos de luxo de alto preço: especiarias, sedas e escravos. O que é mais importante, carregaram freqüentemente grandes quantidades de ouro e prata em barras, o chamado *bullion*. Eficiência, monopólio e proteção militar contra os saqueadores, portanto, foram fatores decisivos para o seu sucesso. Observa G. V. Scammell,

mesmo que outras potências imperiais possam ter dedicado grande parte de suas energias e recursos à defesa de algum monopólio particular, com nenhum outro exceto Veneza a sua administração e proteção se tornaram realmente o propósito total de sua existência, com o estado fornecendo os navios para o seu funcionamento e uma marinha e império para a sua salvaguarda.

(Scammell 1981: 116.)

Tal tipo de estado fez tão poucas guerras quantas foram possíveis, mas praticou essa guerra de modo impiedoso.

Os doges, particularmente, tiveram responsabilidade na guerra. Os primeiros doges haviam sido servidores do Império Bizantino. Quando Veneza se tornou independente do império, os doges passaram a atuar crescentemente como príncipes eleitos mas doravante soberanos, agindo sem consulta formal à comunidade e designando seus sucessores dentro de suas próprias dinastias. Contudo, com o crescimento da cidade depois de 990 d.C., Veneza adotou cada vez mais a oligarquia formal. Uma assembléia geral, **em que as grandes famílias tinham um papel preponderante**, elegia o doge. Esse era obrigado a consultar um conselho que, na teoria, representava a Comuna formada por todos os núcleos habitacionais das lagunas e, na prática, falava pelas grandes famílias no núcleo central. Como aconteceu muitas vezes, um conselho formal tomou forma quando um pretense soberano enfrentou um grupo de interesses bem-definidos e desiguais cujo apoio ele não podia comandar. Com o tempo, o grande conselho tornou-se mais e mais exclusivo; em 1297, a participação no conselho passou a ser essencialmente hereditária. Em 1300 e 1310, o conselho rechaçou as rebeliões populares contra a exclusão dos não-patrcios de suas deliberações. Desse momento em diante, os membros da oligarquia lutaram pela preeminência dentro da cidade, mas nunca renunciaram ao domínio coletivo sobre o seu destino.

Na verdade, mais do que um único conselho dirigente, as lutas sucessivas pelo poder produziram uma hierarquia variável de conselhos, desde os próprios

conselheiros do doge à assembléia geral de todos os habitantes, a qual se limitava a ratificar as decisões de seus membros mais proeminentes. Por outro lado, Veneza não secretava nenhuma burocracia; comitês eleitos e servidores pessoais dos funcionários faziam a maior parte da obra governamental. Em 1200 mais ou menos, o doge havia-se transformado mais no funcionário executivo da oligarquia do que num autocrata escolhido por aclamação popular. Em consequência, os capitalistas comerciantes dominavam a política – doméstica e estrangeira – do estado veneziano.

Se os interesses comerciais guiaram Veneza, o estado por sua vez regulou a atividade comercial de seus cidadãos. Conforme observa Daniel Waley,

Era provável que o viajante veneziano que fosse ao Levante a negócios viajasse numa galera construída pelo estado, comandada por um capitão escolhido pelo estado, dentro de um comboio organizado pelo estado e, quando atingia Alexandria ou Acre, poderia muito bem receber ordens para juntar-se a outros venezianos numa compra conjunta, organizada pelo estado, de algodão ou pimenta. A vantagem do último sistema era que os preços deviam ser mantidos mais baixos se os venezianos não concorressem entre si. O sistema de comboio para viagens mais longas remonta pelo menos ao século XII. Por volta do século XIII, os arranjos rotineiros permitiam dois comboios de galeras por ano para o Mediterrâneo oriental e, no começo do século XIV, houve também embarques anuais para Inglaterra e Flandres, para a África do Norte (“Barbária”) e para Aigues-Mortes (junto à foz do Ródano). O arsenal, o pátio do estado para a construção de navios, data do começo do século XIII e os materiais aí usados costumavam ser adquiridos diretamente pela república veneziana.

(Waley 1969: 96.)

O estado, comitê executivo da burguesia, assumiu seriamente as suas responsabilidades.

No entanto, o estado veneziano nunca foi muito grande. O sistema fiscal se adaptou a um governo fraco. Em 1184, por exemplo, Veneza instituiu um monopólio sobre a produção e venda de sal da laguna de Chioggia; embora tal monopólio tenha estimulado um contrabando e fraude insignificantes, produziu também rendas substanciais sem uma mão-de-obra avultada. A partir do século XIII, a comuna estabeleceu um débito com base em recursos públicos. O Monte Vecchio e os outros Monti que lhe sucederam, os títulos que representavam esse débito, acabaram tornando-se um investimento predileto em Veneza e em outros locais. A cidade fez empréstimos para financiar as guerras, depois passou a confiar nas taxas alfandegárias e nos impostos sobre o consumo para pagá-los. As grandes confrarias rituais e beneficentes, as Scuole Grandi, emprestaram somas vultosas ao estado (Pullan 1971: 138). Como podia tomar empréstimos a seus próprios comerciantes e tributar a circulação através de uma economia grandemente comercializada, o estado criou pouca organização nova para as suas finanças.

O século XIV envolveu Veneza de modo mais enfático na guerra terrestre e construiu paralelamente a estrutura de estado. Quando as cidades-estado do norte da Itália começaram a expandir os seus territórios, passaram a ameaçar não só as fontes venezianas de provisões industriais no continente como também o acesso de seus comerciantes às rotas de comércio vitais através dos Alpes. Os venezianos iniciaram dois jogos fatídicos: a conquista no continente e alianças variáveis com outras potências da Itália do Norte. No final do século, quando as potências transalpinas começavam a fazer incursões sérias à Itália do Norte, Veneza organizou coligações contra a França e aliou-se a potências como o rei de Castela e o imperador alemão. Uma série de embaixadores permanentes invadiram as principais cortes da Europa. O avanço dos turcos em torno do Mediterrâneo oriental, e mesmo até a Itália, ao mesmo tempo impeliu a cidade para a guerra naval em expansão.

A escala expandida da guerra provocou mudanças na organização da cidade para a guerra. No começo, Veneza confiava a prática da guerra aos estranhos, os *condottieri*, que empregavam mercenários em grande quantidade. O governo equilibrava a influência do *condottiere* com o envio de comissários patrícios, os *provveditori*, que tinham bastante poder sobre as provisões, o pagamento e algumas vezes sobre a própria estratégia militar (Hale 1979). Não muito tempo depois, a cidade recorreu ao alistamento em seus territórios submetidos e na própria Veneza, onde as guildas de artesãos e lojistas receberam cotas de remadores para as galeras de guerra. No decorrer do século XV, Veneza passou a obrigar que convictos e presos equipassem as suas galeras; no processo, as galeras mudaram da trirreme, que necessitava de três remadores hábeis, cada um com seu próprio remo, em cada banco, para o navio com um remo único e grande por banco, no qual mesmo os prisioneiros inábeis, relutantes e algemados podiam apoiar o seu peso. Havia passado há muito a época da força totalmente voluntária.

A dilatação da campanha e o abandono dos soldados-cidadãos trouxeram novos encargos financeiros para a cidade. Mais ou menos no final do século XIV, Veneza estava extorquindo empréstimos compulsórios, impostos sobre a renda e taxas sobre a propriedade direta para pagar as suas dívidas de guerra. Não obstante, esses esforços excepcionais não construíram uma burocracia extensa ou permanente; numa economia altamente comercializada, funcionários eleitos e um pequeno corpo profissional de amanuenses e secretários administravam as contas da cidade sem um grande quadro de pessoal. O estado dividiu muitas responsabilidades com seus cidadãos, como quando solicitou às Scuole Grandi que levantassem por conta própria segmentos de uma frota de guerra (Pullan 1971: 147-56; Lane 1973b: 163). Tampouco as obrigações financeiras sobrecarregaram o aparelho fiscal da cidade. No começo do século XVII, enquanto outros estados europeus acumulavam

dolorosamente dívidas de guerra, Veneza na realidade tentava liquidar tempestivamente todo o seu endividamento a longo prazo (Lane 1973a: 326).

Bem antes de 1600, a cidade atingiu seu apogeu de potência comercial. A partir do século XV, uma concatenação de mudanças reduziu Veneza a um ator de segunda categoria no palco internacional: a exclusão de Veneza dos portos do mar Negro e do Mediterrâneo oriental pelos turcos, o quase-cercamento do território veneziano pelos impérios dos Habsburgos, dos Bourbon e dos turcos, o acesso decrescente à madeira de lei, a conseqüente redução de sua indústria naval, a limitação da sua capacidade de dominar a Dalmácia e a concorrência no Mediterrâneo acompanhada de pirataria por parte das potências marítimas do Atlântico como Holanda e Inglaterra. Ao circunavegar a África e penetrar nas rotas de comércio do oceano Índico, os mercadores portugueses romperam a golilha veneziana sobre o comércio das especiarias. No final do século XVI, as naus portuguesas transportavam de um quarto à metade de todas as especiarias e drogas que os europeus traziam do Extremo Oriente (Steensgard 1981: 131). Contudo, a dominação portuguesa não durou muito tempo; dentro de um século, as Companhias das Índias Orientais holandesa e inglesa organizadas com eficiência substituíram os seus rivais ibéricos (Steensgard 1974).

A entrada do grande navio a vela armado no palco do Mediterrâneo quebrou a longa hegemonia da galera veneziana. Daí por diante, Veneza continuou dinâmica e independente, cada vez mais empenhada na manufatura e na administração de seu território no continente, mas não mais a força que comandava o Mediterrâneo. Mesmo no Adriático, outrora praticamente o lago particular da cidade, as naus venezianas do século XVI foram incapazes de conter os mercadores rivais de Ragusa ou conter as depredações dos piratas. No século XVIII, dedicaram-se a expulsar de seu golfo os navios de guerra estrangeiros. Mais ou menos nessa época, não só Ragusa como também Trieste e Ancona competiam ativamente pelo comércio no Adriático.

Veneza instituiu uma política geral de neutralidade militar e diplomática, um importante nicho comercial, uma crescente confiança nos territórios do continente enquanto base econômica e uma vida pública republicana dominada pela velha oligarquia. É o que diz Alberto Tenenti acerca do século XVII:

Na difícil escolha entre a independência política e o sucesso comercial, na sua incerteza acerca de seu próprio destino, a firme determinação de Veneza ainda ressalta acima de todos os seus erros e de suas ações desprezíveis. Em vez de escolher, como a sua vizinha Ragusa, uma vida sem riscos e sem história, a antiga cidade-estado recusou-se a abrir caminho à predominância de qualquer potência, seja ela turca, papal, espanhola ou habsburga.

(Tenenti 1967: xvii-xviii.)

No entanto, essa escolha finalmente falhou: em 1797, a invasão napoleônica pôs fim ao acordo feito no século XVIII. Veneza e seus territórios continentais tornaram-se propriedades primeiramente da Áustria, depois de um reino napoleônico da Itália e, em seguida, novamente da Áustria. Em 1848, um grupo de insurretos liderado por Daniele Manin assumiu o poder por pouco tempo, mas logo a Áustria colocou na linha os seus súditos revolucionários. Finalmente, em 1866, a derrota da Áustria frente à Prússia eximiu Veneza de juntar-se ao novo estado nacional italiano.

Veneza seguiu uma trajetória histórica única. No entanto, a história da cidade tinha algo em comum com Gênova, Ragusa, Milão, Florença, e até com a Holanda, a Catalunha, ou a Hansa. Durante o século XIV, apesar de tudo, Barcelona enviou comerciantes a um lado e outro do Mediterrâneo e dominou Tebas, Atenas e o Pireu. A República Holandesa, uma federação muitas vezes turbulenta de centros comerciais, continuou sendo, por mais de um século, um dos estados dominantes da Europa. As cidades-estado, as cidades-império e federações urbanas, todas se mantiveram durante séculos como potências comerciais e políticas, deram grande prioridade aos objetivos comerciais, criaram estruturas de estado efetivas sem grandes burocracias, inventaram meios relativamente eficientes de pagar suas dívidas de guerra e outros gastos do estado e construíram instituições que representavam as suas oligarquias comerciais dentro da própria organização de seus estados.

A formação do estado que fazia grande inversão de capital diferiu em três aspectos fundamentais da trajetória de mudança de intensa aplicação de coerção e daquela onde a coerção era capitalizada.

1. A influência das oligarquias comerciais favoreceu o desenvolvimento de estados organizados em torno da proteção e expansão da empresa comercial – especialmente, na experiência européia, da empresa marítima.
2. As instituições criadas pela burguesia para a defesa de seus próprios interesses na realidade se tornaram de vez em quando instrumentos da administração do estado; Veneza, Gênova e a República Holandesa conseguiram uma notável fusão entre o governo municipal e o nacional.
3. A disponibilidade de capital e de capitalistas permitiu a esses estados fazer empréstimos, tributar, comprar e fazer guerra com eficiência sem criar administrações nacionais extensas e duradouras.

Até que a escala absoluta da guerra com exércitos e marinhas recrutados entre a população nacional sobrepujou o seu poder militar eficiente mas compacto, os estados necessitados de muito capital prosperaram num mundo belicoso. Não muito depois que os Medicis, com a ajuda dos exércitos papais, retornaram ao governo de sua nativa Florença, Niccolò Machiavelli escreveu que

se alguém quisesse estabelecer uma república num país onde houvesse muitos fidalgos, não o conseguiria antes de destruir a todos eles; e quem desejasse estabelecer um reino ou principado onde predominassem a liberdade e a igualdade, também fracassaria, a menos que afastasse dessa igualdade geral um bom número dos espíritos mais ousados e mais ambiciosos e os transformasse em fidalgos, não apenas no nome mas também de fato, dando-lhes castelos e possessões, bem como dinheiro e súditos; de tal modo que, cercado por esses, ele pudesse manter seu poder e através desse apoio pudessem satisfazer a sua ambição e os outros pudessem ser obrigados a submeter-se a esse jugo ao qual somente a força era capaz de sujeitá-los.

(*Discursos*, I, 55; devo a Richard Frank essa oportuna referência.)

Mais do que qualquer outra coisa, os fidalgos – isto é, os proprietários rurais aristocratas – foram responsáveis pelos estados ricos em coerção, ao passo que os capitalistas – isto é, os comerciantes, banqueiros e fabricantes – dominaram os seus rivais ricos de capital. As diferenças em suas experiências dependeram da época em que foram formados, da quantidade de território que tentaram dominar, do grau com que a agricultura e a manufatura se tornaram partes expressivas de suas bases econômicas e do tipo de mercadorias em que se especializaram.

Esses fatores, por sua vez, dependeram das localizações geográficas e geopolíticas das cidades centrais em cada estado. A presença de grandes zonas interiores agrícolas, quando ocorreram, favoreceram a formação de estados territoriais maiores. As cidades portuárias que serviram basicamente de mercados do comércio de longa cabotagem criaram, mais frequentemente, cidades-estado ou cidades-império com base em pequenos territórios domésticos. A contigüidade a impérios e estados nacionais extensos favoreceu a sua absorção por esses estados ou a entrada na mesma luta pelo domínio de território. Não obstante, essas variações operaram dentro dos limites estabelecidos pela presença poderosa do capital e dos capitalistas.

TRAJETÓRIAS DE COERÇÃO CAPITALIZADA

Obviamente, nem todo o Adriático superior ilustra igualmente bem a trajetória capitalista até à formação do estado. A Áustria eventualmente tentou reivindicar uma parcela significativa da costa, inclusive Trieste, e subordiná-la a um estado que detinha fortes interesses coercivos em outra parte. O império bizantino, o sérvio, o húngaro e o otomano, todos lutaram com Veneza pelo domínio da Dalmácia, e os otomanos levaram a melhor – pelo menos durante vários séculos. No entanto, a história do Adriático superior contrasta de forma aguda com a da Rússia européia.

No Adriático, a abundância de capital facilitou a instituição das forças armadas, sobretudo a marítima, mas forneceu um estímulo e um meio de os capitalistas resistirem à criação de grandes estados que podiam subordinar os seus interesses aos de uma dinastia. Na Rússia, a escassez de capital concentrado (sobretudo depois da redução, no século XVIII, dos vínculos comerciais com a Ásia e o Império Bizantino) e a presença de senhores-de-terra-guerreiros predispuseram todos os estados que se formaram a se voltarem para os meios coercivos. Aqui a grande questão foi saber se os magnatas continuariam a manter em suas próprias mãos a soberania fragmentada, ou algum governante isolado estabeleceria de alguma forma uma firme predominância sobre todos os outros. Quando o estado russo optou pela construção centralizada das forças armadas, seus esforços deram origem a um estado ponderoso no qual os senhores de terra detiveram grande arbítrio dentro de seus próprios territórios, mas perderam-no frente ao czar.

O destino dos camponeses – a maior parcela da população em quase toda a Europa antes do século XVIII – diferiu vividamente entre a região de intensa aplicação de coerção e a de grande investimento de capital. Na maioria das áreas de formação do estado com intensa coerção, os governantes criaram estados em estreita colaboração com os grandes proprietários de terra que detinham extensos poderes militares e civis. A Rússia, a Polônia, a Hungria e o Brandenburgo-Prússia ilustram o processo, que tinha alguns paralelos na Sicília e em Castela. Nesses estados, a expansão do comércio no século XVI encorajou e capacitou os senhores de terra, apoiados pelo poder do estado, a reduzir à servidão os camponeses de quem haviam extorquido anteriormente amplas rendas; o fato mais comum era a exigência, feita àquelas famílias de cultivadores que tiravam a própria subsistência de pequenas fazendas a que estavam presos por lei, de prestarem serviço obrigatório e mal-remunerado nas propriedades dos senhores. Em outras regiões de intensa coerção (sobretudo a Escandinávia) onde os senhores de terra nunca obtiveram o mesmo poder político e econômico de seus congêneres da Europa Oriental, os governantes, no século XVI e mais tarde, instituíram controles diretos sobre o campesinato com a ajuda do clero e de outros burocratas, assegurando desse modo a longa sobrevivência dos camponeses devotados à agricultura de subsistência.

Nas regiões de grande inversão de capital, como a Holanda e algumas da Suíça, o campesinato sofreu uma bifurcação. Na presença de mercados urbanos e capitalistas agressivos, a agricultura comercializou-se cedo e muitas vezes combinou-se com a indústria rural. Em consequência, uma minoria de camponeses enriqueceu com as safras orientadas para o mercado e com o trabalho de seus vizinhos. A maioria transformou-se em assalariados pobres, muitos dos quais recorreram à manufatura doméstica ou ao serviço de mascate quando a demanda

estava em ascensão. Na companhia de comerciantes onipresentes, a minoria e a maioria produziram uma economia rural que abasteceu as cidades facilmente, foi objeto de eficiente tributação e caiu sob o domínio daquelas cidades que eram centros regionais de comércio. As experiências contrastantes dos camponeses foram ao mesmo tempo causa e efeito das trajetórias muito diferentes de formação de estado na região de grande inversão de capital e na de intensa coerção.

No interstício entre o extremo coercivo e o capitalista figuram as trajetórias de coerção capitalizada, os casos em que as concentrações de coerção e de capital ocorreram de forma mais equânime e numa conexão mais estreita entre si. As Ilhas Britânicas – Irlanda, Escócia, Inglaterra e Gales – exemplificam esse tipo de trajetória. Mostram igualmente o quanto a colocação de alguma experiência dentro do diagrama coerção-capital depende dos limites temporais e geográficos que colocamos na experiência. Vistas a partir da Dinamarca em 990, as Ilhas Britânicas se assemelham a uma zona periférica de conquista e tributo com um império extenso centrado na Escandinávia. Vista a partir da Irlanda no decorrer do período seguinte, a formação do estado nas Ilhas Britânicas tem uma aparência muito mais coerciva do que quando é vista a partir do sudoeste da Inglaterra. Vista a partir da Escócia durante os anos de 1500 a 1700, a formação do estado se assemelha à concorrência e interação de três estados antes separados com bases econômicas diferentes – o inglês, o irlandês e o escocês. Esclareçamos, então, que estamos examinando a região toda durante os mil anos posteriores a 990 d.C. Durante todo o milênio, o drama central foi a expansão de um estado inglês formado inicialmente na conquista mas logo contrabalançado por um grande porto e uma economia comercializada.

No ano de 990, a Irlanda foi paralisada pela luta entre múltiplos reinos célticos e os domínios litorâneos dos nórdicos. Embora diversos conquistadores nórdicos tenham dividido entre si as ilhas do mar do Norte, a Escócia e Gales continentais foram mais ou menos unificados sob a liderança dos reis-guerreiros. Um dinamarquês, Canuto, estava em meio ao processo de usurpar ao rei anglo-saxão Ethelred uma Inglaterra bastante desunida, que por uma década já havia pago tributo aos dinamarqueses. Não só havia pago tributo, como também sofrera contínuas depredações. Relatando os acontecimentos de 997, diz a *Laud Chronicle*:

Neste ano a hoste [dinamarquesa] contornou o Devonshire até a foz do Severn e lá pilhou, tanto em Cornwall, Gales, quanto no Devon, e aportou em Watchet; causaram grande devastação queimando e matando as pessoas e contornaram de volta o Land's End até o lado sul, e entraram no estuário do Tamar, e assim subiram até chegarem a Lydford. Afí queimaram e mataram tudo o que encontraram, e arrasaram a abadia de Ordwul em Tavistock, carregando para os seus navios uma indescritível quantidades de objetos pilhados.

(Garmonsway 1953: 131.)

No mesmo momento em que outros escandinavos navegavam para a Islândia, a Groenlândia e a América, Canuto e seus incursores transformaram a Inglaterra, temporariamente, num império extorquidor de tributo que se estendeu até à Dinamarca e à Noruega. Os novos domínios eram valiosos: nessa altura, Dublin contava talvez 4 mil habitantes, York 10 mil, Norwich 4 mil e Londres, 25 mil, muito acima de qualquer cidade escandinava. York serviu de importante elo com a Escandinávia, e Londres, com o resto do mundo. Embora não estivessem interligadas exatamente com as redes urbanas, as ilhas estavam vinculadas muito bem às cidades da Europa continental.

Apenas sessenta anos mais tarde, os normandos (descendentes dos antigos guerreiros vikings que se haviam estabelecido na Gália) organizaram outra invasão da Grã-Bretanha. A sua conquista da Inglaterra seguiu o padrão característico de distribuir terra sob a forma de *feudo* aos soldados, que desse modo se tornavam agentes regionais (e possíveis rivais) da coroa. Conteve as incursões escandinavas e deu início ao processo pelo qual os governantes da Inglaterra expandiram os seus domínios ao mesmo tempo dentro e além da Grã-Bretanha. Durante os dois séculos seguintes, as armas normando-inglesas e escocesas praticamente afastaram os dinamarqueses e noruegueses do controle do território das Ilhas Britânicas.

Quando o jogo de alianças e heranças aumentou as propriedades “inglesas” na região que devia mais tarde **chamar-se França, os governantes da Inglaterra** começaram a sua luta com seus primos normandos. Durante o século XII, tentaram igualmente estender o seu domínio a Gales, Escócia e Irlanda. Henrique II, com seu casamento com Leonor de Aquitânia, em 1152, tinha fortes direitos ao governo da Inglaterra, da Normandia, do Maine, da Bretagne, do Anjou, da Aquitânia e de grande porção de Gales; nos anos seguintes, **ele estendeu esses direitos à Escócia e a partes da Irlanda**. Na administração desse império, construiu uma estrutura judicial régia relativamente eficaz. Não obstante, de 1173 em diante, seus filhos, aliados com muitos barões e, algumas vezes, com a própria rainha, passaram a contestar o seu poder.

No processo de guerra e de intervenção nas rivalidades dinásticas, os barões com que os reis contavam para as suas guerras adquiriram poder suficiente para enfrentar o rei e um ao outro, extorquindo do monarca concessões privilegiadas – de forma mais vívida, na Magna Carta. Essa carta de 1215 obrigou o rei a extinguir as obrigações feudais compulsórias de fornecer recursos para a guerra, a parar de alugar mercenários quando os barões não quisessem lutar e a impor as taxas principais somente com a aprovação do grande conselho, representante dos magnatas. O conselho começou exercendo um poder permanente, fortalecido principalmente pela sua posição na aprovação de novos tributos. Os reis seguintes confirmaram a Magna Carta repetidas vezes. Não obstante, os contínuos esforços

dos monarcas ingleses para criar uma força armada produziram uma estrutura central duradoura: tesouro real, tribunais e domínio.

Eduardo I (1272-1307), por exemplo, estendeu a dignidade de cavaleiro compulsoriamente a todos os possuidores de terras até o valor de vinte libras por ano, exigiu que todos os cavaleiros servissem nas milícias reais, instituiu uma tributação para pagamento dos soldados a pé, impôs as primeiras taxas alfandegárias sobre a lã e os couros, construiu um quadro permanente de pessoal central que assumiu algumas das atividades anteriormente realizadas pelos barões e pelos servidores pessoais do rei e regulamentou as assembleias separadas dos barões, dos cavaleiros do condado, dos habitantes dos burgos e do clero que atendia aos seus pedidos de dinheiro. (Em 1294, ao se preparar para outra campanha contra a França, Eduardo chegou a aumentar seis vezes o imposto de exportação sobre a lã e exigir a metade das rendas do clero em taxas [Miller 1975: 11-12].) A criação de uma estrutura estatal central continuou durante todo o século XIV: não só os tribunais reais estenderam a sua jurisdição a todo o território, como também os juízes de paz passaram a exercer o poder local na qualidade de agentes comissionados da coroa.

Não que a estabilidade tenha prevalecido no centro. Afinal de contas, Eduardo II morreu, assassinado, na prisão (1327), Eduardo III faleceu praticamente sem poder (1377) e Ricardo II, deposto, morreu na prisão (1400), talvez igualmente assassinado. As casas de Lancaster e de York lutaram durante trinta anos de guerra civil (as Guerras das Rosas, 1455-85) pelo direito à coroa; essas guerras terminaram com a morte de Ricardo III pelas forças de Henrique Tudor, que depois subiu ao trono com o nome de Henrique VII. Lutas armadas pelo poder real e pela sucessão continuaram por três séculos, até que a Revolução Gloriosa de 1688 colocou no trono a Casa de Orange.

Ao mesmo tempo, os reis ingleses tentaram repetidas vezes capturar algum território na Irlanda, Gales, Escócia e França. Eduardo I subjugou Gales, bem como submeteu a Irlanda e a Escócia à coroa inglesa. Somente os galeses opuseram um levante mais sério, o de Owen Glendower (1400-1409). Contudo, os irlandeses e os escoceses opuseram-se tenazmente ao domínio inglês e muitas vezes receberam apoio dos reis franceses, que ficavam felizes em ver seus rivais ingleses distraídos por atividade militar dentro das Ilhas Britânicas. No curso da resistência, ambos criaram parlamentos que revelaram algumas semelhanças com o seu congênere inglês. Ambos igualmente sofreram lutas internas sangrentas pela sucessão real e pelos poderes relativos de reis e barões. A Irlanda continuou sendo uma colônia refratária, mas a Escócia tornou-se por seu próprio direito uma potência européia independente. Não antes do século XVII a Irlanda e a Escócia sucumbiram a um domínio inglês relativamente estável.

O longo (e no final pedregoso) esforço dos reis ingleses para conservar suas possessões francesas manteve o estado em guerra durante a maior parte dos anos de 1337 a 1453. As exigências financeiras desse esforço (posteriormente denominado Guerra dos Cem Anos) consolidou a posição do Parlamento e regularizou a divisão entre as suas duas casas. Depois disso, por quase um século, as guerras contra a Escócia e a França (e às vezes travadas ao mesmo tempo) envolveram o Parlamento no levantamento de recursos financeiros para o rei, e estabeleceram o seu direito a aprovar a tributação.

A casa baixa, mais tarde chamada dos Comuns, congregou representantes dos burgos e dos condados, sendo constituídos em sua maioria, de um lado, de comerciantes e, de outro, de proprietários rurais. No século XIII, teve início uma aliança longa, embora difícil, entre comerciantes e senhores de terra, quando a lã britânica começou, primeiramente, a alimentar as manufaturas têxteis do continente e depois se converteu na base da fiação e da tecelagem locais. A Grã-Bretanha começou a lenta mas decisiva passagem da exportação de lã para a manufatura e exportação de tecidos de lã. Desse momento em diante, os comerciantes ingleses se estabeleceram em Flandres e começaram a espalhar-se por todos os outros locais da Europa. Durante o século XV, os ingleses também se revelaram intrépidos homens do mar; os marinheiros da costa leste, por exemplo, por volta de 1412 reativaram o comércio do continente com a Islândia (Scammell 1981: 460). O *Intercursus Magnus*, um tratado comercial de 1496, estabeleceu a Inglaterra como parceiro reconhecido no comércio internacional flamengo. Embora os comerciantes e barcos estrangeiros tenham dominado o comércio da Inglaterra por mais meio século, por volta de 1600 os ingleses estavam competindo por todo o globo com os espanhóis, os portugueses e os holandeses.

No mesmo período, marinheiros britânicos, como os homens de Bristol que navegaram com John Cabot (ele próprio um veneziano), começaram a juntar-se aos holandeses, italianos, espanhóis e portugueses na exploração de partes distantes do mundo e no estabelecimento das bases de um império comercial universal. Por volta de 1577, sir Francis Drake estava circunavegando o globo. A coroa participou dessas aventuras na medida em que prometiam rendas adicionais para o governo ou poder militar (Andrews 1984: 14-15). Os proprietários de terra britânicos, ajudados pelos cercamentos (*enclosures*), sancionados pelo estado, dos campos abertos e das terras comuns, participaram intensamente da comercialização da lã e dos grãos; a Casa dos Comuns passou a representar cada vez mais uma estreita aliança de mercadores e proprietários de terra que cultivavam para o mercado. O crescente poder comercial do país facilitou um incremento do poder do estado; deu condições a Henrique VII (1484-1509) e aos últimos Tudors de refrear os escoceses e desafiar a

França, de expandir os poderes bélicos do estado, de ampliar a tributação e limitar os exércitos particulares dos grandes senhores.

O cisma de Henrique VIII com relação a Roma, a apreensão das rendas da igreja e a expropriação dos mosteiros (1534-39) aumentaram as receitas reais e colocaram o clero cooperativo ao lado dos interesses do rei. O engrandecimento dos Tudors também provocou repetidas rebeliões regionais, inclusive a grande Peregrinação da Graça (1536). Não obstante, os Tudors acabaram por subjugar os grandes aristocratas, com seus exércitos particulares e pretensões a poder autônomo (Stone 1965: 199-270). A comercialização quase ininterrupta do país, a proletarianização e a expansão econômica forneceram uma base econômica para a atividade do estado, e a dependência do estado com relação às taxas alfandegárias e aos impostos sobre o consumo tornou mais eficiente essa extração de recursos dessa base – mas somente quando os magnatas, a coroa e o Parlamento tiveram condições de negociar um acordo de cooperação.

Durante o século XVI, a Escócia manteve uma ligação muito mais estreita com a França; quando a jovem Maria, rainha da Escócia, se tornou também rainha da França (1559), os dois reinos se aproximaram muito mais. Mas, então, uma rebelião protestante limitou o poder de Maria na Escócia, onde governou de maneira irregular durante seis anos antes de provocar uma nova insurreição e de evadir-se de uma prisão defensiva ordenada por Isabel da Inglaterra; a sua decapitação, em 1586, pôs fim à ameaça de uma Escócia francesa e de uma rainha católica no trono inglês. Contudo, com a morte de Isabel, Jaime, filho de Maria, que desde 1567 se tornara Jaime VI da Escócia, ascendeu ao trono da Inglaterra com o nome de Jaime I. A conexão francesa estava quase dissolvida.

No reinado de Jaime I (1603-25) e dos outros Stuarts, as lutas dentro da Inglaterra em torno das rendas reais destinadas a sustentar as guerras continentais precipitaram grandes divisões constitucionais, algumas tentativas dos reis de governar (e sobretudo de tributar) sem o Parlamento e, no final, uma guerra civil que acarretou a execução de Carlos I. Num sinal dos tempos, Carlos alienou à City de Londres, em 1627, o último quinhão de terras da coroa, recebendo em troca um cancelamento de dívidas passadas e um empréstimo adicional; desse momento em diante, o seu crédito esgotou-se e seus pedidos de empréstimos e impostos só fizeram acentuar o conflito com o Parlamento e seus financistas. Por volta de 1640, ele se apoderou do ouro e prata que estavam guardados na Torre de Londres e negociou com os ourives e comerciantes seus proprietários em troca de um empréstimo garantido por receitas alfandegárias (Kindleberger 1984: 51). A tentativa de Carlos de criar e controlar um exército para esmagar uma rebelião na Irlanda e uma resistência na Escócia acabou por arruiná-lo. Durante a Commonwealth e o

Protetorado (1649-60), fragmentos variados do exército e do Parlamento governaram o país ao mesmo tempo em que tentavam trazer de volta ao controle do estado a Irlanda e a Escócia e lutaram também contra a Holanda e a Espanha. A Restauração, iniciada por um convite do Parlamento, sob inspiração do exército, a Carlos II, confirmou o poder do Parlamento dentro do estado britânico, especialmente no caso de receitas e despesas. A estreita interdependência dos negócios reais e das guerras continentais continuou com a restauração dos Stuarts, época em que a Inglaterra ainda lutava com a Holanda em alto mar. A revolução de 1688 causou uma dramática inversão de alianças; levou ao trono o protestante holandês Guilherme de Orange e sua esposa Maria, filha do duque de York, enquanto Luís XIV da França apoiava os exilados Stuarts. Nesse momento, a Grã-Bretanha retornou à sua histórica rivalidade com a França e no processo fez empréstimos de instituições holandesas. O estado fundou o Banco da Inglaterra em 1694, que devia transformar-se no veículo de financiamento da guerra com a França iniciada em 1688 (Kindleberger 1984: 52-3). Com o fim da revolução e a renovação do envolvimento militar britânico no continente, tinha início uma nova era. A Grã-Bretanha começava a instituir um exército permanente de vulto, tomava forma uma burocracia central efetiva e a Casa dos Comuns, que outorgava os impostos, adquiria poder frente ao rei e a seus ministros (Brewer 1989).

Novas e repetidas rebeliões na Escócia e na Irlanda – envolvendo muitas vezes pretendentes rivais à coroa inglesa, sem falar da parte ativa da França – limitaram os poderes bélicos do estado. As guerras e lutas dinásticas combinaram-se para produzir grandes transformações do estado, inclusive uma união estável da Inglaterra com a Escócia (1707), a colocação definitiva da casa alemã de Hanover (mais tarde denominada Windsor) no trono (1714-15) e o estabelecimento de um *modus vivendi* entre a monarquia e um Parlamento poderoso que representava os interesses comerciais e agrícolas do país. Uma rebelião em nome do pretendente Stuart ao trono (1715) fracassou amargamente, bem como uma segunda rebelião em 1745, que marcou a última ameaça séria à sucessão real na Grã-Bretanha. O poder militar britânico estava em ascensão: “Por volta de 1714, a Armada Britânica era o maior da Europa, e empregava mais trabalhadores do que qualquer outra indústria do país” (Plumb 1967: 119).

Em comparação com seus vizinhos continentais, o estado britânico governou através de um aparelho central relativamente pequeno, suplementado por um vasto sistema de patronato e poderes locais no qual governadores de condado, xerifes, prefeitos, condestáveis e juizes de paz fizeram o trabalho da coroa sem serem empregados permanentes; antes das Guerras Napoleônicas, somente as taxas alfandegárias e os impostos sobre o consumo contavam com grandes números de

funcionários regularmente designados. Até então, a Grã-Bretanha não tinha um exército permanente e dependia principalmente da mobilização em tempo de guerra do poder naval para as suas forças armadas. Com exceção da Irlanda, em todos os outros locais da Grã-Bretanha o exército tinha um papel relativamente pequeno no controle da população civil, ao contrário das milícias cujo papel era relativamente grande. Na Irlanda, o governo britânico, em todo o seu período de hegemonia, continuava a empregar força armada e a experimentar novos meios de polícia; na verdade, a Grã-Bretanha usava a Irlanda como um campo de provas para as técnicas de policiamento que depois o estado introduziria na Inglaterra, em Gales e na Escócia (Palmer 1988).

A Grã-Bretanha continuou fazendo guerra na Europa e lutando para impor seu império no resto do mundo; o término da Guerra de Sete Anos contra a França (1763) transformou a Grã-Bretanha na maior potência colonial do mundo. A perda das colônias americanas (1776-83) não constituiu ameaça ao poder do estado, tal como haviam sido as derrotas anteriores. Repetidas mobilizações para a guerra com a França, sobretudo entre 1793 e 1815, expandiram enormemente a tributação, a dívida nacional e a intervenção do estado na economia, ao mesmo tempo em que a força do rei e de seus ministros passava sutil mas definitivamente para a do Parlamento. Durante essas guerras (1801), a Grã-Bretanha incorporou a Irlanda (não definitivamente, mas por mais de um século) ao Reino Unido. Mais ou menos no começo do século XIX, esse Reino Unido se havia transformado no modelo de uma monarquia parlamentar dominada pelos proprietários de terras, financistas e mercadores.

A expansão imperial continuou através da rápida industrialização e urbanização do século XIX. Dentro da Grã-Bretanha, o estado mudou decisivamente para a intervenção direta nos negócios locais: quando, nos séculos anteriores, legislaram muitas vezes no sentido de comandar a venda de alimentos, o controle da ação coletiva, a assistência aos pobres, ou os direitos e deveres dos trabalhadores, o rei e o parlamento quase sempre haviam incumbido as autoridades locais da iniciativa e seu cumprimento. Enquanto que a Grã-Bretanha manteve as autoridades locais num grau muito maior que seus vizinhos continentais, durante o século XIX os funcionários nacionais envolveram-se como nunca haviam feito antes em policiamento, educação, inspeção de fábrica, conflito industrial, moradia, saúde pública e numa grande gama de outras questões. De modo diferencial mas decisivo, o estado britânico encaminhou-se para o governo direto.

Apesar da mobilização ocasional do sentimento nacional, Gales e a Escócia haviam cessado há muito de ameaçar a dissolução do estado britânico. Mas a Grã-Bretanha nunca conseguiu integrar, ou mesmo atemorizar, a maior parte da Irlanda.

A resistência e rebelião irlandesa atingiu seu ápice logo depois da Primeira Guerra Mundial; através de várias medidas, todas as regiões, com exceção do Ulster, a nordeste, mais anglicizado e inteiramente protestante, reuniram-se num estado independente, primeiro dentro da Commonwealth e depois finalmente fora dela. A luta no e pelo Ulster não terminou.

Embora, em retrospecto, a Grã-Bretanha sirva muitas vezes de modelo de estabilidade política, um exame detido da formação do estado nas Ilhas Britânicas mostra quão permanentemente parceiros poderosos batalharam pelo domínio do estado e com que frequência a transição de um regime para o seguinte ocorreu com violência. A experiência da Irlanda demonstra a capacidade da região de criar um estado relativamente fraco ao longo de uma trajetória de intensa coerção. Não obstante, o estado britânico chegou a dominar grande parte do mundo durante os séculos XVIII e XIX e continua uma potência mundial até hoje. A história desse estado não é apenas uma conciliação (ou mesmo uma síntese) entre as histórias de Veneza e Rússia, países de aplicação intensa de coerção e grande inversão de capital.

O estado inglês, depois britânico, foi construído sobre uma conjunção de capital e coerção que, desde cedo, deu a todo monarca acesso a imensos meios de guerra, mas somente ao preço de grandes concessões aos comerciantes e banqueiros do país. A difícil aliança entre os senhores da terra e os comerciantes reduziu a autonomia real, mas fortaleceu o poder do estado. A agricultura voltada para o mercado, o comércio de longo alcance, a conquista imperial e a guerra contra potências européias rivais complementaram-se entre si, estimulando um investimento no poder naval e uma facilidade em mobilizar forças terrestres para ação no mar. A comercialização tanto da economia rural quanto da urbana significa que a tributação e o empréstimo para a guerra ocorreram com mais facilidade, e com menos aparelho estatal, do que em muitos outros países da Europa. Adam Smith colocou isso em termos de uma simples comparação entre a Inglaterra e a França:

Na Inglaterra, estando a sede do governo na maior cidade mercantil do mundo, os comerciantes são de modo geral as pessoas que adiantam dinheiro ao governo. [...] Na França, como a sede do governo não se encontra numa grande cidade mercantil, os comerciantes não representam uma proporção tão grande das pessoas que adiantam dinheiro ao governo.

(Smith 1910 [1778]: II, 401.)

Por esse aspecto, a Inglaterra esteve mais próxima do que a França da trajetória de formação do estado com grande inversão de capital. A Inglaterra, para o governo cotidiano do reino, criou uma notável combinação de fácil acesso ao capital e forte

dependência dos senhores de terra. Na França pré-revolucionária, embora grande parte do governo local estivesse igualmente nas mãos dos nobres e dos padres, o esforço de extração dos recursos de guerra de uma economia menos capitalizada e comercializada deu origem a um aparelho estatal central muito mais corpulento do que na Inglaterra.

No entanto, se estudarmos Veneza ou Moscou, podemos ver imediatamente grandes semelhanças entre as relações capital-coerção na Grã-Bretanha e na França. Já nos habituamos a comparar as trajetórias da Grã-Bretanha, França, Prússia e Espanha, definindo-as entre os principais tipos alternativos de formação de estado. Todavia, dentro do conjunto da Europa, esses quatro estados têm propriedades comuns que os distinguem claramente da trajetória de grande inversão de capital e da de intensa aplicação de coerção. Nos quatro casos, monarcas ambiciosos tentaram, com sucesso variado, esmagar ou enredar as assembléias de representantes, como os Estados provinciais, durante a estruturação do poder militar, nos séculos XVI e XVII; na França e na Prússia os Estados (*Estates*) sucumbiram, na Espanha as Cortes vacilaram e, na Grã-Bretanha, o Parlamento sobreviveu enquanto baluarte do poder da classe dirigente. Nos quatro casos, a coincidência de centros coercivos com centros de capital facilitaram – pelo menos por um momento – a criação de força militar maciça numa época em que exércitos e marinhas grandes, caros e bem-armados deram àqueles estados nacionais que lograram criá-los a vantagem esmagadora na busca de hegemonia e império.

Por que Veneza e Rússia não se tornaram a Inglaterra? A pergunta não é absurda; deriva do reconhecimento de que os estados europeus em geral se encaminharam para maiores concentrações de capital e de coerção, convergindo no estado nacional. Parte da resposta é: eles se tornaram. O estado italiano e o russo que entraram na Primeira Guerra Mundial tinham muito mais características dos estados nacionais do que tiveram seus antecessores de um século ou dois antes. Mas a resposta mais profunda é que as suas histórias prévias os assustaram. Veneza criou um estado que se curvou aos interesses de um patriciado mercantil, e esse patriciado descobriu sua vantagem muito mais na procura dos interstícios do sistema comercial europeu do que na colaboração em qualquer esforço de construção de um poder militar volumoso e duradouro. A Rússia criou um estado comandado por um pretense autocrata, mas totalmente dependente da cooperação dos proprietários rurais cujos interesses exigiam que o estado não incluísse entre seus objetivos o trabalho camponês e seus produtos, e sujeito a uma burocracia que poderia facilmente consumir qualquer excedente que o estado gerasse. Tipos diferentes de revolução – o Risorgimento e a tomada do poder pelos bolchevistas – impeliram os venezianos e os moscovitas para novos estados que se assemelhavam cada vez mais

aos grandes estados nacionais da Europa Ocidental. No entanto, mesmo os estados sucessores ostentavam as marcas de suas identidades anteriores.

O retrato esquemático que G. William Skinner fez da China, a que aludimos anteriormente, fornece assim uma idéia incisiva da experiência européia. Ajuda-nos a reconhecer de que modo a construção da força armada e suas conseqüências organizacionais variaram de uma região da Europa para outra em função do peso relativo do capital e da coerção, dos sistemas de exploração e dominação “de baixo para cima” e “de cima para baixo”, das cidades e estados. Embora todos os estados tenham devotado esforços importantes à guerra e aos preparativos da guerra, além desse elemento comum as suas atividades predominantes variaram de acordo com as suas posições nas redes de capital e de coerção e suas histórias prévias. Além disso, mesmo atividades similares deixaram resíduos organizacionais diferentes que dependeram do lugar em que ocorreram e da sua quantidade. Contudo, em medida crescente, as relações com os outros estados determinaram a estrutura e a atividade de qualquer estado particular. Por causa de suas vantagens em traduzir recursos nacionais em sucesso na guerra internacional, os grandes estados nacionais substituíram os impérios extorquidores de tributos, as federações, as cidades-estado e todos os outros competidores como entidades políticas predominantes na Europa e como modelos de formação do estado. Esses estados, finalmente, determinaram o caráter do sistema estatal da Europa e se estenderam ao mundo inteiro.

100
101
102
103
104

O SISTEMA EUROPEU DE ESTADO

A VINCULAÇÃO DOS ESTADOS EUROPEUS

O poder naval dos otomanos expulsou Veneza do Mediterrâneo oriental e acelerou o declínio da cidade-império enquanto potência militar importante. Na época em que, vindos da estepe asiática, começaram a avançar para a Europa, os aguerridos turcos eram nômades presos à terra, a exemplo de muitos de seus vizinhos belicosos. Mas, assim que alcançaram o mar Negro e o Mediterrâneo, depressa aprenderam a construir navios e a navegar. O que é mais importante, durante o século XV começaram a usar a pólvora numa escala que os europeus não haviam visto anteriormente. Levaram o terror aos corações europeus, porque tanto venceram todas as duras lutas no mar quanto fizeram conquistas violentas em terra. Parecia que ninguém estava a salvo desses saqueadores ferozes. Por volta do século XV, seus avanços até o Mediterrâneo e os Bálcãs constituíram ameaças também à Itália e à Áustria.

A tomada de Constantinopla pelos otomanos (1453) ameaçou claramente os interesses venezianos, mas Veneza conseguiu ganhar tempo ao celebrar um tratado comercial com os turcos. O tempo ganho foi pequeno: a Turquia e Veneza logo entraram em guerra, com terríveis resultados para a última. A perda de Negroponte, a principal base veneziana no norte do Egeu (1470), foi o começo da saída de Veneza da zona otomana. Desse momento em diante, por cinquenta anos, Veneza travou uma intermitente guerra defensiva contra o Império Otomano, enquanto os turcos faziam incursões ao continente italiano.

A guerra turco-veneziana de 1499-1503 obrigou Veneza a descer mais um degrau na escada internacional. Mesmo que às vezes a inimiga Hungria se tenha juntado a Veneza contra o Império Otomano em 1500, os marinheiros da cidade não conseguiram derrotar os turcos. Ao contrário, uma frota turca comandada por Kemal Re'is infligiu uma derrota à maior armada que Veneza já conseguira reunir, na “deplorável batalha de Zonchio” (Lane 1973a: 242). Nessa batalha, Veneza perdeu Modon, Koron e Lepanto, importantes postos avançados do Mediterrâneo. No acordo de paz, os venezianos cederam seus direitos a uma série de cidades gregas e albanesas.

Outras potências européias viram no acordo de paz que pôs fim a essa guerra um acontecimento decisivo, e por isso participaram da redação do tratado. Pois, ao mesmo tempo em que Veneza perdia postos avançados no Mediterrâneo oriental, a república conquistava importantes territórios na Itália do Norte, onde a Espanha e a França haviam intervindo na década de 1490. As fronteiras políticas da Europa Meridional mudaram com espantosa velocidade. “A Paz de Buda (agosto de 1503) foi celebrada entre a Turquia, a Moldávia, Ragusa, Veneza, o Papado, a Boêmia-Hungria, a Polônia-Lituânia, Rodes, a Espanha, Portugal e a Inglaterra, e constitui o primeiro grande acordo internacional dos tempos modernos” (Pitcher 1972: 98-99). A realização dessa grande conferência de paz tem um significado adicional: em face da expansão otomana e como resultado da guerra franco-espanhola na Itália, os europeus começaram a instituir um sistema de estados distintivo e encadeado.

Os estados constituem um *sistema* na medida em que interagem entre si com regularidade e à proporção que a sua interação afeta o comportamento de cada estado. Em 990 d.C., nada existia que se assemelhasse a um sistema europeu de estado. Por volta de 1990 d.C., um sistema que antes era primordialmente europeu havia explodido até abranger quase o globo inteiro. No plano intermediário, a Europa atravessou alguns séculos durante os quais os estados europeus, em sua maioria, mantiveram ligações razoavelmente fortes – hostis, amigáveis, neutras, ou, mais provavelmente, mistas e variadas – com a maior parte dos outros estados europeus, mas com um número muito pequeno fora do continente. Em seu poder coletivo e seu encadeamento, esses estados se distinguiram do resto do mundo. O fato político predominante dos últimos mil anos é a formação e expansão de um sistema europeu de estado constituído, em grande medida, mais por estados nacionais que por impérios, cidades-estado ou outras variantes de poder coercivo.

O mundo avançava rumo à sua atual condição peculiar a partir de um conjunto de circunstâncias muito diferente. Um milênio atrás, as pessoas de toda a terra viviam ou em impérios desligados um do outro ou em situações de

soberania fragmentada. Embora alguns impérios, como o maia e o chinês, tenham atingido um grau razoável de centralização, mesmo eles governaram de forma bastante indireta longe de seus centros, extorquindo tributo e confiando o governo a detentores de poder regionais que gozavam de considerável autonomia. Ocorreram muitas vezes movimentos de conquista, batalhas nas fímbrias dos territórios dos estados e incursões para extorquir tributos, pilhagens e escravos, mas em toda a parte as guerras declaradas com alianças formais e exércitos em massa foram eventos raros.

Por volta de 990, o próprio espaço da Europa se fragmentou em quatro ou cinco aglomerados de estados relativamente distintos. Os regimes de conquista da Europa Oriental faziam contínuas incursões nas zonas de domínio um do outro, ao mesmo tempo em que mantinham algumas ligações com os escandinavos ao norte, os bizantinos ao sul e os povos armados da estepe a leste. Um conjunto de estados mais bem-definido e com ligações mais estreitas, predominantemente muçulmano, circundava o Mediterrâneo e ocupava a maior parte da Ibéria. Na faixa relativamente urbana que vai da Itália central a Flandres, centenas de potências semi-autônomas superpunham-se às jurisdições reclamadas do papado e do Sacro Império Romano. Um reino saxão limitava a orla nordeste dessa faixa. Numa esfera de influência um pouco separada ao norte, um império dinamarquês se estendia até as Ilhas Britânicas.

Esses aglomerados de estados parcialmente separados logo iriam obter vínculos mútuos mais fortes, bem como apresentar uma diferenciação mais acentuada em relação aos estados da Ásia e da África. Passaram a vincular-se através da expansão do comércio para o norte a partir do Mediterrâneo, do contínuo movimento de tropas nômades vindas da estepe, da luta por território entre cristãos e muçulmanos e da disseminação das incursões por mar de guerreiros vindos do norte. Os descendentes normandos dos vikings, que haviam pilhado o norte e o oeste da Europa durante vários séculos, por exemplo, iriam não só consolidar seu próprio império no meio da região que hoje denominamos França, mas também conquistar a Inglaterra e a Sicília.

A história da Sicília ilustra de que modo grandes conquistas uniram a Europa. A ilha, desde a queda do Império Romano, caíra sob o domínio de uma após outra potência não-italiana: primeiramente Bizâncio, depois (começando em 827 d.C.) uma série de estados muçulmanos. Após dois séculos de domínio muçulmano, os aventureiros normandos se apossaram da ilha no final do século XI. Os seus sucessores tornaram-se reis da Sicília e casaram-se nas famílias reais transalpinas. No dia de Natal de 1194, o sacro imperador romano Henrique VI (fortalecido pelos direitos combinados de herança e conquista) apossou-se da coroa. Depois disso, membros das casas reais alemã, francesa ou espanhola governaram a Sicília até o

advento de Napoleão. Durante um milênio, a Sicília foi a encruzilhada de movimentos de conquista que se estenderam ao Mediterrâneo.

As ligações internacionais também perpassaram as cidades-estado do norte da Itália. Além disso, muitas vezes se articularam com políticas domésticas. No século XIII, por exemplo, Florença estava violentamente dividida entre a lealdade ao papa ou ao imperador. A luta persistiu até que o vitorioso Partido Preto (antiimperial) conseguiu exilar os Brancos, entre os quais Dante Alighieri. Em 1311, os Pretos tiraram das ruas de Florença as muitas representações da águia imperial (Schevill 1963: 187). Todavia, isso não pôs fim aos envolvimento internacionais de Florença. Nos séculos XIII e XIV, Florença dedicou uma parte importante de sua vida pública a receber os príncipes e embaixadores de toda a Europa (Trexler 1980: 279-330). Nesse meio tempo, Veneza e Gênova faziam conquistas aqui e ali no Mediterrâneo. Bem antes de 1500, em suma, os estados italianos estavam envolvidos ativamente na política européia. Na Itália, particularmente, é possível perceber os elementos de um sistema europeu de estado, mais ou menos separado intencionalmente das potências muçulmanas do sul e do leste, que se estavam formando nos séculos XIII e XIV.

Avançemos até 1490. Quinhentos anos atrás, os europeus estiveram ocupados em criar alguns arranjos que na época eram únicos: em primeiro lugar, um sistema de estados interligados unidos por tratados, embaixadas e casamentos e extensa comunicação; em segundo lugar, guerras declaradas travadas por forças militares amplas e disciplinadas e que terminavam em acordos formais de paz. Estavam ingressando num período em que os principais realinhamentos de fronteiras e de soberanos por todo o continente ocorriam ao final das guerras, sob os termos de acordos assinados por múltiplos estados. Estilos mais antigos de guerra sobreviviam na pirataria e no banditismo, nas últimas fases da intervenção mongol, nas batalhas irregulares de muçulmanos e cristãos através dos Bálcãs e nas viagens dos aventureiros europeus à África, à Ásia, às Américas e ao resto do mundo. Mas na Europa tomava forma algo que se assemelhava ao sistema de estado que conhecemos hoje. Além disso, os participantes não eram cidades-estado, ligas ou impérios, mas estados nacionais: organizações relativamente autônomas, centralizadas e diferenciadas que exercem estreito controle sobre a população dentro de várias regiões contíguas fortemente demarcadas.

Os pontos de partida históricos são sempre ilusórios, porque num processo histórico contínuo algum elemento do princípio sempre se liga a algum pretense começo. Não obstante, podemos racionalmente datar da prática, no século XV, dos estados italianos o estabelecimento de missões diplomáticas regulares dentro da Europa. A invasão francesa e a espanhola da Itália generalizaram a prática:

Mais ou menos no começo da década de 1490, Milão tinha representantes residentes na Espanha, na Inglaterra, na França e na corte imperial. Fernando de Aragão havia aberto o caminho com um residente em Roma por volta de 1480, mais tarde um em Veneza e na Inglaterra mais ou menos em 1495. A sua representação junto aos Habsburgos [sic] correspondia, por volta de 1495, a um embaixador na corte imperial e outro nos Países-Baixos. A rede de representações do imperador Maximiliano, construída antes do final de 1496, entrou em colapso por falta de dinheiro, como ocorreu de novo em 1504. O papado acabou por sucumbir a essa tendência. Ao término do pontificado de Alexandre VI, os núncios residentes, que num certo sentido eram os descendentes diretos dos cobradores de impostos, foram enviados à Espanha, à França, à Inglaterra, a Veneza e ao Imperador (1503).

(Russeli 1986: 68.)

Com a instituição das embaixadas vieram a ampla coleta de informações, a ampliação das alianças, as negociações multilaterais em torno dos casamentos reais, um maior investimento de cada estado individual no reconhecimento de outros estados e uma generalização da guerra.

Podemos dizer com razão que um abrangente sistema europeu de estado data das invasões da Itália pelos franceses e espanhóis, que expandiram enormemente a escala da guerra européia e deram início à era dos exércitos mercenários em massa. A Paz de Cateau-Cambrésis (1559) pôs fim às guerras entre os Habsburgos e os Valois. Ratificou a virtual exclusão francesa da Itália, a primazia da Espanha na mesma região e a expulsão dos ingleses de Calais. Além da cessação das hostilidades, os embaixadores negociaram, nessa conferência, uma gama notável de questões européias, entre elas os destinos de estados como Sabóia e Escócia e o casamento do rei Filipe da Espanha com a princesa Isabel da França. Estava nascendo a estadística, apoiada pela guerra.

Nem todos os estados europeus participaram com clareza desse sistema emergente. No século XVI, os países nórdicos ainda constituíam uma região separada, embora o comércio acelerado entre os Países-Baixos e o Báltico começasse a estabelecer ligações da Dinamarca e da Suécia com a Europa Oriental. A Polónia-Lituânia era distante, e a Rússia, do ponto de vista dos europeus orientais, era meio mítica: a *Kosmographie* de Sebastian Münster, de 1550, localizava os "moscovitas" no Báltico (Platzhoff 1928: 30-31). No entanto, no decorrer do século XV os Habsburgos haviam estabelecido relações diplomáticas com o grão-duque de Moscou e, através das repercussões sobre as potências mais a oeste, a contínua expansão russa ligou os moscovitas com a Europa.

As ligações diplomáticas e dinásticas da Suécia no reinado de João III (1568-92) demonstram que mesmo os estados periféricos fizeram parte do sistema. Quando o império livoniano dos Cavaleiros Teutônicos se desintegrou, a Suécia, a Polónia,

a Dinamarca e a Rússia, todas tentaram reclamar as suas porções dos destroços. Em suas campanhas, João apoderou-se de Reval, na Estônia, e de outras terras ao longo do que veio a ser uma extensa fronteira russo-sueca; apesar da grande rivalidade entre elas, também tentou unir a Polônia e a Dinamarca a fim de conter a Rússia. Ao mesmo tempo em que guerreava, João também alcançava êxitos diplomáticos. A esposa de João, Katarina Jagellonica, era uma princesa polonesa e filha de um Sforza de Milão. A conexão polonesa tornou possível a eleição de seu filho Sigismundo para o trono da Polônia. Quando João morreu, Sigismundo tornou-se igualmente rei da Suécia – pelo menos até que seu tio Carlos o depusesse. Outro filho de João, Gustavo Adolfo, mais tarde transformou a Suécia periférica numa das grandes potências da Europa. No começo do século XVII, o sistema europeu de estado se estendia da Suécia ao Império Otomano, de Portugal à Rússia.

OS FINAIS DAS GUERRAS

O sistema europeu de estado com ligações crescentes mudou ao ritmo das principais guerras. Jack Levy estabeleceu um catálogo valioso das grandes potências européias e suas guerras desde o final do século XV. Tomemos arbitrariamente todas as guerras da lista de Levy nas quais as grandes potências sofreram pelo menos 100 mil mortes em combate. São elas:

<i>Guerra</i>	<i>Mortes em combate por grande potência</i>	<i>Principal acordo</i>
dos Trinta Anos (1618-48)	2 071 000	Tratado de Vestfália
Franco-espanhola (1648-59)	108 000	Tratado dos Pireneus
Otomana (1657-64)	109 000	Trégua de Vasvar
Franco-holandesa (1672-78)	342 000	Tratado de Nimwegen
Otomana (1682-99)	384 000	Tratado de Karlowitz
da Liga de Augsburg (1688-97)	680 000	Tratado de Ryswick
da Sucessão espanhola (1701-13)	1 251 000	Tratado de Utrecht
da Sucessão austríaca (1739-48)	359 000	Tratado de Aix-la-Chapelle
dos Sete Anos (1755-63)	992 000	Tratados de Paris, de Hubertusburg
Otomana (1787-92)	192 000	Tratado de Jassy
da Revolução Francesa (1792-1802)	663 000	Tratado de Amiens
Napoleônicas (1803-15)	1 869 000	Congresso de Viena
da Criméia (1853-56)	217 000	Congresso de Paris
Franco-prussiana (1870-71)	180 000	Tratado de Frankfurt

O SISTEMA EUROPEU DE ESTADO

<i>Guerra</i>	<i>Mortes em combate por grande potência</i>	<i>Principal acordo</i>
Russo-turca (1877-8)	120 000	Tratado de San Stefano, Congresso de Berlim
I Guerra Mundial (1914-18)	7 734 300	Tratados de Brest-Litovsk, de Versailles, de St. Germain, de Neuilly, de Trianon
Sino-japonesa (1937-41)	250 000	nenhum: imergiu na II Guerra Mundial
II Guerra Mundial (1939-45)	12 948 300	nenhum acordo geral
da Coreia (1950-53)	954 960	armistício: nenhum acordo

Os números das baixas em combate apenas para as grandes potências são, evidentemente, enganadores: considerando o enorme declínio da população europeia, que somente em alguns casos poderia ser resultado de emigração, o total das mortes atribuíveis à Guerra dos Trinta Anos, incluindo civis e soldados de todas as potências, pode ter chegado à cifra de cinco milhões, em vez dos dois milhões sofridos pelas grandes potências.

As cerca de 750 mil perdas chinesas na luta mortal com o Japão, em 1937-41, não estão incluídas na contagem porque a China na época não era qualificada como grande potência. A guerra do Vietnã perde o atalho (o meu, apresso-me a dizer, não o de Levy) porque os Estados Unidos perderam “apenas” 56 mil soldados em comparação com as estimativas de 650 mil mortos entre as forças vietnamitas. Não obstante, o catálogo dá uma idéia da escala crescente da guerra e da grande generalidade dos acordos de paz até a Primeira Guerra Mundial. Sugere igualmente que, com a Segunda Grande Guerra, a internacionalização dos conflitos explode o sistema de quatrocentos anos de acordos de paz celebrados em congressos gerais. A partir dessa época, a igualdade de forças entre a União Soviética e os EUA complicou enormemente a realização de qualquer acordo de paz genérico.

A cruel Guerra dos Trinta Anos travou o sistema europeu de estado. Na realidade, uma série complexa de guerras, a luta que teve início quando uma tentativa de um sacro imperador romano de esmagar os protestantes da Boêmia acabou envolvendo a maioria das potências da Europa. O Império Otomano, os estados italianos, a Inglaterra e os estados da Europa Oriental foram os principais ausentes. Os otomanos estavam preocupados com as suas lutas persas e a Inglaterra precisava cuidar de suas próprias divisões. No final, a coligação principal colocou a Espanha e o Sacro Império Romano frente à França e à Suécia. Outra forma de dizê-lo é: os Habsburgos contra o restante da Europa.

Durou sete anos de negociações, a começar em 1641, até a garantia de realização de uma conferência de paz – ou, melhor, duas, uma em Münster (de que participaram as potências protestantes) e a outra em Osnabrück (para as católicas). As lutas continuaram durante esses sete anos. Diante da ameaça de acordos de paz separados, o imperador Fernando concedeu aos estados imperiais individualmente o direito de participar da conferência e de tratá-la como se fosse uma dieta imperial. A República Holandesa, que finalmente conseguiu o reconhecimento de sua independência da Espanha em janeiro de 1648, também esteve presente. Veneza e o papado, embora não fossem beligerantes, participaram como presidentes e mediadores.

No total, o Tratado de Vestfália (1648) reuniu 145 representantes das mais diversas partes do sistema europeu de estado. Não só negociaram os termos para o término da guerra, como também solucionaram uma série de questões diplomáticas importantes, como o possível reconhecimento da Confederação Suíça e da República Holandesa como estados soberanos. Colocando a foz do Scheldt em território holandês, garantiram o bloqueio do tráfico ultramarino para a Antuérpia e, assim, ratificaram a vantagem comercial da República Holandesa sobre os Países-Baixos espanhóis. O tratado congelou as divisões existentes entre estados católicos e protestantes mediante a ameaça de depor todo e qualquer monarca que mudasse de religião. No processo, a França ganhou a Alsácia e outros territórios, a Suécia adquiriu (entre outras terras) a Pomerânia ocidental, e ocorreram importantes realinhamentos de fronteira dentro do Sacro Império Romano.

Num império, um estado exerce soberania sobre pelo menos um outro estado distinto (Doyle 1986: 30). Um século antes do Tratado de Vestfália, impérios de um tipo ou de outro haviam dominado a Europa. Contudo, o acordo de paz que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos travou definitivamente a consolidação de um império dos Habsburgos, tocou o dobre de finados do Sacro Império Romano dominado pelos Habsburgos e tornou improvável que qualquer outro império – com exceção do russo ou do otomano – pudesse expandir-se dentro do continente. Depois do precedente aberto pela conferência de paz, os estados alemães individualmente não mais aceitaram que o imperador falasse por eles, e passaram a dirigir a sua própria diplomacia. Portanto, o término da Guerra dos Trinta Anos consolidou o sistema europeu de estados nacionais.

Na verdade, no mesmo momento em que os impérios se estavam desfazendo dentro da Europa, os principais estados europeus criavam impérios fora da Europa, nas Américas, na África, na Ásia e no Pacífico. A construção de impérios externos propiciou alguns dos meios e parte do ímpeto de moldar dentro do continente estados nacionais relativamente poderosos, centralizados e homogêneos. As potências européias passaram a lutar entre si nessas zonas imperiais. Durante a longa

guerra que se seguiu à revolta holandesa, a Holanda combateu a Espanha na América, na África e na Ásia, tanto quanto na Europa; os marinheiros holandeses praticamente expulsaram Portugal (até 1640 sujeito à monarquia espanhola) da Ásia e da África (Parker 1975: 57-58). Mas, em 1648, esses impérios externos ainda não estavam afeitos à negociação.

Os acordos de paz subsequentes seguiram o modelo do de 1648, com uma **diferença crítica: entravam no quadro os impérios não-europeus**. É claro que a vitória e a derrota na guerra que chegava ao seu término continuava a determinar as posições dos estados nas negociações, mas as fronteiras e os governantes mudavam mais resolutamente no momento do acordo. Na realidade, os estados muitas vezes cediam territórios que haviam conquistado em troca de outros que julgavam mais desejáveis. No Tratado de Breda (1667), que pôs fim a uma das múltiplas guerras anglo-holandesas da época, todas as transferências importantes de território aconteceram nas Américas. Os holandeses, entre outras coisas, cederam Nova Amsterdam (atualmente New York) em troca do Suriname, um negócio que (pele menos em retrospecto) assinala a vantagem que a Grã-Bretanha adquirira no momento, ao vencer a Holanda.

A Guerra da Liga de Augsburgo (1688-97) colocou Luís XIV contra a Liga, que incluía o Sacro Império Romano, a Suécia, a Espanha, a Bavária, a Saxônia, o Palatinado e, mais tarde, a Sabóia; a Holanda e a Inglaterra aliaram-se com a Liga sem se juntarem a ela. A França, a Inglaterra, a Espanha e a Holanda puseram um fim à guerra através do Tratado de Ryswick. Além dos ajustes territoriais, dos reconhecimentos e das garantias de segurança, o tratado incluía um outro acordo colonial entre a Inglaterra e a Holanda, e uma vantagem para a França: a Holanda devolveu Pondicherry (Índia) à Companhia das Índias Ocidentais da França em troca de direitos comerciais. A partir desse momento, os territórios fora da Europa passaram a figurar cada vez mais nos acordos de paz europeus.

Mais ou menos no princípio do século XVIII, as guerras entre as grandes potências da Europa compreendiam regularmente combates ultramarinos e seus acordos de paz muitas vezes abrangiam rearranjos dos impérios do ultramar. A Guerra da Sucessão Espanhola começou em 1701, quando Luís XIV tentou tirar vantagem da ascensão de seu neto, o duque de Anjou, ao trono da Espanha; entre outras medidas, o astuto rei Luís imediatamente enviou tropas para ocupar as fortalezas em Flandres defendidas pelos espanhóis. Durante a guerra, a França e a Grã-Bretanha combateram tanto na América e na Índia quanto no alto mar. A guerra chegou ao fim com o Tratado de Utrecht (1713), que estabeleceu a Grã-Bretanha como a principal potência colonial e confirmou o declínio da posição relativa da Espanha dentro da Europa. Nesse tratado, entre outras coisas, a Grã-Bretanha

recebeu Newfoundland, Nova Scotia, o Território da Baía de Hudson, Gibraltar e Minorca, acesso aos portos coloniais espanhóis, direitos para conduzir escravos às colônias espanholas e reconhecimentos de sua sucessão protestante. A Sabóia anexou a Sicília e outro território italiano às custas da Espanha; a Prússia ganhou reconhecimento como reino; a França, embora uma perdedora sob muitos aspectos, recuperou Lille, mas teve um Bourbon reconhecido como rei da Espanha; e nos tratados de Rastatt e Baden (1714), estreitamente relacionados, os Habsburgos da Áustria adquiriram o controle do que fora os Países-Baixos espanhóis.

A Guerra dos Sete Anos (1756-63) e a Guerra da Revolução Americana (1778-84) de novo colocou a Grã-Bretanha e a França frente a frente na América; o resultado da primeira foi que a França cedeu o Canadá continental, ao passo que na segunda a Grã-Bretanha perdeu treze colônias prósperas da América do Norte. Com a independência dos Estados Unidos, a política européia investiu na criação de novos membros do sistema de estado, membros totalmente fora da Europa.

O Congresso de Viena (1815), que pôs fim às Guerras Napoleônicas, reuniu representantes de todas as potências européias, sem falar de muitas de suas pretensas potências. O Congresso redesenhou grande parte do mapa europeu, restabelecendo apenas algumas das fronteiras anteriores à guerra e criando integralmente novas entidades, como, por exemplo, o Reino Unido dos Países-Baixos, a Confederação Germânica e o Reino Lombardo-Veneziano. Mas também acrescentou ao império britânico o Ceilão, o Cabo da Boa Esperança, Tobago, St Lucia, Mauritius e Malta. Nesse tratado e nas negociações que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, as grandes potências chegaram tão perto quanto foi possível do mapa de todo o sistema de estado que todos tencionavam, desde as fronteiras, os governantes às constituições dos estados individuais.

Durante todo o século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, os acordos de paz continuaram a envolver muitos membros do sistema de estado e a assinalar os principais rearranjos na participação do sistema. Pode-se estender a questão até incluir o estabelecimento de uma Bélgica separada (cuja secessão dos Países-Baixos ocorreu imediatamente depois da revolução francesa de 1830 e sobreviveu graças à intervenção armada direta dos franceses), uma ação retardada do acordo das Guerras Napoleônicas. Mas a anexação francesa da Sabóia e de Nice e a criação do reino da Itália resultaram da guerra que opôs, em 1859, a França e o Piemonte contra a Áustria. Além disso, da Guerra Austro-Húngara de 1866 resultou a formação, ao mesmo tempo, de uma monarquia austro-húngara dual e de uma Confederação da Alemanha do Norte (predecessora imediata do império, por sua vez um produto direto da Guerra Franco-Prussiana). Na Europa do Sudeste, a Guerra da Criméia, a Austro-Alemã e as múltiplas guerras russo-turcas, cada uma precipitou uma desintegração

adicional do controle otomano e a formação de novos estados nacionais sob forte influência internacional: Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Montenegro. O acordo que pôs fim à Guerra da Criméia (1856), além disso, refundiu o Império Otomano sob o nome de Turquia, um novo estado num formato semelhante ao europeu.

Os acordos de paz subsequentes à Primeira Guerra Mundial redesenharam o mapa da Europa pela última vez de uma maneira mais ou menos geral, simultânea e consensual. Os estados novos ou renovados da Tchecoslováquia, da Hungria, da Polônia e da Iugoslávia ganharam independência, a Alemanha perdeu territórios substanciais para a França, a Polônia e outras potências adjacentes, a Romênia ganhou a Transilvânia em consequência do alinhamento tardio com os Aliados, o resto do Império Otomano fragmentou-se e a Liga das Nações reclamou o seu lugar de árbitro da representação e do comportamento do sistema de estado. Os múltiplos tratados de 1919 e 1920 compreenderam algumas temporizações, como, por exemplo, o controle francês, sem soberania, do Saara, e experimentaram a rejeição americana da Liga. As rupturas no acordo de paz da Primeira Guerra Mundial, na verdade, prognosticaram as fissuras que se abriram no final da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, a expansão universal do sistema de estado que no começo era apenas europeu, e a emergência de potências geográfica e politicamente excêntricas como o Japão e os Estados Unidos pressionaram enormemente um conjunto de relações que haviam funcionado mais ou menos bem durante quatro séculos.

OS MEMBROS DO SISTEMA

Quem eram as grandes potências? Podemos comparar dois esforços recentes para identificá-las. George Modelski e William Thompson usaram o poder naval para estabelecer um rol de “potências globais” de 1494 até o momento. Segundo a sua definição, uma “potência global” tinha pelo menos 5% do total dos gastos navais ou 10% do total de barcos de guerra das potências globais e realizou sua atividade naval nos oceanos fora de sua própria região. De maneira semelhante, Jack Levy reuniu um catálogo das grandes potências do mundo e das principais guerras que as envolveram de 1495 a 1975. Para ele as grandes potências eram aqueles estados de toda a parte da terra que, em sua avaliação, tinham elevada capacidade militar perante os outros, perseguiram interesses continentais ou globais, defendiam aqueles interesses por meio de uma ampla gama de instrumentos, entre eles a força e ameaças de força, eram reconhecidos pelos estados mais poderosos como atores principais, e exerciam direitos formais excepcionais nas relações internacionais (Levy 1983: 16-18). Entre os prováveis candidatos europeus, Levy, segundo os seus

critérios, excluiu o Sacro Império Romano, Veneza, a Confederação Suíça, Portugal, Polônia e Dinamarca durante todo o período de 1495 a 1975.

As duas relações compreendem:

<i>Estado</i>	<i>Levy</i>	<i>Modelski-Thompson</i>
Portugal	—	1494-1580
França	1495-	1494-1945
Inglaterra/Grã-Bretanha	1495-	1494-1945
“Áustria”*	1495-1519,1556-1918	—
Espanha	1495-1519	1494-1808
Império Otomano	1495-1699	—
Habsburgos Unidos	1519-56	—
Países-Baixos	1609-1713	1579-1810
Suécia	1617-1721	—
Rússia/União Soviética	1721-	1714-
Prússia/Alemanha/Alemanha Ocidental	1740-	1871-1945
Itália	1861-1943	—
Estados Unidos	1898-	1816-
Japão	1905-45	1875-1945
China	1949-	—

* Compreende os Habsburgos da Áustria, a Áustria e a Áustria-Hungria.

O exigente critério de Modelski-Thompson exclui uma série de grandes potências que basicamente dependeram mais dos exércitos do que das marinhas. Além disso, algumas dessas inclusões na lista são contestáveis. Não resta dúvida de que um estado nacional denominado França existiu mais ou menos intermitentemente desde 1495. Tampouco é absurdo ver alguma continuidade na entidade mutável chamada sucessivamente Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido. Mas continua aberta a questão de saber em que sentido a Prússia, a Confederação Germânica, o Império Alemão, a República de Weimar, o Terceiro Reich e a República Federal da Alemanha são manifestações sucessivas de uma única entidade chamada Alemanha.

Outrossim, várias aglomerações de terras dos Habsburgos aparecem em quatro locais diferentes do catálogo: Habsburgos da Áustria, Espanha, os Habsburgos Unidos e os Países-Baixos. Além disso, a Espanha e os Habsburgos certamente não desapareceram da cena europeia com a abdicação de Carlos V em 1556, como indica a cronologia de Levy; a Armada Espanhola ainda era uma força temível em 1588. No entanto, a entidade “Espanha” é problemática, considerando que, durante os anos devastados pelas guerras da década de 1630, Filipe IV, nominalmente no comando de todos os vários reinos ibéricos, foi incapaz de persuadir a Catalunha,

Valência e diversos de seus outros domínios a juntar-se ao esforço de guerra que Castela então estava envidando. E quanto a Portugal? Levy não menciona Portugal. Modelski e Thompson identificam Portugal como uma potência global (a elite das grandes potências) entre 1494 e 1580, quando Portugal era independente da coroa espanhola. Mesmo durante os sessenta anos seguintes, em que esteve sob a hegemonia da Espanha, Portugal operou como potência distinta. Em resumo, em termos de relações internacionais, é difícil falar antes do século XVIII da Espanha no singular. As listas, portanto, se simplificam radicalmente. Ainda assim, fornecem uma primeira aproximação defensável de uma importante seqüência de prioridades entre as potências européias.

As duas listas revelam uma tendência muito forte para a Europa. Até a chegada dos Estados Unidos (1816 para Modelski-Thompson, 1898 para Levy), o conjunto consiste exclusivamente de potências que dispõem de uma base importante na Europa. A partir dessa informação um leitor acharia difícil imaginar, por exemplo, que em 1495 a China tinha cerca de um milhão de homens em armas, ou que o Império Mali, o Songhai, o Persa, o Mughal, o Asteca e o Inca estavam prosperando fora da Europa. Tampouco podemos admitir que a rede européia era incomparavelmente mais rica e, portanto, mais digna de atenção do que as outras. Durante o século XVII, é possível que cerca da metade da prata das Américas foi parar na China, trocada por seda, porcelana e outros produtos preciosos (Wakeman 1985: 2-3). Nesse momento, evidentemente a renda *per capita* da Europa não era superior à da China. Antes do final do século XVIII, em suma, não era patente que as potências européias lideravam o mundo economicamente.

Uma lista eurocêntrica, não obstante, tem uma justificativa militar; não muito depois de 1495, os europeus (inclusive os agora semi-europeus otomanos) tinham estendido de tal modo o seu domínio militar que o seu sistema se havia tornado o grande sistema de poder do mundo inteiro. Por volta da década de 1540, por exemplo, o Império Otomano estabelecia alianças regulares com potências européias, como a França. Graças à ameaça que representavam para a Itália e as terras dos Habsburgos, exerciam uma influência considerável sobre os alinhamentos e estratégias dos outros parceiros principais.

Mais ou menos no final do século XV, então, o sistema europeu de estado havia adquirido uma estrutura clara e grande número de membros. Além disso, estava a caminho de dominar o mundo. As compilações de Levy e de Modelski-Thompson identificam as grandes potências, mas não os membros menores do sistema. Uma primeira aproximação dos limites de todo o sistema em torno de 1500 pode ser buscada na divisão de Eduard Fueter, que aparece no primeiro volume de *Politische Geschichte*, da autoria de von Below e Meinicke (Fueter 1919). Compreensível-

mente, Fueter centra a sua classificação dos estados na participação das guerras provocadas pelas invasões francesas e espanholas da Itália.

estados maiores que participaram diretamente das lutas italianas

França
Espanha
os Habsburgos
Borgonha
Áustria
Alemanha
Veneza

estados menores que tiveram participação direta

Milão
Florença
Estados papais
Nápoles e Sicília
Gênova
Sabóia
outros pequenos estados italianos: Ancona, Ferrara, Urbino, Mântua, Mônaco etc.
Suíça

estados maiores que não participaram diretamente

Império Otomano
Inglaterra

estados menores que não participaram diretamente

Hungria
Estados corsários da África do Norte
Polônia
Escócia
Dinamarca, depois Dinamarca e Suécia
Portugal
Pérsia
Navarra

A lista do sistema de estados, feita por Fueter, difere da sua principal alternativa, um catálogo de estados e governantes elaborado por Spuler (Spuler 1977,

vol. 2), pois consolida num único estado todos os membros do Sacro Império Romano (Baden, Brandenburgo, Colônia, Hanover, Hesse-Cassel, Mainz e dezenas de outros), reúne os extensos domínios Habsburgos, negligencia os estados europeus tributários do Império Otomano (e.g., Bósnia, Moldávia e Valáquia), desdenha os estados semi-independentes da Europa Oriental (e.g., Lituânia) e coloca a Pérsia na lista dos participantes.

Fueter propugnou que os múltiplos estados do Sacro Império Romano fossem tratados como uma “Alemanha” isolada, com base no fato de que os membros do Império só poderiam estabelecer relações diplomáticas com as potências externas através de seu imperador eleito. Mas concordou em que a Reforma, quando muitos senhores territoriais alemães acharam no protestantismo uma alternativa atraente ao catolicismo do imperador, acentuou o fracionamento do Império (Fueter 1919: 123-36). Da mesma forma, ele reuniu Castela, Aragão e os territórios que controlavam, com base no fato de que o seu monarca comum falava por todos eles (Fueter 1919: 79-103). Incluiu a Pérsia no sistema porque os estados europeus às vezes se aliavam com os persas contra os otomanos, e relacionou os piratas da África do Norte porque travaram uma guerra permanente com os marinheiros do Mediterrâneo.

Se a relação nominal de Fueter do sistema europeu de estado de 1492 a 1559 for comparada com os dois volumes posteriores da mesma série, de autoria de Walter Plathhoff (1559-1660) e Max Immich (1660-1789), o número de membros do sistema mostra as seguintes mudanças (Plathhoff 1928, Immich 1905):

<i>Estado</i>	<i>1492-1559</i>	<i>1559-1660</i>	<i>1660-1789</i>
Alemanha/S.I.Romano	+	+	+
Áustria	+	+	+
Borgonha	+	-	-
Brandenburgo-Prússia	-	?	+
Dinamarca	+	+	+
Escócia	+	+	-
Espanha	+	+	+
Federação Suíça	+	+	+
Florença	+	?	-
França	+	+	+
Gênova	+	+	?
Holanda	-	+	+
Hungria	+	?	?
Império Otomano	+	+	+
Inglaterra	+	+	+
Livônia	-	+	-

CHARLES TILLY

Estado	1492-1559	1559-1660	1660-1789
Milão	+	-	-
Nápoles-Sicília	+	-	-
Navarra	+	-	-
Papado	+	+	+
pequenos estados italianos	+	+	+
Pérsia	+	-	-
piratas da África do Norte	+	-	-
Polônia	+	+	+
Portugal	+	+	+
Rússia	-	+	+
Sabóia	+	+	+
Suécia	+	+	+
Veneza	+	+	+

? = não relacionado, mas mencionado no texto como estado separado.

Uma vez que, em 1500, a Rússia e Livônia estavam realmente presentes, embora com vínculos fracos com o resto da Europa, os únicos recém-chegados verdadeiros são a Holanda, formada na revolta contra os Habsburgos, e Brandemburgo-Prússia, forjado em séculos de guerra. A insistência desses autores alemães em manter junta a “Alemanha”, mesmo depois da desintegração do Sacro Império Romano, esconde a importância independente de estados como a Bavária e a Saxônia. Apesar da listagem separada de Fueter, o ducado da Borgonha caíra sob o domínio da França em 1477, e a dinastia borguinhã da Holanda abriu caminho para os Habsburgos em 1482. Com as restrições de que o Sacro Império e o Império dos Habsburgos se despedaçaram e que a Holanda independentes se tornaram uma potência importante, então, o principal movimento de 1495 a 1789 foi no sentido da aglomeração: quando Milão, Nápoles, Navarra e a Sicília desaparecem integrados à França ou à Espanha, quando a Hungria se dissolve no Império Otomano e a Escócia se mistura com a Grã-Bretanha, vemos em ação a consolidação dos estados europeus.

De que forma esses estados se vinculam entre si? Os historiadores e os cientistas políticos muitas vezes trataram o sistema europeu de estado como se fosse uma hierarquia simples, onde um poder é hegemônico ou dois poderes competem entre si no topo (Gilpin 1988, Modelski & Thompson 1988, Levy 1988, Thompson 1988). Teorias inteiras de guerra hegemônica foram construídas sob a hipótese de que os estados lutavam pela posição de liderança. De fato, nenhum estado isolado dominou algum dia o sistema na forma que tal modelo requer; quando a França estava em seu apogeu, em 1812, a Grã-Bretanha e a Rússia continuavam como que subordinadas. Quando a Grã-Bretanha floresceu no século XIX, a França, a Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos contestaram o poder britânico cada um por seu turno.

A falha do modelo da hierarquia única é óbvia e crítica: o exercício do poder sempre depende da localização; aquele que demonstra imenso poder em sua vizinhança imediata vê seu poder diminuir à medida que se desloca para longe de sua base. Veneza, como vimos, exerceu algum dia enorme influência no Adriático – na verdade, representou por algum tempo o maior poder isolado da Europa –, no entanto não fez quase nenhuma diferença no Báltico. Uma concepção muito melhor do sistema europeu de estado trata-a como uma rede geograficamente dispersa na qual alguns estados são mais centrais e influentes do que outros, mas as hierarquias diferem de acordo com a localização no sistema.

Novamente a compilação de Jack Levy nos ajuda bastante. Levy define uma grande guerra como aquela que envolve uma média de mil ou mais mortos em combate por ano. Excluí as guerras civis, coloniais e imperiais. Segundo os seus critérios, o mundo experimentou 119 grandes guerras que envolveram no mínimo uma grande potência entre 1495 e 1975. Os participantes dessas guerras (inclusive aqueles que não são qualificados como grandes potências) estabeleceram um limite grosseiro à filiação ao sistema de estado da última metade do milênio. Quem, portanto, eram os membros? Levy não diz, mas uma olhadela no conjunto total de participantes das guerras durante os primeiros vinte anos de sua relação (1495-1514) dá uma idéia interessante (Levy não enumera todos os beligerantes, mas relatos históricos padronizados fornecem facilmente as suas identidades):

Guerra da Liga de Veneza (1495-97): França, Veneza, Sacro Império Romano, Papado, Milão, Espanha, Nápoles.

Guerra Turco-Polonesa (1497-98): Império Otomano, Polônia, Tártaros Krim, Rússia, Moldávia.

Guerra Turco-Veneziana (1499-1503): Império Otomano, Veneza, Hungria.

Primeira Guerra Milanesa (1499-1500): França, Milão.

Guerra Napolitana (1501-4): França, Espanha, Papado, Nápoles.

Guerra da Liga de Cambrai (1508-9): França, Espanha, Habsburgos da Áustria, Papado, Milão, Veneza.

Guerra da Liga Sagrada (1511-14): França, Inglaterra, Espanha, Habsburgos da Áustria, Papado, Veneza, Milão, Cantões suíços.

Guerra Austró-Turca (1512-19): Habsburgos da Áustria, Hungria, Império Otomano.

Guerra Escocesa (1513-15): Inglaterra, Escócia.

A lista implícita de membros se assemelha à enumeração de Fueter para 1492-1559, porém é mais limitada. Dos participantes no sistema de estado da lista de Fueter, a relação das guerras de Levy omite a Dinamarca, Florença, Gênova, Sabóia,

os piratas da África do Norte, a Pérsia e as cidades-estado italianas menores, porque durante essas duas décadas só se envolveram marginalmente nas guerras de grandes potências. Florença, por exemplo, declarou-se realmente pró-França na Guerra da Liga Sagrada – e sofreu por causa disso no acordo de paz; mas, entre 1495 e 1514, os florentinos estavam tão preocupados com suas divisões internas e com as rebeliões de possessões como Pisa que ficaram fora dos combates de grande escala que se abateram sobre eles. Do lado leste, por outro lado, as guerras identificam a Rússia, a Moldávia e os Tártaros Krim como parte do sistema europeu de estado, através de suas batalhas com os otomanos.

A Figura 6.1 delinea a participação conjunta dos diversos estados nessas guerras. Simplifica um conjunto complexo de relações quando não considera quem luta com quem, junta os Habsburgos da Áustria e o Sacro Império Romano que eles dominavam e faz distinção apenas entre (1) nenhuma participação conjunta, (2) participação conjunta numa única guerra e (3) participação conjunta em duas ou mais guerras. Como a participação de no mínimo uma grande potência qualificava uma guerra para a lista de Levy, o gráfico necessariamente exagera a posição central dessas potências nas guerras de 1495 a 1515. No entanto, emerge um quadro plausível do sistema europeu de estado: a Rússia, a Polônia, os Tártaros Krim (da Criméia), a Moldávia e o Império Otomano formam um conjunto distinto (a restrição do catálogo às guerras que envolvem grandes potências elimina repetidas lutas entre a Polônia e a Rússia e a Polônia e a Livônia durante as duas décadas, mas a sua inclusão simplesmente acentuaria a diferença em relação ao conjunto leste-sudeste). Os otomanos guerreiam com as potências européias mais próximas, a Hungria oscila entre Veneza e o Império Otomano, a Inglaterra e (especialmente) a Escócia aparecem na periferia das relações internacionais, enquanto Aragão, França, os Habsburgos da Áustria, Veneza, o Papado, Milão e Nápoles interagem constantemente. Observem a posição central que ocuparam Milão, Veneza e o Papado (que não eram grandes potências, pelos padrões de Levy) nos negócios europeus, a posição de Veneza de (na frase de William McNeill) “charneira da Europa”, a presença agigantada do Império Otomano e o pequeno envolvimento da Europa do Norte como um todo.

Se avançarmos um século e meio, descobriremos um sistema de estado muito diferente. O catálogo de Levy das guerras que envolvem grandes potências e que grassavam em algum ano de 1655 a 1674 compreende as seguintes:

Hispano-Portuguesa (1642-68): Espanha, Portugal.

Turco-Veneziana (1645-69): Império Otomano, Veneza, França.

Franco-Espanhola (1648-59): França, Espanha, Inglaterra.

O SISTEMA EUROPEU DE ESTADO

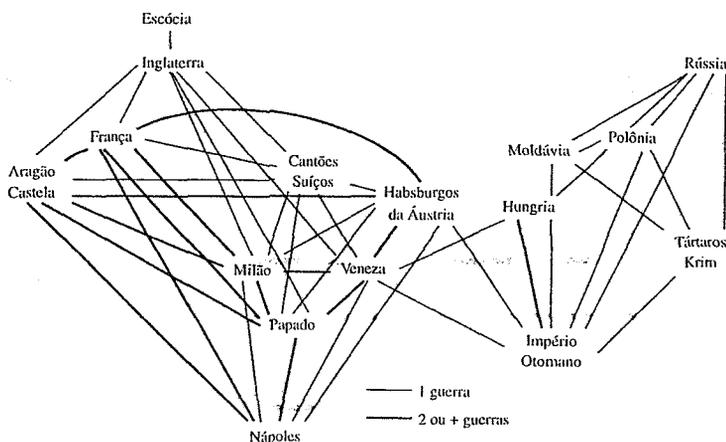


Figura 6.1 Participação conjunta dos estados europeus nas guerras entre grandes potências, 1496-1514.

Escocesa (1650-51): Escócia, Inglaterra.

Anglo-Holandesa (1652-55): Inglaterra, Holanda.

Setentrional (1654-60): Habsburgos da Áustria, Holanda, Suécia, Polônia, Brandemburgo, Rússia, Dinamarca.

Anglo-Espanhola (1656-59): Inglaterra, Espanha.

Holando-Portuguesa (1657-61): Holanda, Portugal.

Otomana (1657-64): Otomanos, França, Habsburgos da Áustria.

Suécia-Brêmen (1665-66): Suécia, Brêmen.

Anglo-Holandesa (1665-67): Inglaterra, Holanda, França e Dinamarca.

da Restauração (1667-68): França, Espanha, Habsburgos da Áustria.

Holandesa (1672-78): França, Holanda, Inglaterra, Espanha, Habsburgos da Áustria, Suécia, Brandemburgo.

Turco-Polonesa (1672-76): Império Otomano, Polônia.

A Figura 6.2 resume as participações conjuntas. Quando comparada com o diagrama anterior, revela um sistema europeu de estado que se havia tornado mais amarrado, deslocara-se decisivamente para o norte e, com isso, perdera o seu foco italiano. Por volta de 1655-75, a França e a Espanha mantinham a sua importância, a Inglaterra e os Habsburgos da Áustria haviam-se tornado mais centrais, e a Suécia, a Holanda e o Brandemburgo haviam aparecido como atores importantes. Embora o poder relativo e a posição central dos participantes tivessem mudado considera-

velmente nos dois séculos seguintes, o mapa do século XVII mostra-nos uma estrutura que se assemelha à de nosso tempo. A coisa principal que ele não mostra é a expansão do envolvimento da maioria desses estados no mundo distante da Europa.

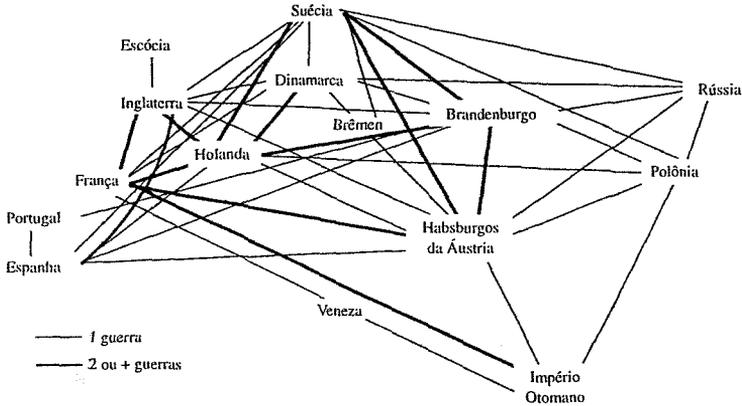


Figura 6.2 Participação conjunta dos estados europeus nas guerras entre grandes potências, 1656-1674.

Seria impossível ler os diagramas que representavam os períodos tardios; primeiramente, eles ligam cada estado europeu a quase todos os outros estados europeus, depois estendem um vínculo após outro ao mundo fora da Europa. Para os vinte anos que medeiam 1790 e 1809, a lista de Levy das guerras entre grandes potências inclui a *Russo-Sueca (1788-90)*: Rússia, Suécia, Dinamarca; *da Revolução Francesa (1792-1802)*: França, Grã-Bretanha, Espanha, Áustria, Holanda, Rússia, Prússia, Sardenha, Saxônia, Hanôver, Oldenburg, Hesse-Cassel, Baden, Württemberg, Bavária, Piemonte, Parma, Módena, Mântua, o Papado, Malta, Veneza, Gênova, Suíça, Egito, Império Otomano, Portugal, Nápoles, Toscana; *Napoleônicas (1803-15)*: França, Reino Unido, Espanha, Áustria, Rússia, Prússia, Suécia, Bavária, Württemberg, Hesse, Nassau, Nápoles, Baden, Darmstadt, Berg, Brunswick, Nürnberg, Império Otomano, Moldávia, Valáquia; *Russo-Turca (1806-12)*: Reino Unido, Rússia, Império Otomano; *Russo-Sueca (1808-9)*: Rússia, Suécia, Dinamarca.

Com exceção do triângulo um tanto separado que liga a Rússia, a Suécia e a Dinamarca, podemos muito bem dizer que esse período representa uma guerra

permanente de que participam todos os estados europeus; a rede correspondente mostra que quase todo estado europeu, inclusive o Império Otomano, está envolvido com cada um dos outros, e o Egito é arrastado para o sistema pela invasão napoleônica. Se estendêssemos o período até 1812, iríamos encontrar o recém-formado Estados Unidos ingressando também no sistema. Apesar dessas partes separadas e apesar de terem essas guerras sido travadas em muitos territórios coloniais, as guerras do período foram essencialmente européias.

A limitação das guerras entre grandes potências aos estados europeus cessou logo. As mudanças no sistema a partir de 1815 são nítidas e violentas. No período que medeia a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 e a Primeira Guerra Mundial, surgiram três alterações críticas no sistema europeu de estado: os estados fragmentados da Alemanha e da Itália se consolidaram em estados nacionais extensos e relativamente unitários; o Império Otomano e o dos Habsburgos se quebraram num número limitado de estados nacionais distintos; e múltiplos estados europeus lutaram entre si e com povos nativos por impérios coloniais na África, na Ásia e no Pacífico. Nesse período, alguns tratados celebrados entre potências européias – por exemplo, a Tríplice Aliança da Alemanha, Áustria e Itália – caracteristicamente incluíram provimentos relativos à defesa dos interesses ultramarinos contra outros estados europeus. Esses interesses conflitantes muitas vezes desembocaram na guerra, aberta ou secreta.

Durante as duas décadas que se estendem de 1880 a 1899, entre as guerras principais (aquelas que causaram pelo menos mil mortos em combate por ano) incluem-se a *Britânico-Afegã* (1878-1880: Reino Unido e afegãos), *do Pacífico* (1879-83: Chile, Bolívia e Peru), *Franco-Indo-chinesa* (1882-84: França e indo-chineses), *Mahdista* (1882-85: Reino Unido, Egito e sudaneses), *Sino-Francesa* (1884-85: França e China), *Centro-Americana* (1885: El Salvador, Guatemala), *Sérvio-Búlgara* (1885: Sérvia e Bulgária), *Franco-Malgaxe* (1894-95: França e malgaxes), *Cubana* (1894-98: Espanha e cubanos), *Sino-Japonesa* (1894-95: China e Japão), *Ítalo-Etíope* (1895-96: Itália, etíopes), *Primeira das Filipinas* (1896-98: Espanha e Filipinas), *Greco-Turca* (1897: Império Otomano, Grécia), *Hispano-Americana* (1898: Espanha e EUA), *Segunda das Filipinas* (1899-1902: EUA e Filipinas), e *dos Bôeres* (1899-1902: Reino Unido e bôeres; [Small & Singer 1982: 85-99]). Levy não classifica nenhum desses conflitos entre as guerras de grandes potências, e somente a Sino-Francesa é para ele uma guerra que envolve o sistema de grandes potências. Todas as outras colocaram frente a frente potências menores ou uma potência maior e um povo colonizado. Todas elas, com exceção de duas (a Sérvio-Búlgara e a Greco-Turca, que foram travadas nas margens de um Império Otomano em desintegração), tiveram início em campos de batalha distantes da Europa.

Os acordos de paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial (mais ou menos conclusivos) e a Segunda Guerra Mundial (ainda não solucionada) produziram outras mudanças críticas no sistema europeu de estado, entre elas a onda de descolonizações a partir de 1945. Na verdade, desde a Primeira Guerra Mundial, torna-se cada vez mais difícil separar o sistema europeu do sistema mundial de estados que se estava formando com muita rapidez. Os beligerantes da Primeira Guerra Mundial compreendiam não só quase todos os estados europeus, como também Turquia, Japão, Panamá, Cuba, Bolívia, Sião, Libéria, China, Peru, Uruguai, Brasil, Equador, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Haiti e Honduras. As colônias europeias da África, da Ásia e do Pacífico também contribuíram com soldados.

Em décadas recentes, a guerra tornou-se cada vez mais internacional. Nos últimos vinte anos da lista de Levy (1956-75), Small & Singer enumeram doze guerras entre estados que causaram pelo menos mil mortos em combate por ano:

Russo-Húngara (1956): URSS, Hungria.

do Sinai (1956): França, Reino Unido, Israel, Egito.

Sino-Indiana (1962): China, Índia.

do Vietnã (1965-75): Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Tailândia, EUA, Campuchea, Coreia, Austrália, Filipinas.

Segunda de Kashmir (1965): Paquistão, Índia.

dos Seis Dias (1967): Israel, Egito/RAU, Jordânia, Síria.

Israelí-Egípcia (1969-70): Israel, Egito/RAU.

do Futebol (1969): El Salvador, Honduras.

de Bangladesh (1971): Índia, Paquistão.

do Iom Kipur (1973): Israel, Egito/RAU, Iraque, Síria, Jordânia, Arábia Saudita.

Turco-Cipriota (1974): Turquia, Chipre.

Vietnamita-Cambojana (1975-): Vietnã, Campuchea.

Desse conjunto, as únicas guerras que envolveram diretamente as grandes potências, segundo os critérios de Levy, foram a invasão russa da Hungria (1956), a guerra do Sinai (1956), a guerra sino-indiana (1962) e a guerra do Vietnã (1965-73). Das quatro apenas uma foi travada na Europa. Na Hungria, uma das potências dominantes do mundo esmagou uma rebelião num estado satélite. No Sinai, a França e a Grã-Bretanha intervieram rapidamente quando Israel invadiu o território egípcio e o Egito, em retaliação, entrou na zona do Canal de Suez e afundou navios para bloquear o canal. Uma força de paz das Nações Unidas estabilizou o território e, depois de dois meses, Israel retirou as suas forças da península do Sinai, exceto da Faixa de Gaza e Charm el Sheikh. Na fronteira entre a China e a Índia, tropas chinesas invadiram as zonas montanhosas depois que a Índia tentou ocupar uma

alta serra numa zona disputada. Os chineses detiveram o seu caminho e depois começaram a retirar-se.

O conflito vietnamita ultrapassou de longe todos os outros em duração e perdas; durante os seus brutais dez anos de duração, produziu cerca de 1,2 milhões de mortos em combate, além de perdas civis incontáveis (Small & Singer 1982: 93). Aconteceu que o primeiro dominador, a França, se retirou, deixando atrás de si uma guerra entre as duas metades de um estado dividido. Depois de dois anos de participação clandestina, a maior potência do mundo, os Estados Unidos, interveio então abertamente com uma força devastadora – mas no final ineficiente. Os soldados dos EUA invadiram em seguida o estado vizinho do Camboja e bombardearam as suas cidades. Uma grande potência em ascensão, a China, observava-os atentamente apenas do outro lado da fronteira, enquanto a União Soviética enviava suprimentos ao norte, e a Austrália, a Nova Zelândia, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Tailândia ajudavam o esforço americano no sul e todo o conflito fervia numa guerra civil no Laos. A guerra cambojano-vietnamita desenvolveu-se igualmente a partir das lutas que se iniciaram durante a intervenção americana no Vietnã.

A Guerra do Vietnã dramatiza o que havia acontecido ao sistema de estado. As guerras entre grandes potências ou travadas por elas haviam-se tornado relativamente raras mas imensamente destrutivas. Uma parcela crescente de todas as guerras principais ocorreu dentro de estados constituídos, quando uma ou mais grandes potências intervinham direta ou indiretamente numa guerra civil em nome de parceiros locais. Com a importante exceção das reivindicações separatistas, o conflito raramente dizia respeito ao território a ser ocupado por um dado estado; ao contrário, o que os combatentes disputavam era quais grupos deviam controlar o estado existente dentro de suas fronteiras estabelecidas. A perseguição, a eliminação ou expulsão de minorias étnicas pelo estado passaram a produzir refugiados numa escala sem precedentes na história do mundo. No entanto, a substituição do concerto das potências europeias pela hegemonia bipolar URSS-EUA frustrou a prática dos acordos gerais de paz.

Esse conjunto de mudanças, se persistir, significa um notável rompimento com o passado. Altera os riscos da guerra: os governantes de um estado já não podem esperar ganhar (ou temer perder) território substancial mediante beligerância. As guerras territoriais de Israel com seus vizinhos não teriam surpreendido um europeu do século XVIII, mas no período a partir de 1945 se transformaram em anomalias. As guerras dizem respeito cada vez mais a quem deve governar em cada estado, quais estados deverão controlar as políticas de outros estados e quais transferências de recursos, povo e produtos entre estados deverão ocorrer.

A CRIAÇÃO DE UM MUNDO LIGADO POR ESTADOS

Durante os últimos quinhentos anos, portanto, ocorreram três coisas surpreendentes. Primeiro, quase toda a Europa se consolidou em estados nacionais com fronteiras bem-definidas e relações mútuas. Segundo, o sistema europeu se disseminou por quase o mundo todo. Terceiro, os outros estados, agindo em concerto, exerceram uma crescente influência sobre a organização e o território dos novos estados. As três mudanças estão estreitamente interligadas, já que os estados líderes da Europa difundiram o sistema por intermédio da colonização, da conquista e da penetração dos estados não-europeus. A criação primeiramente da Liga das Nações e, depois, das Nações Unidas apenas ratificou e racionalizou a organização de todos os povos da terra num único sistema de estado.

Observem o sentido dessas mudanças. Em média, a formação do estado deixou de ser um processo relativamente “interno” para tornar-se fortemente “externo”. A guerra pesou bastante na formação dos estados durante toda a história que estamos examinando aqui; nessa medida, o processo foi sempre externo. No entanto, quanto mais remontarmos no tempo, mais governantes e pretensos governantes vemos lutarem para sujeitar as populações dentro dos territórios que controlam nominalmente, combaterem os antagonistas armados dentro desses territórios, conquistarem terras e povos adjacentes e construírem seus próprios monopólios de força. Assim, vemo-los criarem irrefletidamente estados cujas estruturas ostentam as marcas das lutas e negociações que lhes deram origem. Inversamente, à medida que avançamos no tempo, testemunhamos a crescente relevância dos concertos entre estados para o destino de algum estado particular – pelo menos até a Segunda Guerra Mundial (ver Chapman 1988, Cronin 1988, Cumings 1988, Dower 1988, Eden 1988, Geyer 1988, Gran 1988a, Levine 1988, Rice 1988, Stein 1988).

O surgimento da Bélgica como estado separado ilustra a importância das influências externas na Europa (Clark 1984, Zolberg 1978). A Bélgica, que antes de 1831 nunca foi um estado distinto e unificado, constituiu mais ou menos a parte dos Países-Baixos que a Espanha, e depois os Habsburgos da Áustria, conservaram após a revolta da Holanda. A França conquistou e incorporou esses territórios em 1795 e conservou-os até a solução da guerra de 1815; vinte anos de administração francesa transformaram a economia da região e converteram-na num dos principais centros industriais da Europa. O acordo de paz que pôs fim às Guerras Napoleônicas atribuiu a região a um reino recém-formado dos Países-Baixos, com sede em Haia. Logo uma coalizão de industriais, liberais, francófonos e católicos (as categorias se superpunham, mas não eram de modo nenhum idênticas) fazia pressões por direitos regionais.

Em outubro de 1830, os ativistas dessa coalizão, inspirados na Revolução de Julho da vizinha França, constituíram um governo provisório revolucionário; a ameaça de retaliação francesa impediu que o governo holandês reagisse com forças militares. Em novembro, os ingleses convocaram uma conferência das potências européias, que no mês seguinte declarou a dissolução do Reino dos Países-Baixos em suas duas partes componentes. Sob a estreita vigilância da França e da Grã-Bretanha, os recém-batizados belgas experimentaram recrutar um rei e rascunhar uma constituição liberal. Quando a conferência de Londres propôs uma solução a longo prazo, relativamente desfavorável à Holanda, o rei Guilherme da Holanda enviou um exército, derrotou as improvisadas tropas belgas e encorajou uma invasão francesa; os ingleses se juntaram mais tarde ao esforço de expulsar as forças holandesas do que devia ser território belga. Em 1839, o rei Guilherme finalmente aceitou um acordo que não só reconhecia a Bélgica como também criava um estado distinto, o ducado do Luxemburgo independente (embora com um território diminuto). Do início ao fim, o ingresso da Bélgica no sistema europeu de estado atravessou um canal cavado por seus poderosos vizinhos.

No decurso dos três últimos séculos, alguns pactos entre estados poderosos reduziram cada vez mais os limites dentro dos quais podia ocorrer algum tipo de luta nacional pelo poder. E isso foi feito através da imposição de acordos de paz internacionais, da organização de colônias, da difusão de modelos padronizados de exércitos, burocracias e outros elementos do aparelho estatal, da criação de organizações internacionais encarregadas de estender o sistema de estado, da garantia coletiva de fronteiras nacionais e de intervenção para manter a ordem doméstica. Esse estreitamento restringiu os caminhos alternativos de formação do estado. Em todo o mundo, a formação de estado convergiu na construção mais ou menos deliberada de estados nacionais – não impérios, nem cidades-estado, nem federações, mas estados nacionais – segundo os modelos oferecidos, subsidiados e assegurados pelas grandes potências.

Não que pretensos governantes ou seus patrões encomendassem um estado inteiro como se fosse uma casa pré-fabricada. Quando uma potência européia instalava numa de suas colônias tribunais, sistemas fiscais, polícia, exércitos, ou escolas, seguia usualmente os preceitos europeus. Quando os estados independentes do Terceiro Mundo procuraram junto às grandes potências algum tipo de ajuda na organização de mercados, manufaturas ou poder militar, as grandes potências usualmente persuadiram-nos a organizar segundo a maneira européia. Quando instituições internacionais como o Banco Mundial emprestaram dinheiro a estados não-europeus beligerantes, estipularam regularmente que esses estados empreendessem “reformas” que estivessem em harmonia com as práticas européias e

americanas. Quando, finalmente, os países pobres procuraram lugares para educar os seus burocratas, técnicos e oficiais militares, muitas vezes os enviaram para treinamento na Europa ou numa de suas extensões. Tão logo dominou a Europa e partes do mundo povoadas principalmente por europeus, o estado nacional serviu de modelo para a formação do estado em toda a parte.

Por que estados nacionais? Os estados nacionais triunfaram no mundo inteiro porque primeiramente triunfaram na Europa, cujos estados agiram no sentido de se reproduzir. Triunfaram na Europa porque os estados mais potentes – França e Espanha antes de todos os outros – adotaram formas de guerra que temporariamente esmagaram os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal. Esses estados deram esse passo no final do século XV, tanto porque haviam completado há pouco a expulsão das potências antagonistas de seus territórios quanto porque tiveram acesso a capitalistas passíveis de ajudá-los a financiar guerras feitas com fortificações caras, artilharia e, acima de tudo, soldados mercenários.

Não vamos exagerar: estados marítimos, a exemplo da República Holandesa e de Veneza, competiram com eficácia, por mais de um século, com as principais potências terrestres; o controle das costas continuou sendo decisivo para o abastecimento do interior, suas frotas ajudaram a protegê-las de invasão e os impérios ultramarinos cresceram em importância. Alguns estados pouco comercializados, como a Suécia e Brandenburgo, tentaram instituir forças militares competitivas através de enorme penetração coerciva de seus territórios. Mas, no final, somente aqueles países que combinaram fontes significativas de capital com populações substanciais capazes de produzir grandes forças militares domésticas saíram-se bem no novo estilo europeu de guerra. Esses países eram, ou se tornaram, estados nacionais.

Está fora de dúvida que os estados nacionais teriam prevalecido na Europa mesmo que a França e a Espanha tivessem sido menos agressivas no final do século XV. Nos séculos XVI e XVII, muitos outros estados europeus tentaram fazer conquistas dentro da Europa por algum tempo: vêm à mente imediatamente a Suécia, Brandenburgo e Rússia. Além disso, a República Holandesa, Portugal e a Grã-Bretanha começaram competindo por impérios ultramarinos, produzindo muitos dos mesmos efeitos sobre as relações entre estados e cidadãos. Os estados europeus mantinham domínio político sobre cerca de 7% das terras do mundo em 1500, 35% em 1800 e 84% em 1914 (Headrick 1981: 3). Essa expansão em si mesma facilitou a multiplicação dos estados nacionais no mundo inteiro. Se outra combinação de estados tivesse vencido as guerras, o seu caráter teria afetado de modo significativo o caminho e os resultados da formação do estado europeu.

Ainda, a expansão da capital e a reorganização da guerra no século XVI favoreceu conjuntamente a crescente predominância dos estados nacionais.

COMO AS GUERRAS COMEÇARAM

Um sistema forjado pela guerra criou as condições sob as quais os seus membros entraram em guerra. Essas condições mudaram consideravelmente – e mais de uma vez – durante o longo período que estamos examinando. Com modulações significativas em função dos principais antagonistas de um estado, do caráter de suas classes dominantes e de uma espécie de atividade de proteção empreendida em nome de suas classes dominantes, as condições mudaram em função de uma lógica constante agora familiar que continuou a operar sob circunstâncias variáveis: os governantes tentaram estabelecer tanto uma área segura, dentro da qual podiam gozar dos frutos da coerção, e de uma zona-tampão fortificada para proteger a área segura. Quando o esforço tinha bons resultados, a zona-tampão tornava-se uma área segura, que encorajava o aplicador de coerção a adquirir uma nova zona-tampão em volta da antiga. Quando as potências adjacentes seguiram a mesma lógica, o resultado foi a guerra. Na Europa, tão logo o Império Romano entrou em colapso, milhares de senhores da guerra empenharam-se no mesmo exercício. Daí a guerra incessante e difundida, embora regional em sua essência. A posterior ampliação dos territórios do estado, a substituição dos estados nacionais compactos por múltiplos territórios e a garantia das fronteiras mediante acordos internacionais reduziram grandemente o tamanho das fronteiras vulneráveis, mas não eliminaram a lógica fomentadora da guerra.

Outras condições, contudo, mudaram drasticamente. Durante a era do *patrimonialismo* (em grande parte da Europa até 1400), os grupos que controlavam extensos meios de coerção eram caracteristicamente ou grupos de parentesco, vizinhos, comunidades juramentadas de guerreiros, ou combinações dos três. As linhagens ducais exemplificam o primeiro caso, as ordens dos cruzados o segundo, e as aristocracias feudais a sua combinação. Grupos que controlavam extensos meios de coerção geralmente tentaram maximizar o tributo que extraíam das populações circunvizinhas, à força se necessário, e assegurar a futura disponibilidade do tributo para sua descendência e seus sequazes. Casando entre si, criando uma casta nobre e (incentivada por uma igreja católica que beneficiava das doações de terra e das rendas) estabelecendo governos de herança amplamente partilhados, as classes governantes lançaram as bases de políticas dinásticas em que os casamentos cimentavam alianças entre estados e as sucessões se tornaram objeto

da atenção internacional. Ao mesmo tempo, as comunidades de camponeses, as milícias urbanas, os grupos de salteadores e outros grupos que não tinham quaisquer pretensões ao poder do estado muitas vezes guerrearam por si próprios. Em consequência, as guerras aconteceram com maior frequência quando um detentor de poder revelou sinais de fraqueza em relação a seu vizinho, quando ocorreu uma sucessão passível de disputa e quando entrou em cena um novo conquistador.

Na verdade, para a primeira metade do nosso milênio, dificilmente é legítimo indagar *quando* os estados guerrearam, pois a maioria dos estados fizeram guerras na maior parte do tempo. É certo que exércitos imensos foram recrutados principalmente junto às milícias e a partir de recrutamentos feudais, o que significa que as campanhas comumente eram feitas durante alguns meses de cada ano. No entanto, quando tinha início uma guerra internacional, era travada habitualmente em muitas campanhas. As décadas que vão de cerca de 1150 a 1300 quebraram o ritmo quase anual da guerra na França e na Inglaterra, mas mesmo então a Escandinávia, a Rússia, a Itália, o Mediterrâneo e a Ibéria, todos assistiram a guerras incessantes. Além disso, num período de soberania intensamente fragmentada, as diferenças entre soldados, bandidos, piratas, rebeldes e senhores que *cumpriam* as suas obrigações se confundiram num *continuum* de ação coerciva. No intervalo entre as grandes campanhas, as batalhas locais se multiplicaram. Antes de 1500, as questões mais significativas não são quando os estados guerreavam, mas quem lutava com quem, com que frequência e com que vigor.

A partir do século XVI, a situação mudou fundamentalmente. A consolidação do sistema de estado, a segregação do militar da vida civil e o desarmamento da população acentuou ainda mais a distinção entre guerra e paz. A guerra tornou-se mais intensa e destrutiva, mais contínua quando começava, porém passou a ser um evento mais raro. A esse respeito, o século XX apenas arremata uma tendência que vinha de longo tempo.

Na época da *corretagem* (em partes importantes do continente mais ou menos de 1400 a 1700), as ambições dinásticas ainda dominavam a política do estado, mas o tamanho do aparelho estatal e a escala dos esforços de guerra fizeram com que os interesses das classes principais que apoiavam o estado limitassem seriamente as possibilidades de guerra; somente com o seu consentimento e colaboração poderiam os monarcas reunir os meios para lutar. Os interesses dos senhores de terra pesavam nos estados de intensa aplicação de coerção e os dos capitalistas, nos estados de grande inversão de capital.

No regime da corretagem, as guerras ainda tiraram proveito da oportunidade dinástica, da fraqueza dos estados adjacentes e da chegada de conquistadores, como os tártaros e os turcos, mas muitas coisas mudaram. As oportunidades comerciais e

as ameaças das classes dominantes se transformaram com mais freqüência em desejos de guerra; os estados cujas bases econômicas estavam em expansão passaram a ter mais condições de aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças; as alianças entre os estados aceitaram definir essas oportunidades e ameaças; muitas vezes se formaram tais alianças para conter a expansão do estado mais poderoso na época; os estados em desenvolvimento lutaram com mais freqüência no sentido de **ampliar os territórios contíguos que para crescer novas unidades pagadoras de tributos independentemente da sua localização, e as rebeliões em grande escala incitadas pelas tentativas dos governantes de extrair os meios de guerra ou de impor uma religião nacional forneceram oportunidades mais freqüentes de intervenção por parte de estados vizinhos. Entrementes, o gradativo desarmamento da população civil diminuiu a participação dos grupos não-governamentais nas guerras como combatentes – mas não, infelizmente, como vítimas. Até certo ponto, a defesa de correligionários substituiu a herança dinástica como base de intervenção de um estado nos negócios de outro.**

Quando os estados europeus passaram à fase de *nacionalização* (sobretudo entre 1700 e 1850, com ampla variação de um tipo a outro de estado), as dinastias perderam muito da sua capacidade de fazer guerra em seu próprio nome, e algo que denominamos vagamente “interesse nacional” acabou por dominar a participação ou não dos estados na guerra. O interesse nacional sintetizou os interesses das classes dominantes, mas os compôs com um ímpeto muito mais forte para controlar territórios e populações contíguas dentro da Europa, bem como com uma competição mais feroz por terra fora da Europa.

Na época da nacionalização, três mudanças críticas afetaram as condições de guerra: a condição vigente de todo o sistema de estado – sobretudo a extensão com que predomina no momento um equilíbrio de poder – passou a ser uma diferença importante na probabilidade e localização da guerra (Levy 1988); crescentemente, **os pares de estados que se aproximavam da igualdade de poder é que iam à guerra**, sobretudo se ocupassem territórios contíguos (Organski & Kugler 1980, Moul 1988, Houweling & Siccama 1988); a renda nacional total (muito mais do que a renda *per capita*) começou por limitar a capacidade militar dos estados como nunca havia feito antes, com o resultado de que os grandes estados comerciais e industriais passaram a predominar dentro do sistema de estado. Chegou para a Europa e suas extensões a era da guerra feita com base nas expectativas racionais de ganho e na minimização racional das perdas. Ao mesmo tempo, outros estados, os terceiros, intervieram com muito mais freqüência em rebeliões nacionalistas contra monarquias aliadas, como quando a França, a Grã-Bretanha e a Rússia se uniram aos gregos, em 1827, por ocasião da revolta destes contra o Império Otomano. Como bases

de intervenção, a nacionalidade comum deslocou tanto a herança dinástica quanto a religião compartilhada.

Durante o período subsequente da *especialização*, a condição anterior à guerra alterou-se relativamente pouco, exceto que a competição por um império – direto ou indireto – longe do território nacional passou a desempenhar um papel maior do que já desempenhara antes algum dia. Após 1945, a igualdade de forças entre a União Soviética e os Estados Unidos quase eliminou a guerra entre os estados europeus dentro da Europa, mas fez dos pontos de contato entre os soviéticos, os americanos e os chineses fora da Europa locais críticos para a perseguição do interesse nacional.

Com a nacionalização e especialização das forças armadas, a guerra internacional desenvolveu uma relação recíproca com a revolução, a rebelião e a guerra civil. Durante os séculos em que as dinastias controlaram comumente os estados, um enfraquecimento do grupo de parentesco dirigente – por exemplo, a morte de um rei com um herdeiro infante ou sem herdeiros – assinalava aos rivais de fora do estado uma ocasião de ataque. Quando ocorria primeiramente uma rebelião, convidava os estrangeiros a intervir em nome dos desafiantes. Quando as divisões religiosas se tornaram questões fundamentais do estado (quer dizer, especialmente entre 1520 e 1650), os estímulos a intervir tornaram-se cada vez mais compulsivos. Não só o esforço de um governante para extrair meios cada vez maiores de guerra de uma população relutante como também o enfraquecimento de um estado através de perdas na guerra provocaram muitas vezes rebeliões e guerras civis. Se vence a luta contra os governantes, a coligação rebelde os substitui e dá início a uma transformação social, resultando uma revolução em escala total.

Todas as grandes revoluções da Europa, e muitas das menores, tiveram início com as tensões impostas pela guerra. A Revolução Inglesa começou quando Carlos I tentou contornar o Parlamento a fim de adquirir receitas para a guerra, no continente e na Escócia e na Irlanda. A dívida acumulada pela monarquia francesa com a Guerra dos Sete Anos e com a Guerra da Independência Americana precipitou as lutas da Revolução Francesa. As perdas russas na Primeira Guerra Mundial desacreditaram o governo czarista, encorajaram as defecções militares e tornaram patente a vulnerabilidade do estado; seguiram-se as revoluções de 1917.

A formação do estado também afetou os ritmos e o caráter da ação coletiva popular longe da revolução. Durante as fases de corretagem e nacionalização, exigências episódicas mas maciçamente crescentes de dinheiro e homens repetidas vezes estimularam a resistência ao nível da aldeia ou da região. A população local pôs a correr o coletor de impostos, atacou a casa do arrendatário de taxas, escondeu seus jovens dos recrutadores, pediu socorro ao rei, solicitou aos patrões que

intercedessem por eles e combateu os esforços de inventariar a sua riqueza. Visavam especialmente as pessoas ligadas ao estado, ou como funcionários do estado ou como agentes do governo indireto. Com os estágios posteriores de nacionalização e a passagem para a especialização, a ação coletiva popular nacionalizou-se e tornou-se mais independente; quando as políticas e exigências dos estados nacionais passaram a decidir cada vez mais os seus destinos, os trabalhadores, os camponeses e outros cidadãos comuns se agruparam para fazer reivindicações ao estado – reivindicações de reparação, certamente, mas também reivindicações de direitos de que nunca haviam desfrutado antes em escala nacional (Tilly, Tilly & Tilly 1975, Tilly 1986). Tomaram forma o partido político, a associação de interesse especial, o movimento social nacional e todo o resto ligado à política popular. Assim, a guerra compeliu não só o sistema de estado e a formação de estados individuais, como também a distribuição do poder sobre o estado. Mesmo com o controle dos governos ocidentais pelos civis nos últimos séculos, a guerra continuou sendo a atividade definidora dos estados nacionais.

SEIS QUESTÕES RELEVANTES

Para avaliar até onde chegamos, retornemos às questões que deram início a esta investigação. Dessa vez, invertamos a ordem, tomando as questões mais detalhadas e conduzindo ao problema geral.

O que explica o padrão mais ou menos concêntrico de formação de estado no conjunto da Europa? Vimos que, sob alguns aspectos, a pergunta deturpa a situação inicial. Em 990 d.C., quase toda a Europa vivia uma situação de soberania fragmentada. No entanto, o caráter e o grau dessa fragmentação variaram. Em diferentes segmentos do círculo externo, os grandes proprietários rurais e os incursores nômades empregaram a coerção de forma relativamente autônoma, embora, na maioria dos casos, um deles pudesse ostentar alguma espécie de título, como duque, cã ou rei, recebesse dos outros deferência e tributo e tivesse direitos ao serviço militar intermitente do restante.

A grande variação geográfica da Europa em termos de trajetória de formação do estado refletia a distribuição diferencial da coerção e do capital. No círculo externo, tipificado pela Rússia e pela Hungria, a escassez de capital concentrado, a conseqüente fraqueza das cidades e dos capitalistas, a força dos proprietários rurais armados e a luta contra poderosos invasores, como os mongóis, proporcionaram alguma vantagem àqueles governantes que, sem levantar grandes somas de dinheiro, tiveram condições de extorquir força militar dos proprietários de terra e dos cam-

poneses. Os estados que seguiram a trajetória de intensa aplicação de coerção cooptaram os proprietários rurais e o clero, sujeitaram o campesinato, criaram extensas burocracias e sufocaram as suas burguesias.

Na zona interna, tipificada por Veneza e pelos Países-Baixos, a concentração de capital e a predominância dos capitalistas tanto facilitaram a criação de força militar quanto inibiram a conquista dos estados pelos especialistas em coerção. Durante séculos, os estados marítimos da zona desfrutaram de grande poder político e econômico. Contudo, no final, viram-se cercados ou conquistados por grandes estados baseados na terra que recrutaram grandes exércitos junto à sua própria população.

No meio ficavam aqueles estados – sobretudo a França, a Grã-Bretanha e mais tarde a Prússia – que combinaram fontes substanciais de capital doméstico com relações proprietário-cultivador suscetíveis de facilitar a criação de força armada maciça. A sua maior capacidade de sustentar os exércitos com os seus próprios recursos acabou por fazê-los predominar sobre outros tipos de estado. Além disso, a atividade desenvolvida na criação dos exércitos logo os transformou em estados nacionais.

A Península Ibérica oferece uma composição interessante das três experiências: uma Catalunha, dominada por Barcelona, que atuou muito mais como cidade-estado enquanto prosperou o comércio mediterrânico, uma Castela que construiu poder militar com base numa nobreza guerreira e num campesinato subjugado mas que contou com as riquezas estrangeiras para alugar mercenários, um Portugal profundamente dividido entre Lisboa e o seu interior acentuadamente rural, além de outras combinações em Valência, Andaluzia, Navarra e outros locais. Mas na época todos os estados eram mais compósitos do que exige a minha tipologia simples: a Grã-Bretanha com a sua Inglaterra, Gales, Escócia, Irlanda e possessões ultramarinas; a Prússia que afinal se estendeu da Pomerânia rural à Renânia povoada de cidades; o Império Otomano com sua extensão que foi às vezes da Pérsia à Hungria via as ilhas comerciais do Mediterrâneo; os vários impérios Habsburgos e seus sucessores, dispersos pela maioria dos climas e economias da Europa. A distinção entre a trajetória de intensa aplicação de coerção, a de grande inversão de capital e a de coerção capitalizada apreende uma parte significativa da variação geográfica e temporal, mas não a apreende toda.

Por que, apesar de óbvios interesses em contrário, os governantes muitas vezes aceitaram o estabelecimento de instituições representativas das classes principais dentro das populações que foram submetidas à jurisdição do estado? Os monarcas jogaram o mesmo jogo – o jogo da guerra e da competição por território – sob condições amplamente diferentes. Quanto mais cara e mais exigente se tornava a guerra, mais recursos tiveram de negociar para empreendê-la. A negociação produziu ou fortaleceu as instituições representativas na forma de

Estados, Cortes e por fim legislaturas nacionais. A negociação se estendeu desde a cooptação com privilégios até a repressão armada em massa, mas produziu acordos entre o soberano e os súditos. Embora os governantes de estados como a França e a Prússia tenham tentado frustrar, durante séculos, a maioria das antigas instituições representativas, essas instituições ou suas sucessoras acabaram adquirindo mais poder perante a coroa à medida que a tributação regular, o crédito e o pagamento da dívida nacional se transformaram em elementos essenciais para continuar a produzir força armada.

Por que os estados europeus variaram tanto no que diz respeito à incorporação das oligarquias e instituições urbanas à estrutura de estado nacional? No conjunto, as instituições urbanas se converteram em elementos permanentes do estado nacional onde – e até o grau em que – prevalecia o capital concentrado. Isso aconteceu por dois motivos: primeiro, porque os fortes aglomerados de capitalistas há muito tinham o incentivo e os meios de bloquear qualquer tentativa por parte dos proprietários rurais não-capitalistas de acumular poder coercivo nas suas vizinhanças; segundo, porque, à medida que a escala e o custo da guerra aumentaram o número de governantes com acesso ao crédito, uma economia comercializada, facilmente tributável, obteve grandes vantagens na prática da guerra, fato que propiciou considerável poder de negociação às principais cidades comerciais e suas oligarquias.

Num extremo, a fraqueza do capital na Polônia facilitou o domínio do estado pelos proprietários rurais, a tal ponto que os reis nunca conseguiram um predomínio efetivo sobre seus súditos nominais. Com a exceção parcial de Gdansk, os nobres poloneses espremeram as suas cidades até a exaustão. No outro extremo, a força do capital na República Holandesa praticamente reduziu o governo nacional a uma federação de cidades-estado. Não obstante, o imenso poder comercial dessas cidades-estado federadas propiciou-lhes os meios de formar marinhas e alugar exércitos com grande rapidez. Nas regiões capitais de estado, os governos subordinaram as cidades ao estado e usaram-nas como instrumentos de governo, mas também empregaram o seu capital e capitalistas na produção de força armada; os estados de modo geral não incorporaram as instituições e oligarquias urbanas à estrutura nacional como tal, mas negociaram formas de representação que lhes deram um poder considerável:

Por que o poder político e comercial deslocou-se gradualmente das cidades-estado e cidades-império do Mediterrâneo para os estados extensos e as cidades relativamente subordinadas do Atlântico? Nossa inquirição do milênio de 990 a 1990 coloca esse deslocamento em perspectiva e levanta dúvidas acerca da sucessão clara de uma hegemonia isolada de, digamos, Veneza para Portugal e depois Grã-

Bretanha. Talvez possamos dar a palma à Grã-Bretanha no tocante a parte do século XIX (e desse modo ajudar a explicar a relativa ausência de guerras européias importantes entre 1815 e 1914). Mas, antes desse instante, pelo menos dois estados poderosos estavam sempre competindo pelo domínio da Europa; nenhum deles o conseguiu algum dia. Do lado comercial, a expansão que se tornou patente no final do século XV incidiu sobre uma ampla parte de áreas urbanas européias; sustentou uma Renascença cujo centro continuou sendo as cidades-estado do norte da Itália, mas cujas ramificações alcançaram a Alemanha, Flandres e a França, bem como uma Reforma cujo foco inicial foram as cidades da Alemanha central e meridional. Além disso, Veneza, Gênova, Ragusa e outras cidades-estado mediterrânicas continuaram a prosperar, quando não a predominar, até o século XVIII.

Entretanto, os centros de gravidade comercial e política certamente se deslocaram para o norte depois do século XV. Em primeiro lugar, as trocas comerciais terrestres e de pequena cabotagem com as cidades do leste minguaram em consequência de invasões dos nômades, de doenças e, eventualmente, do estabelecimento europeu de itinerários no alto mar para a Ásia costeando a África. Então, os comércios do Báltico e do Atlântico que se fortaleceram um ao outro enriqueceram Castela, Portugal, França, Inglaterra e a Holanda mais do que o resto da Europa. Todos esses estados usaram a sua própria riqueza para construir poder militar e empregaram os seus militares para descobrir novas riquezas. A capacidade de construir imensos exércitos, grandes navios, de fazer longas viagens e conquistas no ultramar deram-lhes enormes vantagens sobre as cidades-estado mediterrânicas cujas rotas foram bloqueadas pelas potências muçulmanas.

Por que as cidades-estado, as cidades-império, as federações e as organizações religiosas perderam a sua importância como tipos predominantes de estado na Europa? Em toda a história dos estados europeus, a prática da guerra e a proteção conduziram à atividade extrativa, que provocou a negociação com aqueles que detinham os meios de guerra e proteção. Essa negociação suscitou um envolvimento adicional dos estados na produção, distribuição e aplicação de justiça. Sempre criou alguma forma de estrutura de estado, que podia variar de acordo com a economia e a configuração de classes dentro das quais ocorreu.

De suas próprias maneiras e em seus próprios locais, as cidades-estado, as cidades-império, as federações e as organizações religiosas, todas prosperaram na Europa até o século XVI; na verdade, os impérios de um tipo ou de outro ainda predominavam na Europa na época da abdicação de Carlos V em 1557. Nesse momento, os estados nacionais começaram a ganhar relevância. E conseguiram-no por dois motivos afins: primeiro, a comercialização e a acumulação de capital em estados maiores como a Inglaterra e a França reduziram as vantagens na guerra dos

pequenos estados mercantis; e segundo, a guerra expandiu-se em custo e em escala, parcialmente em função do aumento da capacidade dos estados maiores de drenar as suas economias, ou suas colônias, para pagar as forças armadas. Ganham as guerras. Os esforços dos estados menores para defender-se os transformaram, absorveram ou combinaram em estados nacionais.

Por que a guerra derivou da conquista por tributo e da luta entre extorquidores de tributo armados para batalhas sustentadas entre extensos exércitos e marinhas? Lembrem-se das transições do patrimonialismo para a corretagem, para a nacionalização e para a especialização. O que produziram essas transições? Os extorquidores de tributo que foram bem-sucedidos se acharam no controle indireto de terras e populações enormes, cuja administração e exploração – sobretudo em tempo de guerra com outras potências importantes – acabaram criando uma estrutura de estado permanente. Esses estados populosos que tentaram incorporar capital substancial e capitalistas a seus preparativos de guerra primeiramente construíram exércitos e marinhas através da corretagem e, em seguida, incorporaram as forças armadas à estrutura de estado através da nacionalização, seguida da especialização. Em cada estágio, eles tinham os meios de adquirir e praticar a tecnologia militar mais eficiente numa escala maior do que os seus vizinhos. Uma vez que a guerra dava lucro mais por eficácia do que por eficiência, ofereceram escolhas difíceis aos vizinhos menores: envidar o mesmo tipo de esforço militar a grandes custos, aceitar a conquista ou encontrar um nicho subordinado seguro. Os estados nacionais prolongaram as outras formas de guerra.

Resumindo: O que explica a grande variação no tempo e no espaço dos tipos de estado que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram por convergir em variantes diferentes do estado nacional? Por que as direções de mudança foram tão semelhantes e os caminhos que adotaram, tão diferentes? Os estados europeus começaram em posições muito diferentes em função da distribuição de capital e coerção concentrados. Mudaram à medida que se alteraram as interseções do capital e da coerção. Mas a competição militar acabou impelindo-os na mesma direção geral. Fortalecem ao mesmo tempo a criação e a predominância final do estado nacional. No processo, os europeus criaram um sistema de estado que dominou o mundo inteiro. Hoje vivemos dentro desse sistema de estado. Não obstante, o mundo fora da Europa só se assemelha à Europa superficialmente. Alguma coisa mudou na extensão do sistema de estado europeu ao resto da terra – inclusive a relação entre a atividade militar e a formação do estado. O conhecimento da experiência européia ajuda a identificar algumas peculiaridades preocupantes do mundo contemporâneo. O capítulo seguinte (e final) cuida dessas peculiaridades.

OS SOLDADOS E OS ESTADOS EM 1992

A IMPROPRIEDADE DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Recentemente, cerca de vinte anos atrás, muitos estudiosos ainda achavam que, na formação do estado, o Terceiro Mundo iria repetir a experiência ocidental. A idéia de “desenvolvimento político”, ora totalmente abandonada, sintetizava a concepção de um caminho-padrão ao longo do qual os estados se movem rumo a uma plena participação e eficiência, cujo modelo seria, evidentemente, um ou outro dos estados existentes no mundo ocidental. No tratamento que as grandes potências dão aos estados do Terceiro Mundo e nas disputas entre os próprios estudiosos ocidentais no tocante à leitura correta da experiência do passado (ver Evans & Stephens 1989), a segurança dos desenvolvimentistas políticos, esfacelada diante do aparecimento de modelos alternativos claros como a China, o Japão, a Coreia e Cuba, diante do fracasso embaraçoso dos esquemas existentes de desenvolvimento em antecipar as verdadeiras experiências dos estados terceiro-mundistas, diante da resistência oposta pelos líderes e intelectuais do Terceiro Mundo em condescender com a opinião acadêmica do Ocidente, se volta para a *Realpolitik*. Desenvolvimento político, juntamente com “modernização”, “desenvolvimento educacional” e outros *slogans* expressivos mas ilusórios, está prestes a desaparecer do vocabulário analítico.

Por mais equivocadas que pareçam agora as antigas análises, não era de todo estúpido supor que os estados não-ocidentais seriam submetidos a algumas das mesmas experiências por que passaram os seus congêneres ocidentais e terminariam

por se lhes assemelharem muito mais. A exemplo de recentes colônias de várias potências do Ocidente, uma grande maioria de estados recém-independentes começaram as suas trajetórias de vida com organizações formais criadas a partir dos modelos ocidentais e incorporaram partes expressivas do aparelho colonial. Os líderes políticos formados no Ocidente procuraram, conscientemente, instalar administrações, parlamentos, partidos, exércitos e serviços públicos, todos inspirados nos modelos ocidentais.

E, o que é mais digno de nota, eles o anunciaram; os líderes do Terceiro Mundo declararam que modernizariam os seus países, desenvolvê-los-iam politicamente. As principais potências do Ocidente ajudaram-nos ativamente, fornecendo-lhes peritos, modelos, programas de treinamento e recursos financeiros. Enquanto o Japão se recuperava de suas perdas na Segunda Guerra Mundial e a China era consumida por suas lutas internas, não havia nenhum outro modelo disponível. As opções pareciam ser o socialismo tipo soviético ou o capitalismo tipo americano, sem quaisquer outras trajetórias viáveis de formação de estado fora desses dois extremos. A gama toda reproduzia uma ou outra versão da experiência americano-européia. Falando da Ásia do Sudeste em 1960, declarava Lucian Pye que

o tema dominante da Ásia do Sudeste é o esforço dos líderes desses novos países para criar estados-nação modernos a partir de suas sociedades de transição. Esses líderes incumbiram à sua população a tarefa de estabelecer instituições representativas de governo e desenvolver modos mais produtivos de vida econômica. Embora não falte entusiasmo por essas metas, é difícil avaliar as suas possibilidades de realização, pois ainda não é fácil discernir as linhas gerais dos sistemas políticos e sociais que se estão desenvolvendo na Ásia do Sudeste. A possibilidade de fracasso é grande, e os líderes e cidadãos podem perturbar-se com as suas próprias dúvidas. Já a tendência a práticas mais autoritárias está disseminada: por exemplo, os exércitos estão começando a desempenhar papéis que originariamente estavam reservados aos políticos democratas.

(Pye 1960: 65-66.)

Observem a linguagem: fala da construção de algo cujas características são muito bem conhecidas numa situação que não compreendem muito bem, e de ameaças ao empreendimento. O “algo” a construir era um estado nacional eficiente a partir de um modelo ocidental. Na verdade, Pye percebeu a possibilidade de que algo totalmente diferente poderia emergir na Ásia do Sudeste, mesmo que os seus líderes possam insistir em algo diferente. A maioria dos líderes dos estados recém-independentes realmente declararam que estão buscando um terceiro caminho, pelo menos vagamente socialista, em algum lugar entre o Cila americano e o Caribde russo. Mas os estados ocidentais existentes definiram a escala da opção. Com graus

variados de dogmatismo e perspicácia, os desenvolvimentistas políticos disseram exatamente isso.

Mesmo os analistas historicamente sofisticados como Cyril Black divulgaram modelos que caracterizam sucessivos estágios de desenvolvimento político. Black distinguiu não menos que sete caminhos concretos diferentes de modernização, que foram ilustrados respectivamente pelo Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, Uruguai, Rússia, Argélia e Libéria, nessa ordem (Black 1966: 90-94). Mas afirmou que todos os seus vários exemplos passavam por quatro estágios: um desafio de modernidade, uma consolidação de liderança modernizadora, uma transformação econômica e social e, depois, a integração da sociedade. Em suas análises, a história prévia afetou a maneira exata como alguma sociedade particular enfrentou esses desafios. Mas todos os casos europeus que ele examinou acabaram atingindo essa integração da sociedade, depois de cruzarem os três limiares anteriores na mesma ordem.

O raciocínio coletivo plausível apresentava um grande defeito. Segundo a sua presunção, existia um único processo modelar de formação de estado, cada estado passava pelo mesmo processo interno de maneira mais ou menos isolada, a experiência ocidental exemplificava o processo, os estados ocidentais contemporâneos haviam atingido de modo geral o final do processo e o problema era de engenharia social numa escala muito ampla. O esforço para testar essas hipóteses na construção de estados "modernos" na África, na Ásia, na América Latina ou no Oriente Médio suscitou imediatamente algumas dúvidas. Os principais detentores de poder se opuseram à transformação da organização governamental existente ou distorceram-na, os funcionários públicos usaram o poder do estado para satisfazer os seus próprios objetivos, os partidos políticos se tornaram veículos dos blocos étnicos ou dos vínculos patrão-cliente, as empresas dirigidas pelo estado entraram em colapso, os líderes carismáticos eliminaram a política eleitoral de estilo ocidental, e muitas outras características dos estados de Terceiro Mundo contestaram os modelos ocidentais.

Modelos ocidentais? Com efeito, as análises padronizadas de "desenvolvimento político" também interpretaram de modo errado a experiência européia da qual provieram ostensivamente. No todo, apresentaram-no como um processo consciente de solução de problemas que passou por uma série de estágios-padrão gerados internamente e acabou produzindo estados maduros e estáveis. Para A. F. K. Organski (1965: 7), os estágios foram:

1. a política de unificação inicial;
2. a política de industrialização;
3. a política de bem-estar nacional;
4. a política de fartura.

O esquema característico de Organski condensou em seu primeiro estágio uma grande porção da experiência terceiro-mundista, mas depois delineou um caminho que conduziu nitidamente ao mundo europeu existente e suas extensões.

De modo semelhante, um grande número de analistas políticos imaginaram que a transição para a modernidade passava de uma condição de equilíbrio – sociedade tradicional, ou algo desse tipo – para outro equilíbrio, moderno, superior. No meio, segundo essa linha de argumentação, fica a turbulência da mudança social rápida. Como a mudança social está acontecendo com uma rapidez muito maior no século XX do que antes, os novos estados estão experimentando maiores tensões que seus antecessores europeus. Assim, os estados do Terceiro Mundo correm o risco de um conflito doméstico e estrangeiro simultâneo, um estimulando o outro (ver Wilkenfeld 1973). Contudo, acabariam aprendendo a conter o conflito e a realizar um governo estável de tipo moderno. Assim é, pelo menos, o que ensinava grande parte da literatura sobre desenvolvimento político.

A partir da década de 1960, uma leitura mais clara da experiência ocidental evidenciou a inadequação dessas hipóteses. Este livro apropriou-se sofregamente do fundo subsequente de conhecimento e reinvestiu a acumulação numa reinterpretação da história dos estados ocidentais. Nos capítulos anteriores, vimos com que amplitude as trajetórias de formação dos estados europeus variaram em função da geografia da coerção e do capital, da organização dos principais detentores de poder e da pressão dos outros estados. Examinamos de que modo uma longa série de lutas desiguais entre os governantes, os outros detentores de poder e os cidadãos comuns criou instituições estatais específicas e reivindicações ao estado. Já referimos o quanto a convergência organizacional final dos estados europeus resultou da concorrência entre eles, tanto dentro da Europa quanto no resto do mundo. Testemunhamos o profundo impacto da guerra, e dos preparativos da guerra, sobre outros aspectos da estrutura de estado. Todas essas observações induziram as conclusões – vagas mas úteis – de que a formação dos estados terceiro-mundistas deveria ser distintivamente diferente e de que a mudança de relações entre a coerção e o capital deveria fornecer indicações sobre a natureza dessa diferença.

De que forma a experiência contemporânea diferiria da do passado europeu? Depois de séculos de divergências entre as diversas trajetórias de formação de estado – a de grande inversão de capital, a de intensa aplicação de coerção e a de coerção capitalizada –, os estados europeus começaram a convergir alguns séculos atrás; a guerra e a influência mútua causaram essa convergência. Contudo, embora a experiência colonial compartilhada tenha imposto propriedades comuns a muitos estados do Terceiro Mundo, até agora não ocorreu qualquer homogeneização entre eles. Ao contrário. Todo estudioso da formação européia do estado dificilmente

pode deixar de observar a atual diversidade dos estados do Terceiro Mundo. A diversidade indica alguma categoria que abrange tanto a imensa e antiga China quanto o diminuto e novíssimo Vanuatu, tanto a rica Cingapura quanto o paupérrimo Chade; é improvável que possamos generalizar sobre um conjunto tão heterogêneo de experiências. Além disso, nem todos os estados do Terceiro Mundo são estados “novos”, qualquer que seja o esforço de imaginação. A China e o Japão **figuram entre os estados mais velhos** do mundo que tiveram uma existência contínua, o Sião/Tailândia tem séculos de vida e a maioria dos estados latino-americanos **obtiveram a sua independência formal** durante as Guerras Napoleônicas. Mantêm boas relações com estados formados a partir de 1945, principalmente na **recente participação como membros plenos** no sistema de estados criado e definido pelas lutas européias.

Observemos mais de perto, no entanto: exatamente o que é heterogêneo acerca dos estados de Terceiro Mundo? Não tanto as suas estruturas organizacionais quanto as relações entre os cidadãos e os estados. Com efeito, as características de **organização formal dos estados do mundo convergiram vividamente** no decurso mais ou menos do último século; a adoção de um ou outro modelo ocidental passou a ser um pré-requisito virtual para o reconhecimento por parte dos membros mais antigos do sistema de estado. Os atuais 160 e tantos estados reconhecidos estão dentro de um espectro organizacional muito mais estreito do que os 200 e tantos estados europeus de 1500, que compreendiam cidades-estado, cidades-impérios, federações, reinos, impérios territoriais e outros. Com exceção das federações relativamente centralizadas e dos reinos bastante diluídos, todas essas formas políticas outrora abundantes desapareceram. Após 1500, tanto as pressões da guerra de grande escala quanto as negociações da paz em grande escala empurraram os estados para uma nova forma de organização: o estado nacional. O deslocamento da formação “interna” do estado para a “externa”, que predominou na Europa, persistiu até os dias de hoje e impôs aos estados uma definição comum em partes muito diversas do mundo. As estruturas de estado contemporâneas, no sentido estrito, assemelham-se entre si na criação de tribunais, legislaturas, burocracias centrais, administrações de campo, exércitos permanentes, forças de polícia especializadas e uma série de serviços públicos; mesmo as diferenças entre economias socialistas, capitalistas e mistas não eliminam essas propriedades comuns.

No entanto, tais organizações formalmente semelhantes de modo nenhum funcionam da mesma maneira. As diferenças residem tanto no funcionamento interno dos tribunais, das legislaturas, das repartições, ou das escolas superficialmente indistinguíveis quanto nas relações entre os organismos governamentais e os cidadãos. Na experiência européia, os estados adotaram formas intermediárias

entre as exigências da guerra externa e as reivindicações da população submetida; até certo ponto, a organização de cada estado adaptou-se às condições sociais e econômicas locais. Enquanto os estados nacionais existentes formavam os recém-chegados à sua própria imagem e semelhança, a adaptação local ocorria, alternativamente, nas relações entre os cidadãos e os estados. Hoje em dia, a diferença entre os cenários de intensa aplicação de coerção, de grande inversão de capital e de coerção capitalizada afeta a estrutura formal dos estados muito menos do que era costumeiro, mas afeta muito mais as relações entre os cidadãos e os estados. Nesse aspecto, o mundo contemporâneo continua extremamente diverso.

Existe o Terceiro Mundo? Sem dúvida, os estados da América Latina, do Oriente Médio e da Ásia do Leste diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estados. A justificativa para iniciar com uma categoria tão grosseira e complexa reside no fato de que os estados das regiões de baixa renda do mundo permaneceram por muito tempo sob o controle formal da Europa e suas extensões, adotaram comumente modelos europeus ou americanos de organização formal, viram-se envolvidos em lutas entre superpotências nas quais tinham pouco controle e constituíram um *pool* difícil mas recorrente de alianças com os membros recentes do sistema de estados (Ayoob 1989). Ao estender-se ao mundo não-europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo; o ingresso de grande número de estados independentes da Ásia, da África e da América Latina transformou o sistema em certos aspectos que podem ser ilustrados por uma comparação com a experiência européia anterior.

Ainda temos algo a ganhar, portanto, com a comparação entre a experiência contemporânea do Terceiro Mundo e a dos estados nacionais sobre a qual dispomos agora de extensa documentação. No mínimo, essa comparação nos ajudará a tomar duas medidas úteis: (1) descartar idéias sobre a formação do estado que já se revelaram errôneas em vez de perder tempo em aplicá-las à experiência contemporânea; (2) tornar mais agudo o nosso senso do que é distintivo, e do que é familiar, nos processos de formação, transformação e deformação dos estados que ocorrem atualmente nas partes mais pobres do mundo.

Refletindo sobre a experiência européia, o que poderíamos esperar encontrar que estivesse acontecendo no mundo contemporâneo? Dada a diversidade da formação de estado dentro da Europa, não temos motivo para antecipar um caminho único de mudança. Mas podemos com razão extrapolar da Europa para:

- a influência significativa das distribuições relativas da coerção e do capital nas trajetórias de formação de estado;

- as direções distintivamente diferentes de mudança na presença e ausência de aglomerados significativos de cidades;
- os fortes efeitos da guerra e dos preparativos da guerra sobre a criação e alteração da estrutura de estado;
- a intermediação desses efeitos através (a) da estrutura fiscal e (b) das fontes de armas e pessoal militar;
- o controle civil do poder do estado mediante a criação de burocracias centrais, a maior dependência do crédito e da tributação para a obtenção de recursos militares e a negociação com a população em torno desses recursos;
- o prosseguimento da tendência a determinar “externamente”, e não “internamente”, as formas organizacionais dos estados.

Num mundo tão diferente daquele onde tomaram forma a maioria dos estados europeus, na verdade, essas não passam de hipóteses de orientação. No entanto, melhoram consideravelmente a antiga noção de que os estados do Terceiro Mundo de algum modo repetiriam a experiência idealizada dos estados nacionais mais eficientes do Ocidente.

O IMPACTO E A HERANÇA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O que, então, distingue a formação de estado no mundo contemporâneo da de seus congêneres do passado? Embora ela tenha cobrado, no século XX, um imposto mais excessivo do que nunca, a natureza da guerra mudou consideravelmente. As guerras civis de grande escala, apoiadas e instigadas muitas vezes pelas grandes potências, tornaram-se muito mais comuns no mundo a partir de 1945 do que foram na experiência européia. A ameaça das armas nucleares e de outros perigos técnicos compôs os custos prováveis de uma guerra mais abrangente. A formação de um sistema bipolar de estado numa escala quase global afetou a política, e as perspectivas militares, da maioria dos estados. Com base no princípio de que o número de relações entre os estados cresce geometricamente enquanto o número de estados aumenta aritmeticamente, a proliferação absoluta de estados associados mas nominalmente independentes complicou grandemente o sistema de estado.

A Segunda Guerra Mundial transformou esse sistema e os estados que dele participam. Enquanto cidadãos de estados beligerantes, enquanto habitantes das zonas de batalha, a maioria das pessoas do mundo já sentiram o impacto da guerra. A guerra quebrou todos os records de matança, de destruição da propriedade e de deslocamento de populações. Quando lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima

e Nagasaki, os Estados Unidos introduziram na arte da guerra as primeiras armas da história suscetíveis de aniquilar toda a humanidade em poucos dias.

Podemos situar corretamente o início da Segunda Guerra Mundial em 1938 (quando o Japão e a Rússia começaram a lutar entre si enquanto a Alemanha anexava a Polônia e desmembrava a Tchecoslováquia) ou em 1939 (quando a Alemanha invadiu a Polônia e depois o resto da Tchecoslováquia). Num caso ou no outro, a rendição do Japão em 1945 assinala um término relativamente inequívoco da guerra. Os 15 milhões possíveis de mortos em combate e outros 25 milhões em consequência direta da guerra transformaram a Segunda Guerra Mundial na maior beligerância destrutiva da história humana. Entre as potências que tiveram pelo menos mil mortos em combate estão incluídos Bulgária, Reino Unido, Austrália, Canadá, Etiópia, Polônia, EUA, URSS, Bélgica, Brasil, China, Iugoslávia, Holanda, Romênia, Itália, Nova Zelândia, França, África do Sul, Grécia, Noruega, Mongólia, Japão, Alemanha, Hungria e Finlândia (Small & Singer 1982: 91). A guerra deixou devastados o Japão, partes importantes da China e grande porção da Europa.

Ao término da guerra, dois estados despontaram acima de todos os outros: os EUA e a URSS. Na Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos haviam sofrido perdas relativamente leves (408 mil mortos em combate em comparação, por exemplo, com os 3,5 milhões da Alemanha), mas haviam mobilizado um enorme poder industrial logo em seguida a uma depressão debilitante. Não é surpreendente, pois, que os Estados Unidos, um colosso industrial que com a guerra até se tornou mais vigoroso, tenha atingido uma posição dominante no sistema mundial dos estados. A ascensão da União Soviética é um enigma ainda maior. A URSS havia sofrido privações terríveis na guerra (7,5 milhões de mortos em combate, 20 milhões talvez em perdas totais e 60% da capacidade industrial perdidos), mas construíra no processo uma formidável organização estatal (Rice 1988). Sem dúvida, o aumento da capacidade do estado, e a extensão do domínio soviético a outros países da Europa Oriental, ajuda a explicar o outro pólo do mundo bipolar. Quase imediatamente os antigos aliados entraram num período de hostilidades que, pela primeira vez em quatro séculos, impediu um acordo de paz genérico. Em consequência, os perdedores da guerra, como o Japão e a Alemanha, sofreram por muito tempo a ocupação militar dos vencedores e só lentamente voltaram a participar do sistema de estados. Na verdade, vencedores e vencidos resolveram os problemas da guerra aos poucos, em ocupações, acordos internacionais provisórios, tratados parciais e reconhecimentos *de facto*. A complexidade e a escala da guerra, além de seu resultado bipolar, sobrepujaram a capacidade do sistema internacional de produzir o tipo de tratado geral que, a partir de 1503, pusera fim às principais guerras.

O processo pós-guerra de formação de estado distinguiu-se dos anteriores, sobretudo na transformação em massa das colônias ocidentais em estados formalmente independentes. A situação favoreceu o retraimento da Europa; a URSS não possuía colônias nas principais áreas de colonização européia, e os Estados Unidos possuíam algumas, enquanto as potências européias estavam preocupadas em recobrar-se dos danos da guerra. A um ritmo estonteante, as possessões reclamaram e ganharam reconhecimento como entidades autônomas. Somente em 1960 o Congo Belga (o Zaire atual), Benin, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Chipre, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Somália, Togo e Alto Volta (Burkina Faso atual), todos se juntaram às Nações Unidas logo depois de serem reconhecidos como estados independentes.

Ao mesmo tempo, a União Soviética e sobretudo os Estados Unidos estenderam ao mundo inteiro redes de bases militares, programas de assistência militar e serviços de informação (Eden 1988). Na Ásia do Leste, por exemplo, os Estados Unidos introduziram o seu próprio poder militar em substituição a um Japão militarizado, reorganizaram as forças militares da Coreia do Sul e subsidiaram as forças Kuomintang da China tanto quando perderam as batalhas continentais como quando se retiraram do controle de Taiwan (Cumings 1988, Dower 1988, Levine 1988). Além disso, entre 1945 e 1984, os Estados Unidos transferiram para a Coreia do Sul 13 bilhões de dólares em ajuda econômico-militar e mais 5,6 bilhões para Taiwan, em comparação com um total de 6,89 bilhões para toda a África e 14,8 bilhões para a América Latina inteira (Cumings 1984: 24).

As potências européias, em sua maioria, abandonaram os seus domínios de uma maneira relativamente fácil. Com exceção da luta argelina por independência e das primeiras fases dos conflitos indochineses, as batalhas mais violentas ocorreram naqueles países onde mais de um grupo disputavam o direito de governar o novo estado, onde um segmento da população libertada exigia o seu próprio estado e onde a divisão entre os reclamantes incitava a intervenção das grandes potências; China, Palestina, Malásia, Quênia, Chipre, Aden, Bornéu, Coreia, Vietnã, Filipinas, Ruanda, Angola e Moçambique são os exemplos óbvios. As Nações Unidas tentaram qualificar e dirigir o ingresso dos novos membros no sistema internacional de estados.

Para o período posterior a 1945, podemos dizer, portanto, que a qualidade de membro das Nações Unidas em qualquer tempo significa uma aproximação do sistema mundial de estados. A aproximação é imperfeita: a Suíça, a Coreia do Sul, a Coreia do Norte, Taiwan, Mônaco, Tuvalu e algumas outras unidades se conduzem como estados mas não são membros, ao passo que a Bielorrússia e a Ucrânia (totalmente subsidiárias da URSS até os recentes movimentos nacionalistas) o são

enquanto concessões ao poder que a União Soviética exerceu no final da Segunda Grande Guerra. Mas, de modo geral, a organização inclui os estados importantes do mundo e absorveu novos estados à medida que foram alcançando alguma autonomia nas questões internacionais.

A figura 7.1 apresenta a distribuição geográfica dos membros da ONU desde a sua fundação em 1945 até 1988. A história é evidente: a ONU começou com uma grande maioria de estados da Europa e das Américas – o antigo sistema europeu de estados e suas extensões, menos os principais vencidos da Segunda Guerra Mundial e mais alguns estados importantes fora do Ocidente. Aumentou muito pouco o total de estados da Europa e das Américas, nascidos dos acordos de paz europeus e da independência e do reconhecimento internacional dos estados do Caribe. Mas, depois de 1955, o número de estados asiáticos que ingressaram na ONU foi muito maior que o dos ocidentais. De 1960 em diante, os novos estados quase sempre eram oriundos da África.

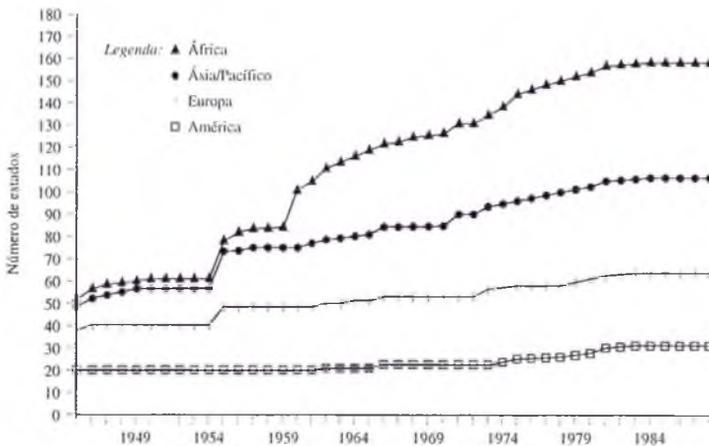


Figura 7.1 Membros das Nações Unidas por região geográfica, 1945-1988.

Em média, os novos participantes seguiam as trajetórias de intensa aplicação de coerção. As potências coloniais que abandonaram suas possessões deixaram atrás de si pouco capital acumulado, mas legaram como herança aos estados sucessores forças militares que haviam sido recrutadas entre as forças repressivas e moldadas a partir dessas mesmas forças que eles criaram para manter as suas administrações

loais. Essas forças armadas, relativamente bem-equipadas e bem-treinadas, se especializaram, então, muito mais no controle das populações civis e no combate aos insurgentes do que nas guerras entre estados. Quando os europeus desmontaram o seu próprio aparelho governamental, as forças armadas, as igrejas e as corporações ocidentais eram muitas vezes as organizações mais eficientes que operavam no território do estado. Além disso, as forças armadas possuíam algumas características distintivas: seus postos de comando eram preenchidos rapidamente com os mesmos homens que ocuparam antes posições subordinadas nos exércitos coloniais. Muitas vezes, dando continuidade a um padrão de recrutamento instituído pelas potências coloniais, recorriam a uma população lingüística, religiosa e/ou regional e, portanto, tornavam-se o instrumento ou o local de intensas rivalidades étnicas. Até 1966, por exemplo, o exército nigeriano manteve-se afastado da manifesta divisão por região ou etnicidade. Mas, com o golpe militar de janeiro de 1966, algumas fissuras começaram a revelar-se. Em julho, uma coligação de oficiais do norte liderou outro golpe e tentou expulsar do exército e do poder os Ibos (que provinham sobretudo da região oriental da Nigéria). Logo (maio de 1967), o leste, com o nome de Biafra, explodiu numa rebelião aberta, e teve início uma das mais sangrentas guerras civis da África (Luckham 1971: 17-82).

Salvo naqueles locais em que eram mantidos sob controle por líderes nacionais carismáticos, os exércitos do Terceiro Mundo comumente se opuseram ao domínio civil. Os oficiais superiores freqüentemente sentiam, e diziam, que sabiam muito melhor do que os meros políticos o que o destino do país precisava, e como manter a ordem a fim de cumprir esse destino. Além disso, de vez que os seus estados produziam rendas com a venda de mercadorias no mercado internacional, compravam armas no ultramar e recebiam ajuda militar das grandes potências, as forças armadas já não precisavam contar com a tributação e recrutamento autorizadas pelos governos civis.

No entanto, o grau de autonomia que os militares dos países exportadores conseguiram manter esteve na dependência das alianças que formaram (ou deixaram de formar) com elementos importantes da classe dirigente, e do êxito do programa de exportação. Na Bolívia, o encapsulamento dos magnatas do estanho, que viviam muito bem das rendas de exportação e estabeleciam poucos vínculos fortes com o país, tornou-os vulneráveis à tomada de poder e à apropriação das rendas do estanho pelos militares (Gallo 1985). Em Taiwan, um estado policial requintado sob o comando de Chiang Kai-Chek, o grande sucesso do programa de exportação industrial acabou desviando os militares de seus preparativos para invadir a China continental, reduziu o seu controle sobre a orientação política e atividades diárias do governo e cercou-os de funcionários civis poderosos (Amsden 1985).

O que é mais importante, o caráter da guerra mudou significativamente depois de 1945. Apesar do quase-desaparecimento de guerras entre potências ocidentais, o combate letal na verdade tornou-se mais freqüente no mundo todo. A tabela 7.1 mostra a tendência que se revelou a partir de 1893, expressa em milhares de mortos em combate em guerras que contaram pelo menos mil mortos num ano determinado. Os totais oscilam enormemente de um período para o seguinte. No entanto, os números revelam claramente diversas tendências: a concentração das mortes nos períodos de guerra geral, a estabilização ou declínio de guerras “extra-sistêmicas” à medida que mais e mais estados ingressavam no sistema internacional de estados, a proeminência irregularmente crescente das guerras civis na origem das mortes em combate. O número de novas guerras civis subiu de cerca de dez mil mortos em combate por ano no começo do século para cem mil mortos por ano entre 1937 e 1947, depois oscilou em torno da cifra dos cem mil nas três décadas seguintes.

Tabela 7.1 Mortos em combate em guerras que contaram pelo menos mil mortos em combate num ano determinado, 1893-1980

Período	Tipo de guerra			Total	% da civil
	Entre estados	Extra-sistêmica	Civil		
1893-1903	30	96	112	238	47,1
1904-1914	8 860	0	270	9 130	3,0
1915-1925	161	83	506	750	67,5
1926-1936	213	0	955	1 168	81,8
1937-1947	16 292	100	1 161	17 553	6,6
1948-1958	1 913	59	372	2 344	15,9
1959-1969	1 250	0	1 830	3 080	59,4
1970-1980	28	73	820	921	89,0

Fonte: Small & Singer 1982: 134, 263.

Com o século XX, as mortes em combate subavaliaram cada vez mais os danos causados pela guerra. O bombardeio de núcleos civis destruiu números crescentes de não-combatentes, sem falar de seus meios de subsistência. Durante e após as guerras, os estados começaram a substituir ou mesmo expulsar populações como nunca ocorrera antes. E a tentativa deliberada de matar populações inteiras – genocídio e politicídio – deixou de ser o que antes parecia uma aberração rara e pavorosa para converter-se numa técnica padronizada de governo. Entre 1945 e 1987, a morte em massa de civis intencionalmente por agentes dos estados causou talvez de 7 a 16 milhões de mortes em todo o mundo, mais do que os mortos nos combates diretos em guerras civis e internacionais (Harff & Gurr 1988).

As guerras civis que ocorreram depois de 1945 nasceram às vezes das lutas generalizadas entre classes pelo poder do estado. Originaram-se mais frequentemente das reivindicações de autonomia ou controle de um estado existente por parte de grupos religiosos, lingüísticos e territoriais particulares. Neste sentido estrito, o nacionalismo tornou-se mais relevante nas guerras à medida que o mundo inteiro se foi consolidando num mapa completo de territórios de estados estáveis e **separados entre si**; os detentores de poder das nacionalidades excluídas vêem as suas chances escorregando por entre seus dedos.

Ao mesmo tempo, as grandes potências passaram a intervir mais nas guerras civis, para garantir que vença a facção simpática em troca de adesão e cooperação daqueles que controlam o estado. Durante a década de 1970, guerras civis extensas tiveram início em Angola, Burundi, Camboja, Guatemala, Irã, Jordânia, Líbano, Nicarágua, Paquistão, Filipinas, Rodésia e Sri Lanka; somente num desses estados (Guatemala) as potências estrangeiras não intervieram de forma substancial (Dunér 1985: 140). Ao término de 1980, as guerras grassavam nas Filipinas, Angola, Guatemala, Afeganistão, El Salvador, Nicarágua, Camboja, Moçambique e Peru. Na maioria desses casos, os Estados Unidos, a União Soviética ou a África do Sul estiveram envolvidos pelo menos marginalmente. Embora a década de 1980 tenha produzido uma acalmia em comparação com os anos anteriores, a destrutividade da guerra Irã-Iraque (talvez um milhão de mortos em combate) e o prosseguimento de outras lutas até o meio da década torna improvável que o término do próximo intervalo em 1991 estabeleça uma tendência para baixo.

O armamento disponível prometeu novos níveis de destrutividade, enquanto a proliferação das armas nucleares ameaçou de extinção o mundo inteiro. No momento, os EUA, Rússia, Reino Unido, França, China e Índia passaram a ter definitivamente as suas próprias armas nucleares. Além deles, Alemanha Ocidental, Israel, Brasil, Argentina, Paquistão e Japão estão processando plutônio, o que os **leva pelo menos a uma notável distância da capacidade militar nuclear**. Entre os outros estados ostensivamente não-nucleares que não assinaram o tratado de não-proliferação nuclear de 1968 – e portanto continuam candidatos ativos à energia nuclear – incluem-se Espanha, Israel, Chile, Cuba e África do Sul. Cerca de 10% dos estados reconhecidos do mundo, inclusive suas maiores potências, portanto, ou dispõem de energia nuclear ou mantêm o direito a possuí-la. A guerra não se tornará mais benigna com o passar do tempo. (A.J.P. Taylor termina sua obra *How Wars End*, normalmente bastante loquaz, com uma lembrança enregelante da ameaça nuclear: “Todavia, não se preocupem. A Terceira Guerra Mundial será a última”; [Taylor 1985: 118].) Nesse meio tempo, proliferam as guerras não-nucleares.

O contínuo avanço da guerra ocorre juntamente com uma fixação das fronteiras internacionais. Com algumas exceções significativas, chegou ao fim a conquista militar além fronteiras, os estados cessaram de lutar entre si por território, e as forças de fronteira deixaram de preocupar-se com a defesa contra o ataque direto para controlar a infiltração. Os exércitos (e, nesse aspecto, as marinhas e as forças do ar) se concentram cada vez mais na repressão às populações civis, no combate aos insurretos, e nas derrubadas do poder vigente. Em conseqüência, os governos se tornam mais instáveis à proporção que suas fronteiras se tornam mais seguras. Como os que controlam os estados acabam considerando toda a população seus inimigos, as guerras geram refugiados numa proporção muito grande (estimativas convencionais avaliam o número de refugiados no mundo em 8 milhões por volta de 1970 e 10,5 milhões cerca de 1980 [Zolberg 1981: 21]).

Se o final da Segunda Grande Guerra determinou uma nova era para a guerra e a paz no mundo, a década de 1960 produziu a maior transição dentro dessa era. No início da década de 60, a descolonização e o ingresso de novos estados no sistema internacional ocorreram com maior rapidez, as guerras civis cresceram enormemente em destrutividade e passaram a ser a origem de todas as guerras, o poder militar consolidou-se na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio, e as lutas militares pelo controle dos estados africanos multiplicaram-se rapidamente. A crise dos mísseis cubanos confirmou a severa igualdade estratégica dos Estados Unidos e da União Soviética, assim como estabilizou as suas pretensões a zonas mutuamente exclusivas de influência em torno de suas próprias fronteiras. Acima de todo o resto, os militares se envolveram cada vez mais em lutas pelo poder do estado. Focalizemos, portanto, o papel do poder militar nos estados do Terceiro Mundo.

A ASCENSÃO DOS MILITARES

Embora um estudo sobre os militares do Terceiro Mundo sempre tenha sido mais especulativo e dividido que as análises do desenvolvimento político ou econômico, aqui também os analistas ocidentais adotaram comumente um modelo implícito da organização política “madura”. Em tal organização, supunham eles, militares impecavelmente profissionais ocupavam uma posição significativa mas nitidamente subordinada; o modelo derivava diretamente da experiência da maioria dos estados europeus nos últimos séculos de formação do estado. A tarefa do analista limitava-se, então, a mapear a trajetória que conduziria ou poderia conduzir da atual condição dos militares na Indonésia ou no Congo à condição adequada a uma democracia estável. Essa tarefa suscitava o trabalho adicional de explicar os

desvios do trajetória preferida – particularmente, a maneira enigmática como muitos territórios coloniais adquiriram uma independência formal com governos ostensivamente democráticos e representativos, mas rapidamente derivaram para um governo militar.

A maioria dos analistas pensava, com Edward Shils, que

o governo militar é uma das diversas alternativas praticáveis e aparentemente estáveis quando fracassam os regimes parlamentares e democráticos. Os obstáculos herdados e os recém-engendrados em que esses regimes têm tropeçado são mais determinativos do que as aspirações das elites militares desses estados, embora as últimas não deixem de ser importantes.

(Shils in Johnson 1962: 9.)

Assim, o desenvolvimento político e o desenvolvimento militar fundiram-se no mesmo problema. Ambas as idéias se dissolveram atualmente em ceticismo, contradição e desespero.

Em regiões do Terceiro Mundo como a África e a Ásia do Sul, um estudioso da história ocidental não pode deixar de observar aparentes disjunções entre, de um lado, a existência de exércitos do século XX de aparência ocidental e, de outro, a prevalência de uma política militar remanescente do Renascimento, entre o aparelho de um governo representativo e o uso arbitrário do poder do estado contra cidadãos, entre a instalação de burocracias aparentemente convencionais e o uso disseminado da organização governamental para benefício individual. Essas disjunções são mais visíveis em estados que escaparam recentemente do domínio colonial do que no resto do Terceiro Mundo. Ao contrário do aparente ensinamento da história européia, o crescimento do governo “forte”, do estado arbitrário e da militarização parecem estar passando de mão em mão.

Trinta anos atrás, Samuel Huntington afirmou que o controle dos militares pelos civis ocorreu através de dois processos diferentes, um instável e outro estável. O processo instável era uma luta pelo poder em que um grupo civil ou outro subordinava o militar a uma instituição governamental, a uma constituição, ou a uma classe social particular; Huntington deu-lhe o estranho nome de controle “subjetivo”. A seu ver, o controle “objetivo” resultava da maximização do profissionalismo militar e do reconhecimento de uma esfera militar independente fora da política. “Historicamente”, disse Huntington, “a exigência de controle objetivo origina-se da profissão militar, a exigência de controle subjetivo dos múltiplos grupos civis ansiosos por maximizar o seu poder nas questões militares” (Huntington 1957: 84-85). Paradoxalmente, os civis que tentaram aumentar o próprio poder mediante a interferência na profissionalização militar favoreceram,

desse modo, a tomada do poder pelos militares. Por esse argumento, uma ideologia pró-militar, o pequeno poder político dos militares e o seu alto profissionalismo favorecem o controle civil, ao passo que uma ideologia antimilitar, um grande poder político dos militares e seu baixo profissionalismo favorecem o controle militar.

A inserção do poder político militar na explicação do domínio militar introduz um elemento de circularidade no argumento, mas podemos romper o círculo vicioso conferindo os fatores que na opinião de Huntington favorecem o poder político: a associação pessoal dos militares a outros grupos poderosos, a interpenetração do corpo de oficiais pelas estruturas civis de poder, o prestígio e a popularidade do corpo de oficiais e de seus líderes. Assim, seria de esperar que um corpo de oficiais tivesse um poder político relativamente pequeno quando é recrutado principalmente fora das classes dirigentes, quando dispõe de poucos recursos não-militares, quando ocupa poucos cargos não-militares e tem poucos adeptos entre o povo.

Huntington escreveu numa época de otimismo sobre a profissionalização dos exércitos do Terceiro Mundo e o fortalecimento do controle civil. Cinco anos depois de Huntington, o escritor hispano-americano Victor Alba deu continuidade à nota de otimismo quando declarou que o militarismo latino-americano

atingiu a penúltima fase de sua história. Em seu estágio final ele desaparecerá. Essa época pode estar próxima. Estimulados pelas maiores possibilidades de ação diplomática e legislativa e pela crescente ansiedade das organizações internacionais, elementos poderosos da América Latina fizeram da supressão do militarismo a sua maior preocupação.

(Alba in Johnson 1962: 165-66.)

Todavia, a passagem do milênio puxou o tapete de sob seus pés. Apesar do dramático refreamento dos militares no Brasil e na Argentina, do término do regime Pinochet no Chile e do colapso do governo personalista de Alfredo Stroessner no Paraguai, nove dos 24 maiores estados da América Latina e do Caribe ainda conferem às suas forças armadas um poder e autonomia extensos. Além disso, nos bastidores, os militares da América do Sul ainda constituem uma força política com que temos de contar.

Considerada uma previsão feita trinta anos atrás, a análise de Huntington indica que, à medida que surgiram ideologias pró-militares, o poder político do militar declinou, e que, enquanto o profissionalismo militar aumentava em diferentes partes do mundo, o controle civil deveria ter-se tornado mais eficiente. Se, por outro lado, o controle militar realmente se disseminou muito mais, então seria o caso de julgar que as ideologias antimilitares ganharam, que o poder político do militar cresceu e o profissionalismo militar declinou. Algo nessas previsões

parece fora de propósito: o domínio militar, nos últimos trinta anos, aumentou nos estados do mundo mas, enquanto o poder político do militar, pelos padrões de Huntington, seguramente se expandiu, a ideologia antimilitar não parece ter-se tornado mais predominante e o profissionalismo militar certamente cresceu. Para esclarecer o que aconteceu, deveríamos examinar o lugar dos estados militarizantes no sistema de estados do mundo.

O MILITAR DE HOJE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Começando no século XVI e terminando apenas muito recentemente, os estados ocidentais incorporaram o resto do mundo a seu sistema através da colonização, do estabelecimento de vínculos comerciais e da negociação direta. Os membros mais recentes se juntaram ao sistema, na qualidade de atores independentes, através da descolonização e, portanto, chegaram com estruturas administrativas, sistemas fiscais e forças armadas criados sob modelos ocidentais; os títulos, as remunerações e os uniformes refletem essas influências nacionais. No entanto, a reprodução de um quadro de organização não proporciona qualquer garantia de que o novo estado se comportará como o antigo. Em nenhum outro setor isso é mais claro do que no comportamento do militar do Terceiro Mundo. Os exércitos dos países pobres se assemelham sob muitos aspectos aos dos países ricos. No entanto, no conjunto, intervêm na vida política doméstica de modo muito mais direto e freqüente e com resultados mais claramente danosos aos direitos dos cidadãos. Por que deveria ocorrer desse modo?

Voltemos a pensar no paradoxo central da formação do estado europeu: o de que a atividade da guerra e a busca da capacidade militar, depois de haverem criado estados nacionais como uma espécie de produto secundário, conduziram ao controle civil do governo e da política doméstica. Isso aconteceu, eu disse na ocasião, por cinco razões principais: primeira, o esforço de criar e sustentar forças militares fez com que os agentes dos estados construíssem imensos aparelhos de extração constituídos de pessoal civil e esses aparelhos de extração acabaram contendo e reprimindo as forças militares; segunda, os agentes dos estados negociaram com os grupos civis que controlavam os recursos necessários para uma prática eficiente da guerra e, dentro da negociação, concederam aos grupos civis direitos legítimos sobre o estado que mais tarde refrearam os militares; terceira, a expansão da capacidade do estado em tempo de guerra fez com que aqueles estados que não sofreram grandes perdas aumentassem a capacidade ao final das guerras, e os agentes desses estados tiraram vantagem da situação assumindo novas atividades, ou continuando

atividades que haviam começado como medidas de emergência; quarta, os participantes no esforço de guerra, inclusive o pessoal militar, adquiriram direitos sobre o estado que suspenderam durante a guerra devido a algum tipo de repressão ou acordo mútuo mas que voltaram a ativar tão logo ocorreu a desmobilização; e quinta e final, os empréstimos de guerra geraram grandes aumentos das dívidas nacionais, que por sua vez produziram burocracias de serviço e estimularam uma maior intervenção do estado nas economias nacionais.

Numa história quadrinizada da Europa, o relato apareceria em quatro quadrinhos. No primeiro, o rei usa armadura e carrega uma espada, recrutando e comandando o seu próprio exército e marinha, que mantêm lealdade pessoal ao seu serviço. No segundo, o rei veste um traje militar cheio de glória, mas contrata junto a um *condottiere* o aluguel de mercenários para lutarem as suas guerras. No terceiro, o rei, vestido numa luxuosa indumentária totalmente inadequada para lutar na guerra, consulta seus generais e ministros da guerra que têm os seus postos dentro de uma estrutura complexa, dominada pelos civis. Na última cena, vemos um rei (que pode agora estar disfarçado de presidente ou de primeiro-ministro) vestido com uma roupa de trabalho e negociando com o seu pessoal e com representantes devidamente constituídos dos principais interesses civis e da população em geral. (Os quatro quadrinhos ostentam os subtítulos familiares: Patrimonialismo, Corretagem, Nacionalização e Especialização.) Na verdade, a versão quadrinizada do controle civil do governo descreve experiências nacionais diferentes com variada verossimilhança; acomoda-se mais à experiência alemã do que à holandesa ou russa. Mas funcionará como um resumo esquemático do controle civil nos estados europeus.

Mais uma característica geral da formação do estado europeu merece a nossa atenção. As relações com outros estados desempenham um papel significativo na formação de qualquer estado particular, nem que seja apenas porque as guerras e os acordos de paz afetam de modo significativo a estrutura e as fronteiras do estado. Não obstante, as estruturas organizacionais dos primeiros estados nacionais a se formarem foram criadas sobretudo em conseqüência de lutas entre pretensos governantes e o povo que estão tentando dominar. Contudo, à medida que se solidificou o sistema de estado europeu, conjuntos inteiros de estados começaram a decidir os resultados das guerras, e portanto as estruturas organizacionais dos estados que emergiram das guerras. Assim, as forças de Napoleão reorganizaram drasticamente os estados na medida em que os conquistavam, e o Congresso de Viena redesenhou o mapa para incluir um reino dos Países-Baixos que não existia antes, além da Prússia, da Sardenha, da Bavária, de Baden e da Áustria bastante transformados. A Europa passou do processo relativamente "interno" de formação de estado para o relativamente "externo".

Esse desvio rumo ao processo externo prosseguiu até o século XX. Somente uma olhadela nos processos de formação de estado no século XX revela que são triplamente externos: muitos estados nacionais novos se constituíram sob a forma de possessões coloniais de outros estados, sobretudo estados europeus; muitos construíram suas instituições de governo sob a influência de outra potência bem maior; e concertos de nações – sendo as Nações Unidas a sua última personificação – confirmaram e até certo ponto conservaram a sua existência de membros separados do sistema internacional de estados. Uma consequência é a flexibilidade decrescente das fronteiras dos estados no século XX. Salvo quando faz parte de um acordo geral de paz negociado por muitos estados, existe uma probabilidade cada vez menor de que a conquista conduzirá a um redesenho importante do perímetro de algum estado. Atualmente, a Guatemala reclama toda a Belize e a Venezuela reclama parte da Guiana, mas outros estados das Américas não tolerarão um ato de rapacidade territorial tanto num caso como no outro. Embora as guerras, guerrilhas e outros tipos de luta continuem a ocorrer com bastante frequência, muitos estados não enfrentam qualquer ameaça militar séria do exterior. Isso significa que muitos exércitos têm pouca perspectiva de ir à guerra. Especializam-se no controle interno.

As organizações militares do Terceiro Mundo aproximaram-se especificamente do modelo europeu ou americano, e a ajuda e o treinamento a um grau muito maior do que os estados europeus influenciaram a formação dos exércitos um do outro. Na América Latina, por exemplo, antes da Segunda Guerra Mundial, a França e a Alemanha treinaram muitos oficiais da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Peru. Depois da guerra, os Estados Unidos assumiram essa tarefa (Nunn 1971). Essa intervenção externa deu aos militares latino-americanos excepcional manobrabilidade frente a seus rivais potenciais e a inimigos escolhidos.

Na Europa, a imposição externa das formas de estado ocorreu sem um impacto manifesto sobre a estabilidade dos regimes. É verdade que a maioria dos estados que se formaram a partir dos destroços do Império Otomano e do Austro-Húngaro tinham pontos de apoio mais firmes sobre a democracia estável do que os seus vizinhos do norte, e poder-se-ia mesmo aventar uma conexão entre a formação tardia do estado nacional e a vulnerabilidade ao fascismo da Alemanha e da Itália. Mas, na Europa do Norte, a independência tardia da Finlândia, da Noruega e das repúblicas do Báltico não impediu que instituísem regimes relativamente duradouros (ver Alapuro 1988).

Contudo, no mundo que existiu a partir de 1945, parece ter aumentado a relação entre a imposição externa e a estabilidade. Onde a capacidade dos governantes de extrair rendas das exportações de mercadoria ou da ajuda militar de uma grande potência lhes permitiu eximir-se da negociação com suas populações,

grandes edifícios de estado se desenvolveram na ausência de consenso ou suporte significativo por parte dos cidadãos. Carecendo de fortes vínculos entre as instituições estatais particulares e as principais classes sociais dentro da população, esses estados se tornaram mais vulneráveis a tomadas violentas do poder e a mudanças abruptas na forma de governo. Entre os estados mais pobres do mundo que já eram independentes em 1955, por exemplo, quando os gastos governamentais atingiram uma maior proporção do Produto Nacional Bruto (discutivelmente um resultado da influência externa) previam-se mudanças de regime mais freqüentes nas duas décadas seguintes, assim como mudanças de regime mais freqüentes entre 1950 e 1960 prevêm uma proporção maior dos gastos governamentais nos quinze anos subseqüentes (Thomas & Meyer 1980). Essas circunstâncias dão margem a um maior desenvolvimento militar e a tentativas militares de adquirir o poder.

É mais provável que a relação entre a influência externa e a instabilidade política seja curvilínea, aparecendo uma instabilidade maior nos níveis intermediários e/ou variáveis de controle externo. A relação entre a influência externa e o controle militar, por outro lado, é bastante direta. A forma extrema de influência externa é a ocupação militar; enquanto ela durar, o regime ocupado tende a se manter. A Segunda Guerra Mundial diferiu das guerras gerais anteriores por não haver terminado num tratado geral de paz; deixou na Alemanha, na Áustria, no Japão, na Coréia e em outros países ocupações militares que se arrastaram por muitos anos. Durante os anos do pós-guerra, as grandes potências ocidentais – sem qualquer nível de comparação, a URSS e os EUA – mantiveram números inauditos de soldados no exterior. Em 1987, 29 estados, oficialmente, tinham tropas estacionadas no território de outro estado. Os EUA contavam 250 mil soldados na Alemanha Ocidental, 54 mil no Japão e 43 mil na Coréia do Sul, enquanto a União Soviética tinha 380 mil na Alemanha Oriental, 110 mil no Afeganistão, 65 mil na Hungria e 60 mil na Tchecoslováquia. A União Soviética liderava a lista dos ocupantes:

URSS: 730 090 soldados no exterior

EUA: 492 500

Vietnã: 190 000

Reino Unido: 89 500

Fraça: 84 450

Cuba: 29 250

As surpresas são o Vietnã (com cerca de 140 mil soldados no Camboja e outros 50 mil no Laos) e Cuba (com 27 mil em Angola e outras forças espalhadas pelo Congo,

pela Nicarágua e pelo Iêmen; [Sivard 1988: 12-13]). Embora os estados dominantes muitas vezes enviem tropas para frustrar ou reverter transferências de poder, no conjunto a sua presença reduziu grandemente as probabilidades de outras mudanças de regime.

A ESTRUTURAÇÃO MILITAR

Os investimentos militares dos estados no mundo estão aumentando a grande velocidade. Depois da desmobilização que se seguiu ao término da Segunda Grande Guerra, os gastos militares cresceram violentamente numa base *per capita*, sobretudo no Terceiro Mundo. Entre 1960 e 1987, com correções devidas à inflação, os gastos militares *per capita* aumentaram quase 150%, ao passo que o PNB *per capita* cresceu apenas 60% (Sivard 1988: 6). Contudo, nos países mais ricos do mundo, os orçamentos militares de fato declinaram de cerca de 6,9% do PNB em 1960 para mais ou menos 5,5% em 1984; nos países mais pobres, a porcentagem aumentou de 3,6 para 5,6%; o mundo pobre está gastando atualmente uma parcela maior de suas magras rendas em armas e exércitos do que o mundo rico gasta de sua renda muito mais extensa. (Os “países ricos” compreendem a Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia e a antiga URSS. Os “países pobres” compreendem todos os outros.)

As regiões do mundo variam consideravelmente no volume dos gastos militares. A tabela 7.2 fornece os detalhes. Nos gastos *per capita* para 1984, os maiores gastadores do mundo eram a América do Norte, os países do Pacto de Varsóvia e o Oriente Médio, ao passo que em proporção ao PNB o Oriente Médio deixou o resto do mundo bem para trás. Os campeões nessa disputa dúbida foram o Iraque, com mais ou menos 38,5% do PNB dedicados à atividade militar, Oman com 27,9%, Israel com 24,4%, a Arábia Saudita com 22%, o Iêmen do Norte e do Sul com 16,9% e 15,1%, Síria com 14,9% e Irã com 14,6%; somente nesse ponto é que a lista deixa o Oriente Médio para incluir Angola, URSS, Mongólia, Lfbia, Nicarágua e Etiópia. Para Su-Hoon Lee, que examinou 60 países do Terceiro Mundo em 1960, 1970 e 1980, os fatos que prognosticam uma elevação maior dos gastos militares são, primeiro, a participação de guerras entre estados e, segundo, a dependência do comércio estrangeiro (Lee 1988: 95-111). Essa descoberta enfatiza as posições vulneráveis dos estados do Oriente Médio, onde se entremisturam o petróleo e a guerra.

Tabela 7.2 Gastos militares e poder militar em diversas regiões do mundo, 1972-1986

Região	Gastos militares per capita (US\$)			% da despesa militar em relação ao PNB			% de estados sob controle militar		
	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1978	1983	1986
América do Norte	346	468	935	6,3	4,9	6,1	0,0	0,0	0,0
América Latina	12	22	31	1,9	1,5	1,6	54,2	54,2	37,5
Europa da OTAN	108	237	280	3,8	3,6	3,8	7,1	7,1	7,1
Pacto de Varsóvia	204	311	631	9,0	8,2	9,6	0,0	14,3	14,3
A outra Europa	56	121	181	2,8	2,3	2,4	0,0	0,0	0,0
Oriente Médio	55	250	441	12,2	12,2	17,9	25,0	37,5	37,5
Ásia Meridional	4	5	9	4,0	2,8	3,5	50,0	50,0	50,0
Extremo Oriente	12	30	34	3,3	2,7	2,8	62,5	62,5	56,2
Oceania	98	156	276	3,1	2,4	3,0	0,0	0,0	0,0
África	7	22	30	3,0	3,6	3,9	52,3	51,1	64,4
Mundo	58	97	161	5,4	4,5	5,6	38,3	40,1	40,8

Fonte: Ruth Leger Sivard, *World Military and Social Expenditures*, edições de 1974, 1981, 1983 e 1988.

Analogamente, a partir de 1960 as forças armadas contaram com um efetivo mais ou menos constante em todas as partes ricas do mundo, mesmo que os gastos por soldado, marinheiro ou aeronauta tenham crescido vertiginosamente, ao passo que nos países mais pobres esse efetivo mais ou menos dobrou a partir de 1960 (Sivard 1986: 32). Em 1960, 0,61% da população mundial era de militares; por volta de 1984, essa cifra desceu ligeiramente para 0,57%. Nos países pobres, contudo, a proporção subiu de 0,39 para 0,45%; nos países mais ricos, as proporções de soldados em armas ainda são enormes, mas estão caindo, ao passo que os países mais pobres estão engatinhando. Entre 1964 e 1984, por exemplo, as forças militares da Guiana (excluindo a polícia) subiram de 0,1 para 1,8% de toda a população (cálculos de Danns 1986: 113-14); expansões semelhantes ocorreram em toda a parte quando antigas colônias abandonaram as forças rudimentares de ordem deixadas pelas potências imperiais e desenvolveram totalmente os seus próprios exércitos, milícias e marinhas. Na década de 1980, o Oriente Médio liderou o mundo em proporção de militares com relação à população civil, seguido pelos países do Pacto de Varsóvia e pela América do Norte. Os campeões individuais são o Vietnã (2,1%), o Irã (2,4%), a Síria (2,7%), o Iraque (3,5%) e Israel (4,3%); 4,3% significa uma pessoa em cada 23, incluindo mulheres, homens e crianças. Tal nível aproximou-se da intensa militarização da Suécia no começo do século XVII.

Além disso, o padrão mundial de fluxo de armas mudou consideravelmente durante o último quarto de século. O volume total de exportações expandiu-se rapidamente, multiplicando-se de cerca de 2,5 bilhões de dólares em 1960 para 37,3 bilhões em 1983 (Sivard 1986: 32). Estimulado pela ajuda militar das grandes potências, o fluxo de armas para o Terceiro Mundo crescia constantemente. De um sistema em que os maiores embarques de armas iam principalmente de uma parte para outra do mundo ocidental desenvolveu-se um sistema em que os países ricos exportam para os países pobres. Em 1965, as partes mais pobres do mundo receberam cerca de 55% de todos os carregamentos de armas internacionais; por volta de 1983, a proporção foi de 77%. (É verdade que o Brasil e Israel começavam então a competir ativamente no comércio mundial de armamentos, e a Argentina iniciava uma grande indústria bélica própria, mas nenhum deles disputou a predominância dos Estados Unidos, da União Soviética, da França ou da Grã-Bretanha na venda de armas.) Nesse momento, os países do Oriente Médio importavam armas num valor de cerca de 106 dólares *per capita* por ano, comparados com os 19 dólares da Oceania e os 11 dólares da Europa da OTAN. Na realidade, os estados do Oriente Médio, muitos dos quais podiam pagar com petróleo, receberam cerca da metade das armas transportadas para o Terceiro Mundo.

No entanto, o Oriente Médio não era o único que adquiria armas. Richard Tanter resume no que se refere ao resto da Ásia:

Nenhuma outra parte da terra experimentou maior sofrimento com a violência organizada: dos 10,7 milhões de pessoas em todo o mundo que morreram de causas relacionadas com a guerra entre 1960 e 1982, quase a metade eram asiáticos. Mesmo depois do término da segunda guerra da Indochina em 1975, os armamentos ainda estão fluindo para a região, e em níveis tão altos quanto antes, ou mesmo muito mais altos. Além disso, os governos militares da Ásia tornaram-se mais a norma que a exceção, e realizaram uma maior penetração do tecido social do que nos tempos anteriores. Os sistemas de armamentos importados para a região dos produtores industrializados e o número crescente de armas sofisticadas produzidas pela indústria nacional apresentam uma maior capacidade de destruição.

(Tanter 1984: 161.)

No período que vai de 1972 a 1981, entre todos os estados asiáticos fora do Oriente Médio, somente os gastos militares de Burma, em dólares constantes, declinaram; as despesas militares aumentaram pelo menos a metade, em dólares constantes, nas duas Coreias, em Taiwan, na Indonésia, na Malásia, nas Filipinas, na Tailândia, no Afeganistão, em Sri Lanka e em Bangladesh. Na Ásia e em outros locais, a escala da atividade militar está crescendo ao longo de quase toda dimensão.

OS SOLDADOS NO PODER

Com o crescimento das instituições militares, seria de esperar que a experiência europeia continuasse o processo de controle civil do governo? Temos alguns *indícios* de que não é o que acontece. Suponhamos que chamemos de “controle militar” a presença de algum dos critérios seguintes: liderança política dos oficiais militares, existência de lei marcial, autoridade extrajudicial exercida pelas forças de segurança, ausência de controle político central sobre as forças armadas, ou ocupação por forças militares estrangeiras (Sivard 1986: 24; para um conjunto mais complexo de critérios, mas que também é mais difícil de aplicar empiricamente, ver Stepan 1988: 93-127). A ausência de todos esses elementos constitui o controle civil do estado; esse ocorre quando acontece algum dos elementos seguintes:

- declínio na liderança política dos oficiais militares;
- fim da lei marcial;
- supressão da autoridade extrajudicial das forças de segurança;
- aumento do controle centralizado sobre as forças armadas;
- fim da ocupação por forças militares estrangeiras.

No Oriente Médio, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e a República Árabe do Iêmen preenchem o critério de controle militar; na América Latina, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai; na Europa, Turquia e talvez apenas a Polônia. Como revela a lista, os critérios abrangem uma série de estados que não têm governo militar no sentido estrito do termo, e se baseiam em julgamentos discutíveis acerca do poder e autonomia das forças armadas. Na Guatemala, por exemplo, um presidente civil eleito governou nominalmente desde 1985. Todavia, no centro indiano de Nebaj, um trabalhador religioso declarou a Stephen Kinzer: “Aqui temos um prefeito, temos conselheiros, e existe um aparelho legal. Mas nunca houve qualquer dúvida de que o exército tem precedência. Ninguém que seja eleito tem autoridade sobre alguma pessoa de uniforme. As eleições aqui não causam qualquer impacto” (Kinzer 1989: 34). A maioria dos exemplos latino-americanos estão dentro dessa zona cinzenta: democracia formal, poder militar. Contudo, se estreitássemos os padrões, as tendências e distribuições regionais dos estados militares não mudariam de forma substancial.

Na verdade, o termo “controle militar” aplica-se a tipos muito diferentes de regime. Thomas Callaghy nega que o Zaire, a despeito de ser comandado pelo general Mobutu, viva sob regime militar. Ele afirma que as diferenças entre o chefe

de governo civil e o militar importam pouco quando comparadas com as propriedades comuns “do estado administrativo autoritário e organicamente estatista que se liga intensamente a uma tradição colonial centralista e corporativista que é mantida, muitas vezes frouxamente e de maneira instável, por fortes governos personalistas”, que se está transformando no principal tipo da África (Callaghy 1984: 45). Não obstante, ele concorda em que os militares têm oportunidades excepcionais de tomar o poder na África. “Estas forças militares distintamente modernas, fracamente institucionalizadas”, relata ele, “são, no entanto, *relativamente* poderosas no contexto africano dos primeiros estados e sociedades modernos” (Callaghy 1984: 44). Assim, na África como em outros estados do Terceiro Mundo a expansão militar parece mais favorecer que coibir o governo militar. O processo não se está realizando como foi feito na Europa.

Pelos padrões que estabeleci anteriormente, cerca de 40% dos estados do mundo viviam sob controle militar na década de 1980, e a proporção foi crescendo lentamente. As variações de uma região para outra eram violentas: na América Latina cerca de 38% de todos os governos são militares, e essa proporção está declinando (depois de um rápido crescimento na década de 1960 e no começo da de 70); 38% no Oriente Médio, subindo de 25% na década de 70; uma taxa estável de 50% na Ásia do Sul, uma levemente oscilante de 60% no Extremo Oriente, 64% e subindo na África. O controle militar, de uma variedade ou outra, tornou-se a forma-padrão de governo em grande parte do Terceiro Mundo, sobretudo na Ásia meridional, na Ásia oriental e na África. A proporção dos estados sob controle militar numa região está relacionada com a data recente da sua descolonização. Muitos estados recentes não haviam conhecido outro governo senão o militar desde que obtiveram, ou reobtiveram, a sua soberania. Por volta de 1990, os ganeses tinham vivido sob controle militar durante 18 dos seus 30 anos de independência e haviam sofrido quatro grandes golpes no processo.

Entretanto, nem todos os estados militares são estados novos. A maioria dos estados latino-americanos, inclusive os governados por soldados, passaram a ser unidades formalmente independentes desde o começo do século XIX; na verdade, são anteriores à maioria dos estados europeus. Novamente, a antiga Tailândia fornece *um caso clássico de governo militar*. O Sião, como era chamada então, se destacava na década de 1930 por seu governo militar. Os militares derrubaram a monarquia em 1932 e desde então governaram o estado na maior parte do tempo. Nos 50 anos de 1932 a 1982, os oficiais militares foram primeiros-ministros em 41 deles; durante esse tempo, Sião/Tailândia sofreu nove golpes de estado e outros sete fracassaram; os golpes e as tentativas de golpe se concentraram de forma desigual no período que se inicia em 1945 (Chinwanno 1985: 114-15). Com uma ajuda

generosa dos Estados Unidos, os militares Tais construíram a sua força em nome do anticomunismo. Entre 1972 e 1982, as forças armadas cresceram de cerca de 30 mil para mais ou menos 233 mil – uma expansão de sete vezes – sem falar das reservas estimadas em 500 mil e de 600 mil tropas paramilitares (Chinwanno 1985: 115). As forças armadas administraram inúmeros programas de desenvolvimento rural e favoreceram a formação de grupos paramilitares para combater as guerrilhas comunistas.

Antigamente, os Tais eram incomuns. Mas, agora, muitos outros estados alcançaram o nível da Tailândia. Usando critérios semelhantes aos de Ruth Sivard, Talukder Maniruzzaman (1987: 221-22) calculou para 61 estados do Terceiro Mundo a proporção de todos os anos de independência, entre 1946 e 1984, em que foram governados por militares. Os principais são os seguintes:

80-100%: China/Taiwan, Tailândia, El Salvador, Nicarágua, Argélia, Egito, Zaire, Burundi, Síria;

60-79%: Paraguai, Sudão, Alto Volta, Argentina, Benin, República Centro-Africana, Togo, Guiné Equatorial, Guatemala, Iraque, República Popular do Congo, Mali, Burma, República da Coreia, Brasil, Somália, Bangladesh, República Árabe do Iêmen;

40-59%: Nigéria, Paquistão, Peru, Gana, Indonésia, Granada, Honduras, Madagascar, Bolívia, Panamá, República Dominicana, Líbia, Campuchea, Suriname, Níger.

Maniruzzaman omitiu alguns casos como o do Haiti, em que a família Duvalier não só assumiu títulos militares como também usou exércitos públicos e privados para aterrorizar a população civil; subestima, portanto, a prevalência do controle militar. Os estados do Terceiro Mundo, em média, passaram mais da metade de seus anos de independência a partir de 1946 nas mãos dos soldados.

À medida que cresceu o controle militar, aumentou a frequência dos golpes de estado no Terceiro Mundo. A figura 7.2 transmite os principais recados: um aumento de oito ou dez tentativas de golpe militar, cerca da metade bem-sucedidos, em algum lugar do mundo durante a década de 1940 para mais ou menos o dobro, e índices semelhantes de sucesso, durante a década de 70. Ao contrário das guerras civis, os golpes comumente ocorreram sem envolvimento manifesto das potências estrangeiras. Durante os quarenta anos, as potências estrangeiras intervieram para favorecer cerca de 7% de todas as tentativas de golpe, e para reprimir outros 4% (David 1987: 1-2). Evidentemente, as cifras significam que quase 90% dos golpes do mundo ocorreram *sem* intervenção estrangeira de vulto.

OS SOLDADOS E OS ESTADOS EM 1992

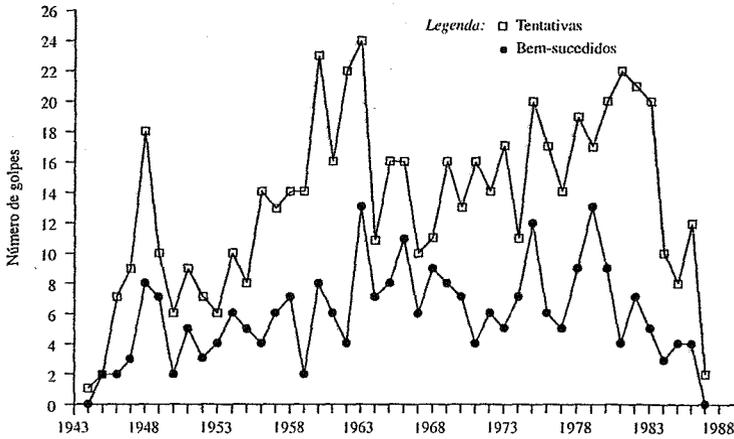


Figura 7.2 Golpes militares, 1944-87.

Os golpes se multiplicaram em parte porque os estados independentes se multiplicaram. A figura 7.3, que compara os números de golpes tentados e bem-sucedidos com a quantidade de membros da ONU ano a ano, mostra que as freqüências por estado são maiores antes do ingresso de inúmeros estados asiáticos

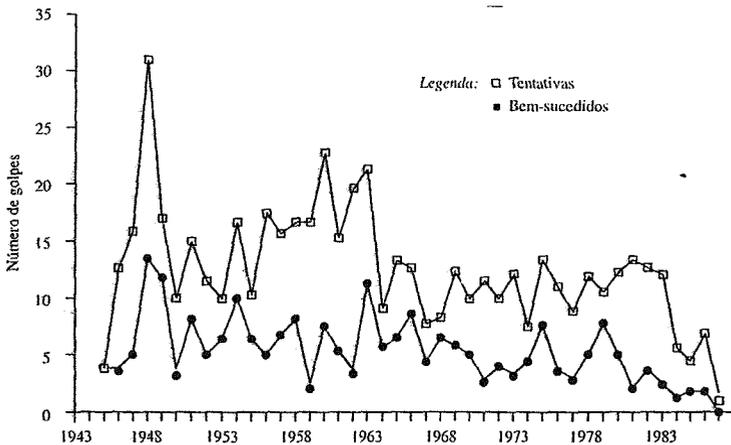


Figura 7.3 Golpes por 100 estados, 1944-87.

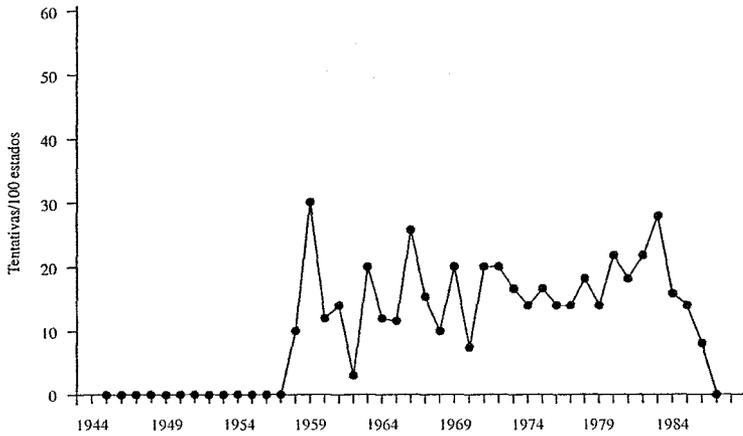


Figura 7.4 Tentativas de golpe por 100 estados, África 1944-87.

e africanos, na década de 1960, do que nos anos seguintes. As figuras 7.4 a 7.6 especificam o que estava acontecendo: na América Latina, no Oriente Médio e na Ásia, os golpes oscilam extremamente em torno de uma média de um por ano para cada três estados até mais ou menos 1964, depois estabiliza-se em um por ano para

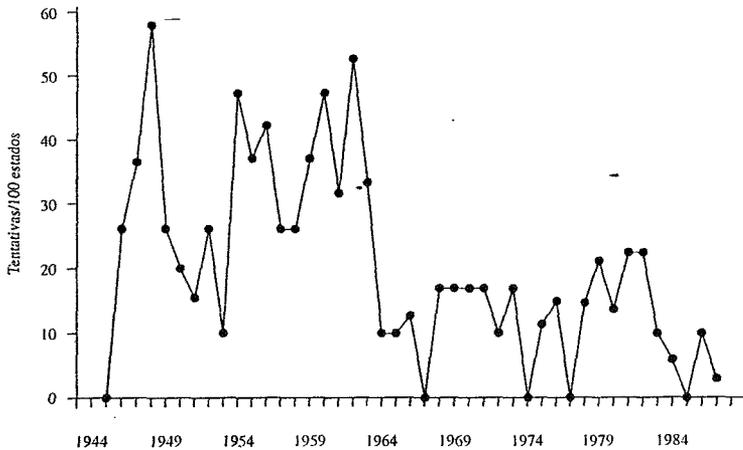


Figura 7.5 Tentativas de golpe por 100 estados, América Latina 1944-87.

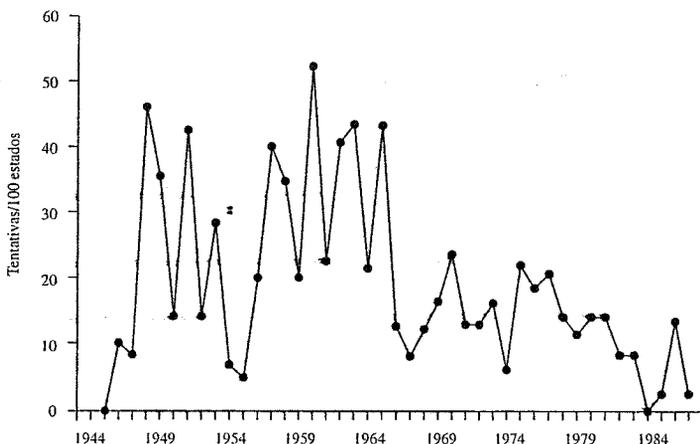


Figura 7.6 Tentativas de golpe por 100 estados, Ásia e Oriente Médio 1944-87.

cinco ou dez estados. Contudo, na África, a freqüência dos golpes subiu de nenhum durante o período de controle permanente da Europa para índices mais altos por estado do que em qualquer outro lugar do Terceiro Mundo de 1959 em diante. Entretanto, isso não significa que a freqüência ascendente de golpes constitui uma miragem estatística. Ao contrário: significa que a vulnerabilidade dos estados que ingressaram nas Nações Unidas depois de 1960 a golpes militares não era uniforme.

Não surpreende que a geografia dos golpes corresponda à geografia do regime militar. De 1980 até 1987, as tentativas de golpe no mundo ocorreram na Espanha, Iêmen do Norte, Iêmen do Sul, Egito, Bahrein, Síria, Líbano, Líbia, Bangladesh, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Coreia do Norte, Bolívia, Suriname, Argentina, Haiti, Guatemala, Panamá, Granada, Sudão, Mauritânia, Guiné Equatorial, Libéria, Gâmbia, República Centro-Africana, Seychelles, Gana, Zimbábue, Chade, Somália, Quênia, Alto Volta, Tanzânia, Togo, Suazilândia, Camarões, Níger, Lesoto, Nigéria, Guiné-Bissau, Comores, Guiné e Uganda; os insurretos militares tomaram realmente o poder no Iêmen do Sul, Bangladesh, Filipinas, Argentina, Suriname, Guatemala, Bolívia, Granada, Panamá, Haiti, República Centro-Africana, Gana, Chade, Alto Volta, Nigéria e Guiné – uma concentração desigual de golpes, e sobretudo de tentativas, na África.

Ainda continua por ser examinado se o declínio aparente de tentativas e sucessos depois de 1980 representa uma mudança definitiva. Até agora, o efeito nítido das mudanças depois da Segunda Guerra Mundial foi um aumento maciço

na parcela de estados independentes do mundo que são controlados mais ou menos diretamente por militares. As cifras de Maniruzzaman indicam que as restaurações de governos civis foram em menor número que os golpes militares em cada intervalo de 1946 a 1981, e que se mantiveram em seis em 1982-84. Na América Latina, uma mudança para o controle civil dos estados parece estar acompanhando o declínio na frequência de golpes militares (que resulta, por sua vez, da instalação de regimes militares relativamente instáveis) que teve início na década de 60. A América Latina passou por três estágios desde a Segunda Grande Guerra: um período de lutas constantes pelo poder, resultando num aumento nítido da militarização (1945 até o começo da década de 60); um período de governo militar relativamente estável (década de 60 até o final da de 70); e um período de redução parcial do poder militar (a partir de 1980). Dados os repetidos anúncios prematuros de controle civil na América Latina, não podemos confiar em que a partir de 1980 a inversão terá prosseguimento (Rouquié 1987: 2-3). Os estados da Ásia, África e do Oriente Médio, de qualquer modo, parecem ter estabelecido formas mais estáveis de governo militar; até agora, o declínio das frequências de golpe não pressagia uma libertação do controle militar.

Os estados do Terceiro Mundo, portanto, se militarizaram extensamente a partir da Segunda Grande Guerra: com exceção da América Latina, não temos sinais fortes de que a tendência se esteja invertendo e de que se esteja estabelecendo um processo de controle civil. Se assim for, o mundo tem muito com que se preocupar: não só porque isso significa que estavam erradas as nossas antigas idéias sobre o “amadurecimento” dos estados nacionais com a experiência, não só por causa do risco de que a guerra no Terceiro Mundo poderá envolver armas nucleares ou conduzir a uma grande confrontação de poder, mas também porque o controle militar e a violência do estado contra os cidadãos passam de mão em mão.

Examinemos a violência oficial contra os cidadãos sob a forma de tortura, brutalidade, seqüestros e assassinatos políticos. No conjunto do Terceiro Mundo, segundo a avaliação de Ruth Sivard, metade de todos os estados controlados por militares “freqüentemente” empregaram violência contra os seus cidadãos, ao passo que somente um quinto de estados não-militares o fizeram. As diferenças são mais intensas na América Latina, no Oriente Médio e no Extremo Oriente que na Ásia meridional e na África. Da mesma forma, as restrições ao direito de voto são consideravelmente mais comuns nos estados militares do Terceiro Mundo do que nos não-militares. Além disso, a relação parece ser de causa e efeito: quando os militares sobem ao poder, os direitos humanos e civis caem. Quem valoriza a representação política e a proteção dos cidadãos contra os abusos do estado deveria preocupar-se com a militarização em escala mundial.

COMO OS MILITARES ALCANÇAM O PODER?

Se, depois de séculos de controle civil do sistema europeu de estado, os estados que se agregaram ao sistema recentemente estão-se encaminhando para o governo militar, o que poderia explicar essa tendência? Sejamos claros: dada a variedade dos estados do Terceiro Mundo, nenhuma explicação isolada poderá elucidar em detalhe a ascensão do poder militar em cada país. No caso da África sub-saariana, Samuel Decalo nega que a força e coerência dos militares tem algo a ver com sua maior propensão a tentar obter o poder nacional; ao contrário, ele afirma, "muitos exércitos africanos [são constituídos de] um círculo de campos armados distintos que devem lealdade clientelística principalmente a um punhado de oficiais mutuamente competitivos de diferentes postos que estão excitados por vários ressentimentos corporativos, étnicos e pessoais" (Decalo 1976: 14-15), por uma competição interna que os leva a empreender tentativas de golpes; já Maxwell Owusu (1989) insere os golpes pós-independência de Gana numa longa tradição de rebeliões populares contra chefes indignos. Contudo, Ruth Collier indica que os militares africanos tomaram o poder com mais frequência naqueles estados onde uma facção impôs um governo unipartidário aos outros, ou um sistema multipartidário representativo de muitas etnias surgidas com a independência, do que nos lugares onde uma predominância unipartidária se desenvolveu através de sucessos eleitorais anteriores à independência (Collier 1982: 95-117). A coexistência de múltiplos vínculos patrão-cliente e de fragmentação étnica aparentemente torna os estados africanos vulneráveis ao poder militar, mas dentro dos limites estabelecidos por coligações e partidos nacionais.

De qualquer modo, tal explicação tem pouco peso em grande porção da Ásia meridional, na América Latina e no Oriente Médio. No que diz respeito à América Latina, na opinião de J. Samuel Fitch,

emergiu um crescente consenso no tocante às condições prévias para os golpes militares. Os golpes ocorrem quando os oficiais militares acreditam existir uma situação de crise. Distúrbios públicos e uma opinião pública hostil ao governo, ameaças aos interesses institucionais dos militares, violações da constituição por parte dos presidentes civis, manifesta incapacidade da administração incumbente de resolver uma crise econômica séria, ou uma expressiva "ameaça comunista" aumentarão o senso de crise dos militares. Ambições e vínculos pessoais podem influenciar oficiais individuais, mas a decisão de praticar um golpe militar geralmente é uma decisão institucional, que reflete a avaliação coletiva do desempenho do governo por parte do total dos postos superiores das forças armadas.

(Fitch 1986: 27-28.)

Numa escala mundial, portanto, antes de estudarmos as histórias particulares dos estados e regiões a fim de examinar os caminhos precisos que levam à hegemonia militar, só podemos identificar as condições que tornam mais fácil ou mais provável o poder militar. Vêm à mente três possibilidades principais.

Primeira, as instituições controladas pelos civis podem estar falhando com tanta frequência no Terceiro Mundo que os militares as encampam por inadimplência. Vinte e cinco anos atrás, os analistas políticos ocidentais que observaram o aumento de intervenção dos exércitos na política civil do Terceiro Mundo tenderam a essa explicação.

Segunda, o apoio desigual que as potências externas concedem às organizações militares do Terceiro Mundo podem estar dando a essas organizações uma força extra frente a seus concorrentes dentro de seus próprios estados. Os críticos radicais dos programas de ajuda militar dos Estados Unidos muitas vezes articulam essa explicação.

Terceira, o processo de negociação e refreamento dos militares que ocorreu amplamente no Ocidente pode não estar ocorrendo, porque os estados adquirem seus recursos militares das grandes potências fora do estado, em troca de mercadorias ou de subordinação política. Ou as três podem estar acontecendo ao mesmo tempo.

Carecemos de uma evidência confiável sobre qual das três está ocorrendo. Uma análise cuidadosa da intervenção militar na política dentro de 35 estados africanos, entre 1960 e 1982, indica que os seguintes fatores favorecem a intervenção:

- dominação do exército por um único grupo étnico;
- altos gastos militares combinados com freqüentes sanções contra os opositores ao governo;
- ausência de pluralismo político;
- baixo comparecimento eleitoral antes da independência;
- pequena proporção da população na agricultura;
- rápido aumento populacional na capital;
- lento aumento dos empregos industriais e do PNB;
- pequena proporção das exportações em relação ao PNB;
- declínio na diversificação das mercadorias exportadas.

(Johnson, Slater & McGowan 1984: 635.)

Apesar do caráter heterogêneo que vicia muitas dessas buscas estatísticas de causas, a lista apresenta alguns temas recorrentes. Mais do que qualquer outra coisa, retrata que uma combinação de autonomia militar e crise econômica é favorável ao envolvimento dos militares. Os próprios autores concluem que a “mobilização social” favorece a intervenção militar, e a “participação política” lhe é desfavorável. Observam eles,

Pareceria que nos estados em que os elementos prestigiosos internalizaram as regras da economia do mundo capitalista e, desse modo, enfrentaram relativamente bem o ambiente econômico internacional muito cruel dos últimos 10 anos, esses estados reduziram até certo ponto a sua periferalidade, reforçaram de algum modo as suas estruturas civis e experimentaram menos intervencionismo militar do que os estados cujos elementos prestigiosos não o enfrentaram muito bem.

(Johnson, Slater & McGowan 1984: 636.)

Embora cada um desses fatores mereça discussão por si só, nenhum deles lança muita luz sobre o processo histórico pelo qual os estados se tornam mais ou menos vulneráveis aos golpes militares.

Sejamos claros. Cisões características dentro dos estados variam fundamentalmente de uma região para outra do mundo, e as verdadeiras alianças entre homens e grupos militares ambiciosos variam correlatamente. As segmentações étnicas têm grande importância nos estados contemporâneos da África e da Ásia meridional, mas muito menos dentro dos estados contemporâneos da América Latina. Divisões religiosas, dentro e fora do Islã, estão envolvidas na maioria dos conflitos importantes no Oriente Médio. Além do mais, onde já prevalece o governo militar, a competição dentro das próprias forças armadas freqüentemente produz tentativas de tomada do poder. A tentativa de golpe de 15 de abril de 1987 e subseqüentemente na Argentina representou a oposição de um segmento do exército à denúncia das violações de direitos humanos na época da ditadura militar anterior (Bigo et al. 1988: 56-57). O golpe de 14 de maio de 1987 nas ilhas Fiji ocorreu “sobretudo para proteger os interesses particulares da comunidade nativa de Fiji” contra o poder eleitoral da quase-maioria indiana (Kelly 1988: 399), e o golpe de 3 de setembro de 1987 em Burundi colocou uma facção contra a outra (Bigo et al. 1988: 65). Nesse nível, todo regime militar e toda tentativa militar de tomada do poder depende da estrutura social local e da história prévia. Contudo, se não podemos explicar os cursos de regimes militares particulares sem histórias particulares, ainda podemos indagar com razão se algumas mudanças em escala mundial a partir de 1945 tornaram as tentativas militares de tomada do poder mais viáveis e atraentes em todo o mundo, e portanto ajudam a explicar o incremento dos regimes militares no mundo.

Não sabemos até agora se está realmente ocorrendo no mundo contemporâneo algum dos três processos hipotéticos: fracasso das instituições civis, apoio externo aos militares, minimização das negociações entre o estado e os cidadãos. Mas contrastes entre as recentes experiências dos estados do Terceiro Mundo e as condições que colocaram a Europa sob o controle dos civis sugerem uma importante especulação acerca do que *poderia* estar ocorrendo na África, no Oriente Médio e em grande porção da Ásia. Eis a especulação: a criação, a partir da Segunda Guerra Mundial, de um sistema mundial de estados bipolar, depois incipientemente tripolar, intensificou a competição entre as grandes potências em torno da lealdade dos estados do Terceiro Mundo, e a tendência a não deixar neutro nenhum segmento do Terceiro Mundo. Essa competição induziu as grandes potências, especialmente os Estados Unidos e a União Soviética, a fornecer a muitos estados armas, treinamento e aconselhamento militares.

Em troca, as grandes potências, ou os principais interesses dentro delas, receberam algum tipo de mercadoria, como petróleo, apoio político na arena mundial e, algumas vezes, lucros com a venda de armas. Nesses estados, as organizações militares crescem em tamanho, em força e eficiência enquanto outros organismos ficam parados ou simplesmente defínham. A relativa viabilidade das organizações militares as torna atraentes para os jovens ambiciosos mas pobres, de tal modo que o militarismo desviou muitos talentos dos negócios, da educação e da administração pública civil. Assim, os militares acharam cada vez mais fácil apoderar-se do controle do estado, e os governantes civis encontraram uma dificuldade cada vez maior para controlá-los. Emergiu uma ou outra forma de pretorianismo: oligárquica, radical ou de massa, para usar os rótulos de Samuel Huntington. A militarização prevaleceu.

Pode-se acreditar nessa especulação? A experiência dos países para os quais temos histórias políticas detalhadas do pós-guerra dão-lhe algum apoio. Os casos extremos incluem Taiwan e as duas Coréias, onde o apoio maciço das potências estrangeiras aos militares locais produziu um controle inflexível das economias nacionais, até que o próprio sucesso da expansão econômica começou a minar a hegemonia militar (Amsden 1985, Cumings 1984, 1988, Deyo, Haggard & Koo 1987, Hamilton 1986). Na Coréia do Sul, por exemplo, Park Chung-Hee, um ex-oficial do exército japonês de ocupação, tomou o poder em 1961. Park fez esforços deliberados para estabelecer “um país rico e um militarismo poderoso” no estilo japonês (Launius 1985: 2). Conseguiu o seu intento por dois motivos principais: primeiro, porque a Coréia, de 1907 a 1945, fora uma colônia japonesa estreitamente controlada, e os oficiais coreanos assumiram facilmente as posições de poder dentro do novo regime, e, segundo, porque o exército americano de ocupação – que

continua na Coreia até hoje – apoiou o plano e participou no refreamento dos trabalhadores e estudantes de oposição.

A redistribuição revolucionária da terra, que ocorreu quando a Coreia do Norte ocupou a Coreia do Sul, no verão de 1950, havia eliminado os proprietários rurais como possível fonte de oposição à hegemonia militar (Cumings 1989: 12). Embora a Coreia do Sul tenha passado por diversos períodos curtos de democracia nominal sob os auspícios dos Estados Unidos, o golpe de estado de 1961 colocou definitivamente os militares em posição de mando. Sob controle militar e patrocínio americano, a Coreia do Sul construiu uma economia de baixos salários e orientada para as exportações, visando principalmente ao mercado japonês e americano. De maneira semelhante, embora com menor sucesso econômico, a União Soviética manteve por muito tempo uma presença e supervisão militar em satélites como a República Democrática Alemã, a Hungria e a Tchecoslováquia.

Com exceção talvez do Panamá, de Cuba e de Honduras, o controle estrangeiro direto dos militares nacionais, e portanto do estado, na América Latina não se aproxima dos extremos ocorridos na Ásia oriental. Os estados latino-americanos mantiveram a sua forte tradição de intervenção militar na política desde que, quase dois séculos atrás, se tornaram independentes da Espanha e de Portugal. Contudo, regimes políticos duradouros se tornam mais predominantes nas décadas de 60 e 70. Assumiram duas formas um tanto diferentes: o governo personalista e clientelista de um Stroessner no Paraguai ou de um Somoza na Nicarágua, e o controle “institucional” por parte dos militares que predominou na Argentina depois de Perón e no Brasil depois de Vargas.

Por algum tempo antes da década de 1960, os Estados Unidos haviam mantido sob “tutela militar” muitos estados do Caribe e da América Central, sentindo-se no direito de enviar os fuzileiros navais para manter ou restaurar os regimes que preferiam (Rouquié 1987: 117-28). Todavia, até esse momento, nem o capital americano nem a sua ajuda militar haviam-se estendido muito ao resto da América Latina. Os golpes de estado sul-americanos bastante frequentes induziram pouca intervenção direta dos EUA. Com a revolução cubana e a incipiente cooperação entre Cuba e a União Soviética, a administração Kennedy começou a redefinir a sua política latino-americana; a partir de 1962, a ajuda militar americana

tornou-se mais intensa e mais bem institucionalizada do que antes. O planejamento militar americano tornou-se mais estruturado e as relações entre os exércitos latino-americanos e o da metrópole estreitaram-se muito mais. O Exército dos EUA tinha missões militares de variada importância em noventa países do subcontinente e a sua presença era muitas vezes parte integrante dos acordos de venda ou de empréstimo de equipamento militar.

(Rouquié 1987: 132.)

A ajuda militar norte-americana à América Latina subiu de cerca de 40 milhões de dólares por ano em 1953-63 para mais ou menos 125 milhões por ano em 1964-67 (Rouquié 1987: 131). Essa presença ajudou a reduzir a frequência das tomadas militares de poder na América Latina graças ao fortalecimento daqueles regimes militares que já conservavam o poder. Tampouco até o final da década de 1970, quando os Estados Unidos começaram a negar o seu apoio a militares residentes, houve uma tendência menor a um controle civil dos estados.

O Brasil é um caso esclarecedor. Embora os militares tivessem rondado a política civil desde a derrubada do Império do Brasil pelo exército em 1889, não se apossaram do controle direto e duradouro do estado até a “Revolução de Abril” de 1964. Mas, então, os regimes dominados pelos militares abriram o Brasil ao capital americano, à ajuda militar dos Estados Unidos e à cooperação Brasil-Estados Unidos na Guerra Fria. O controle militar persistiu até 1985. Nas eleições regionais de 1982, os líderes da oposição ganharam as governorias dos principais estados e em 1984 um opositor moderado do poder militar, Tancredo Neves, ganhou a presidência do Brasil. Teve início a desmilitarização, mas com ganhos compensadores significativos para os militares: uma indústria bélica doméstica em expansão, e um aumento do orçamento militar nacional. Os Estados Unidos não intervieram diretamente no controle do governo pelos civis, mas a sua maior preocupação com os direitos humanos e a menor disposição a apoiar o militarismo em declínio seguramente ajudaram a preparar o cenário.

O vizinho Suriname chegou ao governo militar depois de cinco anos de sua – independência da Holanda, mas os seus soldados se declararam socialistas (Sedoc-Dahlberg 1986). Da independência em 1975 ao golpe militar de 1980, os três partidos políticos principais do Suriname representavam os seus grupos étnicos dominantes: hindustâni, crioulo e javanês. Mas, quando uma força de 600 homens comandados por sargentos assumiu o controle do estado depois de uma série de disputas trabalhistas dentro do exército, o novo governo começou a receber ajuda substancial de Cuba e seguiu a linha política desse país socialista. Ao mesmo tempo, a força militar aumentou o seu efetivo, organizando uma milícia popular de cerca de três mil homens para controle interno e mantendo em armas aproximadamente 1,4% do total da população, mais de três vezes a média mundial para os estados de baixa renda. Os líderes brasileiros, alarmados com a presença de um estado esquerdista no seu flanco, estabeleceram, em 1983, um arranjo pelo qual “o Suriname venderia arroz e alumina ao Brasil em troca de armas suficientes para dobrar o efetivo do exército surinamês” (Sedoc-Dahlberg 1986: 97) e o Suriname moderaria também as suas políticas sociais. A combinação das ajudas do Brasil e de Cuba serviu para aumentar o espaço de manobra dos

militares dentro do Suriname, permitindo-lhes que governassem sem uma ampla base social.

A Líbia seguiu um caminho diferente rumo ao governo militar (Anderson 1986: 251-69). O imperialismo italiano reuniu num território único as hostis e claramente diferentes Tripolitânia e Cirenaica. O líder sanusi Idris, que se tornou rei por ocasião da independência em 1951, era apoiado principalmente por Cirenaica; a sua cooperação no esforço aliado para expulsar a Itália da África do Norte proporcionou-lhe uma vantagem política decisiva sobre os seus rivais tripolitanos. Nenhum estado nacional bem definido emergiu na Líbia independente. Ao contrário, famílias ampliadas e superpostas governaram através de patronato. As rendas do petróleo as enriqueceram, permitiram a construção de um padrão de infra-estrutura e deram ao rei e a seus sátrapas condições de governar sem construir uma burocracia central substancial. O pequeno Exército Líbio Real formou-se a partir de unidades que haviam lutado com os ingleses na Segunda Grande Guerra, mas foi eclipsado pelas forças de segurança provinciais recrutadas entre as populações tribais e pela presença de bases militares americanas e inglesas. Apesar da presença anglo-americana, o capitão Muamar al-Khadhafi liderou um golpe de estado bem-sucedido em 1969. Na verdade, o controle das rendas do petróleo tornou possível a Khadhafi expulsar os ingleses e americanos, eliminar a maioria dos antigos governantes, islamizar e arabizar o estado, empreender um programa de assistência aos regimes revolucionários que nasciam em outros lugares do mundo e ainda assim continuar evitando, como seu predecessor, criar uma avultada estrutura central. O estado transformado cautelosamente começou a cortejar a União Soviética e fazer uma campanha de oposição ao poder americano. Nesse momento, uma espécie de nacionalismo resguardou um estado frágil e justificou o governo militar.

Na Coreia do Sul, uma ocupação americana moldou diretamente o estado do pós-guerra. No Brasil, as variadas orientações americanas com relação aos militares latino-americanos condicionaram as mudanças políticas, mas não conseguiram comandar a história do poder militar. A Líbia mudou para um regime militar apesar da presença militar americana. Evidentemente, as condições e conseqüências do poder militar variam consideravelmente de uma parte a outra do Terceiro Mundo. A competição e a intervenção das grandes potências nada mais fazem que apoiar as partes em algum golpe particular e na manutenção de algum regime militar particular. Mas mudanças nas relações dos estados do Terceiro Mundo com as grandes potências e entre si parecem ter contribuído de forma importante para alterações nos ritmos globais do controle militar no mundo inteiro. Nesse particular, o sistema de estados como tal estabeleceu uma diferença.

Se a confrontação e intervenção da grande potência em forças militares nacionais tem a influência que essa análise lhe dá, parece claro haver um caminho rumo ao controle civil do estado. Ele apresenta duas ramificações: ou uma redução da competição da grande potência para construir a força militar dos estados do Terceiro Mundo ou um isolamento dos estados-alvo dessa competição. Envolve o favorecimento da negociação entre as instituições civis do estado e a maioria de seus cidadãos. A criação de sistemas regulares de tributação, administrados equitativamente e sensíveis à cidadania, provavelmente aceleraria o processo. O mesmo ocorreria com a abertura de carreiras viáveis alternativas ao serviço militar. É possível, como diz Alfred Stepan (1988: 84-85), que a instalação no Brasil de uma importante indústria de exportação de armas vá ter o efeito paradoxal de reduzir a autonomia de seus generais, e assim de acelerar um tipo de democracia através da justaposição de burocracias civis, interesses adquiridos e negociações com a população civil; de modo mais geral (e, poder-se-ia esperar, menos beligerante), é possível que o maior envolvimento do governo no aumento da produção de bens e serviços vá favorecer o controle civil. Não é de modo nenhum uma repetição da experiência européia; nesse momento, presumivelmente, podemos fugir um pouco da crueldade dessa experiência. Mas, ainda assim, um conjunto de oportunidades que uma reflexão desapaixonada sobre a formação dos estados europeus torna um pouco menos obscuro.

POSFÁCIO

Na verdade, a minha abordagem desses temas contém harmônicos peculiares. Retorna, apesar de meus protestos anteriores, a uma forma de colonialismo intelectual, à presunção de que, se os estados europeus abriam seu caminho para o controle civil da vida pública, do mesmo modo podiam e deviam tê-lo feito os estados do Terceiro Mundo de hoje – se eles ou seus padrões tivessem apenas desenvolvido o processo europeu. Negligencia a variação geopolítica entre as regiões, que torna tão diferentes as relações entre o civil e o militar: a constante ameaça de intervenção militar direta dos Estados Unidos na América Central ou no Caribe, a centralidade do petróleo em muitas economias do Oriente Médio, o amplo domínio da África do Sul dentro dos estados ao norte, a expansão industrial do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan como fator na política de seus vizinhos. Esquece que a fragmentação e o conflito étnicos favorecem o poder militar. Minha tentativa de colocar a militarização contemporânea em perspectiva histórica corre o risco de lançar um feixe de luz tão brilhante que realmente obscurece as sutilezas do tema, elimina o seu padrão genuíno de luz e sombra. Minha defesa é simples:

precisamos estar conscientes de que a ascensão do poder militar nos estados do Terceiro Mundo não é apenas uma fase natural da formação de estado, uma que, segundo nos conta a experiência anterior, irá passando gradativamente à medida que os estados forem amadurecendo.

De qualquer modo, a militarização contemporânea não constitui o único tema importante sobre o qual o estudo da formação do estado europeu lança alguma luz. O processo merece atenção por mérito próprio, simplesmente porque a formação de um sistema europeu de estados nacionais afetou profundamente a vida de todos os ocidentais, e igualmente da maioria dos não-ocidentais. Espero que este livro tenha mostrado a grande contingência da formação do estado europeu, na verdade do triunfo final do estado nacional sobre as outras formas de organização política. Somente a grande expansão das guerras internacionais, no século XVI, em escala e gastos (que foi, a bem da verdade, um produto das rivalidades entre os estados europeus bem como de sua interação com turcos e chineses) proporcionou aos estados nacionais uma vantagem definitiva sobre os impérios, as cidades-estado e as federações que predominaram na Europa até essa época.

Tampouco os europeus seguiram um único caminho rumo ao estado nacional. Em função da relativa predominância da concentração de capital e da concentração de coerção em partes diferentes do continente, três modelos parcialmente distintos de transformação – de intensa aplicação de coerção, de grande inversão de capital e de coerção capitalizada – demarcaram as experiências profundamente diferentes para governantes, proprietários rurais, capitalistas, trabalhadores e camponeses indistintamente. Ao longo do caminho, a maioria dos estados que existiram antes desapareceram, e o restante sofreu mudanças fundamentais na forma e na ação. Em regiões e períodos em que os capitalistas mantiveram o domínio, os estados comumente se fragmentaram, opuseram-se à centralização e deixaram um grande campo de ação para as instituições formais que representavam as suas classes dominantes. Antes do desenvolvimento de imensos exércitos de cidadãos nos séculos XVIII e XIX, tais estados se mobilizaram facilmente para a guerra (particularmente a guerra naval), não obstante tenham criado uma estrutura estatal duradoura relativamente pequena como o fizeram.

Em contraste, as regiões dominadas pelos proprietários rurais mais frequentemente produziram estados mais avultados, centralizados, à medida que o simples esforço de extrair os recursos da guerra de economias pouco comercializadas criou extensas administrações e pactos de longo alcance entre os governantes e seus aliados territoriais. No caso extremo, como a Polônia por quatro ou cinco séculos, o peso dos proprietários rurais absorveu o poder real e favoreceu a imobilidade ou o colapso.

Entre a trajetória de intensa aplicação de coerção na formação do estado e a de grande inversão de capital, um equilíbrio maior entre o capital e a coerção suscitou a luta de classes, mas em alguns casos, como a França e a Grã-Bretanha, abriu espaço para a formação de um estado nacional com condições de criar e manter forças armadas maciças. Esses poucos sobreviventes definiram o padrão de guerra dos outros estados, *desempenhando papéis desiguais na imposição*, ao resto do mundo, do sistema europeu de estado e da variedade européia de estado nacional. A partir da Segunda Guerra Mundial, o sistema outrora europeu de estados nacionais teve pretensões de controlar toda a terra. Já que o sistema se originou na Europa, um exame detido da história européia ajuda-nos a entender as origens, o caráter e os limites do sistema mundial contemporâneo.

A maior razão para esmiuçar as mudanças que estão empurrando os estados europeus para uma nova era é que estou escrevendo na primavera de 1992. Aconteceu o inconcebível. Desde 1988, a União Soviética foi a primeira a afastar suas forças militares do confronto profundo, ainda que indireto, com os Estados Unidos no Afeganistão, em seguida estilhaçou-se em suas repúblicas componentes, algumas das quais, por sua vez, começaram a fragmentar-se. A Rússia e a Ucrânia (ora estados separados dentro de uma débil federação) fizeram um ao outro ameaças bélicas pela posse de armas nucleares, da Criméia e da frota do mar Negro. A Iugoslávia fragmentou-se na Sérvia e num semicírculo de fugidias repúblicas não-sérvias. A República Democrática Alemã se dissolveu na sua vizinha alemã mais extensa, mais rica e outrora inimiga. Outros estados da Europa Oriental e Central repudiaram os seus regimes socialistas depois de graus variados de luta, e abriram-se fissuras entre segmentos tchecos e eslovacos da recém-dessocializada Tchecoslováquia. As perspectivas de governo militar cresceram numa série de estados dentro da antiga zona soviética de influência.

Isso não é tudo. Com a bênção da moribunda União Soviética, os Estados Unidos comandaram uma série de estados europeus num ataque devastador ao Iraque em reação à sua invasão do Kuwait. Entrementes, a Comunidade Européia adotou várias medidas para aproximar-se de uma unificação econômica, enquanto que ao mesmo tempo estados adjacentes – inclusive uma série de estados há pouco socialistas – começaram a competir acerbamente por alguma forma de inclusão na CEE. Em alcance, rapidez e interdependência, essas mudanças se assemelham às momentosas alterações no sistema europeu de estados que se originaram caracteristicamente dos tratados de paz de guerras gerais anteriores, como em 1815-18, 1918-21, ou 1945-48. É como se a Guerra Fria fosse mais do que uma metáfora.

Como essas mudanças se articulam, se é que de algum modo o fazem? Está fora de dúvida que o nexó central liga três estruturas: o estado americano, o estado

soviético e a Comunidade Européia. Em bases econômicas totalmente desiguais, os americanos e os soviéticos, durante quarenta anos, organizaram as suas políticas exteriores em torno da competição militar e política entre si. As intervenções dos dois lados no Afeganistão (o constante apoio dos americanos às guerrilhas de oposição ao regime apoiado pelos soviéticos, a permanente ajuda financeira e envolvimento militar direto dos soviéticos) demonstraram a capacidade americana de evitar uma vitória soviética, quando não de instalar um regime pró-americano, ao mesmo tempo que drenar finanças, mão-de-obra, moral e prestígio militar dos soviéticos.

Ascendendo ao poder em 1985, Mikhail Gorbatchov não começou apenas a organizar a retirada do Afeganistão. Além disso, ampliou a desmilitarização da União Soviética, adotando as políticas gerais no tocante a deixar de reprimir vigorosamente os movimentos dissidentes dentro da zona do Pacto de Varsóvia bem como a deslocar a economia soviética da produção militar para a civil. Embora essas políticas tenham ameaçado profundamente as instituições militares, informacionais e partidárias da União Soviética, tornaram imaginável e atraente o acesso à Comunidade Européia por parte de grandes segmentos do antigo bloco soviético. Ao mesmo tempo, enfraqueceram rápida e visivelmente a autoridade dos colaboradores soviéticos na Polônia, na Tchecoslováquia, na Estônia, na Letônia, na Lituânia e em outras regiões ao longo da fronteira ocidental da URSS. Quando Gorbatchov se absteve de intervir militarmente contra os desafiantes a seus regimes satélites nessa zona, as oposições rapidamente se mobilizaram.

—As reivindicações de autonomia ou independência se multiplicaram em outros estados e subdivisões de estados que os primeiros movimentos teriam de outro modo esquecido. Os líderes tanto das repúblicas constituintes quanto dos grupos étnicos vinculados dentro da URSS apelaram efetivamente para os estados estrangeiros, citando o princípio mágico da autodeterminação nacional. Assim, a Estônia, a Lituânia e a Letônia escaparam rapidamente da amda existente União Soviética. Mais tarde, a Eslovênia, a Croácia e a Bósnia-Herzegovina obtiveram apoio similar para se separarem da Iugoslávia.

Dentro de seu país abalado, Gorbatchov enfrentou a oposição não só das instituições militares, de inteligência e partidárias que ele estava minando, mas também de dois outros aglomerados decisivos. O primeiro era constituído de grupos concorrentes de nacionalistas e pseudonacionalistas nas várias subdivisões administrativas da URSS — Geórgia, Ossétia, Moldávia, Nagorno-Karabakh, e mesmo Leningrado. O segundo compreendia uma rede frouxa de reformadores econômicos e políticos que acabaram por se agrupar em torno de Bóris Iéltsin, o antigo chefe do Partido em Moscou. A proliferação de pesquisas de opinião e a realização de

eleições contestadas para um recém-criado Congresso de Deputados do Povo deram aos reformadores alívio e coerência. Em agosto de 1991, uma tentativa de golpe por parte dos membros das velhas instituições foi vencida por defecções militares e uniu a oposição em torno de reformadores como Iéltsin; contudo, na esteira desse golpe, Gorbachov deixou o cargo, Iéltsin tornou-se o líder nacional efetivo como chefe da federação russa, a URSS se partiu em repúblicas nominalmente confederadas e os estados bálticos se separaram definitivamente. Não era apenas o fim da Guerra Fria; uma de suas superpotências se pulverizava.

A longo prazo, se a tese deste capítulo for verdadeira, o declínio da Guerra Fria deveria reduzir a pressão para alinhar os países não-europeus com um bloco de grande potência, armá-los em troca de mercadorias e de lealdade política, instituir ou manter regimes militares e intervir nas guerras civis por todo o mundo. Deveria também acelerar a dissolução do sistema de estados que os europeus criaram durante as épocas do patrimonialismo, corretagem e nacionalização, depois impuseram a quase o mundo inteiro nos séculos XIX e XX. Se assim for, o mundo tem uma oportunidade incomparável de reconstrução pacífica.

Quanto tempo o sistema irá durar? Vemos alguns sinais de que está passando a era dos estados formalmente autônomos: a paralisação das Nações Unidas, a substituição de alianças que mudam rapidamente para blocos militar-econômicos duradouros, a formação de conjuntos ligados pelo mercado como a CEE e a AELC (Associação Européia de Livre Comércio), a internacionalização do capital, o surgimento de corporações cujo capital está em toda a parte e em nenhum lugar, as reivindicações de autonomia e nacionalidade dentro de estados existentes que poderiam eventualmente reduzi-los a migalhas do bolo anterior, a mudança para interesses internos por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, a ativação das nacionalidades dentro da antiga URSS, a obtenção de um poder mundial substancial por parte de um estado essencialmente desmilitarizado – o Japão –, a promessa ou ameaça de que a China estenderá o seu enorme poder organizacional, demográfico e ideológico ao resto do mundo. O sistema de estados que os europeus moldaram não existiu sempre. Não durará para sempre.

Será difícil escrever o seu obituário. De um lado, vemos a pacificação da vida civil européia e a criação de instituições políticas mais ou menos representativas, ambos produtos de uma formação de estado impulsionada pela busca do poder militar. Do outro lado, observamos a crescente destrutividade da guerra, a intervenção pervasiva dos estados na vida dos indivíduos, a criação de instrumentos incomparáveis de controle de classes. Destruam o estado e criam um Líbano. Fortaleçam-no e criam uma Coréia. Até que outras formas substituam o estado nacional, nem uma nem a outra alternativa o fará. A única resposta real é afastar da guerra o imenso

poder dos estados nacionais e orientá-lo para a criação de justiça, segurança pessoal e democracia. Meu estudo não mostrou como realizar essa tarefa gigantesca. No entanto, mostrou por que a tarefa se faz urgente.

=



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEL, Wilhelm. 1966. *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur. Eine Geschichte der Land- und Ernährungswirtschaft Mitteleuropas seit dem hohen Mittelalter*. Hamburgo e Berlim, Paul Parey.
- _____. 1974. *Massenarmut und Hungerkrisen im vorindustriellen Europa*. Hamburgo e Berlim, Paul Parey.
- ABERG, Alf. 1973. "The Swedish Army, from Lutzen to Narva." In: ROBERTS, Michael (ed.). *Sweden's Age of Greatness, 1632-1718*. New York, St. Martin's.
- ABU-LUGHOD, Janet. 1987. "Did the West Rise or Did the East Fall? Some Reflections from the Thirteenth Century World System", Working Paper 50, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- _____. 1989. *Before European Hegemony*. New York, Oxford University Press.
- ADELMAN, Jonathan R. 1985. *Revolution, Armies, and War: A Political History*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- ADELMANN, Gerhard. 1979. "Die ländlichen Textilgewerbe des Rheinlandes vor der Industrialisierung", *Rheinische Vierteljahrsblätter* 43: 260-88.
- ÅGREN, Kurt et al. 1973. *Aristocrats, Farmers, Proletarians. Essays in Swedish Demographic History*. Uppsala, Almqvist e Wiksell. *Studia Historica Upsaliensia*, 47.
- AGUERO, Felipe. 1984. "Social Effects: Military Autonomy in Developing Countries", *Alternatives* 10: 75-92.
- ALAPURO, Risto. 1976. "Regional Variation in Political Mobilization. On the Incorporation of the Agrarian Population into the State of Finland, 1907-1932", *Scandinavian Journal of History* 1: 215-42.
- _____. 1985. "Interstate Relationships and Political Mobilization in the Nordic Countries: A Perspective." In: ALAPURO, Risto, et al. (eds.). *Small States in Comparative Perspective. Essays for Erik Allardt*. Oslo, Norwegian University Press.
- _____. 1988. *State and Revolution in Finland*. Berkeley, Cal., University of California Press.

- ALESTALO, Matti & KUHNLE, Stein. 1984. "The Scandinavian Route. Economic, Social and Political Developments in Denmark, Finland, Norway, and Sweden", Research Report n° 31, Research Group for Comparative Sociology, University of Helsinki.
- AMES, Edward & RAPP, Richard T. 1977. "The Birth and Death of Taxes: A Hypothesis", *Journal of Economic History* 37: 161-78.
- AMSDEN, Alice H. 1985. "The State and Taiwan's Economic Development." In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (eds.), *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ANDERSON, Lisa. 1986. *The State and Social Transformation in Tunisia and Libya, 1830-1980*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- ANDERSON, M. S. 1988. *War and Society in Europe of the Old Regime 1618-1789*. London, Fontana.
- ANDERSON, Perry. 1974. *Lineages of the Absolutist State*. London, NLB.
- ANDRÉN, Anders. 1989. "States and Towns in the Middle Ages: The Scandinavian Experience", a ser publicado em *Theory and Society*.
- ANDREWS, Kenneth R. 1984. *Trade, Plunder and Settlement. Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480-1630*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ANTOINE, Michel. 1970. *Le Conseil du Roi sous le règne de Louis XV*. Geneva, Droz.
- APTER, David & SAWA, Nagayo. 1984. *Against the State. Politics and Social Protest in Japan*. Cambridge, Harvard University Press.
- ARDANT, Gabriel. 1965. *Théorie sociologique de l'impôt*. Paris, SEVPEN. 2 vols.
- _____. 1975. "Financial Policy and Economic Infrastructure of Modern States and Nations". In: TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, N.J., Princeton University Press.
- ARRIGHI, Giovanni (ed.). 1985. *Semiperipheral Development. The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*. Beverly Hills, Cal., Sage.
- ARTÉUS, Gunnar. 1982. *Krigsmakt och Samhälle i Frihetstidens Sverige*. Estocolmo, Militärhistoriska Förlaget.
- ATTMAN, Artur. 1986. *American Bullion in the European World Trade, 1600-1800*. Göteborg, Kungl. Vetenskaps- och Vitterhets-Samhället.
- AUBERT, Jacques & PETIT, Raphaël. 1981. *La police en France. Service public*. Paris, Berger-Levrault.
- _____. et al. 1979. *L'Etat et la police en France (1789-1914)*. Geneva, Droz.
- AYDELOT, Philippe; BERGERON, Louis & RONCAYOLO, Marcel. 1981. *Industrialisation et croissance urbaine dans la France du XIXe siècle*. Paris, Centre de Recherches Historiques, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- AYOUB, Mohammed. 1989. "The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains?" *International Studies Quarterly* 33: 67-79.
- BADE, Klaus J. 1982. "Transnationale Migration und Arbeitsmarkt im Kaiserreich. Vom Agrarstaat mit starker Industrie zum Industriestaat mit starker agrarischen Basis." In: PIERENKEMPER, Toni & TILLY, Richard (eds.). *Historisch Arbeitsmarktforschung. Entstehung, Entwicklung und Probleme der Vermarktung von Arbeitskraft*. Göttingen, Vanderhoeck & Ruprecht.
- BADIE, Bertrand. 1980. *Le développement politique*. 2. ed., Paris, Economica.
- _____. & BIRNBAUM, Pierre. 1979. *Sociologie de l'État*. Paris, Grasset.
- BAI, Shouyi (ed). 1988. *Précis d'histoire de Chine*. Beijing, Foreign Language Publishing House.
- BAIROCH, Paul. 1977. *Taille des villes, conditions de vie et développement économique*. Paris, Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. 1985. *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris, Gallimard.
- BAKER, Brenda J. & ARMELAGOS, George G. 1988. "The Origin and Antiquity of Syphilis", *Current Anthropology* 29: 703-37.
- BALLBÉ, Manuel. 1983. *Ordén público y militarismo en la España constitucional (1812-1983)*. Madrid, Alianza Editorial.
- BARFIELD, Thomas J. 1989. *The Perilous Frontier. Nomadic Empires and China*. Oxford, Basil Blackwell.
- BARNETT, Corelli. 1974. *Britain and Her Army, 1509-1970. A Military, Political and Social Survey*. Harmondsworth, Penguin. Primeira ed. publicada em 1970.
- BATCHELDER, Ronald W. & FREUDENBERGER, Herman. 1983. "On the Rational Origins of the Modern Centralized State", *Explorations in Economic History* 20: 1-13.
- BATES, Robert H. 1988. "Lessons from History, or the Perfidy of English Exceptionalism and the Significance of Historical France", *World Politics* 40: 499-516.
- BAXTER, Douglas Clark. 1976. *Servants of the Sword: Intendants of the Army, 1630-70*. Urbana, Ill., University of Illinois Press.
- BAYNHAM, Simon (ed.). 1986. *Military Power and Politics in Black Africa*. New York, St Martins.
- BEAN, Richard. 1973. "War and the Birth of the Nation State", *Journal of Economic History* 33: 203-21.
- BECKER, Marvin B. 1966. "Economic Change and the Emerging Florentine Territory State", *Studies in the Renaissance* 13: 7-39.
- _____. 1988. *Civility and Society in Western Europe, 1300-1600*. Bloomington, Ind., Indiana University Press.
- BEER, Francis A. 1974. *How Much War in History: Definitions, Estimates, Extrapolations and Trends*. Beverly Hills, Cal., Sage Publications. Sage Professional Papers, International Studies Series, 02-030.
- BEER, Samuel H. 1974. *Modern Political Development*. New York, Random House.
- BEIK, William H. 1985. *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BENDIX, Reinhard. 1977. *Nation-Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order*. Berkeley, Cal., University of California Press. Ed. revista.
- BEREND, Iván, 1988. "The Place of Hungary in Europe: On the Identity Concept of the Intelligentsia between the Two Worlds Wars", estudo apresentado à Conference on Models of Development and Theories of Modernization in Eastern Europe Between the World Wars, Ráckeve, Hungria.
- _____. 1982. *The European Periphery and Industrialization 1780-1914*. Budapest, Akademiai Kiado.
- _____. & RÁNKI, György. 1977. *East Central Europe in the 19th and 20th Centuries*. Budapest, Akademiai Kiado.
- BERG, Maxine; HUDSON, Pat & SONENSCHER, Michael (eds.). 1983. *Manufacturer in Town and Country before the Factory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BEST, Geoffrey. 1982. *War and Society in Revolutionary Europe, 1770-1870*. London, Fontana.
- BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian. 1988. "Latin America between the Second World War and the Cold War: Some Reflections on the 1945-8 Conjunction", *Journal of Latin American Studies* 20: 167-89.
- BIGO, Didier. 1988. *Pouvoir et obéissance en Centrafrique*. Paris, Karthala.
- _____. ; CAPELE, Gaëtan de; HERMANT, Daniel & REGAUD, Nicolas. 1988. "Les conflits intermittents: Les coups d'état, les litiges frontaliers", *Etudes Polémologiques* 46: 53-75.

- BINNEY, J. E. D. 1958. *British Public Finance and Administration 1774-92*. Oxford, Clarendon Press.
- BIRNBAUM, Pierre. 1988. *States and Collective Action: The European Experience*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BISSON, Thomas N. 1966. "The Military Origins of Medieval Representation", *American Historical Review* 71: 1199-218.
- BLACK, Cyril. 1966. *The Dynamics of Modernization*. New York, Harper & Row.
- BLACK, Jeremy (ed.). 1987. *The Origins of War in Early Modern Europe*. Edinburgh, John Donald.
- BLECHMAN, Barry & KAPLAN, Stephen S. 1978. *Force without War. U.S. Armed Forces as a Political Instrument*. Washington DC, Brookings Institution.
- BLICKLE, Peter. 1988. "Unruhen in der ständischen Gesellschaft, 1300-1800." *Enzyklopädie Deutscher Geschichte*. Münch, Oldenbourg. vol.1.
- BLOCKMANS, Wim P. 1978. "A Typology of Representative Institutions in Late Medieval Europe", *Journal of Medieval History* 4: 189-215.
- _____. 1988a. "Alternatives to Monarchical Centralisation: The Great Tradition of Revolt in Flanders and Brabant." In: KOENIGSBERGER, Helmut (ed.). *Republiken und Republikanismus im Europa der Frühen Neuzeit*. Münch, Oldenbourg.
- _____. 1988b. "La répression des révoltes urbaines comme méthode de centralisation dans les Pays-Bas bourguignons." In: *Rencontres de Milan (1er au 3 octobre 1987): Milan et les États bourguignons: deux ensembles politiques princiers entre Moyen Age et Renaissance (XIVe-XVle s.)*. Louvain, Centre Européen d'Etudes Bourguignonnes (XIVe-XVle s.).
- _____. 1988c. "Patronage, Brokerage and Corruption as Symptoms of Incipient State Formation in the Burgundian-Habsburg Netherlands." In: MACZAK, Antoni (ed.). *Klientelssysteme im Europa der Frühen Neuzeit*. Münch, Oldenbourg.
- _____. 1988d. "Princes conquérants et bourgeois calculateurs. Le poids des réseaux urbains dans la formation des états." In: BULST, Neithard & GENET, Jean-Philippe (eds.). *La ville, la bourgeoisie et la genèse de l'état moderne*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- BLOK, Anton. 1974. *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960. A Study of Violent Peasant Entrepreneurs*. New York, Harper & Row.
- BLOM, Grethe Authén (ed.). 1977. *Urbaniseringsprosessen i Norden*. Oslo, Universitets-forlaget. 3 vols.
- BLUM, Jerome. 1964. *Lord and Peasant in Russia from the Ninth to Nineteenth Century*. New York, Atheneum.
- _____. 1978. *The End of the Old Order in Rural Europe*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- BOELCKE, Willi A. 1967. "Wandlungen der dörflichen Sozialstruktur Während Mittelalter und Neuzeit." In: HAUSHOFER, Heinz & BOELCKE, Willi A. (eds.). *Wege und Forschungen der Agrargeschichte*. Frankfurt am Main, DLG Verlag.
- BÖHME, Klaus-Richard. 1983. "Schwedische Finanzbürokratie und Kriegsführung 1611 bis 1721." In: RYSTAD, Goran (ed.). *Europe and Scandinavia: Aspects of the Process of Integration in the 17th Century*. Lund, Esselte Studium.
- BOHSTEDT, John. 1983. *Riots and Community Politics in England and Wales, 1790-1810*. Cambridge, Harvard University Press.
- BOIS, Paul. 1981. "Aperçu sur les causes des insurrections de l'Ouest à l'époque révolutionnaire." In: MARTIN, J.-C. (ed.). *Vendée-Chouannerie*. Nantes, Reflets du Passé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLI-BENNETT, John. 1979. "The Ideology of Expanding State Authority in National Constitutions, 1870-1970." In: MEYER, John W. & HANNAN, Michael T. (eds.). *National Development and the World System. Educational, Economic, and Political Change, 1950-1970*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. 1980. "Global Integration and the Universal Increase of State Dominance, 1910-1970." In: BERGESEN, Albert (ed.). *Studies of the Modern World System*. New York, Academic Press.
- BOND, Brian. 1983. *War and Society in Europe, 1870-1970*. Leicester, Leicester University Press.
- BOSHER, J. F. 1970. *French Finances, 1770-1795. From Business to Bureaucracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOSSENGA, Gail. 1988a. "City and State: An Urban Perspective on the Origins of the French Revolution." In: BAKER, Keith Michael (ed.). *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture. I: The Political Culture of the Old Regime*. Oxford, Pergamon.
- _____. 1988b. "La Révolution française et les corporations: Trois exemples lillois", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 43: 405-26.
- BOSWELL, Terry. 1989. "Colonial Empires and the Capitalist World-Economy: A Time Series Analysis of Colonization, 1640-1960", *American Sociological Review* 54: 180-96.
- BOXER, C. R. 1965. *The Dutch Seaborne Empire: 1600-1800*. New York, Knopf.
- _____. 1969. *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*. New York, Knopf.
- BOYD, Andrew. 1987. *An Atlas of World Affairs*. 8th ed. London, Methuen.
- BRADY, Jr., Thomas A. 1985. *Turning Swiss. Cities and Empire, 1450-1550*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRAUDEL, Fernand. 1979. *Civilisation matérielle, économie, et capitalisme, XVe-XVIIIe siècles*. Paris, Armand Colin. 3 vols.
- BRAUN, Rudolf. 1960. *Industrialisierung und Volkleben*. Zurich, Rentsch.
- _____. 1975. "Taxation, Sociopolitical Structure, and State-Building: Great Britain and Brandenburg-Prussia." In: TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____. 1978. "Early Industrialization and Demographic Change in the Canton of Zurich." In: TILLY, Charles (ed.). *Historical Studies of Changing Fertility*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- BRENNER, Robert. 1976. "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe", *Past and Present* 70: 30-75.
- _____. 1977. "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review* 104: 25-92.
- _____. 1985. "The Agrarian Roots of European Capitalism." In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (eds.). *The Brenner Debate. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BREWER, John. 1989. *The Sinews of Power. War, Money and the English State, 1688-1783*. New York, Knopf.
- BREWER, John D. et al. 1988. *The Police, Public Order and the State. Policing in Great Britain, Northern Ireland, the Irish Republic, the USA, Israel, South Africa and China*. New York, St Martins.
- BROWER, Daniel. 1977. "L'Urbanisation russe à la fin du XIXe siècle", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 32: 70-86.
- BUENO DE MESQUITA, Bruce. 1981. *The War Trap*. New Haven, Co., Yale University Press.

- _____. 1988. "The Contribution of Expected Utility Theory to the Study of International Conflict", *Journal of Interdisciplinary History* 18:629-52.
- BULST, Neithard & GENET, Jean-Philippe (eds.). 1988. *La ville, la bourgeoisie et la genèse de l'Etat moderne (XIIIe-XVIIIe siècles)*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- BÜNGER, Karl. 1987. "Concluding Remarks on Two Aspects of the Chinese Unitary State as Compared with the European State System." In: SCHRAM, Stuart (ed.). *Foundations and Limits of State Power in China*. Publicado para a European Science Foundation pela School of Oriental and African Studies, University of London & The Chinese University Press, Chinese University of Hong Kong.
- BURKE, Peter. 1986. "City-States." In: HALL, John A. (ed.). *States in History*. Oxford, Basil Blackwell.
- _____. 1988. "Republics of Merchants in Early Modern Europe." In: BAECHLER, Jean; HALL, John A. & MANN, Michael (eds.). *Europe and the Rise of Capitalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- BUSCH, Otto. 1962. *Militarsystem und Sozialleben im alten Preussen 1713-1807: Die Anfänge der sozialen Militarisierung der preussisch-deutschen Gesellschaft*. Berlin, de Gruyter.
- CALLAGHY, Thomas M. 1984. *The State-Society Struggle. Zaire in Comparative Perspective*. New York, Columbia University Press.
- CALVERT, Peter. 1970. *A Study of Revolution*. Oxford, Clarendon Press.
- CAMERON, Iain A. 1977. "The Police of Eighteenth-Century France", *European Studies Review* 7: 47-75.
- CAMMACK, Paul. 1988. "Dependency and the Politics of Development." In: LEESON, P. F. & MINOGUE, M. M. (eds.). *Perspectives on Development. Cross-disciplinary Themes in Development Studies*. Manchester, Manchester University Press.
- CANAK, William L. 1984. "The Peripheral State Debate: State Capitalist and Bureaucratic-Authoritarian Regimes in Latin America", *Latin American Research Review* 19: 3-36.
- CARSTEN, F. L. 1954. *The Origins of Prussia*. Oxford, Clarendon Press.
- CARTER, F. W. 1972. *Dubrovnik (Ragusa). A Classic City State*. London, Seminar Press.
- CARVER, Michael. 1980. *War since 1945*. London, Weidenfeld & Nicolson.
- CENTRE DE LA MÉDITERRANÉE MODERNE ET CONTEMPORAIN. 1969. *Villes de l'Europe méditerranéenne et de l'Europe occidentale du Moyen Age au XIXe siècle*. Saint-Brieuc, Les Belles Lettres. Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice, n° 9-10.
- CHANDLER, Tertius & FOX, Gerald. 1974. *3000 Years of Urban Growth*. New York, Academic Press.
- CHAPMAN, Herrick. 1988. "The French State in the Era of the Second World War: A Look at the Recent Scholarship", Working Paper 62, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- CHARLESWORTH, Andrew (ed.). 1983. *An Atlas of Rural Protest in Britain, 1548-1900*. London, Croom Helm.
- CHASE-DUNN, Chris. 1989. *Global Formation: Structures of the World-Economy*. Oxford, Basil Blackwell.
- CHESNAIS, Jean-Claude. 1981. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris, Robert Laffont.
- CHEVALIER, Bernard. 1982. *Les bonnes villes de France du XIVe au XVIe siècles*. Paris, Aubier Montaigne.
- CHINWANO, Chulacheeb. 1985. "Militarization in Thai Society." In: WALLENSTEEN, Peter; GALTUNG, Johann & PORTALES, Carlos (eds.). *Global Militarization*. Boulder, Co., Westview.
- CHISOLM, Michael. 1962. *Rural Settlement and Land Use*. London, Hutchinson University Library.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHITTOLINI, Giorgio. 1989. "Cities, 'City-States' and Regional States in North-Central Italy", a ser publicado em *Theory and Society*.
- CHORLEY, Katherine. 1943. *Armies and the Art of Revolution*. London, Faber & Faber.
- CHOUCRI, Nazli & NORTH, Robert C. 1975. *Nations in Conflict*. San Francisco, Freeman.
- CHURCH, Clive H. 1981. *Revolution and Red Tape. The French Ministerial Bureaucracy, 1770-1850*. Oxford, Clarendon Press.
- CIPOLLA, Carlo. 1965. *Guns, Sails, and Empires: Technological Innovation and the Early Phases of European Expansion, 1400-1700*. New York, Pantheon.
- _____. 1976. *Before the Industrial Revolution. European Society and Economy, 1000-1700*. New York, Norton.
- CLAESSEN, Henri J. M. 1984. "The Internal Dynamics of the Early State", *Current Anthropology* 25: 365-79.
- _____. 1985. "From the Franks to France: The Evolution of a Political Organization." In: CLAESSEN, Henri J. M.; VAN DE VELDE, Pieter & SMITH, M. Estellie (eds.). *Development and Decline. The Evolution of Sociopolitical Organization*. Massachusetts, Bergin & Garvey.
- _____. 1988. "Changing Legitimacy." In: COHEN, Ronald & TOLAND, Judith D. (eds.). *State Formation and Political Legitimacy*. New Brunswick, Transaction. *Political Anthropology*, vol. VI.
- CLARK, Sir George. 1969. "The Social Foundations of States." In: CARSTEN, F. L. (ed.). *The New Cambridge Modern History*. Vol. 5: *The Ascendancy of France, 1648-88*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CLARK, Gordon L. & DEAR, Michael. 1984. *State Apparatus. Structures and Language of Legitimacy*. Boston, Mas., Allen & Unwin.
- CLARK, Samuel. 1984. "Nobility, Bourgeoisie and the Industrial Revolution in Belgium", *Past and Present* 105: 140-75.
- CLAUSEWITZ, Carl von. 1968. (Anatol Rapaport, ed.). *On War*. Harmondsworth, Penguin. Publicada pela primeira vez em 1832.
- CLAYTON, Anthony. 1988. *France, Soldiers and Africa*. London, Brassey's Defence Publishers.
- COALE, Ansley J. & WATKINS, Susan Cotts (eds.). 1986. *The Decline of Fertility in Europe*. Princeton, N.J., Princeton University Press.
- COBB, Richard. 1970. *The Police and the People*. London, Oxford University Press.
- COHN, Jr., Samuel Kline. 1980. *The Laboring Classes in Renaissance Florence*. New York, Academic Press.
- COHEN, Youssef; BROWN, Brian R. & ORGANSKI, A. F. K. 1981. "The Paradoxical Nature of State Making: The Violent Creation of Order", *American Political Science Review* 75: 901-10.
- COLLIER, David (ed.). 1979. *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, N.J., Princeton University Press.
- COLLIER, Ruth B. 1982. *Regimes in Tropical Africa. Changing Forms of Supremacy, 1945-1975*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- COLLINS, James B. 1988. *Fiscal Limits of Absolutism. Direct Taxation in Early Seventeenth-Century France*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- COMMENEL, George C. 1987. *Rethinking the French Revolution. Marxism and the Revisionist Challenge*. London, Verso.
- CONNELLY, Owen. 1965. *Napoleon's Satellite Kingdoms*. New York, Free Press.
- CONTAMINE, Philippe. 1984. *War in the Middle Ages*. Oxford, Basil Blackwell. Versão francesa publicada em 1980.

CHARLES TILLY

- CORNETTE, Joël. 1988. "Le 'point d'Archimède'. Le renouveau de la recherche sur l'Etat des Finances", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 35: 614-29.
- CORNWALL, Julian. 1977. *Revolt of the Peasantry 1549*. London, Routledge & Kegan Paul.
- CORRIGAN, Philip. 1980. *Capitalism, State Formation and Marxist Theory. Historical Investigations*. London, Quartet Books.
- _____ & SAYER, Derek. 1985. *The Great Arch. English State Formation as Cultural Revolution*. Oxford, Basil Blackwell.
- CORVISIER, André. 1976. *Armées et sociétés en Europe de 1494 à 1789*. Paris, Presses Universitaires de France.
- COX, Robert W. 1987. *Production, Power, and World Order. Social Forces in the Making of History*. New York, Columbia University Press.
- COZZI, Gaetano & KNAFTON, Michael. 1986. *La Repubblica di Venezia nell'età moderna. Dalla guerra di Chioggia al 1517*. Torino, UTET.
- CRONIN, James E. 1988. "The British State and the Second World War", Working Paper 64, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- CROSBY, Alfred W. 1986. *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CUMINGS, Bruce. 1984. "The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: Industrial Sectors, Product Cycle, and Political Consequences", *International Organization* 38: 1-40.
- _____ . 1988. "Korea and the War Settlement in Northeast Asia", Working Paper 65, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- _____ . 1989. "The Abortive Abertura: South Korea in the Light of Latin American Experience", *New Left Review* 173: 5-32.
- CURTIN, Philip D. 1984. *Cross-Cultural Trade in World History*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CUSACK, Thomas R. & EBERWEIN, Wolf-Dieter. 1982. "Prelude to War: Incidence, Escalation and Intervention in International Disputes, 1900-1976", *International Interactions* 9: 9-28.
- DANN, Otto. 1983. "Die Region als Gegenstand der Geschichtswissenschaft", *Archiv für Sozialgeschichte* 23: 652-61.
- _____ & DINWIDDY, John. 1988. *Nationalism in the Age of the French Revolution*. London, Hambledon.
- DANNS, George K. 1986. "The Role of the Military in the National Security of Guyana." In: YOUNG, Alma H. & PHILLIPS, Dion E. (eds.). *Militarization in the Non-Hispanic Caribbean*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- DAVID, Steven R. 1987. *Third World Coups d'Etat and International Security*. Baltimore, Mar., Johns Hopkins University Press.
- DAWSON, Philip. 1972. *Provincial Magistrates and Revolutionary Politics in France, 1789-1795*. Cambridge, Harvard University Press.
- DECALO, Samuel. 1976. *Coups and Army Rule in Africa. Studies in Military Style*. New Haven, Co., Yale University Press.
- DEKKER, Rudolf. 1982. *Holland in beroering. Oproeren in de 17de en 18de eeuw*. Baarn, Amboeken.
- DENT, Julian. 1973. *Crisis in Finance: Crown, Financiers, and Society in Seventeenth-Century France*. Newton Abbot, David & Charles.
- DESSERT, Daniel. 1984. *Argent, pouvoir, et société au Grand Siècle*. Paris, Fayard.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEWEY, Horace. 1988. "Russia's Debt to the Mongols in Suretyship and Collective Responsibility", *Comparative Studies in Society and History* 30: 249-70.
- DEYO, Frederic; HAGGARD, Stephan & KOO, Hagen. 1987. "Labor in the Political Economy of East Asian Industrialization", *Bulletin of Concerned Asian Scholars* 19: 42-53.
- DEVON, Pierre. 1979a. "L'Enjeu des discussions autour du concept de 'proto-industrialisation'", *Revue du Nord* 61: 9-15.
- _____. 1979b. "La diffusion rurale des industries textiles en Flandre française à la fin de l'Ancien Régime et au début du XIXe siècle", *Revue du Nord* 61: 83-95.
- _____. 1981. "Un modèle à l'épreuve, le développement industriel de Roubaix de 1762 à la fin du XIXème siècle", *Revue du Nord* 63: 59-66.
- DICKSON, P. G. M. 1967. *The Financial Revolution in England. A Study in the Development of Public Credit, 1688-1756*. London, Macmillan.
- DIEHL, Paul F. & GOERTZ, Gary. 1988. "Territorial Changes and Militarized Conflict", *Journal of Conflict Resolution* 32: 103-22.
- DUK, H. van. 1980. *Wealth and Property in the Netherlands in Modern Times*. Rotterdam, Centrum voor Maatschappijgeschiedenis.
- DIX, Robert. 1983. "The Varieties of Revolution", *Comparative Politics* 15: 281-93.
- DOBB, Maurice. 1963. *Studies in the Development of Capitalism*. London, Routledge & Kegan Paul. Edição revisada.
- DODGSHON, Robert A. 1987. *The European Past. Social Evolution and Spatial Order*. London, Macmillan.
- DOHAERD, Renée et al. 1983. *Histoire de Flandre des origines à nos jours*. Bruxelles, Renaissance du Livre.
- DONIA, Robert J. 1981. *Islam under the Double Eagle: The Muslims of Bosnia and Herzegovina, 1878-1914*. New York, Columbia University Press for Eastern European Monographs, Boulder, Co.
- DOWER, John W. 1988. "Japan: Legacies of a Lost War", Working Paper 66, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- DOWNING, Brian M. 1988. "Constitutionalism, Warfare, and Political Change in Early Modern Europe", *Theory and Society* 17: 7-56.
- DOYLE, Michael W. 1986. *Empires*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press.
- DOYLE, William. 1986. *The Ancien Regime*. Atlantic Highlands, N. J., Humanities Press International.
- DUCHACEK, Ivo D. 1986. *The Territorial Dimension of Politics. Within, Among, and Across Nations*. Boulder, Co., Westview.
- DUFFY, Michael (ed.). 1980. *The Military Revolution and the State, 1500-1800*. Exeter, University of Exeter. Exeter Studies in History, 1.
- DUNÉR, Bertil. 1985. *Military Intervention in Civil Wars: the 1970s*. Aldershot, Gower.
- DUNFORD, Michael & FERRONS, Diane. 1983. *The Arena of Capital*. New York, St Martin's.
- DUNN, John. 1972. *Modern Revolutions. An Introduction to the Analysis of a Political Phenomenon*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DUPLESSIS, Robert & HOWELL, Martha C. 1982. "Reconsidering Early Modern Urban Economy: The Cases of Leiden and Lille", *Past and Present* 94: 49-84.
- DURANDIN, Catherine. 1989. *Révolution à la Française ou à la Russe. Polonais, Roumains et Russes au XIXe siècle*. Paris, Presses Universitaires de France.
- ECKHARDT, William. 1988. "Civilian Deaths in Wartime", a ser publicada em *Bulletin of Peace Proposals*, 20 (1989).

CHARLES TILLY

- EDEN, Lynn. 1988. "World War II and American Politics", Working Paper 68, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- EGRET, Jean. 1962. *La pré-Révolution française*. Paris, Presses Universitaires de France.
- EISENSTADT, S. N. 1963. *The Political Systems of Empires. The Rise and Fall of the Historical Bureaucratic Societies*. Glencoe, N.Y., Free Press.
- ELIAS, Norbert. 1982. *Power and Civility*. New York, Pantheon. The Civilizing Process, vol. 2.
- ELLIOTT, J. H. 1963. *Imperial Spain, 1469-1716*. London, Arnold.
- _____. 1970. *The Old World and the New, 1492-1650*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ELTON, G. R. 1975. "Taxation for War and Peace in Early-Tudor England." In: WINTER, J. M. (ed.). *War and Economic Development: Essays in Memory of David Joslin*. Cambridge, Cambridge University Press.
- EVANS, Eric J. 1983. *The Forging of the Modern State. Early Industrial Britain, 1783-1870*. London, Longman.
- EVANS, Peter & STEPHENS, John D. 1989. "Studying Development since the Sixties: The Emergence of a New Comparative Political Economy", *Theory and Society* 17: 713-46.
- FABER, J. A. et al. 1965. "Population Changes and Economic Developments in the Netherlands: A Historical Survey", *A. A. G. Bijdragen* 12: 47-114.
- FERNANDEZ ALBALADEJO, Pablo. 1989. "Cities and the State in Spain", a ser publicado em *Theory and Society*.
- FIJNAUT, Cyrille. 1980a. "Les origines de l'appareil policier moderne en Europe de l'Ouest continentale", *Déviance et Société* 4: 19-41.
- _____. 1980b. "Die 'politische Funktion' der Polizei. Zur Geschichte der Polizei als zentralen Faktor in der Entwicklung und Stabilisierung politischer Machtstrukturen in West-Europa", *Kriminologisches Journal* 12: 301-9.
- FINER, Samuel E. 1975. "State- and Nation-Building in Europe: The Role of the Military." In: TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____. 1982. "The Morphology of Military Regimes." In: KOLKOWICZ, Roman, & KORBONSKI, Andrzej (eds.). *Soldiers, Peasants, and Bureaucrats: Civil-Military Relations in Communist and Modernizing Regimes*. London, Routledge & Kegan Paul.
- FISCHER, Dietrich. 1985. "Defense without Threat: Switzerland's Security Policy." In: WALLENSTEEN, Peter; GALTUNG, Johan & PORTALES, Carlos (eds.). *Global Militarization*. Boulder, Co., Westview.
- FITCH, J. Samuel. 1986. "Armies and Politics in Latin America: 1975-1985." In: LOWENTHAL, Abraham F. & FITCH, J. Samuel (eds.). *Armies and Politics in Latin America*. New York, Holmes & Meier.
- FLORA, Peter et al. (eds.). 1983, 1987. *State, Economy, and Society in Western Europe, 1815-1975. A Data Handbook*. Frankfurt, Campus Verlag. 2 vols.
- FONTENAY, Michel. 1988a. "Corsaires de la foi ou rentiers du sol? Les chevaliers de Malte dans le 'corso' méditerranéen au XVIIe siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 35: 361-84.
- _____. 1988b. "La place de la course dans l'économie portuaire: L'exemple de Malte et des ports barbaresques", *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations* 43: 1321-47.
- FORREST, Alan. 1975. *Society and Politics in Revolutionary Bordeaux*. London, Oxford University Press.
- FOURASTIÉ, Jean. 1966. "Osservazioni sui prezzi salariali dei cereali e la produttività del lavoro agricolo in Europa dal XV al XX secolo", *Rivista Storica Italiana* 78: 422-30.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANK, André Gunder. 1978. *World Accumulation, 1492-1789*. New York, Monthly Review Press.
- FRANKFORT, Henri et al. 1946. *The Intellectual Adventure of Ancient Man. An Essay on Speculative Thought in the Ancient Near East*. Chicago, University of Chicago Press.
- FRÉCHE, Georges. 1974. *Toulouse et la région Midi-Pyrénées au siècle des Lumières (vers 1670-1789)*. Paris, Cujas.
- FREEDMAN, Paul. 1988. "Cowardice, Heroism and the Legendary Origins of Catalonia", *Past and Present* 121: 3-28.
- FREMDLING, Rainer & THLY, Richard (eds.). 1979. *Industrialisierung und Raum. Studien zur regionale Differenzierung im Deutschland des 19. Jahrhunderts*. Stuttgart, Klett-Cotta.
- FRIEDMANN, David. 1977. "A Theory of the Size and Shape of Nations", *Journal of Political Economy* 85: 59-78.
- FUETER, Edward. 1919. *Geschichte des europäischen Staatsystems von 1492-1559*. Münch, Oldenbourg.
- GALLO, Carmenza. 1985. "The State in an Enclave Economy: Political Instability in Bolivia from 1900 to 1950", tese inédita de doutoramento em sociologia, Boston University.
- GARCIN, Jean-Claude. 1988. "The Mamluk Military System and the Blocking of Medieval Moslem Society." In: BAECHLER, Jean; HALL, John A. & MANN, Michael (eds.). *Europe and the Rise of Capitalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- GARMONSWAY, G. N. 1953 (trad. e ed.). *The Anglo-Saxon Chronicle*. London, J. M. Dent.
- GENET, Jean-Philippe & LE MENÉ, Michel (eds.). 1987. *Genèse de l'état moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- GERTH, H. H. & WRIGHT MILLS, C. (eds.). 1946. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press.
- GEYER, Michael. 1988. "Society, State, and Military Apparatus in Germany, 1945-1955", Working Paper 67, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- GIDDENS, Anthony. 1985. *The Nation-State and Violence*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- GILLIS, John. 1970. "Political Decay and the European Revolutions, 1789-1848", *World Politics* 22: 344-70.
- GILPIN, Robert. 1981. *War and Change in World Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1988. "The Theory of Hegemonic War", *Journal of Interdisciplinary History* 18: 591-614.
- GLEDHILL, John; BENDER, Barbara & LARSEN, Mogens Trolle (eds.). 1988. *State and Society. The Emergence and Development of Social Hierarchy and Political Centralization*. London, Unwin Hyman.
- GOKALP, Iskander & VANER, Semih. 1985. "De l'empire à la république: regards sur la Turquie", *Cahiers du Groupe d'Etudes sur la Turquie Contemporaine* 1: 92-102.
- GOLDSTEIN, Joshua S. 1988. *Long Cycles. Prosperity and War in the Modern Age*. New Haven, Co., Yale University Press.
- GOLDSTONE, Jack A. 1986. "Introduction: The Comparative and Historical Study of Revolutions." In: GOLDSTONE, Jack A. (ed.). *Revolutions, Theoretical, Comparative, and Historical Studies*. San Diego, Cal., Harcourt Brace Jovanovich.
- GOOCI, John. 1980. *Armies in Europe*. London, Routledge & Kegan Paul.
- GRAN, Thorvald. 1988a. "War Settlement in Norway", Working Paper 61, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- _____. 1988b. "A Critique of State Autonomy in Norway", tese de doutorado em administração pública e teoria da organização, inédita. University of Bergen.

CHARLES TILLY

- GREENE, Thomas H. 1974. *Comparative Revolutionary Movements*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall.
- GREER, Donald, 1935. *The Incidence of the Terror during the French Revolution*. Cambridge, Harvard University Press.
- GREW, Raymond (ed.). 1978. *Crises of Political Development in Europe and the United States*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____. 1984. "The Nineteenth-Century European State." In: BRIGHT, Charles & HARDING, Susan (eds.), *Statemaking and Social Movements*. Ann Arbor, Mich., University of Michigan Press.
- GREYERZ, Kaspar von. 1989. "Portuguese *conversos* on the Upper Rhine and the *converso* community of sixteenth-century Europe", *Social History* 14: 59-82.
- GUÉNÉE, Bernard. 1985. *States and Rulers in Later Medieval Europe*. Oxford, Basil Blackwell.
- GUGLER, Josef. 1982. "The Urban Character of Contemporary Revolutions", *Studies in Comparative International Development* 17: 60-73.
- GUILLERM, Alain. 1985. *La pierre et le vent. Fortifications et marine en Occident*. Paris, Arthaud.
- GUILMARTIN, Jr., John F. 1988. "Ideology and Conflict: The Wars of the Ottoman Empire, 1453-1606", *Journal of Interdisciplinary History* 18: 721-48.
- GURR, Ted Robert. 1981. "Historical Trends in Violent Crime: A Critical Review of the Evidence", *Crime and Justice: An Annual Review of Research* 3: 295-353.
- _____. 1986. "Persisting Patterns of Repression and Rebellion: Foundations for a General Theory of Political Coercion." In: KARNS, Margaret P. (ed.), *Persistent Patterns and Emergent Structures in a Waning Century*. New York. Praeger Special Studies for the International Studies Association.
- _____. & KING, Desmond S. 1987. *The State and the City*. London, Macmillan.
- GUTMANN, Myron P. 1980. *War and Rural Life in the Early Modern Low Countries*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____. 1988. "The Origins of the Thirty Years' War", *Journal of Interdisciplinary History* 18: 749-70.
- HAGEN, William W. 1988. "Capitalism and the Countryside in Early Modern Europe: Interpretations, Models, Debates", *Agricultural History* 62: 13-47.
- HAIMSON, Leopold & TILLY, Charles (eds.). 1989. *Strikes, Wars, and Revolutions in an International Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HAIR, P. E. H. 1971. "Deaths from Violence in Britain: A Tentative Secular Survey", *Population Studies* 25: 5-24.
- HALE, J. R. 1967. "International Relations in the West: Diplomacy and War." In: POTTER, G. R. (ed.), *The New Cambridge Modern History*. Vol. 1: *The Renaissance, 1493-1520*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1968a. "Armies, Navies, and the Art of War." In: ELTON, G. R. (ed.), *The New Cambridge Modern History*. Vol. 2: *The Reformation, 1520-1559*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1968b. "Armies, Navies, and the Art of War" (*sic*). In: WERNHAM, R. B. (ed.), *The New Cambridge Modern History*. Vol. 3: *The Counter-Reformation and Price Revolution, 1559-1610*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1979. "Renaissance Armies and Political Control: The Venetian Proveditorial System, 1509-1529", *Journal of Italian History* 2: 11-31.
- _____. 1983. *Renaissance War Studies*. London, Hambledon Press.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. 1985. *War and Society in Renaissance Europe, 1450-1620*. New York, St Martin's.
- HALICZ, Emanuel. 1987. "The Polish Armed Forces and War, 1764-1864." In: FISCHER-GALATI, Stephen & KIRÁLY, Béla K. (eds.). *Essays on War and Society in East-Central Europe, 1740-1920*. Boulder, Co., Westview.
- HALL, Peter & HAY, Dennis. 1980. *Growth Centers in the European Urban System*. London, Heinemann.
- HAMILTON, Clive. 1986. *Capitalist Industrialization in Korea*. Boulder, Co., Westview.
- HAMILTON, Earl J. 1950. "Origin and Growth of the National Debt in France and England", *Studi in onore di Gino Luzzato*, vol. 2. Milano, Giuffrè.
- HARDING, Robert R. 1978. *Anatomy of a Power Elite: The Provincial Governors of Early Modern France*. New Haven, Con., Yale University Press.
- HARFF, Barbara & GURR, Ted Robert. 1988. "Toward Empirical Theory of Genocides and Politicides: Identification and Measurement of Cases since 1945", *International Studies Quarterly* 32: 359-71.
- HART, Marjolein 't. 1984. "In Quest for Funds: State and Taxation in Eighteenth-Century England and France", trabalho apresentado na Workshop on the Politics of Taxation, European Consortium for Political Research, Salzburg.
- _____. 1985. "Hoe de staat zijn raison d'être verloor. Staat en revolutie in Frankrijk 1775-1789", *Mens en Maatschappij* 1985: 5-25.
- _____. 1986. "Taxation and the Formation of the Dutch State, 17th Century", trabalho apresentado à Vlaams-Nederlandse Sociologendagen, Amsterdam.
- _____. 1987. "Salt Tax and Salt Trade in the Low Countries." In: HOCQUET, Jean-Claude. *Le Roi, le Marchand et le Sel*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires de Lille.
- _____. 1989a. "Credit and Power. State Making in Seventeenth Century Neul.erland's", tese de doutoramento em história, inédita. Universidade de Leiden.
- _____. 1989b. "Cities and Statemaking in the Dutch Republic, 1580-1680", a ser publicada em *Theory and Society*.
- HASKINS, Charles Homer. 1915. *The Normans in European History*. Boston, Mass., Houghton Mifflin.
- HEADRICK, Daniel R. 1981. *The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. New York, Oxford University Press.
- HECHTER, Michael & BRUSTEIN, William. 1980. "Regional Modes of Production and Patterns of State Formation in Europe", *American Journal of Sociology* 85: 1061-94.
- HENNING, Friedrich-Wilhelm. 1977. "Der Beginn der modernen Welt im agrarischen Bereich." In: KOSELLECK, Reinhart (ed.). *Studien zum Beginn der modernen Welt*. Stuttgart, Klett-Cotta.
- HEPER, Metin. 1985. "The State and Public Bureaucracy: A Comparative and Historical Perspective", *Comparative Studies in Society and History* 27: 86-110.
- HERMANT, Daniel (ed.). 1987. "Les coups d'État", *Etudes Polémologiques* 41: edição inteira.
- HERNÁNDEZ, Francesc & MERCADÉ, Francesc (eds.). 1986. *Estructuras Sociales y Cuestión Nacional en España*. Barcelona, Ariel.
- HESPANHA, António Manuel. 1986. "Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime", *Ler História* 8: 35-60.
- _____. 1989. "Cities and the State in Portugal", a ser publicado em *Theory and Society*.
- HINRICH, Ernst; SCHMITT, Eberhard & VIERHAUS, Rudolf (eds.). 1978. *Vom Ancien Régime zur Französischen Revolution. Forschungen und Perspektiven*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- HIRST, Derek. 1986. *Authority and Conflict. England, 1603-1658*. Cambridge, Harvard University Press.

- HITCHINS, Keith. 1988. "Rumanian Peasantism: The Third Way", trabalho apresentado à Conference on Models of Development and Theories of Modernization in Eastern Europe Between the World Wars, Ráckeve, Hungria.
- HOBBSBAWM, E. J. 1987. *The Age of Empire 1875-1914*. New York, Pantheon.
- HOCOQUET, Jean-Claude. 1982. *Le sel et la fortune de Venise*. Lille, Université de Lille III. 2 vols.
- HOHENBERG, Paul & KRANTZ, Frederick (eds.). 1975. *Transition du féodalisme à la société industrielle: l'échec de l'Italie de la Renaissance et des Pays-Bas du XVIIe siècle*. Montreal, Centre Interuniversitaire d'Etudes Européennes.
- _____ & LEES, Lynn Hollen. 1985. *The Making of Urban Europe, 1000-1850*. Cambridge, Harvard University Press.
- HOLSTI, K. J. 1985. *The Dividing Discipline. Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston, Mass., Allen & Unwin.
- HOLTON, R. J. 1986. *Cities, Capitalism and Civilization*. London, Allen & Unwin.
- HOOD, James N. 1971. "Protestant-Catholic Relations and the Roots of the First Popular Counterrevolutionary Movement in France", *Journal of Modern History* 43: 245-75.
- _____. 1979. "Revival and Mutation of Old Rivalries in Revolutionary France", *Past and Present* 82: 82-115.
- HOROWITZ, Donald L. 1980. *Coup Theories and Officers' Motives. Sri Lanka in Comparative Perspective*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- HOUWELING, Henk & SICCAM, Jan G. 1988. "Power Transitions as a Cause of War", *Journal of Conflict Resolution* 32: 87-102.
- HOWARD, Michael. 1976. *War in European History*. Oxford, Oxford University Press.
- HUNT, Lynn. 1978. *Revolution and Urban Politics in Provincial France. Troyes and Reims. 1786-1790*. Stanford, Stanford University Press.
- _____. 1984. *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. 1957. *The Soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. New York, Vintage.
- _____. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, Con., Yale University Press.
- _____ & DOMINGUEZ, Jorge I. 1975. "Political Development." In: GREENSTEIN, Fred I. & POLSBY, Nelson W. (eds.). *Handbook of Political Science*. Reading, Mass., Addison-Wesley. Vol. III, 1-114.
- HUTCHFUL, Eboe. 1984. "Trends in Africa", *Alternatives* 10: 115-38.
- IMMICH, Max. 1905. *Geschichte des europäischen Staatensystems von 1660 bis 1789*. Münch & Berlin, Oldenbourg.
- INGRAO, Charles W. 1987. *The Hessian Mercenary State. Ideas, Institutions, and Reform under Frederick II, 1760-1785*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ISRAEL, Jonathan I. 1982. *The Dutch Republic and the Hispanic World*. Oxford, Clarendon Press.
- JACKMAN, Robert W. 1976. "Politicians in Uniform: Military Governments and Social Change in the Third World", *American Political Science Review* 70: 1078-97.
- _____. 1978. "The Predictability of Coups d'Etat: A Model with African Data", *American Political Science Review* 72: 1262-75.
- JANOS, Andrew. 1988. "The Rise and Fall of Civil Society. The Politics of Backwardness on the European Peripheries, 1780-1945", trabalho apresentado à Conference on Models of Development and Theories of Modernization in Eastern Europe Between the World Wars, Ráckeve, Hungria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JANOWITZ, Morris. 1964. *The Military in the Political Development of new Nations*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- _____ & VAN DOORN, Jacques (eds.). 1971. *On Military Intervention*. Rotterdam, Rotterdam University Press.
- JELAVICH, Charles e Barbara. 1977. *The Establishment of the Balkan National States, 1804-1920*. Seattle, Wash., University of Washington Press.
- JERVIS, Robert. 1988a. "Realism, Game Theory, and Cooperation", *World Politics* 40: 317-49.
- _____ . 1988b. "The Political Effects of Nuclear Weapons", *International Security* 13: 80-90.
- JESPERSEN, Leon. 1985. "The *Machstaat* in Seventeenth-century Denmark", *Scandinavian Journal of History* 10: 271-304.
- JESSENNE, Jean-Pierre. 1987. *Pouvoir au village et Révolution. Artois 1760-1848*. Lille, Presses Universitaires de Lille.
- JOHNSON, John J. (ed.). 1962. *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- JOHNSON, Thomas H.; SLATER, Robert O. & MCGOWAN, Pat. 1984. "Explaining African Military Coups d'Etat, 1960-1982", *American Political Science Review* 78: 622-40.
- JOHNSTON, R. J. 1982. *Geography and the State*. New York, St Martin's.
- JONES, Colin. 1980. "The Military Revolution and the Professionalization of the French Army under the Ancien Regime." In: DUFFY, Michael (ed.). *The Military Revolution and the State, 1500-1800*. Exeter, University of Exeter. Exeter Studies in History, nº 1.
- JONES, D. W. 1988. *War and Economy in the Age of William III and Marlborough*. Oxford, Basil Blackwell.
- JUILLARD, Etienne & NONN, Henri. 1976. *Espaces et régions en Europe Occidentale*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- KANN, Robert A. 1980. *A History of the Habsburg Empire, 1526-1918*. Berkeley, Cal., University of California Press. Publicado pela primeira vez em 1974.
- KEENEY, Barnaby C. 1947. "Military Service and the Development of Nationalism in England, 1272-1327", *Speculum* 4: 534-49.
- KELLENBENZ, Hermann (ed.). 1975. *Agrarisches Nebengewerbe und Formen der Reagrarisierung im Spätmittelalter und 19./20. Jahrhundert*. Stuttgart, Gustav Fischer.
- _____ . 1976. *The Rise of the European Economy. An Economic History of Continental Europe from the Fifteenth to the Eighteenth Century*. London, Wiedenfeld & Nicolson.
- _____ . 1981. "Marchands de l'Allemagne du Sud, médiateurs entre le Nord-Est et l'Occident européen." In: *Actes du Colloque Franco-Polonais d'Histoire*. Nice, Laboratoire d'Histoire Quantitative, Université de Nice.
- KELLY, John Dunham. 1988. "Fiji Indians and Political Discourse in Fiji: from the Pacific Romance to the Coups", *Journal of Historical Sociology* 1: 399-422.
- KENNEDY, Gavin. 1974. *The Military in the Third World*. London, Duckworth.
- KENNEDY, Paul. 1987. *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York, Random House.
- KENNEDY, William. 1964. *English Taxation 1640-1799. An Essay on Policy and Opinion*. New York, Augustus Kelley. Publicado pela primeira vez em 1913.
- KEOHANE, Robert O. (ed.). 1986. *Neorealism and its Critics*. New York, Columbia University Press.
- _____ & NYE, Jr., Joseph S. 1975. "International Interdependence and Integration". In: GREENSTEIN, Fred I. & POLSBY, Nelson W. (eds.). *Handbook of Political Science*. Reading, Mass., Addison-Wesley. Vol. III, pp. 363-414.

- KETTERING, Sharon. 1986. *Patrons, Brokers, and Clients in Seventeenth-Century France*. New York, Oxford University Press.
- KICK, Edward L. 1983. "World-System Properties and Military Intervention-Internal War Linkages", *Journal of Political and Military Sociology* 11: 185-208.
- _____ & KIEFER, David. 1987. "The Influence of the World System on War in the Third World", *International Journal of Sociology and Social Policy* 7: 34-48.
- KIDRON, Michael & SMITH, Dan. 1983. *The War Atlas, Armed Conflict—Armed Peace*. New York, Simon & Schuster.
- KIERNAN, V. G. 1973. "Conscription and Society in Europe before the War of 1914-18." In: FOOT, M. R. D. (ed.). *War and Society: Historical Essays in Honour and Memory of J. R. Wester, 1928-1971*. London, Elek Book .
- KIM, Kyung-Won. 1970. *Revolution and International System*. New York, New York University Press.
- KINDLEBERGER, Charles P. 1984. *A Financial History of Western Europe*. London, Allen & Unwin.
- KINZER, Stephen. 1989. "Guatemala: What Has Democracy Wrought?" *New York Times Magazine*, March 26, 1989: 32-4, 50-1.
- KIRCHHEIMER, Otto. 1965. "Confining Conditions and Revolutionary Breakthroughs", *American Political Science Review* 59: 964-74.
- KLARE, Michael T. & ARNSON, Cynthia. 1981. *Supplying Repression. U.S. Support for Authoritarian Regimes Abroad*. Washington DC, Institute for Policy Studies.
- KLAVAREN, Jacob van. 1960. "Fiskalismus – Merkantilismus – Korruption: Drei Aspekte der Finanz- und Wirtschaftspolitik während des Ancien Regime", *Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* 47: 333-53.
- KLIOT, Nurit & WATERMAN, Stanley (eds.). 1983. *Pluralism and Political Geography*. London, Croom Helm.
- KOBLIK, Steven. 1975. *Sweden's Development from Poverty to Affluence, 1750-1970*. Minneapolis, Minnesota, University of Minnesota Press.
- KOHUT, Zenon E. 1988. *Russian Centralism and Ukrainian Autonomy. Imperial Absorption of the Hetmanate, 1760s-1830s*. Cambridge, Harvard University Press para o Harvard Ukrainian Research Institute.
- KONVITZ, Joseph W. 1985. *The Urban Millenium: The City-Building Process from the Early Middle Ages to the Present*. Carbondale, Ill., Southern Illinois University Press.
- KORPI, Walter. 1983. *The Democratic Class Struggle*. London, Routledge & Kegan Paul.
- KRASNER, Steven D. 1978. *Defending the National Interest. Raw Materials Investment and U. S. Foreign Policy*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____ . 1985. *Structural Conflict. The Third World Against Global Liberalism*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- KREKIC, Barisa. 1972. *Dubrovnik in the 14th and 15th Centuries: A City Between East and West*. Norman, Okl., University of Oklahoma Press.
- _____ (ed.). 1987. *Urban Society of Eastern Europe in Premodern Times*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- KRIEDTE, Peter. 1982. "Die Stadt im Prozess der europäischen Proto-Industrialisierung." In: DEVON, Pierre & MENDELS, Franklin (eds.). *Proto-Industrialisation: Théorie et réalité*. Lille, Université des Arts, Lettres, et Sciences Humaines.
- _____ . 1983. *Peasants, Landlords and Merchant Capitalists. Europe and the World Economy, 1500-1800*. Cambridge, Cambridge University Press.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____ ; MEDICK, Hans & SCHLUMBOHM, Jurgen. 1977. *Industrialisierung vor der Industrialisierung. Gewerbliche Warenproduktion auf dem Land in der Formationsperiode des Kapitalismus*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- KULA, Witold. 1960. "Secteurs et régions arriérés de l'économie du capitalisme naissant", *Studi Storici* 1: 569-85.
- KYLE, Jörgen. 1988. "Peasant Elite? A Case Study of the Relations between Rural Society and the Swedish Assignment System in the Eighteenth Century." In: MÖRNER, Magnus & SVENSSON, Thommy (eds.). *Classes, Strata and Elites. Essays on Social Stratification in Nordic and Third World History*. Göteborg, Departamento de História, Universidade de Göteborg. Relatório nº 34.
- LACHMANN, Richard. 1987. *From Manor to Market. Structural Change in England, 1536-1640*. Madison, Wisc., University of Wisconsin Press.
- LADERO QUESADO, Miguel Angel. 1970. "Les finances royales de Castille à la veille des temps modernes", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 25: 775-88.
- LADWIG PETERSEN, E. 1983. "War, Finance and the Growth of Absolutism: Some Aspects of the European Integration of 17th Century Denmark." In: RYSTAD, Goran (ed.). *Europe and Scandinavia: Aspects of the Process of Integration in the 17th Century*. Lund, Esselte Studium.
- LANE, Frederic C. 1958. "Economic Consequences of Organized Violence", *Journal of Economic History* 18: 401-17.
- _____. 1966. "The Economic Meaning of War and Protection." In: *Venice and History: The Collected Papers of Frederic C. Lane*. Baltimore, Maryland, Johns Hopkins University Press. Publicado originalmente em 1942.
- _____. 1973a. *Venice, a Maritime Republic*. Baltimore, Mar., Johns Hopkins University Press.
- _____. 1973b. "Naval Actions and Fleet Organization, 1499-1502." In: HALE, J. R. (ed.). *Renaissance Venice*. London, Faber & Faber.
- LANG, James. 1979. *Portuguese Brazil. The King's Plantation*. New York, Academic Press.
- LANGER, William L. 1969. *Political and Social Upheaval, 1832-1852*. New York, Harper & Row.
- LAPIDUS, Ira. 1967. *Muslim Cities in the Later Middle Ages*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. 1973. "The Evolution of Muslim Urban Society", *Comparative Studies in Society and History* 15: 21-50.
- LAQUEUR, Walter. 1968. "Revolution", *International Encyclopedia of the Social Sciences* 13: 501-7.
- LARSON, Reidar. 1970. *Theories of Revolution, from Marx to the First Russian Revolution*. Stockholm, Almqvist & Wiksell.
- LAUNIUS, Michael A. 1985. "The State and Industrial Labor in South Korea", *Bulletin of Concerned Asian Scholars* 16: 2-10.
- LEBRUN, François & DUPUY, Roger (eds.). 1987. *Les résistances à la Révolution*. Paris, Imago.
- LEE, Su-Hoon. 1988. *State-Building in the Contemporary Third World*. Boulder, Co., Westview.
- LE GOFF, T. J. A. & SUTHERLAND, D. M. G. 1984. "Religion and Rural Revolt in the French Revolution: An Overview." In: BAK, János M. & BENECKE, Gerhard (eds.). *Religion and Rural Revolt*. Manchester, Manchester University Press.
- LÉON, Pierre; CROUZET, François & GASCON, Raymond (eds.). 1972. *L'Industrialisation en Europe au XIXe siècle. Cartographie et typologie*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- LEPETIT, Bernard. 1982. "Fonction administrative et armature urbaine: Remarques sur la distribution des chefs-lieux de subdélégation en France à la fin de l'Ancien Régime", *Institut d'Histoire Economique et Sociale de l'Université de Paris I, Recherches et Travaux*, 11: 19-34.

- _____. 1988. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*. Paris, Albin Michel.
- LEVACK, Brian P. 1987. *The Formation of the British State. England, Scotland, and the Union, 1603-1707*. Oxford, Clarendon Press.
- LEVI, Margaret. 1983. "The Predatory Theory of Rule." In: HECHTER, Michael (ed.). *The Microfoundations of Macrosociology*. Philadelphia, Penns., Temple University Press.
- _____. 1988. *Of Rule and Revenue*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- LEVINE, David. 1987. *Reproducing Families. The Political Economy of English Population History*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEVINE, Steven. 1988. "War Settlement and State Structure: The Case of China and the Termination of World War II", Working Paper 62, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- LEVY, Jack S. 1983. *War in the Modern Great Power System, 1495-1975*. Lexington, Kent., University Press of Kentucky.
- _____. 1989. "The Causes of War: A Review of Theories and Evidence." A ser publicado em: TETLOCK, Philip et al. (eds.) *Behavior, Society, and Nuclear War*. New York, Oxford University Press.
- LEWIS, Archibald R. 1988. *Nomads and Crusaders A.D. 1000-1368*. Bloomington, Ind., Indiana University Press.
- _____. & RUNYAN, Timothy J. 1988. *European Naval and Maritime History, 300-1500*. Bloomington, Ind., Indiana University Press.
- LEWIS, Gwynne. 1978. *The Second Vendée: The Continuity of Counter-Revolution in the Department of the Gard, 1789-1815*. Oxford, Clarendon Press.
- _____. & LUCAS, Colin (eds.). 1983. *Beyond the Terror. Essays in French Regional and Social History, 1794-1815*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEWIS, John Wilson (ed.). 1974. *Peasant Rebellion and Communist Revolution in Asia*. Stanford, Cal., Stanford University Press.
- LINDEGREN, Jan. 1985. "The Swedish 'Military State', 1560-1720", *Scandinavian Journal of History* 10: 305-36.
- LINDNER, Rudi Paul. 1981. "Nomadism, Horses and Huns", *Past and Present* 92: 3-19.
- _____. 1983. *Nomads and Ottomans in Medieval Anatolia*. Bloomington, Ind., Research Institute for Inner Asian Studies, Indiana University.
- LIVET, Georges & VOGLER, Bernard (eds.). 1983. *Pouvoir, ville, et société en Europe, 1650-1750*. Paris, Ophrys.
- LÖWY, Michael. 1989. "Internationalisme, nationalisme et anti-impérialisme", *Critique Communiste* 87: 31-42.
- LUARD, Evan. 1987. *War in International Society*. New Haven, Con., Yale University Press.
- LUCAS, Colin. 1973. *The Structure of the Terror. The Example of Claude Javogues and the Loire*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. 1988. "The Crowd and Politics between Ancien Régime and Revolution in France", *Journal of Modern History* 60: 421-57.
- LUCKHAM, Robin. 1971. *The Nigerian Military. A Sociological Analysis of Authority & Revolt, 1960-1967*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1981. "Armament Culture", *Alternatives* 10: 1-44.
- LÜDTKE, Alf. 1980. "Genesis und Durchsetzung des modernen Staates: Zur Analyse von Herrschaft und Verwaltung", *Archiv für Sozialgeschichte* 20: 470-91.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUTERBACHER, Urs & WARD, Michael D. (eds.). 1985. *Dynamic Models of International Conflict*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- LYNN, John. 1984. *The Bayonets of the Republic. Motivation and Tactics in the Army of Revolutionary France, 1791-94*. Urbana, Ill., University of Illinois Press.
- _____. 1989. "Introduction: The Pattern of Army Growth, 1445-1945", trabalho inédito, University of Illinois Champaign-Urbana.
- LYONS, G. M. 1961. "Exigences militaires et budgets militaires aux U.S.A.", *Revue Française de Sociologie* 2: 66-74.
- LYONS, Martyn. 1980. *Révolution et Terreur à Toulouse*. Toulouse, Privat.
- MACKIE, J. P. 1964. *A History of Scotland*. Baltimore, Penguin.
- MACK SMITH, Dennis. 1968a. *A History of Sicily. Medieval Sicily, 800-1713*. London, Chatto & Windus.
- _____. 1968b. *A History of Sicily. Modern Sicily after 1713*. London, Chatto & Windus.
- MCNEILL, William H. 1964. *Europe's Steppe Frontier, 1500-1800*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- _____. 1976. *Plagues and Peoples*. Garden City, N. Y., Anchor/Doubleday.
- _____. 1982. *The Pursuit of Power. Technology, Armed Force and Society since A.D. 1000*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- MALAND, David. 1980. *Europe at War, 1600-1650*. Totowa, N. J., Rowman & Littlefield.
- MALLET, M. E. 1974. *Mercenaries and their Masters. Warfare in Renaissance Italy*. Totowa, N. J., Rowman & Littlefield.
- _____. & HALE, J. R. 1984. *The Military Organization of a Renaissance State. Venice c.1400 to 1617*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MANDEL, Robert. 1980. "Roots of the Modern Interstate Border Dispute", *Journal of Conflict Resolution* 24: 427-54.
- MANRUZZAMAN, Talukder. 1987. *Military Withdrawal from Politics. A Comparative Study*. Cambridge, Mass., Ballinger.
- MANN, Michael. 1986. *The Sources of Social Power. I: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1988. *States, War and Capitalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- MARAVALL, José Antonio. 1972. *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. Madrid, Revista de Occidente. 2 vols.
- MARGADANT, Ted. 1979. *French Peasants in Revolt. The Insurrection of 1851*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____. 1988a. "Towns, Taxes, and State-Formation in the French Revolution", trabalho apresentado ao Irvine Seminar on Social History and Theory, April 1988.
- _____. 1988b. "Politics, Class, and Community in the French Revolution", trabalho apresentado à conferência sobre Revolutions in Comparison, University of California, Los Angeles, 1988.
- MARKOFF, John. 1986. "Contexts and Forms of Rural Revolt. France in 1789", *Journal of Conflict Resolution* 30: 253-89.
- _____. 1985. "The Social Geography of Rural Revolt at the Beginning of the French Revolution", *American Sociological Review* 50: 761-81.
- _____. & DUNCAN BARETTA, Silvio R. 1986. "What We Don't Know About the Coups: Observations on Recent South American Politics", *Armed Forces and Society* 12: 207-35.
- MARTIN, Jean-Clément. 1987. *La Vendée et la France*. Paris, Le Seuil.

CHARLES TILLY

- MARTINES, Lauro. 1988. *Power and Imagination. City-States in Renaissance Italy*. Baltimore, Mar., Johns Hopkins University Press. Publicado pela primeira vez em 1979.
- MARX, Karl. 1970-72. *Capital. A Critique of Political Economy*. London, Lawrence & Wishart. 3 vols.
- MASCHKE, Eric & SYDOW, Jurgen (eds.). 1974. *Stadt und Umland. Protokoll der X. Arbeitstagung des Arbeitskreises für sudwestdeutsche Stadtgeschichtsforschung*. Stuttgart, Kohlhammer. Veröffentlichungen der Kommission für Geschichtliche Landeskunde in Baden-Württemberg, Reihe B, 82.
- MAUERSBERG, Hans. 1960. *Wirtschafts- und Sozialgeschichte zentraleuropäischer Städte in neuer Zeit*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- MAYER, Arno. 1981. *The Persistence of the Old Regime*. New York, Pantheon.
- MENDELS, Franklin. 1978. "Aux origines de la proto-industrialisation", *Bulletin du Centre d'Histoire Economique et Sociale de la Région Lyonnaise* 2: 1-25.
- _____. 1980. "Seasons and Regions in Agriculture and Industry during the Process of Industrialization." In: POLLARD, Sidney (ed.). *Region und Industrialisierung: Studien zur Rollen der Region in der Wirtschaftsgeschichte der letzten zwei Jahrhunderte*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- MERRINGTON, John. 1975. "Town and Country in the Transition to Capitalism", *New Left Review* 93: 71-92.
- MEYER, David R. 1986a. "System of Cities Dynamics in Newly Industrializing Nations", *Studies in Comparative International Development* 21: 3-22.
- _____. 1986b. "The World System of Cities: Relations Between International Financial Metropolises and South American Cities", *Social Forces* 64: 553-81.
- MEYER, Jean. 1983. *Le poids de l'Etat*. Paris, Presses Universitaires de France.
- _____. et al. 1983. *Etudes sur les villes en Europe Occidentale*. Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur. 2 vols.
- MEYER, John W. 1980. "The World Polity and the Authority of the Nation-State." In: BERGesen, Albert (ed.). *Studies of the Modern World-System*. New York, Academic Press.
- MICHAUD, Claude. 1981. "Finances et guerres de religion en France", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 28: 572-96.
- MIDLARSKY, Manus (ed.). 1986. *Inequality and Contemporary Revolutions*. Denver, Co., Graduate School of International Studies, University of Denver. Monograph Series in World Affairs, vol. 22, livro 2.
- MIGDAL, Joel. 1974. *Peasants, Politics, and Revolution. Pressures toward Political and Social Change in the Third World*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- MILLER, Edward. 1975. "War, Taxation, and the English Economy in the Late Thirteenth and Early Fourteenth Centuries." In: WINTER, J. M. (ed.). *War and Economic Development. Essays in Memory of David Joslin*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MILWARD, Alan S. & SAUL, S. B. 1973. *The Economic Development of Continental Europe, 1780-1870*. London, Allen & Unwin.
- MITCHELL, R. B. 1975. *European Historical Statistics, 1750-1970*. New York, Columbia University Press.
- MOBERG, Carl-Axel. 1962. "Northern Europe." In: BRAIDWOOD, Robert J. & WILLEY, Gordon R. (eds.). *Courses toward Urban Life. Archeological Considerations of Some Cultural Alternates*. Chicago, Ill., Aldine.
- MODELSKI, George. 1978. "The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State", *Comparative Studies in Society and History* 20: 214-35.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____ & THOMPSON, William R. 1988. *Seapower in Global Politics, 1494-1993*. Seattle, Wash., University of Washington Press.
- MOLLAT, Michel & WOLFF, Philippe. 1973. *The Popular Revolutions of the Late Middle Ages*. London, Allen & Unwin.
- MOORE, Jr., Barrington. 1966. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston, Mass., Beacon.
- MOOTE, A. Lloyd. 1971. *The Revolt of the Judges: The Parlement of Paris and the Fronde*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- MORAW, Peter. 1989. "Cities and Citizenry as Factors of State Formation in the Roman-German Empire of the Late Middle Ages", a ser publicado em *Theory and Society*.
- MOSCA, Gaetano. 1939. *The Ruling Class (Elementi di Scienza Política)*. New York, McGraw-Hill.
- MOUL, William Brian. 1988. "Balances of Power and the Escalation to War of Serious Disputes among the European Great Powers, 1815-1939: Some Evidence", *American Journal of Political Science* 32: 241-75.
- MUELLER, John. 1988. "The Essential Irrelevance of Nuclear Weapons", *International Security* 13: 55-79.
- MUMFORD, Lewis. 1961. *The City in History. Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*. New York, Harcourt, Brace & World.
- _____. 1970. *The Myth of the Machine. The Pentagon of Power*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- NEF, John U. 1952. *War and Human Progress*. Cambridge, Cambridge University Press.
- NELKIN, Dorothy. 1967. "The Economic and Social Setting of Military Takeovers in Africa", *Journal of Asian and African Studies* 2: 230-44.
- NICHOLAS, David M. 1968. "Town and Countryside: Social and Economic Tensions in Fourteenth-Century Flanders" *Comparative Studies in Society and History* 10: 458-85.
- NICHOLS, Glenn O. 1987. "Intermediaries and the Development of English Government Borrowing: The Case of Sir John James and Major Robert Huntington, 1675-79", *Business History* 29: 28-46.
- NICOLAS, Jean (ed.). 1985. *Mouvements populaires et conscience sociale, XVIIe-XIXe siècles*. Paris, Maloine.
- NILSSON, Sven A. 1988. "Imperial Sweden: Nation-Building, War and Social Change." In: NILSSON, Sven A., et al. *The Age of New Sweden*. Stockholm, Livrustkammaren.
- NORTH, Douglass C. 1981. *Structure and Change in Economic History*. New York, W. W. Norton.
- _____ & THOMAS, Robert Paul. 1973. *The Rise of the Western World. A New Economic History*. Cambridge, Cambridge University Press.
- NUNN, Frederick M. 1971. "The Latin American Military Establishment: Some Thoughts on the Origins of its Socio-Political Role and an Illustrative Bibliographical Essay", *The Americas* 28: 135-51.
- O'DONNELL, Guillermo. 1972. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós.
- _____. 1980. "Comparative Historical Formations in the State Apparatus and Socioeconomic Change in the Third World", *International Social Science Journal* 32: 717-29.
- OLSON, Mancur. 1982. *The Rise and Decline of Nations. Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities*. New Haven, Co., Yale University Press.
- OQUIST, Paul. 1980. *Violence, Conflict, and Politics in Colombia*. New York, Academic Press.
- ORGANSKI, A. F. K. 1965. *The Stages of Political Development*. New York, Knopf.
- _____ & KUGLER, Jacek. 1980. *The War Ledger*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- ÖSTERBERG, Eva & LINDSTRÖM, Dag. 1988. *Crime and Social Control in Medieval and Early Modern Swedish Towns*. Stockholm, Almqvist & Wiksell. *Studia Historica Upsalienia*, 152.

- OWUSU, Maxwell. 1989. "Rebellion, Revolution, and Tradition: Reinterpreting Coups in Ghana", *Comparative Studies in Society and History* 31: 372-97.
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. 1986. "De l'universalisme constituant aux intérêts locaux: le débat sur la formation des départements en France (1789-1790)", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 41: 1193-1214.
- PADDISON, Ronan. 1983. *The Fragmented State. The Political Geography of Power*. Oxford, Basil Blackwell.
- PALMER, Stanley H. 1988. *Police and Protest in England and Ireland, 1780-1850*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PAMLENYI, Ervin (ed.). 1975. *A History of Hungary*. London, Collet's.
- PARKER, Geoffrey. 1972. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1973. "Mutiny and Discontent in the Spanish Army of Flanders, 1572-1607", *Past and Present* 58: 3-37.
- _____. 1975. "War and Economic Change: The Economic Costs of the Dutch Revolt." In: WINTER, J. M. (ed.). *War and Economic Development. Essays in Memory of David Joslin*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1976. "The 'Military Revolution', 1560-1660 – a Myth?" *Journal of Modern History* 48: 195-214.
- _____. 1988. *The Military Revolution. Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PARKER, William & JONES, Eric L. (eds.). 1975. *European Peasants and their Markets*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- PARKINSON, C. Northcote. 1957. *Parkinson's Law and Other Studies in Administration*. Boston, Mass., Houghton Mifflin.
- PARRY, J. H. 1961. *The Establishment of the European Hegemony, 1415-1715. Trade and Exploration in the Age of the Renaissance*. 3. ed. New York, Harper & Row.
- _____. 1966. *The Spanish Seaborne Empire*. New York, Knopf.
- PATTEN, John. 1973. *Rural-Urban Migration in Pre-Industrial England*. Oxford, School of Geography. Occasional Papers, n° 6.
- PEACOCK, Alan & WISEMAN, Jack. 1961. *The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- PEPPER, Simon & ADAMS, Nicholas. 1986. *Firearms and Fortifications. Military Architecture and Siege Warfare in Sixteenth-Century Siena*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- PERLMUTTER, Amos. 1981. *Political Roles and Military Rulers*. London, Frank Cass.
- PETITFRÈRE, Claude. 1988. "The Origins of the Civil War in the Vendée", *French History* 2: 187-207.
- PITCHER, Donald Edgar. 1972. *An Historical Geography of the Ottoman Empire from Earliest Times to the End of the Sixteenth Century*. Leiden, Brill.
- PLATZHOFF, Walter. 1928. *Geschichte des europäischen Staatsystems, 1559-1660*. Münch und Berlin, Oldenbourg.
- PLUMB, J. H. 1967. *The Origins of Political Stability. England 1675-1725*. Boston, Mass., Houghton Mifflin.
- POGGI, Gianfranco. 1978. *The Development of the Modern State*. Stanford, Cal., Stanford University Press.
- POLISENSKY, Josef V. 1978. *War and Society in Europe, 1618-1648*. Cambridge, Cambridge University Press.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- POUNDS, Norman J. G. 1973. *An Historical Geography of Europe 450 B.C.-A.D.1330*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1979. *An Historical Geography of Europe, 1500-1840*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. & BALL, Sue Simons. 1964. "Core-Areas and the Development of the European States System", *Annals of the Association of American Geographers* 54: 24-40.
- POWERS, James F. 1988. *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- PRYOR, John H. 1988. *Geography, Technology, and War. Studies in the Maritime History of the Mediterranean 649-1571*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PULLAN, Brian. 1971. *Rich and Poor in Renaissance Venice*. Oxford, Basil Blackwell.
- PYE, Lucian. 1960. "The Politics of Southeast Asia." In: ALMOND, Gabriel A. & COLEMAN, James S. (eds.). *The Politics of the Developing Areas*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- QUESTER, George H. 1975. "The World Political System." In: GREENSTEIN, Fred I. & POLSBY, Nelson W. (eds.). *Handbook of Political Science*. Reading, Mass., Addison-Wesley. Vol. VIII, pp. 199-246.
- RAEFF, Marc. 1983. *The Well-Ordered Police State. Social and Institutional Change through Law in the Germanies and Russia, 1600-1800*. New Haven, Con., Yale University Press.
- RAMBAUD, Placide & VINCIENNE, Monique. 1964. *Les transformations d'une société rurale. La Maurienne (1561-1962)*. Paris, Armand Colin. Ecole Pratique des Hautes Etudes (VIe Section), Centre d'Etudes Economiques, Etudes et Mémoires, 59.
- RAMSAY, G. D. 1975. *The City of London in International Politics at the Accession of Elizabeth Tudor*. Manchester, Manchester University Press.
- _____. 1986. *The Queen's Merchants and the Revolt of the Netherlands*. Manchester, Manchester University Press.
- RAPOPORT, David C. 1982. "The Praetorian Army: Insecurity, Venality, and Impotence." In: KOLKOWICZ, Roman & KORBONSKI, Andrzej (eds.). *Soldiers, Peasants, and Bureaucrats: Civil-Military Relations in Communist and Modernizing Societies*. London, Routledge & Kegan Paul.
- RASLER, Karen A., & THOMPSON, William R. 1983. "Global Wars, Public Debts, and the Long Cycle", *World Politics* 35: 489-516.
- _____. 1985a. "War Making and State Making: Governmental Expenditures, Tax Revenues, and Global Wars", *American Political Science Review* 79: 491-507.
- _____. 1985b. "War and the Economic Growth of Major Powers", *American Journal of Political Science* 29: 513-38.
- _____. 1988. "Defense Burdens, Capital Formation, and Economic Growth. The Systemic Leader Case", *Journal of Conflict Resolution* 32: 61-86.
- _____. 1989. *War and Statemaking: The Shaping of the Global Powers*. Boston, Mass., Unwin Hyman.
- RATAJCZYK, Leonard. 1987. "Evolution of the Polish Armed Forces, 1764-1921." In: FISCHER-GALATI, Stephen & KIRÁLY, Béla K. (eds.). *Essays on War and Society in East Central Europe, 1740-1920*. Boulder, Co., Social Science Monographs.
- REDLICH, Fritz. 1964-1965. *The German Military Enterpriser and His Work Force*. Wiesbaden, Steiner. 2 vols. *Vierteljahrsschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Beiheften 47, 48.
- REINHARD, Marcel; ARMENGAUD, André & DUPÂQUIER, Jacques. 1968. *Histoire générale de la population mondiale*. Paris, Montchrestien.

- RENOUARD, Yves. 1958. "1212-1216. Comment les traits durables de l'Europe occidentale moderne se sont définis au début du XIIIe siècle", *Annales de l'Université de Paris* 1958: 5-21.
- REUTER, Timothy. 1978. "Introduction" a Timothy Reuter (ed.), *The Medieval Nobility*. Amsterdam, North-Holland.
- REYNOLDS, Susan. 1984. *Kingdoms and Communities in Western Europe, 900-1300*. Oxford, Clarendon Press.
- RIAN, Oystein. 1985. "State and Society in Seventeenth-century Norway", *Scandinavian Journal of History* 10: 337-63.
- RICE, Condoleezza. 1988. "The Impact of World War II on Soviet State and Society", Working Paper 69, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- RINGROSE, David R. 1983. *Madrid and the Spanish Economy, 1560-1850*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- ROBERTS, Michael. 1979. *The Swedish Imperial Experience*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROBINSON, E. A. G. (ed.). 1969. *Backward Areas in Advanced Countries*. London, Macmillan.
- ROIDER, Karl. 1987. "Origins of Wars in the Balkans, 1660-1792." In: BLACK, Jeremy (ed.). *The Origins of War in Early Modern Europe*. Edinburgh, John Donald.
- ROKKAN, Stein. 1975. "Dimensions of State Formation and Nation-Building: A Possible Paradigm for Research on Variations within Europe." In: TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____ & URWIN, Derek W. (eds.). 1982. *The Politics of Territorial Identity. Studies in European Regionalism*. Beverly Hills, Cal., Sage.
- ROKSANDIC, Drago. 1988. "Agrarian Ideologies and Theories of Modernization in Yugoslavia, 1918-1941", trabalho apresentado à Conference on Models of Development and Theories of Modernization in Eastern Europe Between the World Wars, Ráckeve, Hungria.
- ROMANO, Salvatore Francesco. 1963. *Storia della mafia*. Milano, Sugar.
- ROSCOE, Paul B. & GRABER, Robert B. (eds.). 1988. "Circumscription and the Evolution of Society", número especial de *American Behavioral Scientist* 31: 403-511.
- ROSENAU, James N. 1970. *The Adaptation of National Societies: A Theory of Political System Behavior and Transformation*. New York, McCaleb-Seiler.
- ROSENBERG, Hans. 1958. *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy. The Prussian Experience, 1660-1815*. Cambridge, Harvard University Press.
- ROSENBERG, Harriet G. 1988. *A Negotiated World: Three Centuries of Change in a French Alpine Community*. Toronto, University of Toronto Press.
- ROSENBERG, William G. & YOUNG, Marilyn B. 1982. *Transforming Russia and China. Revolutionary Struggles in the Twentieth Century*. New York, Oxford University Press.
- ROTHENBERG, Gunther E. 1988. "The Origins, Causes, and Extension of the Wars of the French Revolution and Napoleon", *Journal of Interdisciplinary History* 18: 771-94.
- ROUBAUD, François. 1983. "Partition économique de la France dans la première moitié du XIXe siècle (1830-1840)", Institut d'Histoire Economique et Sociale de l'Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne. *Recherches et Travaux* 12: 33-58.
- ROUQUIÉ, Alain. 1987. *The Military and the State in Latin America*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- RULE, James B. 1988. *Theories of Civil Violence*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- RULOFF, Dieter. 1985. *Wie Kriege beginnen*. Münch, C. H. Beck.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RUSSELL, Conrad S. R. 1982. "Monarchies, Wars, and Estates in England, France, and Spain, c. 1580-c. 1640", *Legislative Studies Quarterly* 7: 205-20.
- RUSSELL, D. E. H. 1974. *Rebellion, Revolution, and Armed Force*. New York, Academic Press.
- RUSSELL, Jocelyne G. 1986. *Peacemaking in the Renaissance*. Philadelphia, Penn., University of Pennsylvania Press.
- RUSSELL, Josiah Cox. 1972. *Medieval Regions and their Cities*. Newton Abbot, David & Charles.
- RUSSETT, Bruce. 1970. *What Price Vigilance? The Burdens of National Defense*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- RYSTAD, Goran (ed.). 1983. *Europe and Scandinavia: Aspects of the Process of Integration in the 17th Century*. Lund, Esselte Studium.
- SALES, Núria. 1974. *Sobre esclavos, reclutas y mercadores de quintos*. Madrid, Ariel.
- _____. 1986. "Servei militar i societat: la desigaultat enfront del servei obligatori, segles XVII-XX", *L'Avenç* 98: 721-8.
- SCAMMELL, G. V. 1981. *The World Encompassed. The First European Maritime Empires c. 800-1650*. London, Methuen.
- SCHAMA, Simon. 1975. "The Exigencies of War and the Politics of Taxation in the Netherlands 1795-1810." In: WINTER, J. M. (ed.). *War and Economic Development. Essays in Memory of David Joslin*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHÉVILL, Ferdinand. 1963. *Medieval and Renaissance Florence*. New York, Harper Torchbooks. 2 vols. Primeira publicação em 1936.
- SCHISLER, Hanna. 1978. *Preussische Agrargesellschaft im Wandel. Wirtschaftliche, gesellschaftliche und politische Transformationsprozesse von 1763 bis 1847*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- SCHMAL, H. (ed.). 1981. *Patterns of European Urbanization since 1500*. London, Croom Helm.
- SCHMOLLER, Gustav. 1896. "Die Epochen der Getreidehandelsverfassung und -politik", *Schmollers Jahrbuch* 20: 695-744.
- SCHRAM, Stuart R. (ed.). 1985. *The Scope of State Power in China*. Publicado para a European Science Foundation por School of Oriental and African Studies, University of London e Chinese University Press of Hong Kong.
- _____. (ed.). 1987. *Foundations and Limits of State Power in China*. Publicado para a European Science Foundation por School of Oriental and African Studies, University of London e Chinese University Press of Hong Kong.
- SCHULTZ, Patrick. 1982. *La décentralisation administrative dans le département de Nord (1790-1793)*. Lille, Presses Universitaires de Lille.
- SCHULZE, Hagen (ed.). 1987. *Nation-Building in Central Europe*. Leamington Spa, Berg.
- SCHUMPETER, Joseph. 1955. *Imperialism, Social Classes*. New York, Meridian.
- SCHWARTZ, Robert M. 1988. *Policing the Poor in Eighteenth-Century France*. Chapel Hill, N. Car., University of North Carolina Press.
- SCOTT, James. 1985. *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- SCOTT, William. 1973. *Terror and Repression in Revolutionary Marseilles*. New York, Barnes & Noble.
- SEARLE, Eleanor. 1988. *Predatory Kinship and the Creation of Norman Power, 840-1066*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- SEDOC-DAHLBERG, Betty. 1986. "Interest Groups and the Military Regime in Suriname." In: YOUNG, Alma H. & PHILLIPS, Dion E. (eds.). *Militarization in the Non-Hispanic Caribbean*. Boulder, Co., Lynne Rienner.

- SEGAL, Daniel A. 1988. "Nationalism, Comparatively Speaking", *Journal of Historical Sociology* 1: 301-21.
- SHENAN, J. H. 1974. *The Origins of the Modern European State, 1450-1725*. London, Hutchinson University Library.
- SHILS, Edward. 1962. *Political Development in the New States*. Haia, Mouton.
- SHUE, Vivienne. 1988. *The Reach of the State. Sketches of the Chinese Body Politic*. Stanford, Cal., Stanford University Press.
- SID-AHMED, Mohamed. 1984. "Trends in the Middle East", *Alternatives* 10: 139-60.
- SIVARD, Ruth Leger. 1974-1988. *World Military and Social Expenditures*. Washington DC, World Priorities. Publicação anual.
- SKINNER, G. W. 1964. "Marketing and Social Structure in Rural China", *Journal of Asian Studies* 24: 3-43.
- _____ (ed.). 1977. *The City in Late Imperial China*. Stanford, Cal., Stanford University Press.
- _____. 1985. "The Structure of Chinese History", *Journal of Asian Studies* 44: 271-92.
- SKOCZPOL, Theda. 1979. *States and Social Revolution: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SMALL, Melvin & SINGER, J. David. 1982. *Resort to Arms. International and Civil Wars, 1816-1980*. Beverly Hills, Cal., Sage.
- SMITH, Adam. 1910. *The Wealth of Nations*. London, Dent. 2 vols. Publicado pela primeira vez em 1778.
- SMITH, C. T. 1967. *An Historical Geography of Western Europe before 1800*. London, Longmans.
- SMITH, Carol A. 1976. "Analyzing Regional Systems." In: SMITH, Carol A. (ed.). *Regional Analysis*. Vol. 2: *Social Systems*. New York, Academic Press.
- SOROKIN, Pitirim A. 1962. *Social and Cultural Dynamics*. III: *Fluctuation of Social Relationships, War, and Revolution*. New York, Bedminster. Publicado pela primeira vez em 1937.
- SPULER, Bertold. 1977. *Rulers and Governments of the World*. London, Bowker. 3 vols.
- STEENSGAARD, Niels. 1974. *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- _____. 1981. "Asian Trade and World Market: Orders of Magnitude in 'The Long Seventeenth Century'." In: *Actes du Colloque Franco-Polonais d'Histoire*. Nice, Laboratoire d'Histoire Quantitative, Université de Nice.
- STEIN, Arthur A. 1978. *The Nation at War*. Baltimore, Mar., Johns Hopkins University Press.
- _____. 1988. "War Settlement, State Structures, and National Security Policy", Working Paper 60, Center for Studies of Social Change, New School for Social Research.
- _____ & RUSSETT, Bruce M. 1980. "Evaluating War: Outcomes and Consequences." In: GURR, Ted Robert (ed.). *Handbook of Political Conflict: Theory and Research*. New York, Free Press.
- STEPAN, Alfred. 1988. *Rethinking Military Politics. Brazil and the Southern Cone*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- STINGCOMBE, Arthur L. 1963. "Institutions of Privacy in the Determination of Police Administrative Practice", *American Journal of Sociology* 69: 150-60.
- _____. 1983. *Economic Sociology*. New York, Academic Press.
- STOESSINGER, John G. 1974. *Why Nations Go to War*. New York, St Martin's.
- STOHL, Michael. 1976. *War and Domestic Political Violence. The American Capacity for Repression and Reaction*. Beverly Hills, Cal., Sage.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- STOIANOVICH, Traian. 1970. "Model and Mirror of the Premodern Balkan City", *Studia Balcanica*. III. *La Ville Balkanique XVe-XIXe siècles*, 83:110.
- _____. 1981. "Mode de production maghrébin de commandement ponctuel." In: *Actes de Colloque Franco-Polonais d'Histoire*. Nice, Laboratoire d'Histoire Quantitative, Université de Nice.
- _____. 1989. "The Segmentary State and *La Grande Nation*. In: GENOVESE, Eugene D. & HOCHBERG, Leonard (eds.). *Geographic Perspectives in History*. Oxford, Basil Blackwell.
- STONE, Bailey. 1981. *The Parlement of Paris, 1774-1789*. Chapel Hill, N. Car., University of North Carolina Press.
- STONE, Lawrence. 1947. "State Control in Sixteenth-Century England", *Economic History Review* 17: 103-20.
- _____. 1965. *The Crisis of Aristocracy, 1558-1641*. Oxford, Clarendon Press.
- _____. 1983. "Interpersonal Violence in English Society, 1300-1980", *Past and Present* 101: 22-33.
- STRAYER, Joseph. 1970. *On the Medieval Origins of the Modern State*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- SUNDIN, Jan & SODERLUND, Eric (eds.). 1979. *Time, Space and Man: Essays in Microdemography*. Stockholm, Almqvist & Wilksell International.
- SUTTON, F. X. 1959. "Representation and the Nature of Political Systems", *Comparative Studies in Society and History* 2: 1-10.
- TANTER, Richard. 1984. "Trends in Asia", *Alternatives* 10: 161-91.
- TAYLOR, A. J. P. 1985. *How Wars End*. London, Hamish Hamilton.
- TAYLOR, Peter J. 1981. "Political Geography and the World-Economy." In: BURNETT, Alan D. & TAYLOR, Peter J. (eds.). *The Politics of Territorial Identity*. New York, Wiley.
- TAYLOR, Stan. 1984. *Social Science and Revolutions*. New York, St Martin's.
- TENENTI, Alberto. 1967. *Piracy and the Decline of Venice, 1580-1615*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- THEE, Marek. 1984. "Militarization in the United States and the Soviet Union: The Deepening Trends", *Alternatives* 10: 93-114.
- THERBORN, Goran. 1978. *What Does the Ruling Class Do When It Rules?* London, NLB.
- THIBON, Christian. 1987. "L'ordre public villageois: le cas de Pays de Sault (1848-1914)." In: *Société de la Révolution de 1848 et des Révolutions du XIXe Siècle, Maintien de l'ordre et polices en France et en Europe au XIXe Siècle*. Paris, Créaphis.
- THOMAS, George N. & MEYER, John W. 1980. "Regime Changes and State Power in an Intensifying World-State-System." In: BERGESEN, Albert (ed.). *Studies of the Modern World System*. New York, Academic Press.
- _____; _____; RAMIREZ, Francisco O. & GOBALET, Jeanne. 1979. "Maintaining National Boundaries in the World System: The Rise of Centralist Regimes." In: MEYER, John W. & HANNAN, Michael T. (eds.). *National Development and the World System. Educational, Economic, and Political Change, 1950-70*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- THOMPSON, I. A. A. 1976. *War and Government in Habsburg Spain, 1560-1620*. London, Athlone Press.
- _____. 1982. "Crown and Cortes in Castile, 1590-1665", *Parlements, Estates and Representation* 2: 29-45.
- THOMPSON, William R. 1988. *On Global War. Historical-Structural Approaches to World Politics*. Columbia, S. Car., University of South Carolina Press.

CHARLES TILLY

- _____ & ZUK, Gary. 1986. "World Power and the Strategic Trap of Territorial Commitments", *International Studies Quarterly* 30: 249-67.
- TILLY, Charles. 1983. "Flows of Capital and Forms of Industry in Europe, 1500-1900", *Theory and Society* 12: 123-43.
- _____. 1984. "Demographic Origins of the European Proletariat." In: LEVINE, David (ed.). *Proletarianization and Family Life*. Orlando, FL, Academic Press.
- _____. 1985a. "War and the Power of Warmakers in Western Europe and Elsewhere." In: WALLENSTEEN, Peter; GALTUNG, Johan & PORTALES, Carlos (eds.). *Global Militarization*. Boulder, CO., Westview Press.
- _____. 1985b. "War Making and State Making as Organized Crime." In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1986. *The Contentious French*. Cambridge, Belknap.
- _____; TILLY, Louise A. & TILLY, Richard. 1975. *The Rebellious Century, 1830-1930*. Cambridge, Harvard University Press.
- TILLY, Louise A. 1971. "The Food Riot as a Form of Political Conflict in France", *Journal of Interdisciplinary History* 2: 23-57.
- TIMBERLAKE, Michael (ed.). 1985. *Urbanization in the World-Economy*. Orlando, FL., Academic Press.
- TORRES I SANS, Xavier. 1988. "Guerra privada y bandolerismo en la Cataluña del Barroco", *Historia Social* 1: 5-18.
- TORSVIK, Per (ed.) 1981. *Mobilization, Center-Periphery Structures and Nation-Building. A Volume in Commemoration of Stein Rokkan*. Bergen, Universitetsforlaget.
- TRACY, James D. 1985. *A Financial Revolution in the Habsburg Netherlands. Renten and Renteners in the County of Holland, 1515-1565*. Berkeley, Cal., University of California Press.
- TREASURE, Geoffrey. 1985. *The Making of Modern Europe 1648-1780*. London, Methuen.
- TREXLER, Richard C. 1980. *Public Life in Renaissance Florence*. New York, Academic Press.
- TROTSKY, Leon. 1965. *History of the Russian Revolution*. London, Gollancz. 2 vols.
- TUCCI, Ugo. 1981. "Entre Orient et Occident: L'Age vénitien des épices." In: *Actes du Colloque Franco-Polonais d'Histoire*. Nice, Laboratoire d'Histoire Quantitative, Université de Nice.
- TURNER, Bryan S. 1988. "Religion and State Formation: A Commentary on Recent Debates", *Journal of Historical Sociology* 1: 322-33.
- ULTEE, Maarten (ed.). 1986. *Adapting to Conditions. War and Society in the Eighteenth Century*. Alabama, University of Alabama Press.
- URLANIS, B. Ts. 1960. *Voin'i i narod-naselenie Evrop'i*. Moscou, Izdatel'stvo Sotsial'no-ekonomicheskoy literatur'i.
- VAN CREVELD, Martin. 1977. *Supplying War. Logistics from Wallenstein to Patton*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1989. *Technology and War from 2000 B.C. to the Present*. New York, Free Press.
- VANER, Semih. 1987. "The Army." In: SCHICK, Irvin C. & TONAK, Ertugrul Ahmet (eds.). *Turkey in Transition: New Perspectives*. New York, Oxford University Press.
- VERHULST, Adriaan. 1989. "The Origins of Towns in the Low Countries and the Pirenne Thesis", *Past and Present* 122: 3-35.
- VILAR, Pierre. 1962. *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*. Paris, SEVPEM. 3 vols.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VOVELLE, Michel (ed.). 1987. *Bourgeoisies de province et Révolution*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- VRIES, Jan de. 1973. "On the Modernity of the Dutch Republic", *Journal of Economic History* 33: 191-202.
- _____. 1974. *The Dutch Rural Economy in the Golden Age, 1500-1700*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- _____. 1976. *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. 1978. "Barges and Capitalism. Passenger Transportation in the Dutch Economy, 1632-1839", *A. A. G. Bijdragen* 21: 33-398.
- _____. 1984. *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge, Harvard University Press.
- WAKEMAN, Jr, Frederic. 1985. *The Great Enterprise. The Manchu Reconstruction of Imperial Order in Seventeenth-Century China*. Berkeley, Cal., University of California Press. 2 vols.
- WALDMANN, Peter. 1989. *Ethnischer Radikalismus. Ursachen und Folgen gewaltsamer Minderheitenkonflikte*. Opladen, Westdeutscher Verlag.
- WALEY, Daniel. 1969. *The Italian City-Republics*. New York, MacGraw-Hill. World University Library.
- WALKER, Mack. 1971. *German Home Towns. Community, State, and General Estate, 1648-1871*. Ithaca, N. Y., Cornell University Press.
- WALLENSTEEN, Peter; GALTUNG, Johan & PORTALES, Carlos (eds.). 1985. *Global Militarization*. Boulder, Co., Westview.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1974-1988. *The Modern World System*. New York & Orlando, Fl., Academic Press. 3 vols.
- _____. 1979. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WALTZ, Kenneth N. 1979. *Theory of International Politics*. New York, Random House.
- _____. 1988. "The Origins of War in Neorealist Theory", *Journal of Interdisciplinary History* 18: 615-28.
- WATKINS, Susan Cotts. 1989. *From Provinces into Nations*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- WATSON, J. Steven. 1960. *The Reign of George III, 1760-1815*. Oxford, Clarendon Press. Oxford History of England, vol. 12.
- WEBBER, Carolyn & WILDAVSKY, Aaron. 1986. *A History of Taxation and Expenditure in the Western World*. New York, Simon & Schuster.
- WEBER, Max. 1972. *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5. ed. Tübingen, Mohr.
- WEDGEWOOD, C. V. 1964. *The Thirty Years War*. London, Jonathan Cape. Publicado pela primeira vez em 1938.
- WENDT, Alexander E. 1987. "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory", *International Organization* 41: 335-70.
- WERNER, Ernst. 1985. *Die Geburt einer Grossmacht – die Osmanen (1300-1481)*. Vienna, Böhlhaus.
- WHEATCROFT, Andrew. 1983. *The World Atlas of Revolutions*. London, Hamish Hamilton.
- WHITNEY, Joseph B. R. 1970. *China: Area, Administration, and Nation Building*. Chicago, Department of Geography. University of Chicago. Research Paper 123.
- WICKHAM, Chris. 1988. "The Uniqueness of the East." In: BAECHLER, Jean; HALL, John A. & MANN, Michael (eds.). *Europe and the Rise of Capitalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- WIDN, J. W. 1970. "Military Forces and Warfare 1610-1648." In: COOPER, J. P. (ed.). *The New Cambridge Modern History*. Vol. 4: *The Decline of Spain and the Thirty Years War, 1609-48/59*. Cambridge, Cambridge University Press.

CHARLES TILLY

- WILKENFELD, Jonathan (ed.). 1973. *Conflict Behavior and Linkage Politics*. New York, David McKay.
- WILSON, Charles. 1968. *The Dutch Republic and the Civilization of the Seventeenth Century*. New York, McGraw-Hill. World University Library.
- WINBERG, Christer. 1978. "Population Growth and Proletarianization. The Transformation of Social Structures in Rural Sweden during the Agrarian Revolution." In: AKERMAN, Sune (ed.). *Chance and Change. Social and Economic Studies in Historical Demography in the Baltic Area*. Odense, Odense University Press.
- WINTER, J. M. 1986. *The Great War and the British People*. Cambridge, Harvard University Press.
- WITT, Peter-Christian (ed.). 1987. *Wealth and Taxation in Central Europe*. Leamington Spa, Berg.
- WONG, R. Bin. 1983. "Les émeutes de subsistances en Chine et en Europe Occidentale", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 38: 234-58.
- _____ & PERDUE, Peter C. 1983. "Famine's Foes in Ch'ing China", *Harvard Journal of Asiatic Studies* 43: 291-332.
- WRIGHT, Quincy. 1965. *A Study of War*. Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- WRIGLEY, E. A. 1969. *Population and History*. New York, McGraw-Hill.
- _____ & SCHOFIELD, R. S. 1981. *The Population History of England, 1541-1871*. Cambridge, Harvard University Press.
- WYCZANSKI, Andrzej. 1981. "La frontière de l'unité européenne au XVI^e siècle: Liens – cadres – contenu." In: *Actes du Colloque Franco-Polonais d'Histoire*. Nice, Laboratoire d'Histoire Quantitative, Université de Nice.
- WYROBISZ, Andrezej. 1989. "Power and Towns in the Polish Gentry Commonwealth: The Polish-Lithuanian State in the 16th and 17th Centuries", a ser publicado em *Theory and Society*.
- YOUNG, Alma H. & PHILLIPS, Dion E. (eds.). 1986. *Militarization in the Non-Hispanic Caribbean*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- ZAGORIN, Perez. 1982. *Rebels and Rulers, 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ZIMMERMAN, Ekkart. 1983. *Political Violence, Crises and Revolutions*. Cambridge, Schenkman.
- ZINNES, Dina. 1980. "Why War? Evidence on the Outbreak of International Conflict." In: GURR, Ted Robert (ed.). *Handbook of Political Conflict*. New York, Free Press.
- ZOLBERG, Aristide. 1968. "The Structure of Political Conflict in the New States of Tropical Africa", *American Political Science Review* 62: 70-87.
- _____ . 1978. "Belgium." In: GREW, Raymond (ed.). *Crises of Political Development in Europe and the United States*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- _____ . 1980. "Strategic Interactions and the Formation of Modern States: France and England", *International Social Science Journal* 32: 687-716.
- _____ . 1981. "International Migrations in Political Perspective." In: KRITZ, Mary M.; KEELY, Charles B. & TOMASI, Silvano M. (eds.). *Global Trends in Migration. Theory and Research on International Population Movements*. Staten Island, N. Y., Center for Migration Studies.
- _____ . 1987. "Beyond the Nation-State: Comparative Politics in Global Perspective." In: BERTING, Jan & BLOCKMANS, Wim (eds.). *Beyond Progress and Development. Macro-Political and Macro-Societal Change*. Aldershot, Avebury.

ÍNDICE REMISSIVO

- abastecimento de alimentos, intervenção do estado no, 184-186, 197-198
- Absolutismo, 56
- ação coletiva popular, 161-166
- acordos de paz, 242-247
- Adriático, mar, 215-217, 224, 225
- África
 - golpes militares na, 1944-1987, 300-301
 - poder militar na, 302, 303, 304
- agricultura, 65-67, 101
 - intervenção do estado na, 184-186
 - ver também* provisão de alimentos
- Alba, Victor, 288
- Aldeni, Guildo, 196
- Alemanha, 114
 - e transição para o governo direto, 179
- alfândegas, rendas das, 148-149
- América Latina
 - controle civil do governo na, 301-302
 - intervenção dos Estados Unidos na, 307-308
 - poder militar na, 288-289, 291
 - tentativas de golpe por 100 estados, 1944-1987, 300
- Anderson, M. S., 140
- Anderson, Perry, 56
- Andorra, 99
- Aragão, 115, 117, 134, 135, 137, 202
- Ardant, Gabriel, 107, 198
- Argentina, 298, 301, 305, 307
- aristocracia, 56
- armas, comércio de, 295
- armas de fogo, 133-134
- armas nucleares, 285
- arrendamentos, 147
- Artois, 175, 176
- Ásia,
 - tentativas de golpes por 100 estados, 1944-1987, 301
- atividade do estado, 157-161
 - distribuição geográfica da, 192-193
 - expansão da, 180-182
- Augsburgo, Guerra da Liga de, 245
- Áustria, 217, 223, 224, 246
- Babilônia, 45
- Baden, Tratado de, 246
- Badie, Bertrand, 52
- Balcãs, governo otomano nos, 167-168, 169
- Balsac, Robert de, 143
- Banco da Inglaterra, 231
- Barcelona, 117, 163, 165, 223

- Becker, Marvin, 125
 Bélgica, 246, 260, 261
 Berlim, 66
 Birnbaum, Pierre, 52
 Black, Ciry, 275
 blocos, 48
 Blum, Jerome, 211
 Boêmia, 115
 Bolívia, 283
 Borgonha, ducado de, 252
 Bósnia, 169
 Brandenburgo, 71, 80, 111, 262
 Brandenburgo-Prússia, 71, 74, 111, 183, 225
 Brasil, 152, 153, 154, 285, 288, 291, 295, 298, 308, 309, 310
 Breda, Tratado de, 245
 Buda, Paz de, 238
 Bulgária, 208
 burocracias, desenvolvimento das, 118, 132-133, 149-150, 156, 183
 Burundi, 305
- Cabot, John, 229
 Calábria, 75
 Callaghy, Thomas, 296, 297
 campesinato, 72, 225, 226
 Canuto, rei, 226, 227
- capital
 concentração do nas cidades, 101-103
 controle do pelo estado, 106-107
 e a guerra, 145-146
 e coerção 63-68, 110-113; *ver também* áreas de coerção capitalizada e crescimento urbano, 65-67
- capitalismo, 55-56, 64
 capitalistas, 64
 e a renda do estado, 144-146
- Carlos I, rei da Inglaterra, 230
 Carlos II, rei da Inglaterra, 231
 Carlos V, Sacro Imperador Romano, 82, 109, 132, 136, 138
 Carlos VIII, rei da França, 135
 Carlos XI, rei da Suécia, 205
 Carlos XII, rei da Suécia, 206
 Cárpatos, Bacia dos, 96
- Castela, 107, 117, 134, 137, 153, 200, 225, 268, 375
 Catalunha, 81, 125, 134, 137, 163, 165, 268
 Catarina, a Grande, 209, 212
 Cateau-Cambrésis, Tratado de, 159, 241
 Cavaleiros de Malta, 111
 Cavaleiros Teutônicos, 70, 71, 85, 111, 241
 China, 47, 128, 235, 249
- cidades
 crescimento das, 59-60, 65-67, 102-103, 132
 e acumulação/concentração de capital, 65, 102, 191, 201
 e agricultura, 65, 66, 67
 e financiamento da guerra, 146
 enquanto praças centrais, 105
 impacto demográfico das, 100-101
 interação com os estados, 46-47, 104-107, 113-117
 nas hierarquias de mercado, 114-115, 200-201
 nas redes urbanas, 104-105
 origem das, 46
 relações com o interior, 200-201
 saúde nas, 66
 tipos de, 201
ver também cidades-império; cidades-estado; oligarquias urbanas
- cidades-estado, 47, 69, 82, 120
 declínio das, 269-270
 cidades-império, 120
 declínio das, 270-271
 circulação, impostos sobre, 147-148, 149
 Clark, Gordon, 56
 Clausewitz, Carl von, 141-142
 coerção, 67-68, 104, 106-107
 concentração de, 107-113
 controle da pelo estado, 125-127
 e capital, 63-68, 111-113; *ver também* coerção capitalizada, áreas de e formação do estado, 199-200
ver também exércitos; coerção intensa, áreas de; guerra
- coerção capitalizada, áreas de, 81, 201-202, 203, 206, 207, 224-235, 268

ÍNDICE REMISSIVO

- atividade do estado nas, 161
campesinato nas, 225
coerção intensa, áreas de aplicação de, 62, 77,
80, 199, 201-204, 224, 268
atividade do estado nas, 160
campesinato nas, 225
negociação nas, 162
organização das classes nas, 112
Colleoni, Bartolomeo, 139
Collier, Ruth, 303
comerciantes,
 poder político dos, 198, 224
 ver também comércio
comércio, 105-106, 120, 201, 269-270
 impérios e, 152-156
Companhia das Índias Orientais Holandesas,
 127, 156, 222
Comunidade Económica Europeia, 48
condottieri, 139, 189, 221
Constantinopla, 100
Córdoba, 100
Coreia do Sul, 306-307, 309
corretagem, 79, 80, 106, 188, 189, 271
 guerras na era da, 264-265
 rebeliões na era da, 161, 266-267
crescimento do estado, condições alternativas
 de, como funções de acumulação e concen-
 tração de coerção, 72
criação do estado, como atividade do estado,
 157, 158-159
Criméia, Guerra da, 246
Cruzadas, 216-217
Curtin, Philip, 105

Dalmácia, 215, 216, 224
Dear, Michael, 56
Decalo, Samuel, 303
Dinamarca, 111, 203, 204, 205, 206, 209, 241,
 242
direitos humanos, 302
distribuição, 158-159, 186-187
 intervenção do estado na, 108, 185
dívida nacional, 131-132
doges, 219-220
Drake, sir Francis, 229

Dubrovnik *ver* Ragusa

Eckhardt, William, 129
economia, 84
Eduardo I, rei da Inglaterra, 228
Eduardo III, rei da Inglaterra, 228
Egito, 74
Elias, Norbert, 144, 145
Elliott, J. H., 132
embaixadas, estabelecidas na Europa, 241
Escandinávia, 114
 caminhos de formação do estado na, 203-
 207
Escócia, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232
Espanha, 120, 150, 180, 234, 248
 abastecimento de alimento, 186
 conquista dos muçulmanos na, 68
 dissolução do império, 70
 forças armadas, 109-110
 guerra com a Holanda, 151, 153
 homens em armas, 136-137
 império, 70, 154
 judeus na, 170
 marinha, 140
 militarização do governo, 191-192
 rendas do estado no século XVI, 137-138
especialização, 79, 106, 188, 189, 271
 guerras na era da, 266
estados
 definição de, 46
 emergência dos, 46
 nacionais *ver* estados nacionais
 principais atividades dos *ver* atividade do
 estado
 relacionamento com as cidades, 47, 113-
 117
 sistemas de *ver* sistema de estados
estados nacionais, 47, 62, 69, 70-71, 234, 235
 desenvolvimento dos, 112
 predominância dos, 262
 relacionamento com cidades, 115
estados-nação, 47
estados socialistas, 81, 159
Estados Unidos, 280, 281
 gastos militares, 191

- intervenção na América Latina, 307-308
- estatistas, análises, da formação de estado, 51-55
- estoques, tributação dos, 147, 148, 149
- estrutura classista,
e organização do estado, 76, 162, 164-165
- estruturas de estado,
contemporâneas, 276-278
- Ethelred, rei, 226
- Europa
- aglomerados de estados em 990, 239
 - centros urbanos na, 99-100
 - cidades da, *ver* cidades
 - em 990, 90-92
 - em 1490, 97-98
 - em 1990, 93-94
 - estados nacionais na, 94, 98
 - faixa urbana na, 202
 - grandes potências da, *ver* grandes potências
 - hierarquias administrativas na, 197
 - hierarquias comerciais na, 197, 199
 - impérios, 152-156
 - ligações entre estados na, 237-242
 - missões diplomáticas estabelecidas na, 241
 - população urbana na, 103
 - proporção entre cidades e estados na, 104
 - quantidade de estados: em 1490, 97; nos séculos XIX e XX, 98-99
 - rumo a 400 d.C., 90-91
 - sistemas de estado na, 49-50, 238, 241-242, 249-252
 - tamanho dos estados na, 99
 - urbanização na, 59, 65-67, 99-103
 - variação geográfica na formação do estado, 267-268
- exércitos, 106-107, 108-109
- abastecimento dos, 139-140
 - distintos da marinha, 110
 - distintos da polícia, 110, 133
 - distribuição geográfica dos, 192-193
 - mercenários, 138-143, 169, 170
 - nacionalização dos, 166, 179, 180-181
 - permanentes, 98, 142, 143, 169, 170
 - porcentagem das populações nos, 294
 - tamanho dos, 136-137; pós-1960, 294
 - ver também* coerção; controle militar; gastos militares; pessoal militar; poder militar; guerra
- extorquidores de tributos, impérios, 69, 121, 158
- extração pelo estado, 158, 159, 160
- federações, 69, 106, 120
- declínio das, 270
- Fiji, 305
- Filipe II, rei da Espanha, 109, 132, 138
- Finlândia, 203, 204, 205, 206
- Fitch, J. Samuel, 303
- Flandres, 66, 201, 229
- Florença, 74, 76, 121, 122, 136, 138, 139, 200, 223, 254
- nos séculos XIII e XIV, 240
- forças armadas,
transferência dos civis para o estado, 125-127
- forças de polícia, 133, 180, 185
- distribuição geográfica das, 192-193
- formação de estado,
análises de pelo modo de produção, 56-57
- análises de pelo sistema mundial, 57
 - análises estatísticas da, 51-55, 58
 - análises geopolíticas da, 55, 58
 - concepções alternativas de, 51
 - e impacto comercial das cidades, 101
 - e impacto demográfico das cidades, 101
 - e mudança econômica, 51
 - e sistema europeu de cidades, 100
 - guerra e, 68-78, 263-267, 271, 289-290
 - influências externas sobre, 260, 289-293
 - no século XIX, 118
 - trajetórias alternativas de, 117-122
- Foucault, Michel, 125
- França, 52, 72, 75, 81, 119, 122, 134, 163, 189, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 248
- dívida nacional, 132
 - divisão das forças de terra, 192-193
 - financiamento da guerra, 147
 - governo direto na, 170, 171-172
 - homens em armas, 1500-1980, 136-137
 - marinha, 140
 - polícia, 174

ÍNDICE REMISSIVO

- tributação, 132
 - ver também* Revolução Francesa
- Francisco I, rei da França, 132
- Frank, André Gunder, 57
- Frederico II, rei de Hesse, 141
- Frederico II, rei da Sicília, 213
- fronteiras do estado, no século XX, 291
- Fueter, Eduard, 249, 250, 251
- Fuggers, 146

- galeras, 221, 222
- Gales, 227, 228
- Gana, 303
- gastos militares, 104, 117-118, 131-133
 - declínio nos, 189, 190-191
 - em relação ao PNB, 293; em 1984, 190-191
 - e poder militar no mundo por região, 1972-1986, 294
 - porcentagem do orçamento nacional 1850-1975, 191
- genocídio, 284
- Gênova, 69, 81, 119, 120, 121, 136, 151, 200, 218
- geografia, e atividade do estado, 192-193
- geopolíticas, análises da formação do estado, 55
- Glendower, Owen, 228
- golpes militares,
 - no Terceiro Mundo, 298-302
 - por 100 estados, 1944-1987, 299
 - tentativas por 100 estados, 1944-1987, 300-301
- Gorbachov, Mikhail, 313-314
- governo civil, 188-189, 289-290, 296
- governo direto
 - e homogeneização dentro dos estados, 180-181
 - e repressão, 180
 - transição para o, 166-171, 179-180
- governo indireto, 73-74, 166-169
- governo militar, 287-288
 - e direitos humanos, 302
 - estados sob, 296-298
- Grã-Bretanha, 52, 53, 72, 134, 245, 246, 262, 268, 269-270
 - aparelho administrativo, 231
 - comércio, 222, 229
 - Companhia das Índias Orientais, 222
 - dívida nacional, 132
 - enquanto potência comercial, 229
 - exploradores, 229-230
 - forças armadas, 232
 - governo direto na, 232
 - império, 154
 - imposto sobre a renda, 165
 - invasão normanda da, 227
 - invasões escandinavas da, 226-227
 - no século XVIII, 231
 - no século XIX, 232-233
 - Parlamento, 229, 230-231
 - relações entre capital e coerção na, 224-235
 - Revolução de 1688, 231
 - ver também* Inglaterra; Escócia; País de Gales
- Granada, 92, 97, 153
- grandes potências,
 - do século XV até o presente, 247-259
 - lista de Levy das, 248
 - lista de Modelski-Thompson, 248
 - guerras entre *ver em* guerra
- grãos, apreensões de, 197, 198
- guerra, 54, 55, 117-118, 127-133
 - acordos de paz, 242-247
 - análises geopolíticas da, 55
 - análises marxistas da, 56
 - como atividade do estado, 157, 158, 159, 160
 - condições para a, 127-128
 - de grandes potências europeias: 1495-1514, 253, 254; 1655-1674, 254-255; 1790-1809, 256; magnitude da, 1500-1975, 130; a partir do século XV, 242-243
 - dívida nacional e financiamento da, 150-151
 - e estrutura do estado, 61, 62
 - e formação/transformação do estado, 68-78, 263-267, 271, 289-290
 - entre estados, 1956-75, 258
 - entre grandes potências, 123-124, 129-131
 - e organização do estado, 78-81, 111-112, 132-133
 - estatística das mortes em batalha, 123, 130-131, 284
 - e tributação, 143-146

- européia, 1495-1975, 253, 254
 financiamento pelo estado, 143-147
 incidência da, 123, 129, 131
 intensidade da, 129
 1880-1899, 257
 mudanças na escala da, 270-271
 na era da corretagem, 264-265
 na era da especialização, 266
 na era da nacionalização, 265 *
 na era do patrimonialismo, 263-264
 pós-1945, 284-285
 produção dos recursos da pelo estado, 143-144
ver também exércitos; coerção
- Guerras das Rosas, 228
 guerras civis, 266, 284, 285
 Guilherme de Orange, 231
 Gustavo. Vasa, 204, 205
- Habsburgos, 136, 140, 243, 246, 248, 249, 250
 Hale, J. R., 93, 135-136
 Hamurábi, 45, 46
 Hanôver, casa de, 231
 Hanseática, Liga, 71, 106, 204
 Hauteville, Roger de, 75
 Hawkwood, sir John, 138, 139
 Henrique II, rei da Inglaterra, 227
 Henrique VI, Sacro Imperador Romano, 239
 Henrique VII, rei da Inglaterra, 229
 Henrique VIII, rei da Inglaterra, 165-166, 230
 Hesse-Cassel, 141
 hierarquias, administrativas e comerciais, 195-199
 Hohenberg, Paul, 105
 Holanda, 112, 119, 120, 150, 151, 152, 153, 154, 180, 187, 188, 190, 191, 225, 245, 251, 252, 255, 256, 280, 293
 homicídio, taxas de, 124
 homogeneização das populações, 170-171, 181
 Hungria, 95, 96, 97, 115, 122, 201, 216, 218, 225, 267
 Huntington, Samuel, 52, 287, 288, 289
- Ibéria
 no século XV, 134
ver também Portugal; Espanha
- Iéltsin, Bóris, 313, 314
 Immich, Max, 251-252
 imperialismo *ver* impérios
 Império Bizantino, 215, 216, 217, 219
 Império Chinês
 abastecimento de alimentos no, 197
 comparado com a Europa, 197-198
 hierarquias comerciais e administrativas no, 195-196
 Império Otomano, 73, 82, 92, 93, 136, 217, 224, 247, 249, 250, 268
 governo indireto no, 167-168, 169
 Veneza derrotada pelo, 237-238
 impérios, 73, 82, 205, 244-245
 europeu, 152-156, 196-197
 extorquidores de tributos, 69, 121, 147
 no período do pós-guerra, 280-281
 impostos diretos, 147-148
 imposto sobre a renda, 148, 149
 Índia, 245
 industrialização, 187
 infra-estrutura social, 81
 Inglaterra, 81, 116, 119, 120, 122, 127, 134, 202, 226, 227
 abastecimento de alimentos, 186
 comércio, 229
 formação do estado, 228
 marinha, 140
 marinheiros, 229
 no século XVI, 230
 no século XVII, 230-231
 Parlamento, 229
 século X a XII, 226-227
 século XII a XVI, 227-230
 soldados em armas 1500-1980, 137
ver também Grã-Bretanha
- instabilidade, influência política e externa, 293-294
 instituições do estado, ampliação de funções das, 183-184
 Intercursus Magnus, 229
 inversão de capital, áreas de grande, 62, 77, 78, 199, 201-202, 215-224, 267-268
 atividade do estado nas, 161

ÍNDICE REMISSIVO

- campesinato nas, 225
 negociação nas, 162
 organização de classes nas, 112
- Irlanda, 226, 227, 228, 230, 231, 232
- Itália, 66, 115, 234
 cidades-estado, 101, 114, 115, 215; conquistadas por França e Espanha, 135-136; missões diplomáticas, 241; mercenários empregados pelas, 138-139
 formação do estado na, 206
 no século XV, 134-135
 Reino da, 246
- Ivan III, o Grande, czar da Rússia, 211
- Ivan IV, o Terrível, czar da Rússia, 211
- Jagellonica, Katerina, 242
- Jaime I, rei da Inglaterra, 230
- Japão, 155
- Javogues, Claude, 176-177
- Jericó, 46
- João III, rei da Suécia, 241-242
- judeus, 170
- Junkers, 168
- justiça, aplicação de
 enquanto atividade do estado, 108, 158, 159, 160
- Kennedy, Paul, 53-54
- Kiev, 207, 208
- Kinzer, Stephen, 296
- Lagasch, 46
- Laud Chronicle*, 226
- Lees, Lynn, 105
- Lefebvre, Georges, 176
- Levy, Jack, 129, 242, 247-248
- Líbia, 309
- Liechtenstein, 99
- Liga das Nações, 48
- Lituânia, 209
- Loire, 176, 177
- Lombardia, 136, 215
- Luís XI, rei da França, 134
- Luís XIII, rei da França, 126, 163
- Luís XIV, rei da França, 245
- lutas de classe,
 e formação do estado, 76
- Luxemburgo, Ducado de, 261
- Machiavelli, Niccolò, 135, 136, 223-224
- Mack Smith, Dennis, 213-214
- Madrid, 66, 200
- Magna Carta, 227
- magiares, 96
- mamelucos, 73
- Maniruzzaman, Talukder, 298
- Mare, Nicolas de la, 185
- Maria, rainha da Escócia, 230
- marinha, 134
 mercenários empregados na, 140-141
- marxismo, 56
- McNeill, William, 54
- Meclenburgo, 70
- Mediterrâneo, mar, 120, 216
- mercenários, 138-143, 169-170
- Mesopotâmia, 45, 46, 47
- Messina, 113, 114
- migração do campo para a cidade, 101
- Milão, 121, 136
- milícias, 109
- minorias étnicas, 47-48
- missões diplomáticas, estabelecidas na Europa, 240
- Modelski, George, 247-248
- Mônaco, 99
- monetização, e tributação, 147-150
- mongóis, 69, 128, 208, 209, 210, 213
- Moore, Jr., Barrington, 58, 59
- mortos em combate, estatísticas, 123, 130-131, 284
- Moscou, 209
- muçulmanos, estados,
 em 990, 95
ver também Império Otomano
- mudança econômica, e formação do estado, 51
- Mumford, Lewis, 58-61
 modelo de urbanização, 60
- Münster, Sebastian, 241
- Nações Unidas, 281, 282

- filiação por região geográfica, 1945-1988, 282
- nacionalismo, 118-119, 182
- nacionalização, 79, 106, 188, 189, 271
- rebeliões na era da, 266-267
- guerras na era da, 265
- Napoleão Bonaparte, 70, 179, 182, 223
- Nápoles, 135, 136
- negociação
- entre governantes e população, 107, 118, 120, 156, 161-166, 268-269
- ver também* corretagem
- Nice, 246
- Nigéria, 283
- nômades, tribos, 208
- normandos, 227
- conquista da Sicília, 239
- Noruega, 203, 204, 206
- gastos do estado em relação ao PNB, 1875-1975, 187
- noruegueses, 226
- Nova Delhi, 48
- Novgorod, 121, 209
- núncios papais, 241
- oligarquias urbanas, 269
- Olson, Mancur, 53
- orçamentos nacionais, 131
- organização classista,
- e coerção, 77-78
- e formação do estado, 112
- organização do estado
- e estrutura de classe, 162, 164
- guerra e, 112
- Organski, A. F. K., 275-276
- Oriente Médio, tentativas de golpe por 100 estados, 1944-1987, 301
- Owusu, Maxwell, 303
- Países-Baixos, 66, 150, 151, 155, 241, 244, 246, 248, 260, 261, 268, 290
- homens em armas 1500-1980, 137
- ver também* República Holandesa
- Palermo, 184
- parentesco, grupos de, 128
- Parkinson, C. Northcote, 48
- Pas-de-Calais, 175, 176
- patrimonialismo, 79, 106, 131, 188, 189, 271
- guerras na era do, 263-264
- negociação entre autoridades e povo na era do, 161
- pedágios, 148
- Pedro, o Grande, 209, 212
- pessoal militar
- porcentagem da população masculina de 20-44 anos, 190
- ver também* forças armadas
- Piemonte, 136
- Pitt, William, 165
- Platzhoff, Walter, 251
- Pó, vale do, 201
- poder militar, 53
- condições que favorecem, 304-305
- Polónia, 122, 162, 198, 199, 201, 208, 209, 210, 225, 241, 242, 269
- Pomerânia, 70, 71
- Portugal, 114, 117, 134, 200, 222, 249, 262, 268
- império, 152-153
- militarização do governo em, 191-192
- Primeira Guerra Mundial, 257, 258
- acordos de paz depois da, 247
- produção, 158-159, 160, 186-187
- pelo estado, 108, 183
- propriedade, direitos de, 162
- proteção, como atividade do estado, 157, 158, 159, 160
- protestantismo, 115-116
- Províncias Unidas, 455
- provveditori*, 221
- Prússia, 70, 71, 72, 85, 111, 127, 134, 168, 169, 170, 185, 186, 189, 198, 209, 210, 234, 246, 268, 269
- abastecimento de alimentos, 186
- ver também* Brandenburgo-Prússia
- Pye, Lucian, 274
- Ragusa (Dubrovnik), 217, 218, 222, 223, 270
- Rastatt, 246
- Ravena, 215
- rebeliões, 162-163, 266

ÍNDICE REMISSIVO

- receitas do governo, categorias, 147-148
 recursos, extração pelo estado, 158, 159, 160, 200
 redes urbanas, 105
 Reforma, protestante, 115, 116, 171
 refugiados, 286
 relações internacionais
 análises estatísticas das, 51-52
 análises geopolíticas das, 55
 análises marxistas das, 56-57
 religião, 115-116, 121, 270
 Renânia, 201
 representação, 119-120, 164, 268, 269
 República Holandesa, 81, 82, 107, 114, 115, 117, 134, 155, 156, 223, 244, 262, 269
 império, 154
 políticas fiscais, 150, 151
 ver também Holanda
 restauração do poder, 73-74
 Revolução Americana, 246
 Revolução Francesa, 171-179
 cidades durante a, 173
 e a burguesia, 172, 176, 179
 fazendeiros durante a, 176
 força de polícia durante a, 174
 movimentos contra-revolucionários durante a, 177-178
 revoluções, 266
 ver também rebeliões
 Ricardo II, rei da Inglaterra, 228
 Rokkan, Stein, 58, 59
 Rosenau, James, 55
 Rosenberg, Hans, 183
 Russell, J. C., 100
 Rússia, 80, 121, 136, 208, 109-213, 224, 225, 234, 241, 242

 Sabóia, 136, 245, 246
 Sabóia-Piemonte, 159
 Sacro Império Romano, 116, 121, 243, 251
 San Marino, 99
 saúde, nas cidades, 66
 Scammell, G. V., 219, 229
sefaradim, 170
 Segunda Guerra Mundial, efeitos sobre o sistema de estados, 279-286

 Sérvia, 169
 sob o domínio otomano, 73
 serviço militar, porcentagem do total da população no, 189-190
 serviços sociais, gastos do estado em, 187-188
 Sete Anos, Guerra dos, 246
 Sforza, Francesco, 121
 Sforza, Ludovico, 135
 Shils, Edward, 287
 Sicília, 75, 113, 114, 125, 184, 213-214, 225, 239, 240
 sífilis, 135
 sistema de estados, 49, 72, 238
 europeu: 1870-1918, 257; desenvolvimento do, 241; modelo hierárquico do, 253; membros do, a partir do século XV, 249-252
 sistema mundial, análises da formação do estado pelo, 57
 Sistova, Paz de, 168
 Skinner, G. William, 195, 199, 235
 Smith, Adam, 104, 233
 soberania fragmentada, 69, 82, 91-92, 93, 121, 239, 267
 Solimão, o Magnífico, 82, 136
 Stepan, Alfred, 310
 Sucessão Espanhola, Guerra da, 245
 Suécia, 119, 171, 203, 204, 205, 241, 242, 243, 262
 formação do estado na, 76-77
 homens em armas 1500-1980, 137
 Suíça, 225
 mercenários, 138, 141
 Suriname, 308, 309

 Tailândia, 297-298
 Taiwan, 283, 306
 tártaros, 69, 209
 Tenenti, Alberto, 222
 Terceiro Mundo
 condições que favorecem o poder militar no, 304-306
 e competição entre grandes potências, 306-310
 forças armadas no, 283